



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. ÚNICO AO Nº 32, QUINTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2019

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (PRB-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PR-RJ)

1º Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3ª Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (PRB-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PR-RJ)

1º Secretária

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2ª Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diário

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da Reunião, de instalação e eleição da Mesa, realizada em 10 de abril de 2019	4
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019	32
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2019	34
Ata da 1ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019	73
Ata da 2ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019	144
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	237
Ata da 1ª Reunião, Conjunta, de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2019	262
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019	315
Ata da 3ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 22 de maio de 2019	331
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 e 11 de junho de 2019	410
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 18, 19 e 25 de junho de 2019	467
Ata da 4ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 19 de junho de 2019	524
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2019	596
Ata da 5ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 4 de julho de 2019	606
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 e 8 de agosto de 2019	644





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Sexta Legislatura

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2019.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2019. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares:** Alexis Fonteyne, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Joice Hasselmann, Josimar Maranhãozinho, Márcio Marinho, Marreca Filho, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores Titulares:** Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; - **Deputados Suplentes:** Adolfo Viana, Alice Portugal, Delegado Waldir, Evandro Roman, Fred Costa, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Júnior Mano, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho, Samuel Moreira, Silvio Costa Filho, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues. Registrou-se a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Domingos Neto, Jhonatan de Jesus, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Misael Varella, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro e Kátia Abreu. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Claudio Cajado.

ABERTURA: às quinze horas e cinquenta e sete minutos e havendo número regimental conforme disposto no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), de acordo com o art. 10, § 2º, da Regimento Comum, combinado com o art. 14, da Resolução supracitada, abriu os trabalhos e declarou instalada a Comissão para o ano de 2019. Às 15h59min, transferiu a condução dos trabalhos ao Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), tendo em vista ser candidato ao cargo de Presidente da Mesa da CMO. O Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), informou que o quórum para deliberação na representação do Senado Federal não havia sido atingido e concedeu a palavra aos Deputados Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO), Weliton Prado (PROS/MG), Claudio Cajado (PP/BA), Bohn Gass (PT/RS) e ao Senador Carlos Viana (PSD/MG).

EXPEDIENTE: o Presidente em exercício leu o seguinte expediente: 1) Ofício nº 367-L-Democratas, de 04 de abril de 2019, do Deputado Elmar Nascimento, Líder do DEM e do Bloco (PP/PSD/MDB/DEM/PTB), indicando o Deputado Domingos Neto (PSD/CE), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020.

ORDEM DO DIA: o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), comunicou que havia sido atingido o quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional e consultou o Plenário se podia fazer a eleição para Presidente da Mesa da CMO para 2019 por **aclamação**, tendo como candidato o Senador Marcelo Castro (MDB/PI), indicado pelo Senador Eduardo Braga, Líder do MDB. A Proposta de Eleição por Aclamação foi submetida à votação e foi **aprovada**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício declarou eleito e empossado o Presidente da Mesa da CMO para 2019, Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Quanto aos cargos de Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes da Mesa da CMO, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), solicitou às Liderança Partidárias que fizessem as indicações o mais rápido possível, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que fosse realizada a eleição na próxima reunião da CMO. Às 16h20min, a condução dos trabalhos foi transferida ao Presidente eleito, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), que fez o pronunciamento de posse. Em seguida, o Presidente designou o Deputado Domingos Neto (PSD/CE), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 – PLOA/2020, de acordo com a indicação constante do Ofício nº 367-L-Democratas, de 04 de abril de 2019, do Deputado Elmar Nascimento, Líder do DEM e do Bloco (PP/PSD/MDB/DEM/PTB). Logo após, o Presidente comunicou que o Deputado Elmar Nascimento, Líder do DEM e do Bloco (PP/PSD/MDB/DEM/PTB), indicou o Deputado Cacá Leão (PP/BA) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Entretanto, o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) alertou que a proporcionalidade partidária deve ser considerada para indicação dos cargos da CMO. E o Presidente esclareceu, que a designação para todos os cargos, obedecerá à proporcionalidade partidária e ocorrerá com consenso e transparência. Em sequência, manifestaram-se sobre a eleição do presidente e sobre proporcionalidade partidária os Deputados Delegado Waldir (PSL/GO), Vicentinho Júnior (PR/TO), Nelson Pellegrino (PT/BA), Hildo Rocha (MDB/MA), Cacá Leão (PP/BA), Jaqueline Cassol (PP/RO), Marreca Filho (PATRI/MA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e a Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Em prosseguimento, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: 1) Conforme o disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN*, o dia 15 de abril, é o prazo final para indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita, Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias para 2020 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Quanto às indicações para os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2020, informou que serão definidas após a alteração da *Resolução nº 1/2006-CN*. Alertou, que para fazerem as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN*. 2) O dia 15 de abril, também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. E, tendo em vista ser o dia 15 de abril uma segunda-feira, e a Semana Santa iniciar-se logo após, informou que estenderia o prazo para as Lideranças encaminharem as indicações, que poderão ser feitas até o dia 23 de abril, terça-feira. 3) Solicitou, também, a indicação, por parte dos Líderes Partidários, dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, até o dia 23 de abril. 4) E comunicou que, inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente teceu agradecimentos a todos os parlamentares e ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga, por sua indicação e encerrou os trabalhos, às dezessete horas e seis minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 10.04.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura da reunião.

Declaro iniciada a presente reunião de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional — CMO.

Assumo temporariamente a condução dos trabalhos, conforme o § 2º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 14 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Declaro instalados os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 14 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, transfiro a Presidência ao nobre Senador Izalci Lucas, com muita honra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós ainda estamos aguardando quórum no Senado Federal. Alguns Senadores já estão se dirigindo para cá.

Enquanto isso, primeiro eu quero dizer da minha alegria em estar presidindo, neste momento, esta Comissão tão importante para o País e em ter presente o nosso Presidente Marcelo Castro, que tão bem representa o Piauí e todo o País. S.Exa. foi Ministro e continua desempenhando um papel importante no Senado Federal— que é um pouco melhor do que a Câmara, segundo diz.

Eu quero comunicar a todos aqui a nossa alegria pelo dia de ontem. Eu sei que o Distrito Federal é Estado e Município, mas a nossa votação de ontem no Senado traz realmente para os Municípios — aproveitando a Marcha dos Prefeitos — um ganho muito grande.

Há um excesso de burocracia para a liberação das emendas, não só burocracia, mas também um custo muito alto: a Caixa Econômica, com 11%. Era uma reclamação muito grande de todos, e, ontem, no Senado, então, aprovamos o orçamento impositivo, mas dirigido à veia, à ponta, à liberação dos recursos diretamente para os Municípios através de doação, para que não haja o retorno. Esse é um ganho muito grande. Eu nunca fui Prefeito, mas convivi com muitos, e realmente era um sonho para todos eles haver as emendas individuais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero aproveitar para esclarecer um pouco mais, principalmente aos meios de comunicação, que, quando há uma votação importante no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado, sempre são feitas algumas colocações distorcidas com relação às emendas. Eu fiquei na Câmara durante 8 anos e, durante anos e anos, nunca tive uma emenda liberada, porque, durante esse período, fiquei como oposição, e havia uma televisãozinha lá no Palácio com um "x" — cada discurso contrário feito era marcado um "x". Eu fiquei devendo muito por causa disso.

Depois nós aprovamos, evoluímos, as emendas impositivas individuais, em 2015, o que foi um ganho muito grande, porque é uma decisão republicana: independentemente de o Parlamentar ser ou não da base, é Parlamentar do mesmo jeito, representa a população. Muitas vezes Municípios perdiam emendas por ter um Deputado da Oposição. Nós corrigimos essa distorção, o que foi muito bom. Em 2016, nós as colocamos na LDO. Estão na LDO atual inclusive as emendas impositivas de bancada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Se puderem fechar essa porta, ameniza o barulho.

Eu quero dizer que a emenda impositiva de bancada já foi aprovada na LDO, e ontem nós consolidamos... Já tinha sido aprovada a PEC, e ontem aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, que vai trazer realmente um benefício muito grande.

Quem conhece mesmo a realidade do seu Município, quem está lá na ponta, são exatamente os Parlamentares. Em dia de votação importante, era comum a notícia sair na imprensa como se essa emenda fosse para o Deputado ou para o Senador. Essas emendas vão diretamente para a população, em benefício da sociedade, e ninguém melhor do que o Parlamentar para escolher e definir qual é a necessidade realmente daquela comunidade.

Essa é uma notícia muito boa e quero compartilhar com V.Exas. a nossa alegria.

A matéria está voltando para a Câmara, com a emenda que foi colocada, e nós esperamos que a Câmara aprove imediatamente esse sonho dos Prefeitos.

Falta um Senador — informo que a lista está aqui, caso alguém não a tenha assinado ainda — para iniciarmos o processo de instalação e eleição da Mesa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/DEM - TO) - Quero parabenizar o Ministro Marcelo Castro, nosso Presidente, e o nosso Senador Izalci Lucas.

Em 2015, juntamente com o Deputado Hildo Rocha, com a assessoria de Walbinson, tivemos a oportunidade de colocar emenda de bancada. O Deputado Ricardo Barros era Presidente, eu estava na Comissão. No último minuto, nós conseguimos fazer com que a emenda de bancada se tornasse impositiva. Naquele mesmo ano, a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, essa em que aprovamos a emenda impositiva de 1%, o Deputado Hélio Leite e nós, Relator, conseguimos, na Comissão Especial, aprovar em tempo recorde. Quando o pessoal sentiu, aprovamos também a emenda de bancada.

Essa PEC de ontem, que veio para cá, com a nossa aprovada lá, eu sugiro a esta Comissão estudarmos também, para que essa de bancada possa ser revertida — vai se criar agora Comissão Especial — na CCJ, direcionada ao Fundo de Participação dos Municípios, para os recursos serem passados diretamente aos Municípios, o que vai acabar com esse troca-troca e dar o fortalecimento de nós Parlamentares com os nossos Prefeitos e os nossos líderes.

Sugiro trabalharmos isso na CMO.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Isso nós aprovamos ontem também, a emenda de bancada.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/DEM - TO) - Pegamos esse gancho da outra e jogamos essa que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Primeiramente, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos e cumprimentar o Senador Izalci Lucas e o Senador Marcelo Castro pela eleição ao Senado Federal.

Eu disse ao nosso Presidente, que nós vamos eleger daqui a pouco, que houve emendas impositivas individuais que nem chegaram a ser empenhadas. Isso é crime de responsabilidade. Eu não entrei com ações na Justiça nesse sentido, mas é um assunto que vou querer trazer para a Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Inclusive, houve um caso, quando o Senador Marcelo Castro estava no Ministério da Educação, que nem sequer chegou a ser empenhado. Isso é crime de responsabilidade para o Presidente da República, passivo inclusive de *impeachment*. A legislação é clara. Emendas nem chegaram a ser empenhadas, e eu coloquei emendas para os hospitais do câncer.

Esse é um assunto que depois quero discutir com toda a assessoria técnica, para que casos como esse não voltem a se repetir. Que nós possamos tomar as devidas providências, porque temos que ter liberdade e as emendas têm que ser empenhadas e pagas.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/DEM - TO) - Presidente Izalci Lucas, se essa nossa PEC não for cumprida, é dever a cassação do gestor, como foi feito com as pedaladas. Então, ela tem que se cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - É emenda impositiva.

Está faltando um Senador para completar o quórum. Ele já deve estar chegando.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, que já tem alguns anos nesta Comissão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Vários anos.

O Presidente Izalci Lucas inicia a instalação da Comissão Mista de Orçamento, que eu tributo ser a Comissão mais importante do Congresso Nacional, por conseguinte, da Câmara e do Senado.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne as duas Casas Congressuais, Câmara e Senado. Por isso demonstra, só com sua composição, a importância que tem. O Orçamento público é a peça fundamental da gestão pública. Se nós elaborarmos um Orçamento real, a execução também será realista.

Eu sempre tive o maior compromisso com esta Comissão, e já estou nela há vários anos, repito. Deverei exercer meu mandato não como membro titular ou suplente, mas como Líder do Governo no Congresso Nacional na Comissão de Orçamento, no intuito de colaborar com o andamento da Comissão, de ter a oportunidade de fazermos um debate profícuo, independentemente de lado ou ideologia. Eu entendo que o Orçamento é gestão pública, e gestão pública envolve





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

políticas públicas, muitas delas políticas de Estado. O que nós queremos desenvolver aqui, a exemplo do que temos feito nos anos passados...

Tenho a convicção de que o Senador Marcelo Castro, que vem lá do nosso querido Piauí, Estado onde tenho um grande amigo, o Deputado Ciro Nogueira, dentre outros, conduzirá esta Comissão com a mesma competência e habilidade na história que construiu como Deputado Federal. Nós estaremos aqui para ajudar e dar oportunidade para as oposições poderem se expressar.

Esta Comissão, V.Exa. sabe, Senador Marcelo Castro, só funciona por acordo. No acordo de procedimentos, de encaminhamentos e de votações, está a linha mestra dos nossos trabalhos.

Eu tenho certeza de que tanto V.Exa. quanto o Relator que será designado da PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual, a peça orçamentária, que será o Deputado Domingos Neto, assim como o Relator da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual chegará a esta Casa e a esta Comissão na segunda-feira, tenham indícios...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Já está indicado! É o Deputado Cacá Leão, por sinal, Relator do Orçamento no ano passado, que se houve de forma brilhante — é claro que, como um bom baiano que é, não poderia ser diferente. Ele carrega também o histórico e o DNA do Vice-Governador da Bahia, o ex-Deputado João Leão, que também exerceu por longo tempo o papel de Líder do Governo na Comissão de Orçamento.

Por isso a minha palavra é que possamos desenvolver os trabalhos da forma melhor possível, de forma ordeira, dando oportunidades a todos, Senador Izalci. V.Exa., mais do que ninguém, sabe que, através do consenso e sempre buscando a oportunidade de todos se expressarem e darem a sua contribuição, nós faremos com que esta Comissão continue sendo a bola mestra das políticas públicas no nosso País, no sistema federado, porque aqui não tratamos só do Governo Federal.

Através das emendas individuais e coletivas e, muitas vezes, de Comissão, nós fazemos com que o sistema federalista possa se fortalecer, já que direcionamos recursos federais para os Estados, para o Distrito Federal e para, principalmente, as regiões metropolitanas e os Municípios. Inclusive, na Marcha dos Prefeitos... Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

temos uma série de Prefeitos que vêm constantemente a Brasília em busca de melhores condições, em busca principalmente de investimentos.

Avançamos muito com relação ao custeio ao podermos dar, através de emendas individuais, recursos para a área da saúde e, recentemente, também por iniciativa do Deputado Cacá Leão, para a educação. Então, neste ano, nós poderemos disponibilizar aos gestores municipais recursos de custeio da saúde e da educação, o que vai ao encontro das justas aspirações do povo brasileiro.

O Governo Bolsonaro coloca-se à disposição de todos os membros desta Comissão, através da sua Liderança, que aqui expresso neste momento. Espero que tenhamos um trabalho de dois lados: tanto de ir quanto de vir.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente dos trabalhos, Senador Izalci Lucas, colegas Senadores e Deputados, eu também considero importante a votação que o Senado fez, que foi iniciativa da nossa Senadora Gleisi Hoffmann à época, que hoje é nossa colega Deputada e Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Independentemente de termos a aprovação desse repasse direto aos Municípios, eu queria chamar a nossa atenção de Senadores e Deputados desta Comissão para que de fato trabalhemos para alterar essa lógica que está presente desde o tempo do Governo Temer, que é a cobrança pela Caixa sobre as emendas: se eu coloco 100 mil reais num Município, ele só recebe 98 mil reais; se eu coloco uma emenda de 500 mil reais, ele só recebe 460 mil. São 40 mil reais — 40 mil reais! — que o Município precisa colocar!

Eu queria chamar a atenção, porque nós tivemos uma iniciativa legislativa para derrubar isso. Mas isso ainda não foi tratado com a importância necessária.

Eu acredito, Senador Izalci, que possamos abraçar isso, independentemente do resultado. Eu tenho certeza de que vamos aprovar o projeto de iniciativa da então Senadora Gleisi Hoffmann que os Senadores aprovaram.

É preciso que nós tenhamos celeridade na votação aqui, mas que se acabe com esse mecanismo da cobrança. A Caixa Econômica Federal não tem que visar lucro sobre um recurso que é público e que vai para os Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É exatamente este valor: se nós mandamos 100 mil reais, o Município recebe 98 mil reais; se nós mandamos 500 mil reais, o Município recebe 460 mil reais, 40 mil reais, no caso, para essa taxa administrativa da Caixa, que não faz nenhum sentido.

Então, independentemente de qualquer votação, que nós façamos a anulação dessa modalidade mediante a Caixa Econômica Federal porque é um recurso a menos. Os Prefeitos estavam aqui em mobilização. Eu tenho a certeza de que viria bem aos Municípios que eles não precisassem colocar este recurso de contrapartida, que ia substituir o valor que a Caixa estará a cobrar sobre essas emendas parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Meu boa tarde, Presidente, Senadores e Deputados presentes e os que nos acompanham.

Quero seguir na mesma linha de raciocínio do Deputado e dizer, como Senador de primeiro mandato, da satisfação de ontem ter votado pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, que agora vem para esta Casa e que é muito esperada pelos Prefeitos. Hoje pela manhã, recebemos quase cem deles que estão aqui em Brasília nos visitando. Agora à tarde, os corredores estão lotados. Todos estão na expectativa de uma boa notícia.

Com relação à cobrança de uma taxa administrativa por parte da Caixa, eu quero salientar também a demora na liberação das emendas enviadas aos Municípios. Nós temos lá uma série de projetos de aquisições na área de saneamento básico, de pavimentação, de 2017. São projetos que estão parados e que a Caixa não libera. Sempre há algum pedido de documento novo, às vezes um funcionário que não pode comparecer. E eles vão postergando um dinheiro que é das Prefeituras.

Estranhamente, em várias situações, quando há algum tipo de cobrança, até mesmo política, os processos acabam sendo agilizados. Essa é uma mostra de que nós precisamos rever a utilização da Caixa. Trata-se de um banco que presta um grande serviço ao País, não resta dúvida, mas a cobrança de uma taxa de 11%





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre a liberação das emendas, a meu ver, não interessa ao País, especialmente aos Municípios, numa época de crise muito profunda.

Quero dizer da minha alegria em participar desta Comissão, colaborando com a discussão do Orçamento do nosso País e, naturalmente, buscando o entendimento sem a questão de partidos, de ideologia, de lados, mas buscando melhora na utilização dos recursos do nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu quero fazer a ponderação de que talvez nós possamos resolver na Câmara e no Senado. Um dos argumentos da Caixa, pelo menos na última reunião que fizemos com eles questionando isso, é que, independentemente do valor da emenda — 100 mil reais, 200 mil reais, 10 milhões de reais —, as exigências são as mesmas em termos de controle e fiscalização. Há muitas emendas hoje cujo controle, de fato, fica mais caro do que a própria emenda. Dentro dessa linha que foi colocada, nós estamos trabalhando a possibilidade de que não haja as mesmas exigências para emendas de até 750 mil reais. Essa é uma proposta para amenizar o excesso de burocracia na Caixa Econômica.

Acho que já atingimos o quórum no Senado e na Câmara.

Eu gostaria de primeiro comunicar a todos que nós do Senado, pela primeira vez na história, conseguimos votar em todas as Comissões, sem exceção, por aclamação. Eu acho que foi a primeira vez na história do Senado Federal.

Como esta é uma Comissão Mista, eu indago a todos os Senadores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ah, sim, há um roteiro. Eu não posso propor sem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Comunico aos Srs. membros as seguintes indicações.

Correspondências internas recebidas: Ofício nº 367-L-Democratas/2019, de 4 de abril de 2019, do Líder do Bloco PP/PSD/PMDB/DEM/PTB, do Deputado Elmar Nascimento, que indica o Deputado Domingos Neto para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas aqui no Congresso Nacional.

Informo que, conforme acordo firmado com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, considera-se registrada a candidatura do Senador Marcelo Castro, do MDB do Piauí, para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Orçamento de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de fazer a eleição da Mesa da CMO por aclamação.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/DEM - TO) - Por aclamação, sim. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em votação a proposta de eleição por aclamação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Que candidato bom de voto, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Foi aprovada a eleição por aclamação.

Declaro eleito e empossado o Sr. Marcelo Castro, do MDB do Piauí, como Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional — CMO, para 2019.

Quanto aos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes, solicito que as Lideranças façam as indicações o mais rápido possível, para que seja realizada a eleição na próxima reunião da CMO.

Passo a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, o Senador Marcelo Castro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero cumprimentar todas as Sras. e Srs. Senadores e as Deputados e agradecer-los pela votação por aclamação, unânime, bem como ao companheiro, o Senador Izalci Lucas, pela condução dos trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"De todas as missões do Parlamento, talvez nenhuma seja mais importante do que a elaboração do Orçamento. Por isso, muito me honra, e ao meu Estado do Piauí, a designação de meus pares para a Presidência desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, mais conhecida como CMO.

Nesta Presidência, ao lado do nosso futuro Relator-Geral, que será o Deputado Domingos Neto, do PSD, grande Parlamentar, jovem, inteligente, sério, competente, trabalhador, amigo e vizinho, do querido Estado do Ceará, sem nenhuma dúvida, faremos tudo que estiver ao nosso alcance para dar conta desta importante missão. A tarefa se reveste de importância ainda maior, considerando a crise financeira vivida pelo nosso País, nos três entes federados: União, Estados e Municípios. Todos estão passando por enormes dificuldades financeiras.

Estamos cientes da responsabilidade que pesa sobre nossos ombros e prontos a cumprir com nosso dever, de maneira imparcial, equilibrada, isenta e acima de interesses partidários e políticos.

Como é do conhecimento dos senhores, mas não do público em geral, o modelo orçamentário brasileiro compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e a Lei Orçamentária Anual — LOA.

O Plano Plurianual — PPA estabelece as metas de médio prazo da administração pública. Basta dizer que tem vigência de 4 anos para que se entenda sua importância estratégica na alocação dos recursos públicos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO define políticas públicas e prioridades do próximo exercício, ou seja, 2020. Por fim, a Lei Orçamentária Anual — LOA estima a receita e fixa a programação das despesas para o mesmo exercício, ou seja, é o instrumento que viabiliza a execução das políticas definidas na LDO, que por sua vez tem no Plano Plurianual o seu norte.

Alguns pontos específicos do trabalho da CMO este ano exigirão uma atenção especial. Entre eles, cito o PLN 4/19, que trata da chamada Regra de Ouro. A Regra de Ouro, como se sabe, é a vedação constitucional de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas aquelas autorizadas pelo Poder Legislativo.

O PLN 4/19 abre crédito suplementar no montante de R\$248.915.621.661,00. É um crédito que se destina, dentre outras finalidades, ao atendimento de despesas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

referentes a benefícios sociais, como os benefícios previdenciários de prestação continuada e as transferências de renda do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania.

Acabamos de aprovar no Senado — e os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas já o haviam aprovado aqui na Câmara — o orçamento impositivo para as emendas de bancada. Fizemos modificações, e o projeto retornou à Câmara.

Como acreditamos que a aprovação dessa medida é certa, a confecção do novo Orçamento será muito diferente da dos anteriores, porque nós vamos lidar com a impositividade de todas as emendas parlamentares de bancada — as individuais já eram impositivas.

Ontem, no Senado, numa ação muito bem consertada e articulada pelo Presidente Davi Alcolumbre, fizemos uma coisa que devíamos há muito tempo à sociedade brasileira, aos Estados e aos Municípios brasileiros: aprovamos a permissão para colocar as nossas emendas individuais diretamente para os Estados e principalmente para os Municípios — uma coisa ou outra, ou as duas coisas ao mesmo tempo, porque podem ser emendas diferentes —, sem precisar passar por órgãos controladores ou executores.

Isso já vem tarde, porque o nosso País, infelizmente, é um País travado, centralizado, burocrático, mas vem simplificar, desburocratizar, descentralizar a aplicação dos recursos, possibilitando que sejam levados diretamente para os Municípios onde serão executados, em benefício da coletividade.

É preciso que esta Comissão se manifeste nos menores prazos possíveis em relação a essa questão, para dar à sociedade a resposta que ela aguarda, pois se trata de recurso essencial para o atendimento de milhões de beneficiários desse desembolso.

Chamo ainda a atenção para a necessidade de adequação da resolução do Congresso que regula o funcionamento desta Comissão, adaptando-a à recente reforma ministerial. Basta lembrar que antes havia relatoria do Ministério da Integração Nacional e relatoria do Ministério das Cidades, e os dois se fundiram. Então, será uma relatoria única. Nós vamos promover a adequação da Resolução nº 1 à nova realidade que estamos vivendo.

A resolução atual define 16 áreas temáticas, com seus respectivos Relatores Setoriais. É evidente que agora o número de áreas temáticas será reduzido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apresentaremos, nesse sentido, sugestão de nova divisão de áreas temáticas para discussão pelas Mesas da Câmara e do Senado que resulte numa divisão que espelhe, de maneira mais realista, a nova divisão de atribuições na Esplanada dos Ministérios.

Ao longo dos trabalhos desta Comissão, prevemos, baseados no que ocorreu em anos anteriores, a apreciação de mais de 300 matérias. Então, vamos nos preparar, porque vamos ter muito trabalho pela frente. Além das peças orçamentárias propriamente ditas, analisaremos avisos do TCU, relatórios demonstrativos do Tesouro Nacional, relatórios de gestão de entidades públicas e outras matérias correlatas.

Por tudo isso, nunca é demais lembrar que esta é uma Comissão que depende de grande disposição de seus membros para o acordo, para o entendimento, para a conciliação. Precisamos da participação de todos, no sentido de buscar consenso em tudo aquilo que for possível, pelo bem de todos os entes federados.

Reuniremos, sempre que possível, antes das reuniões desta Comissão, um colegiado de representantes das Lideranças das duas Casas do Congresso, para essa busca do consenso e o máximo alinhamento nas matérias de interesse do nosso País.

Lembro ainda que contaremos, no plenário da CMO, com a presença de diversos representantes do Governo, para discutir em audiências públicas a alocação dos recursos do orçamento. Em alguns casos, a presença de Ministro é exigência legal. Será uma excelente oportunidade para debatermos prioridades, metas e políticas públicas relevantes para o desenvolvimento do nosso País.

Uma vez instalada esta Comissão, existem alguns prazos de cujo cumprimento depende o bom andamento do nosso trabalho, a começar pelas indicações das relatorias e dos comitês a cargo das Lideranças e cujo encaminhamento deve ocorrer até o próximo dia 23 — eu estou estendendo esse prazo, que é de 5 dias úteis, por causa da Semana Santa — terça-feira posterior ao feriado da Semana Santa. Falarei mais detalhadamente sobre esses prazos mais adiante, ainda na reunião de hoje.

Agradeço a todos a atenção e espero um trabalho aqui compartilhado com todos, para conseguirmos alcançar o nosso objetivo de dotar o nosso País de um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

orçamento realista, que espelhe realmente as nossas receitas e as nossas despesas, de maneira bastante próxima da nossa realidade.

Em função do Ofício nº 367-L-Democratas/2019, do Deputado Elmar Nascimento, designo o Deputado Domingos Neto para Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o ano 2020.

Chega aqui também outro expediente do Deputado Elmar Nascimento, indicando, nos termos regimentais, o Deputado Cacá Leão como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, primeiro queria parabenizar V.Exa. pela indicação à Presidência da Comissão Mista de Orçamento. V.Exa. reúne todas as condições para presidir os trabalhos. Foi nosso colega aqui na Câmara e está agora no Senado Federal.

Nós estávamos na expectativa de instalação da Comissão, até porque o dia 15 era a previsão para o envio da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias a esta Casa, e há uma proporcionalidade que precisa ser observada aqui, Sr. Presidente.

Eu estive, inclusive, na semana retrasada, com a Líder do Governo no Congresso, cobreí dela a necessidade não só da instalação da Comissão — estive com V.Exa. também, no plenário do Senado Federal —, mas também, como todo ano acontece, de que V.Exa., na condição de Presidente, convoque os Líderes das bancadas na Comissão para que possamos discutir procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Por exemplo, o PT é a maior bancada na Câmara. Sabe V.Exa. e sabem todos aqui, principalmente os que têm mais de um mandato — os que estão no primeiro mandato devem ter estudado o Regimento —, que há uma proporcionalidade a ser respeitada aqui e que há um rodízio também, em relação não só à Presidência da Comissão de Orçamento, mas também em relação à relatoria da LDO e do Plano Plurianual e à distribuição das relatorias.

Então, o que eu reivindico de V.Exa. após a eleição é que, o mais rápido possível, convoque uma reunião do Colégio de Líderes na Comissão para que possamos fazer uma discussão sobre a LDO — já vejo aí que há uma indicação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relator, e nós temos que ver a proporcionalidade. Por exemplo, a bancada do PT é a maior bancada da Câmara dos Deputados. Pela proporcionalidade, o PT teria direito à relatoria da LDO, como na legislatura passada nós tínhamos direito também.

Então, é evidente que vamos discutir isso, vamos conversar, mas precisamos discutir os procedimentos que serão adotados. Portanto, a sugestão é que V.Exa. convoque uma reunião do Colégio de Líderes para que possamos discutir essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Nelson Pellegrino, agradeço a V.Exa. as palavras que me distinguem, com a atenção costumeira, e quero esclarecer a V.Exa. e a todos os presentes que até agora só há dois cargos decididos, que são o de Presidente e o de Relator-Geral. Todos os outros obedecerão rigorosamente à proporcionalidade, e tudo isso será indicação dos Líderes. Não estou dizendo que o que está aqui não vale. Pode até valer, mas tudo isso tem que passar pelo critério dos Líderes, na reunião de Líderes, obedecendo à proporcionalidade.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Por isso fiz a sugestão de que V.Exa. convoque a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Na próxima reunião, vamos eleger os três novos Vice-Presidentes, também dentro da proporcionalidade. Tudo indica que o 1º Vice-Presidente será do Bloco do PR e do PDT, pela proporcionalidade. Mas isso é algo que vamos resolver com calma, com todo mundo de acordo, com todo mundo em consenso. Não vai haver carta na manga. Tudo vai ser feito com a maior transparência e respeito a todos os membros da Comissão e respeito à proporcionalidade, que é do nosso Regimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Conhecendo V.Exa., tenho certeza de que V.Exa. conduzirá, como sempre conduziu, os trabalhos nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Quero apenas fazer uma correção em relação à afirmação do meu amigo Deputado Nelson Pellegrino e dizer que o PT





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é a segunda maior bancada. A maior bancada é a do PSL. Era só para fazer essa correção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós temos 55 Deputados. Quantos Deputados há na bancada de V.Exa.?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Temos 55 Deputados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós também temos 55.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os dois estão com a razão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Mais uma razão para fazermos uma reunião do Colégio de Líderes, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Quero lembrar que, na urna, o PT elegeu mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Vicentinho Júnior. Em seguida, falarão o Deputado Hildo Rocha e o Deputado Cacá Leão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senadora.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Sr. Presidente, fazendo coro com os demais colegas, queria parabenizá-lo e desejar muito sucesso nesse novo trabalho que se inicia no dia de hoje.

A fala de V.Exa. levantou uma preocupação. Se o número de relatorias setoriais vai diminuir em função do número de Ministérios, isso não vai limitar o trabalho de muitos Parlamentares membros desta Comissão que têm vontade de discutir o orçamento de forma temática, como era feito anteriormente, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem nenhuma dúvida.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Isso precisa ser bem discutido, porque nos limita muito. Não é a relatoria apenas de um Ministério, mas de um tema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está com absoluta razão. O problema é que a realidade mudou. Então, vamos ter que fazer...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Sim, mas é o que estou falando. A relatoria não é apenas de um Ministério, mas de um tema. Há vários temas em um único Ministério.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Imagine o exemplo concreto que eu dei aqui. Havia um Relator para o Ministério da Integração Nacional e havia um Relator para o Ministério das Cidades.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Temas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora é um Ministério só.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Com dois temas: habitação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Entendo que fica impossível de se colocar dois Relatores para fazer dois Relatórios para um só Ministério. Mas isso é coisa que vamos discutir para mudança do Regimento. Isso vai ser proposto à Comissão.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Isso me preocupa um pouco, porque limita muito o trabalho dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos discutir isso aqui, e todo mundo vai dar sua opinião. Vamos tentar chegar a um consenso. Se não chegarmos, a maneira de resolver os conflitos é no voto.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Deputado Vicentinho, permita-me, talvez, ir ao encontro da sua preocupação, que eu já havia manifestado ao Presidente também. Nós temos a redução de relatorias em função da redução de Ministérios...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - ...mas os Ministérios agora têm tamanhos maiores. Então, uma das questões que sugeri ao Presidente para análise foi a criação, dentro das relatorias, de sub-relatorias para compatibilizar os temas para depois o Relator Setorial daquele Ministério fazer a unificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já estamos encaminhando uma solução. É assim que vamos fazer.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Alguns Ministérios se fundiram em um, mas virou um Ministério maior. Então, poderia haver Sub-Relatores para depois o Relator Setorial consolidar o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Hildo Rocha.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, quero saudar V.Exa., o Senador Izalci Lucas e os demais Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Parabenizo V.Exa., Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, pela assunção a esse cargo importante nesta Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional que trata do assunto mais relevante do nosso País, o Orçamento, que define onde o recurso público será alocado e onde teremos que fazer os cortes necessários, qual a receita que desejamos seja arrecadada, enfim, todo o planejamento do que será realizado nos próximos anos, através do PPA, e também no próximo ano, através da Lei Orçamentária Anual.

V.Exa. assume a Presidência desta Comissão num momento importante do nosso País. Não havia pessoa melhor do que V.Exa. para ocupar esse cargo neste momento, pela sua integridade, pela sua competência e pela sua imparcialidade. Quando o Deputado falou sobre essa questão da escolha dos Relatores e dos demais membros da Mesa, fiquei tranquilo, porque sabia que essa seria a postura de V.Exa. Eu o conheço há mais de 4 anos e sei que V.Exa. irá agir sempre dessa forma. Foi assim quando teve oportunidade de ser Ministro da Saúde. E, para mim, foi o melhor Ministro da Saúde que já tivemos, até porque foi nessa época que o meu Estado viu aumentar em 80 milhões de reais a aplicação de recursos na média e alta complexidade. Fizemos um trabalho muito bom, embora não tenha sido pelos 4 anos. Mas agradecemos a V.Exa.

Quero apenas, antes de concluir, informar ao Deputado do PSL e ao Deputado do PT que nem o PT nem o PSL são maioria aqui. A maioria aqui é formada pelo Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN, com 147 Deputados. A maioria no Senado ainda não vi, mas eu acredito que deve haver outro bloco grande aqui, representando os Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sucesso! Conte comigo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço as palavras generosas a V.Exa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Meu querido amigo, Ministro e Senador Marcelo Castro, é uma alegria muito grande ver, na Presidência desta Comissão, um ser humano da envergadura de V.Exa., que tão bem representa o Estado do Piauí.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria cumprimentar também o Deputado Izalci Lucas, aliás, o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal — é que eu ainda não estou acostumado; a mudança é muito drástica —, e também o Walbinson, e, por seu intermédio, todo o quadro técnico da Comissão.

Pela resolução que conduz os nossos trabalhos aqui, Deputados e Senadores se alternam na Comissão e não podem participar dela todos os anos. Confesso que estava doido para que o ano de 2018 passasse rápido para que eu pudesse voltar para a Comissão de Orçamento.

Eu tive oportunidade de ser Relator da Lei Orçamentária Anual do ano de 2018. Foi a primeira relatoria do orçamento após a aprovação da PEC do teto de gastos públicos, que resultou na Emenda Constitucional nº 95. Então nós tivemos que realmente reescrever toda a estrutura da LOA. Fico muito feliz de hoje ver que o Orçamento de 2018, que foi relatado por nós, nesta Comissão, e teve vários Sub-Relatores, que contribuíram bastante para esse trabalho e estão novamente na Comissão, teve a maior e a melhor execução de todos os tempos.

E agora, novamente, com base na proporcionalidade que estabelece o nosso Regimento, a Resolução nº 1, que define que aqui são tratados os blocos parlamentares a partir da segunda quinzena do mês de fevereiro, coube ao nosso bloco, hoje liderado pelo Deputado Elmar Nascimento, devido ao cálculo de proporcionalidade, repito, fazer a indicação do Deputado Domingos Neto, um amigo querido, para Relator da LOA, e a nossa indicação para relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Agradeço ao meu partido, o PP, na pessoa do meu Líder, o Deputado Arthur Lira, e do meu Presidente, o Senador Ciro Nogueira, seu conterrâneo, Senador Marcelo Castro, do querido Piauí. Agradeço à bancada do PP, também por intermédio dos seus membros nesta Comissão — estão aqui o Deputado Hiran Gonçalves, a Deputada Jaqueline Cassol e o Deputado Ronaldo Carletto, que também é do Estado da Bahia —, a confiança. A bancada pode ter certeza de que não faltará a nós empenho, força e paciência para ouvir, afinal esta é a Comissão do acordo. Aqui não existe trator. Aqui, qualquer matéria, para ser votada, precisa ser discutida, rediscutida e depois acordada por todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No ano de 2017, tive a felicidade de trabalhar com o Senador Dário Berger, do MDB, que presidiu esta Comissão, e agora também teremos na Presidência da Comissão um grande Senador da República e do MDB, o Senador Marcelo Castro.

Agradeço mais uma vez aos meus pares a indicação para a relatoria. Podem ter certeza de que essa relatoria será construída não apenas pelas nossas mãos, mas por todas as mãos que compõem esta Comissão, por todos os 513 Deputados e 81 Senadores, porque foi assim que conduzimos os nossos trabalhos à frente da LOA de 2018.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos a V.Exa. Vamos precisar muito da sua experiência, do seu conhecimento como Relator do Orçamento. V.Exa. fez um trabalho muito bom e é evidente que vai ter muito a contribuir para alcançarmos os nossos objetivos.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) - Sr. Presidente desta Comissão, cumprimento V.Exa. e os demais membros da Comissão, colegas Senadores e Deputados. Estamos aqui neste plenário, Senador, que é muito aconchegante para nós que estamos agora ali no Senado, mas que vivemos aqui boa parte de nossas vidas, como Deputados aqui na Câmara dos Deputados. Eu quero apenas cumprimentar V.Exa., Senador Marcelo Castro, e desejar-lhe prosperidade e muito sucesso na condução dos trabalhos desta importantíssima Comissão.

Eu fico feliz, Senador, porque V.Exa. é do Nordeste brasileiro e de um Estado vizinho ao meu, Estado que, assim como o Maranhão, tem necessidade premente de atenção do setor público, para que os recursos públicos possam chegar de forma igualitária, proporcional, com justiça social aos vários Estados brasileiros, a exemplo dos nossos Estados, o Estado do Maranhão e o Estado do Piauí, e aos nove Estados da Região Nordeste brasileira.

O meu desejo é apenas de muito sucesso na condução desse trabalho. Estamos vivendo um momento de alteração no nosso arcabouço legal que tem impacto direto no orçamento, e é necessário rediscutirmos a questão orçamentária no Brasil. Sabemos que mais de 1 trilhão de reais são direcionados a pagamentos da dívida. Esse é um valor muito alto, considerando, por exemplo, que é um valor que vai para poucos controladores do sistema financeiro e que apenas 29 bilhões de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reais vão para o Bolsa Família, que acaba trazendo alento para milhões de brasileiros de famílias carentes que precisam realmente desse apoio.

Ao mesmo tempo, Presidente, sabemos que hoje há necessidade naturalmente de um ajuste fiscal. A proposta de reforma da Previdência está em debate neste momento na Casa, e depois faremos o debate, por disposição constitucional, no Senado. Mas já iniciamos o debate lá, numa Comissão Especial, comandada pelo Senador Otto. Mas precisamos entender que é necessário haver equilíbrio entre a questão fiscal e a questão social. O apoio para as ações sociais do nosso País precisa de fato acontecer.

Nós tivemos no ano passado previsão de contingenciamento, de um corte gigantesco para a assistência social no nosso Brasil que foi extremamente preocupante. Vários movimentos no Brasil acabaram se mobilizando para que houvesse um impedimento dessa redução. Mas houve, ainda no Governo anterior. Esse é um olhar que nós precisamos ter neste momento, quando estamos já iniciando o debate da LDO e, posteriormente, trataremos do Orçamento Geral da União.

Estaremos aqui acompanhando esse debate. Eu sou Líder do meu partido, o Cidadania, mas nós teremos aqui também com assento nesta Comissão o Senador Alessandro.

Finalizo, Presidente, dizendo que ontem nós tivemos a aprovação da PEC 61/15, com a qual faremos o remanejamento de emendas individuais como doação. Essa alteração foi proposta pelo Senador Rodrigo Pacheco, em emenda de redação de plenário. Assim vamos atender diretamente o Fundo de Participação dos Estados ou o Fundo de Participação dos Municípios. Se tivermos a mesma agilidade na tramitação da PEC aqui na Câmara dos Deputados, teremos, de forma muito mais rápida, essa aprovação, que impedirá, por exemplo, que a burocracia, que o emperramento da máquina pública, nos impeça de atingir, sobretudo, os pequenos Municípios do Brasil, para termos efetividade na aplicação dos recursos e, principalmente, garantia de conclusão de grandes obras no Brasil.

Há milhares de obras paradas. No meu entendimento, isso não é normal, não é um caso, no meu entendimento, apenas de má gestão, mas de burocratização, de emperramento da máquina. Nós acabamos perdendo até 11% de taxa de administração na Caixa Econômica. Também houve um avanço com a aprovação da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emenda impositiva de bancada. O nosso Estado vai chegar a quase a 1 bilhão de reais no prazo de 3 anos com as emendas de bancada. Então, isso realmente é um avanço no fortalecimento dos Municípios e uma garantia da nossa repactuação do pacto federativo.

Portanto, eu quero cumprimentar V.Exa. e dizer que o Cidadania estará aqui, tanto com a representação do Senado quanto com a da Câmara dos Deputados, para fazer com que o orçamento possa priorizar aqueles Estados e aquelas políticas que precisam de atendimento maior, para fazer o equilíbrio entre a questão social e a questão fiscal.

Parabéns a V.Exa. e sucesso na condução desta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço à nobre Senadora Eliziane Gama as palavras.

Tem a palavra a ilustre Deputada Jaqueline Cassol.

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO) - Boa tarde a todos.

Gostaria de parabenizar o Senador Marcelo Castro pela assunção da Presidência, cumprimentar, na sua pessoa, todos os demais pares e dizer da minha satisfação de hoje fazer parte, juntamente com o Deputado Cacá e com o Deputado Hiran da Comissão Mista de Orçamento. Agradeço ao nosso Líder, o Deputado Arthur Lira.

É muito importante, conforme foi dito aqui, a cobrança pelos órgãos executores das emendas, como a Caixa Econômica tem feito e agora até os Ministérios estão fazendo também. O Ministério da Defesa, através do Calha Norte, está cobrando 3% do valor de cada emenda.

Eu venho do Estado de Rondônia. Sou advogada, estou no primeiro mandato, mas sempre trabalhei tanto no Município quanto no Estado, e eu sei o quanto faz diferença 1%, 2%, 3% para o Município.

Também gostaria de deixar um registro aqui em relação à burocracia excessiva e à demora no pagamento dessas emendas. Nós temos empenhos que têm 2, 3, 4, 5 anos. O Parlamentar encerra o mandato, quando se trata de Deputado, e não consegue empenhar a emenda. Temos que rever essa questão.

No mais, quero desejar ao Presidente muita sorte e sucesso. Conte conosco nesta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço à Deputada Jaqueline Cassol as palavras.

Passo a palavra ao Deputado Marreca Filho.

O SR. MARRECA FILHO (PATRI - MA) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pelo seu novo posto agora e desejar-lhe muito sucesso. V.Exa. é a pessoa mais indicada para conduzir os trabalhos desta Comissão neste momento. V.Exa. é do Piauí, é piauiense. Eu venho do Maranhão, sou maranhense. Estou agora no meu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, substituindo o meu pai, que esteve como Deputado Federal na legislatura passada.

Eu, como jovem do Patriota, quero agradecer ao meu partido a oportunidade de fazer parte desta importante Comissão Mista de Orçamento. Quero parabenizar também os Senadores pelo trabalho na aprovação da PEC 61, que injeta recursos na veia, diretamente nos problemas, e os problemas estão nos Municípios. Trata-se de uma boa oportunidade para que se desburocratizem procedimentos. Agora a PEC vai ser apreciada pela Câmara, mas tenho certeza de que será aprovada o mais rápido possível.

Eu falo da importância da aprovação dessa PEC porque os problemas estão nos Municípios. Aproveito para cumprimentar todos os Prefeitos do Maranhão que estão presentes nessa importante Marcha dos Prefeitos, quando se resolve, se decide e também se aprende muita coisa.

Para finalizar, quero desejar boa sorte a V.Exa. e a todos nós. Que Deus nos abençoe e que possamos conduzir os trabalhos da melhor forma possível, para que sejamos motivo de orgulho para as nossas bases, os nossos Estados e o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Marreca Filho. Desejo-lhe sucesso no mandato.

Como último orador inscrito, passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, primeiro, parabéns pela eleição! V.Exa. certamente, em muitos momentos, expressará diferença entre Deputados, porque somos uma Casa política e temos programas e visões de mundo diferentes, mas quero deixar muito claro o meu respeito por V.Exa. Desejo-lhe sucesso na condução dos trabalhos desta Comissão, que é a mais importante do Congresso Nacional, na minha avaliação, porque nada se faz, se o orçamento não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

expressar realmente a capacidade financeira do Estado brasileiro, e não seja mera peça de ficção nem mera peça autorizativa para não ser cumprida. Seja qual for o Governo, há muitas vezes interesse de se iludir a sociedade com a peça orçamentária e manipular depois o orçamento com transferências de recursos para diferentes despesas.

Dito isso, vou fazer uma proposta para reflexão, porque eu tenho até um temor, em um País de tantas catástrofes, que isso acabe virando uma chuva de demandas.

Há um elemento de despesa relacionado com a defesa civil. No Piauí, o Rio Poti — ou Moti, que em tupi significa "camarão" — está naquela situação de alagamento. Não sei qual foi o impacto social, mas realmente as consequências são graves. No Rio de Janeiro, é inquestionável que a catástrofe é muito séria, com dez vidas ceifadas.

Eu sou oposição ao Governo do Estado do Pará, de seu colega de partido Helder Barbalho. Mas não há oposição e Governo, no caso da ocorrência de catástrofe. E tivemos uma lá há 5 dias, com a queda de parte de uma ponte importante sobre o Rio Moju, um dos maiores rios do Pará, na alça viária que permite a ligação de Belém com praticamente todos os Municípios ao sul do Estado, em mais de mil quilômetros de distância, e outras regiões. A ponte sofreu o choque de uma balsa, cujo condutor, que deve ser um pobre coitado, não tinha licença. A balsa também não estava licenciada. O horário era proibido, porque ele estava pilotando de madrugada. E o material que levava também não poderia ser transportado daquele jeito, porque é contaminante e degenerativo: rejeitos de dendê. O Pará é o maior produtor de dendê no País; superou a Bahia há muito tempo.

A desgraceira não foi pior porque não vazaram da balsa as toneladas de rejeitos de dendê. Mas 240 metros da ponte estão inviabilizados. Deputados, quem conhece Belém sabe que os portos são pequenos e agora estão ocorrendo engarrafamentos permanentes. Não é aquela coisa que ocorre nos finais de semana com os paulistas, que gostam de engarrafamento, porque sabem que vai haver engarrafamento de 6 horas e, ainda sim, querem exercer o direito ao lazer. Não! Lá ocorrem engarrafamentos todos os dias de trabalho. E a economia está tendo um prejuízo muito grande.

O que eu queria sugerir? Que nós abrissemos crédito, usando um elemento de despesa já existente, com previsão de no máximo 200 milhões de reais dos 800





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

milhões de reais que estão orçados, para atender a algumas demandas emergenciais, claro, com diálogo com o Ministro da Economia, com o Governo Federal.

Eu creio que algumas situações emergenciais precisam ser olhadas, e a nossa Comissão, de algum modo, pode ajudar.

Era isso. Obrigado pela atenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço ao nobre Deputado Edmilson Rodrigues as palavras.

Não mais havendo oradores inscritos, vou cumprir as determinações para encerrar a sessão, antes anunciando a presença que muito nos honra da Líder do Governo no Congresso Nacional, a Deputada Joice Hasselmann. *(Pausa.)*

O Deputado Lucas Gonzalez pediu a palavra.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar V.Exa. pela eleição e desejar a V.Exa. sucesso à frente desta Comissão tão importante.

Para mim é uma grande honra, em meu primeiro mandato e experiência pública, compor esta Comissão que vai discutir o orçamento do nosso País, de norte a sul, de leste a oeste, passando por todos os Ministérios e por toda a situação que o brasileiro vive.

Desde já, queria fazer uma reflexão em nome do povo mineiro e do Partido Novo. Não adianta esta Comissão refletir, pensar e votar apenas o orçamento dos outros, sem repensar o nosso orçamento. Acho que, eleitos representantes do povo, devemos começar a dar exemplo com controle de gastos e austeridade na nossa própria atuação parlamentar.

Então, deixo aqui o registro da minha reflexão, para termos também atenção com o orçamento desta Casa, a fim de termos mais celeridade e mais eficiência. Devemos deixar de lado as brigas pessoais e pensar no que de fato é relevante para o nosso País, e isso passa aqui por esta Comissão.

É o registro que quero deixar aqui.

De novo, quero desejar a V.Exa. sucesso à frente dessa relevantíssima Comissão, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cumprimento todos os colegas. Para mim é uma grande honra compor esta Comissão ao lado de Deputados e Senadores com história tão bonita no Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos as palavras a V.Exa.

Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, informo que o dia 15 de abril é o prazo regimental para a indicação das relatorias e comitês.

Deverão ser indicados o Relator da Receita, os Relatores dos projetos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e as do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Quanto às indicações para Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, informo que serão definidas após a alteração da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O dia 15 de abril também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece o art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

Tendo em vista dia 15 ser segunda-feira, e a Semana Santa iniciar-se logo após, fica estendido até terça-feira, dia 23, o prazo para as Lideranças encaminharem as indicações.

Solicito também a indicação por parte dos Líderes partidários dos Parlamentares que integrarão o colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão, até o dia 23 de abril.

Informo que, inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, neste plenário, até que haja acordo com o novo colegiado da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de encerrar, quero agradecer de maneira formal a todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que, por aclamação, indicaram o meu nome para presidir esta importante Comissão e para fazer este relevante trabalho para a sociedade brasileira.

Em especial, quero fazer um agradecimento ao meu Líder, o Senador Eduardo Braga, que teve a gentileza, a distinção e a confiança de indicar o meu nome para presidir esta Comissão tão importante para o nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019.

[illegible]



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 24.04.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matéria constante da pauta.

Suspendo a reunião por 30 minutos, enquanto debatemos no Colégio de Líderes. Depois voltaremos para tomarmos decisões.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reaberta a reunião.

Como não houve consenso sobre a pauta de hoje, nós vamos convocar reunião ordinária para o dia 7 de maio, terça-feira, às 14h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2019.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Felipe Francischini, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Aureo Ribeiro, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Flaviano Melo, Fred Costa, Gilberto Abramo, Gurgel, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho e Ronaldo Carletto; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana e Oriovisto Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Célio Moura, Claudio Cajado, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Sávio, Felício Laterça, Flávia Morais, Liziane Bayer, Pastor Gildenemyr e Wilson Santiago. Teve a ausência justificada o Senador Titular Elmano Férrer. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Edmilson Rodrigues, Filipe Barros, Jhonatan de Jesus, Joice Hasselmann, Lucio Mosquini, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia sete de maio de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. O Presidente anunciou que foi distribuído, no plenário, aos membros da CMO, Informativo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, elaborado pela Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para conhecimento e análise, tendo em vista que será tema de reunião de audiência pública com o Ministro da Economia. Logo após, o Presidente informou que havia sido atingido o *quórum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **EXPEDIENTES.** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 14 de dezembro de 2018 a 07 de maio de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Prosseguindo os trabalhos, o Presidente informou as seguintes indicações para os cargos da Mesa da CMO: Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), para Primeiro Vice-Presidente, conforme Ofício nº 153/2019/PDT, de 10 de abril de 2019, do Deputado André Figueiredo, Líder do Bloco PDT, AVANTE, PV; e Deputado Josimar Maranhãozinho (PR/MA), para Primeiro Vice-Presidente, conforme Ofício nº 124 – LPR, de 16 de abril de 2019, do Deputado Wellington Roberto, Líder do Partido da República – PR. Em seguida, informou que para o cargo de Segundo Vice-Presidente, estava aguardando ofício do Senado Federal, com a indicação do Senador Elmano Férrer (PODE/PI). E para o cargo de Terceiro Vice-Presidente, caberia ao Partido dos Trabalhadores, e aguardava o ofício com a indicação do Deputado Beto Faro (PT/PA). O Presidente esclareceu que não havia consenso sobre a indicação para o Cargo de Primeiro Vice-Presidente e suspendeu a apreciação para próxima reunião. **AVISOS.** O Presidente comunicou que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foram recebidos pela CMO os Ofícios de números 12 e 13 de 2019, do Deputado Edmilson Rodrigues, que encaminham requerimentos de Indicações ao Poder Executivo para abertura de Créditos, destinados, respectivamente, aos Estados do Piauí, devido a situação de calamidade pública, após intenso período de chuvas que atingiu aquela região, e do Pará, em virtude da queda de parte de uma ponte do complexo Alça Viária, que é de suma importância para a economia regional. Informou, também, que a Secretaria da CMO enviou à todas as Lideranças Partidárias ofícios solicitando as indicações para a composição dos Comitês Permanentes da CMO. Em sequência, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião Extraordinária, realizada no período de 17 e 30 de outubro; 07, 13, 20, 27 e 28 de novembro; e 11 e 13 de dezembro de 2018; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO, realizada em 10 de abril de 2019; e 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Continuando com os avisos, o Presidente informou que será designado o Deputado Cacá Leão (PP/BA) para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 – PLDO/2020, de acordo com a indicação constante do Ofício nº 438-L-Democratas, de 10 de abril de 2019, do Deputado Elmar Nascimento, Líder do DEM e do Bloco (PP/PSD/MDB/DEM/PTB). E anunciou que será designado o Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR) para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2020/2023, de acordo com a indicação constante do Ofício BLPPP nº 02/2019, de 16 de abril de 2019, do Senador Eduardo Girão, Líder do Bloco Parlamentar (PSDB/PODE/PSL). Comunicou, também, que será designado o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) sendo consequentemente, o Coordenador do Comitê de Avaliação da Receita – CAR, de acordo com a indicação constante do Ofício nº 037/2019 – BLOCO VANGUARDA, de 07 de maio de 2019, do Senador Wellington Fagundes, Líder do Bloco Vanguarda (DEM/PR/PSC). O Presidente esclareceu que, em virtude de notícia que o Governo irá desmembrar o Ministério do Desenvolvimento Regional, em Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional, serão mantidas as dezesseis áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, constantes da *Resolução nº 01/2006-CN*, e na Área de Defesa e Justiça será incluída Segurança. E alertou que, como essa mudança traz consequências nas escolhas das Relatorias Setoriais, a indicação aos Cargos de Relatores Setoriais ficou adiada. Informou que no dia 09 de maio, quinta-feira, às 11 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, que irá prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 - **Projeto de Lei nº 5/2019-CN** – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências”, em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. E comunicou, que no dia 16 de maio, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haverá Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, que apresentará a Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os Resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre do exercício de 2017; e 1º e 2º semestres do exercício de 2018, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Participarão, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. E informou que foi distribuído a todos os membros da CMO, Proposta de Alteração na *Resolução nº 01/2006-CN*, para adequação à nova realidade ministerial e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

à PEC da impositividade das Emendas de Bancada Estadual, para conhecimento e elaboração de críticas, visando análise da matéria. O Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO) questionou ao Presidente se o critério para indicação dos Membros da Mesa da CMO seria o mesmo para indicação dos Relatores Setoriais. O Presidente afirmou que o critério é diferente, e esclareceu que a tradição desta Comissão, é quanto aos partidos ou blocos parlamentares a que pertençam o Presidente e o Relator-Geral do Orçamento, para não ocuparem os cargos de vice-presidentes na Mesa. Os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária anual são indicados pelas lideranças partidárias segundo os critérios da proporcionalidade partidária e da proporcionalidade dos membros de cada Casa na CMO. E assim, o Presidente anunciou a seguinte ordem de escolha das Relatorias Setoriais à Lei Orçamentária Anual para 2020: 1ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil – MDB/PP/PRB; 2ª e 3ª escolha caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN; 4ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL; 5ª e 6ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN; 7ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Senado Independente PDT/REDE/PPS/PSB; 8ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN; 9ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PDT, PODE, SOLIDARIEDADE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV, DC; 10ª escolha, caberá ao Senado Federal – PSD; 11ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – PT; 12ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN; 13ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática PT/PROS; 14ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PDT, PODE, SOLIDARIEDADE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV, DC; 15ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Vanguarda DEM/PR/PSC; e 16ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – PSB. Por fim, o Deputado Cacá Leão (PP/BA) comentou a questão. **ORDEM DO DIA.** Eleição do Terceiro Vice-Presidente da Mesa da CMO. O Presidente informou que recebeu o OF nº 265/2019 – GAB-LidPT, de 07 de maio de 2019, do Deputado Paulo Pimenta, Líder do PT, com a indicação do Deputado Beto Faro (PT/PA), para o Cargo de Terceiro Vice-Presidente da Mesa da CMO. Havia também, OF nº 268/2019 – GAB-LidPT, de 07 de maio de 2019, do Deputado Paulo Pimenta, Líder do PT, encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, com a indicação do Deputado Beto Faro para membro titular da CMO. Em seguida, o Presidente propôs ao Plenário que a eleição para o cargo de Terceiro Vice-Presidente da Mesa da CMO para 2019 fosse por aclamação, de acordo com a indicação supracitada. A Proposta de Eleição por aclamação foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleito e empossado o Terceiro Vice-Presidente da Mesa da CMO para 2019, Deputado Beto Faro (PT/PA). Em seguida, os Deputados André Figueiredo (PDT/CE) e Aluisio Mendes (PODE/MA) manifestaram-se sobre a indicação para o Cargo de Primeiro Vice-Presidente da Mesa da CMO. Pauta. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 865/2018-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 225.710.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e dez mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) informou que o PT faria obstrução à apreciação da matéria e solicitou a sua retirada da pauta. O Senador Luiz do Carmo (MDB/GO) solicitou a inclusão na pauta do **Requerimento nº 05/2019-CMO**. O Presidente deu continuidade à apreciação da matéria e concedeu a palavra ao Relator, Deputado Hiran Gonçalves, que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Nelson Pellegrino (PT/BA), Wilson Santiago (PTB/PB), Bohn Gass (PT/RS), Celso Sabino (PSDB/PA), Claudio Cajado (PP/BA), Márcio Marinho (PRB/BA), Domingos Neto (PSD/CE), Beto Faro (PT/PA), e os Senadores Izalci Lucas (PSDB/DF) e Vanderlan Cardoso (PP/GO). O Presidente encerrou a discussão e não havendo consenso, **adiou** a votação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da matéria, para próxima reunião deliberativa. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 01/2019-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública com o tema “Autonomia do Banco Central”. Autor: Deputado Edmilson Rodrigues. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA), e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). O Deputado Bohn Gass apresentou o Requerimento. O Senador Izalci Lucas sugeriu a inclusão de dois convidados: Dr. Ilan Goldfajn, ex-Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN e o Sr. Marcus Lisboa, Presidente do Instituto de Ensino - INSPER. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento com as alterações propostas foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03. Apreciação do **Requerimento nº 02/2019-CMO**, que “Solicita seja convocado o Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, afim de prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre proposta de Desvinculação Total do Orçamento (PEC do Orçamento).” Autores: Deputados Beto Faro (PT/PA), Bohn Gass (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA), Vander Loubet (PT/MS), Zé Carlos (PT/MA) e Zeca Dirceu (PT/PR). O Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) solicitou ao Deputado Beto Faro (PT/PA) que o termo “convocado” fosse substituído por “convidado” e o autor concordou com a alteração. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento com a alteração proposta foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação **Requerimento nº 03/2019-CMO**, que “Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Economia sobre a projeção atual para cumprimento da Regra de Ouro de que trata o art. 167, III, da Constituição Federal, como subsídio à análise do PLN 04/2019-CN”. Autor: Deputado Hildo Rocha. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Bohn Gass (PT/RS), Cacá Leão (PP/BA) e Domingos Neto (PSD/CE). Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 04/2019-CMO**, do Deputado Hildo Rocha, e o **Requerimento nº 05/2019-CMO**, do Senador Luiz do Carmo, nos termos do art. 214, *parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*. O Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 04/2019-CMO**, que “Requer realização de audiência pública, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para discutir a Projeção anual para o exercício de 2019, de despesas de capital e receitas de operações de crédito, a serem consideradas para cumprimento da Regra de Ouro, de que trata o art. 167, III, da Constituição Federal. Sugerindo, os seguintes convidados para o debate: Representantes do Ministério da Economia, da Secretaria de Orçamento Federal, e do Tribunal de Contas da União – TCU; Sra. Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã, e o Sr. Luís Carlos Hauly, ex-deputado federal e especialista em finanças públicas.” Autor: Deputado Hildo Rocha. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Domingos Neto (PSD/CE), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Bohn Gass (PT/RS). O Deputado Domingos Neto (PSD/CE) sugeriu a inclusão do Secretário do Tesouro Nacional, e o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) sugeriu a inclusão de Representante do Instituto Independente do Senado Federal, como convidados para o debate. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento com as alterações propostas foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 05/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública para discutir os cortes nas Instituições de Ensino Superior e na Educação Básica anunciados pelo Ministro da Educação, Sr. Abraham Weintraub.” Autor: Senador Luiz do Carmo. O Requerimento foi subscrito pelos Deputados Beto Faro (PT/PA), Bohn Gass (PT/RS), Cacá Leão (PP/BA), Domingos Neto (PSD/CE), Nelson Pellegrino (PT/BA), e pelos Senadores Carlos Viana (PSD/MG) e Izalci Lucas (PSDB/DF). Discutiram a matéria os Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Claudio Cajado (PP/BA) e Domingos Neto (PSD/CE). Em votação, o Requerimento foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 07.05.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos aguardando dar o quórum no Senado. Ainda está faltando um Senador. *(Pausa.)*

A Consultoria da CMO fez um resumo da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós vamos distribuí-lo para servir de roteiro e para o conhecimento de cada um, até para V.Exas. se municiarem para a audiência que haverá na quinta-feira com o Ministro da Economia, marcada para as 11 horas de quinta-feira.

Estamos só aguardando o quórum do Senado, para podermos começar a deliberar. *(Pausa.)*

Já há quórum. Podemos deliberar.

Nós temos que fazer a escolha de três Vice-Presidentes. A 1ª Vice-Presidência cabe ao Bloco do PDT, mas está havendo uma divergência. Nós estamos preferindo deixar para escolher na próxima reunião. A 2ª Vice-Presidência cabe a um Senador, que já foi indicado oralmente, mas não por escrito. Seria o Senador Elmano Férrer, do Podemos, mas o Líder, o Senador Girão, ainda não oficiou. Então, nós estamos impedidos, por enquanto, de deliberar. E a 3ª Vice-Presidência cabe ao PT, que nós estamos esperando que faça a indicação oficial, para podermos fazer a votação, de preferência, por aclamação, como aconteceu com os outros cargos da Mesa.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O requerimento do Líder da bancada deve estar chegando em breve. Indicaremos o Deputado Beto Faro para o cargo de 3º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo. Vamos aguardar, então.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 14 de dezembro de 2018 até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Comunico aos senhores membros as seguintes indicações.

Correspondências internas recebidas.

Indicações para o cargo de 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que está em suspenso.

O segundo é o Ofício nº 124, de 16 de abril de 2019, do Líder do Partido da República, Deputado Wellington Roberto, que indica o Deputado Josimar Maranhãozinho.

Indicação para o cargo de Relator da receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020: Ofício nº 37, 7 de maio de 2019, do Bloco Vanguarda, do Líder do Bloco DEM/PR/PSC, Senador Wellington Fagundes, que indica o Senador Zequinha Marinho.

Também foram recebidos nesta Comissão os Ofícios nºs 12 e 13, de 2019, do Deputado Edmilson Rodrigues, que encaminham requerimentos de indicações ao Poder Executivo para abertura de créditos destinados, respectivamente, aos Estados do Piauí, devido à situação de calamidade pública após o intenso período de chuvas que atingiu a região, e do Pará, devido à queda de parte de uma ponte do complexo Alça Viária, que é de suma importância para a economia regional.

Avisos.

Informo que está prevista para ocorrer no dia 16 de maio, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 2, reunião conjunta de audiência pública com o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, que discorrerá sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

semestre do ano de 2017 e ao primeiro e segundo semestres do exercício de 2018, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

São convidadas a participar as seguintes Comissões da Câmara — Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle — e do Senado — Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Segundo aviso. Informo também que a Secretaria da CMO enviou a todas as Lideranças os ofícios solicitando as indicações para a composição dos Comitês Permanentes da CMO.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 1ª reunião extraordinária, realizada no dia 17 e 30 de outubro, 7, 13, 20, 27 e 28 de novembro, e 11 e 13 de dezembro de 2018; reunião de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 10 de abril de 2019; 1ª reunião extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

O PT ainda não fez o ofício designando...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está chegando.

Então, vamos esperar mais um pouco. A votação para a 1ª Vice-Presidência, que seria feita hoje, ficou para a próxima reunião. Não há conflito para a votação para a 2ª Vice-Presidência, mas o Senador Girão não mandou o ofício. Estamos esperando um ofício do PT para a 3ª Vice-Presidência.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de se fazer a eleição...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos esperar chegar a indicação do PT, para fazermos pelo menos a eleição da 3ª Vice-Presidência. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre uma questão de formalidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É só uma questão de formalidade. Antes também nos foi solicitado que, para compormos a Mesa, precisaríamos ser titulares. Nós estamos efetivando uma mudança. Eu passarei da condição de titular para suplente, para que o companheiro, o Deputado Beto Faro, possa ser titular. Nesse caso, ele terá a possibilidade de estar na Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É apenas uma formalidade. Peço até a compreensão dos colegas aqui.

(Não identificado) - Não, está tranquilo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Da nossa parte, é só uma questão de formalidade. Não precisaríamos esperar, porque, efetivamente, o ofício com essa alteração já está a caminho.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O ofício chegará rapidamente.

Vamos esperá-lo, então.

Item 2. Indicação dos Relatores da LDO, do PPA e da receita.

O Relator da LDO 2020 será o Deputado Cacá Leão, indicado pelo Bloco, Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN.

Se houver a anuência, a concordância do Deputado, nós poderemos passar para o segundo item.

PPA...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, qual é o segundo item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É a indicação das relatorias: LDO, PPA e receita.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para a relatoria do PPA, o Senador Oriovisto Guimarães, do Podemos do Paraná, foi indicado pelo Bloco PSDB/PODE/PSL.

Para a relatoria da receita, o Senador Zequinha Marinho, que também vai ser o Coordenador do Comitê de Avaliação da Receita, foi indicado pelo Bloco DEM/PR/PSC.

Essa etapa está vencida.

Relatorias setoriais.

Falei com os Líderes para indicarmos as relatorias setoriais hoje, mas houve uma notícia de que o Governo vai desmembrar o Ministério do Desenvolvimento Regional em Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional. Com isso, nós teremos um Relator do Ministério das Cidades, como era no passado, e teremos um outro Relator do Ministério da Integração Nacional. A ideia é continuar com as mesmas 16 relatorias, as que sempre tivemos aqui, fundindo a relatoria da defesa com a da justiça e segurança, fazendo uma relatoria só. Aí nós continuaríamos com as mesmas 16 relatorias.

Como isso traz consequências para a escolha dos Relatores, e a primeira pedida cabe ao Senado, ao Bloco do PMDB/PP/PRB, a indicação não será feito hoje. Eu vou entrar em contato com o bloco, para ver se já definiram realmente que haverá a divisão. Pedirei que o bloco se antecipe em fazer a primeira escolha, a fim de que os demais possam fazer as outras escolhas. A segunda e a terceira relatorias cabem ao Bloco da Câmara; a quarta relatoria cabe ao bloco encabeçado pelo PSDB no Senado; e assim vai até a 16ª relatoria.

Eu quero comunicar a todos que hoje nós estivemos no Ministério da Economia em audiência com o Ministro Paulo Guedes. Acompanharam-nos o nosso Relator, o Deputado Domingos Neto, e o Líder do Governo no Senado, o Senador Fernando Bezerra. O Ministro Paulo Guedes, com uma agenda muito cheia, muito puxada, virá aqui amanhã discutir a reforma da Previdência.

Então, ficou marcada para quinta-feira, às 11 horas da manhã, a reunião para a discussão da LDO. Em seguida, preenchido esse pré-requisito, o nosso Relator, o Deputado Cacá Leão, já poderá apresentar o relatório preliminar. Definido o prazo, poderemos apresentar as emendas à LDO.

Nós também queremos comunicar aos membros da Comissão que teremos, no dia 16 de maio, às 10 horas, no Plenário nº 2, reunião com o Sr. Roberto Campos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neto, Ministro do Banco Central do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre os objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. Então, no próximo dia 16, quinta-feira, estará presente aqui o Sr. Roberto Campos Neto para essa audiência pública.

Nós estamos propondo também uma alteração na Resolução nº 1. Foi distribuído a todos aquilo que nós estamos querendo mudar. Vamos fazer tudo de maneira transparente, dentro de um consenso. Aquilo que não for consensuado entre nós aqui não entrará na reforma, para que possamos adaptar a Resolução nº 1 à realidade que nós vivemos hoje, a mudança que houve nos Ministérios do Governo Bolsonaro e também a nossa, que já estamos contando com ela, a PEC da impositividade das emendas de bancada. Isso tem que ser adaptado à nova realidade.

Espero que V.Exas., os senhores e as senhoras, no mais breve espaço de tempo possível, façam uma crítica das nossas propostas. Aquilo que tiver amplo consenso, nós vamos botar para a frente. O que não for consensual, vamos retirar e deixar constar.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Vicentinho Júnior. V.Exa. tem a palavra.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - O Deputado Josimar Maranhãozinho não estava aqui na última reunião da Comissão. S.Exa. estava enfermo, adoentado. Como foi lido há pouco, houve uma indicação prévia do Líder do PR, a indicação dele para a 1ª Vice-Presidência. Está certo que ficou pacificada a questão de o partido que está no bloco do Presidente, culturalmente, não indicar a 1ª Vice-Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É, não pode.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - Esse mesmo critério vai ser seguido também para as relatorias setoriais, para respeitar a questão partidária independente das duas Casas ou não? Quero só que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não. As proibições aqui são só para a LDO, o PPA e a receita. Relatorias setoriais não têm essa proibição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também foi distribuído a V.Exas. o material que contém como os blocos vão indicar. A primeira indicação cabe ao Bloco MDB/PP/PR, do Senado Federal.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO) - É do Bloco ao qual o PR faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A segunda e a terceira indicações cabem ao Bloco aqui da Câmara. A quarta indicação cabe ao Bloco PSDB/PODE/PSL, do Senado. A quinta e sexta indicações cabem ao Bloco da Câmara. A sétima indicação cabe ao Bloco PDT/REDE/PPS/PSB, do Senado. A oitava indicação cabe ao Bloco da Câmara, Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN. A nona indicação cabe ao Bloco PDT/PODE, apelidado aqui de Bloquinho. A décima indicação cabe ao Senado Federal, ao PSD. A décima primeira indicação cabe ao PT da Câmara. A décima segunda indicação cabe ao Bloco da Câmara. A décima terceira indicação cabe ao Bloco PT/PROS, do Senado. A décima quarta indicação cabe ao Bloquinho, Bloco PDT/PODE/SDD, da Câmara. A décima quinta indicação cabe ao Senado Federal, Bloco DEM/PR/PSC. A décima sexta indicação cabe ao PSB da Câmara.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu acho que essa é uma questão *interna corporis* dos blocos.

A sugestão que dou é que, já preservada e matematicamente calculada a proporcionalidade, os coordenadores dos blocos aqui na Comissão se reúnam para decidir que critério vai ser utilizado nesses pedidos.

Acho que essa é uma questão que envolve, *interna corporis*, os partidos que estão envolvidos no bloco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro, sem dúvida.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Acho que esse não é um critério que deva ser definido aqui, e, sim, *interna corporis*, pelos coordenadores dos partidos devidamente já indicados pelos blocos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O que eu disse? A primeira indicação vai caber ao bloco do Senado Federal encabeçado pelo PMDB. A segunda e a terceira indicações cabem à Câmara. Evidentemente, a Câmara vai esperar primeiro o Bloco escolher. Quem estiver no Senado, em quarto lugar, vai... Então, vai ser uma sequência: o primeiro escolhe um, e o segundo escolhe o outro. Será assim até chegar ao final.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Chegou à Mesa do Congresso a indicação do PT para a 3ª Vice-Presidência, do nobre Deputado Beto Faro. Em substituição, S.Exa. passa a ser titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o Deputado Bohn Gass passa a ser suplente.

Se todos estiverem de acordo, como já fizemos na outra eleição, podemos fazer por aclamação a indicação do colega, o Deputado Beto Faro, para a 3ª Vice-Presidência.

Posso considerar aclamado? *(Pausa.)*

Parabéns ao Deputado! *(Palmas.)*

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Presidente, eu não estava presente — também estou na Comissão da reforma da Previdência —, e soube que foi suspensa a escolha do 1º Vice-Presidente aqui da CMO por conta de uma divergência interna dentro do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exato.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - A grande questão é a seguinte: o Líder do bloco, por ocasião de sua formação para efeitos de CMO, era a minha pessoa. Eu queria saber, Presidente, se essa Liderança é desconsiderada. Se ela for desconsiderada, o bloco também tem que ser. Se essa Liderança for desconsiderada no momento do encaminhamento do nome para a 1ª Vice-Presidência, creio que estamos abrindo um precedente para o bloco também ser desconsiderado.

Então, eu gostaria que V.Exa. mais uma vez, analisasse a situação. Estamos abrindo um precedente perigosíssimo, muito grande, porque o PDT é o maior partido do bloco. Nós estamos em diálogo com outros partidos. Compreendo o pleito do Podemos. Inclusive eles teriam uma relatoria adjunta, que, da mesma forma, é uma indicação do Líder do bloco. As relatorias setoriais são indicação do Líder do bloco.

Se formos fazer com que blocos, internamente, fiquem nesse constante embate, nós vamos abrir um precedente muito forte. Isso, inclusive, repercute em outras Comissões da Casa.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, peço a palavra pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Eu acho que, devido à composição dos blocos, como a de qualquer partido, há de haver discussão interna sobre essas indicações.

Em nenhum momento, o Podemos e o Solidariedade, os dois segundos maiores partidos do bloco, que, somados, são maiores do que o PDT, foram consultados sobre essas indicações. E nós não concordamos. Achamos que o Líder André deveria ter chamado os partidos e conversado internamente antes dessa indicação. Esse diálogo não aconteceu.

Nós estamos pedindo que essa eleição não seja feita hoje. Conversamos hoje com o PROS, conversamos com o Avante, e todos concordam que essa indicação não passou por um consenso dentro do bloco. Não há aqui — *data venia* ao Líder André — uma imposição do Líder do bloco para a indicação. Isso tem que ser discutido internamente. Aqui não há uma posição de que o PDT, por ser o maior partido, vá fazer essa indicação.

Eu procurei o Líder André e disse a ele que, numa possível composição, existiriam três posições disponíveis para o bloco: uma Vice-Presidência e duas relatorias. E ele não abriu mão de indicar a Vice-Presidência e uma relatoria. Nós não concordamos com isso. Tem que haver uma distribuição equânime dentro do bloco. Então, nós queremos mais tempo para nos sentar com o Líder André e com os outros partidos para fazermos uma composição com relação a essa indicação.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Peço a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Peço até desculpas aos outros membros da Comissão, mas seria interessante que o Líder Aluisio, antes de fazer esse debate com outros partidos a fim de referendar esse pleito do Podemos, tivesse também nos procurado, porque, desde o primeiro momento em que nós dialogamos, Deputado Aluisio, em nenhum momento V.Exa. me procurou. Muito pelo contrário, V.Exa. procurou Líderes de outros partidos. Da mesma forma que Podemos e Solidariedade são maiores, basta o PCdoB vir — e já veio —, que também seremos maiores.

Então, isso aqui não é um embate. O que nós estamos querendo aqui é, primeiro, dizer que não tem nada a ver a posição da Mesa da CMO e a indicação das relatorias setoriais. Se assim o fosse, quem estivesse na Mesa não poderia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

participar da maioria das Comissões permanentes. Digo isso só para fazermos uma analogia. Quem está na Mesa da CMO não tem nada a ver com a indicação das relatorias setoriais, se fizermos uma analogia com a Mesa Diretora da Câmara e com as Comissões permanentes. É algo muito semelhante. Não tem nada a ver. Essas são questões tratadas separadamente. O Podemos tem a segunda maior bancada, e eu já havia garantido a eles uma relatoria setorial.

Agora, ficar trazendo a questão para cá, para o âmbito da CMO, em vez de fazermos esse debate internamente — ficarmos discutindo aqui com outros partidos —, eu acho que não é salutar.

Coloco-me à disposição — até para evitar esse desconforto que está sendo causado, mais uma vez, aqui no âmbito da Comissão —, para resolvermos isso e trazermos, já na próxima reunião, a situação encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu acho que essa é a melhor solução.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Concordo. E só fazendo um parêntese aqui, Líder André, eu procurei V.Exa. duas vezes para tratar desse assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Não, eu te disse para conversarmos. Você disse que estava...

Mas vamos esquecer, vamos nos sentar para discutir isso internamente. Vamos resolver essa pendência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro. Essa é uma questão que tem que ser resolvida dentro do bloco. Não é para resolvermos aqui no plenário da Comissão.

Nós vamos colocar em votação a eleição do Deputado Beto Faro para 3º Vice-Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Já foi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi, mas eu não havia botado formalmente em votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu entendi que V.Exa. votou por aclamação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, na Câmara, quem estiver de acordo fique como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos botar em votação no Senado.

Quem estiver de acordo fique como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, por aclamação, por unanimidade, está eleito aqui o nosso colega, o Deputado Beto Faro, para 3º Vice-Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pode confiar nesse Vice, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza!

Ordem do dia.

Nós temos aqui o item 1 da pauta.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 865, de 2018, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República no valor de 225 milhões e 710 mil reais, para os fins que especifica. Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Encerrado o prazo regimental à medida provisória, não foram apresentadas emendas. Voto do Relator: pela aprovação da medida provisória na forma proposta pelo Executivo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, primeiro eu...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Hiran Gonçalves, aguarde só um instante.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu comuniquei a V.Exa., na reunião do Colégio de Líderes, que o PT tem discordância com esse crédito suplementar por dois motivos. Primeiro porque o Congresso Nacional foi atropelado pelo Governo Federal com a edição de uma medida provisória que tem um conteúdo semelhante a esse. Então, esse crédito já está, inclusive, ultrapassado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu comuniquei a V.Exa. também uma decisão da bancada do Partido dos Trabalhadores: nós vamos obstruir qualquer matéria que envolva remanejamento, orçamento ou recursos até que o Governo Federal se sente para conversar sobre o corte linear de 30% das universidades federais. Nós não concordamos com esse corte. Esse corte asfixia e inviabiliza o funcionamento das universidades brasileiras, inclusive das escolas superiores. Ontem o Presidente esteve no Colégio Dom Pedro II, onde houve inclusive uma manifestação contrária.

A nossa disposição é de obstruir a pauta. Nós não concordamos com esse corte. Nós vamos pedir a retirada de pauta dessa matéria e, se ela for colocada, nós vamos obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O PT está em obstrução.

Nós temos dois caminhos: retirar de pauta e colocar na próxima reunião ou tentar votar.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Eu gostaria de solicitar a inclusão na pauta do Requerimento nº 5, que requer audiência pública com o Ministro da Educação para esclarecer os cortes anunciados na sua Pasta. Mesmos que os cortes estejam embasados em decreto de contingenciamento, no mérito, isso não é saudável para o País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai ser colocado, Senador.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu quero subscrever esse requerimento.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria enfatizar que esse crédito já foi executado na sua totalidade. Esse crédito foi liberado para o nosso Estado em vista de uma crise sem precedentes que nós vivemos no final do ano. Os servidores do nosso Estado ficaram sem receber seus salários, o Estado entrou em regime de calamidade pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tivemos uma crise muito grande que foi agravada por essa imigração desenfreada de venezuelanos no nosso Estado. Ainda hoje vivemos essa situação. Esse crédito apenas mitigou, de certa maneira, uma situação de final de ano. Mas agora o Governo Bolsonaro liberou outra medida provisória, de mais de 223 milhões de reais, para tentar dar algum tipo de organização ao acolhimento dos venezuelanos.

Com a agudização da crise na Venezuela, aumentou e muito a entrada dos imigrantes pela nossa fronteira, em Pacaraima, de forma que eu queria apelar para o bom senso e para a sensibilidade dos queridos Sras. e Srs. Deputados e Senadores, para aprovarmos o mais rápido possível esse crédito para o nosso Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Hiran Gonçalves.

Então, eu passo a palavra a V.Exa. para ler o seu relatório. Vamos colocá-lo em votação.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Obrigado.

"I - Relatório.

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 865, de 20 de dezembro 2018, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República no valor de 225 milhões e 710 mil reais, para os fins que especifica. Conforme registra a Exposição de Motivos nº 247, de 2018 MP, de 19 de dezembro de 2018, a presente medida provisória possibilitou a execução de ações emergenciais necessárias à restauração da estabilidade político-institucional, à garantia da segurança pública e à continuidade de serviços públicos essenciais no Estado de Roraima, por meio do atendimento de despesas de pessoal e custeio.

Ainda conforme a Exposição de Motivos, a urgência do crédito justificou-se pela necessidade de prover meios que atenuassem os efeitos da crise financeira e fiscal que afetou o referido ente federado, agravada pela inadimplência do Poder Executivo estadual junto ao setor privado, aos demais poderes e aos servidores públicos estaduais.

Já a relevância baseou-se na situação de grave dificuldade vivida pela população que habita o Estado de Roraima, em decorrência da crise financeiro-fiscal





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e da deterioração institucional de diversos setores do poder público estadual, bem como pela determinação direta e expressa do Presidente da República quanto à necessidade de apoiar o Estado, reconhecida pelo Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018, posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional quando da promulgação do Decreto Legislativo nº 174, de 12 de dezembro de 2018.

Quanto à imprevisibilidade, ressaltou-se a impossibilidade de antever, para o exercício financeiro de 2018, o grave comprometimento da ordem pública, bem como a extensão de suas consequências para o Estado.

Informou-se que o crédito foi viabilizado à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a recursos ordinários, e que havia saldo de superávit financeiro suficiente para este atendimento.

Esclareceu-se ainda que a viabilidade em tese desta medida provisória foi atestada pelo Tribunal de Contas da União — TCU, em resposta à consulta formulada pelo Presidente da República quanto à possibilidade jurídica da transferência de recursos orçamentários para Estado sob intervenção federal, no âmbito do Acórdão nº 2.986, de 2018 — TCU – Plenário (Processo nº TC042.836/2018-2).

Encerrado o prazo regimental, à medida provisória não foram apresentadas emendas.

É o relatório."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão a matéria.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão para uma questão de ordem.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu quero aqui fazer um apelo ao Deputado Nelson Pellegrino e a toda a bancada do PT para encaminharmos a votação dessa medida provisória, relatada pelo Deputado Hiran Gonçalves.

Quero dizer que nós temos concordância, e eu falo como Coordenador do Progressistas nesta Comissão. Enquanto não ouvirmos as justificativas do Ministro da Educação — até porque acho que tudo isso começou numa trapalhada muito grande que o Ministro deu, falando primeiro de três universidades, definindo critérios





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para cortes na Universidade Federal Fluminense, na Universidade de Brasília e na nossa Universidade Federal da Bahia —, nós também não daremos andamento a nenhum tipo de proposta, a nenhum tipo de matéria que seja referente a esse quesito.

Quero aproveitar a oportunidade dessa questão de ordem para já subscrever o pedido de esclarecimento e o convite para que o Ministro venha a esta Comissão esclarecer o porquê desse valor tão grande, até porque o valor de 30% é maior do que o contingenciamento já anunciado previamente pelo Ministério da Economia, para fazermos essa discussão.

Então, apresento uma questão de ordem, no sentido de fazer um apelo ao Partido dos Trabalhadores e ao Deputado Nelson Pellegrino para darmos andamento à votação desse relatório do Deputado Hiran Gonçalves, que é uma matéria, como ele mesmo disse, que já aconteceu, que já foi discutida. Inclusive, o crédito já foi gasto. Aí, a partir deste momento, não daremos andamento a nenhuma pauta até que esses esclarecimentos aconteçam.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, em resposta à proposta do Deputado Cacá Leão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não tenho nada contra o Estado de Roraima. Nós temos divergências profundas quanto à política externa do Governo Bolsonaro, em relação à situação da Venezuela. Inclusive, acho que o Governo tem beirado — para ser condescendente com o Presidente e o seu Governo — o crime de responsabilidade, porque a nossa Constituição é muito clara, no art. 4º, quando diz que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, por alguns princípios, dentre eles o da não-intervenção em assuntos estrangeiros e o da busca pacífica de solução dos conflitos.

O Brasil não pode ingerir-se em assuntos externos. O Governo Bolsonaro vem aí, com o Governo dos Estados Unidos, forçando uma crise política na Venezuela para gerar o colapso do Governo venezuelano. Espero que não queira levar o Brasil a nenhuma aventura militar, muito menos sem a autorização do Congresso Nacional, porque parece que, no último episódio, beirou essa situação. Se nós temos uma crise na Venezuela, em grande medida, é em função dessa situação e desse tipo de atitude. Se hoje nós temos venezuelanos, inclusive, transpondo a fronteira brasileira, é fruto dessa política deste Governo Bolsonaro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, não tenho nada contra o Estado de Roraima. Sabemos que há lá uma crise social, mas não concordamos com a votação desse requerimento. Nós estamos em obstrução até que o Governo Federal venha discutir com esse Congresso Nacional o corte de 30% linear nas verbas para as universidades brasileiras, que está estrangulando as universidades brasileiras. O Ministro da Educação foi hoje ao Senado chantagear o Congresso Nacional — essa é a grande verdade. O Ministro Abraham Weintraub foi ao Senado dizer que só vai liberar as verbas depois que se aprovar a reforma da Previdência. Isso é uma chantagem contra o Congresso Nacional, que nós não aceitamos de forma alguma.

Os recursos estavam previstos no orçamento. Não há nenhuma justificativa, não foi apresentada nenhuma justificativa plausível. A primeira justificativa que foi apresentada pelo Ministro foi totalmente descabida. Ele disse que havia balbúrdia nas universidades, em três universidades, todas elas de excelência, e depois estendeu o corte, de forma unilateral, para todas as universidades brasileiras, sem nenhum tipo de discussão. Então, se há dinheiro para destinar 228 milhões de reais, por medida provisória, para a situação de Roraima, por que não há dinheiro para as universidades brasileiras? É com isso que nós não concordamos. Por isso, vamos continuar obstruindo.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, querido colega Nelson Pellegrino, com todo o respeito que lhe tenho, permita-me discordar um pouco da sua afirmação. Desde 2016, já vivemos uma crise humanitária inominável no nosso Estado. Eu sou médico e, já naquela época, ao detectar um aumento do fluxo de imigração na nossa cidade, chamei o ex-Ministro Ricardo Barros para nós tentarmos organizar um acolhimento a esses venezuelanos.

Aliás, essa imigração, Deputado Nelson Pellegrino, é fruto deste Governo tirano da Venezuela, que era, há pouco tempo, apoiado pelo Partido dos Trabalhadores. Nós vivemos uma crise lá desde essa época. Inclusive a ex-Governadora Suely Campos abandonou o Governo, o ex-Presidente Temer declarou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma intervenção no nosso Estado, e o Governador eleito Antonio Denarium antecipou sua posse em mais de 30 dias, para que tentássemos negociar um aporte de recursos para o Roraima, porque o nosso Estado não tinha mais condição nem de pagar os servidores públicos. Esse recurso foi utilizado para aquela crise aguda que vivemos naquele final de ano. Com isso, nós conseguimos pagar servidores, conseguimos utilizar recursos para toda a estrutura de saúde, segurança e educação no nosso Estado.

Dessa forma, apelo mais uma vez a este Plenário para aprovarmos essa medida provisória que, volto a dizer, a bem da verdade e da justiça, não foi uma medida provisória de autoria deste Governo, e sim do Governo anterior.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse apelo feito ao Deputado Nelson Pellegrino tem procedência por várias razões, Deputado Cacá Leão. Os recursos já foram gastos. Não existe mais nenhum tostão. Do contrário, teremos que editar um decreto legislativo para aprovar esses recursos.

Em um segundo momento, o caso das universidades públicas não é interesse só do PT. Todos nós de todos os Estados da Federação estamos preocupados com essa decisão de contingenciar 30% do orçamento das universidades públicas de todo o Brasil. Portanto, nós devemos, sim, votar a medida provisória, até porque a urgência que está tendo neste Estado é muito grande.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Permita-me só um aparte? Nós não estamos discutindo a medida provisória. Nós estamos discutindo um crédito suplementar. A medida provisória o Governo já editou, já está em vigência, nós vamos discuti-la na Comissão Especial.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sim, mas o crédito...

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Presidente, solicito que iniciemos a discussão. Já estamos na discussão praticamente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não da medida provisória; do crédito, só fazendo a correção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - O crédito já foi aprovado, já foi gasto. A medida provisória é para complementar. Os recursos foram poucos. Essa é a grande verdade.

Então, nós devemos votar, sim, o crédito suplementar, posteriormente à medida provisória, no momento oportuno, e discutir depois a questão das universidades públicas. Repetindo, o caso das universidades não é uma preocupação só do PT. É uma preocupação de todos os Estados da Federação. Do contrário, nós teremos uma verdadeira calamidade nas universidades públicas do País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nosso Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Com relação a essa matéria, também pediria a compreensão do nosso Líder Pellegrino para votarmos hoje. É muito importante para o Estado de Roraima. O recurso já foi, inclusive, executado. Eu faço esse apelo.

Presidente, aproveitando a minha fala, eu queria pedir ao nosso querido Deputado Beto Faro que transformasse a convocação do Requerimento nº 2 em convite, já que o Ministro virá à nossa Comissão. Nós sempre fazemos um convite. Não faz sentido nós convocarmos um Ministro que já está propenso a vir, que tem todo o interesse em vir a esta Comissão. É só mudar o termo de "convocação" para "convite" no Requerimento nº 2, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo, colegas Deputados e Senadores, sobre a Venezuela, que não é o tema da minha fala aqui, quero apenas fazer um registro para que não paire dúvida sobre em que fria e em que subserviência o Governo brasileiro está se envolvendo.

Todos nós sabemos que o tema da Venezuela trata-se do petróleo da Venezuela que os americanos querem. Temos as nossas diferenças com Maduro, mas em uma coisa ele está certo: ele está defendendo a Venezuela e defendendo o petróleo da Venezuela para os venezuelanos, para não entregá-lo aos Estados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Unidos, como o nosso Governo Bolsonaro já o entregou. Esta é a grande diferença. Esta é a grande diferença política.

Eu apenas quero registrar este ponto para ficar claro aqui que esse é um tema político. Nós não devemos fazer a intervenção. Nós temos que respeitar a soberania dos povos, está na Constituição. O tema político central é este: a subserviência aos americanos. Podemos nos prestar inclusive a colocar a nossa juventude numa guerra para defender o que os americanos querem em vez de defender o Brasil. Isso é um absurdo!

Presidente, eu me inscrevi para exatamente fazer o debate sobre este tema. O Deputado Cacá Leão também se manifestou, outros colegas já falaram sobre a preocupação que este Parlamento tem — e deverá tomar uma atitude — em relação aos cortes da educação no País. Não são 30%, são mais de 30%. As universidades estão dizendo que vão funcionar até julho, até agosto. Elas vão encerrar o ano letivo na metade do ano porque não têm como manter a estrutura em funcionamento com os recursos que vão para elas.

Há um corte anunciado pelo Governo. Se esta Casa continuar normalmente as suas atividades e não tomar uma atitude, estará dizendo *"Sim, nós concordamos com o fato de que os nossos jovens do Amazonas, do Pará, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Mato Grosso, do Espírito Santo, do Ceará, de Sergipe, de todos os lugares não tenham mais aula"*.

Nós Deputados, nós Senadores podemos aceitar que o Governo retire os nossos filhos do ensino? Nós podemos aceitar que o Brasil, que precisa se afirmar na ciência e na tecnologia, tenha subtraído os recursos das universidades, das quais boa parte faz ciência e tecnologia no País? Eu tenho a certeza de que V.Exas. não concordam com o corte dos recursos. Mas, se nós não tomarmos uma atitude, estaremos concordando. Então, qual é a atitude que este Congresso, esta Câmara pode fazer neste momento?

Esta é a Comissão Mista de Orçamento. Se dermos este sinal ao Governo: *"Governo, reponha os 30% subtraídos das universidades e depois vamos apreciar os votos de interesse do Governo"*, estaremos fazendo política ativa. Nós não estaremos nos subjugando ao interesse do Executivo em aprovar medidas, mesmo que sejam medidas importantes. Como já foi dito aqui, não se trata absolutamente de questões humanitárias, nós a votamos. Inclusive, já está praticamente sem efeito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a votação que fizemos aqui, porque a medida provisória tem caráter e força de lei. Portanto, os recursos já estão executados. Então, não se trata absolutamente disso. Não vamos aceitar que alguém queira nos jogar como contrários a medidas humanitárias. Absolutamente não entraremos nesse jogo. Não é isso o que está em jogo. O que está em jogo é se esta Casa vai ter posição ou não ter posição sobre o tema dos cortes.

Eu quero, Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, exatamente reforçar o que o nosso Líder Nelson Pellegrino orientou aqui. Nós estamos em obstrução. Nós queremos uma resposta do Governo.

Há outro elemento fundamental. Daqui uns dias, nós estaremos apreciando a emissão de títulos novos para usar para pagamentos de custeio. Essa é a famosa lei que nós não podemos desrespeitar aqui, a cláusula de ouro.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - A Regra de Ouro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É a Regra de Ouro, é a cláusula da Regra de Ouro. Obrigado, colega. Ela é tão forte que é chamada de Regra de Ouro, e nós não a podemos desrespeitar aqui.

Concordamos com o Relator Hildo Rocha sobre fazer audiências, debates. E vem outra medida já anunciada pelo Ministro, que quer tirar os mínimos constitucionais da educação, da saúde. Por isso, nós queremos fazer esse debate antes de qualquer aprovação.

Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, e nobre Relator, por isso é a nossa insistência em mantermos a obstrução, em não apreciarmos a matéria, para que o Governo responda e reponha o recurso faltante neste momento para as nossas universidades do País.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós precisamos avançar. Eu vou pedir aos nobres colegas que procurem ser mais breves, porque, com a quantidade que já há de inscritos, se não nos apressarmos...

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de pedir para que V.Exa. possa esclarecer ao Plenário em que momento da reunião nos encontramos. Nós estamos já no momento da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discussão do relatório do Deputado Hiran Gonçalves, do encaminhamento para a votação? Estou vendo vários Colegas de inscreverem. Em que momento da reunião nós nos encontramos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós estamos discutindo o relatório do Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu serei célere, atendendo ao pedido de V.Exa. Só queria pontuar duas coisas.

Penso que seja legítima a posição dos Deputados Nelson Pellegrino e Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores, partido que, segundo eu vejo, pode também estar desejoso de obstruir em outras Comissões. Contudo, se, a cada posicionamento de um ou outro Ministro do Governo, formos parar as atividades do Congresso Nacional, isso seria de uma gravidade para nós mesmos inominável, daí porque, deixando de lado o objetivo maior de pontuar uma posição especificamente com relação ao caso das universidades — posição da qual também compartilho —, eu não faria nenhum julgamento precipitado antes de ouvir o Sr. Ministro.

O Ministro Paulo Guedes, contudo, estará aqui na quinta-feira. V.Exa. já anunciou, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Já anunciou. Então, esse seria o momento de nós também fazermos a discussão sobre essas questões que perpassam as universidades federais, com o próprio Ministro da Economia. Deixar de votar um crédito suplementar que já foi utilizado — e o relatório do Deputado Hiran Gonçalves deixou clara, sobejamente clara a importância dos recursos para o que ocorreu lá em Roraima — sinceramente é deixar de lado até uma posição de companheirismo não apenas com o colega, mas, acima de tudo, com o povo daquele Estado. Os recursos foram utilizados para o bem daquele Estado e do povo de lá.

Portanto, Sr. Presidente, eu pediria que votássemos. Não sei se caberia a celeridade da discussão para que, respeitando a obstrução do PT, o resto dos companheiros da Câmara e do Senado pudessem votar celeremente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Sr. Presidente, mais uma vez, eu vejo aqui Roraima sendo sacrificada. Trata-se de um Estado que, ao longo desses últimos anos, vem passando por muitas dificuldades. É o único Estado brasileiro que ainda não é interligado pelo sistema de energia e tem a conta de energia mais cara do planeta. Em tempos passados, a Venezuela abastecia parte dos seus suprimentos em Roraima e, da mesma forma, Roraima também se abastecia na Venezuela. E viviam harmoniosamente.

Hoje estou vendo o Estado de Roraima, que recebe milhares e milhares de venezuelanos — devido a uma crise, com a qual não temos nada a ver, e a interesses, com os quais também não temos nada a ver —, mais uma vez, ser prejudicado, como foi com relação à demarcação da Raposa Serra do Sol. Acho que hoje só 16% dessas terras são daquele Estado.

Então, eu queria me dirigir aos Líderes do PT. Não podemos mais sacrificar uma população que já passa por tantas dificuldades e que está recebendo os irmãos venezuelanos todos os dias. Esses recursos já foram gastos, como disse aqui mesmo o Relator, o Deputado Hiran Gonçalves. Quero apelar aos membros da Comissão Mista para votarmos isso hoje, dando pelo menos um pouco de recursos ao Estado, que é muito pouco em vista do tanto que tem gasto e de tantas dificuldades por que tem passado.

Conheço a situação de Roraima. Portanto, eu me solidarizo aqui com todos os roraimenses e, em especial, com o nosso Relator. Apelo, mais uma vez, para que votemos e sejamos favoráveis a esta Medida Provisória nº 865, de 2018.

Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu pedi para fazer uma intervenção neste momento também para apelar à solidariedade e à sensibilidade do Deputado Bohn Gass e do Deputado Nelson Pellegrino, que são lá do meu Estado. Sabemos que a discussão que estamos fazendo aqui, se fosse ainda para ser gasto o dinheiro, seria muito positiva. Mas, dada a necessidade que o Estado de Roraima está passando — e isso todos nós acompanhamos em rádio e televisão —, não vejo por que não nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

posicionarmos agora, no momento em que o debate político tem que ficar em segundo lugar e que a atenção às pessoas deve ser priorizada.

Então, eu gostaria de apelar à sensibilidade do Deputado Bohn Gass e do Deputado Nelson Pellegrino para votarmos esta medida provisória hoje e resolvermos esse problema. Precisamos também resolver outros problemas, como a questão das universidades, que também tenho interesse de debater. Mas acho que agora não é o momento para debater, não é o fórum para discutir essa questão, uma vez que, na quinta-feira, como já anunciado pelo Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão, o Ministro Paulo Guedes estará presente. Acho que esse será o momento positivo para interpelá-lo acerca desse corte nas universidades federais anunciado pelo Governo.

Faço este apelo aos companheiros para votarmos o relatório do Deputado Hiran Gonçalves em relação à Medida Provisória nº 865, de 2018.

Já que não há consenso, temos que ir para o voto. Por isso, peço celeridade na votação.

Era essa a intervenção

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Sr. Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, concordo plenamente com os fins que a bancada do PT traz ao fazer essa obstrução, só não acho que essa obstrução seja o meio mais justo no momento, quando a crise que vive o Estado de Roraima não é uma crise apenas do Estado. Em função de um problema internacional, o Governo Federal fez a intervenção e tem que bancar isso. Inclusive, esse dinheiro já foi gasto.

O apelo que fazemos aqui não é nem para que se retire a obstrução, porque já ficou claro que isso não se vai fazer, mas que se coloque logo em votação para avançarmos, porque temos mais temas a se discutir. Desses requerimentos que estão por vir, há um requerimento que trata também da convocação de Ministro, inclusive. Peço celeridade na votação, porque temos uma agenda extensa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeitamente.

Com a palavra o nobre Deputado Beto Faro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o pedido do Senador Izalci Lucas, no Requerimento nº 2, é que se retirar o termo "convocação" e transforme em "convite", até porque havia uma questão específica que queríamos tratar, mas como o Ministro vem aqui na quinta-feira, dá para dialogar sobre os vários temas. Com certeza, o Ministro não vai falar de um único tema. Então, a sugestão é transformarmos a convocação em convite.

Reforço a posição da bancada do nosso partido, o PT, com relação à obstrução. Nada contra Roraima, muito pelo contrário. Sou do Estado do Pará, que tem uma relação extremamente importante com o Estado de Roraima, mas os recursos já estão sendo aplicados. Não será a votação hoje dessa medida que impedirá a execução dos recursos de que o Estado de Roraima precisa para fazer essa política com os refugiados, com as pessoas que estão vindo da Venezuela.

O nosso Estado também está recebendo bastantes imigrantes da Venezuela. De fato, o Governo Bolsonaro aplica um corte nas verbas das universidades sem nenhum critério a princípio estabelecido. Os próprios cortes no Orçamento são bem inferiores àquilo que está estabelecido nos cortes para as universidades. Nesses dias no Estado do Pará, fui à Universidade Federal do Pará, uma das que têm o maior número de alunos matriculados, inclusive, no Brasil. Vivi o desespero que está na reitoria, em todos aqueles que coordenam a nossa UFPA, a UFOPA, a UNIFESSPA. Se não bastasse já o corte na expansão do ensino público superior no País, agora há a diminuição, inclusive, dos recursos para custeio daquilo que já existiu e que já estava em funcionamento. Não há como nós, da bancada do PT, concordarmos com esse tipo de critério.

Portanto, mantemos a posição de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a discussão, colocaremos...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. já falou.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, não discuti a matéria, eu estava encaminhando. Falei como Líder. Para discutir a matéria — o nosso amigo da Mesa sabe muito bem —, pedi a inscrição a ele.

Calma, Sr. Presidente, porque nós temos um longo ano pela frente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino. Peço celeridade e cumprimento do tempo. Nós temos matérias importantes para deliberar ainda na tarde de hoje.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, usarei toda a celeridade e todo o tempo regimental que tenho.

Primeiro, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e aos demais membros da Comissão. Vejo que a Comissão já se esvaziou, não há mais quórum. Temos uma pauta com a qual nós, inclusive, concordamos. Eu disse que a posição do PT era a de obstruir as matérias que dizem respeito à questão orçamentária, mas os requerimentos que estão na pauta nós não vamos obstruir, se houver insistência para a votação, nós teremos que derrubar a sessão, coisa que não queremos.

São duas questões. Esse crédito foi aberto por medida provisória e, portanto, já foi executado. A medida provisória só vai caducar no final do mês, há tempo para que ela tramite. Numa eventualidade, o que eu acredito que não acontecerá, há o PDL para resolver o problema. O Governo Federal já editou uma nova medida provisória, portanto não há prejuízo para o Estado de Roraima.

Agora, vários Deputados fizeram um apelo aqui para que votássemos, por esses motivos e porque o Ministro da Economia virá a esta Comissão na quinta-feira. Então, vou fazer uma proposta. Vamos aguardar a vinda do Ministro na quinta-feira. Na semana que vem, haverá sessão desta Comissão. Vamos ouvir as explicações dele em relação aos cortes nas universidades. Eu vi que todos, pelo menos todos os que se manifestaram, manifestaram-se contrariamente aos cortes nas universidades. Agora, não adianta só nos manifestarmos. Tudo bem, nós somos Parlamentares, o uso do microfone é fundamental para colocarmos nossa posição, mas acho que temos que ter uma posição muito mais proativa nesse episódio, que é muito grave.

Se o Estado de Roraima não parou foi porque a medida provisória seguiu os recursos, mas as universidades estão parando. As universidades estão parando por falta de recursos para o seu funcionamento, e o Governo não apresentou nenhuma desculpa plausível, nenhum argumento, para cortar unilateralmente 30% dos recursos das universidades.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu quero fazer uma proposta a V.Exa., de que retiremos a matéria de pauta. Vamos ouvir o Ministro na quinta-feira e, na semana que vem, depois de ouvirmos as explicações do Ministro poderemos votar esse crédito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu acho razoável encerrarmos a discussão e deixarmos suspensa a votação.

Podemos seguir com a pauta, ficando suspenso esse item, para ser tratado depois da vinda do Ministro. Acho que podemos concordar.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Mas se registre em ata que está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a discussão.

Eu já havia feito isso, mas o Deputado Nelson Pellegrino alegou que estava inscrito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu estava inscrito para fazer a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem, tranquilo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Inclusive, eu quero dialogar com o Deputado Hiran Gonçalves sobre essa questão da Venezuela, porque eu tenho também as minhas observações.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Estou à sua inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos deixar suspensa a votação. Fica adiada a votação para a próxima reunião.

Então, vamos seguir com a pauta normal.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Peço ao Presidente para subscrever o requerimento do Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Edmilson Rodrigues não se encontra.

Está prejudicado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, não, Presidente. E se eu peço a subscrição? Eu peço a subscrição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois é. Mas não foi subscrito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Se for preciso fazer formalmente, eu faço neste instante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem. Concordo. Considero subscrito.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, apenas para informar que eu não o fiz formalmente porque nossa prática é essa ao subscrever. Eu o faço e agradeço a concordância.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a cópia?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não. Mas V.Exa. pode me alcançar a cópia.

Na verdade, o nosso Deputado Edmilson, do PSOL, ressaltou, na reunião do Colégio de Líderes, na sessão passada, nobres Senadores e Deputados, a importância da vinda do Presidente do Banco Central em relação aos temas sobre a autonomia do Banco Central.

V.Exas. lembram que ele fez verbalmente essa argumentação na reunião dos Líderes. E, no momento, foi dito que Presidente do Banco Central viria para cá para uma outra pauta — e V.Exa. já informou isso. Mas o Deputado Edmilson insistiu no fato específico da autonomia. E o requerimento aqui tem um outro caráter.

Estou assinando o requerimento neste momento.

O Presidente do Banco Central vem aqui para dar explicações sobre as atividades do Banco Central, atividades econômica, financeira, tributária, monetária, enfim, todos os temas pelos quais ele regimentalmente precisa vir aqui. Mas, para o debate sobre a autonomia do Banco Central, o Deputado Edmilson sugeriu que viessem pessoas da área, a exemplo do Eric Gil Dantas, economista do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais — IBESP; o Cláudio Puty, economista da Universidade Federal do Pará; e a Carmem Feijó, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eles viriam para fazerem o debate sobre esse tema.

Na verdade, seria diferente da vinda do Ministro para dar explicações, pois seria um debate melhor sobre o tema específico da autonomia.

Então eu subscrevo o requerimento, a pedido do Deputado, que solicitou que eu o fizesse através de sua assessoria, e reforço os pedidos que S.Exa. fez na reunião que teve com V.Exas. há poucos dias, na sala da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero que possamos, então, aprovar e organizar o debate sobre o tema autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu também gostaria de subscrever esse requerimento. E, Sr. Presidente, para haver o contraponto, pois não podemos ouvir só um lado, eu gostaria de colocar mais dois nomes no requerimento: o Sr. Ilan Goldfajn, ex-Presidente do Banco Central; e o Sr. Marcos Lisboa, do Instituto de Ensino e Pesquisa — INSPER.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, esta Casa é sempre plural e sempre tem que ouvir todos os lados. É mais do que justo que se faça esse debate.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Portanto, eu pediria também para subscrever item 5.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O.K. Estamos plenamente de acordo.

Então, para o requerimento sobre realização de audiência pública com o tema autonomia do Banco Central serão convidados, além do Presidente do Banco Central, as pessoas relacionadas no requerimento do Deputado Bohn Gass e do Deputado Edmilson Rodrigues, às quais agora acrescentamos o Sr. Ilan Goldfajn e o Sr. Marcos Lisboa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - E eu gostaria de subscrever também o item 5, do convite ao Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados, aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

No Senado Federal, aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Requerimento nº 2, de autoria dos Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Vander Loubet, Zé Carlos e Zeca Dirceu, que solicita a convocação do Exmo. Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, a fim de prestar esclarecimento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO sobre proposta de desvinculação total do Orçamento.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi feita a proposta de substituição da convocação por convite.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Ele já vai estar na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele vai estar aqui na quinta-feira, quando podemos fazer tudo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Item 4. Requerimento nº 3, de autoria do Deputado Hildo Rocha, que está ausente.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Quero subscrever.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, depois do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Como há subscrição...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu também quero subscrever.

Eu acho que o Deputado, além de ser Relator da matéria, trata-se de matéria de extrema relevância e que envolve a discussão do PLN nº 4. Portanto, queria também subscrever o requerimento do Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tenho a menor dúvida.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Eu só quero fazer a sugestão de inclusão do Secretário do Tesouro Nacional no rol dos convidados, porque o tema lhe é extremamente afeito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento que está sendo discutido aqui é apenas um requerimento de informação.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Não é o outro?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - No primeiro momento, é o requerimento de informação. É porque ele anunciou que vai fazer as audiências públicas com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Item 4. Requerimento nº 3, de 2019, do Sr. Hildo Rocha, que requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia sobre a projeção atual para cumprimento da "Regra de Ouro" de que trata o art. 167, III, da Constituição Federal, como subsídio à análise do PLN nº 4, de 2019, do Congresso Nacional.

O autor é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu estou subscrevendo o requerimento, juntamente ao Deputado Domingos Neto, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu também quero, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas esse aqui é só o de informação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

O requerimento de pedido de informação do Deputado Hildo Rocha está aprovado na Câmara e no Senado.

Há sobre a mesa requerimento de inclusão de pauta apreciado após a Ordem do Dia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo ao Plenário que há requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 4, de 2019, da CMO, do Deputado Hildo Rocha, e do Requerimento nº 5, de 2019, da CMO, do Senador Luiz do Carmo.

Conforme o inciso III do parágrafo único do art. 214 do Regimento Interno do Senado Federal, defiro a inclusão das matérias na pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, pela ordem, eu só gostaria que V.Exa. declinasse qual é o conteúdo dos dois requerimentos.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Esse é o da audiência pública. É aquele que pensávamos ser o objeto do requerimento passado. Eu quero subscrevê-lo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu queria que V.Exa. dissesse qual é o conteúdo dos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou dizer agora.

O Requerimento nº 4, que foi incluído na pauta agora, requer, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir a projeção anual, para o exercício de 2019, de despesas de capital e receitas de operações de crédito a serem consideradas para o cumprimento da "Regra de Ouro" de que trata o artigo 167, III, da Constituição Federal, com a sugestão de convidar para o debate representantes do Ministério da Economia, da Secretaria de Orçamento Federal e do Tribunal de Contas da União, a Sra. Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã, e o Sr. Luiz Carlos Hauly, ex-Deputado Federal e especialista em finanças públicas. A autoria é do Deputado Hildo Rocha. Para discutir o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, peço também para subscrever.

É nesse requerimento que eu quero fazer a sugestão de inclusão do Secretário do Tesouro Nacional, porque é importantíssimo para o tema que nós possamos receber aqui o Secretário do Tesouro, que é quem está inclusive anunciando que vai lançar um plano nesse sentido.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está feito o adendo. V.Exa. está atendido na subscrição.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu queria não só subscrever, mas também fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sugiro que seja incluída na lista dos debatedores dessa audiência pública uma representante de uma instituição independente do Senado Federal que acompanha essa matéria. Depois nós vamos encaminhar isso formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, fica...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não. Claro. Está feita a sugestão de inclusão da Instituição entre os convidados.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu também quero solicitar a minha subscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Finda a discussão, vamos colocar o requerimento em votação na Câmara dos Deputados.

Os que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos colocar o requerimento em votação no Senado Federal.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Apreciação do Requerimento nº 5, do Senador Luiz do Carmo. *(Pausa.)*

Informo que S.Exa. não está presente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, subscrevo-o.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está subscrito pelo Senador Izalci Lucas, pelo Deputado Cacá Leão e pelo Deputado Bohn Gass.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Qual é o tema, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Requer a realização de audiência pública para discutir os cortes nas Instituições de Ensino Superior e na Educação Básica anunciados pelo Ministro da Educação, Sr. Abraham Weintraub...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Eu quero subscrever também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...com a presença desse Ministro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vou pedir a subscrição também, Sr. Presidente, e o Deputado Bohn Gass também.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - O Deputado Beto Faro pede a subscrição também, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu proporia fazer um acordo em cima desse requerimento. Já que foi feita a obstrução diante da necessidade de debatermos essa questão e estamos agora com um requerimento para poder convidar o Sr. Ministro ou pedir a S.Exa. informação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aqui é para realização de audiência pública.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa. me permite um aparte? (*Pausa.*)

O Sr. Presidente deu uma informação na reunião no Colégio de Líderes de que parece que já está agendado que o Ministro vem à Casa no dia 16 de maio. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. É o Presidente do Banco Central que está marcado para o dia 16 de maio.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ah, então é o Presidente do Banco Central. Não é o Sr. Ministro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - E o Ministro da Economia está marcado para vir agora, na quinta-feira, depois de amanhã.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu proporia ao Deputado Nelson Pellegrino, como Líder do PT, que nós votássemos esse requerimento conjuntamente com o crédito suplementar de Rondônia.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não há acordo sobre isso, não, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Claudio Cajado está querendo fazer um golzinho aos 30 minutos da prorrogação. Isso não dá.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa., Deputado Nelson Pellegrino, está propondo debater a questão. A partir do momento...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu vou pedir o VAR, desse jeito.
(Risos.)

Eu vou pedir o VAR para esse gol que V.Exa. quer poder marcar aí.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Se nós vamos debater essa questão, eu acho que fica sem objeto a obstrução, porque a obstrução é em cima do debate, para podermos esclarecer os motivos pelos quais foram tomadas essas providências. Nós queremos que realmente haja esclarecimento.

Então, não faz sentido o PT estar em obstrução e, ao mesmo tempo, votar um requerimento para discutir o assunto cuja obstrução não permitiu a votação de um crédito suplementar. Não tem lógica isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, existem Deputados, como é o meu caso e o caso do Deputado Cacá, que não estamos em obstrução e somos a favor do requerimento. Para que nós não sejamos prejudicados, nós vamos votar o requerimento, até porque, se nós retirarmos esse requerimento por conta da obstrução do PT, eu me sentirei prejudicado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É óbvio.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, permita-me.

Deputado Claudio Cajado, V.Exa. me permite? *(Pausa.)*

O acordo que nós fizemos na Comissão foi o de que nós retiraríamos o requerimento em relação à MP e não obstruiríamos o resto da pauta. Então, o resto da pauta inclui esse requerimento também...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Esse foi o acordo. Se o Deputado Claudio Cajado quiser rediscutir o acordo que nós fizemos, tudo bem. Agora, eu deixei claro e pedi isso ao Sr. Presidente, porque havia um requerimento de retirada de pauta, iria haver verificação, e a verificação poderia derrubar a sessão, o que iria





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prejudicar os requerimentos subsequentes. Em função disso, o Sr. Presidente, atendendo ao meu apelo, consultou a Comissão, e a Comissão concordou que fosse retirado de pauta, para que o resto da pauta prosseguisse.

Então, o Deputado Claudio Cajado está querendo rediscutir...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Esses requerimentos são extrapauta...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - E eu quero dizer que não há concordância em relação a essa rediscussão que S.Exa. está propondo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Esses requerimentos foram extrapauta. Não estavam previstos na pauta que foi objeto do acordo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Tudo bem. Se V.Exa. quiser discutir...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É por isso que eu estou fazendo esse apelo. Eu não queria...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu, infelizmente, não posso concordar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Olha, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação.

Aqueles que estejam de acordo na Câmara dos Deputados permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, e pelo Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), autor do **Requerimento nº 04/2019-CMO**. Esta reunião foi convocada para discutir a Projeção anual para o exercício de 2019, de despesas de capital e receitas de operações de crédito, a serem consideradas para cumprimento da Regra de Ouro, de que trata o art. 167, III, da Constituição Federal, sugerido inicialmente os seguintes convidados para o debate: Secretário do Tesouro Nacional; Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida; o Sr. Luís Carlos Hauly, ex-Deputado Federal e Especialista em Finanças Públicas; e os Representantes do Ministério da Economia, da Secretaria de Orçamento Federal, do Tribunal de Contas da União – TCU, e do Instituto Independente do Senado Federal. A reunião foi realizada em atendimento ao **Requerimento n.º 04/2019-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), subscrito pelos Deputados Domingos Neto (PSD/CE), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Bohn Gass (PT/RS), aprovado na 1ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 07.05.2019. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Roma, Lucio Mosquini, Marreca Filho e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Marcelo Castro e Vanderlan Cardoso; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Gilberto Abramo, Gurgel, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, João Carlos Bacelar, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho e Zé Carlos. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Benes Leocádio, Claudio Cajado, Gilberto Nascimento, Heitor Freire, José Medeiros, Leonardo Monteiro, Liziane Bayer e Pompeo de Mattos. **ABERTURA:** às dez horas e treze minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa de trabalhos o autor do **Requerimento nº 04/2019-CMO**, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA); o Secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Sr. George Alberto de Aguiar Soares; a Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do Tribunal de Contas da União, Sra. Virginia De Ângelis; a Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida, Sra. Maria Lúcia Fattorelli; o ex-Deputado Federal e Especialista em Finanças Públicas, Sr. Luiz Carlos Hauly; e o Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Sr. Otávio Ladeira. Em seguida, o Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os palestrantes dispõem de vinte minutos para fazerem as suas exposições, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo serem aparteados. Entretanto, sendo cinco expositores seria dado, a cada um, 10 minutos, prorrogáveis e sem possibilidades de apartes durante a exposição. E conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Logo após, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e transferiu a palavra aos expositores, que fizeram suas apresentações utilizando projetor de multimídia. A primeira palestrante foi a Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do Tribunal de Contas da União, Sra. Virginia de Ângelis que discorreu sobre o tema em apreço. Encerrada a exposição, o Presidente agradeceu sua participação. A segunda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palestrante foi a Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida, Sra. Maria Lúcia Fattorelli, que explanou sobre o tema. Encerrada a exposição, o Presidente agradeceu sua participação. O terceiro palestrante foi o Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Sr. Otávio Ladeira, que dividiu sua exposição com o quarto palestrante, o Secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Sr. George Alberto de Aguiar Soares, que em conjunto, apresentaram o tema, com informações advindas das duas áreas. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a participação dos expositores. O quinto palestrante foi o ex-Deputado Federal e Especialista em Finanças Públicas, Sr. Luiz Carlos Hauly, que discursou sobre o tema. Encerrada a exposição, o Presidente agradeceu sua participação. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra ao autor do **Requerimento nº 04/2019-CMO**, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), que fez diversos questionamentos sobre o tema. Em sequência, o Presidente transferiu a palavra aos palestrantes, Sr. George Alberto de Aguiar Soares, Sr. Otávio Ladeira, Sra. Virginia de Ângelis, Sra. Maria Lúcia Fattorelli, e Sr. Luiz Carlos Hauly, que prestaram os devidos esclarecimentos, respondendo aos questionamentos do parlamentar. Em seguida, o debate foi iniciado e houve consenso no sentido dos palestrantes se pronunciarem após as intervenções dos parlamentares inscritos. Participaram do debate os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO, Lucio Mosquini (MDB/RO) e o Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Encerrada a lista dos inscritos, o Presidente informou que passaria a palavra aos expositores. Inicialmente, fez uso da palavra o Sr. George Alberto de Aguiar Soares, que respondeu a questionamentos do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Às 13h03min, assumiu a condução dos trabalhos o Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Foi concedida a palavra ao Sr. Otávio Ladeira, que prestou esclarecimentos aos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Claudio Cajado (PP/BA). Às 13h14min, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) reassumiu a direção da reunião e informou que no dia 16 de maio, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 4 da Câmara dos Deputados, haveria Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, que apresentaria a Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os Resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre do exercício de 2017; 1º e 2º semestres do exercício de 2018, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Participariam, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. Em continuidade, a palavra foi transferida à Sra. Virginia de Ângelis, que prestou esclarecimentos e respondeu aos questionamentos dos Deputados Lucio Mosquini (MDB/RO) e Hildo Rocha (MDB/MA). Logo após, o Presidente concedeu a palavra a Sra. Maria Lúcia Fattorelli, que prestou esclarecimentos aos Deputados Claudio Cajado (PP/BA) e Lucio Mosquini (MDB/RO), e ao Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Por fim, fez uso da palavra o Sr. Luiz Carlos Hauly, que prestou os últimos esclarecimentos aos parlamentares. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente, agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares, e dos demais presentes e encerrou a reunião, às treze horas e trinta e nove minutos. Antes, lembrou que naquele dia, 14 de maio, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, que iria prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 - **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prazo de 10 minutos, prorrogáveis automaticamente para completar os 20 minutos, se houver necessidade.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado tem também 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Para iniciar as exposições, passo a palavra à Sra. Virginia de Ângelis, Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do Tribunal de Contas da União.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Bom dia a todos.

Bom dia, Sr. Presidente, na pessoa de quem saúdo os demais Deputados integrantes desta relevante Comissão; bom dia, Sr. Deputado Hildo Rocha, Sra. Maria Lucia Fattorelli, Sr. Otavio Ladeira, nosso colega George e Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, que tanto contribui para as discussões sobre o tema de finanças públicas.

De início, peço desculpas porque minha fala vai ser entrecortada por uma tosse que começou nesse fim de semana. Com este tempinho, não há jeito.

Eu vou tecer algumas considerações mais gerais sobre a Regra de Ouro, porque é importante tê-la em mente quando discutimos essa importante norma das finanças públicas. Ela faz parte de um arcabouço maior, juntamente com outras normas das finanças públicas, como teto de gastos e algumas disposições sobretudo da LRF — Lei de Responsabilidade Fiscal, que contribui para que o nosso ordenamento evite déficits recorrentes e limite vieses pró-cíclicos.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Regra de Ouro não é uma exclusividade do nosso País. Ela é adotada em vários outros, como Alemanha, e países do Reino Unido. Na Alemanha inclusive já está na sua terceira geração. Na sua acepção clássica, a finalidade é muito nobre: o espírito da norma é garantir que o endividamento seja feito para custear despesas com investimentos. Isso tem um caráter de justiça intergeracional: busca endividar-se para custear despesas que tenham algum retorno social e que, no futuro, não comprometam a sustentabilidade do gasto público e viabilize as próximas gerações a arcar com o custo dessa dívida que foi gerada no presente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, a Regra de Ouro tem dois pontos principais: viabilizar a realização de investimentos e garantir a sustentabilidade da dívida.

No curto prazo, ela também tem a finalidade de conter as pressões no orçamento corrente, tanto em relação a despesas correntes quanto a juros. Assim, no mínimo, ela preserva o equilíbrio das despesas do orçamento, sendo ideal inclusive que se gerem superávits para o caso de se investir em outras despesas.

No Brasil, a Constituição Federal previu a Regra de Ouro no seu art. 167, inciso III. Ao colocá-la na nossa Constituição, o Constituinte tentou preservar o espírito da norma, tentou também trazer aquele sentido de justiça intergeracional. No entanto, aqui no nosso País, ao invés de o conceito utilizado limitar investimentos, ele traz a possibilidade de que despesas de capital em um sentido mais amplo sejam custeadas com as operações de crédito, ou seja, via endividamento.

O problema disso é que, ao se elastecer o conceito de investimento utilizado na norma, permite-se que outras despesas que não são investimentos e que têm retorno social sejam contabilizadas para fins de cumprimento da Regra de Ouro. Assim, a nossa regra tem, ao longo dos anos, contribuído para que todos aqueles seus objetivos iniciais — sustentabilidade da dívida, flexibilização do investimento e contenção das pressões do orçamento corrente — não sejam alcançados.

Então, aqui no Brasil, nos últimos anos, a Regra de Ouro tem sido cumprida, não obstante os sucessivos déficits correntes que nós temos observado desde 2014. Em 2018, o déficit chegou a 116 bilhões de reais.

Agora chamo a atenção para um ponto de que vou tratar mais a frente que diz respeito ao fato de que, diante da pressão das despesas públicas, sobretudo em um contexto de restrição fiscal imposta pelo teto de gastos, os resultados mostrados no gráfico, mesmo dramáticos, foram possíveis graças à utilização de despesas extraordinárias para compor o nosso resultado. E grande parte dessas receitas é de natureza financeira que não decorre de um esforço arrecadatório do Governo.

Tampouco a Regra de Ouro conseguiu evitar a compressão dos investimentos públicos, como mostra este gráfico sobre a formação bruta de capital fixo em que a participação dos investimentos públicos é bastante relevante. A regra ainda foi cumprida mesmo com a escalada do nosso endividamento público, como o gráfico mostra. Para 2018, os dados mostram que a dívida bruta do Governo central chegou perto de 87% do PIB.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é possível afirmar que a regra tem se mostrado pouco efetiva em alcançar os principais objetivos para o qual foi criada. E dois fatores contribuem de forma especial para isso.

O primeiro, como eu disse no início, é o conceito de despesas de capital, que é mais amplo do que o conceito clássico. Assim, abre margem para a contabilização de outras despesas que podem ser financiadas por meio de dívida, por meio de operações de crédito, compreendidas inversões financeiras e amortizações da dívida. Dessa forma, a regra pode ser cumprida mesmo com o crescimento das operações de crédito muito acima dos investimentos públicos, basta que as demais despesas de capital cresçam, por exemplo, por meio da expansão de empréstimos do Tesouro Nacional.

O segundo fator que contribui para a pouca efetividade da Regra de Ouro consiste na possibilidade de que as operações de crédito sejam reduzidas por outras fontes de receitas financeiras que não decorrem de um esforço arrecadatório. Essas receitas tiveram volume expressivo nos últimos anos e foram utilizadas na cobertura dos sucessivos déficits correntes. As principais são as amortizações e os juros de devedores, especialmente as devoluções recebidas do BNDES e as amortizações de dívidas contraídas junto à União por Estados e Municípios.

Outra fonte de receita também significativa que contribuiu para o cumprimento da Regra de Ouro nos últimos anos foram os resultados positivos do Banco Central, transferidos ao Tesouro Nacional, e que tendem a reduzir, dada a edição da Lei nº 13.820, do último dia 2 de maio — recente —, que vai limitar a transferência desse resultado positivo do Banco Central ao Tesouro Nacional, visando à constituição de reservas pelo banco.

Outra fonte é a remuneração das disponibilidades financeiras depositadas na conta única.

Para 2019, a expectativa é que nem o recebimento de receitas financeiras nem a realização de despesas de capital seja suficiente para dar cumprimento à Regra de Ouro. Por outro lado, as fontes de receitas financeiras utilizadas para cumprimento da regra, como devoluções do BNDES, transferência de resultado do Banco Central, amortizações de financiamentos concedidos a Estados e Municípios, possuem uma característica especial que as afastam do propósito intertemporal da regra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todas essas receitas são extraordinárias e sujeitas a variações cujas causas não se podem determinar. Por outro lado, o desarranjo das contas públicas que hoje se verifica é estrutural, duradouro e persistente.

Assim, nós temos uma compressão das despesas de investimento dado o aumento das despesas obrigatórias, sobretudo as de caráter continuado. Com a limitação do teto de gastos e o crescimento das despesas obrigatórias, as outras despesas, as despesas discricionárias, sobretudo as de investimento, acabam por ser limitadas.

Do lado da receita é preciso destacar principalmente a tendência de queda ou até mesmo de esgotamento das principais receitas que concorreram para o cumprimento da Regra de Ouro nos últimos exercícios: recebimento de resultados positivos decorrentes de operações cambiais realizados pelo Banco Central; devolução de recursos do BNDES, que tendem a se esgotar, e que é incerta nesse curto prazo; e redução significativa de pagamento de juros e amortizações por Estados e Municípios, decorrentes dos sucessivos refinanciamentos realizados com eles.

Então, para este exercício de 2019, vai ser necessário que o Governo lance mão da saída que vai ter: a utilização da única válvula de escape, prevista na Constituição Federal, que é a abertura de créditos adicionais, sejam eles suplementares, sejam eles especiais com finalidade precisa, que devem ser aprovados pelo Poder Legislativo. Isso porque a LDO aprovada para 2019 pelo Poder Legislativo se pautou em uma estimativa da receita que não levava em consideração, por exemplo, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial. Ele ainda não tinha sido apurado, tanto quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovada quanto quando a Lei Orçamentária Anual foi elaborada.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, houve a novidade de se prever a possibilidade de se realizarem despesas condicionadas, condicionadas a obtenção de fontes.

Assim, se em 2019 não se lançar mão da única exceção prevista no nosso ordenamento jurídico à Regra de Ouro, a regra será descumprida. Caso a abertura dos referidos créditos não seja autorizada, o Presidente da República terá apenas duas opções: descumprir a Regra de Ouro, incorrendo em crime de responsabilidade, ou deixar de pagar aquelas despesas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre essas despesas é importante ressaltar que o não pagamento não significa que os débitos que são oriundos de despesas bastante sensíveis para a parte considerável da população não deixarão de ocorrer, mas constituirão dívidas que, cedo ou tarde, terão que ser pagas, ainda que por determinação do Judiciário.

Sobre a estimativa em si, o número do crédito adicional, temos que lembrar aquela situação de incerteza que eu mencionei quando da elaboração da LOA, de que nem todas as fontes de recursos eram conhecidas. Ademais, não é possível prever todas as alterações que ocorram ao longo da execução orçamentária e que possam servir como fontes para custear outras receitas.

De toda sorte, a autorização para abertura de crédito adicional e o consequente cumprimento da Regra de Ouro por si só não significam muita coisa também. Em trabalho recente do Tribunal de Contas sobre a norma, o que se verificou é que há um espaço enorme para o seu aprimoramento, para que ela cumpra aquelas suas finalidades primordiais, que estão lá na concepção clássica da regra: sustentabilidade da dívida, viabilizar o investimento público e conter as pressões no orçamento corrente.

Imperioso se faz lançar mão tanto das reformas estruturantes, que vão conter as pressões no orçamento corrente, quanto discutir aperfeiçoamentos na norma que viabilizem o cumprimento do seu espírito.

Então, neste trabalho do Tribunal que resultou no Acórdão nº 2.708, de 2018, foram emitidas algumas deliberações, que estão relacionadas, ao aprimoramento da norma, que destaco aqui.

O primeiro ponto diz respeito à necessidade de que sejam previstas medidas preventivas e ações correccionais, a exemplo do que já ocorre na LRF. Nós temos os limites prudenciais para despesas de pessoal, de dívida. Inclusive na própria Emenda Constitucional nº 95, de 2016, há previsão de medidas correccionais caso o teto de gastos seja ultrapassado. O ideal é que se discutam medidas que permitam ações preventivas e ações correccionais, para evitar que a Regra de Ouro seja descumprida. Sobre esse ponto é importante ressaltar que, no ano passado, foi apresentado a Proposta de Emenda à Constituição nº 436, de 2018, que tratava do assunto, que trazia alguns pontos para a discussão.

O segundo ponto diz respeito à avaliação da viabilidade de convergência das metodologias aturadas para apuração da Regra de Ouro, tanto na elaboração





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quanto na execução do orçamento. O que verificamos é que há algumas diferenças conceituais, principalmente em relação à contabilização do orçamento de investimento, que fazem com que a metodologia utilizada na elaboração e a metodologia utilizada na execução do orçamento sejam diferentes. Nada obstante, em ambos os casos, nos últimos anos, a regra tenha sido cumprida.

O último ponto diz respeito a outras medidas voltadas para a melhoria da metodologia para apuração e da demonstração da Regra de Ouro. Isso inclui melhorias em demonstrativos, em manual do Tesouro, em aumento da transparência sobre o cumprimento da Regra de Ouro com a inserção de informações complementares sobre a regra no projeto de lei orçamentária.

Diante de tudo isso, nós vislumbramos a necessidade de discussão dos aprimoramentos, que vai ao encontro do esforço fiscal que toda a Federação tem feito para que o nosso País supere essa situação na qual nos encontramos.

Por fim, eu queria contar uma historinha. Hoje eu estava saindo de casa e deixei minhas duas pequenas lá, no maior desespero. Tenho uma de 1 ano e outra de 4. E eu queria falar alguma coisa para a de 4 anos — para a de 1 não adianta, ela vai continuar chorando — que pudesse acalmá-la e me deixasse sair tranquila. Eu disse: *"olha, sabe para onde a mamãe está indo? A mamãe está indo lá para o Congresso Nacional"*. Ela já conhece: onde ficam as duas bolas. *"E a mamãe vai participar de uma discussão muito relevante que vai tratar tanto do nosso futuro quanto do presente de algumas pessoas que precisam muito que o Governo ajude elas"*. Ela já tem alguma noção do que seja governo. E é realmente esse o espírito do Tribunal de Contas da União, de diálogo, de cooperação e de sempre contribuir para que as próximas gerações não sejam apenas penalizadas com aquilo que nós fazemos no presente, mas principalmente possam usufruir daquilo que nós deixarmos de bom.

É com esse espírito que encerro a minha fala, agradecendo a todos a atenção.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós agradecemos à Dra. Virgínia de Ângelis, Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do Tribunal de Contas da União, a participação e passamos a palavra para a Dra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Bom dia a todos e a todas.

Agradeço imensamente ao Deputado Federal Hildo Rocha o convite para participar desta importante audiência pública.

Cumprimento o Presidente Marcelo Castro e todos os palestrantes que dividem esta Mesa; os Parlamentares, Deputados e Senadores, presentes; e todas as pessoas que estão participando aqui pessoalmente e pela rede.

Eu sou da Auditoria Cidadã da Dívida, um movimento social que investiga o endividamento público tanto federal quanto estadual e municipal há quase 20 anos. Nós assessoramos a CPI da Dívida Pública, que aconteceu aqui na Câmara dos Deputados entre 2009 e 2010. Por isso, eu vou apresentar como nós identificamos, entre 2009 e 2010 — está no relatório da CPI e também em outros documentos —, como a Regra de Ouro já vem sendo violada, através de um artifício que contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Dra. Virgínia já explicou o objetivo do art.167 de vedar a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Ou seja, é vedada a emissão de títulos da dívida pública ou contratação de empréstimos para o pagamento de despesas correntes. Só para lembrar: quais são as despesas correntes e quais são as despesas de capital? Essa definição é categórica e está detalhada na Lei nº 4.320, de 1964, que foi uma lei recepcionada pela Constituição de 1988.

Dentre as despesas correntes, estão todos os gastos com a manutenção do Estado, gastos com pessoal ativo, aposentados, pensionistas, prestação de serviços, materiais, gastos com Previdência Social, todos os serviços públicos prestados à população e juros. Juros da dívida pública são despesas correntes.

Quais são as despesas de capital? Aquelas despesas de longo prazo: aquisição de equipamentos, aquisição de imóveis, investimentos realmente em infraestrutura. Tudo isso é investimento e amortização da dívida.

Então, para cumprir a Regra de Ouro, não podem ser emitidos títulos ou contratados empréstimos para pagar despesas correntes, inclusive juros. E o que nós identificamos? Desde a CPI da Dívida Pública, isso é do conhecimento desta Casa, da Câmara dos Deputados, é do conhecimento do Ministério Público, já levamos isso também para o Tribunal de Contas...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta figura mostra o estoque da dívida, mostra o que seria o desenho. Se fôssemos fazer um desenho dos juros da dívida, seriam estas torres em tamanhos diferentes, porque há vários títulos com rendimentos diferentes. O que nós vimos? Todo ano é feita uma atualização monetária paralela da dívida pública.

Vamos supor que o estoque da dívida pública seja a altura desta mesa. É feita uma atualização paralela, são emitidos títulos da dívida, e essa atualização é paga com os novos títulos da dívida. Ou seja, quem tem título recebe esse valor. À medida que são emitidos os títulos, o estoque da dívida que estava aqui veio para cá. Correto? Toda essa atualização, que, na realidade, é parte do juro nominal... A atualização está embutida nos juros. Toda essa atualização que está sendo paga com novos títulos está sendo contabilizada como se fosse amortização, portanto, como se fosse despesa de capital. Mas, na verdade, são juros.

Não há previsão legal para isso. Não há um dispositivo legal que autorize, que determine que seja feita essa atualização monetária paralela, até porque ela não tem sentido. A atualização está embutida no rendimento nominal que são os juros pagos aos detentores dos títulos.

Alguns arremedos de legislação têm sido usados para respaldar esse procedimento. Um deles é a LDO, que prevê um parâmetro dizendo que a atualização da dívida não pode superar o IGPM. Que atualização, se não há lei que determine fazer atualização?

Outro arremedo de legislação é o art. 29 da LDO, que traz algumas definições, que diz que o refinanciamento da dívida corresponde à emissão de títulos para pagamento do principal, acrescido de atualização. É uma definição que está lá, mas nenhum desses dois dispositivos determina ou sequer autoriza essa atualização paralela que vem sendo feita. Quais são as consequências desse procedimento, dessa contabilização de grande parte do juro, como se fosse amortização? A explosão do estoque da dívida, o descontrole do aumento da dívida e, mais, a exigência — à medida que a dívida cresce, do crescimento de recursos para pagar os seus juros.

Este é o gráfico da evolução da dívida interna, que tem crescido principalmente devido à contabilização de juros, como se fosse amortização, e também de um outro mecanismo da política monetária do Banco Central, que também não tem previsão legal, que é a remuneração da sobra de caixa dos bancos: quando sobra dinheiro no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caixa dos bancos, o Banco Central aceita o depósito voluntário dessa sobra, entrega títulos da dívida pública para os bancos e remunera diariamente.

Não há previsão legal para isso. A desculpa do Banco Central para fazer isso é controle inflacionário, o que ficou desmascarado em 2017, quando nós tivemos deflação, o IGP negativo. Se fosse verdade que essa operação era para controlar a inflação, diante do IGP negativo, o Banco Central teria que ter devolvido moeda aos bancos. Qual foi o comportamento do volume desse tipo de operação? Bateu recorde em 2017, aumentou, atingiu 1 trilhão e 287 bilhões de reais.

Então, o argumento de que essa operação é para controlar inflação foi desmascarado. Diante dessa denúncia, que nós também fizemos, o Banco Central apresentou para o Congresso — está aqui na Câmara — o Projeto de Lei nº 9.248, de 2017, que tem um artigo só que cria o depósito voluntário remunerado, que é o que já está sendo feito, abusando das operações compromissadas.

Portanto, a dívida está explodindo. Chegou a mais de 5,5 trilhões de reais em dezembro de 2018. Às vezes, esse dado diverge dos dados divulgados pelo Governo, que não se computam esses títulos que são usados pelo Banco Central para remunerar sobra de caixa dos bancos. E são títulos da dívida, foram emitidos. O juro deles está sendo pagos. Esses títulos têm que ser computados no estoque da dívida. Aliás, isso está na própria tabela que o Banco Central divulga.

Eu preparei ontem à noite, a pedido do Deputado Hildo Rocha, esta tabela, que faz um comparativo dos juros e encargos da dívida pagos a cada ano, das amortizações pagas a cada ano. Estes são os dados do pagamento tirados do SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o sistema de contabilidade pública oficial que contabiliza os pagamentos e o estoque da dívida. Vejam só, em qualquer ano, podem comparar: as amortizações são gigantes. Se nós estivéssemos de fato amortizando a dívida, qual seria o comportamento do estoque da dívida? Ele teria que cair. Mas o estoque da dívida tem aumentado exponencialmente.

Uma desculpa é a seguinte: está sendo feita uma rolagem. Se estivesse sendo feita a rolagem, mera substituição de título que está vencendo por novo título, o estoque se manteria constante. E o estoque está aumentado. Por quê? Porque não são amortizações, são juros que estão sendo maquiados e contabilizados como se fossem amortização. Isso é gravíssimo! É inconstitucional!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro comparativo que podem fazer: pegar esse estoque da dívida e multiplicar pela taxa média de juros do ano, a taxa média divulgada pelo Tesouro Nacional. É uma conta grosseira: um estoque vezes uma taxa média. Mas dá um parâmetro de juros. Vocês vão ver que, todo ano, o valor dos juros encontrado nessa estimativa vai ser o dobro ou até mais do valor que está ali contabilizado como juros.

Então, é evidente que o dado dos juros está diminuído e o dado da amortização está aumentado. Por quê? Porque toda aquela atualização, que eu encenei aqui, paralela, está sendo paga com novos títulos. E essa atualização é parte dos juros nominais da dívida.

Por causa dessa descoberta, a Auditoria Cidadã divulga todo ano o gráfico do orçamento, somando os juros com as amortizações. Por quê? Porque não há a devida transparência do valor efetivo dos juros nominais, porque não há a devida transparência em relação a essa atualização monetária paralela da dívida.

Se colocarmos numa perspectiva de 10 anos, dos últimos 10 anos, o rombo das contas públicas está justamente nos gastos de juros e amortizações da dívida, que têm que ser somados. É o gasto pago com a dívida pública. O gasto com a Previdência é esta rampa vermelha na tela, que está um pouco mais íngreme do que o gasto com pessoal, porque muita gente correu para se aposentar devido às ameaças de retirada de direitos com a reforma. Mas nós vemos claramente que o problema do gasto público não está nos gastos com pessoal e encargos, não está nos gastos com a Previdência, está nos gastos com amortização e juros da dívida, que já vêm violando a Regra de Ouro com o pagamento de grande parte dos juros, como se fosse amortização.

Para evidenciar que o problema está no gasto com a dívida, de 1995 a 2015, nós produzimos a montanha de 1 trilhão de reais de superávit primário, ou seja, arrecadamos mais tributos do que gastamos com toda a manutenção do Estado e com todos os serviços públicos prestados à população. Produzimos superávit! Sobraram 1 trilhão de reais! E qual foi o comportamento da dívida no período? Ela era de 86 bilhões de reais em 1995, e chegou a 4 trilhões de reais em 2015.

Por que a dívida explodiu? Não foi por causa do gasto com a Previdência, como Ministro Paulo Guedes está dizendo na exposição de motivos da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. Não foi o gasto com a Previdência que provocou a explosão da dívida, claramente foi o gasto com a própria dívida, com a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

geração de dívida para pagar dívida, geração de dívida para pagar juros, geração de dívida para pagar prejuízo de *swap* cambial ilegal, geração de dívida para remunerar sobra de caixa dos bancos ilegal.

Este dado é dado do Tesouro Nacional. Esta montanha azul que os senhores estão vendo é o superávit de 1 trilhão de reais produzido até 2015. De repente, isso foi derrubado. Não produzimos mais superávits. Instalaram uma crise no Brasil. Esta crise tem sido produzida pela política monetária do Banco Central, pelos juros abusivos, por essa restrição da base monetária, por esta escassez de moeda, gerada pela remuneração da sobra de caixa dos bancos, principalmente.

Não tivemos no Brasil nenhum dos fatores que produzem crise do capitalismo: não tivemos aqui quebra de bancos, que foi o que produziu a crise nos Estados Unidos em 2008; não tivemos quebra de safra; não tivemos nenhuma peste que impedisse a nossa população de trabalhar; não tivemos guerra. Essa crise foi produzida pela política monetária do Banco Central. E os dados comprovam isso.

O resultado da Seguridade Social também vinha batendo recorde de superávit. Todos os anos sobravam dezenas de bilhões de reais, considerando somente as contribuições da Seguridade Social. Vejam o resultado a partir de 2016: também virou de cabeça para baixo. A montanha que sobrava começou a faltar não porque houve qualquer gasto extraordinário na Previdência. Eu mostrei a evolução dos gastos. Por que inverteu deste jeito? Por causa da crise fabricada, que levou milhões de empresas à falência e milhões de brasileiros e brasileiras ao desemprego, que derrubou o PIB em mais de 7% em apenas 2 anos. Aí caiu a arrecadação. O problema da Seguridade Social não está nos gastos com a Previdência, que é o foco da PEC 6/19. Ela só foca no gasto. O problema não está no gasto, está na arrecadação, que ficou comprometida por causa da quebra de empresas, do desemprego, da derrubada do PIB. Por quê? Por causa da política monetária suicida que está sendo praticada pelo Banco Central, que quer autonomia. Para quê? Para ficar livre para continuar com essa política que só favorece bancos. Vejam o resultado nominal: enquanto produzíamos aquela montanha de superávit primário, produzimos sistematicamente resultado nominal negativo por causa dos juros.

Este outro gráfico mostra claramente que o déficit está no Banco Central. Eu coloquei ali o comportamento do juro, o gasto com juros junto com o déficit nominal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foram os juros que provocaram o déficit nominal. Vários dados oficiais comprovam isso.

Esta tabela não dá para os senhores lerem, mas faço questão de mostrar, porque foi uma tabela oficial entregue pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central à CPI da Dívida Pública.

Lá em 2009, o estoque da dívida líquida era 1,283 trilhão de reais, e o gasto com juro acumulado era 1,5 trilhão de reais, superava. O que gastamos com juros era maior do que o próprio estoque da dívida. Isso prova que essa não é uma dívida como os países avançados fazem, para contratar investimentos públicos, infraestrutura, dívida para desenvolver o País. Essa dívida é meramente financeira, gerada pelos mecanismos de política monetária e pela remuneração elevadíssima, porque o Brasil pratica as maiores taxas de juros do planeta.

Outros documentos oficiais comprovam que o juro é o problema da dívida: depoimentos colhidos durante a CPI confirmam que o fator mais importante do crescimento da dívida foram as altas taxas de juros; acórdão recente do TCU, de 2018, diz que, entre 2000 a 2017, que foi o período analisado pelo TCU, a dívida bruta em valores deflacionados cresceu 1,900 trilhão de reais. Então, entre 2000 a 2017, segundo o TCU, a dívida cresceu 1,9 trilhão de reais. E qual foi o valor do juro apropriado no período? Foram 3,43 trilhões de reais.

Então, a dívida que nós temos, Deputados e Senadores, é fabricada pela política monetária do Banco Central, pelos juros abusivos, pelos mecanismos que geram dívida. E ela está sendo a justificativa para as privatizações de todo o nosso patrimônio público, está sendo a justificativa para o maior patrimônio social do Brasil, que é a Previdência Social, está sendo a justificativa para a infame PEC do Teto, que congela o País por 20 anos, para que sobre mais para pagar a dívida, porque a dívida ficou fora da PEC do Teto. E querem mais, querem agora o esquema da securitização de crédito público, sobre o qual não vai dar tempo de falar aqui, mas que é infame, já se apodera diretamente do fluxo da arrecadação tributária.

Nós estamos correndo um risco muito grande. Na exposição de motivos da PEC, o Ministro Paulo Guedes diz que o nó fiscal do Brasil está na Previdência. Os dados demonstram que isso não é verdade, o nó fiscal do Brasil está nos gastos abusivos com a chamada dívida pública, o déficit está no Banco Central, o custo da política monetária suicida que quebrou o Brasil. Só o gasto com a remuneração da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobra de caixa dos bancos em 10 anos foi 754 bilhões de reais, segundo balanços do Banco Central. Isso sem atualização monetária. Se atualizarmos, está aí o trilhão de reais que o Ministro Guedes quer. Não precisa cortar o BPC, não precisa destruir a Seguridade Social, basta parar de remunerar a sobra de caixa dos bancos, que já custou 1 trilhão de reais e é ilegal ainda por cima.

Em 2015, a dívida cresceu 732 bilhões de reais em 11 meses. O investimento foi menos de 10 bilhões de reais. O que explica esse crescimento de 732 bilhões de reais? O pagamento do juro abusivo, porque a taxa básica chegou a 14,25% sem justificativa legal, financeira, política ou econômica. O gasto com a remuneração da sobra de caixa dos bancos, os prejuízos com *swap* cambial, que, de setembro de 2014 a setembro de 2015, o Banco Central somou resultados negativos de 207 bilhões de reais. Toda aquela diferença do dólar que estava a 1,5 real e chegou a 4 reais sangrou 207 bilhões de reais das nossas contas públicas. Teria dado para dobrar o orçamento da educação e o da saúde junto e outros mais.

Emissão excessiva de títulos. Em 2015, houve uma emissão exagerada de títulos, que está lá na conta única, de tal maneira que, em dezembro de 2018, nós tínhamos 1,270 trilhão de reais no caixa único do Tesouro, 1,130 trilhão de reais no caixa do Banco Central, remunerando a sobra de caixa dos bancos, e cerca de 1,5 trilhão de reais em reservas internacionais, fazendo a conversão. O que é isso? São 4 trilhões de reais em caixa!

E agora o Projeto de Lei (CN) nº 4, de 2019, quer emitir mais título da dívida para pagar despesas. Por que não usa o recurso que já está lá no caixa único do Tesouro? São 1,270 trilhão de reais em caixa. Não há justificativa para a crise. Não há justificativa para a penúria dos Estados. Os Estados são credores de 270 bilhões de reais da Lei Kandir. A União diz que não tem dinheiro para devolver, mas tem 4 trilhões de reais. Só no caixa único, tem 1,270 trilhão de reais.

Na conta única, em 31 de dezembro, para fins do que trata o art. 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 1964, que é o que está citado no PLN, há 1,149 trilhão de reais. Só para esses fins, há esse valor. Desse 1,149 trilhão de reais, 645 bilhões de reais são receitas de operações de crédito que já aconteceram, que é o que o PLN quer autorizar.

No passado, já foram feitas emissões exageradas para formar colchão de liquidez. O título já foi emitido, já foi vendido, e o dinheiro está no caixa do Tesouro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Atualmente, 645 bilhões de reais estão lá. Por que emitir mais? Use esse dinheiro. E há ainda 141 bilhões de reais de resultados do Banco Central. Então, só aí já são 800 bilhões de reais.

Eu tenho a impressão, Deputado Hildo Rocha, de que esse PLN 4/19 veio para colocar no holofote que é preciso fazer uma reforma da Previdência, porque estaríamos até emitindo títulos da dívida, aumentando a dívida. Estão fazendo tudo isso para conseguir aprovar a reforma da Previdência, para justificar o desmonte do maior patrimônio social do Brasil e entregá-lo aos bancos, num esquema de capitalização que está dando errado no mundo inteiro.

Estudo da OIT comprova que, entre 30 países que realizaram a capitalização que o Guedes quer fazer aqui, 18 — 60% — já desistiram ou já voltaram atrás: 18! E dos 12 que ainda continuam, vários estão entrando em colapso. A capitalização que ele quer criar aqui nem pode ser chamada de previdência.

Outra justificativa: *"Ah, está caindo o valor da conta única"*. Não está, não. De dezembro de 2017 a março de 2019, o recurso aumentou. O País em crise, definhando, e o dinheiro está lá reservado. Por quê? A prioridade neste País é dar lucro para banco. O lucro dos bancos neste País tem batido recorde atrás de recorde. Em 2018, o lucro dos bancos foi de 100 bilhões de reais. Mas o Brasil está liderando o aumento da pobreza na América Latina; a extrema pobreza, que já tinha desaparecido das estatísticas brasileiras, vergonhosamente, voltou, e há 6 milhões de brasileiros e brasileiras em extrema pobreza. De novo, a extrema pobreza aparece nas estatísticas. Os bancos estão batendo recorde de lucro, enquanto as indústrias estão quebrando. Nunca houve queda tão grande na indústria no Brasil. Toda a atividade real está se reduzindo, o PIB já caiu 7% e está patinando, estacionado, mas o lucro dos bancos não para de crescer, porque toda a economia pública está direcionada para o pagamento dos juros abusivos, para a manutenção dos mecanismos ilegais que geram dívidas, sangrando, impedindo o rico Brasil de seguir o seu caminho de desenvolvimento socioeconômico.

Nós temos alternativas. Em primeiro lugar, é preciso parar de aumentar a dívida de forma inconstitucional, parar de emitir título para pagar juros, porque falta recurso para a educação. Nós estamos vendo aí as universidades sendo inviabilizadas. Se não há recurso para despesa corrente, cortam despesas. Se não há recurso para hospitais públicos, cortam despesas. Se não há recurso para ciência





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e tecnologia, cortam despesas. O orçamento da ciência e tecnologia foi cortado pela metade, impedindo o avanço da pesquisa no Brasil. Metade do orçamento da ciência e tecnologia foi contingenciado, mas não falta dinheiro para pagar juros, que é despesa corrente também. Para pagar juros, vão lá, emitem títulos, vendem-nos e contabilizam como se fosse amortização, burlando escandalosamente a Constituição Federal, explodindo a dívida e sangrando o País.

Em segundo lugar, é preciso reverter a política monetária que fabricou a crise, derrubou o PIB, derrubou as nossas indústrias e reduziu a arrecadação tributária.

Em terceiro lugar, é preciso tributar a distribuição de lucros e as grandes fortunas. Já foram apresentados projetos pelo PSB para tributar grandes fortunas e distribuição de lucros. Os 26 mil maiores declarantes do Imposto de renda...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Doutora, a palestra da senhora está excelente, mas temos que seguir em frente.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - É a última coisa. Este dado é muito importante, principalmente porque os senhores são da Comissão de Orçamento e precisam de recursos: a maior parte dos rendimentos dos 26 mil maiores declarantes do Imposto de Renda, com renda mensal superior a 320 salários mínimos, Sr. Presidente, é isenta. Olhem que escândalo! Mas um trabalhador que recebe mais de 5 mil reais paga 27,5% de imposto na fonte.

Nós queremos fazer uma auditoria com participação social, porque tudo isso que apresentei aqui nós descobrimos em procedimentos de auditoria.

Eu fico à disposição para responder os questionamentos.

Muito grata. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos à Dra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida, a brilhante palestra.

Passo a palavra ao Dr. Otavio Ladeira, Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. O Ministro Paulo Guedes vai estar aqui à tarde. Sugiro que ela esteja também, para colocarmos os dois juntos.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Estou à disposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Dr. Otavio Ladeira, Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, integrantes da Mesa e demais presentes.

A nossa apresentação é uma apresentação técnica, que busca mostrar as razões para a solicitação dos recursos adicionais, recursos condicionados para despesas condicionadas, com o fim de cumprimento da Regra de Ouro em 2019. Apresentaremos as razões da Regra de Ouro em si e depois os números.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como a representante do TCU bem mencionou, a Regra de Ouro não é uma particularidade brasileira, é um instrumento usado em outros países do mundo e tem uma finalidade nobre, o equilíbrio entre as receitas e as despesas, no sentido de não imputar às gerações futuras um ônus pelas despesas correntes da geração presente. Em outras palavras, a regra busca evitar, por exemplo, que o pagamento do aluguel de um pai seja jogado para que o filho pague daqui a 20 anos. A Regra de Ouro tem esse objetivo nobre de tentar controlar as despesas correntes, permitindo apenas que as despesas com investimentos, além das amortizações da dívida pública, possam ser usadas. Por que investimentos? Porque, geralmente, essa é uma despesa pública que dura um período muito maior do que o da geração presente. Então, permite-se a distribuição dos custos entre a geração presente e a geração futura. O investimento é blindado na lógica da construção da Regra de Ouro.

Entretanto, no caso brasileiro, há algumas restrições, como colocado no lado direito deste primeiro eslaide da apresentação, que são os nossos persistentes déficits primários. A Regra de Ouro não convive com déficit primário, a não ser que esse déficit primário seja realizado para fazer investimentos, o que não é o caso brasileiro. Os nossos níveis de déficit primário e, principalmente, o fato de serem estruturais fazem com que, em algum momento, nós nos aproximemos do descumprimento da Regra de Ouro, se não recorrermos a essa cláusula específica de salvaguarda que está sendo solicitada ao Congresso Nacional.

Este eslaide traz a demonstração visual do que é a construção da Regra de Ouro. Nós vemos que as operações de crédito não podem ser superiores às





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas de capital. Consequentemente, as despesas correntes serão pagas com receitas correntes, com outras receitas de capital — e isso também foi citado aqui na fala da representante do Tribunal de Contas —, como resultado do Banco Central, remuneração da conta única, retorno de financiamento de Estados e Municípios e retornos de empréstimos do BNDES. São eles que têm, ao longo dos últimos anos, ajudado no cumprimento da Regra de Ouro, sem que precisássemos vir ao Congresso Nacional solicitar crédito suplementar. Mas, como eu disse, a Regra de Ouro não consegue conviver com déficits fiscais crônicos, e esse é o caso atual do Brasil.

O próximo eslaide demonstra isso. As receitas adicionais que nós tivemos vindas de outras fontes que não a emissão de títulos foram aquelas que nos permitiram chegar até 2019 sem nos aproximarmos do risco de descumprimento da Regra de Ouro. Nós estamos apresentando déficits primários desde 2014. Então, estamos no sexto ano de déficit. Temos ainda mais 3 anos, segundo a LDO 2020, de déficit primário, até voltarmos ao superávit. Esperamos que esse retorno ao superávit ocorra antes. Mas, só neste ano, apesar da redução do espaço da Regra de Ouro — no ano passado conseguimos ficar melhores do que a regra em algo em torno de 30 bilhões de reais —, é que estamos apresentando uma situação em razão da qual necessitamos vir ao Congresso Nacional.

No eslaide seguinte nós apresentamos as receitas que nos ajudaram a cumprir a Regra de Ouro nos últimos anos, como foi falado, todas receitas financeiras, receitas não primárias, mas não de emissão de títulos: resultado do Banco Central, remuneração da conta única e retorno de créditos do BNDES. Essas são as três principais fontes que têm ajudado o Governo a cumprir a Regra de Ouro durante todos esses anos.

Vou passar a palavra agora para o Sr. George Alberto, Secretário da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, para falar, especificamente, em relação ao motivo do encaminhamento pelo Governo Federal de uma solicitação de 248,9 bilhões de reais para o cumprimento da Regra de Ouro. Antes de passar a palavra para ele, eu gostaria de deixar uma mensagem, que vai ser reforçada ao final, no sentido de que são duas solicitações conjuntas, porém distintas. Uma é a totalidade dos recursos de que precisamos para pagar as despesas públicas, todas despesas primárias, como nós vamos ver, até o final de ano, no valor de 248,9 bilhões de reais. A outra é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

definir quanto desses 248,9 bilhões de reais precisam ser pagos com recursos de títulos públicos. Essa separação é importante, porque nós estamos discutindo dois elementos. Nós podemos chegar à conclusão de que os recursos que precisamos de títulos públicos para pagar essa despesa pública é menor do que os 248 bilhões de reais. Podemos concluir isso. Mas essa conclusão não retira o fato de que precisamos da aprovação da totalidade desse valor, senão não teremos condições de pagar essas despesas que, como foi bem dito aqui, é legal. E, constitucionalmente, nos é impossível fazer o pagamento dessa despesa sem essa autorização do Congresso Nacional.

O SR. GEORGE ALBERTO SOARES - Nesta minha pequena intervenção, cumprimento o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão, e o Deputado Hildo Rocha, na pessoa de quem cumprimento os autores do requerimento e os Deputados e os Senadores presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Dado o cenário da Regra de Ouro que o Dr. Otavio Ladeira brilhantemente explicou, nós tínhamos uma insuficiência prevista para 2019 que foi calculada, à época do projeto de lei orçamentária, no valor de 254 bilhões de reais. É importante ressaltar a diferença que existe entre a elaboração da lei orçamentária, em que é necessário o cumprimento da Regra de Ouro, e a execução do orçamento. Como a Dra. Virgínia colocou na sua apresentação, há diferença entre essas ações. Por exemplo, a utilização de fontes, como o resultado do Banco Central, só é possível ser feita na execução do orçamento, e não na sua elaboração, porque o resultado é posterior ao encaminhamento do projeto ao Congresso. E fontes e superávits não são aceitos no Orçamento da União.

Portanto, existe uma diferença que gera uma complicação adicional ao se elaborar o Orçamento. E a Regra de Ouro brasileira, como foi colocado aqui também, é uma regra muito binária no seu acompanhamento. Caso ocorra o não cumprimento, não se tem o *(ininteligível)*. Por exemplo, o teto de gastos prevê condicionantes, e o Governo tem possibilidade de travar algumas despesas, para evitar a superação do teto. Na Regra de Ouro, isso não ocorre. E, por causa dessa situação e de nunca ter ocorrido na história a necessidade de à época da elaboração orçamentária haver a visualização de que se teria essa dificuldade de cumprimento da Regra de Ouro no ano seguinte, uma dificuldade muito grande, foi discutida com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Congresso Nacional, com as áreas técnicas do Congresso, com o Tribunal de Contas, e depois aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Congresso, uma regra na Lei de Diretrizes Orçamentárias que possibilitasse utilizar a exceção existente na Constituição Federal de um crédito nunca antes feito, que é um crédito suplementar com aprovação por maioria absoluta nas duas Casas, separadamente, para permitir que seja feita a emissão de títulos para pagamento de despesa corrente acima da Regra de Ouro. Isso foi colocado na LDO — e houve várias discussões sobre isso — com a seguinte lógica. Havia duas opções: uma era mandar o orçamento desequilibrado, ou seja, sem a totalidade das despesas; a outra, considerada mais racional por todos à época, era colocar em uma reserva os valores necessários ao pagamento das despesas que estão condicionadas e condicionar a execução dessas despesas dentro do Orçamento — e assim foi aprovado pelo Congresso — ao crédito previsto na Constituição e na LDO, esse que está em análise agora no PLN 4.

Por que isso é importante? O Otavio já ressaltou isso, e eu vou ressaltar novamente. É importante porque essas despesas que estão nesse crédito existem e são necessárias até o final do ano, são essenciais de fato. O crédito é necessário de qualquer forma.

Acho que existem duas discussões: uma é sobre o crédito em si para as despesas que têm que ser pagas, a outra é o financiamento desse crédito. Ele foi encaminhado na forma do PLN 4 porque era assim que estava exposto na lei orçamentária, tudo com fontes de operação de crédito.

Existe, sim, a possibilidade de essas fontes serem reguladas — o Relator é bem consciente disso — para verificar, dados os novos parâmetros que ocorrem durante a execução do Orçamento, como, por exemplo, o superávit do Banco Central, o tamanho desse crédito que seria pago com a emissão de títulos e com outras fontes orçamentárias.

Também é importante ressaltar — isso talvez não tenha ficado totalmente claro — que a Regra de Ouro é uma regra de volume, não por item. O que importa não é que um item de despesa corrente não possa ser pago com títulos, com operações de crédito. O total das despesas correntes é que não pode ser financiado assim.

Nesse eslaide que passamos vimos que os 258,2 bilhões de reais referidos passaram para 248 bilhões de reais, e essa é a razão do pedido de crédito. Na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tramitação do projeto de lei orçamentária. Aqui na CMO, foram feitas emendas retirando despesas de capital.

Obviamente, quando o Governo encaminhou o projeto de lei, não poderia imaginar que os Parlamentares fariam emendas apenas em despesas de capital. Isso estaria limitando a atuação do Congresso. Portanto, ao se mandar a proposta de lei orçamentária, colocou-se toda a possibilidade de se fazer emendas, considerando como se todas as emendas fossem feitas em despesa corrente. Como não foram, isso ajustado pelo próprio Congresso, que reduziu aquela reserva, que agora se transformou no PLN 4, de 258 bilhões de reais para 248 bilhões de reais.

Nós encaminhamos o projeto para esta Casa. É importante ressaltar que tanto na elaboração do PLOA quanto no envio do PLN 4 ao Congresso o Governo não dispunha da informação completa e apurada como dispõe agora, porque essa informação vai se alterando durante o tempo.

Se alguém acompanhar os relatórios do Tesouro Nacional, os RTNs, verá que é colocada a suficiência da Regra de Ouro a cada mês. Isso varia tanto que um dado feito este ano varia a cada mês. E aquela suficiência é relativa àquele momento.

É importante falar também que, ao se fazer um crédito dessa magnitude, tem-se que entender o risco associado. É impensável fazer o crédito com uma conta superprecisa no momento. Por quê? Porque não existe uma segunda chance. O único processo que existe para a resolução desse problema este ano é o PLN 4. Após ele, não haverá como recuperar diferenças. Então, tem-se que entender que há um risco muito grande de descumprimento, associado a um risco de estimativa. Dados esses dois riscos, para uma boa governança, tem-se que fazer uma conta um pouco mais flexível.

Então, consideramos, como já falamos, que o Poder Executivo não tem como resolver a situação por si. Essa é uma situação prevista na Constituição para ser resolvida pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.

Essa foi a posição, como eu disse, durante a elaboração da LDO e da própria Lei Orçamentária. A única variação que existiu foi uma necessidade 258,2 bilhões de reais à época do LDO, que se transmutou em 248,9 bilhões de reais, devido às emendas que foram feitas para despesas de capital, por meio das quais o Congresso, sabiamente, regulou o tamanho da reserva.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi exposto nesta Comissão, ano passado, durante a apreciação do PLDO de 2019 o critério de seleção utilizado para as programações que estão naquele órgão específico e estão condicionadas à aprovação desse crédito. Relembrando as programações, caso o crédito não seja aprovado, as despesas simplesmente não serão executadas, o que faz com que algumas despesas parem no meio do ano.

Tinha que ser uma despesa corrente primária, porque assim está estabelecido na LDO aprovada, no seu art. 21, portanto, é um regramento legal. E tinha que possuir em exercício recente o financiamento via emissão de título. Esse foi um critério de conservadorismo, porque são despesas que já foram aprovadas pelo Congresso e já foram auditadas pelo TCU, não tinha restrição a essa utilização. E são despesas que poderiam esperar o crédito ou a tramitação do pedido do crédito. Havia muitas despesas, como, por exemplo, as despesas contratuais, que, se fossem colocadas nessa forma condicionada, o gestor no começo do ano não teria o valor para empenho da despesa do ano todo e ficaria numa situação de possível irregularidade se assinasse um contrato sem ter os recursos para aquela despesa. No caso das despesas que foram colocadas no crédito, são despesas que não têm contrato, são despesas de repasse automático, legal. Esses foram os critérios utilizados e demonstrados aqui na época do PLDO 2019 e aprovados pelo Congresso.

Então, o crédito se resume da seguinte forma: 201,7 bilhões de reais para o pagamento dos benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência; 30 bilhões de reais para o pagamento dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS; 6,6 bilhões de reais para o Bolsa Família; 8,2 bilhões de reais para subsídios e subvenções econômicas; e 2,5 bilhões de reais para compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Essa foi uma lei aprovada pelo Congresso na época da desoneração da folha de pagamento, que previu que o Tesouro ressarciria o sistema de previdência dos valores daquela desoneração — assim está previsto —, totalizando 248 bilhões de reais.

É importante falar da insuficiência de dotação dessas programações na LOA, ou seja, mostrar o que nós temos na LOA, e até que mês essas dotações chegam, quando começará a haver problemas. O primeiro item a apresentar problemas vai ser a conta de subsídios e subvenções, porque a dotação fica no vermelho entre maio e junho. Ou seja, ela não tem como chegar ao final do mês de junho, e isso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

afeta fundamentalmente a elaboração do Plano Safra. O crédito para esse plano tem que ser encaminhado e resolvido, se for no prazo normal, até o dia 10 de junho, caso contrário não é possível assinar e fazer a declaração do Ministro da Economia para dar início ao plano e pagar os agricultores. Então, é essencial para subsídios e subvenções que se tenha o crédito no começo do mês de junho.

No caso do BPC e dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social, também temos um problema em junho. As previsões indicam que haverá insuficiência, não total, mas parcial, em junho. O caso do ressarcimento por desoneração da folha apresentará insuficiência de julho para agosto; no caso do Bolsa Família, entre agosto e setembro; e, no caso dos benefícios previdenciários, o problema aparecerá por volta do mês de julho — talvez a segunda folha dos benefícios de julho não seja possível ser paga.

Eu devolvo a palavra ao Otavio, para que ele complete a apresentação.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Antes de trazer os números do próximo eslaide, eu gostaria de reforçar a questão dos subsídios do Plano Safra, porque o processo de construção do Plano Safra começa no dia 10 de junho, com uma série de documentos internos que encaminham as portarias assinadas pelo Ministro no final do mês, para lançar o Plano Safra no dia 30 de Junho. Então, se o PLN não for aprovado até lá, não teremos condições de iniciar o Plano Safra a partir de 1º de julho, por conta da ausência de recursos para pagamento das despesas do Plano Safra a partir de 1º de julho. Estou ressaltando isso porque é a primeira despesa a demonstrar a impossibilidade de seu pagamento com a não aprovação do PLN.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como eu havia falado antes, aqui há duas discussões, as duas relevantes: uma é sobre a totalidade do montante a ser aprovado, cuja solicitação se deu em função daquele conjunto de despesas que precisam ter autorização específica para serem realizadas; e a outra é a discussão sobre quanto daquelas despesas nós deveríamos pagar com a emissão de títulos públicos. E aí apresentamos dois cenários.

O primeiro é um cenário base. Nós divulgamos, mensalmente, o resultado do Tesouro Nacional, para a máxima transparência em relação ao tema. O último foi no valor de 110,4 bilhões de reais. A diferença, como o George bem colocou aqui, é o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conjunto de receitas que não era possível incluir no Orçamento, porque são receitas oriundas do exercício anterior, e o Orçamento só considera as receitas do exercício. Então, elas não podiam constar do Orçamento, que era uma peça específica do exercício.

No entanto, ao longo da execução, essas receitas aparecem. O resultado do Banco Central tinha sido até depositado em 2018, mais outras receitas, o que permite que aquele valor de 248,9 bilhões de reais possa ser reduzido. Nosso cenário base é 110 bilhões de reais. Entretanto, há muita incerteza em relação às projeções. E isso é um ponto importante. Em cada linha dessas... Nós reduzimos as despesas de capital e as receitas de operações de crédito para pequenos grupos, mas, na verdade, por trás há muitas hipóteses, todas elas com bastante sensibilidade, como, por exemplo, investimentos e inversões, e aí eu volto à primeira fala, ao primeiro eslaide.

Investimentos e inversões, infelizmente, são as primeiras despesas a serem cortadas quando se tem uma restrição orçamentária. Geralmente, essas são as que mais sofrem. Com os últimos cortes que nós precisamos fazer para alcançar a meta fiscal, os investimentos e inversões se reduziram. Então, na coluna da direita do gráfico, nós já estamos com uma estimativa de investimentos e inversões em um montante um pouco mais conservador em função das incertezas em relação ao orçamento do ano.

As amortizações também se reduzem em cima de um cenário de possível redução da inflação. Isso é contraintuitivo, mas, quando a inflação cai, como foi colocado aqui, a conta de juros para fins de cumprimento da Regra de Ouro, segundo prevê a própria Lei de Responsabilidade Fiscal e depois a LDO, é permitido ao Governo, autorizado pelo Congresso Nacional, inclusive, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, separar, dentro da conta de juros, a parte do juros que compõe o principal, até porque o mundo relevante do ponto de vista das discussões de sustentabilidade fiscal é o mundo real, e não o mundo nominal. Então, é preciso atualizar monetariamente os valores. Considera-se a inflação para separar dos juros aquela parte que é juro real daquela parte que é apenas a correção pela inflação. Usamos o indicador de inflação, o que é autorizado na LDO aprovada pelo Congresso Nacional, e separamos um do outro. E aí as amortizações, a depender do cenário de inflação, podem ser menores. Isso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reduz a minha despesa de capital. E a receita de operações de crédito também pode aumentar.

Ainda com relação à amortização, foi falado aqui que a atualização monetária paralela não tem autorização legal. São duas leis aprovadas pelo Congresso Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso é auditado pelo Tribunal de Contas da União há 30 anos, desde a Constituição. Todos os números aqui são auditados anualmente pelo Tribunal de Contas da União, que dá parecer positivo com relação ao seu resultado. Os documentos do TCU são inclusive documentos públicos.

Então, com um certo conservadorismo em função de todos os riscos associados aos números, o nosso número seria 146,7 bilhões de reais. É a nossa melhor estimativa, com conservadorismo, considerando aí os riscos associados, principalmente investimentos e inversões financeiras, amortizações e frustrações de outras receitas que geram a necessidade de mais emissão de títulos públicos. Por exemplo: se um ente da Federação deixa de pagar à União um empréstimo que tem, se vai ao STF e deixa de pagar à União, é uma receita que deixamos de receber. Por causa disso, somos obrigados a emitir mais títulos públicos.

Colocamos esse cenário um pouco mais conservador, com as hipóteses que certamente poderemos abrir a todos os interessados, pelo qual o número subiria para 146,7 bilhões de reais. É a melhor estimativa hoje, mas, repito, é um número muito sensível a um conjunto grande de hipóteses, a maioria delas fora do controle do Governo. E, como bem colocou o George, esse indicador é binário. A meta fiscal é binária: você cumpre ou não cumpre. Não há gatilho, não há possibilidade de ajuste, não há permissão de nenhum tipo de ressalva ou salvaguarda. Se não for cumprida, é crime de responsabilidade fiscal para todos os envolvidos na cadeia decisória o não cumprimento desta meta aqui. Então, é muito sensível esse indicador. Consequentemente, para nós, o seu valor também é muito importante.

Por fim, apresentamos o cenário dos próximos anos, para dizer que esse possivelmente será, se não houver alguma alteração legal em relação à Regra de Ouro — constitucional, no caso —, um tema recorrente. Temos ali as despesas. Esse número consta do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhado ao Congresso Nacional. Temos estimativas de insuficiência de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos para cumprimento da Regra de Ouro em 264,9 bilhões de reais em 2020; 146,9 bilhões de reais, em 2021; e 157,5 bilhões de reais, em 2022.

São essas as nossas considerações. Estamos abertos para responder a questões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos a exposição ao Sr. Otavio Ladeira, Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, e ao Sr. George Alberto Soares, Secretário de Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal.

Passamos a palavra, com muita honra, ao ex-Deputado Federal e especialista em finanças públicas, nosso colega e amigo Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Muito bom dia. É uma honra e uma alegria muito grande estar aqui na Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional.

Meu caro amigo Marcelo Castro, hoje Senador da República que muito honra esta Comissão; meu querido amigo Deputado Hildo Rocha, que também presidiu a Comissão Especial da Reforma Tributária, da qual tive a honra de ser o Relator até janeiro passado; meu caro George Alberto Soares, Secretário de Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal; meu caro Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional; minha cara Virgínia de Ângelis, Diretora de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental do Tribunal de Contas da União; minha cara Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida, senhoras e senhores, eu quero levá-los a um exercício diferente do que foi feito aqui até agora. Quero levá-los a uma análise mais ampla e mais profunda dos acontecimentos dos últimos anos que nos levaram a mais esta grande e grave crise econômico-financeira que o nosso País está vivendo. É preciso analisar o histórico da economia e das finanças públicas do nosso País, para entendermos por que estamos vivendo este momento de pobreza, de miséria, novamente de quase recessão. O que aconteceu com o Brasil nesses últimos 37 a 38 anos? É o que eu vou expor a vocês.

(Segue-se exibição de imagens.)

Uma parte da minha palestra sobre a reforma tributária aborda exatamente essa questão de como destravar o País, como vencer essa crise sistêmica que se estende e a cada tantos anos vem uma crise maior que afeta o crescimento brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Hildo me convidou para estar aqui hoje, e o Senador Marcelo autorizou, para visualizarmos o problema fora desse labirinto de receitas e despesas — nominais, primárias, como queiram — em que nós estamos presos.

No meu entendimento, e no de muitos, o que está travando a economia brasileira são as inadequações, impropriedades e inconsistências do sistema tributário brasileiro, que é, do ponto de vista jurídico, um manicômio; do ponto de vista funcional, um Frankenstein. Ele mata as empresas, mata os empregos, mata os salários, mata o consumidor e mata os Governos, porque provoca a sequência de fatos e acontecimentos que nós estamos vivendo ao longo dos últimos anos.

No atual sistema, os incentivos fiscais indiscriminados dados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, somados à sonegação, que é um esporte nacional; à elisão, que ocorre quando alguém declara que vai pagar e não paga; e à corrupção, geraram uma burocracia infernal. E isso tem um custo que tira a competitividade das empresas, do setor produtivo nacional, e tira o poder de compra dos trabalhadores brasileiros.

Não é preciso falar da iniquidade do nosso sistema tributário, que tributa mais os pobres que os ricos.

Aqui vemos as renúncias fiscais. Só as renúncias do Governo Federal já estão em 307 bilhões de reais; as de Estados e Municípios são mais 200 e poucos bilhões de reais, perfazendo mais de meio trilhão de reais de gastos tributários. A sonegação é de pouco mais de meio trilhão de reais por ano. O contencioso tributário na Justiça é de mais de 3,3 trilhões de reais, e a dívida ativa pública da União, dos Estados e dos Municípios tem mais de 3 trilhões de reais de estoque.

O custo para pagar esses tributos no Brasil, segundo o Banco Mundial, chega a 65 bilhões de reais por ano — só na indústria, impacta em 2,6% a formação de preço dos produtos.

Há, ainda, renúncia fiscal de 500 bilhões de reais; sonegação de 460 bilhões de reais; contencioso de 3 trilhões de reais; dívida ativa de 3 trilhões de reais; burocracia com custo de mais de 60 bilhões de reais; baixo crescimento e subdesenvolvimento.

O que aconteceu e que acontece com o Brasil? As crises econômicas estão exatamente aqui. Pode-se observar nessa tabela do IPEA, de 2004 — e eu já a projetei para 2018 —, que durante toda a história brasileira, até 1980, nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cremos positivamente em média ascendente, sendo que, de 1930 a 1980, o último ano do milagre brasileiro, o Brasil cresceu a 6,3% ao ano, quase o dobro do crescimento americano nesses 50 anos. E tivemos bom desempenho para trás também. De 1981 a 2004, depois projetando para 2018, esse crescimento caiu para 2,2% ao ano, em média, abaixo da média do crescimento mundial. Esse é o problema.

A nossa população cresce. Quando cheguei ao Congresso, em 1991, o Brasil tinha 150 milhões de pessoas. Quando eu saí, em janeiro deste ano, o Brasil tinha 210 milhões de pessoas. Isso significa que 60 milhões de pessoas foram incorporadas à população brasileira. O sistema de aposentadoria já atende 33 milhões de pessoas; 4 milhões de pessoas recebem BPC; 160 milhões de pessoas dependem do SUS, e a crise fez aumentar esse número de pessoas. Então, os gastos públicos são ascendentes há muitos anos, especialmente nos últimos 30 anos, após a Constituição de 1988.

Voltando para o gráfico do eslaide anterior, vemos que, com a crise econômica de 1981, 1982 e 1983, no Governo Figueiredo, houve transição pacífica para a abertura política, e a razão disso foi a crise da economia, que levou a um PIB de 8,5% negativos. Depois vieram o Plano Real, a estabilidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LOAS e a Constituinte. Mas, no meio desse processo todo, Collor assumiu o Governo para resolver o problema da economia e governou de 1989 a 1991. E, mais uma vez, o Governo quebrou o Brasil com 7,7% de queda do PIB. Vieram então o Plano Real, a estabilidade, etc., até que, no Governo Dilma, de 2014 a 2016, o PIB recuou 8,2%.

A seguir, veio o *impeachment* de Dilma, como veio o de Collor, porque o que derruba Governo no Brasil, como em qualquer país do mundo, é a economia. E com Temer, durante 2 anos, a crise permaneceu, com crescimento baixíssimo de 1%. Entra o ano de 2019, e as projeções já caíram todas: 3,5%, 3%, 2,5%, 2%, e já está em 1,1%. O que tem a ver tudo isso? Tudo, tudo! Todos os anos, quando discutimos o Orçamento Anual, precisamos ir atrás de recursos, com o mesmo problema crônico que vivemos. Podem observar tranquilamente esse processo.

A própria *Folha de S.Paulo*, em 2017, focalizou as três grandes crises, que foram os três grandes momentos. Contudo, na média, o crescimento é baixíssimo: 2,2%. Nós não podemos conviver, neste país em desenvolvimento, com milhões de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pobres e remediados, não podemos admitir um crescimento médio de 2,2%. Não podemos admitir isso! O mundo cresce a 3,3%.

O Brasil não é das maiores arrecadações do mundo. A nossa arrecadação é a 20ª maior arrecadação do mundo. O que acontece é que, se você não destrava essas inadequações do sistema tributário, se não tira essas gorduras trans, o mau colesterol que há na formação de preço relativo na economia, em que uma empresa sobrevive e outra não, terá que conviver com os monopólios, os oligopólios, os cartéis e trustes que há no mundo inteiro. E no Brasil existem intensamente. E há os incentivos fiscais indiscriminados, em que uma empresa sobrevive e outra do mesmo ramo morre porque não tem incentivo fiscal.

Portanto, nós temos que focar numa mudança global, uma mudança consistente. E a Receita Federal e o Governo do Brasil, nos últimos 37 anos, só fizeram gambiarras no sistema tributário, destruindo o sistema tributário brasileiro ao longo desses anos com reformas de meia-sola, que fizeram com que se agravasse a situação. Intoxicamos as empresas com 54,4% da carga tributária sobre o consumo e apenas 20,7% na renda.

Na concepção da carga, está errado, mas dentro da própria base de consumo há um erro absoluto de competências concorrentes de União, Estados e Municípios, quando deveria haver um tributo apenas na base de consumo. Nós temos nove grandes tributos e outros parafiscais, que chegam a 70 tributos.

Portanto, senhoras e senhores, a visão que eu venho trazer é que o futuro — o último gráfico apresentado pelos técnicos do Tesouro e do Planejamento do Governo Federal demonstra isto — do combate ao déficit primário é terrível. Não há, a curto prazo, uma saída que não seja a volta do crescimento exponencial ao País.

Retomou-se o déficit primário em 2014, exatamente quando começa a aumentar a dívida pública líquida e bruta. Se você não concebe suprir o recurso do déficit primário, você aumenta exponencialmente a sua dívida, porque você passa a ser um devedor contumaz. Com isso, as taxas de juros e os encargos acessórios só aumentam o custo.

Vejam que, em se tratamento de economia, esta própria Câmara dos Deputados e o Senado, Senador Marcelo Castro, há 5 anos não têm aumento salarial. Os cortes estão sendo feitos na marra, por não aplicação da inflação aos gastos públicos, principalmente de pessoal. De certa maneira, não foi nem o teto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que congelou isso, foi a própria prática e a falta de poder político para se dar aumento de salário no nosso País. Dessa maneira, o setor público brasileiro está estrangulado, como estão as empresas, como estão os trabalhadores, os milhões de desempregados com baixa renda e elevado custo de manutenção das suas famílias.

O que eu proponho, diante de tudo isso? Proponho que o Brasil volte a crescer. Para que o Brasil volte a crescer, é preciso tomar uma decisão nacional suprapartidária, como nós fizemos em dezembro, com a Liderança do Deputado Hildo Rocha na Comissão Especial, em que aprovamos um relatório. Por que complicar, se você pode facilitar? Os Líderes dos partidos podem fazer um grande acordo no Plenário da Câmara. O projeto está pronto para ir a voto. Por que começar do zero? Por que debater tudo de novo? Como vai ser negociado com os setores? Como contemplar todos os problemas que impediram a reforma tributária no Brasil em décadas passadas?

Eu estou dizendo, como brasileiro e patriota, como os senhores também são: é chegada a hora do grande entendimento nacional. Em cada debate que eu vou, perguntam-se sobre o corte de despesa. Eu digo que não trato da despesa. Eu estou tratando do sistema tributário, para se chegar a um sistema simples e tecnológico, onde o imposto não ficará mais na empresa. Será retido no ato da transação, dando segurança jurídica, econômica e financeira para o setor público e para os concorrentes.

Ontem eu tive uma reunião longa com o setor de combustível. Por incrível que pareça, Presidente, sabe o que todos do setor do combustível querem? O imposto monofásico cobrado na refinaria e na usina de álcool. É isso que eles querem, para acabar com a sonegação e a patifaria nesse setor. É impressionante! A crise levou as pessoas a quererem resolver também o problema tributário, que está influenciando a vida das suas empresas.

É por isso que eu estou aqui, agradecido ao convite, para tirar a visão pontual e seguir para uma visão macro ou maior da reforma tributária do Brasil. Este é um capítulo especial que está na mão do Congresso, nas mãos dos Líderes e da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Foco, força e fé em Deus, Senador Marcelo Castro! Que Deus abençoe o Brasil, para que encontre o seu caminho ainda este ano! (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço ao ex-Deputado Luiz Carlos Hauly a explanação.

Vamos às interpelações.

Passamos a palavra, em primeiro lugar, ao autor do requerimento, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Castro.

Cumprimento a Dra. Maria Lucia Fattorelli, o ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, a Dra. Virgínia de Ângelis, o Dr. Otavio Ladeira e o Dr. George Alberto.

Há algo que ficou claro durante a exposição dos senhores expositores, servidores públicos, membros do TCU, pessoas especialistas na área da arrecadação e das despesas públicas. E fiz questão de convidar dois notáveis conhecedores, um da despesa pública, a Dra. Maria Lucia Fattorelli, principalmente no que diz respeito à despesa, e o ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, em relação à receita pública. Se nós temos uma despesa a realizar, nós temos que ter uma receita a arrecadar, uma receita tributária. E aqui nós estamos falando propriamente sobre tributos, porque, se nós vamos emitir título da dívida para pagar uma despesa atual, isso significa que não temos receita suficiente para pagar. Nós estamos antecipando uma receita que será paga pelas crianças, como a filha da Dra. Virgínia de Ângelis, que vai pagar uma despesa que não a criança contraiu nem vai usufruir, porque não vai ter um viaduto para passar com o carro quando tiver 18 anos ou 19 anos. Ela vai apenas pagar essa dívida.

E a história que a Dra. Virgínia contou eu entendi. Eu entendi o recado que ela deixou aqui para todos nós. Quem não entendeu é porque não conhece o sentimento da mulher, da maternidade. As mulheres se preocupam mais com os filhos do que os homens. Essa é a realidade. Comemoramos, agora, nesse último domingo, o Dia das Mães. As mães se preocupam com os filhos. Será que nós estamos nos preocupando com os nossos filhos, com os nossos netos? Essa conta que nós estamos criando, de 248 bilhões de reais, no ano que vem não será mais de 248 bilhões de reais, pela análise da Dra. Maria Lucia, a quem eu vou fazer perguntas daqui a pouco. Será de mais ou menos 270 bilhões de reais. Vamos tirar dinheiro de investimento. Será que essa é a forma adequada para podermos solucionar e efetivar esses pagamentos?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu queria fazer algumas perguntas, Sr. Presidente, no tempo que me cabe aqui, agradecendo a V.Exa. a presença e a oportunidade que me deu de relatar um projeto tão significativo para o povo brasileiro do presente e do futuro.

Para o Dr. Otavio Ladeira e o Dr. George pergunto: de quanto o Governo vai precisar realmente para pagar essas despesas de que estamos tratando no momento, esses 248 bilhões de reais? Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós temos que aprovar a suplementação. Agora, quanto o Governo vai, de fato, precisar emitir em títulos? A cada hora, um diz um número diferente. Eu quero que o número seja certo, para que amanhã ou depois não haja nenhuma dúvida.

Indago se aquele pagamento do REINTEGRA — Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras pode ser excluído desse endividamento, porque são 2 bilhões de reais, é muito significativo. Com 2 bilhões de reais é possível fazer muita coisa. Esse é um pagamento nulo. O Governo está pagando para ele, porque as empresas já deixaram de pagar a Previdência.

Quero saber por que não se utiliza esse crédito financeiro buscado no mercado para pagar as amortizações. Por que não se faz a substituição?

Quanto foi, de fato, o superávit do Banco Central de 2018?

O que acontecerá na economia se utilizarmos parte das reservas internacionais para cobrir essa despesa?

V.Exas. já calcularam quanto vão custar para o povo brasileiro esses 248 bilhões de reais, ou 90 bilhões de reais, se formos pegar no mercado? Quanto vai custar para o povo brasileiro? Porque só se fala no dinheiro do momento. Não se fala que, no ano que vem, nós vamos ter que pagar o juro. Quanto é que vai ser esse juro? Já foi feito esse cálculo?

Indago se o Governo pretende mudar a política monetária, se vai continuar esta política monetária, que tem sido bastante danosa à nossa economia, danosa principalmente ao povo mais pobre.

Quanto o Governo tem em caixa em 2018? Com quanto o Governo terminou em caixa financeiro? Quanto o Governo tem hoje em caixa? E quanto o Governo irá arrecadar, fora aqueles números, de arrecadações financeiras?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dra. Virgínia, eu agradeço muito a sua exposição. A senhora tem informação de quanto o BNDES ainda precisa devolver ao Governo Federal? Nós poderíamos usar os recursos que o BNDES deve ao Governo para pagamento dessas despesas.

A senhora não teme que esta exceção passe a ser regra? Pelo que o Governo mostrou, esta exceção que nós vamos abrir vai passar a ser regra. E nós vamos aumentar de forma volumosa o nosso endividamento. Para o Tribunal de Contas isso é bom ou ruim?

A senhora poderia me informar quanto há de restos a pagar não processados do Governo, de 2018? Nós poderíamos usar parte desses recursos não processados e restos a pagar não processados. Já que o Governo está quase não pagando mesmo os restos a pagar, por que não anula esses restos a pagar? Assim, já tem uma diferença, um delta significativo.

Quanto os Estados devem para a União, o que não está sendo pago?

A senhora aponta outras fontes que não sejam essas, para o pagamento dessas despesas?

Dra. Lucia Fattorelli, a senhora aqui falou muito que a crise que nós estamos vivendo se dá em função da política monetária do Governo, que está ocasionando a quebra da Regra de Ouro. Foi o que a senhora praticamente resumiu. Eu queria saber se isso que estou dizendo, o que entendi, é o que a senhora entende, nos seus estudos.

A senhora recomendaria a utilização de outra fonte de receita para pagar essas despesas? Qual seria esta? Teria um custo menor, já que os títulos da dívida do Governo dos Estados Unidos, onde estão parte das nossas reservas internacionais, têm um juro praticamente zero?

E quais serão as consequências dessa operação que nós vamos realizar aqui, autorizando endividamento do País para pagar despesas correntes?

O Deputado Luiz Carlos Hauly falou sobre as receitas. No ano passado, o Governo conseguiu, utilizando malabarismos, cumprir a Regra de Ouro. Este ano, usando também malabarismo, talvez consiga cumprir a Regra de Ouro. O problema estaria, talvez, na receita. V.Exa. apresentou quase 500 bilhões de reais de sonegação. De elisão, outro tanto. E de subsídios? Para algumas empresas funcionarem, o nosso sistema tributário realmente precisa desses subsídios. Não seria a hora de nós aprovarmos o novo sistema tributário? Quanto tempo o senhor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acha que o Brasil aguenta viver com esse sistema tributário, até quebrar de vez e não conseguir mais pagar as suas dívidas?

Sr. Presidente, são essas as questões que eu queria colocar para todos os que fizeram aqui as suas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero passar a palavra aos palestrantes, para responderem ao autor do requerimento, Deputado Hildo Rocha.

O SR. GEORGE ALBERTO SOARES - Deputado, obrigado pelas colocações.

Primeiro, eu vou falar sobre quanto se precisa realmente.

Voltando à apresentação, são duas coisas diferentes. Na verdade, não só o Governo, mas também as pessoas que dependem dos benefícios previdenciários, da LOAS, do Bolsa Família, precisam de uma aprovação do crédito de 248,9 bilhões de reais.

Quanto às fontes, tenho uma colocação. Nós já conversamos isso com o Relator, mas é bom repetirmos, para ficar registrado. A LDO deste ano para 2020 conta com uma evolução em relação à LDO de 2019. Há a mesma regra sobre a questão da Regra de Ouro, mas há um parágrafo que permite que o Governo não encaminhe o crédito integral, ou seja, possibilita que, durante o exercício, o Governo, verificando que tem superávit financeiro — no caso não vai ter mais o Banco Central, mas tendo outras fontes possíveis —, no ano que vem, encaminhe um crédito menor e faça outro pedaço do crédito com fontes de correntes normais. Isso é só para deixar claro, porque é bom para a discussão da LDO à tarde. Então, o crédito de 248,9 bilhões de reais dá autorização de gasto, dá suplementação. Porém, quanto à fonte de financiamento, como o Secretário Otavio Ladeira falou, a nossa melhor projeção hoje é da necessidade de 146,7 bilhões de reais, com uma margem de segurança suficiente para prever, se houver alguma não realização de investimentos ou variação de índices de inflação, para se permitir que o Governo chegue ao final do ano sem sobressaltos.

Quanto ao ressarcimento das desonerações do INSS, plenamente poderia não se utilizar as fontes de operação de crédito para fazê-lo. É importante deixar, porque é uma lei aprovada pelo Congresso, que tem que ser executada. Poderia ser executada com outras fontes, mas seria importante a aprovação do crédito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à questão de emissão, quero fazer uma pequena correção. Quando se fala da utilização de operação de crédito, não necessariamente se fala de novas emissões. Pode-se inclusive ser de utilização do saldo existente do Tesouro. O problema é que nem o que já está em caixa, que é o colchão da dívida, o Governo pode utilizar nesse crédito, porque são fontes de operação de crédito, mesmo que seja um estoque feito em anos anteriores. Então, o que estamos falando da fonte de financiamento não necessariamente significa novas emissões, significa utilizar dinheiro de emissões já feitas no passado que não são autorizadas a serem utilizadas para despesas.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Primeiramente, Deputado Relator, obrigado pelas perguntas.

Com relação à utilização de reservas internacionais, o que também foi mencionado aqui em outra apresentação, por que não se usam os recursos do caixa do BC em reservas internacionais? O Brasil evoluiu — e este é um ponto muito positivo — e está igual a quase todos os países do mundo ou a todos os países do mundo mais desenvolvidos, mais avançados, quanto à segregação das contas do Banco Central das contas do Tesouro. Essa segregação é muito importante. Casos da utilização de recurso do Banco Central para pagar despesa do Tesouro são raros no mundo e, quando acontecem, são considerados casos anedóticos, casos para não serem usados. Então, a utilização de recursos do Banco Central, que estão dentro do balanço do Banco Central, para pagar despesas do Tesouro, que é outro ente, é algo visto com muito descrédito por todos aqueles que observam as finanças públicas. O Banco Central é uma autoridade monetária que tem seus ativos e passivos para execução da política monetária; e o Governo tem o seu equilíbrio de receitas e despesas e a sua situação fiscal. Trata-se de dois entes, com uma separação muito clara entre eles.

Em qualquer aquisição de ativos do Banco Central — o que seria outra possibilidade, ou seja, em vez de, digamos assim, tomar os recursos do Banco Central, comprar os ativos do Banco Central —, voltamos ao problema original. A discussão é: com que recursos? Voltamos à discussão original da ausência de recursos para aquisição desses ativos do Banco Central. E, se eu tenho recursos, não preciso comprar, eu simplesmente os uso. Se eu não tenho, não tenho como comprar. Então, a utilização de recursos do Banco Central, seja reserva





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

internacional, sejam os títulos que estão na carteira dele, é uma prática entendida como não correta, do ponto de vista do bom equilíbrio das contas públicas de um país. E é assim que o Brasil segue. Portanto, não seria uma alternativa a utilização de reservas internacionais para resolver a questão da Regra de Ouro.

Quero apenas reforçar o que George falou. Quando falamos em utilizar recursos da emissão de títulos para pagar 146,7 bilhões de reais, dos 248,9 bilhões de reais solicitados, podemos utilizar inclusive recursos já existentes no caixa, o que foi algo também mencionado numa apresentação anterior. Por que não se usa o recurso do caixa? É justamente isso, é a utilização do recurso do caixa. A emissão ou não, isso é uma decisão estratégica da gestão da dívida pública, mas, se há recursos em caixa, estes podem sim ser utilizados na sua totalidade para cobrir os 146,7 bilhões de reais. Se autorizada a utilização de 146,7 bilhões, possivelmente serão utilizados do caixa já existente, e não da nova emissão de títulos.

Aí vem uma pergunta: quanto vai custar em juros? Eu acho que é importante separar essa questão. A Regra de Ouro é a materialização de um desequilíbrio fiscal que vem num resultado primário. A conta de juros a maior, o aumento da dívida pública e a não possibilidade de pagamento dos juros da dívida pública se dão pelo fato de que não fazemos superávits primários. A discussão é no resultado primário. A Regra de Ouro é mais um efeito colateral da ausência estrutural de superávits primários. Então, não é a Regra de Ouro que vai aumentar o custo da dívida ou reduzir o custo da dívida. O custo da dívida já está dado quando nós autorizamos, a cada ano, um resultado fiscal com déficit. Nesse momento, nós materializamos. Quando nós falamos que autorizamos um Orçamento com déficit primário, estamos dizendo duas coisas: a primeira é que eu não vou pagar os juros. Eu vou rolar 100% dos juros. E a segunda é que, mais do que isso, eu vou pagar despesa corrente com emissão de títulos. São essas duas informações que nós passamos, quando nós autorizamos um balanço, um orçamento com déficit primário. Isso está lá atrás, na autorização orçamentária. A Regra de Ouro é só outra forma de materializar esse problema. Ela não é a causadora ou criadora do problema, é reflexo de um problema anterior, que é o déficit estrutural.

Quanto à política monetária, eu acho melhor algum representante do Banco Central falar sobre o assunto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto temos em caixa, nós podemos passar. É uma informação pública, disponível no SIAFI — Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal. Eu chutaria alguma coisa como 1,2 trilhão de reais, mas eu posso estar cometendo algum erro, portanto é preferível que busquemos no SIAFI, que é um instrumento público, a que todos têm acesso.

Obrigado.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Eu agradeço as perguntas.

Primeiramente, sobre quanto o BNDES ainda precisa devolver, para este ano o Governo fez uma solicitação de antecipação do que o BNDES ainda vai devolver, de 100 bilhões de reais. Mas o processo está em negociação. E é preciso destacar que ainda é sujeito às condições de solvência e governança do próprio banco. Então, não há uma certeza em relação ao recebimento desses créditos.

Sobre o uso desse crédito suplementar, se recorrer à exceção, se esta passar a ser a regra nos próximos anos, as projeções indicam que o cumprimento da Regra de Ouro está em cheque, pelo menos, até 2021. Estudo da IFI — Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal, mostra que essa possibilidade de descumprimento vai até 2014. Então, na verdade, sem outras medidas, sem ajustes estruturais que reduzam a pressão no déficit primário, com o nosso cenário de teto de gastos e com a redução das despesas financeiras, o cenário é este, o de que esta exceção venha a ter que ser utilizada nos próximos exercícios, sim, a depender de como as variáveis macroeconômicas e demais parâmetros que são usados na estimativa das receitas públicas se comportem ao longo dos próximos anos.

Com relação a restos a pagar não processados, se poderíamos utilizar o estoque deles, temos hoje um estoque de cerca de 130 bilhões de reais de restos a pagar não processados. O principal ponto em relação a eles é que, no meio do ano passado, foi editado um decreto que prevê o bloqueio de restos a pagar não processados que não sejam liquidados até a metade do segundo ano subsequente à sua inscrição, o Decreto nº 9.428, de 2018. E esse decreto prevê também o cancelamento desses restos a pagar. Na verdade, não é algo que se possa fazer, pois estaria à margem da lei. Há o próprio decreto aprovado e algumas condições para que esse cancelamento seja feito. A expectativa do Governo é que haja um cancelamento, mas já há algumas pressões para que esse decreto seja alterado,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para se estender o prazo desses restos a pagar não processados. O problema é que os restos a pagar concorrem com o Orçamento e retiram a eficiência alocativa inerente ao Orçamento.

Sobre a questão das dívidas dos demais entes federados, hoje ela supera os 900 bilhões de reais. O que não tem sido pago é autorizado tanto por medidas legislativas quanto por decisões judiciais. Então, está tudo amparado por normas legitimamente aprovadas. E o que é pago já é considerado na estimativa da receita utilizada para a elaboração do Orçamento.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Muito grata pelas perguntas, Deputado Hildo Rocha, que me dão a oportunidade de falar algumas coisas que eu não tinha falado.

Sim, eu falei da crise fabricada, sobre como essa crise foi fabricada pela política monetária. Ela tem sido a maior responsável pela explosão da dívida, porque 1 trilhão e 200 bilhões de reais da nossa dívida interna hoje estão em títulos que estão sendo utilizados para remunerar sobras de caixa dos bancos. Então, nós estamos aqui discutindo a necessidade de um PLN para pagar algumas despesas da Previdência e da Seguridade Social, mas aquele dinheiro para remunerar o juro da sobra de caixa dos bancos já está reservado. Esse não está citado no PLN. Por que não se para de remunerar a sobra de caixa dos bancos? Até porque o PL nº 9.248, de 2017, que autoriza essa remuneração, não foi aprovado. Isso vem sendo feito de forma ilegal, e o dinheiro está saindo para pagar, há anos. Então, aí é que está o crescimento: 1,2 trilhão de reais da nossa dívida está nessa operação ilegal, remunerando a sobra de caixa dos bancos.

De 2014 para 2015, eu comentei que 207 bilhões de reais de resultados negativos do Banco Central foram pagos. O Tesouro pagou. Foi dito aqui sobre o equilíbrio das contas públicas, que não se pode lançar mão de recursos de reservas que estão no Banco Central, mas o Tesouro tem arcado com os prejuízos do *swap* cambial. O Tesouro tem arcado com os prejuízos de centenas de bilhões de reais de prejuízos do Banco Central. Não só o *swap*, também prejuízos operacionais do Banco Central têm sido pagos com recursos do Tesouro. Então, é uma conta assim: o Tesouro pedir reserva que está no Banco Central não pode, vale o equilíbrio das contas; mas para o Banco Central enviar o prejuízo para o Tesouro pagar, aí não tem que se preocupar com equilíbrio. Como assim?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2017, agora, já depois da crise fabricada, o Índice Geral de Preços foi negativo, nós tivemos deflação. Mesmo assim, foi feita aquela atualização paralela da dívida, que eu ensinei aqui. Foi feita a atualização paralela. E o IGP foi negativo. Então, nós não podemos dizer que isso está autorizado na LDO ou na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não está autorizado, porque o IGP foi negativo. Está sendo feita uma atualização paralela. Emitem títulos, pagam; então, quem tem título recebeu. Em 2017, o IGP foi negativo, e a atualização paralela foi feita. Nós fizemos requerimento de informação, com base na Lei de Acesso à Informação, e para nós não foi respondido qual foi o índice utilizado, nem pelo Ministério da Fazenda, nem pela CGU. Quem sabe, se o Deputado Hildo Rocha estiver disposto a fazer? Porque isso é gravíssimo!

A dívida tem explodido, e não é por causa dos gastos com a Previdência, não é por conta dos gastos sociais. A dívida tem explodido porque tem sido paga a maior parte dos juros como se fosse amortização, mediante essa atualização monetária paralela. Isso é o que está explodindo a dívida. Esta é que foi a principal causa da fabricação da crise.

Portanto, na nossa análise, como eu demonstrei aqui, a Regra de Ouro já vem sendo violada, porque parte do juro, que é despesa corrente, já vem sendo paga com novos títulos. E agora esse PLN, em vez de propor: "*Se não tem recurso...*" Ele não propõe deixar de pagar o juro da remuneração da sobra de caixa dos bancos. Ele não propõe reduzir o valor dos juros que estão lá de dívida questionável. Ele propõe deixar de pagar Bolsa Família, deixar de pagar recursos da Previdência, claramente com o objetivo de propalar que está faltando dinheiro para a Previdência e que, inclusive, está tendo que emitir dívida, para reforçar a aprovação dessa PEC da Previdência, que destrói a Seguridade Social no Brasil e é desnecessária. Não é aí que está o problema das contas públicas no Brasil. Eu demonstrei claramente na minha exposição onde é que está o problema.

E agora, com essa Lei nº 13.820, de 2019, que foi aqui também mencionada, que se refere à questão da transferência dos resultados do Banco Central, só os resultados positivos é que não poderão ser repassados para o Tesouro. Essa lei legaliza que os resultados negativos com *swap* cambial e com prejuízos do Banco Central sejam arcados pelo Tesouro. Vejam que escândalo! Legaliza!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O privilégio financeiro neste País é indecente, é indecente! E ele está nesse PLN, que propõe cortar o Bolsa Família e outras coisas, se não for aprovado. Só que os próprios representantes do Governo aqui já disseram que não se precisa emitir dívida.

Quanto à pergunta que V.Exa. fez para mim, Deputado Hildo Rocha, sobre outra fonte de receita, eu coloquei isso na minha apresentação. Nós temos 4 trilhões de reais. Nós temos 1 trilhão e 270 bilhões de reais, segundo dados de dezembro de 2018, no caixa único do Tesouro. Nós temos 1 trilhão e 130 bilhões de reais no caixa do Banco Central, remunerando ilegalmente a sobra de caixa dos bancos. E nós temos 1,5 trilhão de reais de reservas. Portanto, podemos, sim, lançar mão.

Se houver alguma trava legal em relação à utilização desses 4 trilhões de reais, para que não se deixem os famintos sem o Bolsa Família, para que não se interrompa algum pagamento — e também o juro, porque não foi falado aqui da interrupção do pagamento de juros, que também são despesas correntes —, para que não se interrompa nada, nós temos 4 trilhões de reais em caixa. Se houver alguma trava legal, em vez do PLN, que venha um projeto de lei do Governo ou até uma medida provisória autorizando a utilização, porque quem tem 4 trilhões de reais de caixa não precisa emitir mais título da dívida e abrir uma brecha de se legalizar essa emissão de títulos para pagar despesas correntes. O que nós precisamos é parar de emitir título para pagar essa parte do juro dessa atualização paralela que está sendo feita até no ano em que o IGP-M foi negativo.

A outra pergunta é quanto às consequências, caso o PLN seja aprovado. Abertura de uma brecha. Fim da Regra de Ouro, abertura da brecha de emitir títulos e aumentar a dívida para pagar despesas correntes, quando o que nós temos que fazer é parar de emitir título para pagar essa parte dos juros.

Se os Srs. Deputados e Senadores entenderem que têm que aprovar esse PLN, então que seja incluído um artigo em obediência ao que os representantes do Governo falaram aqui, que não necessariamente terá que se emitir título. Que se coloque no PLN que não serão emitidos títulos para pagar despesa alguma, que será utilizado recurso que já temos em caixa, que temos em reserva no Banco Central ou que temos no Tesouro Nacional. Esta Casa não pode mudar a Constituição, mudar essa regra que a Constituição preservou. E já está sendo violada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aliás, eu proponho aqui também um aprofundamento desta investigação por parte da Comissão Mista de Orçamento. Que se verifique essa atualização monetária paralela que está denunciada por uma CPI desta Casa, desde 2009 e 2010, e nenhuma providência foi tomada. Se já tivessem tomado providência, não teríamos tido essa crise.

Concordo com o nosso Deputado Luiz Carlos Hauly em que o nosso sistema tributário é totalmente invertido. Agora, se cobrarmos imposto sobre grandes fortunas de quem tem patrimônio acima de 50 milhões de reais — não estamos falando de quem tem pouca coisa, não, mas acima de 50 milhões de reais —, e se cobrarmos imposto sobre lucros distribuídos, já temos mais de 100 bilhões de reais por ano. Só com essas duas coisinhas, já temos mais de 100 bilhões de reais por ano, o que não vai afetar a atividade produtiva, não vai afetar os mais pobres. Vai pegar quem está ganhando acima de 320 salários mínimos por mês e está isento de pagamento de imposto.

Eu acho que respondi a todas as perguntas que V.Exa. me fez.

Muito grata.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Muito bem, é a minha vez.

Meus caros Deputados e Deputadas, ilustres membros desta audiência pública, há focos diferentes. A minha visão é estrutural. A solução para um problema crônico da economia brasileira e da crise brasileira é estrutural. É preciso uma microrreforma. Não é macro, não é problema da macroeconomia, não é problema monetário. É a formação de preço relativo da economia, o que gera riqueza desde a produção primária até a industrial, o consumo interno, a exportação e a importação. O modelo está errado, está equivocado. É um modelo diferente de todos os de outros países do mundo, tanto na dosagem da carga quanto na quantidade e na complexidade do sistema tributário, feito em cima da base de consumo, com excessiva carga tributária sobre a base de consumo e com pouca carga tributária sobre a base de renda e sobre a base de patrimônio.

O que nós estamos propondo é uma reengenharia tributária tecnológica, saindo dessa visão monetária, dessa visão fiscal e do labirinto a que estamos presos todos os anos na elaboração do Orçamento Anual; porque o que está acontecendo aqui, está acontecendo com Estados, com Municípios, com as famílias e com as empresas. Estão todos no mesmo barco, com exceção — volto a dizer — dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

monopólios, dos oligopólios, dos cartéis, das empresas que têm incentivos fiscais e dos sonegadores contumazes.

O que eu digo é que, só nos últimos 5 anos, quando retornou a crise, voltou o déficit primário, porque o déficit nominal já existia e continuará existindo, que é essa rolagem da dívida. Só de 2014 para cá, o mundo cresceu 17% e o Brasil, menos 4,1%. Isso dá 21%. Este ano, o mundo vai crescer 3,6% e o PIB brasileiro, apenas 1,1%. Portanto, se não se enfrentar essa estrutura de iniquidade... Por exemplo, se o Governo resolver mandar só a reforma federal, podem tirar o cavalo da chuva: não haverá saída. O Governo já vem fazendo isso há 30 anos ou 40 anos, piorando o sistema tributário, tentando resolver a parte dele. Tem de fazer a reforma do ICM e do ISS. Segundo, o déficit público primário só vai ser resolvido na hora em que a economia voltar a crescer, para fazer com que todos ganhem. Não dá mais para fazer como temos feito. Por isso, nós estamos propondo uma ampla e profunda reengenharia tributária tecnológica, que vai proporcionar crescimento econômico, inicialmente de 3% a 4%, que pode chegar a 7% durante 40 ou 50 anos seguidos. E a dívida líquida só vai diminuir na hora em que se começar a ter superávit primário.

Não quero entrar no mérito da discussão da despesa, quero ficar na questão da estrutura de gasto do povo brasileiro. Com certeza absoluta, mais da metade do problema da economia brasileira está na solução do sistema tributário brasileiro. É claro que há a questão da Previdência. Por conta do envelhecimento das pessoas, exige-se mais. Antigamente havia sete contribuintes para um aposentado, agora essa conta está quase empatada. Há mais gente no SUS. Há mais gente dependendo ainda da educação, há milhões na educação, 50 milhões de pessoas.

Quero dizer que eu tenho uma alternativa, uma solução de curto prazo, que poderia ajudar a arrecadar para este ano, para sair, para dar um *start*, junto com a reforma tributária: a atualização do patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. O que acontece? A tabela do Imposto de Renda não é corrigida, e o mesmo acontece quanto ao patrimônio das pessoas declarado no Imposto de Renda, que não é corrigido. Só se paga na hora em que se vende uma herança, etc. Se a Câmara quiser a arrecadação de recursos de 100 bilhões de reais extra, que abra uma possibilidade para as pessoas físicas e jurídicas: reduza esse Imposto de Renda da pessoa física e jurídica — um é 15% e o outro é 5% — e abra um prazo para que pague. Dessa forma, vai entrar recurso para este ano e para o ano que vem,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abundantemente, porque o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas está congelado desde o Imposto de Renda de 1994. Essa é uma sugestão que eu faço. O resto é muito difícil.

Faço outro alerta: não permitam aumentar impostos no Brasil sem diminuir o tributo da base de consumo. Vou falar de novo: qualquer mudança que o Governo queira fazer de criar ou aumentar impostos tem que vir amarrada à diminuição da carga tributária do consumo. Digamos que, se houver a tributação de lucros e dividendos, que dê 40 bilhões de reais, tem que se tirar 40 bilhões de reais do consumo. Do contrário, estarão aumentando a carga tributária nacional. Este é o alerta que estou fazendo, como especialista. Este é o meu papel.

É isto que se tem que fazer. E é preciso focar. Se estivermos unidos numa mudança estrutural, o Brasil sai da crise. E a notícia, por si só, já positiva a economia para os investidores nacionais e internacionais. E vamos recuperar os empregos perdidos, o salário perdido e a receita pública perdida. Não há outro caminho, além do estrutural.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora vamos passar a palavra aos Parlamentares inscritos para o debate. Eu sugiro que façamos dois blocos de dois oradores, uma vez que nós temos quatro inscritos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, é melhor falarem todos de uma vez por causa do horário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem. Se querem assim, então vamos passar a palavra a todos.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, tenho quantos minutos, só para eu me organizar? São 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O tempo regimental é de 3 minutos, mas V.Exa. pode usar 5 minutos. Há poucos Parlamentares inscritos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Saúdo o nosso Presidente Marcelo Castro, todos os convidados e os meus colegas.

Eu quero dizer que o simples pedido do crédito suplementar, na condição em que veio, é a confirmação do fracasso, na visão fiscalista do Governo. Isso nós precisamos compreender. O Governo não está mais financiando neste momento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma geladeira, ele está financiando a comida. O Governo não está mais financiando o carro, ele está financiando a gasolina. É disso o que nós estamos falando.

O Governo pede a emissão de títulos da dívida, como foi muito bem colocado pela Fattorelli — acho que ela foi muito feliz —, para aumentar a lucratividade dos bancos, porque terá que fazer mais dívida e remunerar muito bem os bancos. E vai apertar o cinto do outro lado, porque a visão fiscalista do Governo...

Vejam o que diz o Governo. Eu gosto de dar exemplos, Senador Marcelo, para entendermos bem. Tempos atrás, o Governo veio ao debate aqui sobre a Emenda Constitucional nº 95 e disse: *"Por causa do conceito fiscalista, nós temos que congelar os recursos, senão não dá para investirmos em programas sociais e vamos quebrar porque temos um déficit fiscal"*. E o que fizeram? Uma emenda à Constituição, congelamento de gastos por 20 anos. Naquela época se dizia: *"A economia vai crescer e vai gerar emprego"*. Mentira! Não cresceu e não gerou emprego.

Depois veio a reforma trabalhista. Qual foi o discurso na reforma trabalhista? *"Faço a reforma trabalhista porque ela vai gerar emprego e a economia vai crescer"* — no conceito fiscalista. A economia não cresceu e o desemprego aumentou.

Aí veio a terceirização. *"Vamos fazer a terceirização, porque a economia vai crescer e o emprego vai aumentar"*. O desemprego cresceu e a economia decresceu.

Então, o conceito fiscalista do Governo é a prova mais evidente do fracasso! E nós vamos entrar no tema específico da reforma previdenciária, porque eu quero anunciar o que vem depois nesse discurso para quebrar o País. O Governo está quebrando o País. Usaram na seguridade o discurso de que é preciso fazer a reforma previdenciária para ajustar o déficit, novamente aludindo a que a economia vai crescer e gerar emprego. Mais uma mentira. Mas sabem por que fizeram isso? Porque nos próximos dias, colegas Deputados — o Paulo Guedes, que é o representante dos banqueiros, já disse em nome do Bolsonaro —, vão tirar os mínimos constitucionais da educação e da saúde. O próximo ataque não é contra a previdência do povo, não é contra a questão da assistência: é contra o SUS. Daqui a uns dias, nós vamos ter o SUS atacado. O Mais Médicos já não existe mais, os remédios não estão sendo comprados, e o corte de gastos existe. Volto a insistir: o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fato de pedirem para financiar a comida, e não a geladeira; a gasolina, e não o carro, é o fracasso da visão fiscalista. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto — e parabeno o Deputado Hildo Rocha pelas colocações —, eu quero saber do Governo o seguinte: por que 248 bilhões de reais? Os estudos dos técnicos da Casa apontam que só seriam necessários 95 bilhões de reais. Só que o Governo agora diz que são 146,7 bilhões de reais. Senador Marcelo Castro, não são 148 para 147, são 248 bilhões! Um mês atrás, e o Governo faz uma diferença de 100 bilhões! Bom, como eu não posso acreditar na geração de emprego — porque nós estamos diante de sucessivas mentiras postas aqui —, como vou acreditar que são 147 ou 248 bilhões? Se na semana passada eram 248 bilhões, como pode nesta semana ser 147 bilhões? Essa é a pergunta.

Portanto, este debate é muito sério.

Quero parabenizá-lo, Deputado Nivaldo Albuquerque, pelas palavras. Nós não podemos, de forma alguma, aceitar uma outra chantagem do Governo. Os Governadores vieram para cá, e o Paulo Guedes disse o seguinte: *"Eu ajudo os Governadores se votarem a reforma da Previdência"*. Aí, vêm os Prefeitos: *"Eu ajudo os Prefeitos se fizerem a reforma da Previdência"*. Outro dia até o Ministro da Educação disse: *"Eu libero os recursos dos investimentos para a área da educação, das bolsas, se houver a votação da reforma da Previdência"*. Chantagem? E, agora, vem aqui dizer que só vai haver Plano Safra para investir no Brasil se nós concordarmos com essa ilegalidade aqui? Como é que nós podemos nos submeter a uma ilegalidade? Nós não podemos! Está na Constituição que não pode. Esse é outro aspecto importante.

Eu quero ir ao segundo tema — e estão embutidas as minhas perguntas no meio deste tema sobre como é que nós chegamos a essa equação. E parabeno também o Deputado Luiz Carlos Hauly, pela forma como colocou. Aqui se trata de olhar receitas. Em um país em que se congela salário — portanto, se diminui o consumo —; em um país em que não se fazem os investimentos ou se cortam investimentos tão importantes nas áreas produtivas, das microempresas e em todas as áreas; em um país — e isto vale para nós aqui — onde há anistias generalizadas, em que banqueiros ou grandes proprietários também ganham muito, também faz parte não haver receitas. Esse é o debate real que nós temos que fazer aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, fazendo essas perguntas, levantando essas questões, quero em primeiro lugar dizer que nós não podemos aceitar as chantagens. Em segundo lugar, nós precisamos pensar as receitas, como foi muito bem colocado aqui. Em terceiro lugar, nós temos que saber do Governo qual é o número real. Hoje eles estão dizendo que ele é 147 bilhões de reais, mas no projeto veio 248 bilhões, e os técnicos daqui estão dizendo 95 bilhões. Nós não podemos, de forma alguma, estar numa instabilidade e numa insegurança tão grande.

Concluindo — não quero extrapolar o meu tempo —, este é o discurso que fazem desde que saiu a Dilma: *"Tirem a Dilma, porque a economia vai crescer, o emprego vai ser gerado"*. Diziam que aí, sim, haveria orçamentos realistas. Os senhores se lembram desse debate? Falavam em orçamento realista. *"O orçamento nos outros governos..."*; *"Quando foi necessário dar o golpe..."* Aí, sim, vemos a economia interferindo na política, e a política talvez sendo forçada a ajudar na economia dos banqueiros. É por isso que saiu o golpe, porque a economia e a política andam juntas, não são isoladas.

O que aconteceu? Haveria, então, o orçamento realista. Bom, o orçamento realista foi feito por uma maioria que sempre dizia que havia orçamentos fictícios. E no que deu? Todos os discursos alardeados caíram por terra. Portanto, essa proposta mostra o fracasso do conceito fiscalista. Ou investimos em crescimento econômico, ou geramos emprego, ou estimulamos a economia, porque os demais pontos só fiscalistas dão nisso, e nós vamos ter orçamentos futuros, aí, sim, justificando que não haja mais o SUS, justificando, talvez, para se vender patrimônio. O dinheiro de cessão onerosa também é para cobrir ou antecipar uma receita, cobrir o rombo, mas deixamos de investir a médio prazo para o desenvolvimento deste País.

Acompanho, portanto, o nosso querido Relator, o Deputado Hildo Rocha, e com o Presidente, que autorizou o debate. Nós não podemos continuar sem aprofundar esse debate. Não é possível.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar ao Governo que retire esse projeto que está em tramitação na Casa, porque ele pode fazê-lo. Esse projeto não dialoga, ao menos, com a instabilidade do próprio Governo: 248 bilhões, hoje 147 bilhões. Não dá para aceitar essa instabilidade, porque não são números muito próximos, e isso nos deixa muitas dúvidas. Essa a questão que deixo para a Mesa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente Marcelo Castro, inicialmente, cumprimento V.Exa., o Relator do PLN 4, o Deputado Hildo Rocha, bem como os demais membros da Mesa, o Sr. George, Secretário de Orçamento Federal, o Sr. Otavio, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, a Dra. Virgínia, Diretora de Fiscalização do TCU, a Sra. Maria Lucia, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida, o nosso querido colega Luiz Carlos Hauly, especialista em finanças, e demais presentes nesta audiência pública.

Se fôssemos colocar em colunas, a primeira coluna que deveríamos colocar neste debate seria: existe ou não déficit primário no Brasil? Nós aqui dissemos que existe. Nós, quem, Cajado? Os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas, ao aprovarmos a Lei Orçamentária Anual para este ano, em que consta o déficit é de 139 bilhões de reais. Das duas uma: ou esse debate está sendo feito em outro país, que não o Brasil, ou o que nós estamos ouvindo aqui, sinceramente, é discurso ideológico.

Primeira coluna: existe ou não o déficit, conforme nós votamos e aprovamos e depois sancionado pelo Presidente da República, sendo que o orçamento não foi feito pelo atual presidente, Presidente Bolsonaro, mas ainda pelo Presidente anterior? Segunda coluna: estamos votando uma lei, que é o PLN 4, que foi previsto na LDO que nós, Congressistas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, votamos, e que previa a utilização da Regra de Ouro para que o recurso fosse gasto no que previmos das despesas correntes.

Vejo que já clara contradição na Mesa, porque se, de um lado, o Congresso Nacional votou, e é lei; se o órgão de fiscalização, que é o Tribunal de Contas da União, também reconhece a lei legítima, correta e pertinente, de outro lado, a Dra. Fattorelli diz que tudo é inconstitucional. Mas quem declara a inconstitucionalidade da lei é o Poder Judiciário, que não o fez.

Hoje nós estamos diante de uma situação grave no Brasil. Qual? Não sou economista, mas ficou muito claro o que ouvi. A Dra. Fattorelli sugere, talvez com a aquiescência de alguns, que o Banco Central financie as despesas de custeio do Governo. É isso mesmo?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com todo o respeito, acho que é mais fácil tocar fogo no mar para comer peixe frito do que vender essa ideia para a sociedade e para nós Congressistas. Se adotarmos essa postura, sinceramente eu não sei aonde o País chegará. Volto a dizer, nós estamos diante de uma situação grave, extremamente grave.

Pelo que entendi, foram emitidos títulos que já estão em caixa. E não foi de agora, não, é no caixa central do Governo. Isso já vem de muitos meses, muitos anos. O que nós temos hoje é um déficit. E, para pagar despesas que foram condicionadas e despesas necessárias, como o BPC — Benefício de Prestação Continuada, que atinge os mais necessitados, a própria Previdência Social, o Seguro Safra, que tem o prazo de junho, dependemos da aprovação desse PLN 4 do jeito que foi proposto pelo Governo, cumprindo o que nós determinamos que o Governo fizesse, através da LDO e do Orçamento.

Se eu estiver errado, por favor, peço que me corrijam, Dr. George, Dr. Otavio, nosso próprio Relator, Dra. Fattorelli, Dr. Hauly. Se tudo o que eu estou colocando estiver errado, peço que digam. Se há uma autorização, uma imposição de uma lei para que o Governo aja dessa forma, nós agora queremos mudar? Não. O que nós votamos não presta? Foi sancionado, está valendo, e o Governo agora faz diferente, muda tudo? Com que argumento, se nós estamos obrigando o Governo a fazer isso? Se nós declaramos que existe um déficit, por que as contas não batem? A receita não bate com a despesa.

Mas se isso é responsabilidade do atual Governo, nós vamos esquecer o que foi feito por Temer, o que foi feito por Dilma, o que foi feito por Lula? Essa questão da dívida, se for auditada, eu concordo, é uma questão histórica. O Governo Bolsonaro tem 5 meses. Acredito que nós todos temos que ajudar o Governo a resolver esses problemas. Mas não vai ser com 5, 6 meses.

Nós votamos agora uma série de medidas provisórias — pela Liderança do Governo eu posso falar, porque fiquei à frente, ao lado da Deputada Joice e dos demais Vice-Líderes —, com prazos exíguos para serem aprovadas na Câmara e no Senado, sob pena de termos graves problemas, inclusive na estrutura do organograma dos Ministérios, da Presidência da República e dos demais órgãos.

Então, nós estamos correndo atrás do prejuízo, e isso precisa ficar claro. O Governo tem necessidade do PLN 4. É urgente que se aprove da forma como foi proposto originalmente. Se nós fizermos diferente, como está sendo proposto, por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exemplo, utilizando as reservas cambiais ou colocando o Banco Central para financiar o Governo, isso será o caos! Não há hipótese de isso ser possível.

Nós estaríamos — desculpe-me, Dra. Virgínia, se eu estiver errado me corrija, como representante do TCU — indo de encontro à própria lei que nós votamos, aprovamos e que está valendo. O Governo, por outro lado, não terá alternativa a não ser cortar despesa. Não há alternativa, tem que cortar, porque não tem autorização para gastar se o dinheiro já está em caixa.

Por último, eu quero dizer que, se o Governo precisasse do valor de 146,7 bilhões, poderíamos condicionar a diferença para os 264 bilhões de reais a restos a pagar, Deputado Hildo. Por quê? Primeiro, nós temos aqui 189 bilhões de reais de restos a pagar inscritos, mas 129 bilhões de reais não foram sequer processados. Então, se o Governo precisa de 146 bilhões de reais, a diferença poderíamos condicionar a restos a pagar que não foram processados, até porque isso interessa a todos nós.

Como disse a Dra. Virgínia — eu também concordo com V.Sa. — os restos a pagar concorrem com o orçamento em vigor. E depois que o Congresso vê todas essas condições, ainda votamos o orçamento impositivo das emendas de bancada, que dará algo em torno de 0,8 para este ano da Receita Corrente Líquida — RCL. Obrigatoriamente o Governo tem que pagar. E nós o faremos deste ano para o próximo, aumentando ano após ano até chegar a 1% da RCL. Nós estamos, Dra. Virgínia, aumentando as despesas do Governo.

Espero que, como diz e propõe o Deputado Hauly, que a reforma tributária seja o sonho de realização do retorno do crescimento para o Brasil, já que muitos pensam — e eu divirjo — que a reforma da Previdência não vai trazer o crescimento econômico esperado. Aposto que sim, até porque — deixo claro — nós não iremos tirar do bolso do assalariado, do trabalhador rural, daquele que ganha salário mínimo, salário mínimo e meio ou 2 salários mínimos os recursos que hoje estão previstos na Previdência Social do nosso País, bem como os Benefícios de Prestação Continuada, que já ficou claro que o Congresso retirará essas questões da proposta da emenda da Previdência.

Concluindo, eu digo para o Dr. George, para o Dr. Otavio, principalmente para a Dra. Virgínia: se eu estiver errado nas colocações que fiz ou não, se eu entendi errado, por favor, peço que me corrijam. Se a alternativa proposta pela Dra. Fattorelli





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é de utilização dos recursos do Banco Central e Tesouro — se bem entendi, posso estar enganado, seriam cumulativamente os dois para custear as despesas primárias do Governo —, penso que é inaceitável do ponto de vista legal, o Banco Central custear despesas do Governo. Mas gostaria de ter claramente exposto se isso é possível ou não. E, se não for do jeito que está proposto pela LDO e o orçamento em cima do PLN 4, condicionando, como já foram emitidos os títulos para custear as despesas que estão previstas, existe outra alternativa ou não? É essa exclusivamente?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao próximo parlamentar inscrito, o nobre Deputado Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. e o Deputado Hildo Rocha pela profundidade com que ele aborda esse assunto. Nossos colegas de fora, às vezes, não sabem da gravidade desse PLN, para o bem ou para o mal. Eu fico contente, porque sei que essa relatoria está em boas mãos. Quero compartilhar esse assunto com o Deputado Hildo.

Achei muito interessante a exposição da Dra. Maria Lucia pela visão diferenciada a respeito da questão orçamentária.

O Hauly, que é um professor antigo nosso aqui, já está inclusive com os cabelos brancos de tanto nos ensinar, mesmo sem o mandato, continua nos ensinando. Eu lhe tenho devoção pela sua sabedoria. Obrigado pela explicação.

Senador Marcelo, rapidamente, vou fazer poucas perguntas.

Dra. Virgínia, o TCU tem uma visão geral desse orçamento. A Dra. Maria Lucia falou um monte de coisa aqui. Pela visão dela, está tudo errado e, se me perdoam, o TCU não está vendo, não está fazendo. Ela incitou o Deputado Hildo Rocha por três ou quatro vezes a fazer uma denúncia. Provocou até o Senador Marcelo Castro para que a CMO tome uma providência. Então, eu quero saber se o TCU já tomou algum tipo de providência com relação aos apontamentos que a Dra. Maria Lucia fez.

Pergunto à Dra. Maria Lucia: se não podemos pagar juro com emissão de título, como vamos pagar, quando temos um revés do mercado para usar as reservas que temos? Temos um monte de dívida e um monte de juro. Se começarmos a usar nossas reservas para pagar, então não é reserva mais. Como é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

essa reserva? Pode ser reserva, se toda a hora que quiser eu vou lá e a pego? Daqui a pouco ela pode acabar.

Por que remuneramos — eu estou perguntando como leigo — o saldo do caixa de banco? Por que se remunera isso? Há alguma obrigação legal ou é alguma questão ideológica de mercado? Por que se tem que pagar? Aliás, por que tem que ir lá pegar esse saldo? Ele é meu? Ele não é meu. Por que tenho que ir lá todo o dia para pegá-lo?

Por outro lado, há essa discussão de que há 247 bilhões ou 147 bilhões. Eu gostei muito do apontamento do colega Deputado Cajado. Eu posso ter outro viés disso: será que o Governo não está querendo um saldo para, quando precisar, não ter que fazer outro PLN? É muito importante Dr. Otavio Ladeira, que se deixe esse valor não hoje, aqui, e não agora. Pelo que me parece, Hildo, o Governo carece de mais estudo, de mais aprofundamento para definir um valor.

Eu quero um apontamento aqui — pode ser da Dra. Maria Lucia — sobre como vamos reduzir juros. Acredito que vivemos num país onde o juro é estratosférico. Eu, que não tenho dinheiro e que vivo pegando dinheiro emprestado de banco, pago um juro enorme. Qual é a estratégia? O Governo tem os bancos oficiais e até pratica um juro razoável. Mas, se você sair do Banco do Brasil, do BASA, da Caixa Econômica e for para o Itaú, verá que há uma diferença enorme. Qual é o caminho para que esse juro possa pelo menos ser amenizado por parte do Governo?

Por último, Haully, eu quero atrelar aqui o sentimento de que a reforma tributária é extremamente importante, mas ela sozinha não vai resolver o problema do País.

Nós temos que conseguir desonerar o pequeno empresário, Senador Marcelo Castro, sobre quem existe um jugo. Toda vez há um probleminha é jogado nas costas dele. Como? Até por norma, por instrução normativa do Ministério do Trabalho, toda a hora um probleminha desse inibe as contratações.

Eu vou dar um exemplo, Deputado Bohn Gass. Eu sou um pequeno empresário do Estado de Rondônia, devo ter mais ou menos 25 funcionários. Tenho um posto de combustível. Agora, pela NR 20, a mulher não pode trabalhar na bomba de combustível se estiver grávida, ela tem que ficar afastada 8 metros. Porém, o INSS não a aceita, porque ela não está doente. Aliás, está recebendo uma bênção de Deus, que é a gravidez. Então, o INSS também não a aceita, o Ministério do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Trabalho não permite que ela trabalhe na minha empresa, e eu não posso mandá-la embora.

Então, Haully, esses penduricalhos da legislação trabalhista vão amarrando o empresário. Não é só a reforma tributária. Deputado Hildo, esta Casa tem que enfrentar a questão tributária, a questão orçamentária e também a desoneração da folha, para que o empresário possa ter coragem de continuar trabalhando.

Essas são as minhas colocações, Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Lucio Mosquini.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Sr. Presidente Marcelo Castro, Sr. Luiz Carlos Haully, é um prazer; Sra. Maria Lucia Fattorelli, meus cumprimentos; Sra. Virgínia, Sr. Otavio, Sr. Jorge, Deputados e Senadores presentes, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Hildo Rocha pela proposta deste debate, que para nós está sendo muito rico. Eu não tive oportunidade de ouvir todas as apresentações, mas ouvi atentamente a Sra. Maria Lucia Fattorelli, pessoa respeitadíssima. Depois irei pegar as apresentações de todos os demais, que tenho certeza foram muito ricas.

Sr. Presidente, essa discussão de tirar 2 bilhões dali, tirar mais 2 bilhões das universidades, mais 500 milhões não sei de onde, do Minha Casa, Minha Vida, mais 5 ou mais 6, enfim, para-se todo o País com esse número de desempregados. Quando eu vejo amortizações, juros e encargos da dívida, acho que temos que sentar para discutir isso aqui, Sr. Presidente, porque há tanto dinheiro... Estamos sendo escravos disso.

Sra. Maria Lucia Fattorelli, eu estou com seus dois livros, estou lendo agora a parte que diz respeito à dívida dos Estados e me concentrei no meu Estado, Goiás, que é mais ou menos essa história aqui. Os Estados pagam juros da dívida e o valor é amortizado. No entanto, quanto mais pagam e amortizam mais a dívida cresce.

Se formos observar, em 10 anos, só de juros e encargos da dívida, são quase 2 trilhões — 1,9 bilhão, por aí. Fiz as contas rápido. Pagamos de amortizações quase 9 trilhões. E a dívida saiu de 1,7 e foi para 5,5. Essas contas não fecham. A senhora mesmo nos mostrou esses dados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Graças a Deus, comecei engraxando sapato, fui feirante, uma série de coisas, e sou bom de números. Eu me aperfeiçoei muito em números. Aliás, para ser empresário neste País e para trabalhar, temos que ser muito bons de planejamento tributário e pagamento de imposto. Temos que levantar cedo e pagar imposto para sobreviver.

É aqui que nós temos que propor, Sr. Presidente. Temos que entrar fundo nisso, inclusive buscar o que aconteceu. O que aconteceu para chegar a esses números?

Não vai adiantar. Esses duzentos e poucos bilhões que estão sendo falados agora, que está sendo pedindo, passou a ser troco. Do que isso vai adiantar? Temos quase 4 bilhões, se formos fazer as contas, entre o que existe de reservas... *"Ah, mas temos que ter reserva"*. Temos que ter por quê? Parece aquele caso: aquele sujeito tem muito dinheiro aplicado, mas deve demais. Já, já ele está passando fome. Está sem crédito, a empresa dele está ruim, mas tem muito dinheiro. Sim, mas está devendo quantas vezes mais?

Vamos acabar com isso! Vamos pegar o restante dos recursos que existem... Eu não entendi quando o Deputado falou com relação ao motivo de pagar juros para os bancos do dinheiro que está lá no estoque, que ficou no dia a dia. Se a pessoa deixou o dinheiro na conta, está no banco só para ele armazená-lo, ela tem que pagar juros? É 1 trilhão e 200 milhões.

Então, se pagarmos as nossas contas, não vamos mais pagar juros nem ficar amortizando, vamos ter dinheiro para investir na educação, na saúde, nas universidades, na infraestrutura, em portos, aeroportos, e assim por diante.

Nós temos que combater o mal pela raiz. Não adianta acharmos que somos um país de Primeiro Mundo, porque o Vietnã já nos passou no ano passado, com quase 10 bilhões a mais de exportação que o Brasil. Era um país que virou pó um dia desse, com a guerra contra os Estados Unidos.

O remédio é amargo? É amargo. Não adianta ficarmos protelando mais, não. Temos que encarar isso aqui, Sr. Presidente e Deputado Gilberto, e resolver o problema de vez. O Presidente Bolsonaro tem uma equipe excelente, mas o problema está nessas contas aqui.

Sra. Maria Lucia, todos os dados no seu livro bateram 100%. As suas fontes são reais, não é algo inventado. Acredito muito no que a senhora apresentou. Vou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ler o outro livro da dívida da União para entender melhor por que se está chegando a esse ponto aqui. Repito, nós temos que parar de achar que somos um país de Primeiro Mundo, que somos muito ricos, senão vamos ficar iguais à situação dos nossos índios, que são ricos, estão em cima da riqueza, mas não podem explorá-la e estão passando fome. Essa é a verdade.

Sr. Presidente, não tenho pergunta nenhuma a fazer. Enfim, acho que nós resolvemos aqui pelo menos acabar com essa farra dos bancos. Isso está sendo uma farra. Os bancos nunca deram tanto lucro no Brasil como têm dado nos últimos 10, 15 anos.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - É tanto dinheiro que a Lily Safra doou 88 milhões de reais para recuperar a Notre-Dame. Esse dinheiro é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Vamos passar a palavra aos expositores para que respondam aos Parlamentares.

O SR. GEORGE ALBERTO SOARES - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, acho bem específica a questão levantada pelo Deputado Bohn Gass, o porquê da diferença de 248 para 146. Eu vou rememorar um pouco o que nós colocamos. O crédito não é um pedido atual, essa que é a questão. O crédito, como bem lembrado pelo Deputado Cajado, foi previsto ao se fazer e encaminhar a LDO, em abril do ano passado, e o projeto de lei orçamentário encaminhado em agosto. Esses valores foram colocados em reserva naquela situação, e era uma previsão àquela época. Então, não é exatamente um mês de diferença, seriam por volta de 10 meses de diferença.

Além disso, há outra questão também endereçada na minha apresentação, e a Dra. Virgínia comentou sobre isso também na apresentação do TCU. Existe uma diferença entre o Orçamento e a execução para efeito da Regra de Ouro. Por quê? Porque existem receitas que, ao se elaborar o orçamento, não podem ser utilizadas legalmente, como, por exemplo, o resultado do Banco Central. Os 141 bilhões, mais ou menos, que estão na apresentação como resultado do Banco Central não utilizados no ano passado, são passíveis de serem utilizados este ano, para efeitos, mas não na elaboração do orçamento, além de outros superávits financeiros existentes em outras fontes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, a feitura da execução orçamentária é diferente da elaboração, e o crédito teria que ser encaminhado pela LDO no valor que foi contido lá. Na LDO de 2020, nós propusemos uma alteração que permitiria ao Governo, no ano que vem, se for aprovada dessa forma, não encaminhar um crédito completo. Digamos que nós temos uma insuficiência, como está apontada na própria LDO, de 264,9 bilhões para o ano que vem, a princípio, se esses parâmetros permanecerem até a elaboração da lei orçamentária, seria necessário, na lei orçamentária, a mesma coisa desse ano, a previsão de uma reserva de 264. Mas, com a redação da LDO, caso, por exemplo, haja algum outro mecanismo que alivie essa pressão durante o ano, o Governo poderia, no ano que vem, solicitar um crédito menor neste formato e remanejar o restante das dotações por portaria, ou projeto de lei, dependendo de como for aprovado aqui. Neste ano não existe essa possibilidade. O Governo não tem como pedir um crédito menor que 248, independentemente da necessidade de fazer operação de crédito ou não, porque assim a LDO determina. Não se pode retirar o dinheiro que está na reserva por outro mecanismo. Por isso que foi pedido dessa forma. O que o Relator está propondo é fazer um pedaço dessa autorização por meio de operações de crédito. E volto a afirmar que operação de crédito é uma fonte de recursos que não necessariamente significa novas emissões. Significa utilizar recursos de operação de crédito, inclusive o que já está no caixa do Tesouro.

Há uma questão importante, que são as consequências da não aprovação. Como disse o Deputado Cajado, não é uma ameaça do Governo, é uma questão fática. O Congresso aprovou dessa forma e falou que, para cumprir a Constituição, tem que se pedir autorização para financiar essas despesas, na verdade, em descumprimento à Regra de Ouro. O que se faz é uma exceção ao cumprimento da Regra de Ouro que está na Constituição, que permite esse crédito. Portanto, teria que passar pelo Congresso. O que se está falando é que essas despesas também foram aprovadas pelo Congresso à época da elaboração da lei orçamentária. São essas, foi uma decisão. Tudo bem, foi encaminhado pelo Executivo à época, mas é uma decisão do Congresso manter naquelas despesas, na Previdência, na LOAS, no Bolsa Família, etc. Essa a escolha que foi feita pelo Parlamento. E, realmente, não aprovando, não há como serem pagas, porque não há dotação. É simplesmente ilegal, isso a Dra. Virgínia pode falar. É impossível o gestor público, sem existir dotação orçamentária, sem autorização do Congresso Nacional, via orçamento,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

executar uma despesa. Então, não é uma decisão unilateral. É simplesmente impossível, não há como.

É importante ressaltar, quanto à questão de não ter sido despesa de juros, que a própria LDO assim previu. A LDO impossibilita deixar contingenciada a despesa de juros da dívida. Estava lá no texto da LDO. Então, não foi também uma decisão do Governo. É uma decisão que está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Agora vamos passar a palavra ao Dr. Otavio Ladeira que ainda precisa responder algumas indagações.

Mas a questão que se discute aqui já não é a despesa, que nós sabemos que é obrigatória. O que se discute aqui é a fonte. V.Exas. estão passando longe da questão central, que é a fonte. Esse é o grande problema.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Aproveitando o ponto, nós bem colocamos a fonte na apresentação, eu creio. O valor total é aquele de 248, construído lá em agosto, em cima de receitas e despesas do ano de 2019. Não poderiam ser utilizados recursos de 2018, porque assim é, o orçamento é construído com receitas e despesas do exercício, não pode levar receitas e despesas do exercício anterior. Então, os 248 materializavam aquele conjunto de informações. Terminado o ano, vieram do exercício anterior receitas que não poderiam ter sido colocadas no orçamento. Uma delas, a principal delas, é a receita do resultado do Banco Central. Essa receita do resultado do Banco Central, se nós descontarmos 248, chegaremos exatamente ao número que nós temos hoje, 110, que é o nosso número base de referência. Mas o nosso número conservador, tendo em vista que nós abrimos — é claro — todas as informações, como no 110, que é um número público, que foi informado no resultado do Tesouro Nacional, com todo o embasamento de cálculo, é o 146,7, que nós apresentamos aqui.

Ele considera uma série de riscos reais, riscos concretos, por exemplo, de não *performance* de investimentos e inversões, que estão bastante arriscados, tendo em vista o contingenciamento, Estados da Federação que estão entrando no STF para não pagar o Governo Federal, são receitas que podem não entrar para o Governo Federal, consequentemente, nós teremos que emitir mais títulos, frustração de arrecadação tributária, ou seja, há um conjunto de despesas e receitas que podem "performar" diferente do que estava originalmente programado, o que faz com que o 110 seja um número ruim do ponto de vista da necessidade real do Governo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, o nosso melhor número no momento — e insisto que nós abriremos esta informação para quem precisar, da forma como precisar, para análise — é 146,7, porque é o 110, com mais alguns elementos de preocupação, à luz das incertezas das projeções.

Eu queria só fazer um comentário em cima da fala do Deputado Bohn Gass. De fato, o que o Governo está pedindo agora, mas, na verdade, pediu quando encaminhou o orçamento para o Congresso Nacional, e foi aprovado pelo Congresso, são recursos da emissão de títulos para pagar despesas correntes, para pagar despesas de pessoal, despesas previdenciárias. Mas este pedido feito pelo Governo ao Congresso Nacional ocorre desde 2014.

Em 2014, o Governo veio ao Congresso Nacional e pediu: *"Eu quero poder emitir títulos públicos para pagar despesas de pessoal, despesas correntes, despesas não futuras, não investimento"*. Fez isso em 2014, foi aprovado pelo Congresso, em 2015, em 2016, em 2017, em 2018, está fazendo agora em 2019, ou seja, é uma questão estrutural. A questão do déficit fiscal é estrutural.

A Regra de Ouro é a materialização de uma situação que vem desde 2014, o Governo encaminhando ao Congresso Nacional, com aprovação, a seguinte questão:

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Emissão de títulos?

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Emissão de títulos públicos.

No momento em que se faz um déficit primário, por trás de um déficit primário está a seguinte informação: *"Autorize-me a emitir títulos públicos para pagar despesas correntes"*. Por trás do déficit primário está necessariamente a emissão de títulos públicos para pagar despesa corrente, necessariamente na construção está o aumento da dívida pública para pagar despesas correntes. Essa é uma construção de um déficit primário, por trás do déficit está o aumento da dívida pública para pagar despesa corrente. A geração futura está pagando despesas correntes da geração presente. Isso está na construção de um déficit primário. Então, ele é feito desde 2014.

O que está acontecendo aqui no PLN 4 é só a materialização final deste conjunto de déficits que foram construídos desde 2014. Agora não se conseguiu utilizar outras receitas financeiras, e houve a necessidade de se solicitar os recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da emissão de títulos propriamente ditos. Esse ponto é muito importante. Esse ponto é muito importante.

O outro ponto, que o Deputado Claudio Cajado levantou, é a questão realmente de o Banco Central financiar o Tesouro. A Constituição, no art. 164, proíbe o Banco Central de financiar o Tesouro. O que ela quer dizer com isso? O balanço do Banco Central é um balanço apartado do balanço do Governo, por isso eu não posso ir lá e pegar reservas internacionais, eu não posso pegar os recursos que estão no Banco Central para pagar as despesas do Governo. Isso está definido na própria Constituição. E mais do que na Constituição, ela tem uma construção anterior à própria Constituição, são as melhores práticas internacionais no relacionamento entre política monetária e política fiscal que determinam essa separação entre as duas, para a boa condução tanto da política monetária quanto da política fiscal. É uma construção de 1988, tem 30 anos, na nossa Constituição. Então, não é possível ao Governo tomar recursos do Banco Central, emprestados ou doados, para executar política fiscal. Os recursos que estão na reserva internacional, os recursos que o Banco Central... Na verdade nem são ativos do Banco Central, são passivos, quando ele toma recursos emprestados com os bancos e paga uma taxa de juros. Aquilo não deveria ser visto como ativo, na verdade é um passivo do Banco Central, que são as chamadas operações compromissadas, que foram citadas aqui com um nome diferente: *"remuneração dos juros do caixa dos bancos"*. São as operações compromissadas do Banco Central, são operações dentro do balanço da autoridade monetária. Não podem ser utilizadas pelo Governo Federal para pagar dívida pública ou fazer qualquer uso. O Orçamento do Governo Federal, encaminhado ao Congresso Nacional, não contém nenhum item desse relacionamento do balanço do Banco Central, seja das contas de ativos, seja das contas de passivos do Banco Central. Essas contas financeiras do Banco Central estão fora do Orçamento do Governo nem há como fazer essa relação entre as duas contas.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Qual é o artigo da Constituição?

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Art. 164, § 1º.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - O art. 164 não é.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - E o art. 36 da LRF.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Com o art. 36 da LRF, os dois em conjunto. Bem lembrado, obrigado.

Então, essa questão não é possível.

Utilizar os recursos do Tesouro Nacional que estão na conta única, sim. Com a autorização do PLN 4, o que ocorrerá é exatamente isto: a utilização dos recursos que estão na conta única de emissão de títulos, uma parte — esperamos os 146,7 bilhões de reais; e o restante de outras fontes para pagamento dessas despesas, no total de 248 bilhões de reais solicitados.

Então, sim, serão utilizados exatamente recursos da conta única para isso, mas em hipótese alguma os recursos do Banco Central, porque a Constituição e a LRF nos proíbem isso. Mas mais do que isso, há a importância da separação das atribuições entre a autoridade monetária e a política fiscal.

Eu já falei quanto ao valor, que eu acho que é muito importante. Nós...

Desculpe, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Sa. está falando do art. 164, aqui fala de empréstimo do Banco Central. Mas nós não estamos falando de empréstimo do Banco Central, nós estamos falando da reserva internacional.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - É o § 1º do 164.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Sa. está informando errado. V.Sa. está vindo para esta Casa mentir.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Desculpe, Deputado, é o § 1º do art. 164.

Art.

164

.....
§ 1º É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu falei reserva internacional.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - A reserva pertence ao Banco Central.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Pertence ao Banco Central.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sim, eu sei. Mas não é empréstimo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Mas seria ao banco.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - O Banco Central administra o dinheiro, ele não é do Banco Central. É do Brasil esse dinheiro. É outra história.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Sim, ele é do Brasil. Mas o Banco Central tem toda uma forma de contabilização e operacionalização que é separada, tanto devido a normativos internos como devido a acordos que o Banco Central tem que cumprir internacionalmente, como os Acordos de Basileia — o III é o atualmente vigente —, que ele tem que manter. A impossibilidade de utilizar recursos do Banco Central se deve justamente a isso, porque, uma vez que o Tesouro Nacional recorresse ao Banco Central, isso seria uma forma de financiamento, seria como se estivéssemos recorrendo a um banco, pedindo empréstimo. Quando pedimos dinheiro ao banco, o que vamos fazer junto ao banco? Um empréstimo.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Então é melhor pedirmos isso ao banco privado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas não tem jeito. Então vamos mudar todo o arcabouço legal, Deputado Hildo.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Mas vamos pagar juros? Uma medida provisória muda isso.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas não é a nossa vontade, Deputado Hildo, isso é a lei.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Até agora não estou convencido. Vou ter que chamar o Banco Central para explicar melhor isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Banco Central virá na próxima semana aqui, no dia 16.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Vai ter que explicar. O TCU não está sabendo explicar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só para corrigir a informação que dei, o Banco Central virá aqui no dia 16, depois de amanhã.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA - Essa explicação que eu dei tem a ver com a forma de atuação do Tribunal. O Tribunal não discute a discricionariedade do Governo. A política fiscal é definida pelo Governo juntamente com o Congresso Nacional; o Orçamento passa por esta Casa, passa por esta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão, tem um rito próprio, é aprovado. No caso dessas despesas condicionadas, ele passou pelo escrutínio de todos os senhores que estavam aqui no exercício anterior. Então, não foram despesas que surgiram de repente. E o Tribunal de Contas da União verifica justamente o cumprimento dessas regras. Nós temos instrumentos próprios e, lá na nossa Secretaria de Macroavaliação Governamental, o nosso principal produto, que é o produto do Tribunal, é o exame das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

Então, vários dos aspectos para os quais chamamos a atenção aqui e que mostram a falha da Regra de Ouro em impedir o constante endividamento, em impedir que o investimento fosse comprimido, em impedir a pressão sobre o orçamento corrente. O Tribunal vem demonstrando isso ao longo das contas de governo desde 2012. E todos os relatórios são encaminhados ao Congresso Nacional, para julgamento por esta Casa.

Sobre as contas do Governo, a análise que o Tribunal faz sobre a prestação de contas do Presidente da República se baseia em outros trabalhos de fiscalização. Então nós temos, sim, trabalhos sobre a dívida pública, trabalhos sobre renúncia de receitas, trabalhos de acompanhamento sobre a execução orçamentária e financeira. É uma gama de trabalhos, inclusive com a emissão de alertas por parte do Tribunal, que chamam a atenção para riscos contingentes que possam comprometer o alcance da meta ou o descumprimento de outras regras.

Como eu disse no início da minha apresentação, nós falamos de um arcabouço que se complementa. Nós temos a Regra de Ouro, o teto de gastos, os limites estabelecidos pela LRF. E tudo isso tem uma finalidade, que é garantir a sustentabilidade fiscal de forma atemporal, não restrita a um exercício. O Tribunal tem atuado. Não tenho agora os números de todos os acórdãos que fizemos sobre cada um desses temas, mas posso encaminhar para os senhores.

Respondendo ao questionamento que o Deputado Lucio Mosquini tinha feito e ao que o Deputado Hildo Rocha perguntou sobre as fontes disponíveis para utilizar, o Tesouro e a SOF já esclareceram sobre a possibilidade de utilização desse recurso do Banco Central. E só complementando, a utilização desse chamado colchão de liquidez das operações de crédito que já estão contratadas e que já existem só é possível se as despesas efetivamente ocorrerem no exercício. E isso também por causa de um normativo do Senado Federal, a Resolução nº 48.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, tudo o que tem sido feito aqui está embasado em normas legitimamente aprovadas de acordo com o seu rito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra a Dra. Fattorelli.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Muito grata pelos questionamentos. Eu vou começar respondendo ao Deputado Claudio Cajado. Em primeiro lugar, Deputado, eu não falei aqui que está tudo errado. Eu falei que tem muita coisa que está errada. Por exemplo, essa atualização monetária paralela é que está permitindo grande parte do pagamento de juros, que são despesas correntes, o que é proibido pela própria Regra de Ouro. E é muito fácil ver que isso está acontecendo.

O senhor recebeu essa apresentação, não recebeu? Então, eu queria que o senhor acompanhasse junto comigo. Basta o senhor olhar aí todo ano como as amortizações estão gigantes. Se nós estivéssemos amortizando isso, a dívida não teria crescido, a dívida teria caído. Uma das alegações do Governo: "*Ah, nessas amostrações há rolagem*". Se fosse rolagem, a dívida também não teria aumentado, ela teria se mantido constante.

Então, essa explosão do estoque da dívida, apesar das amortizações, já é um indício de que há alguma coisa errada. O outro indício, basta o senhor olhar o volume de juros. Pega aí qualquer ano. Pega aí 2015. Em 2015 ou 2014, em que o juro já estava lá nos 14,25%. Aliás, em 2015, que atingiu 14,25%, a média ficou um pouquinho abaixo disso. Põe 14% de juros sobre um estoque de dívida de quase 4 trilhões. Isso fazendo uma conta grosseira. Em qualquer ano que o senhor fizer isso: pegar a taxa média e multiplicar pelo estoque de títulos, o senhor vai achar um volume de juros o dobro, às vezes, mais que o dobro.

Isso aqui são números oficiais, que denunciam que grande parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse amortização. Então, é uma coisa grave? É. Foi denunciada por uma CPI desta Casa, desde 2010. Foi entregue ao Ministério Público. Por que nada acontece? Porque quem dirige a política econômica deste País — desde sempre, viu? É um problema estrutural —, desde sempre, quem dirige o Banco Central e essa política é o interesse financeiro.

Então, agora, o senhor está aqui como representante do Governo, é uma decisão do Governo. Continuar ajoelhado para o que o mercado quer, continuar ajoelhado para dar juro para o banco ou enfrentar essa situação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - A moratória seria uma solução?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - A minha proposta é uma auditoria.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sim. Mas enquanto isso? Enquanto isso?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - E quem tem poder para fazer...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - E enquanto isso? Passa-se 1 ano, 2 anos, e não se vai pagar os juros de que o Brasil está precisando para poder fazer a própria rolagem da dívida dele? Os juros que o Brasil faz estando com déficit não podem ser iguais aos juros de um de um país que não tem reconhecido um déficit público. É óbvio que vai emprestar e vai ter que cobrar mais.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Eu vou chegar à questão do déficit. A questão da dívida, Deputado, é que nós estamos pagando parcelas ilegais. Até essa remuneração da sobra de caixa dos bancos, essa atualização paralela da dívida para pagar mediante emissão de novos títulos, são parcelas que estão sendo pagas ao arrepio da Constituição, ao arrepio da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, é uma opção do seu Governo. Quer continuar fazendo isso? A crise vai continuar se agravando, porque não há saída. Se nós continuarmos emitindo título para pagar juros, emitindo título para remunerar sobra de caixa dos bancos, emitindo título para cobrir prejuízos do Banco Central... Porque aí pode. O senhor ficou escandalizado, o senhor falou que é o caos o Governo financiar o Banco Central. Só que o Banco Central está sendo financiado pelo Governo, historicamente, com centenas de bilhões. São dados oficiais, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Estão no Orçamento federal os recursos do Banco Central?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Olha, como eles falaram...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Como é que pode financiar o Tesouro? E outra coisa, a senhora acabou de falar que isso é histórico. Não é o meu Governo. É o Governo histórico, do PT.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Mas o seu Governo pode ter opção de mudar isso, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - E por que o PT não mudou quando foi Governo?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Nós sempre brigamos para que mudasse. Eu não respondo pelo PT. Eu não sou petista.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu estou colocando porque parece que é uma questão ideológica, quando não é, na minha opinião. Isso é política de Governo.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Nós sempre cobramos isso. Eu pediria ao senhor para não levar para o campo ideológico, porque a Auditoria Cidadã é suprapartidária. E o que eu estou cobrando aqui hoje nós cobramos desde o ano 2000, quando foi criada a Auditoria Cidadã. Então, nós cobramos de todos os Governos que passaram de 2000 para cá, porque essa questão estrutural financeira nunca foi tocada por nenhum Governo. Privilégio do banco continua.

Então, primeiro, eu não falei que está tudo errado. Falei que há muita coisa errada, como a atualização paralela, que está viabilizando pagamento de grande parte dos juros, sim. Os números oficiais que eu apresentei aqui demonstram isso. São dados oficiais. Não estou inventando nada. Segundo, o senhor ficou escandalizado de o Governo não poder financiar o Banco Central utilizando, por exemplo, as reservas, mas está lá na Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 7º: "*O resultado positivo do Banco Central é transferido para o Tesouro*". Não sou eu que estou dizendo. É o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Resultado positivo do Banco Central é transferido para o Tesouro. Só que está lá: só pode ser gasto com pagamento da dívida. Então, o privilégio financeiro é escandaloso, Deputado. O resultado do Banco Central vai para o Tesouro, só que está lá escrito: só pode gastar com a dívida. Não é escandaloso, está na LRF.

Agora, a questão das reservas é outro tratamento. Reserva, como o próprio Deputado também entendeu, é diferente. E, se houver alguma trava na resolução do Senado, é muito mais fácil resolver essa trava aqui ou com o próprio Governo através de uma MP do que abrir uma brecha para violar sistematicamente a Regra de Ouro e passar a emitir título para pagar a despesa corrente, sistematicamente. Aí a bagunça é geral. Aí é bagunça geral.

O senhor perguntou se existe déficit primário ou se não existe. O déficit primário só passou a existir a partir de 2015. Até 2015, nós produzimos mais de 1 trilhão de superávit primário todo ano. E por que é que, de repente, depois daquela montanha azul de superávit primário de 1 trilhão daquele gráfico oficial do Tesouro





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que eu apresentei aqui — oficial —, a montanha inverteu? Porque foi fabricada uma crise.

Como é que foi fabricada essa crise? Nós não tivemos aqui nenhum dos fatores que produzem crise. Não tivemos quebra de bancos, não tivemos quebra de safra, não tivemos peste, não tivemos guerra. O que foi que produziu essa crise? Por que as empresas começaram a quebrar, uma atrás da outra, provocando desemprego recorde, comprometendo a arrecadação tributária? Juro abusivo. Faltou dinheiro para capital de giro, faltou dinheiro para investir, para que a indústria pudesse operar.

E por que o juro de mercado é alto no Brasil? Essa foi uma das perguntas do Deputado Lucio Mosquini. Justamente por causa da remuneração da sobra de caixa dos bancos — foi uma pergunta tanto dele como do Senador Vanderlan Cardoso. Por que se remunera a sobra de caixa dos bancos? Eu vou explicar por aí, porque a crise está imbricada nessa operação.

A operação compromissada é uma operação que existe no mundo todo para controlar volume de reserva bancária. O que é reserva bancária? É o dinheiro que os bancos têm em caixa ou de depósitos resgatáveis líquidos. Diariamente, todos os bancos têm que informar para o respectivo Banco Central de cada país quanto eles têm em reserva bancária. Por que existe essa operação? Para os Bancos Centrais de cada país detectarem se está sendo formado algum ataque especulativo. Vamos supor que o senhor é um banco e ontem o senhor informou para o Banco Central que tem 1 bilhão de reserva bancária. Hoje, o senhor informa 10; amanhã, 50. Opa! A luzinha é acesa. O Banco Central vai lá. *"O que está acontecendo aqui?"*. É isso. E ela também existe para se controlar a liquidez — controlar a liquidez.

O mundo inteiro faz operação compromissada. Porém, nenhum país do mundo remunera o que o Banco Central eventualmente enxuga — nenhum país remunera —, porque isso é premiar quem está eventualmente programando algum ataque especulativo ao controle de liquidez do país. Nenhum país remunera. O Brasil remunera, diariamente, de forma cumulativa, sem que exista fundamento legal para isso. Não há lei que autorize isso, que mande o Banco Central autorizar.

A desculpa do Banco Central é a seguinte: *"Há muita moeda no mercado; eu tenho que reter, para controlar a liquidez"*. É outra coisa que não se comprova. O volume de liquidez no Brasil é ridiculamente baixo. Nós vivemos num cenário de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

escassez de moeda, de 4% do PIB de reserva bancária. Em geral, no mundo, é de no mínimo 40. Na China, é de 100. Os países emitem, injetam moeda na economia, e aí você vai àqueles países e está tudo asfaltadinho, há dinheiro. Por quê? Investir em infraestrutura, investir não gera inflação em lugar nenhum, nem aqui. Só que, aqui, os governos se ajoelham para o mercado. Aí nós ficamos aqui com uma liquidez de 4%, ridícula, e o Banco Central fala que tem que reter para controlar a inflação.

Essa justificativa foi desmascarada em 2017. Em 2017, nós já tínhamos 1 trilhão. Olhem o volume! Esse volume em lugar nenhum do mundo se verifica. Nós já tínhamos mais de 1 trilhão nessas operações compromissadas aqui no Brasil — mais de 1 trilhão. Nós estamos falando de 17% do PIB — esterilizados no Banco Central, e gastando para remunerar. Foi 1 trilhão em 10 anos para remunerar.

O que aconteceu em 2017? O IGP foi negativo, nós tivemos deflação. Se fosse verdade que enxugar essa montanha de mais de 1 trilhão seria para controlar a inflação e diminuir a liquidez, no momento em que nós tivéssemos recessão, deflação brutal e IGP negativo, qual teria que ter sido o procedimento? Desovar a moeda para a economia, pois está havendo deflação! Retem-se quando a inflação está alta e devolve-se, não é isso? Se fosse verdade, seria isso. Aí, o que aconteceu em 2017? Aumentou o volume das compromissadas, chegou a 1 trilhão e 287 bilhões em outubro de 2017. Pronto, caiu a máscara. Diante dessa queda da máscara, ficou claro que essa compromissada, do jeito que é feita, não é para controlar a inflação coisa nenhuma: é para remunerar sobra de caixa dos bancos. Ficou claro.

Aí, o que o Banco Central fez? Enviou para o Congresso — está aqui, na mão dos senhores — o Projeto de Lei nº 9.248, de 2017, um PL de um artigo só, criando o depósito voluntário remunerado pelo Banco Central, que é o que já está sendo feito, abusando-se das operações compromissadas.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou anunciar aos palestrantes que nós vamos precisar encerrar, porque vamos começar outra sessão às 14 horas, e a sala tem que ser preparada.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Eu posso só concluir? Vou ser a mais rápida possível.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa operação compromissada está imbricada na geração da crise. Por quê? O que os senhores e as senhoras acham que aconteceria se o Banco Central parasse de remunerar essa montanha de mais de 1 trilhão de dinheiro que sobra na caixa dos bancos? Se o Banco Central falasse *"Tomem o seu trilhão, bancos"*, os bancos iam querer ficar com esse dinheiro na gaveta, Senador? Os bancos iam querer o quê? Emprestar. Para emprestar, o que eles teriam que fazer? Baixar o juro. O que seria da nossa economia se fosse irrigada com juro baixo? A crise acabaria.

Eu não vou responder às outras questões para sobrar tempo para o Deputado Haully. Só digo o seguinte: apesar do *impeachment*, Deputado Haully, que o senhor colocou na sua apresentação, apesar de toda a crise política, se a economia estivesse irrigada com 1 trilhão a juro baixo, podia haver a crise política que fosse que as indústrias não quebrariam, as empresas não quebrariam, o povo não estaria desempregado. E empresa quebrada e povo desempregado não pagam imposto, não pagam contribuição para a seguridade. É aí que está o problema da seguridade social, não nas despesas que a PEC 6 quer cortar.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Meus caros amigos, só queria perguntar à Secretaria do Tesouro qual foi a arrecadação líquida da União no ano passado. Quanto ficou disponível na União, dos 2 trilhões e 300 milhões que o Brasil arrecadou?

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Não tenho a informação aqui comigo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - O Deputado Cajado sabe.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - A líquida, não. Sei a receita prevista.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Qual é a prevista?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Foi 2 trilhões e meio.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Não, não, o Governo não tem essa arrecadação. Esse é o primeiro grande engano que está sendo discutido aqui. A arrecadação é 32%, 33% do PIB. Se o PIB é de 7 trilhões, você vai ver que a arrecadação vai ficar em 2 trilhões e 200 milhões, 2 trilhões e 300 milhões — União,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estados e Municípios. Quando você tira a parte dos Estados e Municípios, a arrecadação...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - O senhor fala do orçamento da Seguridade Social?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Não, não...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Do Orçamento fiscal e da Seguridade Social?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Disso tudo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu confio nos números inclusive auditados pela CMO. Nós temos o acompanhamento de receita...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Veja, o que nós estamos discutindo aqui... Pelo gráfico da Fattorelli, o Orçamento da União é 2 trilhões e meio, mas a União não tem 1 trilhão de arrecadação. O que temos aqui é resto da rolagem de dívida. Esse é o grande problema que está havendo aqui.

Com licença. Eu só estou querendo esclarecer, como consultor, como especialista... O problema de todos os Governos... O Brasil arrecada 33% do PIB e está gastando, primariamente, o total de 1,5%, 2% do PIB a mais. Nominalmente, gasta 9%, 10% a mais. O que vale é o gasto primário, porque o resto do Orçamento da União é rolagem de dívida. Ele tem que pagar um pouco de juro, todo ano, e rola o resto da dívida. Então, nós estamos falando de uma receita da União, dos Estados e Municípios de mais ou menos... Mais de 50% da arrecadação nacional é dos Estados e Municípios. E, do recurso que sobra da União — estou falando da arrecadação, não estou falando da dívida —, mais da metade vai para a Previdência. E temos aí a educação, a saúde, etc.

Então é preciso que a Consultoria de Orçamento faça um gráfico correto. Este aqui é um gráfico inflado com o Orçamento de juros e rolagem de dívida. Por isso cria uma distorção. Ela não está errada. O que está havendo aqui é um fracasso da informação, de novo. Eu não devia nem entrar nesse mérito. O que está acontecendo é que a arrecadação brasileira não cobre as suas despesas. E os Estados, que eram equilibrados pela LRF e pelo Programa de Ajuste Fiscal, nos últimos 4, 5 anos, não estão conseguindo manter o equilíbrio financeiro, porque o déficit no Brasil hoje é todo da União. Agora começou a haver um pouco de déficit





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Estados e Municípios por conta da crise dos últimos 5 anos. É com isso que eu quero colaborar.

Volto o eixo: nenhuma política econômica, macroeconômica e financeira vai resolver economia. Não se trata disso. Trata-se do mundo real: como é que a empresa forma o preço, como é que ela vai competir no mercado interno, como é que ela vai crescer, prosperar e gerar emprego e riqueza com um sistema tributário iníquo e injusto? Como é que pode? Esse é o problema. Se o Brasil estivesse crescendo, a Dilma não cairia — não cairia! O que mantém um Governo é o crescimento econômico. Nós já estamos no mês 5 — no mês 5! Se não fizermos a reforma tributária completa, no ano que vem nós estaremos aqui discutindo o Orçamento fracassado de novo. É isso. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Queremos agradecer a todos os Parlamentares presentes, aos convidados que proferiram palestras muito importantes para o entendimento da questão da lei da Regra de Ouro.

Vamos encerrar a nossa reunião.

Antes, porém, eu peço a todos os presentes que façam o favor de retirar-se para que o plenário seja preparado para a próxima audiência.

Gostaria de avisar que hoje, às 14 horas, neste plenário, teremos reunião de audiência pública com o Ministro da Economia, que discorrerá sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e dá outras providências.

Agradeço o comparecimento aos senhores convidados, aos demais Parlamentares e ao público.

Declaro encerrada a nossa reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 - **Projeto de Lei nº 5/2019-CN** – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências”, em atendimento ao *art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Joice Hasselmann, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Bohn Gass, Fred Costa, Gurgel, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto e Weliton Prado; e - **Senadores suplentes:** Alessandro Vieira, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alex Manente, Capitão Alberto Neto, Chris Tonietto, Claudio Cajado, Coronel Tadeu, Delegado Marcelo Freitas, Eli Borges, Evair Vieira de Melo, General Peternelli, Heitor Freire, Joseildo Ramos, Loester Trutis, Luiz Lima, Pompeo de Mattos e Reginaldo Lopes; e Senadora Eliziane Gama. **ABERTURA:** às quatorze horas e oito minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) declarou iniciada a reunião e foram convidados para composição da Mesa o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes; o Secretário Especial de Fazenda, Sr. Waldery Rodrigues Júnior e o Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Alberto de Aguiar Soares, ambos do Ministério da Economia; o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, Deputado Cacá Leão (PP/BA); o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Senador Zequinha Marinho (PSC/PA); e o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2020/2023, Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). O Presidente anunciou a presença do Sr. Esteves Pedro Colnago Júnior, Secretário Especial de Fazenda Adjunto; Sr. Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional; e o Sr. José Levi, Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Visando facilitar a condução do debate, o Presidente propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de quatro parlamentares, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpeladores. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes e o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Sr. Waldery Rodrigues Júnior, discorreram sobre o tema “Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 14.05.2019, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, a quem chamo para compor a Mesa e que irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Anuncio a presença dos Srs. Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial da Fazenda, e George Alberto Soares, Secretário de Orçamento Federal, que também convido para comporem a Mesa.

Anuncio também a presença dos Srs. Esteves Pedro Colnago Junior, Secretário Especial Adjunto da Fazenda; Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional; e José Levi, Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Convido também para integrar a Mesa o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, Deputado Cacá Leão, do PP da Bahia; o Relator da receita do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, Senador Zequinha Marinho, do PSC do Pará; e o Relator do Projeto de Lei Plurianual para o período de 2020 a 2023, Senador Oriovisto Guimarães, do Podemos do Paraná.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição inicial, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em seguida, será aberta a fase de interpelação, na qual o Ministro poderá ser interpelado por 5 minutos, tendo ele igual tempo para responder. O Parlamentar poderá fazer uma réplica de 2 minutos, e o Ministro terá igual tempo para fazer a tréplica.

Para facilitar a condução do debate, proponho que o Ministro responda a blocos de questionamentos de quatro oradores inscritos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Eu peço aos Parlamentares que queiram se inscrever que se dirijam à mesa para fazer a inscrição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim, estabelecidas as normas e os procedimentos desta audiência pública, eu passo a palavra ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Boa tarde a todos.

Quero agradecer ao Deputado Marcelo Castro pela gentileza de ter transferido a minha apresentação da semana passada para esta semana, para nós conversarmos sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020.

Eu vou fazer uma apresentação, uma conversa introdutória simples, de uns 30 minutos. Depois, a nossa equipe, na pessoa do Secretário Especial da Fazenda, vai fazer as projeções dos números, numa apresentação, para deixar mais claros os temas que eu vou abordar no início.

Eu vou falar uns 10 minutos sobre o crédito suplementar, cuja necessidade nós vamos submeter aos senhores, à Câmara dos Deputados; vou falar uns 10 minutos sobre as nossas metas de déficit primário; e, depois, vou falar uns 10 minutos também sobre as hipóteses que estavam por baixo dessas projeções e o que nós esperamos que aconteça logo à frente.

Inicialmente, as primeiras observações que faço são exatamente sobre o crédito suplementar, cuja necessidade é em torno de 248 bilhões de reais. Esse mesmo pedido que o Ministério da Economia vem fazer em nome do Governo reflete os nossos problemas estruturais orçamentários.

Nesse pedido de 248 bilhões de reais, 200 bilhões são da Previdência, do INSS; 30 bilhões do BPC; 6 bilhões do Bolsa Família; e quase 10 bilhões do Plano Safra. Então, são despesas correntes que o esgotamento fiscal não permite que sejam atendidas com receitas correntes.

Isso mostra o drama fiscal brasileiro, o tamanho do buraco brasileiro. E, quando você olha, você vê logo a primeira despesa. Dos 248 bilhões, 200 bilhões são exatamente da Previdência. O buraco da Previdência, como eu já dizia em outras oportunidades, conversando com os senhores, virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil.

E nós estamos aqui com o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2019, exatamente para pedir um crédito suplementar e não quebrar a Regra de Ouro. A Regra de Ouro é a que diz: *"Olhe, você só pode se endividar se você estiver investindo. Não faz sentido você ficar se endividando para pagar despesa corrente"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É a pessoa que está tomando dívida para almoçar, para jantar. Isso não vai funcionar no final.

A economia brasileira está nessa situação. Nós tivemos um período tão longo de desequilíbrio fiscal — foram 6 anos — que se criou um déficit primário. Mesmo se nós usarmos o teto de gastos nos próximos 3 anos, já está contratado esse déficit primário, e nós estamos então à beira de violar a Regra de Ouro. A Regra de Ouro é um preceito básico. Ela diz o seguinte: *"Não sejam irresponsáveis financeiramente. É uma irresponsabilidade fiscal ficarem se endividando para pagar despesa corrente"*.

Então basicamente nós estamos aqui para pedir um crédito suplementar ao Congresso Nacional, especialmente à Câmara dos Deputados. Estamos explicando que nós precisamos de um crédito suplementar de 200 bilhões de Previdência, 30 bilhões de Benefício de Prestação Continuada, 6 bilhões de Bolsa Família, 10 bilhões de Plano Safra. Tudo isso está em risco. Precisamos de licença para nos endividarmos e pagarmos isso daí.

É evidente que do ponto de vista financeiro vamos recorrer a outras coisas. Vamos pedir devolução de recursos do BNDES. Nós estamos trabalhando com a cessão onerosa. Estamos desenvolvendo vários esforços para fazer isso, mas achamos respeitoso e correto informar ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados particularmente que essa é a precariedade da nossa situação fiscal.

Eu acho que a nossa primeira observação é exatamente essa. Estamos à beira de um abismo fiscal. Precisamos de um crédito suplementar para podermos pagar despesas correntes. Ou seja, vamos nos endividar para pagar Bolsa Família, vamos nos endividar para pagar BPC, vamos nos endividar para financiar o Plano Safra da agricultura este ano, e vamos nos endividar para pagar as aposentadorias do regime geral, do INSS. Estamos nos endividando para pagar despesas correntes. Isso não é normal. Nós deveríamos ter recursos para pagar essas despesas correntes, que é o que a lei da Regra de Ouro prescreve: para se endividar, deveriam estar investindo. Sem investir, não há por que se endividar. E a situação fiscal que nós atingimos é tal que evidentemente por isso nós estamos encaminhando as reformas. A reforma da Previdência é uma delas, exatamente para nos tirar desse buraco fiscal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A primeira observação que eu faria seria a de que nós estamos aqui para pedir um crédito suplementar.

A segunda observação são as metas de déficit primário. Eu sugeri simularmos. Os senhores vão ver nas simulações dos números da nossa equipe como isso é feito.

Gostaria de dizer aos senhores que o buraco, no ano passado, foi de 139 bilhões de déficit primário. O buraco deste ano está caminhando para 120 bilhões. No ano que vem, o buraco cai para um pouco mais de 60, 65 bilhões, e, no ano seguinte, cai para 30 bilhões. O que nós estamos vendo hoje antes das reformas, antes de fazermos qualquer coisa, olhando para o futuro... porque a nossa obrigação é trazer para os senhores a situação fiscal correta, qual é a situação atual.

Naturalmente, se as reformas acontecerem, esses números vão mudando. Mas sem as reformas, da forma como estamos hoje, o que nós enxergamos para os próximos 3 anos é um buraco de 120 bilhões para este ano; um buraco de 65 bilhões para o ano que vem e um buraco de 32 bilhões para o outro ano. Os números exatos são 124 bilhões — eu disse 120 bilhões no ano que vem —; 68 bilhões — eu disse um pouco mais de 60 —; e 31 bilhões, um pouco mais de 30.

Então basicamente é isso. São números grandes, mas são decrescentes. Por que são decrescentes? Por que a situação não é absolutamente sem solução? Porque existe uma lei do teto de gastos, que vai travar esse processo. Por que cai desse ano para o ano que vem, mesmo que nós não façamos nada? Se nós não fizermos nada, vai cair para o ano que vem porque vai bater no teto. Quando bate no teto, trava. As despesas correm só de acordo com a inflação. E a economia está andando a 1%, mesmo crescendo pouco, de 1% a 1,5%. Nós somos prisioneiros de uma armadilha do baixo crescimento. O Brasil está prisioneiro disso. Não é coisa de hoje. De 2010 a 2018, o Brasil cresceu 0,6% ao ano. Não chega nem a 1% ao ano.

Antes disso, nos últimos 20 anos, o Brasil cresceu 2,2%. Nos últimos 30 anos, o Brasil cresceu 2,5%. O Brasil está crescendo muito pouco. A renda *per capita* está crescendo menos de 1% ao ano já há quase 30 anos. É uma situação ruim. Não é uma boa situação. O Brasil não está numa boa situação. Os indicadores fiscais têm piorado, particularmente nos últimos 6 anos. E a projeção para os próximos 3 anos — 2020, 2021 e 2022 — é essa aí: 128 bilhões de reais, 68 bilhões de reais e 31,4 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, essa é a situação que nós temos. Por que cai de 120 bilhões de reais, em 2020, para 68 bilhões de reais, em 2021? Porque as despesas bateram no teto. Quando elas batem no teto, só podem subir junto com a inflação. E se o Brasil crescer 1%, as receitas sobem um pouco mais, elas sobem inflação mais o crescimento. As receitas aumentam quando há crescimento. Então, o buraco fiscal vai fechando. Mas fecha muito devagar. Fecha muito devagar. Então, nós continuamos ameaçados pelo baixíssimo crescimento, pelos juros altos, pelos impostos elevados.

Essa é a segunda comunicação que nós tínhamos que fazer. A primeira mostra a natureza dos gastos. Falamos em Previdência, falamos dos benefícios sociais, falamos do Bolsa Família, falamos de Plano Safra, de gastos correntes pelos quais nós temos que nos endividar. O Brasil está num processo de endividamento em bola de neve.

Nesse primeiro ano é natural. Nós chegamos, não aprovamos reforma nenhuma, nós temos que tomar a dívida. Mas a nossa ideia é já a partir do ano que vem interromper esse processo. Com as reformas deste ano, já revertermos a situação de endividamento em bola de neve que teríamos no ano que vem, no ano seguinte e no outro.

Nós poderíamos atravessar 3 anos de Governo nos endividando devagarzinho, vindo aqui toda hora, em vez de fazer as reformas, pedindo licença toda hora, como vários Governos fizeram. Nós estamos preferindo atacar o problema frontalmente para tirar o Brasil dessa armadilha de baixo crescimento.

Então, a segunda observação é essa, são as nossas metas. A equipe vai mostrar os números. Ela vai fazer as projeções e mostrar todos os números, com os detalhes e todas as rubricas, para que os senhores possam ter acesso a essa informação e saber exatamente o painel de controle desses gastos. Mostra como esses gastos, que estão subindo descontroladamente, batem no teto e começam a desacelerar, e como as receitas vão subindo devagar. Esse buraco, então, vai sendo cortado ao meio. Cai de 120 bilhões de reais para 60 bilhões de reais. Depois, de 60 bilhões de reais para 30 bilhões de reais.

Finalmente, a terceira observação que eu faço é exatamente das perspectivas à frente e a razão principal da nossa expectativa em relação à atuação do Congresso. Eu confio no Congresso. Eu acredito nas lideranças políticas. Aqui estão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os representantes do povo, muito acima de quaisquer partidos, muito acima de quaisquer posições ideológicas. A verdade é que o Congresso tem a chave do futuro nas mãos. O Congresso realmente tem a chave do futuro nas mãos.

Esse cenário, se os senhores observarem, já está superado. Quando nós apontamos... Os senhores vão ver as hipóteses que estão embaixo, quando eles projetarem a formulação dos números. Os senhores vão ver que as hipóteses já foram superadas desfavoravelmente. Quando o trabalho foi feito, no início de abril, justamente como chegou um Governo novo, havia expectativas de que as reformas tivessem uma certa rapidez, e já se estava antecipando uma forte recuperação econômica. Então o Brasil já estaria crescendo 2,5%, 2,7%. Isso nos números — números dos mercados, números da equipe.

Eu sempre olhei para isso com um pouco mais de ceticismo. A equipe tem longa experiência, faz isso há muitos anos, o mercado inteiro estava prevendo isso também, mas o meu diagnóstico eu já dei durante a campanha e tenho repetido: o Brasil é prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento. Entra Governo e sai Governo, troca, o problema fiscal está se agravando e o crescimento não vem. Nós não temos crescimento há quase duas décadas.

Então eu não acreditava que a coisa seria fácil. Agora, há uma expectativa de que o Brasil pode — e eu acredito firmemente nessa hipótese — continuar a sua trajetória, que eu chamo de dinâmica de uma sociedade aberta, virtuosa, com poderes independentes, poderes atuantes, cada um faz o seu papel — o Legislativo independente do Judiciário, do Executivo; o Judiciário atento, desperto para a correção de práticas que não condigam com o desejo de comportamento que a população brasileira espera —, e uma economia que pode se recuperar com uma certa rapidez, se forem feitas as reformas que estão encomendadas.

Os senhores vão ver que o crescimento, que era 2%, quando eles fizeram as primeiras simulações, já caiu para 1,5%. E quando cai para 1,5%, as receitas são menores ainda, e aí já começam os planejamentos de contingenciamento de verba para a frente. Quer dizer, as trajetórias futuras de despesas já começam a ser apertadas. Todo mundo já começa a falar: "*Olha, vai ter que contingenciar*". Não são cortes, são contingenciamentos, são preparatórias ainda.

Agora, nós podemos reverter essa situação, e eu acredito firmemente, como tenho visto. Tenho recebido colaboração na minha interlocução com o Congresso,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com o Senado, com as Lideranças do Senado, com as Lideranças da Câmara, com os Deputados e Senadores que nós temos recebido para explicar a situação fiscal brasileira; com os Governadores, em fóruns de Governadores; nos fóruns de Prefeitos. Então eu estou absolutamente confiante de que o Senado e a Câmara — tanto pela Liderança do Senador Davi Alcolumbre, do Senado, quanto do Deputado Rodrigo Maia, na Câmara dos Deputados, os Líderes de partidos, os partidos que vão apoiar a base de Governo, vão formar a base de Governo, e mesmo partidos da Oposição que percebem a emergência, porque há vários Governadores e Prefeitos de oposição que percebem a profundidade do desequilíbrio fiscal brasileiro — sabem que, para governar melhor, precisam implementar essas reformas, e essas reformas vão beneficiar todos.

Então o que eu acho é que o Congresso deve encaminhar primeiro a reforma da Previdência, depois a PEC do pacto federativo, limitando o poder do Executivo e descentralizando atribuições e recursos para Estados e Municípios; depois, a reforma tributária, simplificando, reduzindo alíquotas, compartilhando com Estados e Municípios receitas e contribuições que foram transferidas só pelo Governo Federal; a abertura da economia, e principalmente o que nós, economistas, chamamos de *crowding-in*, quando se desentope a linha de investimentos. Quando os investidores percebem que há um futuro fiscal assegurado, que não existe uma espada de Dâmocles sobre a economia brasileira, que você tem 5 anos, 10 anos, 15 anos de equilíbrio fiscal garantido pelas reformas, os investidores começam a entrar. E aí começam os investimentos em infraestrutura, em educação, em saúde, em saneamento; investimentos também privados. Não só o Governo recupera a sua capacidade de investimento, mas os investimentos privados entram também em áreas sociais, ajudam na educação, ajudam na saúde, ajudam no saneamento.

Então, estou absolutamente confiante em que isso vai acontecer.

O Congresso brasileiro entende e tem desenhado essa dinâmica virtuosa ao longo do tempo. Eu acho que, aprovando as reformas, o Brasil volta a crescer a 2%, 3%, e esses pesadelos fiscais que hoje bloqueiam o horizonte de investimento brasileiro vão desaparecer. Isso é bom para todos os brasileiros, não é para um governo. Vai ter Governo da Oposição que vai ganhar com o pacto federativo, vai ter Prefeitura de Oposição também que vai ter muito bom desempenho por isso. Isso é uma reforma para o Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu agradeço e vamos então à representação mais detalhada dos números pela nossa equipe.

Waldery, por favor... *(Palmas.)*

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Boa tarde a todos.

Quero agradecer o convite feito pela Comissão Mista de Orçamento, em nome do seu Presidente, Senador Marcelo Castro, cumprimentar o Ministro Paulo Guedes, os Srs. Parlamentares aqui na mesa: Deputado Cacá Leão, Senador Oriovisto, Senador Marinho, meus colegas que estão aqui, cada um dos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes.

A Comissão Mista de Orçamento é o fórum, o lócus, de maior importância no Congresso Nacional. Nós temos as várias Comissões Temáticas com suas decisões, trazendo grande poder decisório, influência e importância para a sociedade brasileira, cada uma delas, seja a econômica, seja a financeira, seja a social, mas efetivamente esta é a seara, este é o lócus onde se discute o Brasil na sua essência, que é a questão orçamentária.

Nesse sentido, a fala do Ministro Guedes apontou para os elementos básicos e as diretrizes de como o nosso Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem — PLDO 2020 foi enviado para os senhores o analisarem e aprovarem.

Então, faço um agradecimento, em primeiro lugar, pela oportunidade que isso traz de discussão da mais alta importância. E o poder decisório está com os senhores. E, assim, a sociedade aguarda que os senhores analisem e decidam.

Antes de passar para o nosso primeiro eslaide, espero que todos os Senadores já tenham recebido. Se não, peço à equipe da CMO que distribua para que os senhores tenham os números em mãos e embasem suas perguntas, se assim o desejarem, de acordo com as apresentações. Estou vendo que está sendo distribuído e vou então dar continuidade.

O nosso primeiro eslaide, por favor.

(Segue-se exibição de imagens.)

Seguindo a sugestão do Deputado Perondi, vou ficar em pé, e o nosso Ministro Paulo Guedes, a qualquer momento, interrompe para fazer os comentários.

Nós temos aqui — obrigado pela sugestão, Deputado — esse primeiro ponto, que são os parâmetros que embasam a apresentação do PLDO. O PLDO é basicamente uma visão paramétrica da economia brasileira. Nós temos tanto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicadores do lado real da economia — PIB, PIB real —, como indicadores também que nós chamamos em economia de preços: câmbio, juros, salário mínimo.

Nós temos crescimento do PIB para 2019 na magnitude de 2,2% na nossa avaliação do primeiro bimestre de 2019.

Os senhores têm conhecimento, mas me permitam enfatizar para os senhores e senhoras: a cada mês ímpar do ano, nós fazemos uma avaliação bimestral de receitas e despesas e, portanto, os parâmetros mudam: mês 3, 5, 7, 9 e 11. Em 22 de março, nós usamos como parâmetro esses 2,2% para o PIB em 2019; em 2020: 2,7%, 2,6%, 2,5%. Essa perspectiva do PIB, *grosso modo*, amarra todo o desenrolar orçamentário no País. Esse é o principal parâmetro que gera a diretriz. Esses 2,2%, em particular, afetam a receita. A receita é um componente muito afetado pelo crescimento do PIB.

Então, nós temos esse dado do relatório passado e estamos revisando-o, como o Ministro Guedes colocou há pouco tempo, com viés de baixa. A economia, no momento, não está respondendo de uma forma tão rápida, mas nós temos certeza e temos ferramentas e ações que podem fazer com que a economia reaja intensamente e de maneira rápida, de forma a termos outra avaliação desses parâmetros.

De novo vem a questão paramétrica. Esse número, que era 2,2%, vai ser revisado. A mesma equipe econômica do Ministro Guedes, em particular o Secretário de Fazenda, que sou eu; o Secretário de Orçamento, que é o George Soares; o Secretário do Tesouro, que é o Mansueto Almeida, vamos apresentar, no dia 22 deste mês, o relatório de avaliação de receitas e despesas e teremos um novo número para esse crescimento do PIB. Ele vai ser menor do que 2,2% e vai ser menor do que 2%, porque a economia, no momento, não responde à altura. Com isso, impacta elementos do orçamento e, em particular, a receita, os senhores e as senhoras bem sabem. O PIB nominal e o IPCA sobem um pouco em relação a esses 3,8%.

Apresentamos três dados aqui: de preços, que se refere à inflação; de taxa de juros; de preço do petróleo. É outra variável que muda. Agora está 65 dólares o preço do barril do petróleo. À medida que esse preço sobe, nós temos mais receitas ligadas, por exemplo, a *royalties* associados à exploração de petróleo. Se o preço baixa, também nós temos receita sendo sensibilizada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu tenho certeza de que o valor do salário mínimo é um ponto de altíssima importância para a sociedade, para os senhores, para as senhoras, para todos. No PLDO, o valor do salário mínimo será de 1.040 reais para 2020. Esse número foi projetado a partir do número anterior — que é o atual, de 998 reais — corrigido pelo INPC.

Então nós estamos projetando, a partir desse parâmetro, o valor do salário mínimo no PLDO como sendo o anterior corrigido pelo INPC. Essa não é a nossa política de salário mínimo. Nós vamos acompanhar, sob a diretriz do Ministro Paulo Guedes, a dinâmica da economia. Temos até dezembro para determinar qual será o salário mínimo que vai vigor em 2020.

Em seguida, o eslaide mostra o dado de massa salarial. A partir desses parâmetros, podemos ter os números que representam o valor esperado para o Orçamento nos próximos 3 anos.

Eu peço a serenidade e a compreensão dos senhores e das senhoras. O que está projetado aqui é uma sequência de três déficits orçamentários — déficit no conceito que nós denominamos tecnicamente de primário. Os valores são: para 2020, 124 bilhões de reais de déficit; para 2021, 68,5 bilhões de reais de déficit; para 2022, 31,4 bilhões de reais de déficit.

O que isso significa? *Grosso modo* — e nós estamos sendo acompanhados por toda a sociedade brasileira —, volto àquele ponto inicial: aqui é o lócus decisório mais importante do Congresso Nacional, no sentido de que temos o Orçamento em análise, um Orçamento trilionário. Esse valor é conservador e denota a nossa transparência, o nosso zelo e cuidado com os números públicos, os números das contas públicas. Eles apontam, se seguirmos nessa trajetória sem reformas, em particular a Nova Previdência, a PEC 6, para o 7º, 8º e 9º déficit primário.

Este ano, caso seja atingido 139 de déficit, que é a nossa meta, representará o 6º ano de déficit primário. O que isso representa? Uma sequência de 6 anos de déficit primário. Essa é uma das causas mais importantes, que nos levaram inclusive, hoje pela manhã, nesta mesma Casa, a solicitar dos senhores uma autorização de crédito suplementar para atingimento e atendimento da Regra de Ouro.

A sequência de déficits primários é uma das causas raízes, uma causa das mais importantes, que nos leva a ficar abaixo do que a Regra de Ouro determina.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esses são os números. Aqui é apresentado o quadro geral para o setor público consolidado, com os seus três componentes: federal — aqui está o orçamento fiscal e da seguridade social, que inclui Banco Central e Previdência também —; Estados — estatais federais, Estados e Municípios —, e ao final o setor público consolidado.

O número que nos traz mais diretamente uma referência é exatamente essa primeira sequência que está em negrito, em azul negrito. Mas o setor público também é importante.

Seguimos para outro eslaide mais aberto. E aqui eu não vou olhar cada um, não vou exigir dos senhores olhar cada um desses números. É uma sequência muito grande, uma quantidade muito grande. Pediria apenas um olhar mais clínico. Os senhores e as senhoras são os decisores, e o País está literalmente em seu poder decisório, porque a aprovação do PLDO nesses termos é fundamental para termos, como o Ministro Guedes disse, uma economia com uma trajetória de reversão de suas expectativas. Faz parte do nosso conjunto de medidas.

Nós temos o seguinte. Vou destacar os pontos mais importantes. Aqui são as receitas, essa outra linha são as despesas. Linha 1, receitas; linha 4, despesas.

Então vamos olhar em particular — e aí peço um pouco da sua compreensão para extrair daqui a informação mais relevante para a sua decisão.

A despesa primária total no País em 2019 está, de acordo com a reprogramação, num total de 1 trilhão 412 bilhões de reais. Por isso, este lócus é extremamente importante para o País.

Em termos de despesas, estamos falando de 1 trilhão 412 bilhões de reais, que representa 19,3% do PIB. É um valor muito alto, é um valor que precisa ser analisado para ver como ele pode ser controlado.

Em 2019, a despesa em percentual do PIB fica mais palatável, mais direta de se analisar: 19,3% do PIB, 18,7%, 17,9% e 17,4%. O que isso significa? Significa que, ao atendermos um dos três principais regramentos fiscais, a despesa como percentual do PIB cai numa velocidade de 0,5% do PIB ao ano. É um arrocho, é um aperto nunca visto na República brasileira, nunca. Esse valor começou a partir da Emenda Constitucional nº 95, do teto de gastos. Então nós temos a despesa controlada, que é um garrote, que é um aperto, saindo de 19,8% do PIB para 17,4%, atendendo simplesmente ao teto de gastos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Olhem agora, por favor, a primeira linha, que é a linha da receita. Em reais, hoje ela é de 1 trilhão 545 bilhões de reais, 21% do PIB. Mas esse número cai ao longo do tempo, vai para 20% do PIB, 20,8%, 20,7%, 20,6%. Notem que a queda não é tão grande. Então, vejam só, nós temos dois componentes: despesa de um lado, que é a linha 4; receita do outro, que é a linha 1. As despesas estão amarradas, têm um teto. Esse teto de gastos implica um disciplinamento fiscal muito forte. Nós temos outro que é a receita, que não cresce muito forte; na realidade, tem uma leve queda. O que isso implica? Isso implica que nós vamos ter déficits primários ainda a serem realizados, por isso o número é deficitário.

Espero que eu consiga...

Aqueles números podem ser mais digeridos diretamente de forma gráfica. Então, permitam-me usar a sua visão fotográfica: aqui é a receita, praticamente constante em um patamar de 17 e alguma coisa por cento do PIB. Por outro lado, nós temos a despesa. Esses são os dois gráficos, e é importante que V.Exas., que são os decisores, observem: a despesa é crescente, a receita é praticamente estável. Isso implica um desbalanço. Seria assim na sua residência, na sua casa, no seu orçamento familiar, é assim também para o País.

Quando nós olhamos a despesa em particular, o que nós obtemos? Nós obtemos um drama dentro de outro drama, um problema dentro de uma dificuldade também problemática e que temos que tratar, temos que analisar em prol do País, para o bem do País.

Qual é o ponto? A despesa somada dá algo em torno de 19%. Se abrirmos esse dado, vemos que 17% são despesas obrigatórias, e 1,5%, despesas discricionárias, que são aquelas em há alguma margem de discricionariedade, como os senhores e as senhoras bem sabem. Em termos do grau de liberdade disponível, essa é a principal. Largamos com algo em torno de 3% e caímos para 1,5%, ou seja, a metade, de 2002 até 2020. Seguindo com os gastos que são obrigatórios — despesa previdenciária, despesa com pessoal —, o que nos resta de grau de liberdade é muito pouco. Isso implica necessariamente em comprometermos elementos importantes da economia, em particular investimentos. Os investimentos serão achatados se seguirmos com essa estrutura. Notem que, no ano passado, nós tivemos um nível de investimento de 0,7% do PIB. Esse é o valor mais baixo da série histórica, e precisamos retrabalhar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse número é o resultado primário. Notem que, a partir de 2014, ele passou a ser negativo e vem sendo negativo em todo esse trecho. Se seguirmos essa trajetória, sem fazermos reforma, até 2022 ainda obteremos um déficit primário. Esse gráfico é um dos que mais retratam a nossa economia e a importância de o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Poder Judiciário estarem uníssomos na solução para o País. Isto nunca aconteceu na história republicana do Brasil, pelo menos na definição de primário, de déficit fiscal: uma sequência de nove déficits primários. Isso significa que nem sequer conseguimos pagar as despesas que são aquelas mais corriqueiras ou diretas. Não estamos falando em uma despesa financeira.

Já estamos bem próximos do final da apresentação. Esses outros dois gráficos apresentam a dívida bruta: a DBGG, que é uma característica técnica, e a DLSP, que é a dívida líquida. Então, *grosso modo*, o que temos? A dívida bruta e a líquida. As duas séries apresentam crescimento. E o que temos aqui como uma mensagem direta para nós? Façam um traço imaginário em 2020. A dívida bruta beira os 80% do PIB. Para o nosso patamar atual de desenvolvimento, para a nossa renda *per capita*, esse é um número perigosíssimo para a nossa economia.

A PEC 6/19, a Nova Previdência, implicará em quê? Essa curva vermelha ficaria com a trajetória declinante, decrescente. Vejam o poder que temos em mãos com a proposição feita pelo Executivo e a decisão tomada pelo Legislativo: mudar o perfil de um país que pode vir a apresentar uma trajetória explosiva ou crescente de endividamento para uma trajetória de controle desse endividamento. A aprovação da PEC 6/19, por exemplo, trará essa dívida para patamares declinantes e bem abaixo de 80%.

Usando dados do FMI, esse gráfico simplesmente compara o nosso nível de endividamento com o de países que têm perfil de renda e nível de desenvolvimento similares aos do Brasil. Entre esses países selecionados e aí listados, o Brasil desponta nesse *ranking*, infelizmente, em segundo lugar, com 87,9% de dívida. Esse é um valor perigoso para a nossa economia.

Nesse penúltimo eslaide, nós temos a situação do PLDO em 2019, em atendimento à Regra de Ouro, que foi pauta da CMO hoje pela manhã, e o PLDO que os senhores têm em mãos. O PLDO 2020 prevê, igualmente a 2019, a alocação no Orçamento de receitas e despesas condicionadas à aprovação dos senhores,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

equivalentes à diferença entre receitas de operações de crédito e despesas de capital. Trazemos uma inovação: a autorização para remanejamento por ato do Poder Executivo, utilizando-se de outra fonte de recurso que não seja operação de crédito.

Por último, já finalizando minha apresentação e agradecendo a atenção dos senhores, temos a admissão de pessoal. A proposta remetida pelo Poder Executivo condiciona a realização de concursos em razão de disponibilidade na LOA, que será outro ponto importantíssimo a ser analisado aqui na CMO. Já há Relator designado. O último apontamento que faço é a respeito do reajuste de salários. Prevê apenas os reajustes dos militares. O PLDO 2020 contemplou esses parâmetros.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos passar à lista de inscrições para o debate.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal — porque não temos um regramento no Regimento Comum —, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Esse "estritamente sobre o assunto" é uma praxe desta Comissão, mas não tem sido cumprido à risca. É evidente que, na medida do possível, devemos nos cingir àquilo que é o motivo da nossa audiência pública, que é a LDO, e naturalmente a economia do País de maneira geral.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu sugeriria a V.Exa., como há vários inscritos, que nós ouvíssemos um a favor e um contra. Se V.Exa. permitir, eu acho que essa é uma boa sugestão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Então, quatro a favor e quatro contra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - A minha questão de ordem não é exatamente essa, mas eu queria contrapor a questão de ordem do Senador Izalci.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que aqui não se trata de ser contra ou a favor. Nós estamos numa Comissão Mista de Orçamento, onde há Senadores e Deputados que vão se posicionar em relação à exposição do Ministro e do Secretário da Fazenda. Cada um tem a liberdade de falar sobre o que quiser, então acho que devemos observar a ordem dos inscritos.

Mas a minha questão de ordem, Presidente, é para saber se os Líderes poderão usar da palavra, como o Regimento estabelece, pedindo a palavra a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza, pelo prazo de 5 minutos.

Então eu vou passar inicialmente a palavra ao Deputado Cacá Leão, Relator da LDO. Em seguida, passarei ao Senador Oriovisto Guimarães, Relator do PPA.

Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Os Líderes poderão falar a hora que quiserem? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Cumprimento o meu querido amigo Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro.

Quero cumprimentar também o companheiro aqui ao lado, Relator do Plano Plurianual, Senador Oriovisto Guimarães; o Ministro Paulo Guedes; o Sr. Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial da Fazenda; o Sr. George Soares, da SOF; as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores; as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados.

Ministro, o que nós temos visto ultimamente é uma discussão em que o Governo apenas fala, falta diálogo. Porém, esse adjetivo, se assim posso chamá-lo, não cabe a V.Exa. O que V.Exa. mais tem feito nesses últimos dias é vir a esta Casa debater os diversos temas econômicos do País, principalmente a matéria mais importante que está sendo discutida neste momento, que é a nossa reforma da Previdência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria começar agradecendo-lhe a presença e parabenizando-o pela postura que tem tido ao longo desses pouco mais de 120 dias de Governo. V.Exa. foi talvez o fiador mais importante que levou à eleição do Presidente Jair Bolsonaro, com quem tive a alegria e a felicidade de conviver nesta Casa nos últimos 4 anos. Gostaria que mais Ministros do Governo estivessem desempenhando o seu papel da forma como V.Exa. tem trabalhado à frente desse superministério que é o Ministério da Economia.

Eu tive a oportunidade, no ano de 2017, de relatar a Lei Orçamentária Anual para 2018 e aprendi bastante nesta Casa. Fico muito feliz de ver este plenário lotado. Diversos companheiros que aqui estiveram conosco naquele ano estão compondo novamente esta Casa. O Governo está sendo liderado aqui pelo meu amigo, conterrâneo e colega de partido, o Deputado Claudio Cajado, e tantos outros membros importantes aqui se fazem presentes.

Eu e a assessoria da Casa — aproveito para cumprimentar a todos em nome do Volpe, pela Câmara, e da Dra. Ana Cláudia, pelo Senado — preparamos algumas perguntas para fazer a V.Exa., tratando especificamente do tema proposto, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que será relatado por nós.

Queria começar, Ministro, tratando do salário mínimo. A estimativa oficial é de que cada real de aumento no salário mínimo impacta cerca de 300 milhões de reais nas contas públicas. O PLDO considerou como parâmetro para as suas projeções o salário mínimo sem aumento real algum para 2020, com base no quadro normativo vigente. No entanto, partindo da premissa de que o Governo acredita na aprovação da reforma da Previdência e em outras medidas de fôlego, como privatizações e concessões, queria saber se não haveria espaço fiscal para dar aumento real ao salário mínimo.

Vamos tratar aqui também da meta primária, da aprovação da PEC 6/19, que trata da reforma da Previdência, e do refluxo do teto. Vamos partir do pressuposto, Ministro — particularmente acredito que isso vai acontecer num breve espaço de tempo —, de que a reforma da Previdência seja aprovada conforme as novas expectativas do Governo — vamos chamar assim, meu querido Presidente Marcelo Castro —, racionalizando o ritmo do pagamento de benefícios, e de que o leilão de petróleo seja exitoso, além da concorrência de outros fatores que possam contribuir para a melhoria das finanças. Com esse panorama razoavelmente realista, trazendo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

melhorias na receita e na despesa, qual é a possibilidade de melhoria, em 2020, da meta fiscal, que é de 124 bilhões de reais negativos, e da abertura de espaço no teto de gastos públicos?

Queria tratar também do Plano de Revisão de Renúncias 2019-2020 e do aumento do seu montante. Na LDO de 2019, há previsão de encaminhamento pelo Executivo de um plano de revisão de despesas e receitas, inclusive de incentivos e benefícios financeiros, tributários e creditícios, para o período de 2019 a 2022. No entanto, esse plano ainda não foi apresentado ao Congresso. No PLDO 2020, o dispositivo se repete apenas em parte, prevendo a apresentação de um plano de revisão apenas de benefícios tributários, que leve à redução anual desses benefícios em valor equivalente a 0,5% do PIB até 2022. Em relação a isso, eu gostaria de ouvir alguns comentários de V.Exa.

A revisão do encaminhamento do plano menor em 2020 significa que não haverá o plano maior previsto para 2019? Tendo em vista que os benefícios tributários somavam 303 bilhões de reais no demonstrativo do PLOA de 2019, a estimativa constante do PLDO de 2020 de 326 bilhões de reais considera algum efeito do plano de revisão?

Ministro, queria tratar também aqui de um tema que foi debatido de manhã nesta Casa, que é a Regra de Ouro.

Esta é a segunda vez em que a LDO é utilizada como instrumento para superar o desafio da Regra de Ouro. Só relembro aos presentes que a Regra de Ouro da Constituição determina que o Governo não pode emitir dívida para financiar despesas correntes, salvo com autorização específica em crédito adicional aprovado por maioria absoluta.

A atual LDO permitiu que o Orçamento de 2019 contivesse 248 bilhões de reais de receitas de operações de crédito e de despesas correntes a elas associadas, mas que ficariam em suspenso, aguardando sua aprovação por um crédito adicional. Esse crédito inclusive se encontra tramitando nesta Comissão, sob a relatoria do amigo brilhante Deputado Hildo Rocha. Esse valor expressivo foi trazido a público em março de 2018, antes mesmo de o PLDO de 2019 chegar ao Congresso. Na época, falava-se em 257 bilhões de reais. A mesma forma de receita e despesa condicionada consta no PLDO de 2020, no Anexo de Riscos Fiscais, no valor de 265





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhões de reais. Os técnicos do Tesouro alertaram que há previsão para lançar mão da exceção da Regra de Ouro por mais 5 anos.

Pergunto: a saída da Regra de Ouro atual é boa, ou a experiência que estamos passando sinaliza que há necessidade de aperfeiçoamento deste dispositivo?

Já vou finalizar, Presidente.

Outro ponto, Ministro, que tem sido utilizado e tem sido debatido, acredito, nos 27 Estados, e tem sido levado em conta, por uma declaração que eu posso chamar de infeliz do nosso Ministro da Educação, é a questão do contingenciamento na educação, que diz respeito às universidades e aos institutos federais. Um fato que chamou bastante a atenção nas últimas semanas foi o contingenciamento imposto às universidades e aos institutos. O corte médio na despesa da educação federal chegou a quase 30%, comparando com os valores liberados em fevereiro. Diversas instituições publicaram notas públicas revelando que, continuando esse aperto fiscal, não conseguirão sequer manter seu funcionamento até dezembro.

No mesmo período, houve uma celeuma pública ao se comparar o nível de doações em favor da Catedral de Notre-Dame com a míngua do caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ambos atingidos por incêndios gigantescos.

Portanto, as instituições federais sofrem tanto pelo lado da despesa, com as limitações do contingenciamento, quanto pelo lado da receita, com captação irrisória de recursos privados e sem garantia de usufruto das poucas receitas próprias.

Pergunto: que dificuldade o Governo entende haver para garantir às instituições federais de ensino maior grau de autonomia orçamentária e previsibilidade financeira?

Para finalizar, Ministro, vou fazer uma pergunta a V.Exa. que talvez tenha sido a pergunta que eu mais tenha ouvido tanto de colegas quanto de jornalistas, é a seguinte: com todo o respeito que tenho aos militares, qual foi o critério utilizado para que, no PLDO 2020, viesse apenas a autorização para o aumento dos militares? Tenho sido cobrado, principalmente pelos servidores civis, Deputado Zeca.

Qual a diferenciação que existe nessa questão? Eu acho que, se estamos — e sabemos que estamos — com dificuldades e não temos o que dar, não daremos para ninguém.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lá na minha terra — eu sou do Estado da Bahia —, costumo ouvir um dito popular, Deputado Cajado: *"O que tem para Chico tem para Francisco"*. *(Riso.)*

Então, esses eram os meus questionamentos, Ministro. Mais uma vez agradeço a V.Exa. a boa vontade e a forma como tem conduzido o diálogo e a articulação política, que até o começo deste ano talvez não fosse uma das suas maiores experiências, mas V.Exa. já está ficando craque. Parabéns! Tome conta do nosso Brasil, porque nós precisamos muito disso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora eu vou passar a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, o Relator do PPA, e vou pedir que, em seguida, o Ministro e os demais membros da Mesa, os expositores, respondam às perguntas do Relator da LDO e do PPA.

Pois não, Deputado Zeca Dirceu. Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Presidente, há um detalhe importante aqui: a sala está muito quente. Se alguém puder, que regule o ar-condicionado. Não sei se só eu estou encalorado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A Assessoria me informa que o ar-condicionado está funcionando no máximo. *(Riso.)*

Tem a palavra o Senador Oriovisto Guimarães, o Relator. *(Pausa.)*

Pois não, Senadora Eliziane Gama. Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) - Eu só queria saber qual é a ordem dos inscritos, se será obedecida rigorosamente a ordem dos inscritos ou se falarão Deputado e Senador, alternadamente. A minha dúvida é em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tenha a menor dúvida, Senadora, de que será rigorosamente seguida a ordem dos inscritos. V.Exa. já se inscreveu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem que vir aqui e se inscrever junto à Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Pode ser.

Tem a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODE - PR) - Senador Marcelo Castro, nobre Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Cacá Leão, Relator da nossa LDO, Ministro Paulo Guedes, Sr. Waldery Rodrigues, Secretário Especial da Fazenda, cumprimento cada um dos senhores.

Quero começar, Ministro, antes de mais nada, parabenizando V.Exa. e a sua equipe pelo realismo fiscal. Acho que apresentar números difíceis como esses, duros como esses, é essencial. Eu já vi muito planejamento baseado em ilusões, baseado na vontade de se fazer um quadro mais róseo do nosso futuro, redundar como sempre em desgosto, em cortes e numa situação de desapontamento profundo e na geração de pessimismo em todo o País. Então, acho que V.Exa. está muito certo. É melhor planejar bem o pouco realizável do que vender ilusões. Dizer da realidade do Brasil é fundamental.

Quero também parabenizá-lo pelo esforço de reduzir o déficit primário. Concordo com V.Exa. que a mãe de todos os males se chama "déficit primário". Sobre isso estava fazendo outro dia, Ministro, um exercício com base em dados do Instituto Fiscal Independente, do Senado Federal, e observei a evolução da nossa dívida pública interna, que, neste ano de 2019, deve crescer, por conta de juros, mais o déficit primário, mais de 500 bilhões de reais. Isso é meio trilhão, em 1 ano. E fazendo algumas contas bem simples, dividindo esse valor por 365 dias, ou seja, considerando todos os sábados, todos os domingos, todos os feriados do ano — e eu posso lhes dizer que ainda sei fazer conta de dividir —, verifiquei que a nossa dívida interna cresce por dia um pouco mais de 1 bilhão e meio. Por dia. É um número nunca visto. Isso, no meu entendimento, é como uma avalanche, que, quando começa a cair, tem poucas pedras, mas ao final se transforma num grande desastre. Acho que a nossa dívida pública interna é uma avalanche que já está bem avançada e com tendência a piorar muito nos próximos anos.

Quero parabenizá-lo também pela inclusão na PLDO para 2020 do art. 110, que prevê a instituição do plano de revisão de benefícios tributários com previsão de redução anual de 0,5% do PIB até o ano de 2022. Para 2020, a previsão de benefícios fiscais chega a 326 bilhões. Essa iniciativa de redução constante em 0,5% do PIB vai dar alguma coisa como reduzir isso em 40 bilhões por ano, que é uma coisa muito significativa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, depois de cumprimentá-lo por esses pontos, eu tenho três perguntas simples a fazer. A primeira delas é sobre o PPA. Eu sou Relator do PPA. Junto comigo estarão trabalhando muitos técnicos do Senado, cerca de 30, todos os membros da Comissão Mista de Orçamento e muitos técnicos do Ministério da Economia também. Há da nossa parte a maior boa vontade e interesse em fazer um trabalho conjunto, colaborativo, pensando no Brasil sempre, mas me preocupo que o PPA seja uma peça de ficção. Se o PPA for flexível demais, é melhor que ele nem exista; se for rígido demais, ele engessa a economia. Nós precisamos encontrar o meio-termo, em que o PPA signifique alguma coisa, e não prejudique o País. Peço desde já a colaboração do Ministério da Economia no sentido de buscarmos o meio-termo, em que se encontra a virtude.

Ministro, para relatar o PPA, é preciso pensar no Brasil em 4 anos. Se já é difícil saber no que vai acontecer com o nosso País até o final deste ano, não é tarefa muito fácil, como é fácil de entender, imaginar o que vai acontecer com ele nos próximos 4 anos. Quando penso em como está evoluindo a nossa dívida interna, em como está se processando esse aspecto da avalanche, e vejo a tranquilidade com que se usa o tempo — parece que não temos nenhuma urgência —, isso me apavora. Acho que deveria apavorar todos os brasileiros. Acho que é por isso que o dólar não abaixa, acho que é por isso que todo mundo que tem algum dinheiro fica com medo e quer colocar alguma reserva lá fora, acho que é por isso que foge capital deste País. E é por isso que deixa de entrar capital neste País, e é por isso que o nosso crescimento é tão pífio, como V.Exa. tão bem salientou, ao longo das últimas décadas até, eu diria.

Nós somos, na verdade, prisioneiros da irresponsabilidade de governos, muitos, desde Fernando Henrique Cardoso, antes de Lula. Não quero colocar a culpa em ninguém. Acho que é da cultura brasileira o poder público entender que pode gastar mais do que aquilo que arrecada, como se isso fosse possível. E isso está se acumulando, isso está criando essa avalanche que vivemos. E este Governo, obviamente, em 4 meses, não ia criar 5 trilhões de dívida, nem seria possível. Isso é histórico, isso vem evoluindo.

Mas fico tentando imaginar o Brasil nos próximos 4 anos, em 2 cenários, Ministro. Pediria a sua consideração sobre os 2: com a reforma da Previdência e sem a reforma da Previdência; com privatizações e sem privatizações; com o fim de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

privilégios e sem o fim de privilégios. São 2 países totalmente diferentes. Eu diria mais: com uma classe política que pense realmente no País, que esqueça o próprio umbigo, tenha cabeça de estadista, e com uma classe política que pense em nomear parentes, em ter vantagens e em ter um projeto de poder, que está pouco se danando para o que vai acontecer nos próximos 4 anos ou com o futuro da Nação.

Eu, a exemplo de V.Exa., acredito neste Parlamento, acredito no Senado Federal e acredito na Câmara dos Deputados, mas é claro que, às vezes, temos demonstrações aqui e acolá que nos matam as esperanças.

Ainda dentro dessa pergunta, Ministro, vou me referir à questão das privatizações. Está na Lei nº 13.303 que toda empresa estatal precisa demonstrar a sua função social, isto é, a sua utilidade para a sociedade. A previsão para essas empresas é a de que gerem déficit, déficit e déficit. Elas estão cumprindo a Lei 13.303 ou elas estão fazendo o contrário disso, agravando o déficit?

Finalmente, Ministro, um tema que me preocupa muito e que preocupa a população é o do desemprego. Nós temos mais de 13 milhões de desempregados no País. Este é o resultado final da crença de que se pode gastar mais do que aquilo que se arrecada: desemprego. Nos parâmetros que moldaram o PLDO de 2020 indica-se que haverá elevação continuada importante da massa salarial nos anos de 2020 a 2022. Devemos entender, por esse indicador, que haverá fortalecimento do mercado de trabalho e redução estrutural de um desemprego que já nos acompanha há alguns semestres?

Eram essas, Ministro, as considerações que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bom, ouvidos os questionamentos do Relator da LDO e do Relator do PPA, eu passo a palavra ao Ministro, ao Secretário Especial da Fazenda e ao Secretário de Orçamento Federal, para responderem a ambos.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Quero agradecer pelas gentis referências e palavras tanto ao Deputado Cacá Leão quanto ao Senador Oriovisto Guimarães.

Endereço as respostas, inicialmente, às questões do Deputado Cacá Leão.

Nós entramos numa situação fiscal extraordinariamente difícil e observamos que, nos últimos 2 anos, o salário mínimo seguiu estritamente a política do salário mínimo, seguiu estritamente a manutenção do poder aquisitivo, com uma correção





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pelo INPC. Nós achamos prudente. A referência de V.Exa. foi muito oportuna: por cada 1 real de salário mínimo são 300 milhões de reais. Então, o impacto sobre as finanças de Estados e Municípios e da União é devastador, embora saibamos que os salários são algo fundamental, principalmente para as classes mais pobres, porque é aquilo que empurra também o consumo. É pouco para quem recebe, caro para quem paga e desastroso para o buraco fiscal. Então, foi uma atitude de prudência. Nós temos a possibilidade, até 31 de dezembro, de criar uma nova trajetória de salários mínimos. Achamos prudente observar se as reformas fiscais — e esta foi a sua segunda observação — criarão algum espaço fiscal, que, naturalmente, poderá ser usado lá na frente. Se não fazemos as reformas, estamos ilhados, estamos cercados, todos nós, tanto Estados e Municípios quanto a União, e naturalmente o período de austeridade continua, é mais longo, porque é um período de correção de excessos anteriores.

O que eu diria, no momento, sobre salário mínimo é exatamente que nós não definimos ainda a política de 3 anos. O último Governo fixou uma política na qual definiu os 3 anos seguintes. Inclusive o nosso primeiro ano vinha com o reajuste antigo. Nós temos até 31 de dezembro para enunciar qual será a nossa política de salário mínimo. Isso, naturalmente, passa pelas reformas. Podemos seguir, ano a ano, observando ou podemos, se a conjuntura for extraordinariamente favorável, se as reformas progredirem e forem reformas importantes, obter fôlego para, aí sim, anunciar algo um pouco à frente, um pouco mais ambicioso — audacioso até, diria eu.

A sua segunda observação foi esta: como nós veríamos o cenário econômico caso não fosse aprovada a reforma da Previdência, e o petróleo do pré-sal começasse a sair? Como seriam afetadas inclusive as metas de déficit primário? Eu acho que seria extraordinário. Este ano inclusive nós esperamos uma cessão onerosa, por exemplo, que está vindo por aí e que pode render de 90 a 100 bilhões de reais. É não recorrente, é deste ano. Ela não é uma reforma estrutural, mas, se ano que vem houver outra e no outro ano houver outra, vamos acabar pegando uma velocidade importante para o País. É por isso que é importante progredirmos. Resolvemos o problema da cessão onerosa que estava presa há 5 anos, porque não havia acordo entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda. Nós, em 3 meses, acabamos com as nossas diferenças, fizemos as consultas ao TCU. O





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente José Mucio tem sido extraordinariamente construtivo, o que me dá muito otimismo.

Eu tenho observado o papel das lideranças: do Ministro Dias Toffoli, no Supremo; do Ministro José Mucio, no Tribunal de Contas da União; do Presidente Davi Alcolumbre, no Senado; do Presidente Rodrigo Maia, na Câmara dos Deputados. Isso tem-nos dado muita energia no sentido de saber que existe uma compreensão da gravidade do problema brasileiro e existe também a vontade de consertar, o entendimento e a vontade de consertar.

Então, eu diria que esse cenário realmente pode nos ajudar muito. Nós podemos fazer uma revisão de metas importante daí para a frente. Isso pode estar muito próximo. Isso pode acontecer muito proximamente e depende, fundamentalmente, desta Casa, depende da Câmara dos Deputados, depende do Senado. Os senhores podem, literalmente, mudar o futuro do País. Está literalmente nas suas mãos.

A revisão das renúncias é algo que também nos incomoda. Realmente, termos 300 bilhões de reais, todos os anos, em isenção tributária é algo que nos machuca profundamente, porque isso é sintoma de duas coisas. Se por um lado você tem renúncias de 300 bilhões, e por outro lado você tem um contencioso de mais de 1 trilhão de reais, isso é visivelmente um sintoma de que a sociedade brasileira está dividida entre os que têm *lobby* e força política para conseguir isenções e os demais, que vão parar na Justiça porque os impostos são muito altos. Então, se nós simplificarmos e reduzirmos as alíquotas, de forma que todos paguem, não só as isenções serão muito menores, como também o contencioso. Se o imposto é mais razoável, ninguém vai parar na Justiça e ninguém vai procurar *lobby* político para ser isento. O nosso objetivo é justamente que todo mundo pague, para que possamos pagar menos todos nós. Esse é o objetivo da nossa reforma tributária, ali na frente, ou seja, simplificar, reduzir e eliminar impostos.

A Regra de Ouro funciona? É a sua pergunta. Eu estou mais para a sua segunda observação: nós podemos aperfeiçoar. Se vem uma vez, se vêm duas vezes, se começa a vir algumas vezes para cá, podemos aperfeiçoar, embora isso também denuncie a nossa falta de disciplina. Enquanto tivemos a disciplina de gerar o superávit primário, não viemos aqui pedir crédito suplementar para atender a Regra de Ouro. Então existe uma mensagem dupla aí. Por um lado ela funcionou,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sim, porque botou pressão e ligou o despertador, deu o sinal de alerta para toda a classe política e para a condução do Executivo, particularmente. Mas eu acho que ela pode ser aperfeiçoada.

A outra pergunta, muito importante, diz respeito a algo que circulou abertamente: que houve um corte de 30 bilhões de reais na educação. Primeiro, falou-se que o corte era de 30 bilhões de reais na educação, depois percebeu-se que não era, que era um corte de 30%. O orçamento da educação é de algo em torno de 148 bilhões de reais. O que estava sujeito a corte? Isto também é importante entender. Como existe muito dinheiro carimbado, despesas que não são discricionárias, quando se fala em corte, é corte do discricionário. O que é o discricionário, de um orçamento de 148 bilhões de reais, que é o orçamento da educação? São só 12 bilhões de reais. São só 12 bilhões de reais. Quer dizer, aproximadamente cento e trinta e tantos bilhões de reais são realmente despesas que não podem ser mexidas. Quando você vê que o objeto é bem menor do que esses 150 bilhões, que ele incide sobre um número bem menor... Dizia-me outro dia o Ministro da Educação, a respeito disso, quando conversamos sobre isso — ele foi falar sobre verbas, sobre suplementação de verbas etc.: *"Na verdade, são só 3,5% de corte, porque são 30% de 12%".* Só 12%, dessas despesas de 150 bilhões, é que são passíveis de cortes. Então, seriam na verdade 30% de 12%, ou seja, 3,6%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Isso. *(Riso.)*

Agora, o primeiro esclarecimento é o seguinte: não se está falando de cortes ainda, mas de contingenciamento, que é muito diferente de corte. Não existe nada cortado. Há um contingenciamento. Dizemos o seguinte: *"Como o Brasil está crescendo menos do que nós esperávamos, como as receitas estão mais baixas do que esperávamos, cuidado, porque estão faltando recursos lá para a frente. O Governo pode acabar antes".* Entre os Ministros se diz isto: *"O meu para no início de dezembro. Eu não vou conseguir recursos para o último mês".* Outro Ministro diz: *"O meu está parando em agosto".* Então as pessoas começam a se precaver e diziam: *"Se as receitas estão vindo para baixo, é bom começarmos a prestar atenção e a nos precaver, porque lá na frente pode haver cortes".* Por enquanto, não é corte. Isso tem que ficar muito claro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aconteceu algo interessante. Foi justamente o seguinte: a PETROBRAS vai pagar agora uma multa importante, pelo problema da corrupção, e uma multa que nós sofremos lá fora. Nós sofremos uma interrogação jurídica muito forte da Securities and Exchange Commission, a SEC americana. No final ela condenou a PETROBRAS a pagar multa. A tese da Procuradora Raquel Dodge é de que a PETROBRAS foi uma vítima, de que a empresa em si foi uma vítima. Quem estava lá dentro é que perpetrou os excessos, os desvios, o que for, mas não a empresa em si. A empresa em si seria uma vítima. Então, a empresa foi inocentada. Isso foi importante, porque as penalidades lá são muito pesadas e podiam custar o futuro da PETROBRAS. A PETROBRAS, de certa forma, foi "aliviada", entre aspas, mas foi condenada a pagar algo em torno de 600 milhões de dólares, que equivalem a quase 3 bilhões de reais, de multa. Ela paga essa multa à União, e a União tem que redirecionar esse dinheiro. Esse dinheiro, preferencialmente, por recomendação da própria Procuradora Raquel Dodge, pode ser redirecionado para a educação. Isso, seguramente, vai ser muito bem aceito lá fora, por quem aplicou a multa. Isso é algo que está sendo considerado também.

É importante, então, essa diferença entre corte e contingenciamento.

De qualquer forma, são muito importantes suas referências sobre autonomia administrativa, de um lado, e previsibilidade financeira, de outro. Como dar autonomia e previsibilidade financeira para a gestão universitária? Isso terá que ser atacado. Eu não vou entrar no tema, particularmente, porque não é do meu Ministério. Acho que seria indevido de minha parte fazer comentários sobre isso, embora até goste muito do campo. Acho que não devo entrar nesse território agora.

Da mesma forma, quando falamos dos militares, veio essa sensação, quando houve o reajuste da Previdência. A única observação que eu faria seria esta: quando essas negociações aconteceram, eu me lembro de que nós nos sentamos com os Ministros militares e com o Presidente, fomos muito claros, e eles, muito conscientes de que todos teriam que estar na... Eu usava esta expressão: *"A Kombi vai sair, e todo mundo tem que estar dentro da Kombi. Todo mundo tem que entrar na Kombi"*. Era uma forma gentil de dizer o seguinte: *"Vamos colaborar todos. Nós estamos indo em direção ao novo futuro com essa Previdência e temos que entrar aí. Todo mundo tem que comparecer"*. Eu me lembro de que houve muita conversa sobre isso. Era um tema distinto, da parte deles: *"Temos que contribuir. Todos vamos contribuir,*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

embora a nossa situação seja diferente, constitucionalmente diferente". Eles chamam sempre a atenção para isto: que o problema deles é de lei ordinária etc. e, principalmente, que eles se consideram deixados para trás durante toda a história da redemocratização, do ponto de vista de carreiras. Um servidor civil faz um curso, é promovido, tem aumento de salário, mas entre os militares nada disso aconteceu. O que nós fizemos, pelo menos nós da Economia, foi dizer o seguinte: "Olha, divide a coisa em duas partes: uma parte, que é a da Previdência, vamos resolver aqui, agora, entre nós. Sobre a parte da administração, vocês depois encaminham um plano de revisão com o que vocês querem". E eles, até por transparência, disseram: "Não, é melhor encaminharmos já, para não dizerem que fingimos que fizemos sacrifício e depois pedimos outra coisa. É melhor dizer que são duas questões separadas mesmo, mas que nós vamos tratar simultaneamente".

A nossa interação com eles se limitou. Waldery foi várias vezes discutir números com o General Fernando Azevedo, o Ministro da Defesa, extraordinariamente cooperativo. Waldery dizia: *"Olha, tem que ser o saldo positivo o tempo inteiro, ano a ano. Tem que haver contribuição de todos"*. Eles convergiram nos números, de forma que atendessem ao nosso pedido e a contribuição final deles fosse de aproximadamente 100 bilhões também. Era o que queríamos, do ponto de vista de previdência.

Passo às considerações do Senador Oriovisto.

Senador, a sua lucidez o recomenda para o lugar — quem sabe? — de Ministro da Fazenda um dia. Eu teria muito prazer em passar o cargo para o senhor a qualquer momento, por causa das suas observações.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODE - PR) - Não faça isso, pelo amor a Deus! *(Risos.)*

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - A sua primeira observação foi a respeito do realismo fiscal.

Para nós, é até melhor corrigir rápido. Quer dizer, começou-se a trabalhar com 2% de crescimento. Todo mundo dizia que seria de 2%, mas sabíamos que as reformas não são simples, que elas têm que transitar nesta Casa, que elas têm que ir para o Senado, que isso leva tempo. Então, independentemente de os mercados quererem que as coisas aconteçam rapidamente, a nossa realidade é esta: nós estamos no fundo do poço. Não adianta achar que já estamos fora, que vamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescer 3%. Essa não é a nossa realidade. A nossa realidade é a seguinte: estamos lá no fundo. Agora está nas mãos da Casa nos tirar do fundo do poço com esse equacionamento fiscal.

E a resposta da economia será rápida. As pessoas dizem: *"Ah, a economia não está respondendo rapidamente"*. Eu pergunto: *"Respondendo a quê?"* Para responder, você tem de responder a alguma coisa. Responder a quê? O que nós fizemos para ela crescer? Não aprovamos nada, não fizemos nada. Como é que ela vai crescer? Só na base da saliva, da expectativa e do sonho? Não. Isso já foi tentado várias vezes. Isso funciona durante certo tempo, e ali na frente colapsa tudo. Não vamos fazer isso. Não vamos vender falsas esperanças. Ao contrário. Dizemos: *"A situação é séria, mas as reformas têm o poder de produzir a resposta"*.

Quanto à sua observação a respeito da redução do déficit, particularmente, eu gostei muito da imagem da avalanche, porque a avalanche é o endividamento em bola de neve. Tecnicamente até, lá fora eles dizem isto: *"Snowball indebtedness"*, o endividamento em bola de neve, que é uma avalanche. Aquilo começa devagarzinho, vai pegando velocidade, escapa totalmente ao nosso controle e produz uma dinâmica perversa.

Qual é a nossa situação hoje? Eu observei isso em algumas ocasiões. Nós gastamos muito e gastamos mal. Quer dizer, estamos aqui fazendo um sacrifício enorme para consertar uma Previdência que gasta 700 bilhões. Ora, metade disso, 350 bilhões, é destinado a pagamento de juros. Isso é um absurdo. A dívida chegou a 5 trilhões. E isso vai numa velocidade! É 1 bilhão por dia, são 360 bilhões no final do ano, mais 360 bilhões, mais 400 bilhões. É quase meio trilhão, como ele falou.

É sobre isso na verdade que eu peço que reflitam. Sabem quanto era isso 8 anos, 9 anos, 10 anos atrás? Eram 1 trilhão e 800 bilhões. Hoje são 5 trilhões e 300 bilhões. Daqui a 5 anos, 6 anos, 8 anos, serão 10 trilhões. Isso significa que as gerações futuras estão condenadas. Nós estamos condenando os nossos filhos e netos. Não adianta fugirmos disso. É orçamentário. Se você não quer pagar hoje, seu filho vai pagar amanhã. Se você não tem a coragem de pagar hoje, seu filho vai pagar amanhã. Mas você já paga hoje, porque não há crescimento, não há emprego, os juros são altos, ninguém investe, não há confiança. Então, disso não vamos conseguir escapar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos que combinar esse coração macio que a Esquerda sempre teve, a sua sensibilidade, o seu olhar social, com a austeridade, que é o outro lado. Se não, você não consegue sequer ser fraterno ou solidário, você quebra antes. Nós estamos vendo os exemplos mais extremos disso — os exemplos mais extremos disso — nos nossos vizinhos aqui em volta. E estávamos também nesse caminho. Então, temos que nos ver muito mais como complementos. Em alguns momentos, um lado é mais importante; em outros momentos, o outro lado é mais importante. É melhor isso do que um lado querer ser absolutamente superior e levar o País para o desastre, seja por falta de sensibilidade social, seja por irresponsabilidade fiscal.

Senador, eu gostei muito da sua visão realista, da imagem da avalanche. O Governo acabou gastando muito e gastando mal. Porque gastar muito, com juros, é gastar mal. Isso na verdade é a condenação das futuras gerações. Eu gosto muito dessa imagem. Fico muito feliz de saber que o senhor está com a relatoria do PPA.

Concordo também que entre a ficção e o engessamento deve haver um espaço razoável. Este, na minha opinião, é o principal desafio da classe política brasileira: reassumir o protagonismo orçamentário. Na verdade, o Orçamento, que é a definição do futuro do País, que é a definição de para aonde vão os recursos, é função primordial da classe política. Então, assumir esse protagonismo orçamentário é função da Câmara dos Deputados, é função do Senado. Trilhar esse caminho, entre o engessamento, que é o dinheiro todo carimbado — e aí o PPA engessa tudo, se ele for realmente verdadeiro, em vez de ser uma peça de ficção —, e o outro extremo, que é o de deixar tudo solto, há um caminho, justamente o caminho do protagonismo da classe política. Ela vai dizer: *"Olha, gastamos um pouco mais nisso aqui e estamos gastando um pouco menos naquilo ali. Vamos nesse ano aumentar em 10% essa rubrica e diminuir em 10% aquela outra"*. Esse é o verdadeiro exercício de um Parlamento. E isso nos faz falta. Isso nos faz falta.

Cito a sua outra observação, sobre os dois cenários: um cenário em que fazemos a reforma da Previdência, fazemos a privatizações, tiramos os privilégios; e o outro cenário, em que não fazemos a reforma da Previdência, não fazemos as privatizações, não tiramos os privilégios. Os cenários estão bastante visíveis. Estamos numa rota complexa, exatamente porque não fizemos isso. O outro lado, que eu chamei de "caminho da prosperidade" algumas vezes, é a retomada do crescimento, é a clareada no horizonte dos investimentos. Porque, quando você





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conserta a Previdência, há dois efeitos. O primeiro efeito é na Previdência em si: redução de déficit, corte de despesas, trajetórias futuras de despesas. Tudo isso já é um ganho fiscal extraordinário. O outro efeito é o desbloqueio do horizonte de investimentos por 10 anos, 15 anos, 20 anos, é um horizonte fiscal que comece a atrair investimentos, de fora e de dentro. Aí o País começa a crescer, aí sobem as arrecadações, aí aumenta a renda *per capita*. É o ciclo da prosperidade. Nós temos hoje a possibilidade de retomar um ciclo virtuoso. Está realmente nas mãos do Congresso isso.

O Senador disse: *"Mas e a classe política, esta nossa classe política?"* Fico feliz de saber que o senhor vê com o mesmo otimismo que eu vejo. Eu vejo com otimismo. É claro que há paixão, que há disputa política, mas acabou de haver eleição. A eleição acabou. Guardem a bandeira um pouquinho. Vamos aprovar coisas que sejam interessantes para os dois lados. Deve haver interferência. Há coisas que não interessam a um lado, há coisas que não interessam ao outro lado, mas há coisas que interessam a ambos, e ambos podem trabalhar o cenário para a frente. Acredito na maturidade da classe política brasileira. Realmente acredito nisso. Eu não tenho a menor desconfiança sobre isso.

Eu tenho visto, na minha interlocução aqui no Congresso e na minha interlocução com mídia... Quando aceitei o desafio de vir, eu tinha essa hipótese de trabalho, de que o Presidente ia apoiar o programa. Porque havia muita dúvida sobre se o Presidente era estatizante, se era liberal. Eu acreditei que seria uma aliança política de centro-direita. Acreditei que haveria conservadorismo nos costumes e que haveria liberalismo na economia e que a classe política entenderia isso.

Há uma oscilação normal do poder numa democracia saudável. Às vezes é um lado; às vezes é o outro lado. Não há razão para ninguém ficar aborrecido com isso. Acontece de um lado, acontece do outro lado.

Acreditei que haveria compreensão. Eu vejo que hoje há um apoio muito grande ao programa na classe política. Vejo isso no Senado, vejo isso na Câmara, vejo isso inclusive no Supremo, quanto a interpretações possíveis. Sinto isso na mídia em geral, e não só nas mídias sociais, mas também na mídia convencional, que no início também estava um pouco temerosa. Então, eu acredito que estamos na dinâmica da sociedade aberta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora vou atacar os dois problemas finais que foram objeto de uma observação do Senador Oriovisto. Primeiro, as privatizações e a função social das estatais. Realmente aconteceu um desvio terrível. Porque não só as estatais quebraram. Não foram só os Correios que quebraram com o desvio de recursos, o mensalão. Não foram só os Correios que quebraram. Quebraram o POSTALIS também. Há 100 mil carteiros hoje sem as aposentadorias, com um problema terrível. Há um buraco enorme lá em cima. Não foi só a PETROBRAS que quebrou. A PETROS também quebrou. A PETROS está com um problema enorme. Então, isso é geral. Outro dia, nós estávamos visitando o PORTUS, do Porto de Santos. É um problema atrás do outro. As contas estão chegando. Todos os dias chegam contas. São bilhões, bilhões, bilhões que chegam em contas. Toda hora há uma conta nova. Mesmo a quem é oposição eu digo: torça para que quem está no Governo hoje conserte, porque, quando você voltar, vai dar para remar, vai dar para fazer uma porção de coisas de novo. Mas é importante que alguém conserte. Há um buraco muito grande. As contas chegam todos os dias.

Quanto à função das estatais, houve um desvio de função enorme. A nossa visão, a minha, todas as vezes que perguntam, é a seguinte: eu privatizaria. O Presidente tem ainda algumas reticências quanto a algumas. Quem manda é o Presidente, quem tem voto é ele. Eu vou privatizando o que for possível. Quando ela se torna inviável, depois de dar um prejuízo enorme para o País, depois de quebrar, depois de deixar um legado previdenciário terrível, aí sim, é permitido, para salvar, para salvar até os aposentados. Aí é permitido ir privatizando e ir pegando alguns recursos, para salvar as aposentadorias. Nós vamos fazer a nossa função. Tudo o que desviou de curso, se nós conseguirmos, vamos corrigir e privatizar. E seguiremos.

Finalmente, o desemprego. O desemprego hoje é o maior desafio, é o mais cruel fator de exclusão social. O melhor fator de inclusão social e dignidade para qualquer brasileiro é o seu emprego. Os programas assistenciais são bons, são importantes. É evidente que a inclusão, nos orçamentos públicos, dos menos favorecidos é fundamental — essa é a função pública —, mas isso sempre deve desembocar numa meta, lá na frente, de qualificação e de emprego, porque é o que dá dignidade para a pessoa. A pessoa se torna independente. Então, essa é a nossa principal preocupação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E nós acreditamos que, acontecendo as reformas, os juros descem, a economia recupera o crescimento, as receitas crescem. Com o equilíbrio fiscal, os investimentos são retomados.

Em relação às privatizações, cito o caso das empresas distribuidoras de eletricidade, por exemplo, e o caso de algumas empresas de saneamento. A empresa não conseguia investir, a empresa sofreu aparelhamento político, sofreu desgaste, sofreu saque, está quebrada, não investe, não deixa ninguém investir. Na mesma hora em que é privatizada, são dinamizados os investimentos.

Então, vamos pegar os ativos que estavam mal geridos, porque, de um lado, nós estamos nos endividando em bola de neve para carregar empresas que estão dando prejuízo, que estão quebrando o Brasil e estão destruindo inclusive a possibilidade de a própria Esquerda, a própria Oposição, fazer as políticas públicas sociais que gostaria de fazer. Não interessa nem à Oposição que elas fiquem gastando dinheiro. Perguntem aos Prefeitos e aos Governadores se eles estão felizes em pagar juros da dívida, em ficar tapando buracos da Previdência, em vez de fazerem mais Bolsa Família, em vez de darem dinheiro para a saúde e para a educação. Isso não interessa a ninguém. A quebra, a vulnerabilidade financeira dessas empresas não interessa a ninguém.

Então, nós temos que sanear essas empresas. Privatizando essas empresas, de um lado, e ao mesmo tempo disparando ondas de investimentos no PPI, nas parcerias que vamos fazer para investir em infraestrutura, o Brasil pode crescer.

Se os senhores aprovarem a reforma da Previdência até meados deste ano, e começarmos a discutir o pacto federativo, os próximos 12 meses, a partir de julho e agosto, já serão meses virtuosos, com perspectiva de crescimento. Elevaram as perspectivas de crescimento para 3%, e as reformas não acontecem, estão com problemas. Elas voltam para 1%. É como se estivéssemos falando o seguinte: *"Você vai escapar da armadilha de baixo crescimento. Não vai, não. Não estão fazendo nada a respeito, estão com dificuldades"*. Voltam para 1%. *"Agora vão aprovar"*. Voltam para 3%. As perspectivas de crescimento voltam para 3%. E dessa vez vão embora e crescem mesmo.

Aí você vai ver também toda a discussão da classe política em torno do pacto federativo, da descentralização de recursos para Estados e Municípios, de dinheiro para saúde, educação e segurança, em vez de ficar em Brasília. Essa era





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

justamente a conversa. O poder concentrado em Brasília não é saudável para a democracia brasileira. É importante limitar o poder e descentralizar o poder. Não pode ser um poder ilimitado e concentrado no topo. Os senhores estão vendo países em volta de nós em que há essa concentração de recursos com uma atração irresistível para a ditadura, para o regime de exceção. Não é saudável isso. Uma pessoa não pode controlar tudo, ficar com o orçamento todo. Não pode também a classe política não ter capacidade de gestão orçamentária, porque está tudo carimbado. Ou está tudo na mão de um, e só ele manda, ou está tudo carimbado. Nós não queremos nenhum desses dois extremos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a chamar os oradores inscritos.

Comunico que os Líderes partidários, não os Líderes aqui da Comissão, pelo Regimento, têm direito à palavra, ou alguém que seja designado por eles por escrito, pelo prazo de 5 minutos.

Estou preocupado, porque, dada a situação do nosso sistema político, nós temos aqui, Deputado Bohn Gass — eu contei —, 49 Líderes, entre Deputados e Senadores. (*Riso.*) São 32 na Câmara e 17 no Senado. Então, é uma coisa extravagante. E há 17 Parlamentares inscritos.

Se V.Exas. estiverem de acordo, nós podemos fazer a sugestão de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, os Líderes têm o direito. É regimental.

O que nós podemos fazer, se todos estiverem de acordo, é uma alternância: um inscrito e um Líder; um inscrito e um Líder. Assim, atenderíamos aos dois. Mas não podemos cercear a palavra dos Líderes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, o prazo, regimentalmente — e estamos usando aqui o Regimento do Senado —, é de 5 minutos.

Nós iremos fazer blocos de quatro. Eu vou pedir que se cinjam ao tempo, porque são muitos os inscritos. Se não, nós vamos ficar só no início. E o Ministro terá o mesmo tempo para responder.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Se pudesse, eu ficaria 8 horas, 9 horas. Já fiquei algumas vezes.

Eu tinha um compromisso com o Presidente às 5 horas, porque nós vamos viajar para fora do País esta noite. Então, hoje, excepcionalmente, pediram-me que estivesse lá às 5 horas. Mas a equipe fica. A equipe é muito boa e responde no detalhe a tudo. É por isso que eu, às vezes, faço uma consideração um pouco mais geral. Porque, para os detalhes, eles estão aí.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

O Deputado Cajado propõe que, em vez de seguirmos o Regimento e darmos 5 minutos a cada um, que demos 3 minutos. Acho razoável a proposta, mas fica para a decisão de V.Exas., se estiverem de acordo. *(Pausa.)*

Então, vamos em frente.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu não vou discordar do encaminhamento.

Sei que o Ministro tem compromissos, mas considero que é extremamente prejudicial à audiência... Existia uma expectativa, por parte de todos nós, de debater com o Ministro. Tenho uma série de observações a fazer sobre a fala dele. Em 3 minutos, isso é absolutamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero concordar com V.Exa. Se houver discordância, fica mantido o que é regimental.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu acho que esta audiência tem que prosseguir em outro momento. Sinceramente, acho que a audiência tem que ser remarcada, se for o caso. Essa é a primeira observação que faço.

Eu não me considero satisfeito. Sinceramente, acho que, pelo número de Deputados que estão aqui e pelo número de inscrições, o assunto não será esgotado. Acho que não só eu, mas também vários Parlamentares têm uma série de observações a fazer sobre uma série de falas e de pontos enfatizados pelo Ministro. Eu sei que o Ministro veio aqui com uma vontade sincera de dialogar com a Câmara, como ele tem manifestado, mas eu tenho discordância sobre vários pontos que ele colocou.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria fazer esta observação: eu sei que o Ministro tem se esforçado para responder todas as perguntas, mas acho que é preciso estabelecer um tempo para as respostas, porque senão fica ainda mais prejudicada a participação dos Parlamentares. Eu acho que o ideal seria um diálogo. Embora seja natural que o Ministro, por estar aqui prestando informações, tenha um tempo maior, o diálogo tem que ser feito.

Sr. Presidente, V.Exa. disse que, além da pergunta, teria a resposta e poderia haver a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há a réplica e a tréplica.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Então eu acho que essa dinâmica está totalmente prejudicada.

A minha proposta é a seguinte: já que o Ministro só pode ficar até às 17 horas, podemos esgotar essa relação de inscritos por 3 minutos, mas esta audiência tem de prosseguir em outro momento. Eu acho que não vai ser possível concluí-la em 1 hora apenas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - À guisa de complementação, dada a urgência da viagem de hoje para os Estados Unidos, o Ministro poderia permitir que o Secretário de Orçamento, o Dr. George, e o Secretário da Fazenda, o Dr. Waldery, permanecessem aqui e esgotassem o assunto conosco. Então, a ausência do Ministro não seria de todo prejudicial à audiência que estamos realizando agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem dúvida, eles permanecerão aqui.

Então, para não perdermos mais tempo, vamos ao primeiro...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Faça blocos maiores, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Todo o mundo está de acordo com o tempo de 5 minutos para cada um?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pelo tempo de 3 minutos?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando foi proposto o tempo de 3 minutos, o Deputado Nelson Pellegrino discordou. Então, se houver discordância, prevalece o Regimento, e o Regimento estabelece 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu acho que a audiência está irremediavelmente prejudicada. Então eu acho que, se forem 3 ou 5 minutos, isso não fará diferença. Eu não vou discordar de que o tempo seja de 3 minutos. Agora, eu acho que vai haver um prejuízo no debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu acho que, diante da dificuldade, o mais adequado é que fossem 3 minutos. Faríamos blocos de cinco Parlamentares, e o Ministro não precisaria usar o tempo que ele teria, que seria — 3 vezes 5 — de 15 minutos. Ele poderia responder mais rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aí fica a réplica de 2...

Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, o Deputado Nelson Pellegrino propôs a continuidade desta reunião, até pelo clima de respeito que se estabeleceu aqui, e eu vi o Ministro movimentando a cabeça, dizendo que pode estar presente.

Então, se ele se dispõe a vir de novo, com todo respeito à assessoria técnica, quem tem poder de mando... Se há um diálogo é porque nós acreditamos que possa haver mudanças. E quem pode determinar mudanças é o Ministro, não é o assessor, com todo respeito. De modo que eu queria que V.Exa. pudesse consultá-lo, porque, se há possibilidade de, em outro momento, na semana que vem quiçá, nós nos reunirmos novamente, seria muito bom poder debater com o Ministro, mesmo que em outros momentos passamos também, como hoje de manhã, debater com os técnicos do Tesouro.

Obrigado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra para o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, acho que o Ministro Paulo Guedes e toda a sua equipe virão ainda diversas vezes, ao longo deste ano, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esta Comissão, e debateremos outras matérias. Acontece que a vinda dele a esta Comissão, no dia de hoje, conta para o prazo regimental. Eu tenho prazo para entregar o relatório preliminar. Então, não podemos ficar aguardando.

Eu não me oponho, jamais, a essa proposta, até porque o Ministro na semana passada esteve aqui duas vezes e, na semana que vem, já tem outra audiência marcada. Então, o que não falta a ele é oportunidade para vir a esta Casa. Até podemos fazer inclusive audiências conjuntas, com outras Comissões, para contribuir com o tempo. No entanto, o que eu preciso é que seja contado o prazo, a partir desta audiência pública, para a entrega do parecer preliminar da LDO, porque temos prazo para cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - E só se pode entregar o relatório preliminar com esta audiência concluída.

Vou passar a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Zeca Dirceu.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sr. Relator da LDO, Deputado Cacá Leão, Senador Oriovisto Guimarães, conterrâneo do Paraná e Relator do PPA, meus cumprimentos.

Coloco-me à sua disposição, Senador Oriovisto, para colaborar com V.Exa. Eu tive a honra de ser escolhido para relatar, em 2015, o PPA 2016/2019. Eu vi que V.Exa. está decidido, pela sua fala, a fazer um trabalho compartilhado. Então, quero me colocar à disposição, junto inclusive com os técnicos da Câmara, já que V.Exa. citou os técnicos do Senado.

Ministro Paulo Guedes, eu quero começar questionando esta disparidade tão grande — e as falas aqui, mais uma vez, revelam isso: de um lado, há um grande volume de ações, de decisões, de energia para o corte de despesas; e, de outro lado, há um volume pequeno de ações e decisões para o aumento de receitas.

Eu fui Prefeito por duas vezes, Ministro, antes deste terceiro mandato de Deputado Federal. Aprendi que, para equilibrar as contas, não basta só cortar despesas, como infelizmente está sendo feito com a educação, como infelizmente sangra o reajuste do salário mínimo, que era uma prática exitosa, de sucesso, como infelizmente está sendo feito até com programas estratégicos para geração de emprego, como o Minha Casa, Minha Vida, ou programas estratégicos para a vida, como é o Farmácia Popular. Por que essa disparidade tão grande?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprendi outra coisa, Ministro, quando fui Prefeito. Tem horas que precisamos tomar decisões duras, que precisamos cortar, mas eu nunca cortei na educação, eu nunca cortei naquilo que mexia com a vida das pessoas. Então, quero questionar o Ministro: por que esse ataque tão grande à educação? Por que esse desprestígio ao orçamento da educação?

Eu queria que o Ministro revisse os números que falou aqui. O Ministro falou em 12 bilhões de orçamento discricionário do MEC. Eu tenho os dados dos nossos técnicos que falam o contrário, falam o dobro. São 24 bilhões de orçamento discricionário. Vale lembrar que em 2014, Ministro, foi executado o valor de 31 bilhões de despesas discricionárias no MEC. Se fôssemos corrigir isso só pelo INPC, estaríamos falando de 42 bilhões. E sabemos que as despesas de água, de luz, de telefone e tantas outras despesas diversas das universidades e dos institutos técnicos subiram muito acima do INPC. O Governo faz um corte de 7,4 bilhões e corta 2,4 bilhões da educação básica. Então, por que essa gana, esse ataque tão duro aos investimentos na área da educação?

Peço mais 1 minuto, Sr. Presidente, para que eu possa concluir minha fala.

Eu queria aqui lembrar ao Ministro, mais uma vez, que ele representa um Governo que exercita diariamente o ódio, o preconceito, que agride minorias, que se utiliza de *fake news*...

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Sr. Presidente, desculpe-me, mas está desviando do assunto...

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - V.Exa. me permite concluir a minha fala?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Zeca Dirceu está com a palavra.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Muitas vezes é exigida — e ouvi as discussões que aconteceram em outras sessões do Congresso — uma postura solidária, uma postura mansa. O Ministro falou aqui, inclusive, de nós deixarmos as bandeiras de lado porque a eleição acabou. Concordo plenamente, mas acho que isso precisa ser dito para o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, que continua em campanha no Twitter, inclusive nos agredindo, agredindo o Congresso e, muitas vezes, desrespeitando o povo de maneira permanente.

Muito obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo inscrito é o Deputado Filipe Barros.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, peço também que seja somado o meu tempo de Líder, para tornar o debate mais dinâmico e para não usar o tempo de Líder em outro momento. Então, peço que sejam somados os dois tempos.

Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, nosso Senador Oriovisto Guimarães, do Paraná, Deputado Cacá Leão.

Na pessoa do Ministro Paulo Guedes, eu cumprimento a toda a equipe técnica do Ministério da Economia, que, mais uma vez, Deputado Cacá Leão, se encontra presente nesta Casa debatendo, sempre com boa vontade, a fim de trazer o protagonismo que esta Casa de fato tem que fazer ressurgir.

Sr. Presidente, na semana passada, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu utilizei um exemplo na Comissão Especial...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O tempo marcado está no computador. Deu um defeito no relógio.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Peço para restituir o meu tempo. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O técnico já foi chamado para consertar, mas, por enquanto, fica valendo o tempo do computador.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Na semana passada, na Comissão Especial da nova Previdência, eu utilizei um exemplo. Esse assunto de natureza orçamentária, Senador Oriovisto, é muito técnico. Quem está nos assistindo pela *TV Câmara*, quem está acompanhando o debate, seja sobre a Previdência, seja sobre o Orçamento aqui na CMO, muitas vezes não entende. Então, eu apresentei, na semana, um parâmetro que utilizava como exemplo uma família, hipotética, que tem um orçamento mensal de 4 mil reais. Nesse exemplo que dei, do Seu João e da Dona Maria, cada um ganha 2 mil reais, e eles têm dois filhos. Então, o orçamento familiar, nesse caso hipotético, é de 4 mil reais. Desses 4 mil reais de orçamento familiar, eles gastam 320 reais com educação, 360 reais com saúde e 520 reais com pessoal — eles têm que contratar uma empregada ou uma diarista, enfim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acontece que o Seu João, o pai, o dono da casa, o esposo, ficou desempregado alguns anos atrás e teve que fazer um empréstimo para arcar com essas despesas da sua casa. Então, ele fez um empréstimo e hoje gasta 2.320 reais para pagar esse empréstimo.

Eu fiz um paralelo com os gastos primários da União, porque o orçamento dessa família é exatamente como os gastos primários da União. Nós gastamos 8% com educação; gastamos 9% com saúde, 13% com pessoal e 58% com a Previdência — e foi esse o paralelo que eu fiz com o empréstimo.

Eu fiz esse paralelo, Ministro Paulo Guedes, e algumas pessoas foram às minhas mídias sociais e disseram: *"Ah, mas, com esse orçamento, você vive em outro país! Você não entende nada de administração da sua casa"*.

Eu respondi, Senador Marcelo Castro: *"Pois é! Seja bem-vindo ao Brasil, porque esse orçamento que eu citei é o orçamento do Governo Federal"*. É um orçamento absurdo! É um orçamento sem prioridade alguma, mas é o orçamento do Governo Federal, é a forma como o Governo gasta com as suas despesas primária.

A Regra de Ouro — apesar de eu ser partícipe da teoria de que ela precisa ser aprimorada — tem ou teve já uma importância, que é a seguinte: o Governo não pode gastar mais do que arrecada. No exemplo da família do Seu João e da Dona Maria, eles não podem gastar 5 mil reais, quando o orçamento deles é de 4 mil reais.

Outro ponto importante da Regra de Ouro é o seguinte: só se pode aumentar a dívida pública para pagar dívidas antigas ou para fazer investimentos. Então, com aquele empréstimo que o Seu João teve que adquirir, ele só poderia adquirir outro empréstimo se for para pagar esse empréstimo anterior ou se for para fazer investimento; se ele quiser mandar o filho dele para uma universidade, ele pode fazer um empréstimo para fazer esse investimento na área educacional da sua família.

Um terceiro ponto importante da Regra de Ouro é que o Governo não pode fazer dívidas para pagar despesas correntes. É o recado para o Seu João: *"Seu João, o senhor não pode fazer um outro empréstimo para pagar o que senhor está gastando com educação e com saúde"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante nós fazermos esse paralelo, Deputado Cacá Leão, porque esse debate é muito técnico, e é importante que a população entenda do que nós estamos falando.

E aí entra a importância da nova Previdência, Ministro Paulo Guedes, porque senão o Brasil vai entrar numa bola de neve. Em 2020, o gasto primário da Previdência vai ser de aproximadamente de 80%. Sendo de 80%, em 2020, sobrar pouco para investir; a arrecadação, como consequência, vai cair; vai aumentar a dívida não para investimento, mas sim para pagar dívidas antigas. Pela Regra de Ouro, vai chegar uma hora em que as despesas vão aumentar, a arrecadação vai diminuir, e seria preciso se endividar mais para pagar essas despesas, mas não se vai poder fazer isso por conta da Regra de Ouro. Ou seja, o Brasil vai entrar no caos, num caos total! E aí entra a necessidade da reforma da Previdência — inclusive já respondendo ao Deputado Zeca Dirceu.

O Orçamento de 2019 tem aproximadamente 250 bilhões com recursos e despesas condicionadas. O Governo colocou no Orçamento que estão previstos 250 bilhões de reais em despesas, mas não tem de onde tirar esse dinheiro, não tem esse correspondente na arrecadação. O que os Governos passados fizeram? Jogaram para o atual Governo!

Então, Sr. Ministro Paulo Guedes, o senhor se deparou com esse pepino na sua mão, e nós temos que resolver isso! E é isso que estamos fazendo, e é exatamente disso que trata o PLN 4/19.

Aqui fica a minha primeira pergunta: qual a importância do PLN 4/19? E qual a importância da urgência na sua aprovação? Se não o aprovarmos o quanto antes, o que vai acontecer?

Os Governos passados aumentaram a dívida pública, aumentaram significativamente os gastos com pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - V.Exa. somou o meu tempo de Líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está marcado no computador.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Passou muito rápido. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É isso mesmo, sempre passa rápido.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Vou concluir, Senador.

Aumentaram o gasto com o pessoal, o que nós percebemos que foi uma irresponsabilidade ou um populismo fiscal.

Então, nós estamos nos deparando, neste momento, com a necessidade de diversas medidas econômicas.

O Plano Safra, BPC, LOAS, Previdência e INSS, Ministro Paulo Guedes, o que vai acontecer com tudo isso se o PLN 4/19, não for aprovado o quanto antes?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao Deputado Lucas Gonzalez, o próximo inscrito.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Boa tarde a todos.

Ministro Paulo Guedes, obrigado pela sua presença aqui, nesta Comissão.

Eu acho que o relaxamento na gestão, no controle dos gastos públicos, a Previdência e a recessão econômica que tem impactado a receita geraram esse quadro que vimos há pouco de um déficit há 6 anos, infelizmente com projeção de mais 3 anos.

Quero parabenizar o senhor não apenas pela coragem e bravura em assumir esta Pasta, num momento tão complexo em nosso País, mas também por ser um defensor do futuro do nosso País, coisa que não se tem visto muito ultimamente quando pensamos só no hoje, só no nosso umbigo. O senhor reiteradamente fala das gerações futuras, dos nossos filhos, dos nossos netos.

Eu preciso lembrar a esta Comissão que nós temos 50 milhões de jovens no Brasil cujo percentual de desemprego é de 23%, quase o dobro do percentual total de 12% na população geral de desempregados no nosso País, o que já foi comentado pelo senhor.

Portanto, quero parabenizá-lo por ser esse defensor da geração futura e por exercer essa visão de longo prazo.

As perguntas serão quatro.

Primeira, o Presidente Rodrigo Maia, hoje, em Nova Iorque, comentou que, após a aprovação da nova Previdência, talvez seja o momento de rever o teto de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gastos. Eu queria que o senhor, se puder, comente essa afirmação do Presidente Rodrigo Maia, hoje, em Nova Iorque.

Segunda, nós sabemos que o País passa por uma recessão econômica nos últimos anos: menos receita, menos geração de emprego, menos geração de renda. Sabemos também que a nova Previdência tem sido um pouco postergada aqui neste Congresso. Quero lembrar aos meus colegas que nós temos a responsabilidade não apenas de aprovar a nova Previdência, mas de fazê-lo o quanto antes. Mesmo com a nova Previdência sendo aprovada, Ministro, existe algum cenário de continuarmos tendo déficit nos próximos anos? Esse talvez seja o pior cenário, e nós precisamos estar preparados. O senhor sempre nos esclarece a respeito desses cenários muito bem.

Terceiro, Salim Mattar é o Secretário de Desestatização do Governo, meu conterrâneo mineiro, inclusive à frente das privatizações. O senhor comentou sobre as privatizações, eu queria saber se existe um quando, porque a relevância, a prioridade e a importância disso para a economia eu já sei. Só queria saber se existe um quando, uma data para começarmos a conversar mais sobre essa temática.

Por último, preocupado também com a questão do emprego, em especial para os jovens, eu gostaria de saber se existe alguma correlação do crescimento do PIB com a retomada de emprego no nosso País.

Aí, eu preciso fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu estou inscrito como Líder também, só peço um minutinho. O Deputado Filipe Barros teve o seu tempo de Líder acrescido.

Já concluindo, o orçamento do Congresso Nacional deste ano é de 11 bilhões de reais. O senhor reiteradamente tem dito que nós temos a nossa responsabilidade, que a chave do futuro está aqui no Congresso. Qual é, na sua visão, o exemplo que nós precisamos dar não apenas aos nossos eleitores, mas também ao Brasil, não apenas comentando o Orçamento do Governo Federal, mas cortando na carne, no nosso orçamento, dando exemplo dentro desta Casa de que é hora de nos responsabilizarmos pelos gastos públicos dentro dos nossos gabinetes?

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, Ministro, colegas, eu quero só lembrar que, enquanto nós estamos fazendo o debate aqui sobre o Orçamento, a economia está estagnada, empresas estão fechando, o desemprego está crescendo e, dos Estados Unidos, o nosso Presidente disse que, se não mexermos no teto dos gastos, podemos entrar em colapso social.

Esse discurso de que se vai gerar emprego e de que a economia vai crescer é o mesmo que eu estou ouvindo de todos os Ministros, depois do golpe colocado contra a Presidenta Dilma. A reforma trabalhista, que era para gerar emprego e fazer crescer a economia, foi feita. O discurso fiscalista que o Governo volta a usar aqui já foi feito, e a economia piorou, o desemprego cresceu. A consequência do teto dos gastos são pessoas nas filas dos hospitais, pessoas nos postos de saúde sem remédios, estudantes fora da universidade. Esse é o discurso fiscalista.

O que de fato faz a economia crescer? Aí o Ministro tem razão, há um problema de crescimento. Só que, como o Deputado Zeca Dirceu disse aqui, ele não apresenta nenhuma medida de crescimento, só de corte. E essa é a minha pergunta, porque a primeira atitude do Bolsonaro — esse, sim, precisa receber o recado de que tem de descer do palanque, talvez essa seja uma sugestão boa de se fazer a ele, e não para nós, que estamos fazendo o debate para ajudar o nosso País a crescer — foi tirar os 8 reais de cada salário mínimo que nós votamos aqui.

O Congresso brasileiro, por meio dos Senadores e dos Deputados, votou 1.006 reais para o salário mínimo. Mas a primeira atitude do Presidente foi tirar 8 reais de cada trabalhador. Se não há consumo, não há nenhum... Eu ouvi muitos economistas falarem. Não há nenhum economista que discorde da ideia de que, para melhorar a economia, é preciso partir do consumo. E eu não vejo nenhuma atitude do Governo em relação ao consumo, porque tirar 1 trilhão e 200 bilhões de reais dos mais pobres, como quer o Governo — os próprios documentos do Governo dizem que são quase 90% dos mais pobres — é tirar da economia. E ainda colocar a capitalização, o que aumentará o déficit do Governo, ou vai deixar de honrar o compromisso com os atuais aposentados? Essa é a primeira questão.

Tenho duas perguntas. Uma delas é sobre a questão do pacto com os Estados e Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Paulo Guedes, V.Exa. já falou sobre os mínimos vínculos constitucionais. Realmente vai vir a proposta para não haver na Constituição um mínimo para a educação, um mínimo para a saúde, haverá essa desvinculação? Eu quero ouvir mais sobre isso, porque eu custo a acreditar que isso possa ser possível. Se hoje já não se investe, imagine se isso não estiver garantido na Constituição. Essa é uma pergunta objetiva.

A outra pergunta é bem objetiva também, porque eu quero ficar no meu tempo. E não concordo que tenha diminuído o tempo para 3 minutos, acho que deveria ser de 5 minutos, com a réplica, porque eu gostaria também de fazer comentários após ouvir o Ministro.

Secretário Waldery, eu gostaria de saber se eu compreendi bem o que o senhor falou, por isso eu gostaria que explicasse melhor. Eu gostaria de saber, e já deixo a minha contrariedade, se a compreensão é esta: alteração de fontes de dotação orçamentária, sem a aprovação da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. A proposta, de fato, foi a de não se decidir no Congresso essa alteração de dotação orçamentária, no caso de substituição de fontes de emissão de títulos? Eu gostaria que isso fosse melhor colocado. E eu não concordo, já quero dar a minha opinião antecipadamente, que isso seja desvinculado. Então, eu gostaria que o senhor explicasse melhor esse ponto em relação a essa decisão não ficar com o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, para usar a palavra como Líder do PT, no lugar do Deputado Paulo Pimenta. S.Exa. está devidamente autorizado para isso.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Cacá Leão, Senador Oriovisto Guimarães, Ministro Paulo Guedes, Secretário da Fazenda, Secretário do Orçamento...

São 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São 3 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É o tempo de Liderança. São 5 minutos. Vamos esperar o Ministro também voltar à audiência. Eu gostaria que V.Exa. zerasse o cronômetro. Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço para zerarem o cronômetro, por favor.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, por 3 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, infelizmente o tempo é muito pouco para fazer o debate que eu gostaria de fazer com o Ministro, com todo o respeito.

O discurso do Ministro parece muito com um discurso da década de 70 do Ministro Delfim Netto: *"Nós temos que engordar o bolo para depois distribuir"*. O bolo engordou, foi distribuído entre os mesmos, e o povo até hoje não viu esse bolo.

Ministro, eu acho que o Governo erra; erra porque começa errado. E nós já dissemos isso a V.Exa. na Comissão Especial da Previdência. O Governo tinha que começar essa discussão com a reforma tributária. O problema do Governo é fiscal, não é previdenciário. Previdenciário é um problema residual, que tem que ser resolvido com um debate à parte. O problema é que o Governo quer resolver o problema fiscal com a reforma da Previdência e aí torna-se um Governo de uma nota só. Esse é o grande problema. Isso não vai dar certo, e eu falo isso para V.Exa. não com alegria. Este Congresso vai mudar a reforma da Previdência e vai tirar pontos importantes dela.

Esse 1,2 trilhão de reais que V.Exa. prevê e está nos números não acontecerá. E não acontecerá porque ele é injusto. Desses 1,2 trilhão de reais, 1 trilhão de reais será tirado do trabalhador do INSS, que ganha até 2 salários mínimos, e dos idosos, dos pobres brasileiros. Este Congresso não vai aceitar isso. Este Congresso não vai tirar o Benefício de Prestação Continuada, não vai tirar a aposentadoria rural, não vai tirar o abono salarial, não vai aceitar determinados regras draconianas que estão previstas.

Portanto, esta é a primeira pergunta que lhe faço: qual o plano B? Porque tem que haver um plano B. E é por isso que eu acho que este Governo começa errado. Ele tinha que começar mandando para esta Casa uma proposta de reforma tributária.

Fala-se muito — e V.Exa. reafirmou isso na sua fala — sobre os Governadores. Os Governadores não podem fazer o que o Presidente da República fez. Os Governadores não podem mexer significativamente na sua receita tributária. Alguns





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

já fizeram o que tinham que fazer, que era aumentar a alíquota da Previdência. Eles têm pouca margem tributária, coisa que o Governo tem muita.

V.Exa. sabe que, se tributar lucros e dividendos, poderá ter uma renda adicional de 40 a 60 bilhões de reais por ano; se tributar grandes fortunas, se reduzir as isenções que estão aí. Isso poderia melhorar o desempenho fiscal do Governo e criar um ambiente favorável para retomada do investimento. A economia não será retomada sem investimentos, sem contas públicas, sem investimentos em infraestrutura.

Eu quero dizer que discordo dessa visão neoliberal. Eu até respeito V.Exa., que é um liberal convicto, prega o liberalismo, acredita fielmente no liberalismo. O mundo inteiro está demonstrando que essa visão puramente liberal não resolveu o problema em lugar nenhum. A Argentina pode ser o nosso futuro amanhã. O Presidente Macri assumiu com esse discurso, fez reforma previdenciária, aplicou todo o receituário neoliberal, e a Argentina quebrou, está no FMI, com uma inflação de 43%, com aumento do desemprego, da miséria e da pobreza. A Argentina está no fundo do poço. Essa é a questão principal.

Portanto, a história recente deste País demonstrou que não se trata de crescer para distribuir; temos que distribuir para crescer. O principal problema do Brasil é o problema da distribuição de renda. Quando o Brasil operou distribuição de renda, cresceu a uma taxa de 7% ao ano. A relação dívida/PIB é uma relação que não tem a ver só com cortes, tem a ver com crescimento. Quanto mais o país cresce, mais diminui a relação dívida/PIB. Isso está historicamente demonstrado.

Então, Ministro, há uma divergência estrutural com o que V.Exa. pensa. Isso se reflete evidentemente. Os números da LDO falam de uma realidade fria. É um problema de contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, peço que V.Exa. conclua seu pronunciamento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - São receitas e despesas, mas as coisas não se resolvem nesse plano apenas. Elas se resolvem no plano da política macroeconômica. E é por isso que nós temos essa divergência.

Então, eu queria saber de V.Exa. o seguinte: se esta Casa não lhe der a autorização que V.Exa. quer — e eu espero que não dê, porque há uma série de coisas que apenas profundamente os brasileiros mais pobres —, qual é o plano B





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desse Governo para poder fazer com que o Brasil possa retomar o crescimento econômico, fazer justiça social e gerar empregos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Como nós concluímos aqui o bloco de cinco oradores, eu vou passar a palavra ao Ministro para responder aos questionamentos.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Bom, o Deputado Zeca Dirceu apontou não só as despesas, mas também as receitas, que nós chamamos de impostos. Realmente, como Prefeito, como Governador ou como Presidente da República, o Executivo tem sempre duas lâminas para recorrer: segurar os gastos ou aumentar os impostos.

O que aconteceu no Brasil, particularmente nos últimos 30 anos, é que os impostos subiram de 18% para 34%, chegaram a 36% — foi praticamente o dobro. Os gastos públicos saíram também de 18%, 40 anos atrás, para 45% no exato momento em que a Presidente Dilma sofreu o *impeachment*. Então, houve uma expansão contínua de gastos financiados por impostos também crescentes.

Eu diria que essa receita do aumento dos impostos para o crescimento foi usada. E o que aconteceu com o Brasil foi exatamente o contrário. O senhor recebeu dos seus pais um País melhor do que o que o senhor está deixando para os seus filhos. O senhor recebeu um País que crescia 6%, 7%. Eu não estou falando de regime militar, porque independe disso. Antes do regime militar, o Brasil já crescia 7% ao ano, também com democracia.

O senhor recebeu um País que tinha impostos baixos, gastos públicos baixos e que crescia 7% ao ano. Quarenta anos depois, o senhor está deixando para os filhos um País em que os gastos chegaram a 45% do PIB, em que os impostos subiram para 36% do PIB — e isso não funcionou. O País agora cresce 0,5%, e a renda *per capita* praticamente não cresce. Isso é trágico. Insistir nesse caminho eu considero um equívoco. É claro que, olhando a curto prazo, numa Prefeitura, pode ser que o aumento de impostos resolva o problema, mas o que aconteceu no Brasil particularmente é que todos os entes federativos subiram impostos, todos aumentaram gastos, justamente para crescer o setor público, para fazer programas sociais, e o resultado não foi bom.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Durante a campanha, eu conversava muito sobre isso e dizia: o nosso diagnóstico é que essa expansão descontrolada de gastos públicos corrompeu a nossa democracia e estagnou a nossa economia. Então, nós vamos começar exatamente pelo controle de gastos públicos, e a Previdência é o maior deles, é o que cresce mais rápido e o que pode implodir a nossa tentativa de salvar o País. Pode não dar tempo, porque ele cresce em golfadas muito grandes, os saltos são de 40 a 50 bilhões de reais de déficit em 1 ano, apenas numa modalidade. Quando você joga Estados e Municípios, todo mundo, os saltos são quânticos.

O Deputado Filipe Barros pergunta o que acontece se o PLN 4 não for aprovado.

Nós temos uma tabela que traz o seguinte: os subsídios param em junho; o Bolsa Família para em setembro; os benefícios previdenciários acabam em agosto. Na verdade, o que vai acontecer? Não é o Governo. Vai ser assim: o Congresso, ao não aprovar, vai travar... Se vocês não derem o crédito, a despesa não pode ser feita. O Congresso resolveu travar o Bolsa Família, travar o Plano Safra, travar o Benefício de Prestação Continuada, travar os pagamentos do INSS. Quer dizer, o Congresso terá travado os pagamentos, e a máquina vai parar. É evidente que isso não vai acontecer. Eu não posso apostar nisso. Eu tenho que apostar exatamente que o Congresso vai fazer o crédito suplementar, como fez antes. Já fez antes, vai fazer de novo, é o que eu acredito. Eu acredito que vai haver essa percepção.

O Deputado Lucas se refere a uma observação do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que teria dito que nós vamos ter de rever o teto de gastos.

Aparentemente, a turma checkou, não foi exatamente essa a referência. Eu acredito que ele tenha se referido ao seguinte: por exemplo, para passarmos recursos da cessão onerosa para Estados e Municípios, o Governo tem que vir aqui de novo e pedir para vocês deixarem passarmos dinheiro para Estados e Municípios. Como existe o teto, não podemos passar o dinheiro. Então, nós vamos receber o dinheiro da cessão onerosa e, de repente, não poderemos passar esses recursos para Estados e Municípios, porque não houve uma permissão. Pode ser que ele tenha se referido a isso, ou tenha se referido de uma forma mais geral, no sentido de que o teto de gastos prejudica o atendimento de demandas sociais, o que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também é verdade. É claro que quando você coloca um teto de gastos, começa a travar gastos em geral, e isso atinge todo mundo.

Eu até gostaria de fazer um esclarecimento, porque as pessoas acham que eu tenho muito mais poder do que realmente tenho. Outro dia me ligou um repórter e perguntou: *"Você cortou 45% dos gastos dos militares deste ano? Você cortou 30% dos gastos da Defesa?"* Não é isso. Eu não faço isso. Existe um Governo, que se reúne, as contas são colocadas lá, e o Governo fala: *"Dá um pouco mais aqui para infraestrutura"*. Um determinado Ministro leva 2 bilhões de reais, e você mostra de onde sai isso, aí começa a sair dos outros lugares, e as pessoas olham e falam: *"Mas não pode tirar da educação"*. Existe uma preocupação de todos com a educação. A educação é o nosso futuro. Então na mesma hora, você fala: *"Educação não pode. Trava aqui essa queda. A educação não pode cair"*. Então, esse também não pode, esse aqui não pode. E aí, de repente, no Exército cai 40%. E os militares perguntam: *"E o nosso?"*

Então, isso é governar. E governar é fazer escolhas.

O Ministro da Fazenda ou Ministro da Economia manda muito pouco. Todo mundo acha que ele manda muito. Ele não manda muito, ele apenas mostra. Da mesma forma que eu venho aqui e coloco aos senhores: *"Olhem, a situação é esta: se aprovarem a reforma da Previdência, a situação muda; se não aprovarem, a situação continua"*.

Então, o poder não está em mim. O poder está em quem vai sancionar. Da mesma forma lá dentro. Quando se entra no Ministério e conversa, e um Ministro tal pede dinheiro. Se pediu dinheiro aqui, cai aqui, aqui e aqui. Apenas mostramos o que acontece. *"Ah, o Ministro cortou."* O Ministro não cortou nada. Se o Presidente da República mandar investir mais numa direção, sobra menos para os outros.

Então, isso é um processo. Esta é a essência da democracia: ninguém toma essa decisão sozinho. Não existem esses superpoderes. Aliás, no que depender de mim, eu quero descentralizar esses poderes. Do meu ponto de vista, os Ministros têm que ter cada vez menos, até sumirem no anonimato, que é o que existe nos países mais avançados. Ninguém conhece os Ministros dos países mais avançados. Então, no que depender de mim, toda vez que tiver uma briga de Ministro contra Governador e Prefeito, eu estou do outro lado, porque tem que se limitar e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

descentralizar o poder. Essa é a essência de uma democracia que se comporta bem, virtuosa.

São muitas perguntas.

As privatizações, quando? Ontem, anteontem. Já devíamos ter feito, mas hoje há uma coisa mais urgente, que é a Previdência. Não posso nem pensar em correr para vender alguma estatal no momento. O Salim está correndo do lado de lá para fazer os levantamentos dele, está conversando com bancos, está sondando para saber qual o potencial, qual o momento de vender, está conversando, às vezes, dentro do próprio Ministério, que tem Ministro também que prefere continuar com uma estatal do que vendê-la. Tem de tudo no Governo. Como em qualquer governo democrático, tem de tudo no Governo.

O emprego dos mais jovens nos preocupa muito e realmente é a principal preocupação. Quando falamos, inclusive, em criar uma nova Previdência é exatamente por isso. A taxa de desemprego entre os mais jovens é brutal. Acabou de sair uma matéria, agora este fim de semana, dizendo que os jovens deveriam começar e ter o seu primeiro emprego alguns aos 18 anos, alguns até precocemente — aos 16 ou 17 anos — como *trainee*. O primeiro emprego está vindo aos 28 anos. Isso é inaceitável. O que esse garoto vai fazer durante 10 anos? Dos 18 aos 28 ele faz o quê? Ele não ajuda a família. São famílias pobres, ele fica andando pelas ruas sujeito à criminalidade, à violência, às drogas. Isso é um crime contra essas gerações. É um crime que pensemos muito mais em como eles possam pagar... Nós não conseguimos nem dar um emprego a eles e já estamos preocupados em como eles podem pagar a nossa Previdência, em vez de deixá-los escaparem dessa maldição em que nós nos metemos. Essa é a minha percepção a respeito disso.

O Deputado Bohn Gass disse que a reforma trabalhista não atenuou em nada, não está crescendo e que esse foi o discurso. Eu não tenho nada a ver com discursos passados. Se há alguma reminiscência dos anos 70, eu lamento. Aliás, estou fazendo 70 anos este ano. Eu também atravessei os anos 70, eu também critiquei à época, como economista, jovem ainda me formando, mas eu via já a inflação subindo, o crescimento começando a descer. Era ainda o regime militar, e o crescimento começou a descer exatamente porque estavam expandindo excessivamente os gastos públicos. Começaram ali os nossos problemas também





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de acesso ao endividamento externo, crises cambiais recorrentes. Depois, quando redemocratizamos, continuamos tropeçando e não conseguimos nos reequilibrar.

Quanto à reforma trabalhista, eu não tenho dúvida nenhuma de que a versão que foi aprovada no final do Governo Temer atenuou o problema do desemprego. O desemprego estava indo embora, estava subindo em golfadas: estava em 7%, 8% no último ano da Presidente Dilma; de repente, subiu para 13%, 14%; e ia embora para 20%, 25%. Ia acontecer mais ou menos o que aconteceu na Argentina, o que está acontecendo na Venezuela. As empresas vão parando, tudo vai parando, tudo vai travando. Essa reforma minimizou um pouco isso.

Aparentemente, foram criados 3,2 milhões de novos empregos. Só que a população cresceu mais ainda. A população economicamente ativa que entrou no mercado de trabalho chegou a 5 milhões nesses últimos 4 anos. Isso é uma corrida. Na verdade, a legislação trabalhista mudou um pouco para minimizar a velocidade de aumento do desemprego. E o desemprego se estabilizou um pouco, ficou mais ou menos estável. Criaram-se empregos, outros foram destruídos, e o Brasil mais ou menos estagnou. Foi isso que aconteceu na minha visão.

Sobre o salário mínimo, é claro que, quando você o aumenta, você aumenta o poder de circulação. Por um lado, você estimula o consumo; por outro lado, você também aumenta a dificuldade de absorção do trabalhador. Mas essa não é nem a discussão. Os 8 reais aos quais fizeram referência aqui foram exatamente para seguir estritamente a lei que foi criada pelo Governo anterior. O Governo do PT criou a lei dizendo: "*Vamos reajustar pela inflação agora*". O Temer manteve isso no último ano. Não é que roubaram os 8 reais, é que a inflação veio um pouquinho abaixo. Então, achavam que o salário mínimo ia ser de 1.006 reais, mas caiu para 988 reais ou sei lá quanto. Aquilo ali foi uma aplicação estrita da lei. O Presidente não falou assim: "*Tirem 8 reais*". Não houve nada disso. Aconteceu um reajuste de acordo com a inflação. Falo isso para esclarecimento geral.

O Deputado Nelson Pellegrino diz: "*Nós temos uma divergência*". A coisa boa da democracia é essa. Os senhores tiveram 16 anos para começar a reforma tributária, fazer o imposto sobre ganho de capital, acabar com as desonerações. Em vez disso, aumentaram as desonerações, não botaram nenhum imposto sobre dividendo, não fizeram nada disso. E querem que nós comecemos exatamente pelo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que não fizeram em 20 anos, porque essa é a forma certa de começar? Começassem os senhores assim.

Eu acho que a beleza da democracia é esta: cada hora é um que começa — e começa pelo lado que acha certo. Se eu estou achando que justamente esse descontrole sobre os gastos engoliu o Brasil, corrompeu a democracia, estagnou a economia, aumentou o desemprego, eu tenho que começar pelo lado que eu acho o mais certo. Eu acho que, se eu aumentar os empregos agora, vou destruir os investimentos, os poucos investimentos que ainda restam. Se eu aumentar os impostos agora, eu destruo o resto de funcionamento que a economia brasileira tem. Então, agora temos que agir com muito cuidado.

Mas vamos olhar isso também. Já olhamos isso na reforma da Previdência. Está lá a busca dos devedores contumazes. Vamos atacar também o problema do excesso de desonerações, do excesso de gente que não paga imposto no Brasil e que poderia estar pagando. O exemplo dos dividendos é um ótimo exemplo. Nós vamos chegar lá. Você fala assim: *"Por que você não chega lá primeiro?"* Porque não dá tempo. Se eu for cuidar disso, a previdência já explodiu. Eu tenho, primeiro, que desarmar a maior bomba. Aí você tem tempo para atacar a outra. Eu considero esta administração por prioridades, do ponto de vista de salvar a economia brasileira o mais rápido possível.

Se fizermos isso neste ano, o imposto só será cobrado no ano que vem. Se eu fizer uma reforma tributária em janeiro, a lei brasileira diz que ela valerá para o ano que vem. É claro que alguns impostos são contemporâneos, mas — fazendo em janeiro, em março ou em agosto — a maior parte será cobrada no ano seguinte. Então, eu tenho algum tempo para fazer isso. Mas os estudos estão avançadíssimos, o time está avançando, assim como as privatizações também estão avançadíssimas. Está tudo avançado e será disparado no momento certo.

Pode ser que 70% estejam a favor da reforma da Previdência e, na hora em que lançarmos a reforma tributária, 50% vão para um lado e 50% vão para o outro, destruindo a possibilidade de convergência na reforma da Previdência, que é a mais urgente. Eu não posso perder a mais importante, a mais urgente, a que pode engolir o Brasil no buraco fiscal, para fazer "justiça fiscal", entre aspas, agora, depois de 16 anos. Por que não foi feita essa reforma? Peço que me deem mais 3 meses, 4





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meses. Nós vamos chegar lá. Vamos discutir isso juntos. Quem sabe, juntos, faremos grandes leis para corrigir essas injustiças e essas assimetrias sociais.

Quanto à Argentina, eu prefiro não entrar nessa discussão, com a maior franqueza do mundo, porque alguns vão dizer que foi a Kirchner que quebrou a Argentina e que o Macri não fez as reformas que deviam ter sido feitas com a intensidade necessária. Ele entrou, fraquejou, pensou que talvez pudesse ganhar tempo, ficou pensando em voto, em vez de pensar em gerações futuras, e de repente se perdeu. Mas a beleza da democracia é esta: quem fez o buraco volta para pegar. Então, não há problema nenhum. Se a Kirchner ganhar, ela vai ter que cuidar das consequências do que ela produziu também. Não há problema. Essa é a beleza. Nós temos que nos agarrar à democracia. Se a pessoa faz besteira, esburaca o País, sai, torce para o outro não fazer nada, faz bastante obstrução, aí volta e conserta você depois. Então, isso é natural. Estou falando da Argentina, não falei nada daqui, assim como estou falando que acho que a Venezuela foi por esse caminho também, que não foi bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sr. Ministro, vamos concluir.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Concluo respondendo a pergunta a respeito do plano B: *"Existe um plano B?"*

Curiosamente, quando falei do pacto federativo, eu pensei nele como plano B. Se o Congresso não fizer a reforma mais importante, que é a previdenciária, humildemente, a única coisa que posso fazer é devolver o orçamento para eles e falar: *"Os senhores têm 1,5 trilhão de reais aqui para conversar a respeito. Eu não tenho mais como ajudar. Agora os senhores têm que resolver esse problema de 1,5 trilhão de reais. Resolvam como quiserem: tripliquem o salário mínimo, deem um aumento para a educação, para a saúde. Façam como os senhores quiserem. Nós não temos mais capacidade de atacar o problema, porque essa reforma, que é a mais importante, os senhores estão dizendo que não dá para fazer. Ali na frente, nós temos um encontro marcado, porque isso vai explodir. É um buraco fiscal, é um buraco negro. Os senhores precisam da liberdade para trabalhar. Votem os orçamentos daqui em diante. Vamos fazer a PEC do pacto federativo. Descentralizamos e cada um toma conta do seu orçamento, desvinculamos, etc."*

Curiosamente, quando comecei a conversar com Prefeitos, Governadores e Deputados, todos disseram: *"Isso não é plano B, isso é plano A! Nós queremos isso."*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso é muito bom. Isso nos devolve a capacidade de gestão. Isso nos devolve o protagonismo político". Num orçamento de 1 trilhão e 500 bilhões de reais, vir aqui para pedir 11 bilhões de reais? É a isso que a classe política brasileira está reduzida? Eu acho isso uma indignidade, acho isso inaceitável. Acho que os senhores são responsáveis por 1,5 trilhão de reais. E, se quiserem manter o mínimo de educação e o mínimo de saúde, não há problema nenhum — faz-se o pacto federativo e mantém isso lá. Como nós estamos gastando bem acima do mínimo constitucional, na nossa versão de pacto nós nem mexíamos nesse piso, porque está bem aqui em cima. A primeira versão que foi feita do pacto não mexia nem no piso. Mas pode ser que um dia bata no piso, mas V.Exas. já estão habituados a votar isso. Aconteceu em algumas prefeituras. Os prefeitos disseram para mim o seguinte: "Eram cinco ou seis irmãos. Era importante a educação. Hoje eu vou preso se eu não gastar em educação. Então, sou obrigado a comprar três ou quatro vezes o número de uniformes, mas eu não preciso mais, porque agora as famílias têm só duas pessoas — saíram seis garotos da escola e agora são só dois. Então, está sobrando em educação e está faltando para mim em saúde".

Então, há prefeituras em que sobra em um e falta no outro. Ficaram empoçados, no ano passado, 26 bilhões de reais. Isso é um absurdo! Esse dinheiro ficou parado. Podia ter sido gasto pelo prefeito, mas estava vinculado, e ele não conseguiu gastar.

Mas isso vai ser trazido aqui de novo, para os senhores apreciarem e decidirem. Então, se não aprovarem a previdência, há mais coisas vindo, há mais coisas vindo. Curiosamente, eu achava que era plano B, mas não é. Para muita gente, é plano A.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos, então, à replica.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Apesar de eu ter sido o primeiro a questionar — o Ministro respondeu primeiramente as minhas perguntas —, algumas das perguntas que eu fiz não foram respondidas, nem *en passant*.

Eu fiz uma pergunta clara: por que um peso tão grande no corte de recursos justamente da educação?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A réplica é para essas coisas mesmo. *(Risos.)*

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - A pergunta não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós temos aqui o Deputado Zeca Dirceu, o Deputado Filipe Barros, o Deputado Lucas Gonzalez, o Deputado Bohn Gass e o Deputado Nelson Pellegrino para fazerem a réplica, por 2 minutos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. não poderia deixar a réplica para um segundo bloco? O Ministro vai sair daqui a 15 minutos.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - *(Ininteligível)* e estou atrasado. Eu não posso desrespeitar nenhum dos dois Poderes.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Perfeito.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Então, vejam a situação em que eu fico: o dinheiro está todo carimbado, mas, se der errado, eu que sou o irresponsável fiscal, com o dinheiro todo carimbado — e está na mão dos senhores a decisão de carimbar ou não. Dois Poderes marcam duas reuniões, e eu que estou errado. Se eu não chego lá, estou desrespeitando o Executivo; se eu saio daqui, estou desrespeitando o Legislativo. Eu faço o que é possível, mas é a lei da física. Eu só posso estar em um lugar.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Quem marcou primeiro tem preferência.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - É verdade.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ministro, eu acho o seguinte: se V.Exa. tem um compromisso, nós compreendemos, mas acho que a audiência deveria prosseguir em outro momento, e o debate também.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Eu já pedi 1 hora de extensão. Eu pedi para fazerem a consulta. Eu estou pronto para voltar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ministro, se V.Exa. tem um compromisso com o Presidente, nós entendemos. Mas eu acho que o debate tem que prosseguir em outro momento.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Há um problema — eu até prefiro ficar, se for o caso —, que é o seguinte: nós temos o prazo, temos que ter velocidade e não podemos ficar esperando. V.Exas. não estão percebendo por que o Brasil não cresce? Não cresce porque não há reformas. Se ficarmos estourando o prazo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estourando o prazo, estourando o prazo, daqui a pouco a situação vai ficar muito pior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós não temos mais prazo. Nós estamos no último prazo para o relatório preliminar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos a um novo bloco?
(Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Kátia Abreu, como Líder.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, eu queria insistir na solicitação para que as perguntas do primeiro bloco fossem respondidas. Senão, não faz sentido nós virmos aqui perguntar e trazer questões importantes.

Por que cortar da educação e não cortar de outras áreas?

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - No que depender de mim, eu vou sempre aumentar a educação.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Mas depende de V.Exa.?

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Aliás, eu tenho feito isso nos últimos 10 anos, 15 anos. Tenho investido só na área de educação. Criamos escolas com 1 milhão de alunos. Com a Abril Educação, investimos nessa área. Eu tenho paixão por educação. Eu fundei o IBMEC, que hoje se chama INSPER, em São Paulo, lá atrás. Então, eu sou comprometido com a educação.

No entanto, temos que considerar o seguinte: existem orçamentos. Quando os orçamentos são revistos para baixo, automaticamente a máquina joga isso para baixo. Perguntam-me: "*Foi você, Paulo, que cortou isso?*" Eu respondo que não!

Há um Governo que decide isso. Ao contrário do que vocês pensam, não é o Ministro da Economia quem decide isso. É uma ficção. Vinte e dois Ministros se sentam com o Presidente; a coisa vai e volta; às vezes, um tem um jeito mais sabido de pedir dinheiro e acaba levando mais do que deve, o outro que não sabe e é mais tímido leva menos. Acontece de tudo. Há pessoas que têm mais experiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas a última palavra é do Presidente. É óbvio. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Acontece de tudo. Por mim, só seriam dez Ministérios e bem pequeninhos, mas nós temos 22 Ministérios, com muita verba para o meu gosto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, como Líder do PDT.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o Ministro, todos os convidados, o Presidente da Comissão e os colegas Senadores.

Eu tenho várias perguntas. Na hora em que acabar o meu tempo, eu paro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço que zerem o tempo da Senadora, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Por favor.

Eu prefiro tentar identificar soluções, alternativas, para que possamos sobreviver além da reforma da Previdência. Em relação às mudanças e às diferenças, isto aqui é o Congresso, e cada um vai assumir a responsabilidade daquilo que pode e tem condições de fazer e votar. Faremos, com certeza, o melhor possível, principalmente para a população.

A minha primeira pergunta é a seguinte: o senhor não acha que a dedução da saúde e da educação no Imposto de Renda é socialmente injusta? Nós gastamos, no ano passado, 108 bilhões de reais com o SUS, com as pessoas mais pobres. Aqueles que podem pagar, os mais ricos, tiveram uma dedução no seu Imposto de Renda. Aqueles que estudam em escola privada e que se consultam nos melhores hospitais e nas melhores clínicas tiveram deduções de 20 bilhões de reais. Isso dá exatamente 20%. Eu não conheço esse mecanismo em outro lugar do mundo.

Sr. Ministro, há um segundo ponto, como alternativa. Eu não sou economista, sou psicóloga e um pouco mais especializada na roça. A taxa SELIC hoje está 6,5%. Portanto, o juro real está em 2,5%. O senhor não concorda, como dizem alguns economistas, que a nossa taxa de equilíbrio já é de 2,5%? Portanto, nós não poderíamos arriscar reduzir um pouco a SELIC, no sentido de melhorar a *performance* da economia? Eu sei da independência do Banco Central, mas uma conversa sempre ajuda na redução dos juros. A taxa de equilíbrio já está igual à taxa real. Eu penso que já é a hora de reduzir a SELIC.

Há uma outra coisa que eu ouvi na imprensa. Não ouvi isso do senhor. Refiro-me à atualização da tabela do Imposto de Renda. Repito: não ouvi isso do senhor, ouvi na imprensa. O senhor teria que recompor 8 bilhões de reais, teria que substituir 8 bilhões de reais pela atualização do Imposto de Renda. Se o senhor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disse isso ou não, eu só quero deixar registrado que discordo. Não atualizar a tabela do Imposto de Renda é aumento de impostos. Fazendo a atualização da inflação na tabela, é neutro e o senhor não tem que recompor nada. Não existem esses 8 bilhões de reais. Existe a mais. Se o senhor não atualizar, o senhor vai receber aumentando os impostos dessas pessoas.

A proposta de reforma tributária do Deputado Baleia Rossi, que foi protocolada, tem o apoio do Governo? Eu fico preocupada com um aperto fiscal muito duro, sem reformas. Isso pode aprofundar a crise, fazendo voltar a recessão. Eu gosto muito dessa proposta do IVA — Imposto sobre o Valor Agregado.

Existe a possibilidade da mudança do lucro presumido? Na verdade, trata-se de uma "pejotização" de profissionais liberais, ou seja, disfarçadamente não assinam a carteira e, portanto, não contribuem para a Previdência, o que, nas contas de quem entende — não são contas minhas —, dá em torno de 10 bilhões de reais. Só aí já são 30 bilhões de reais.

Com relação ao comércio exterior, o senhor não acha que nós estamos um pouco paralisados? O nosso fluxo ainda está em 25% do PIB, somando importação e exportação. Isso significa um país fechadíssimo. Nós tínhamos que chegar a pelo menos 40%, que é a média de países civilizados. Isso daria 1% ao ano de aumento no PIB — em 4 anos, seriam 4%. Isso me angustia, porque nós somos exportadores, produtores rurais, com base no agronegócio. Ainda não vi um planejamento por parte do Itamaraty ou do Ministério da Economia. Qual é o plano para abirmos este País e chegarmos a 40% das nossas transações comerciais?

Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Infelizmente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Infelizmente. Desculpe-me.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado pela colaboração, Senadora.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu aprendi que ter sabedoria é reconhecer o óbvio. Eu acho que os números aqui estão claríssimos. Há necessidade de aprovar não só a reforma da Previdência, mas também todas as outras reformas que foram aqui anunciadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Ministro tem razão quando diz que a reforma tributária pode ficar mais para a frente, porque valerá no ano que vem. No entanto, não dá para pensar nessas reformas ligando-as à próxima eleição. Nós temos que pensar na próxima geração, que está precisando dessas reformas.

Ministro, eu acreditei muito no Plano Real. Eu participei ativamente — ainda não era Parlamentar. Eu acreditei no Plano Real. Eu vejo um símbolo muito simples: a estabilidade econômica de 1994 para cá, com o Plano Real. Eu sou do tempo de 3% ao dia, de uma inflação de 82% ao mês. Em 1998, eu fui para a política. Nós plantamos e aguamos a planta. Só que depois, nos 8 anos seguintes, colheram o fruto e, nos outros quase 6 anos, cortaram a árvore. Isso é um símbolo do nosso País. Chegou a hora de plantar de novo! Em 2015, em 11 meses, a nossa dívida interna aumentou 732 bilhões de reais. Isso ocorreu em 11 meses.

Não vou dizer que fico indignado, porque cada um tem um pensamento, mas eu fico triste quando percebo a situação em que nós nos encontramos. Além disso, ainda há questionamentos. Por exemplo, está aí o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2019. Estão nos perguntando quais são as consequências de não aprovarmos o PLN 4/19. Isso é óbvio: não vai ser pago. Basta ver os números! Ou acham que o Governo vai pagar e, depois, responder por improbidade, podendo sofrer um *impeachment* por não ter obedecido à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Constituição?

Então, é óbvio que isso é papel do Congresso. O Congresso tem essa responsabilidade e não pode adiar essa votação. A Comissão Mista de Orçamento precisa, realmente, resolver essa questão do PLN 4/19 e cumprir com suas obrigações. É uma pena você ainda ter que pegar um PL como esse para pagar custeio. Nem deveria estar pedindo autorização. Nós deveríamos ter superado esse déficit.

Ministro, eu acho que precisamos fazer também uma revisão nesse custo da dívida. Acho que esse é um assunto sério. Assim como estamos falando da reforma da Previdência e da reforma tributária, nós temos que rever essa questão da gestão.

Por exemplo, nós temos uma reserva de mais de 1 trilhão de reais com juro quase zero, quase sem retorno, e estamos emitindo títulos com juros de pouco mais de 6%, 7%. Então, não se justifica ter uma reserva de 1 trilhão de reais sem receber





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

juros, pagando juros de 400 bilhões de reais por ano. Acho que precisamos dar uma atenção especial a isso.

Quero parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe. A coisa está muito clara: há necessidade não só da reforma previdenciária, mas de todas as reformas, principalmente a reforma tributária, que eu, particularmente, aposto que possamos votar já no segundo semestre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Senador.

Quero parabenizá-lo pelo cumprimento do tempo.

Passo a palavra agora ao Deputado Eli Borges, que vai falar pela Liderança do Solidariedade.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. pelo seu estilo democrático.

Quero apenas formalizar três perguntas. Este é o meu primeiro mandato. Eu insisto, Ministro, em dizer que há três grupos de Deputados aqui: aqueles que já definiram que são contra a reforma da Previdência; os que já definiram que são favoráveis; e um terceiro grupo, que está ouvindo — eu faço parte desse grupo.

Primeira pergunta: se não aprovarmos a reforma da Previdência, existe uma previsão de se criarem novos impostos, como, por exemplo, o imposto sobre as grandes fortunas? É uma pergunta interessante, porque, todas as vezes em que ouço esse debate, há uma previsão muito ruim para o nosso Brasil do futuro. Parece que o único caminho é a reforma da Previdência. Isso tem me preocupado, até porque percebo que o Governo é sócio majoritário e prioritário do cidadão, que tem pouca alternativa, assim como o banco, com os juros existentes.

Ministro, eu sou do Tocantins, Estado da Senadora Kátia Abreu, e algo tem me preocupado: depois da edição da Lei do Confaz, parece-me que não tem havido programas para desenvolver os Estados que estão abaixo da média do Produto Interno Bruto, no Norte, no Nordeste. Eu acho isso interessante, porque fazemos parte do Brasil e a "lei confaziana" tem limitado o desenvolvimento desses Estados através, por exemplo, de programas com juros mais subsidiados, etc. É uma pergunta que eu considero interessante.

O terceiro ponto é o seguinte: sempre ouvimos que os problemas dos Municípios são maiores do que os problemas dos Estados da Federação. Existe, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alguma forma, uma visão da sua Pasta no sentido de rediscutir esse bolo orçamentário, levando em conta que os maiores problemas estão nos Municípios? Isso só pode ocorrer depois dessas reformas estruturantes?

Eu quero ouvir de V.Exa., até como iniciante aqui, a sua visão a respeito dessas temáticas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Joseildo Ramos. *(Pausa.)*

O próximo inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente; o Deputado Cacá Leão, Relator da LDO; o Deputado Ariosto, do PPA; o Ministro Paulo Guedes; o nosso querido Waldery, Secretário da Fazenda; o Jorge Soares, Secretário de Orçamento Federal; colegas Senadoras e Senadores; colegas Deputadas e Deputados.

Ministro, na minha opinião, hoje nós estamos discutindo a coluna vertebral do Orçamento: a LDO e o PPA. Por que eu chamo a atenção primeiro para esse ponto? Quando formos fazer o Orçamento, vamos colocar o pulmão, o cérebro, o rim, as demais partes desse corpo que se chama Orçamento público. Hoje, nós passamos 3 horas aqui debatendo o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2019, que diz respeito à autorização que o Governo Federal, na atual gestão, tinha que solicitar ao Congresso para cumprir a LDO que fizemos no ano passado. O Governo está aqui cumprindo a determinação do Congresso Nacional. Nós definimos que, para o Governo não cometer crime de responsabilidade e não descumprir a lei, tinha que solicitar um PLN para utilizar os recursos da Regra de Ouro.

Passamos 3 horas discutindo isso, Ministro. Acredite, Excelência: durante o debate, os secretários presentes aqui — o Sr. Otavio Ladeira está substituindo o Sr. Waldery — expuseram as suas ideias. A Sra. Maria Lucia Fattorelli sugeriu que se utilizassem os recursos do Banco Central para que o Governo pudesse pagar as suas contas — as reservas cambiais e os recursos do Banco Central. Isso foi deixado claro. Eu ainda pedi a ela que expusesse se era isso mesmo e ela confirmou. Então, vejam a que ponto nós estamos chegando!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. é muito didático nos exemplos, Ministro. V.Exa. não fala o "economês". V.Exa. fala, de forma coloquial, aquilo que todo nós que não somos economistas compreendemos de forma muito clara. Para mim, o estado da economia brasileira é o seguinte: é como se estivéssemos dirigindo um carro, cujo pneu furou, e o motorista tem que trocar o pneu com o carro em movimento. Mas o carro não está em ponto morto nem em primeira marcha, está a 80 quilômetros por hora. A cada momento — o Ministro é muito sincero nesse particular —, ele está resolvendo problemas graves que herdou do passado, muitas vezes do passado que, como disse o Deputado Pellegrino, vem da década de 70. Agora, em 5 meses, nós vamos resolver tudo? Não é assim.

Nós temos que construir as prioridades. Governar é definir prioridades. V.Exa. definiu de forma muito clara: a prioridade hoje é termos responsabilidade fiscal e aprovarmos o PLN 4/19. Senão, não existirá dinheiro para pagar o Bolsa Família, para pagar o BPC, para pagar a Previdência. Isso está claro! Conversar e discutir fora dos parâmetros da realidade, da sinceridade e da honestidade é ideologizar a política de Governo. Todo Governo, quando assume, tem que governar — não é fazer o desejo, não é fazer o que pretende, mas o que a lei obriga e as condições impõem.

Por isso, quando nós aprovarmos a LDO aqui, Deputado Cacá Leão, eu espero que todo o Congresso tenha consciência. Estão aqui os parâmetros macroeconômicos, a Regra de Ouro, o teto de gastos. Depois de aprovada a LDO, com a exigência de que o Governo a cumpra, vamos dizer ao Governo que rasgue tudo e faça tudo diferente? A discussão é agora, como fora no passado, quando aprovamos a LDO que o Governo está cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Por isso, nós temos a responsabilidade de discutir, de debater — e o debate está sendo feito. Temos a responsabilidade de cumprir as leis que nós votamos. Se o Orçamento é um Frankenstein em função de medidas de autoria dos Deputados, que eles balancem esse bebê! Nós queremos e desejamos fazer o certo, Ministro. O certo é cumprir o que nós pretendemos, além de discutir antes de votarmos. Depois de votada, a lei tem que ser cumprida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador Marcelo Castro, quero concluir dizendo o seguinte: a Auditora Virgínia de Paula, Diretora de Fiscalização da Secretaria de Macroavaliação Governamental, deixou claro que o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ela é do TCU.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Ela deixou claro que o Governo está agindo corretamente.

Ora, se o Governo está sendo respaldado pelo órgão fiscalizador, que é o TCU, e pelo Congresso, que o autorizou, como é que nós podemos dizer que o PLN 4/19 é ilegal e deve ser feito de outra forma? Então, essa é uma questão importante.

Além disso, é necessário que a LDO seja feita com parâmetros realistas e que, amanhã, não exijamos do Governo aquilo que ele não está obrigado a cumprir — pelo contrário, o que sair daqui o Governo tem a obrigação de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado.

Com a palavra o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os membros da Mesa.

Ministro Paulo Guedes, seja bem-vindo novamente a esta Casa, juntamente com a sua equipe. Parabéns pelas explicações!

Sr. Presidente, eu vou ceder 1 minuto do meu tempo ao Deputado General Peternelli.

Ministro Paulo Guedes, quero fazer quatro perguntas. Eu tenho feito conversas e debates em todos os cantos do Estado de São Paulo, e procuro fazer isso calcado nos números mais do que consistentes sobre a reforma.

Eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida, mas faço as perguntas porque vou gravar as suas respostas e colocá-las nas redes sociais. Vou enfatizar cada vez mais a necessidade da reforma da Previdência.

Vamos lá, Sr. Ministro. Primeira pergunta: a reforma da Previdência tira alguma coisa do mais pobre, das pessoas mais pobres, aquelas que ganham 2 mil reais?

A segunda pergunta é a respeito da alíquota, que todo o mundo fala que é injusta. Peço a V.Exa. que, por 1 minutinho, fale sobre a progressão da alíquota, por gentileza.

A terceira pergunta é sobre a PETROBRAS, que V.Exa. citou agora. É o caso de esperar um pouco mais? A PETROBRAS perdeu muito dinheiro, perdeu muito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valor, em função dos desmandos dos anos anteriores. O que é mais recomendável: aguardar que ela ganhe valor de mercado e depois privatizá-la ou fazer isso agora?

Com certeza, virão algumas privatizações, Ministro. Por isso, eu pergunto: com essas privatizações, nós vamos pagar dívidas ou vamos usar esses recursos em investimentos?

Passo a palavra para o Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Senador Marcelo Castro, eu gostaria apenas de fazer uma sugestão e, com base nessa sugestão, ouvir a palavra do Ministro.

Muitos criticam o Governo quando se contingencia algum aspecto. Por isso, Senador Marcelo Castro, eu sugiro que, na LDO aprovada neste ano, onde se diz o que se vai gastar em cada setor, no final da LDO, inclua-se o seguinte: "*Em caso de contingenciamento, contingenciar nos seguintes itens*". Assim, esta Casa será responsável pelo contingenciamento necessário, caso o arrecadado não seja o suficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Ministro Paulo Guedes, para responder os questionamentos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, a regra não foi cumprida: neste bloco, falaram mais Líderes do que Deputados inscritos. Eu sou o oitavo inscrito. V.Exa. não poderia permitir que eu falasse?

É muito chato não poder arguir o Ministro, que já vai sair.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Nós ainda vamos ter tempo. Eu posterguei um pouco a minha saída e vou ter um tempo ainda.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, há quantos inscritos ainda presentes aqui? V.Exa. poderia dar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete... (*Risos.*)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Todos estão presentes?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não sei. Acredito que sim. Estão inscritos aqui.

Vamos deixar o Ministro responder.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Senadora Kátia Abreu, as suas colocações são profundamente interessantes. Realmente, se são gastos 108 bilhões de reais com o SUS para os mais pobres, por que os mais ricos têm essa dedução de saúde e educação?

É um tema caro para a classe média, que gasta com saúde e educação dos seus filhos, etc. O próprio Congresso, os próprios representantes começaram a aprovar isso, foram aprovando isso. Parecia razoável. A pessoa foi eleita para isso. *"Educação e saúde são importantes para a classe média. Vamos aprovar as deduções"*. No final, você acaba tendo situações paradoxais como essa. Quer dizer que os mais pobres — são milhões, milhões e milhões — gastam 100 bilhões de reais e você dá para os mais favorecidos — não vou nem usar a palavra "rico", porque, às vezes, é classe média, até média baixa — 20 bilhões de reais? É claro que há algo errado aí. Em vez de 20 bilhões de reais, deveriam ser 4 bilhões de reais e, para o outro, cento e tanto. É claro que tem que se olhar isso. Inclusive, à medida que o País fica mais apertado, você tem que escolher onde vai reduzir. Isso é uma questão seríssima. Nós deixamos isso para a frente, mas vai ser discutido.

Por exemplo, há propostas de reduzir a alíquota, mas tirar todas as deduções, de forma que não possa haver esse favorecimento justamente para as famílias que já têm alguma condição de criar seus filhos. Isso não vale só para os filhos de classe média, não. Os mais favorecidos, quando ficam doentes, vão lá para o Einstein, e o Einstein não paga imposto. Eu, quando fiz o IBMEC, fiz com que pagasse impostos. Depois foi convertido em instituição sem fins lucrativos de novo. Lá estudam garotos ricos, que chegam com carros importados, mas não pagam impostos, como é na FGV também.

Então, quer dizer que nós de classe média para cima treinamos nossos filhos em boas escolas que são isentas, mas a filha da empregada doméstica vai estudar numa escola privada que paga impostos? Nós temos de examinar profundamente os nossos orçamentos e remover quaisquer sinais de favorecimento justamente aos que têm mais. Chegou uma hora em que não há mais recurso público para fazer esse tipo de favor. Nós vamos ter que examinar isso profundamente.

Em relação à sua segunda observação, a respeito da taxa de juro real de equilíbrio, se a reforma da Previdência é aprovada, a taxa real de equilíbrio desce mais ainda; se não é aprovada, está aí nos 2,5%, esperando. É engraçado que as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

peessoas acham que o grande problema é o Banco Central, da mesma forma que todo o mundo acha que é o Ministro da Economia que manda nos juros, que manda nas verbas — e não é. São as pressões políticas que mandam gastar mais aqui, mais ali, mais lá. Na verdade, o Ministro da Economia fica tentando equilibrar. São oito bolas no ar e não pode deixar cair nenhuma.

Da mesma forma, o Banco Central paga o pato pelo desequilíbrio fiscal. Todo o mundo acha que é o Banco Central que causa o juro alto. Não! O Banco Central fica ali doido para haver um ajuste fiscal forte, para ele poder trabalhar com juros mais baixos e estimular a economia.

Então, eu acho que há espaço, sim, mas eu não posso... Repito: como é um Banco Central independente, da mesma forma que eu não posso falar sobre educação, eu não posso falar sobre juros. Quem fala sobre juros é o Presidente do Banco Central, que é independente. A única coisa que eu posso dizer é o seguinte: a culpa não é tanto dele, não. Todo o mundo acha que a culpa de o juro estar mais alto é dele, mas não é com ele o problema. Na hora em que dermos um horizonte fiscal equacionado, aquilo desce naturalmente.

Em relação à proposta do IVA, do Bernard Appy, nós estamos estudando a proposta e achamos que houve um problema. Por que ele não conseguiu aprovar a proposta, que já está rodando aqui há algum tempo? Por que ele não conseguiu aprová-la? Justamente porque ele aprofundou. Ele desceu para Estados e Municípios. Quando ele pegou os impostos dos Estados e dos Municípios, ele entrou no ICMS — retira o poder dos Governadores de aplicar o ICMS, e eles entram nesse grupo geral de impostos de valor adicionado que depois seriam divididos por todos. Vários Governadores disseram: *"Não! Esse imposto é meu. Esse imposto eu não divido"*.

Nós estudamos a proposta dele, que é muito interessante, mas achamos que é mais viável pegar os impostos federais e juntar todos num IVA, um imposto único federal. Juntamos todos lá. Se os Estados quiserem, serão muito bem-vindos. O Estado que quiser poderá entrar. Isso facilita o jogo todo. No Governo Federal, nós não achamos que devamos ter o poder de ir ao Estado do Mato Grosso, ao Estado do Rio Grande do Sul, etc., e dizer: *"Você tem que aderir ao nosso imposto"*. Nós podemos criar essa unificação em torno do IVA e sugerir que eles venham conosco, mas não impor. Nós achamos que não seria democrático. Se toda filosofia é "mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil e menos Brasília", o poder tem de ser descentralizado. O Ministro da Economia não pode dizer aos Governadores que eles têm de fazer o nosso imposto. Não é assim.

Então, nós vamos propor um imposto que vai usar o conceito do IVA, que vai unificar. Nós vamos compartilhar impostos federais com Estados e Municípios, ao contrário de Governos anteriores que criaram contribuições não compartilhadas. Mas nós não temos o poder de impor isso aos Estados. No entanto, serão muito bem-vindos. Vamos trabalhar a quatro mãos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Exatamente! Podemos trabalhar juntos.

O Deputado Rodrigo Maia, por exemplo, falou: *"Nós vamos reativar a nossa proposta aqui, dando apoio a esse encaminhamento do Appy"*. Nós vamos ativando a nossa de cá. Quem sabe, trabalhando juntos, vamos fazer a coisa acontecer.

Sobre a atualização da tabela do Imposto de Renda, eu não fiz comentário nenhum. Isso foi interessante, porque o Presidente é que falou que ia fazer uma atualização do Imposto de Renda pela inflação. Quando há um problema como esse, eu normalmente não falo. Eu fico quieto e espero até me sentar com o Presidente e conversar. Nós estamos no meio de uma batalha. Não adianta me distrair e me chamar para outra guerra, porque eu estou focado nesta.

O Presidente falou: *"Vamos mexer na tabela do Imposto de Renda. Vamos atualizar a tabela"*. Alguém do Ministério — não foram os meus secretários, porque eles já sabem a forma como nós trabalhamos; mas há sempre um cara ali que conhece bem os números e gosta de um jornalista qualquer — vira para o jornalista e fala: *"Fizemos os cálculos aqui"*. Não eram nem 8 bilhões de reais; eram entre 50 bilhões e 60 bilhões de reais, se fizesse uma correção da tabela desde lá atrás.

Na hora em que você está falando em fazer uma reforma da Previdência para tentar conseguir 100 bilhões de reais, na hora em que todo o mundo está fazendo sacrifício, você chega e fala: *"Atualiza a reforma aí! Dê 70 bilhões para todo o mundo"*? Perde-se completamente tudo. Começa a confundir a coisa.

Então, alguém vazou esse negócio. Não foi nenhum de nós. Foi alguém que conhece o repórter e fez uma análise dos dados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entretanto, eu concordo 100% com a senhora em relação ao seguinte: toda vez que você não atualiza, você aumentou os impostos. Se não atualizou, você tributou mais. Isso é verdade.

Em relação à "pejotização", estamos 100% de acordo: não pode haver. Isso é praticamente uma forma de elisão fiscal. Com a complacência do Governo, você hoje é funcionário aqui e você "pejotiza" a sua empresa. Os economistas são craques nisso. O que mais existe é economista "pejotizado". Eles saem da contribuição e vão para outro *status*. Nós devíamos acabar com isso. Nós tínhamos que acabar com isso.

Finalmente, em relação à sua observação sobre a economia fechada, eu também estou 100% de acordo. O Brasil ficou uma economia fechada e cresce menos por isso...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ministro, pelo visto, não é só o Senador Oriovisto que está credenciado a ser Ministro da Economia, não.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Há muita gente boa aqui. Há muita gente boa aqui.

Então, nós estamos perfeitamente de acordo: devíamos ter pelo menos uns 40% de fluxo de comércio. O Brasil é a 8ª maior economia do mundo e é a 128ª em grau de abertura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Temos. São trabalhos às vezes invisíveis, que demoram um tempo.

Há muita coisa acontecendo, mas é devagar e é por baixo. Não está nos holofotes. Por exemplo, andou a cessão onerosa, que é uma coisa importante; vão andar os leilões; estão andando os leilões de aeroportos. Isso tudo está andando. Há, ainda, a conversa sobre o comércio exterior. O que está acontecendo? Praticamente fechamos um acordo com os argentinos. Eles estão naturalmente querendo criar fatos novos. Está havendo uma dificuldade. Eles estão enfrentando uma dificuldade lá e eles sabem que a economia cresce mais rapidamente se fizerem essa convergência global. Então, eles estão tentando fechar conosco um acordo comum para nós irmos juntos ao Mercado Comum Europeu. Os europeus já estão de acordo. Eles estão de acordo e nós, por causa do vinho no Rio Grande do Sul, ainda estamos travando. Em relação ao vinho do Rio Grande do Sul, querem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma abertura em 15 anos. Eles estão pedindo o seguinte: em 15 anos, vão acabar as tarifas de importação em relação ao vinho.

Ora, é claro que nós podíamos fazer isso, mas o Presidente está preocupado com o impacto sobre a indústria do vinho lá no Sul. Ao mesmo tempo, a Ministra Tereza Cristina está dizendo: *"Esperem aí! Temos que examinar isso com cuidado"*. Então, é a última pontinha que falta para nós darmos um salto importante.

Se fizermos esse acordo, estaremos juntos com a Argentina. Somos o celeiro do mundo, do ponto de vista de alimentação, é área comum. A Europa, que sempre protegeu a agricultura dela, contra nós todos, tem que se abrir. E aí estaremos juntos, porque eles estão com receio que façamos um acordo com americanos ou chineses. Então, nós estamos nos movendo também. Queremos abrir a economia.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - É mais barato pagar o vinho.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - É mais barato pagar o vinho.

É realidade quando o Senador Izalci Lucas diz que estamos diante de uma inevitabilidade. É uma responsabilidade comum nossa. O custo da dívida preocupa todo mundo. Eu cansei de falar sobre essa falta de coordenação política fiscal e monetária. Nós nos embriagamos de dívida, e essa é uma condenação para as gerações futuras mesmo.

As reservas internacionais representam um aspecto técnico às vezes de difícil compreensão. A reserva internacional é um crédito que você tem contra os estrangeiros. Então, como é que ele poderia ajudar a resolver? Se todos os brasileiros quisessem se aposentar lá fora... Há dois problemas: primeiro, a reserva hoje é do Banco Central. Eu até acho que certo nível de reservas, até o nível que está aí, pode ser do Banco Central. Mas se entrasse daqui para frente, eu acho que deveria ser do Tesouro. É um sacrifício do País inteiro, e não só do Banco Central. Mas esse é um assunto técnico, está em estudo.

Há uma teoria sobre a quantidade ótima de reservas. O que está lá é deles. Agora, se houvesse mais daqui para a frente — o Brasil fez as reservas, fez as reformas certas, o dinheiro começa a entrar e você a acumular —, se o brasileiro resolver se aposentar lá fora, você tem dinheiro para pagar a aposentadoria dele lá fora. Mas não adianta ter a reserva para cumprir o compromisso interno, porque a pessoa se aposentou aqui dentro. E o que eu faço? Se eu vender a reserva, eu tenho que emitir dinheiro aqui dentro, e aí vem a inflação. Esse é um aspecto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

técnico, não é fácil entender, mas o dinheiro que está lá fora é um crédito contra os estrangeiros. Não é passível de uso aqui dentro.

As pessoas às vezes falam: *"Não, vou pegar o dinheiro das reservas e vou investir aqui dentro"*. Não dá, a reserva está em dólar. Eu tenho 1 dólar, então, eu posso usar isso nos Estados Unidos. Eu posso acelerar a educação, eu posso disponibilizar 4G em todas as escolas públicas, eu posso comprar submarino nuclear, eu posso fazer uma porção de coisas com essas reservas, mas se pertencerem à União. Enquanto elas são do Banco Central, e elas o são, nem isso eu posso fazer. Mas nós podemos conversar sobre isso. Certamente são assuntos interessantes.

Pergunta do Deputado Eli Borges: *"Novos impostos compensariam a não aprovação da reforma?"* É muito difícil, porque o grande problema hoje é o imposto sobre grandes fortunas. Se você tributou alguém que tem uma grande fortuna, ele vai embora; no dia seguinte, ele vai embora, acabou. Se você tributou em um ano, no ano seguinte, ele já foi embora. É uma população cosmopolita, tem muito recurso, tem movimento. Agora, você não pode é dar refresco. Bota lá o imposto sobre dividendos, na hora em que ele começar a receber. Mesmo o imposto sobre grandes fortunas poderia e vale ser analisado. Nos Estados Unidos existe o imposto sobre grandes fortunas. Só que, se você colocá-lo muito alto, a pessoa vai embora.

Foi muito interessante isso na França. Havia um herói social-democrata, Danton, representado por Gerard Depardieu em um filme sobre a Revolução Francesa. No dia em que aumentaram o imposto sobre grandes fortunas, ele foi correndo para a Rússia, porque lá o imposto de renda era mais baixo e não havia imposto sobre grandes fortunas.

Então, o capital é fluido, e as pessoas que têm recursos se movem e vão embora. Você taxaria relativamente pouco e não resolveria. O problema da Previdência é muito grande. Ele está além dessa possibilidade.

Outros impostos podem ser examinados. Particularmente um, que eu acho muito cruel, é o imposto sobre a folha de pagamento. Eu acho que nós vamos ter que atacar isso com outro tipo de imposto, e não será com o imposto sobre a folha de pagamento, porque, desse modo, desemprega-se um trabalhador para se pagar a aposentadoria de outro. Isso é cruel, é perverso. Nós somos contra isso. Nós vamos ter que pensar nisso ali na frente. Nós olhamos agora o lado da despesa, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é incontrolável e está explodindo, mas, logo depois, nós vamos olhar o lado da receita também, como o Deputado Zeca disse.

Tocantins e regionais. Eu estou chegando agora e vendo isso; já conheço, há algum tempo, quem realmente tem mais poder regional. Há o Banco Regional da Amazônia — BASA. Os Estados do Norte e do Nordeste têm bancos regionais. Os Estados do Centro-Oeste são os mais desprotegidos, talvez, por terem chegado por último na festa. O Estado do Tocantins é relativamente jovem. Não existe um banco regional do Centro-Oeste. É muito mais difícil se conseguir voto para votar alguma medida aqui no Centro-Oeste do que no Norte e no Nordeste. As lutas por recursos regionais e públicos são antigas. A indústria de São Paulo gostava muito de vender automóveis caros para o Norte e para o Nordeste, mas, depois, não queria dividir os impostos com o Norte e com o Nordeste.

Essas lutas regionais são antigas. Nós temos uma visão de que são válidas, mas a Federação tem que tentar resolver isso de outra forma. Nós contamos exatamente com o pré-sal, porque são recursos novos que vão chegar. Aí, sim, vai-se atingir lá embaixo, exatamente a sua última observação, que são os Municípios. Nós temos que pegar esses recursos que vão sair do pré-sal e inverter a pirâmide brasileira. Na pirâmide brasileira, 75% dos recursos estão lá em cima, em Brasília, e, lá embaixo, os Estados e Municípios estão com 30%, 35%. Nós temos que inverter isso. Quando o dinheiro do pré-sal sair, na margem, nós teremos que fazer exatamente o contrário. Nós vamos ter que deixar menos com a União, mais com os Estados e muito mais com os Municípios. É a única forma de se recompor a Federação brasileira, porque o povo vive nos Municípios. Então, os recursos têm que descer para os Municípios.

O Deputado Cajado usou várias imagens fortes, e eu as acho muito importantes. Primeiro, o que os senhores fazem aqui é a coluna vertebral do Orçamento; segundo, governar é definir prioridades. É exatamente isso. Os senhores têm que fazer isso aqui dentro. Terceiro, o TCU tem um papel extraordinariamente construtivo; inclusive, tem que descer, através dos TCEs, para ajudar Estados e Municípios, porque vários Governadores cometeram excessos e não foram ajudados pelos TCEs. Na verdade, foram ajudados a cometer esses excessos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando os Governadores novos entram, tanto faz se são da Oposição ou da Situação... O Ronaldo Caiado pegou o Estado de Goiás já devendo para fornecedores, devendo salários; a Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte, também já pegou folha de pagamento atrasada, Previdência atrasada, o pagamento de fornecedores atrasado. Ora, essa prática está errada. O sujeito não pode penetrar no mandato do outro, deixando um buraco enorme.

De alguma forma, tem que haver coordenação, para que o TCU ajude a coordenar esses trabalhos dos TCEs, a fim de que não haja esse trabalho em âmbito estadual, que ainda é falho, o que, no âmbito da União, o TCU tem feito com muito sucesso.

O Coronel Tadeu fez uma pergunta importante: *"Vai tirar dos mais pobres?"* O Marinho, quando fez a calibragem, instituiu os novos parâmetros, pegou justamente pegou os mais pobres: *"Como é que esses 80%, que recebem 1 salário mínimo, 1 salário mínimo e meio, vivem? Como é que eles se aposentam?"* Ele verificou que as mulheres se aposentam aos 61 anos e meio. Então, disse: *"Eu vou colocar 62 anos, ou seja, o sacrifício é quase nenhum para as mulheres pobres. Os homens se aposentam com 65 anos e meio. Então, eu posso botar 65 anos, que também não estou tirando nada dos mais pobres. Com relação às alíquotas, vamos baixar de 8% para 7,5%"*. Ele justamente pegou os mais pobres e disse: *"Baixem as alíquotas e não se exija mais tempo deles"*. Daí pegou o resto.

O Relator, Deputado Marcelo Freitas, de Minas Gerais, de Montes Claros, estava ao meu lado naquele dia. Isso foi interessantíssimo, porque, quando eu comecei a falar sobre isso, ele disse: *"Isso é verdade, porque, eu, por exemplo, vou me aposentar aos 48 anos e, se passar esse negócio aí, eu só vou poder me aposentar aos 65 anos"*. Justamente os mais favorecidos vão ter que trabalhar até aos 65 anos, pagando, para que não haja o sacrifício dos mais pobres. Foi isso o que nós tentamos fazer.

As alíquotas baixaram justamente para essa faixa, de 8% para 7,5%, e aumentaram até 22%. Alguns até ensaiaram: *"Ah, isso é confiscatório, vamos para a Justiça"*. Isso é acima do teto. Há um teto do Presidente. O aposentado superfavorecido — isso é um privilégio — está ganhando mais do que o Presidente da República e ainda está aborrecido, porque a alíquota chegou a 22%. Contra isso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não há solução. Nós temos que manter o nosso projeto e acreditar que os senhores vão apoiá-lo.

A privatização da PETROBRAS é um tema delicado, evidentemente. Quando privatizá-la? A instrução do Presidente foi explícita. Por enquanto, é o seguinte: "*Não privatizamos a PETROBRAS*". Essa foi a instrução dele. Se me perguntarem, eu gostaria de privatizá-la. Mas quem tem voto é o Presidente, e ele pode me tirar em 5 minutos.

Eu tenho que manter o meu plano dentro dos limites, e isso, de novo, é a democracia. Eu tenho uma missão; ele reduziu o escopo da minha missão, e eu vou ficar no território que me foi concedido. É isso o que o Salim está fazendo exatamente. Ele está demorando um pouco, porque, a cada dia, ele bate em um Ministério, incomoda todo mundo e vê se consegue tirar uma de lá de dentro. Às vezes, ele sai com uma, duas, mas, às vezes, não sai com nenhuma.

Ao privatizarmos, deveríamos pagar a dívida ou fazer um investimento? Eu sempre enfatizei, até de acordo com o conceito de Regra de Ouro: se a pessoa investiu, comprou uma empresa estatal, pode aumentar o seu endividamento. Se a pessoa criou um ativo, pode fazer um passivo. Agora, vale o vice-versa. Se eu vender um ativo, eu não posso pagar um almoço ou jantar; se eu vender um ativo, eu tenho que reduzir a dívida, porque aí estou fazendo uma regra de ouro, de verdade. Eu só me endivido se eu estiver investindo e, se eu estiver desinvestindo, eu reduzo a minha dívida. Qual é a vantagem de se reduzir uma dívida? Quando se reduz uma dívida, em vez de se pagar juros, pode-se investir também.

Finalmente, o Deputado General Peternelli disse: "*Nós deveríamos chegar ao contingenciamento*". Eu acho que é isso mesmo. A minha visão é que os senhores, um dia, vão ter que controlar o Orçamento inteiro e os contingenciamentos. Essa é uma tarefa que seria de todo mundo. Hoje não é assim.

Eu tenho que ser muito sincero, porque às vezes, quando falo algo — "*eu privatizaria*" —, pode parecer que eu estou criticando o Presidente. Nada disso! Eu o respeito profundamente. Quem venceu a eleição foi ele, foi ele que conseguiu o apoio da população brasileira. Ele tem todo o direito de decidir. Inclusive, quando eu falo sobre 10 ou 20 Ministérios, também não é nenhuma crítica a ele. Quando cheguei, eu falei assim: "*Olha, nós deveríamos ter 8*". Aí ele disse: "*Não, vamos fazer 12*". "*Ah, então vamos ficar no meio, vamos fazer 10*." Só que existe uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realidade política. E a realidade política diz o seguinte: *"Olha, tem esse problema aqui, tem aquele problema ali, tem mais isso aqui"*. Então, aquilo vai se impondo, e o número de Ministérios começa a crescer.

Os senhores estão vendo isso agora. Houve uma discussão para, quem sabe, transformar um Ministério em dois, porque há uma imposição política. É uma realidade das negociações republicanas. *"Olha, tem um setor aqui que está desatendido politicamente, é um partido da base etc."* Então, nós temos que estar preparados para isso.

Agradeço muito a gentileza de todos. Eu estou sempre disponível para voltar. Eu não gostaria que perdêssemos prazos por isso. Agradeço, particularmente, ao Senador Oriovisto Guimarães, ao Senador Marcelo Castro e ao Deputado Cacá Leão as palavras gentis. Agradeço a todos os senhores pela atenção.

Eu tenho que sair rapidamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Poderiam ser 3 minutos? V.Exa. queria fazer uma pergunta. Se for possível fazê-la em 3 minutos e eu respondê-la em 3 minutos, tudo bem. Depois, terei que sair.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Ministro, com todo o respeito, o insuspeito neoliberal Presidente desta Casa, Deputado por quem tenho muito respeito, Rodrigo Maia, ontem em Nova York foi taxativo ao dizer que o teto de gastos pode causar um colapso no Brasil.

Portanto, essa questão é central — o assunto foi debatido hoje pela manhã — quando se fala em um crédito suplementar da ordem de quase 249 bilhões de reais, mesmo que V.Exa. tergiversar e diga, por exemplo, que, se mantivéssemos a disciplina do superávit primário, não teríamos que discutir crédito suplementar. Isso não é verdade, porque o teto de gastos, mesmo que nós tenhamos 500 bilhões de reais, 1 bilhão de reais a mais de receita, está engessando a economia brasileira, inviabilizando investimentos e gerando mais desemprego. O aumento de gastos, que são, digamos, naturais em qualquer economia, acabam relativamente sendo muito maiores do que, a rigor, o crescimento absoluto.

Eu creio que há muitas soluções, mas não as que V.Exa. apresenta, com toda a sinceridade. Aliás, eu queria que o Deputado Cajado estivesse aqui, porque a Dra. Maria Lucia Fattorelli falou, sim, mas sobre muitas outras coisas. Ela falou, por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exemplo, do próprio teto de gastos, da conta única de 1,2 trilhões de reais, do imposto sobre grandes fortunas, dos *swaps* cambiais, das operações compromissadas, da atualização monetária paralela. Ela citou o exemplo de a inflação ser negativa, mesmo com deflação, em 2017. Ainda assim, o Governo, o Banco Central usurpa, digamos assim, do que a lei lhe permite, de acordo com a minha interpretação.

Dito isso, eu queria perguntar se o senhor acha justo considerar privilegiado quem ganha 1 salário mínimo. Eu tenho respeito pelas Forças Armadas. Eu não acho que um general deva receber 22 mil reais como salário congelado. Ele é uma autoridade que garante a soberania nacional. Eu sou crítico com as regras diferenciadas no momento em que se tira direito dos mais pobres, mas eu não acho que seja um absurdo um general ganhar 30 mil reais e um capitão, como o nosso Presidente, ganhar quase 20 mil reais. No entanto, é justo que o salário mínimo seja congelado, conforme se estabelece nesse processo de debate orçamentário, inclusive na Lei de Diretrizes Orçamentárias? Militar tem força, e aí, em nome da governabilidade, faz-se concessão. Eles têm direito, mas o povo também tem direito. O País é muito pobre.

Nós falamos dos 20% mais ricos, que ganham em média 1,6 milhão de reais. Isso significa que há uma concentração brutal de renda. Os cinco brasileiros mais ricos hoje são donos de 400 bilhões de reais, segundo a *Forbes*. Então, há muitos ricos aqui. Há que se ter políticas para tirar dos muito ricos e preservar o direito dos muito pobres, porque eu acho que as mudanças propostas nas várias reformas têm sido cruéis.

Vou falar sobre outra questão que eu acho que vai agravar o problema, Ministro, se o senhor me permite. Hoje a taxa SELIC está em 6,5%. A previsão é de que ela vá para 8% em 2021. Como aumentar juros em um contexto de economia deprimida, com imensa capacidade ociosa da indústria e com inflação controlada? Ao mesmo tempo, pode-se deduzir pela lei que o Governo deve pagar, no ano que vem, 445 bilhões de reais com juros e serviços da dívida, ou seja, mais de 10% do que está comprometido no Orçamento de 2019, com inflação baixa e crescimento pífio — em torno de 1,1% em 2019. Então, isso é uma crueldade contra os mais pobres, é uma crueldade contra o povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não há possibilidade de crescimento com essa política recessiva, com esse rigor, em termos de ajuste fiscal, o que, na verdade, acaba prejudicando os muito pobres e inviabilizando o desenvolvimento em nome da lucratividade e do enriquecimento. Em 1 ano, segundo a *Forbes*, para não dizer que é matéria de jornal esquerdopata, o número de bilionários brasileiros subiu de 31 para 43 — em 1 ano, bilionários brasileiros. Há pouquíssimos bilionários muito ricos. E estamos atingindo 35 milhões de pessoas que ganham até 3 ou 4 salários mínimos com a reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro e por V.Exa., entre outras coisas.

Eu teria muitos outros temas a tratar, mas vou concluir só com um: benefícios fiscais na ordem de 21% é o que está sendo proposto, Ministro. Aí, sim, há Super-SIMPLES, há Zona Franca de Manaus. Pegue um terço disso e faça justiça com o povo brasileiro. Nesse caso, economiza-se mais de 100 bilhões de reais e evita-se estragar ou destruir a vida de quem ganha 1 salário mínimo e vai passar a ganhar 400 reais, conforme a proposta da reforma da Previdência.

Eu queria agradecer a audiência.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Deputado Edmilson Rodrigues, vou falar rapidamente, porque eu tenho que sair.

Eu quero que o senhor saiba que eu compartilho da mesma indignação do senhor, quando produzimos bilionários com dinheiro do BNDES subsidiado, quando damos 300 bilhões de reais de isenções. O senhor tem toda a minha simpatia quanto a isso. Nós nunca deveríamos usar recursos públicos para produzir campeões nacionais, bilionários, com favorecimentos. Nós nunca deveríamos fazer isso. É uma deformação, é uma disfunção. Colocam-se recursos dentro de um banco e, de repente, saem dando dinheiro para bilionários para ver se eles ficam mais ricos ainda. O sujeito é bilionário brasileiro, querem que ele vire bilionário mundial, não é isso?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL votou contra esses benefícios, mas está na hora de tirar os benefícios dos muitos ricos.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Da mesma forma, são os subsídios, as isenções. Eu compartilho da mesma indignação do senhor. E nós vamos ter que atacar isso tudo no devido tempo. Chega o tempo de tudo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Da mesma forma, seria uma insanidade considerar quem ganha salário mínimo favorecido. Deus me livre! Por definição, é um salário mínimo, é o menor salário permitido. Quer dizer, é um absurdo! Jamais faríamos algo... Falam assim: *"Mas você está segurando o salário mínimo?"* Não, nós estamos mantendo o poder de compra do salário mínimo, observando o que está acontecendo, se teremos reforma, se não teremos reforma, se haverá espaço fiscal. Hoje, se eu fizer qualquer movimento ousado em relação ao salário mínimo, estou ajudando a quebrar o Brasil de novo. E aí essas pessoas vão ser demitidas de novo, como já foram. Então, nós não podemos fazer isso. Nós temos que pensar e fazer movimentos com cautela.

Quando se fala na taxa de juros, em 8% da SELIC, que estaria embutida aqui, lembre-se de que aqui não há reforma. Será assim se ficar tudo desse jeito, com o déficit crescendo. Nós, inclusive, estamos colocando o déficit descendo porque haveria o teto de gastos. Se não houver o teto de gastos, como o senhor falou, aí o juro é mais alto ainda. Se tirar o teto de gastos, o juro vai para 10%, vai para 15%, vai embora. Esse é um dilema terrível que nós temos. É evidente que nós temos que tentar fazer o corte de gasto funcionar, mas não em cima dos mais pobres, claro. Nós temos que tentar cortar onde estão os subsídios, onde estão as folgas, onde estão as desonerações. Nós vamos chegar lá. Agora, há um que é galopante, que engole tudo, que é a Previdência. Esse não tem solução. Nós, como eu disse antes, nas primeiras respostas, preservamos os menores.

Depois, finalmente, há sua observação sobre o gasto de 445 bilhões de reais com juros da dívida. Eu tenho a mesma indignação. Isso é um absurdo total! Como é que se faz isso? Há soluções que são caóticas, como dizer: *"Dou o calote, não pago"*. Assim se jogaria o Brasil na condição em que já estive lá atrás, de hiperinflação, na situação da Venezuela, algo caótico. Agora, não se pode dar refresco. Justamente, tem que se aumentar a competição entre os bancos para não haver a concentração que houve. Afinal de contas, nós estamos chegando aqui com cinco ou seis bancos. Quem fez isso nesses últimos 16 anos? Quem está chegando ou quem estava lá? Quem permitiu que a indústria bancária brasileira virasse cinco bancos? Quem permitiu, quem estava no Governo, quem fez isso? Vamos perguntar quem fez isso. Por que o *spread* é enorme? Por que os bancos têm uma concentração enorme? Quem governou o Brasil nos últimos 16 anos para permitir que haja somente cinco ou seis bancos explorando o negócio bancário? Foi aquilo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que eu disse em outro contexto outro dia: são 200 milhões de patos e cinco bancos. Então, o *spread* é grande. São 200 milhões de patos e uma refinadora de petróleo, uma vendedora de gás, que é a PETROBRAS. Só existe ela. São patos.

Nós temos que nos despir de ideologias, de preconceitos, de tudo isso, porque é verdade que há coisas estatais, mas há também piratas privados. E eles estão associados, eles definem configurações que são mais favoráveis para eles. Não são os nossos bancos tradicionais que são piratas. Eu estou me referindo a outras situações, em que bancos públicos financiaram quem virou o bilionário — e hoje é objeto de Lava-Jato, disso, daquilo, daquilo outro. Quer dizer, são conspirações contra a população brasileira. Então, nós estamos de acordo em uma porção de coisas.

Obrigado pela atenção. Eu tentarei voltar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos continuar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero fazer uma comunicação inadiável. Eu gostaria de ter dito ao Ministro que, agora, está sendo convocado pelo Plenário da Câmara dos Deputados o Ministro da Educação. E eu sugeriria ao Ministro que — e acho que o Secretário Waldery e o Secretário Jorge, se tiverem oportunidade, poderão assim agir —, quando houver qualquer tipo de contingenciamento nas áreas sensíveis de educação e saúde, procedam a uma prévia auditoria. As universidades federais estavam em processo de interiorização e expansão — a Bahia é um exemplo disso; temos vários *campi*, foram criadas várias universidades —, e cortar verba de custeio ou contingenciar tais verbas pode trazer uma grave consequência.

Então, eu ia sugerir ao Ministro — e sei que está com premência de horário, em razão da viagem com o Presidente da República — que se proceda a uma auditoria antes, porque, cortar o custeio com prejuízo ao corpo docente e discente, sinceramente, isso deve ser feito de forma menos traumática. E a convocação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Ministro da Educação, demonstra a gravidade com que o Congresso está tratando essa questão.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Presidente, vamos seguir a lista.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Terão a palavra o Deputado Gurgel, a Senadora Soraya Thronicke, o Deputado Lúcio Mosquini e o Senador Luiz do Carmo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, eu estou frustrado. Sei que os Secretários são muito competentes, mas eu queria falar diretamente ao Ministro. Ele tinha que ouvir muita coisa aqui, e eu queria falar diretamente a ele.

Resumindo, de quatro perguntas, vou fazer só uma, que é simples. Vocês da área da economia têm que saber que já há muitos pais de família suicidando-se. Ontem, segunda-feira, um empresário relatou-me que montou um negócio simples, para trabalhar com alinhamento de carros.

Secretários, estou falando com os senhores. Estão ouvindo ou não?

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Deputado...

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Senador.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Desculpe-me. Senador, estou ouvindo com atenção. Estava só registrando os pontos falados.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Não sei. Eu estou sentindo que estou falando sozinho. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta só.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Pois não.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Quero dizer que, em razão da situação econômica do Brasil, há muitos pais de família suicidando-se. Ontem, um empresário pequeno relatou-me o seguinte: *"Olha, eu tinha uma empresa de alinhamento de carros; entravam 60 carros para alinhar todos os dias e, hoje, entram 6 carros"*. Ele fechou o negócio. E com vários empreendimentos estão acontecendo coisas desse tipo.

Mas eu queria fazer uma pergunta simples: a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, congelou por 20 anos as despesas na área de saúde e educação. Eu fiz uma conta simples: se vocês pegarem o que se deu de benefícios para a indústria e para todo mundo — em 2017, 275 bilhões de reais; até 2020, 326 bilhões de reais —; só aí teríamos uma economia de 58 bilhões de reais. Por que não se congelam também esses incentivos fiscais? É simples: porque, como as despesas foram congeladas, houve um aumento de 51 bilhões de reais a mais em 4 anos de incentivos fiscais. Por que não congelou tudo? Congelem as despesas e esses benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Presidente Marcelo Castro, Srs. Secretários, com a presença do Ministro, o debate sempre ganha corpo. Mas, de qualquer sorte, eu quero aqui me valer daquilo que, hoje, lá em Washington, nos Estados Unidos, o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de forma...

Presidente, V.Exa. poderia pedir para o pessoal falar lá fora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, eu peço que façam silêncio e fechem a porta, para evitar barulho.

Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Obrigado. Eu quero retomar aqui, Presidente, se V.Exa. me permite.

O Presidente Rodrigo Maia, hoje, em Washington, num debate de que participou a convite do banco BTG, disse que as amarras impostas pelo teto de gastos, em combinação com a falta de crescimento econômico do Brasil, podem levar a um colapso social nos próximos anos. E ele falou exatamente a investidores nos Estados Unidos.

Presidente, nós debatemos, nesta Casa, há 1 ano e pouco, 2 anos, essa questão do teto de gastos, que engessou a economia. Eu diria que é, mais ou menos, como alguém que precisa emagrecer e, na ânsia de emagrecer, faz uma dieta em que tira todas as calorias. Ele vai emagrecer e morrer. É o que vai acontecer com a economia brasileira.

Como a economia não é única, é ampla, plural — nós temos indústria, comércio, serviço, setor público, setor privado, enfim, empresas públicas, empresas privadas, concessões, são muitas variantes —, é claro que as partes mais frágeis morrem primeiro. Eu diria assim: a corda arrebenta na ponta mais fraca. Nós já estamos criando milhões de miseráveis. Só não enxerga quem não quer ver. E o pior cego não é quem não quer ver, é quem se recusa a enxergar.

O Ministério da Economia tem essa responsabilidade. *"Vamos cortar, então, a saúde."* Aí, vem a doença. Agora, vamos cortar a educação mais do que cortou a PEC 55, do teto de gastos, e, ainda mais, retirando 30% das universidades federais e dos institutos federais de educação. Isso não pode dar certo, vão matar o paciente. A responsabilidade é do Governo, mas também é do Ministério da Economia. O Ministério tem que enxergar isso, porque é a caixa de ressonância, é de lá que saem as medidas, é onde se aperta o cinto. Vão apertando, sufocando e matando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Presidente Rodrigo Maia disse algo importante, relevante, mas tardiamente, porque essa questão da economia... Eu não sou economista, mas advogado. E não é preciso ser economista para compreender como é que uma pessoa vai viver com 1 salário mínimo tendo que pagar luz, água, aluguel, prestação da casa, comida para os filhos, saúde, educação. Ele não vai conseguir, se o Estado não fizer a parte dele. E o Presidente Rodrigo Maia está dizendo algo extremamente relevante, só que não viu isso na hora.

Nós do PDT alertamos, denunciemos, falamos, gritamos. Mas disseram que nós éramos os atrasados *"Vocês são uns trogloditas. O moderno é isso. Vamos cortar os gastos! Vamos apertar o cinto!"* Mas estão apertando tanto que estão sufocando as pessoas, tirando o oxigênio delas. As pessoas não estão respirando. Elas vão morrer de fome, de miséria, de falta de educação, de falta de perspectiva, de falta de esperança.

Quero deixar esse enfoque aqui, porque a palavra agora veio do Presidente da Câmara dos Deputados, alguém que está na linha da sucessão presidencial.

Eu concluo com as palavras do Presidente Rodrigo Maia: *"Por causa do teto, teremos que pensar solução para ter capacidade de ampliar gastos após reformar a Previdência. Não vai ter muita alternativa. Vivemos 5 anos numa recessão. Isso significa que vamos entrar num colapso muito rápido no Brasil e temos que organizar isso junto com Estados e Municípios"*.

Nós já estamos em colapso, já estamos descendo a ladeira. Mais para baixo está a ribanceira. E aí despenca tudo.

Deixo a minha manifestação, o meu protesto. O Ministério da Economia deste País tem muita responsabilidade. Mas ninguém vai morrer sem pelear! Ninguém vai morrer sem gritar! Nós somos seres humanos. Ninguém tem sangue de barata. Depois, não venham se queixar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu passo a palavra ao Sr. Waldery, para dar as respostas ao Senador Luiz do Carmo e ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Obrigado, Presidente Marcelo.

Senador Gurgel, em primeiro lugar, eu quero agradecer as perguntas, na realidade uma pergunta pontual, e novamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É o Senador Luiz do Carmo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Desculpe-me, Senador! Eu queria colocar o seu nome por completo por uma deferência. Aí eu estava olhando aqui no Google. Era esse o ponto.

Eu acredito que essa deferência a esta Casa, à CMO em particular, é de primeiríssima grandeza. É aquilo que o Ministro apontou na sua fala e eu reforcei quando apresentei o Power Point com os números. Aqui se decide o que é de mais importante para o País. Os senhores têm o poder decisório. A sociedade está nas mãos dos senhores.

Eu sou consultor do Senado. Então, eu sou da Casa e já estive várias vezes aqui com os meus colegas. A Ana Cláudia estava aqui, o Volpe e tantos outros colegas. Então, eu conheço bem. Já assessorei e vou continuar assessorando assim que retornar do Ministério da Economia para a minha casa, que é o Congresso Nacional, com o orgulho de servir aos senhores. E a CMO tem esse mérito.

Indo ao foco, à sua pergunta, o senhor apontou, e aí coincide também com o que foi apontado pelo Deputado Pompeo de Mattos, em relação ao teto de gastos, ou à Emenda Constitucional nº 95, denominada Novo Regime Fiscal. Ela traz uma visão para 20 anos. Então, começamos em 2017, com 20 anos. Ela pode ter uma revisão após 10 anos. Há méritos para a Emenda Constitucional nº 95, alguns apresentados aqui com relação ao PLDO 2020; e há incompletudes, situações nessa emenda que trouxe um teto para os gastos, para as despesas primárias de União, que precisam ser trabalhadas.

Na apresentação, Senador, nós apontamos que a despesa como percentual do PIB estava em um patamar relativamente alto, em torno de 19%, mas se não houvesse esse teto de gastos, uma contenção dos gastos, ela teria uma trajetória explosiva. A despesa primária da União estava, em 2002 — o gráfico foi apresentado — em uma magnitude de aproximadamente 16% do PIB. Agora, em 2016, ela atingiu o patamar de 19% do PIB. É galopante, é insustentável. Seria insustentável se fosse no orçamento familiar de cada um de nós. É insustentável também esse nível de gastos para um país.

O mérito do teto de gastos — e nós entendemos a contextualização que o Presidente da Câmara dos Deputados nos trouxe — é como uma sangria desatada: você põe um torniquete para que o crescimento não seja tão alto. Se os senhores olharem, e a sociedade brasileira também — aqui estamos falando com toda a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sociedade, já que esta reunião está sendo transmitida —, o nível das despesas primárias, aquela que é mais forte, mais galopante, com crescimento mais acelerado é exatamente a despesa previdenciária, que cresce a um ritmo gigantesco: mais de 50 bilhões de reais por ano. Então, isso tem que ser parado. Nós não conseguimos aguentar, o sistema não se sustenta.

Em 2017, colocando o seu apontamento, Senador, o senhor citou quase 300 bilhões de reais, 276 bilhões de reais de renúncia tributária, que, tecnicamente, denominamos gasto tributário. Esse número acelerou ao longo do tempo. Hoje, ele representa 4,2% do PIB. Nós convivemos relativamente bem com um patamar de 2,2% do PIB. E a nossa LDO traz, inclusive, diretrizes para a redução desse gasto tributário, a uma taxa de queda de 0,5% do PIB ao ano. Os valores que estão listados no chamado DGT — Demonstrativo dos Gastos Tributários para 2020, 2021 e 2022 implicam crescimento nominal, mas em uma queda em termos de percentual do PIB. Os números são claros e diretos.

O crescimento desse gasto tributário é revertido, só que paulatinamente. Qual é o ideal? O ideal é chegarmos a um valor próximo ao que tínhamos em 2010, que era da ordem de 2,5%, um pouco mais de 2% do PIB. É possível chegarmos a isso? Sim. Quais são os grandes itens? A Zona Franca de Manaus, com cerca de 26 bilhões de reais, o SIMPLES, que beira os 90 bilhões de reais, e várias outras medidas, incluindo algumas já faladas aqui com relação a isenções ligadas ao Imposto de Renda Pessoa Física — IRPF, ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica — IRPJ e outras. Cada um desses itens implica um custo político, uma decisão que sempre tem que ser tomada e aprovada por esta Casa.

Nós, Poder Executivo, podemos até reduzir essa renúncia tributária em alguns pontos — é o caso de isenção para motocicleta, via decreto. Mas para uma decisão efetiva, como o Ministro Paulo Guedes disse, é preciso voltar aqui. V.Exas. é que têm legitimidade; V.Exas. é que foram eleitos; V.Exas. é que têm esse condão de decidir o que cortar. Hoje o nosso patamar é da ordem de 326 bilhões de reais estimados para 2020, e há muita gordura. Nós temos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Eu vou pedir licença para ir ao plenário votar. Nós ainda temos que votar. Há uma votação nominal.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós temos, então, a possibilidade de reduzir os gastos tributários e trazer maior racionalidade à economia. Isso será feito ao longo deste ano. Nós temos, sim, medidas para a redução do gasto tributário, que implica, como o Sr. Ministro falou, uma anomalia, uma disfunção muito grande. Aqueles que têm acesso ao Governo ou a algum privilégio conseguem a renúncia tributária; outros ficam à margem do sistema. Claramente, há um desbalanceamento. Portanto, nós iremos reduzir o nível de gastos tributários, ou a renúncia tributária em particular, porque a redução pode, sim, também beneficiar os Estados. Então, nós temos uma situação de ganha-ganha.

O Deputado Pompeo de Mattos teve que se retirar para a votação, mas S.Exa. tangencia a pergunta anterior. Quanto mais robusta e mais bem equilibrada a economia, em particular a política fiscal, maior é a equidade. A ponta mais fraca é aquela que mais sofre com os desmandos macroeconômicos. Se há inflação elevada — e o Brasil viveu isso, viveu hiperinflação —, quem mais sofre são os mais pobres. Se há uma política fiscal desequilibrada, desbalanceada, quem mais sofre são os mais pobres. Então, isso é de uma responsabilidade tremenda, como o Deputado Pompeo de Mattos apontou, e nós assumimos essa responsabilidade para, através de uma gestão macroeconômica responsável, atacar os problemas, que exatamente pioram a situação dos menos favorecidos, dos mais pobres.

A reforma da Previdência, por exemplo, a PEC 6 ou a nova Previdência, trará um fôlego fiscal e uma possibilidade de a economia crescer e novamente retirarmos da pobreza — e aí de forma mais sustentável — milhões de pessoas de baixa renda. O melhor remédio para o combate à pobreza e também, em certa medida, à desigualdade é o crescimento econômico. Então, isso responde, espero, o questionamento em relação ao teto de gastos, a melhorias a serem feitas, as quais precisarão, inclusive, contar com a aprovação desta Casa. Precisarão inclusive contar com a aprovação desta Casa. Nós fazemos propostas, mas boa parte das decisões acontece aqui. A decisão é política. Os senhores é que decidem.

Nós temos outro apontamento. Já falou sobre isso o Ministro Paulo Guedes, mas volto a reforçar a questão. O Deputado citou 30% de corte de recursos das universidades federais. Qualificações: não houve corte, houve contingenciamento; não foi dessa magnitude, o valor é da ordem de 6,8 bilhões. Houve queda em relação às despesas discricionárias do MEC. De 25 bilhões, caíram para dezoito e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alguma coisa. Precisamente, caiu de 25,011 para 18,288. A queda foi de 6,8 bilhões quanto às despesas discricionárias. Se for considerado esse valor em relação ao que está previsto na LOA 2019 para o Ministério da Educação, são 148,7 bilhões. Então, primeira qualificação: foi feito um contingenciamento, não um corte. Segunda qualificação: a queda, em termos de valores, foi de 6,8 bilhões. Terceira qualificação: não é o Ministério da Economia que determina a alocação intraministério, é o Ministério setorial que toma a frente. Quarta e última qualificação: de acordo com a reversão das expectativas de crescimento econômico, que acreditamos ser factível, a receita responde a uma menor pressão orçamentária, e esses números podem ser revistos pelo Poder Executivo.

Presidente Marcelo, são essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Vamos ouvir agora, por último, o nosso Relator Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O Deputado Cajado quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quer falar mais, Deputado Cajado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mais? Eu falei pouco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - (*Riso.*) V.Exa. sabe que sempre é bem ouvido.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quero agradecer a presença do Ministro, dos Secretários, do Secretário-Adjunto, que participou do debate que fizemos de manhã.

Faço rapidamente uma reclamação. O Presidente da CMO, o Senador Marcelo Castro, não pagou o almoço para quem ficou aqui desde as 10 horas. V.Exa. está de regime, mas quem não está sofre.

Foi extremamente importante o debate que fizemos aqui. Eu espero que ele tenha trazido luz àqueles que irão produzir os seus votos nas matérias que estão sendo objeto da pauta de discussão nessas audiências públicas.

Espero também que haja outros debates como este. O Governo não obsta nenhum tipo de convite para que possamos discutir a pauta dos projetos a serem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votados, pelo contrário. Nós temos posição, temos opinião e sabemos convictamente que estamos produzindo o melhor, nas condições que se apresentam. Isso, pela exposição, ficou muito claro.

Da parte da Liderança do Governo, nós agradecemos e fazemos votos de que possam retornar assim que for possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Cajado.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, ele disse que realmente a União pode mexer em muito pouco dos benefícios fiscais que estão dando para as indústrias. Eu não sei se ele está certo, acho que está. A indústria automobilística terá incentivo de 7 bilhões em 2019. Aumentou muito de 2018 para 2019, esse incentivo é muito grande. Sete bilhões é muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza, nobre Senador.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Presidente, V.Exa. me permite fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Senador Luiz do Carmo, seu número é esclarecedor do nível de distorções que existem no total de renúncias tributárias no Brasil. Esse é um tema que será enfrentado. Nós estamos dando prioridade à Nova Previdência, mas temos várias análises sobre esses números. Como eu comentei, há reflexos positivos também para os Estados. Essa é uma agenda que virá ao Congresso no tempo devido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou passar a palavra ao Deputado Cacá Leão, Relator da LDO, para que ele peça esclarecimentos à equipe do Governo.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Agradeço, Presidente.

Eu vou fazer, querido amigo Waldery, mais uma pergunta e depois um pedido de detalhamento maior de uma questão que não foi colocada aqui hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A LDO, durante muito tempo, trouxe dispositivos que davam tratamento fiscal favorecido ao PAC, nomeado como Avançar no Governo do Presidente Michel Temer. No PLDO 2020, foram retiradas todas as referências ao PAC, já que não se pretende continuar com ele. A pergunta seria: o Governo pretende agrupar os "poucos investimentos" — entre aspas — num pacote, como era o PAC? De que outra forma o Governo pretende coordenar essa aplicação?

Queria também que V.Sa. explanasse um pouco a questão do Programa de Equilíbrio Fiscal, um pacote de medidas de ajuda financeira aos Estados, que devem executar uma contrapartida a um plano de ajuste gestado pelo Tesouro conhecido como Plano Mansueto.

Para finalizar, quero só lhes agradecer a presença. Agradeço a todos os técnicos do Ministério da Economia que aqui se fazem presentes e aos Deputados e Senadores, em especial ao Deputado Claudio Cajado, que lidera o Governo e, além de tudo, é meu conterrâneo, colega de partido e amigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Lidera com o brilhantismo de sempre.

Waldery está com a palavra.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Cacá Leão.

Há dois pontos. O primeiro é relacionado ao PAC. Na realidade, o que foi mantido está em termos de um grau de liberdade para remanejamento. Isso foi colocado com essa visão.

O Plano de Equilíbrio Fiscal, que estamos temporariamente denominando de PEF, é uma das três medidas. É uma medida de impacto imediato, de curto prazo. Ela é conjuntural. Existe uma segunda medida, que denominamos de PFE — basta trocar as letras —, que é o Plano de Fortalecimento de Estados e Municípios. Ela é mais estrutural. Pode alongar-se por 30, 35 anos.

A terceira medida se refere à questão do bônus de assinatura a ser obtido com o leilão dos excedentes da cessão onerosa.

Então, vejam V.Exas., nós entendemos — esta é uma diretriz clara do Ministro Paulo Guedes — que o federalismo fiscal precisa ser repensado no País. A União está, do ponto de vista fiscal, bastante fragilizada. Nós apresentamos aqui as previsões, caso não haja reformas, para o déficit primário nos próximos 3 anos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sabemos que os Estados têm um fortíssimo estresse fiscal, e os Municípios também.

Quanto ao Plano Mansueto, lembro que Mansueto Almeida é o Secretário do Tesouro, que está aqui sendo representado pelo Secretário-Adjunto, Otavio Ladeira.

Até aproveito a oportunidade para colocar um ponto importantíssimo, Presidente Marcelo Castro: nós estamos tendo pela primeira vez a possibilidade de ficarmos com a elaboração do Orçamento — o Secretário de Orçamento Federal está conosco na Fazenda — e a execução, que está relacionada ao Secretário do Tesouro. Além disso, temos uma outra secretaria associada à avaliação de políticas públicas.

Senhores e senhoras, como um orçamento deve ser constituído? Deve ser bem elaborado, bem executado, bem avaliado e, de novo, bem elaborado, bem executado, bem avaliado. Esse círculo virtuoso no processo orçamentário é extremamente importante.

Esta é a Casa, este é o foro, este é o lócus para discutirmos o Orçamento. Então, a relatoria da LDO, a relatoria do PPA e a relatoria da LOA estão nesta Casa. E nós temos, o Ministério da Economia, na Secretaria Especial de Fazenda, a possibilidade de promover a elaboração, a execução e a avaliação orçamentárias simultaneamente sob o mesmo guarda-chuva. Isso nos abre uma possibilidade de gestão orçamentária mais eficaz e direta.

Dito isso, volto à questão dos três planos. O primeiro plano, o Plano de Equilíbrio Fiscal, o Plano Mansueto — nosso Secretário de Orçamento —, é conjuntural. O segundo plano, o Plano de Fortalecimento dos Estados, refere-se à transferência da União para os Estados de recursos que hoje só estão sob o domínio da União no Fundo Social, é um plano mais estrutural. E o terceiro é uma partilha, já comentada pelo Ministro Paulo Guedes, do bônus de assinatura, que está previsto em 106,6 bilhões de reais para os Estados. É uma parte a ser ainda acordada com o Congresso Nacional. É imprescindível a participação do Congresso Nacional. Isso exige PEC. No caso de bônus de assinatura, temos que estabelecer uma exceção, quanto ao teto de gastos — hoje, não é uma das quatro exceções que existem no teto de gastos —, para a partilha com os Estados.

São essas, então, as três medidas. O primeiro plano, o Plano Mansueto, foi assim denominado em homenagem ao Secretário Mansueto. O Ministro Guedes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

refere-se ao meu nome para o segundo plano. Quanto ao terceiro, daqui a pouco ele fala um outro nome. Isso é importante porque facilita a referência. O Plano Mansueto é bem direto. Durante o mandato do Governador, de 4 anos, seja pelo lado da receita (por exemplo, a venda de um ativo para quitação de um passivo), seja pelo lado da despesa (o controle da despesa), esse ajuste fiscal nós analisaremos, veremos o que ele implica em melhoria fiscal para o Estado, e concederemos, após essa análise, uma garantia do Tesouro Nacional. Hoje, nós temos limite da ordem de 10 bilhões de reais por ano. Portanto, poderia chegar, em princípio, a 40 bilhões ao longo de 4 anos, para que aquele Estado tivesse a garantia do Tesouro Nacional.

Existe uma oferta muito forte tanto de bancos privados quanto de agências multilaterais, agências internacionais, para empréstimo aos Estados que tenham garantia do Tesouro Nacional. Entendemos que cerca de 13 Estados têm capacidade de pagamento denominada como C. Elas são classificadas em A, B, C e D. A e B ficam num patamar em que, hoje, podem tomar empréstimo do Tesouro; C e D não. O que nós queremos é graduar esses 13 Estados que estão na C, para que eles subam de *ranking* e fiquem com capacidade de tomada de empréstimo direto. A sinalização feita por esses Estados permitirá que eles obtenham suporte, via garantia do Tesouro, e melhorem sua capacidade de pagamento.

O valor total concedido é de 10 bilhões. Essa é uma autorização dada pelo Conselho Monetário Nacional. Quem decide? Votos no Conselho Monetário Nacional são dados por três pessoas: o Ministro Paulo Guedes, o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o Secretário Especial de Fazenda, que sou eu neste momento.

Se entendermos que esse programa, Deputado Cacá, pode ser alongado, será o melhor dos mundos, porque teremos os Estados fazendo seu dever de casa, reequilibrando suas contas fiscais, e o Tesouro aportando garantia, permitindo que eles tenham esse fôlego.

Mas entendemos também — somos solidários com a questão do federalismo fiscal — que o ano de 2019 é atípico, porque, em maio, estamos falando de uma medida para o mandato do Governador, de 4 anos. Já teremos enviado aos senhores a medida, que já está pronta, cem por cento pronta. Estamos aguardando que os Presidentes Alcolumbre e Maia retornem do exterior. Nós conversamos com Governadores. Teremos reuniões no Conselho Nacional de Política Fazendária —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONFAZ com os 27 Secretários, dos Estados e do Distrito Federal, para afinar essas medidas. Faremos o anúncio prontamente. A aprovação, por lei complementar, é dada por esta Casa. Esta Casa é quem bate o martelo, é quem decide.

Cabe a nós, o Executivo, apresentar soluções, internalizar a responsabilidade que nos é devida, e, na medida em que esta Casa der a aprovação, nós teremos a implementação, esperamos, o quanto antes. Temos conversado muito com as Presidências das duas Casas em particular, também com várias Lideranças e, como mencionei, com os Secretários de Fazenda e Governadores, para que o programa oferecido seja implementado no melhor interesse dos Estados e tenha forte efetividade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Antes de encerrar esta reunião, aviso que amanhã, dia 15 de maio, quarta-feira, neste plenário, às 14h30min, ocorrerá reunião extraordinária para apreciação de matérias constantes da pauta.

Agradeço o comparecimento do Ministro de Estado da Economia, o Sr. Paulo Guedes, e de toda a sua equipe, bem como dos Srs. Parlamentares.

A reunião está encerrada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2019.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Hiran Gonçalves, Joice Hasselmann, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Fred Costa, Gilberto Abramo, Gurgel, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho, Samuel Moreira, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Célio Moura, Claudio Cajado, Delegado Marcelo Freitas, Evair Vieira de Melo, Gilson Marques e Vermelho. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Filipe Barros, Genecias Noronha, Hildo Rocha, Jhonatan de Jesus, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Misael Varella, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates e Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia quinze de maio de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **AVISO.** O Presidente informou, que no dia 16 de maio, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 4 da Câmara dos Deputados, haveria Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, que apresentaria a Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os Resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre do exercício de 2017; e 1º e 2º semestres do exercício de 2018. Participariam, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo após, o Presidente informou que havia sido atingido o *quórum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **EXPEDIENTES.** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 07 a 15 de maio de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em sequência, o Presidente passou a apreciação da Ata da seguinte Reunião: 1ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de maio de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federal. **ORDEM DO DIA.** Eleição do Primeiro e Segundo Vice-Presidentes da Mesa da CMO. O Presidente propôs ao Plenário que a eleição da Mesa da CMO para 2019 fosse por aclamação, para os cargos de Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, de acordo com as seguintes indicações propostas pelas Lideranças Partidárias: conforme o Of. Nº 153/2019/PDT, de 10 de abril de 2019, do Deputado André Figueiredo, Líder do Bloco PDT, AVANTE, PV, foi indicado o Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), para o cargo de Primeiro Vice-Presidente da Mesa da CMO. E através do Of. 053/2019-GLPODE, de 15 de maio de 2019, do Senador Alvaro Dias, Líder do PODEMOS, foi indicado o Senador Elmano Férrer (PODE/PI), para o cargo de Segundo Vice-Presidente da Mesa da CMO. O Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG) indagou sobre os partidos dos candidatos e o Presidente informou. Em votação, a Proposta de Eleição por aclamação foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleitos e empossados para composição da Mesa da Comissão para 2019, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS); e o Segundo Vice-Presidente, Senador Elmano Férrer (PODE/PI). Após a eleição, o Deputado Dagoberto Nogueira agradeceu aos parlamentares e ao Líder do Bloco por sua indicação. PAUTA. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 865/2018-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 225.710.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e dez mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 07.05.2019, o Relator apresentou o Relatório e foi discutida a matéria. A discussão foi encerrada e em virtude da falta de consenso, a votação da matéria foi adiada. E nesta reunião, os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Hiran Gonçalves (PP/RR) apresentaram considerações sobre a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 06/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública para discutir: Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do PLN 04/2019-CN, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões. Sugerindo, os seguintes convidados para o debate: 1. Ministro da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra; 2. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias; 3. Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, e 4. Economista, Sr. Rodrigo Ávila.” Autor: Deputado Hildo Rocha. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Lucio Moschini (MDB/RO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado (PP/BA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Nelson Pellegrino (PT/BA), Lucio Moschini (MDB/RO) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). O Senador Izalci Lucas sugeriu a inclusão de quatro convidados: Sr. Felipe Scudeler Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente; Sr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. Otávio Ribeiro Damasio, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; e Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União. Em votação, o Requerimento com as alterações propostas foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e Alexis Fonteyne (NOVO/SP). Em votação, na representação do Senado Federal, foi **aprovado**. Em prosseguimento, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta**, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2019-CN**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Deputado Paulo Azi. Discutiram o Requerimento os Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Paulo Azi (DEM/BA), Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e Beto Faro (PT/PA). Não houve consenso e o Presidente informou que o Relatório ao **Projeto de Lei nº**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

03/2019-CN seria apreciado na próxima reunião deliberativa da CMO. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 15.05.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Avisos.

Informo que está prevista para ocorrer amanhã, dia 16 de maio, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, reunião conjunta de audiência pública com o Presidente do Banco Central, Sr. Roberto Campos Neto, que discorrerá sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço do Banco Central do Brasil, referentes ao segundo semestre do exercício de 2017 e aos primeiro e segundo semestres do exercício de 2018, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serão convidadas a participarem as seguintes Comissões: na Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; no Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Vamos aguardar o quórum, já contatamos alguns Senadores. Há quórum na Câmara, mas ainda falta no Senado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Peço aos Srs. Congressistas que tomem seus lugares.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito que sejam declarados como lidos os Expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a ata da seguinte reunião: 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de maio de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eleição por aclamação, para manter a nossa tradição.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de fazermos a eleição do 1º Vice-Presidente e do 2º Vice-Presidente da CMO por aclamação.

Em votação a proposta de eleição por aclamação do 1º e do 2º Vice-Presidentes, sendo o 1º Vice-Presidente o Deputado Dagoberto Nogueira e o 2º Vice-Presidente o Senador Elmano Férrer.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, por gentileza, quero saber o Estado e o partido de cada um dos candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Dagoberto Nogueira é do PDT do Mato Grosso do Sul e o Senador Elmano Férrer é do Podemos do Piauí.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sendo assim, consideramos eleitos 1º Vice-Presidente o Deputado Dagoberto Nogueira, do PDT do Mato Grosso do Sul, e 2º Vice-Presidente o Senador Elmano Férrer, do Podemos do Piauí. *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira, recém-eleito 1º Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. e aos demais companheiros desta Comissão, ao bloco do qual faço parte e ao nosso Líder André Figueiredo, que fez nossa indicação e, depois, teve anuência da maioria absoluta dos demais partidos. Com isso, quero assumir um compromisso com V.Exa.: estaremos à disposição desta Comissão para poder ajudá-la naquilo que for possível para o bom andamento dos trabalhos.

Muito obrigado pelo apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não temos a menor dúvida, Deputado Dagoberto — já nos conhecemos de longa data —, de que V.Exa. irá prestar relevante serviço ao Brasil aqui nesta Comissão tão importante para o nosso País.

Vamos à Ordem do Dia.

Item 1 - Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 865, de 2018, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República no valor de 225 milhões e 710 mil reais, para os fins que especifica.

Relator: Deputado Hiran Gonçalves.

Encerrado o prazo regimental, à medida provisória não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Executivo.

Informo que, na reunião anterior, o Relator leu o relatório e a matéria foi discutida. Encerrada a discussão, em virtude da falta de consenso ficou adiada a votação da Medida Provisória nº 865, de 2018, do Congresso Nacional, para esta reunião.

Dito isto, passo direto à votação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Só para manifestar uma opinião que, a meu ver, para além do conteúdo da proposta — portanto do mérito da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposta que tem em si —, há um conteúdo estratégico de cada medida que se debate aqui.

A ditadura militar usava o recurso dos atos institucionais e decretos. Foi da alçada do ex-Ministro Jarbas Passarinho, por exemplo, o Ato Institucional nº 5, que todos nós sabemos que trouxe limitações enormes à liberdade dos cidadãos brasileiros e prejuízos muito grandes às milhares de individualidades ao prejudicar a continuidade nas universidades, a conclusão dos seus cursos, enfim.

Hoje, muitos daqueles que foram vítimas da ditadura lutam pelo reconhecimento da condição de anistiados e têm como argumento atos violentos perpetrados pelo Estado que lhes tolheram a liberdade. E quantos decretos foram à revelia do Poder Legislativo, mesmo considerando um bipartidarismo e as limitações que a Constituição dava ao exercício da representação popular? Apesar disso, muitos decretos foram usados.

Veio a Constituição chamada cidadã e disse: *"Nós não podemos inviabilizar o Executivo. Em determinado momento, um Presidente da República tem que ter o direito de agir de forma emergencial, baseado na alta relevância da ação emergencial que ele pretende realizar. Nesse sentido, vamos garantir isso a ele"*. A Constituição, então — parece-me que no art. 62 ou 66 —, estabelece a possibilidade das medidas provisórias.

Eu quero dizer à bancada governista que aqui não há nenhuma crítica particular ao atual Governo. Eu poderia me referir ao Temer. Com todo o respeito eu poderia me referir aos Governos Lula e Dilma, que usaram de forma muito intensa o dispositivo das medidas provisórias. O problema da medida provisória é que, se ela prevê as condições para ser publicada e, a partir da publicação, ter validade, portanto virar lei por 2 meses, prorrogáveis por mais 2 meses, ela cria fato consumado. Então, ela tira o poder deste Poder.

Vejam bem, pela Medida Provisória nº 860, os contratos feitos acerca do saneamento dificilmente vão ser desfeitos, porque trariam prejuízo a uma empresa que, pode-se dizer, de boa-fé acreditou que ela seria aprovada. Mas a medida trouxe prejuízo para aqueles que, como eu, acreditam que um bem natural como a água e um monopólio natural... Até os convictos liberais, autênticos liberais, sabem que monopólio natural não pode ser colocado na ordem dos bens privatizáveis, porque não há concorrência possível. Eu não posso ter dez, três, cinco torneiras de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

água em cada ambiente sanitário da minha casa para escolher a empresa que está fornecendo aquela água. Então, é monopólio!

Mas a Comissão lá já aprovou um relatório que viabiliza a privatização dos sistemas e dá à iniciativa privada 40 bilhões do patrimônio natural do nosso povo e do direito à água, que fica comprometido.

Isto é uma opinião pessoal, que tem uma base filosófica e ideológica, é verdade. Eu não estou querendo entrar em choque aqui. Eu quero dizer, com esse exemplo, que isso virou fato consumado. Então, mesmo que eu reconheça posições diferentes e as respeite, é fato consumado.

Neste caso, não há o que se discutir, tem que se aprovar. No entanto, nós temos que discutir o outro ambiente. Merecia uma intervenção, em final do Governo Temer, e um gasto de 265 milhões de reais assim, sem que a cidadania brasileira, através da sua representação legítima, que somos nós... Eu posso ter alguma discordância com o Deputado Dagoberto ou com o Senador Izalci, mas nós somos legítimos representantes do povo. Mesmo que tenhamos diferenças, este é o Poder Legislativo, é o Poder que faz uma síntese a partir das diferenças. Quem tem maioria vota, e eu tenho que respeitar a decisão da maioria. Mas nós agora somos obrigados a aprovar esse crédito. É pouco? É pouco. É necessário? Talvez sim. Mas por que medida provisória? E por que em final de governo? E é pouco, mas é muito também. Nós falamos em crise, nós falamos em recessão.

Ontem o ex-Deputado Haully, que é um liberal insuspeito — não é? —, fez uma palestra linda aqui para nós, defendendo sua proposta de reforma tributária. Ele mostrava que, enquanto em países do mundo inteiro a média de crescimento é de 21%, aqui a média de crescimento é de 4% ou 5%, ou seja, nós temos 25% de queda em relação ao mundo. Então, não falamos só em termos absolutos relativos no Brasil. Há uma relação com o mundo que faz com que nós percamos poder de concorrência nesse mercado globalizado, para usar a expressão de uma sociedade capitalista que tem no mercado um aspecto imprescindível para a sobrevivência do sistema.

Assim, eu expresso aqui a opinião do PSOL de votar a favor, parabenizando o Deputado Hiran pelo relatório, mas expresso essa opinião em relação ao uso das medidas provisórias como se fossem decretos autoritariamente impostos ao povo, sem cumprir os dispositivos constitucionais da relevância... Sim, o tema pode ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relevante, mas é urgente? Às vezes é uma coisa e não é outra. A Constituição diz que tem que ser as duas coisas juntas.

Eu não sei se este caso é o que merece mais crítica, mas eu queria expressar minha opinião sobre este e outros pontos que envolvem iniciativas de medidas provisórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, nobre Deputado Edmilson.

Nós vamos colocar a matéria em votação, mas antes concedo a palavra ao Relator, o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, como nós falamos na nossa última sessão aqui, esse recurso foi liberado na vigência de uma intervenção federal que foi aprovada nesta Casa porque nós vivemos uma situação de extrema gravidade em nosso Estado ao final do Governo anterior, quando a ex-Governadora Suely Campos chegou à situação de absoluta insolvência. Não se conseguia mais pagar servidores, não se conseguia pagar fornecedores, e o Estado parou. Aqui está o colega Senador Mecias de Jesus, que pode corroborar o que eu estou dizendo.

O Governo liberou esse crédito, que foi utilizado para sanear as contas do Governo no período de intervenção. Isso foi, inclusive, pactuado com o Governador eleito, Antonio Denarium, que antecipou, por assim dizer, a posse oficial de janeiro para dezembro e fez um ajuste nas contas do Governo de lá, para podermos caminhar, por conta de uma imigração inominável que estamos vivenciando até hoje no nosso Estado. Para V.Exas. terem uma ideia, mais de 10% da nossa população é venezuelana, o que causa um impacto muito grande nas contas do nosso Estado.

Agora mesmo, Sr. Presidente, eu vou ser Relator de uma nova MP, que vai liberar mais 200 e poucos milhões para o Exército, o Ministério da Defesa, para que faça o acolhimento desses migrantes. A migração intensificou-se mais ainda com a agudização da crise na Venezuela.

Eu quero agradecer a aprovação dessa medida provisória. Concorde com o meu querido Deputado Edmilson quanto à importância de regulamentarmos e tentarmos minimizar a publicação de medidas provisórias no nosso País. Eu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

concordo, mas há alguns casos excepcionais, que nós não temos outra maneira de resolver, salvo melhor juízo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos, nobre Deputado Hiran Gonçalves.

Vou colocar em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Item 2. Apreciação do Requerimento nº 6, de 2019, da Comissão Mista de Orçamento, que requer a realização de audiência pública para discutir fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do PLN 4/19, do Congresso Nacional, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para o cumprimento da regra de ouro seja inferior a 248,9 bilhões de reais.

Os autores do requerimento são o Deputado Hildo Rocha e o Deputado Lucio Mosquini.

O Deputado Lucio Mosquini acabou de sair, mas assinou o requerimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, é possível subscrever o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É possível.

Vou conceder a palavra ao Deputado Claudio Cajado, que a pediu em primeiro lugar. Em seguida, terá a palavra o Senador Izalci. Em terceiro lugar, vou conceder ao Deputado Edmilson; em quarto lugar, ao Deputado Alexis.

Tem a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, queria pedir a V.Exa. que delimite o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo 3 minutos a cada um.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, e os demais membros da Comissão, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Quero fazer um pedido. No requerimento de audiência pública, o Deputado Hildo expõe quais são quais os convidados, Sr. Presidente Marcelo? Ele nomina as pessoas, não é? *(Pausa.)*

Recebi a lista aqui. Na lista constam Ministro da Cidadania, Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central e economista.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer constar... O autor não está presente, mas outros subscreveram. Eu pediria que convidássemos o Dr. Felipe Salto, Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente; Marcos Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal; Otávio Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central.

Acho que o Presidente do Banco Central estará aqui amanhã, em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exato.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Talvez ele não venha. Então, a pessoa mais adequada seria o Dr. Otávio Damaso, até porque o Presidente do Banco Central poderá responder a eventuais perguntas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Por último, sugiro o nome do Dr. Leonardo Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Então, eu pediria que incluíssemos esses quatro nomes, fizéssemos uma audiência pública na semana que vem — possivelmente V.Exa. marcará para terça-feira — e votássemos na quarta-feira, Sr. Presidente. Foi demonstrada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, bem como pelo Secretário de Fazenda e de Orçamento e pela própria Diretora do TCU na área governamental, a importância de o PLN ser votado e, obviamente, aprovado. Foi exaurida, inclusive, grande parte da discussão.

Acredito que o Relator do PLN 4/19, o Deputado Hildo Rocha, deve ter se convencido de que não existe outra alternativa senão a que já existe hoje, que é a emissão dos títulos que já se encontram no caixa do Governo, para cumprir despesas condicionadas, como o Bolsa Família, Previdência, BPC, etc. Usar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reservas cambiais é impossível, muito menos possível é colocar o Banco Central para custear despesa do Governo.

O Governo não tem nenhum tipo de interesse em obstaculizar a discussão; pelo contrário, quanto mais clarearmos essas discussões melhor, mas nós estamos preocupados com o prazo para aprovar e remeter o PLN ao Congresso Nacional.

Portanto, eu faço um apelo a V.Exa. para que, vencida esta audiência pública, possamos votar o PLN na semana que vem, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Claudio Cajado.

Eu vou submeter o requerimento...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir o requerimento?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Eu quero, primeiramente, antes de avançar...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Até porque eu sou agora um dos autores do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. subscreve o requerimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra, pela ordem, primeiramente ao Senador Izalci Lucas; depois, concederei ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu também quero subscrever o requerimento. Eu ia colocar exatamente a sugestão desses nomes que o Deputado Claudio Cajado colocou. Também quero aproveitar para reforçar a importância da votação do PLN 4/19, lembrando que ontem foi dito aqui, pelo Ministro Paulo Guedes, que esse recurso se refere ao pagamento da Previdência, do Bolsa Família, do BPC e o financiamento da agricultura — o Plano Safra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é só para dizer que o Congresso não pode, de forma alguma, assumir essa responsabilidade de não votar uma matéria tão importante para o povo brasileiro, principalmente para aqueles que mais precisam do nosso apoio.

Então, quero subscrever o requerimento e fazer um apelo para que possamos votar na semana que vem, sem falta, esse PLN de tamanha importância.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito!

Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Ontem o Deputado Claudio Cajado usou da palavra. Eu até me referi a ele, com todo respeito, mas ele havia ido votar. Eu fui o último a questionar o Ministro.

É verdade que alguns representantes do Governo fizeram um discurso que contemplou o Deputado Claudio Cajado e outros Deputados e Senadores, mas não é verdade que contemplou todos, porque há diferença de visão aqui.

O Ministro foi muito respeitoso. Eu tenho que reconhecer que eu fui o último a perguntar e que ele não deixou de responder nenhum dos meus questionamentos. Mas é verdade também que eu vi um certo... É ruim na ausência dele dizer... Eu não vou usar um adjetivo indelicado com um ausente. Mas, por exemplo, quando eu falei que hoje, em 2019... Eu falo com a dignidade e a honra de ter ido à tribuna questionar o Orçamento em nome do PSOL e ter votado contra o Orçamento de 2019 por vários motivos. Primeiro, a submissão ao sistema da dívida, que ninguém toca. A despesa financeira dos bancos pode, mas a despesa do Governo, como disse o Deputado Cajado, não pode. Ou seja, programas sociais não pode, mas lucro de bancos pode. Não sei se não temos que discutir isso.

Quando eu me referi aos 300 bilhões de reais em benefícios fiscais, ele resolveu fazer uma ironia, como se eu tivesse sido do Governo. Fez uma crítica ao Governo do PT. Eu sou do PSOL, que surgiu de um racha do PT. Nós não indicamos um quinto na hierarquia de um Ministério, nenhum burocrata, nenhum Ministro, nenhuma estatal. Fizemos oposição, é verdade. Somos de esquerda, somos oposição de esquerda, com propostas de esquerda, programáticas, mas não estávamos no Governo. Respeito os partidos que estavam no Governo, respeito o PT, que fez muita coisa boa para o Brasil. Agora, errou muito também. Um dos erros — e teve o voto contrário da bancada do PSOL, de três Deputados àquela altura, ainda no outro mandato — foi essa história de benefícios, acreditando em Papai





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Noel, como se as corporações fossem ter isenção fiscal ou algum grau de benefício fiscal e, com isso, gerar emprego.

Sabem por que mudaram aquele cara cujo avião caiu, que era o Presidente da Vale? Esqueci agora o nome dele.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Roger Agnelli.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Roger Agnelli, exatamente.

Sabem por que ele saiu da Presidência? Porque a Dilma assumiu o poder e percebeu que ele estava demitindo pessoas. Ele não cumpriu a promessa de implantar siderúrgica em Marabá e estava demitindo. A lista era de 3.500 servidores da Vale que seriam demitidos.

Então, existe Lei Kandir e novos benefícios, mas o que se aprovou ano passado? Aprovou-se que só três petroleiras, pobrezinhas, coitadas — BP, Shell e Total, muito pobrezinhas —, que já ganharam o pré-sal por causa da aprovação da PEC do Serra, que entregou o nosso patrimônio energético... Nós lutamos contra, mas virou lei. Eles não se contentam, eles querem explorar o pré-sal, ter lucro com o petróleo e ainda querem benefício fiscal.

O cálculo feito pelo Paulão, Consultor desta Casa, mostrou que o benefício fiscal para três petroleiras apenas alcança 1 trilhão e 100 bilhões de reais até 2040. Isso é um escândalo! São mais de 50 bilhões de reais ao ano, metade do que querem economizar com a reforma da Previdência, tirando direito dos ricos.

Já leram o art. 50 da PEC 6? E o art. 51? Sabem o que é rico para esse projeto? É quem ganha 2.231 reais. E pobre é quem ganha mil duzentos e poucos. É essa a referência de rico. Então, servidores da Câmara, servidores públicos em geral, trabalhadores da iniciativa privada, pessoas que ganham 2.500 reais, que ganham 3.000 reais, são muito ricas. Sabe o que é isso? É o estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — FIPE encomendado pelo Paulo Guedes, embora ele não diga.

O valor de 2.231 reais é a nova referência para o teto do regime que vai ser criado. Escrevamos isso. Eles não vão dizer agora, mas vão reduzir o teto. Desconstitucionalizando essa referência, os benefícios vão perder poder de compra real, e dentro de uma década, no máximo, sabe quem vai ser rico, quem vai estar ganhando o teto do que hoje é o regime geral? É quem ganha 2.231 reais, ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

equivalente ao valor hoje. Isso é uma aberração! Aí, vão conceder 300 bilhões em benefícios.

O que eu disse para o Ministro? Disse que ele não precisa tirar tudo. Nós não vamos jogar uma bomba atômica em Manaus e acabar com a Zona Franca. Não, não somos irresponsáveis. Não vamos acabar com o Super-SIMPLES, porque quem gera emprego no País é micro, pequena e média empresa. Mas é possível reduzir os benefícios a 50 milhões, a 100 milhões de reais. Ele tirou sarro dizendo que não era coisa do Governo dele, acusou os outros, mas mandou uma proposta de diretrizes orçamentárias para cá que mantém e amplia o valor acima da inflação — podem ver, eu não tenho o valor agora —, acho que aumentando os benefícios para 345 bilhões de reais em 2020, o que corresponde a 45 bilhões de reais a mais em 1 ano. Que história é essa? A metade do que querem economizar? Dizem que quem ganha 2 mil é rico!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, conclua por favor.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Nesse sentido, o Deputado A, B ou C pode estar convencido, mas esse debate é fundamental.

Eu concluo com esta frase: com a Emenda Constitucional 95, nós estamos discutindo isso agora, e daqui a pouco outros Ministros serão chamados para argumentar a necessidade de aprovar aqui suplementação de receita. Sabem por quê? Porque, mesmo que se arrecadem 600 bilhões de reais a mais em 2019 — todos sabem que isso é totalmente impossível —, o Orçamento está congelado. Nós vamos ter menos investimento, ociosidade nas indústrias, mais desemprego, e a inflação nos preços de produtos essenciais à necessidade humana não está controlada. Ao contrário, todos estão sentindo, quem vai ao supermercado sente o aumento do preço do feijão, do tomate, do ovo e de outros produtos.

Então, é necessário debater uma proposta estruturante, porque discutimos esse PLN e daqui a pouco novos outros, muitos bilhões virão. O Governo se diz engessado e quer manter o engessamento, porque não quer tocar nem no teto de gastos, nem no sistema da dívida, nem nos benefícios fiscais. E ainda aumenta juros — está na previsão aqui — numa sociedade e numa economia em recessão, com uma Taxa SELIC de 6,5% que vai para 8,5% até 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson, por favor...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Vou concluir.

Tudo isso tem que ser debatido de forma séria e profunda.

Os que vieram ontem contribuíram, mas é bom que se ouça também a voz da Dra. Maria Lúcia Fattorrelli, que ontem explicou isso aqui de forma parcial, e, portanto, não explicou seu argumento.

Não se falou aqui que o Banco Central tem que tirar dinheiro das reservas. Até se pode tirar dinheiro das reservas, que são remuneradas a juros negativos nos Estados Unidos, enquanto o Governo faz empréstimo a juro com base na Taxa SELIC ou maior que isso. Se for necessário, isso seria importante para salvar o Brasil. Mas ela falou, por exemplo, no caixa único, que hoje é de 1 trilhão, duzentos e poucos bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson Rodrigues, por favor...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Isso é o que há no caixa único, na conta única do Banco Central. Parte disso poderia ajudar a tirar o Brasil dessa crise, garantir investimento, gerar emprego e infraestrutura nos Municípios. Mas não se quer discutir um caminho alternativo, e isso vai destruir o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson. Eu sei que V.Exa. está falando coisas muito relevantes para o País, mas temos que seguir o Regimento, senão os outros Parlamentares ficam, com justa razão, reclamando da condução do Presidente, que deixa um falar mais do que o outro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, tenho uma questão de ordem.

O Deputado Paulo Azi pediu 3 minutos. Eu me contive nos 3 minutos. O Deputado, grande Líder, expôs...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Pelo Regimento, eu até teria mais tempo para falar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, seriam 5 minutos. Mas V.Exa., Deputado, nos enriquece com seus comentários, ainda que discordemos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou passar a palavra, então, ao nobre Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Presidente, obrigado pela concessão da palavra.

Nós tivemos ontem, nesta Comissão, uma explicação do Ministro Paulo Guedes sobre a necessidade dessa verba suplementar. Ele foi muito claro: se ele não tiver essa verba, nós vamos começar a parar aos poucos. Então, eu não vejo muita relevância em fazer mais uma convocação de audiência pública para falar sobre esse assunto.

Completando um pouco o que o nobre Deputado acabou de falar, não é pelo fato de termos dinheiro em caixa, em fundos ou dentro do Tesouro Nacional que nós vamos começar a queimar esse dinheiro para fazer distribuição de renda. Nós temos que gerar renda, parar com essa discussão de distribuição de renda. O Brasil precisa gerar empregos e riqueza. A ideia de que gastando vai se gerar mais, aquela ideia de que, ao se distribuir, vai todo o mundo gastar dinheiro e vai voltar dinheiro aos cofres públicos, isso é uma grande besteira, isso é concentração de dinheiro novamente.

Portanto, nós somos contra esse requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou colocar o requerimento...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. tem a palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O PT encaminha favoravelmente ao requerimento do Deputado Hildo Rocha. Eu acho que o Deputado Hildo Rocha, que é Relator da matéria, está procurando encontrar caminhos. É sempre bom lembrar que o Governo está querendo endividar o Estado brasileiro, que já está tão endividado, em mais 248 bilhões de reais. Isso significa, por ano, o pagamento de mais 26 bilhões de reais de juros e serviço da dívida. Então, se não precisarmos lançar mão desse expediente... É evidente que, se não houver jeito, não vamos parar Bolsa Família, não vamos parar crédito agrícola, não vamos parar os créditos que estão propostos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ontem fizemos uma audiência pública aqui, pela manhã. Não sei se o Deputado Alexis Fonteyne estava aqui. Foram apresentadas várias alternativas a essa alternativa aí. Inclusive, foi dito que existe 1 trilhão de títulos emitidos, e que o Governo pode lançar mão desse estoque.

Então, estamos querendo evitar o aumento do endividamento do Estado e a rolagem de uma dívida que já custa... Até o próprio Ministro disse ontem que acha um absurdo rolar por ano uma dívida de 552 bilhões de reais, que é o que nós gastamos para rolar essa dívida. E vamos aumentar essa rolagem em mais 26 bilhões de reais.

Então, o Deputado Hildo Rocha, de forma responsável, porque sabemos dos prazos... Ninguém aqui vai deixar de... Se for necessário lançar mão desse expediente para garantir o pagamento desses encargos, lançaremos. Mas não é usual fazermos isso. É sempre importante... É por isso que está sendo discutida a quebra da regra de ouro. É porque a emissão de títulos é uma situação muito excepcional. A emissão de títulos é para aumentar patrimônio, para adquirir patrimônio. Não é para pagar gasolina, é para comprar carro. Só em situações muito especiais a LDO previu a emissão de títulos, inclusive anulando dotação de outras áreas para fazer pagamento de despesas de custeio.

Então, nós somos favoráveis ao requerimento do Deputado Hildo Rocha.

A história recente deste País mostrou que é distribuindo renda e riqueza que o Brasil gera emprego e cresce. O problema do Brasil é a concentração de renda, não a distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Lucio Mosquini, um dos autores do requerimento.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, eu estou subscrevendo o requerimento do Deputado Hildo Rocha. Nós não podemos nos furtar, Presidente, ao debate. Nós tivemos aqui ontem uma audiência pública enriquecedora, maravilhosa. Ouviram-se todos os lados. Quem teve oportunidade de acompanhar a audiência toda, que foi o meu caso... Eu não saí daqui como eu entrei. Eu enriqueci os meus conhecimentos, principalmente quando se trata de emissão de título da dívida pública, quando se trata de fonte de arrecadação do Governo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PLN que o Deputado Hilton está relatando trata de um assunto muito complexo, muito complexo. Ninguém aqui tem receita pronta. Então, é muito importante que esta Comissão possa se abrir ao debate, possa ouvir, tanto quanto necessário e o tempo permitir, pessoas que possam contribuir para o debate.

Eu quero solicitar aos colegas que votem favoravelmente a esse requerimento, que possamos aprovar por aclamação rapidamente, Presidente, para que possamos ganhar tempo até mesmo para agendar essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Lucio Mosquini.

Esse é um PLN muito complexo, que trata da quebra da regra de ouro, instituída pela nossa Constituição de 1988. Evidentemente, temos que formar o melhor juízo, ouvir as autoridades mais competentes sobre o tema para que não façamos disso uma norma, um costume aqui nesta Casa. Que seja a exceção da exceção.

O requerimento, de autoria do Deputado Hildo Rocha, subscrito pelos Deputados Edmilson Rodrigues e Lucio Mosquini, requer a presença aqui em audiência pública do Ministro da Cidadania, Dr. Osmar Terra; Ministra da Agricultura, Dra. Tereza Cristina; Presidente do Banco Central — é evidente que eles vão mandar representantes —; e Sr. Rodrigo Ávila. O requerimento sofreu um adendo, feito pelo Deputado Cajado, que sugere o nome também de Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal; Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado; Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; e Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do TCU.

Em votação na Câmara dos Deputados o requerimento...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, uma questão ao Deputado Cajado.

Eu votaria tranquilamente, mas tenho preocupação com a viabilidade do debate com nove pessoas na mesa. Como o Banco Central é convidado, será que não teríamos condição de reduzir pelo menos dois dos convidados, aqueles que fossem essenciais na sua visão, Deputado? Se não houver consenso, aprovamos. Fazem-se duas mesas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - A intenção, Deputado Edmilson, é apenas fazer um amplo debate.

O Governo está demonstrando que qualquer convite, qualquer debate é bem-vindo. Deixemos claro que temos a premência de votar na semana que vem. Por quê? Porque esse PLN está autorizado pela LDO, está autorizado por nós do Congresso Nacional. Se o Governo não enviasse o PLN...

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Vai obstruir, Cajado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Ele estaria cometendo um crime de responsabilidade. O amplo debate pressupõe o maior número possível de pessoas. Eu acho que o Senador Marcelo deverá otimizar o tempo de fala de cada um, reduzindo-o, talvez, de 20 para 15 minutos. Depois faremos o debate, teremos uma terça-feira ampla. Eu acredito que assim fica apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem dúvida, um amplo debate só pode enriquecer todos nós desta Comissão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que o NOVO manifestou voto contrário antes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fica registrado o voto contrário do Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - E o do Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - E o do Deputado Lucas Gonzalez.

Informo que há requerimento para a inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2019, do Congresso Nacional.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação deste relatório, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis após sua distribuição. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este relatório foi apresentado ontem pelo Deputado Paulo Azi.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, V.Exa. pode nos lembrar o teor do projeto?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Trata-se do Projeto de Lei nº 3, de 2019, do Congresso Nacional, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$40.050.000,00 para os fins que especifica.

O relatório do Deputado Paulo Azi é pela aprovação do projeto na forma instituída.

Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, o Deputado Edmilson Rodrigues pediu a palavra primeiro.

Eu até entendo o esforço do Deputado Paulo Azi, pois se trata de uma causa nobre. No entanto, não decorreu o prazo de 2 dias. O relatório foi apresentado ontem. Eu estava lendo atentamente o relatório do Deputado Paulo Azi. Esta é a minha preocupação principal, Deputado Paulo Azi, porque V.Exa. é Relator. Quando nós colocamos a assinatura nas coisas, respondemos depois para a história e, às vezes, até perante os órgãos de controle.

V.Exa. está dizendo que a mensagem veio de forma errada. A fonte que ela indica — uma fonte de crédito especial — não cabe. V.Exa. diz, no próprio relatório, que ela deveria ter sido lançada em despesa de pessoal.

Eu queria analisar melhor este relatório, para o trabalharmos de modo que ele não seja aprovado de forma errada.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu tenho dúvida se a mensagem do Executivo está correta.

Pelo que eu vi do relatório de V.Exa., a mensagem não está correta. Está indicando a fonte errada, para fazer o crédito para o pagamento. Isso é um crédito, Sr. Presidente.

Na verdade, o Ministério da Justiça está pedindo 40 milhões, e já houve uma redução para 36 milhões, que era um crédito referente ao pagamento de noturnas a policiais rodoviários federais que abrem mão do interstício. A categoria tem direito a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

descanso. No caso de abrir mão deste direito, ela recebe esta remuneração extraordinária.

Nada tenho contra os policiais rodoviários federais, pelo contrário. Temos apoiado a luta deles, que é importante. Às vezes, eles estão nas estradas, estão na batalha, e não podem descansar. Mas eu acho que nós poderíamos aprovar na semana que vem, examinando este aspecto. Eu fiquei muito preocupado quando li o relatório do Deputado Paulo Azi. A mensagem veio de forma errada. Precisamos ver como vamos corrigir, para aprová-la corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu vou me solidarizar com o Deputado Nelson Pellegrino. Se já não há consenso, portanto, minha opinião não alterará muito o resultado. Mesmo respeitando o esforço do Deputado Azi, eu acho que não haverá prejuízo se esperarmos duas reuniões para votarmos. Assim, nós nos assenhoreamos mais do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

Se S.Exa. concordar, podemos deixar para votar na próxima reunião.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que solicitei a inclusão na pauta em função das diversas solicitações que este Relator tem recebido das entidades que representam os policiais rodoviários federais, que estão, já há alguns meses, impossibilitados de receber estes recursos provenientes dos trabalhos que têm realizado, tendo em vista a não aprovação do PLN. Foi por isso que eu solicitei que fosse incluído na pauta.

Com relação ao questionamento do Deputado Nelson Pellegrino, eu efetivamente levantei a questão, Deputado Nelson Pellegrino, mas adotei no meu parecer o procedimento que vem sendo adotado até mesmo por esta Comissão. Outros PLNs vieram a esta Comissão escritos nesta mesma rubrica, coisa que eu já havia questionado. No entanto, como tem sido quase praxe do Governo e desta Comissão acatar a maneira como chegam os projetos, eu citei, mas concordei com o encaminhamento dado ao PLN.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede um aparte?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Trata-se de mais um motivo para estudarmos se não é o caso de...

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Deputado Nelson Pellegrino, eu creio que, se adiarmos a discussão e a votação desta matéria em função disso, vamos penalizar apenas os policiais rodoviários que estão há alguns meses sem receber.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Primeiro, eu acho que a causa que V.Exa. advoga é nobre. Volto a dizer que não temos nada contra os policiais rodoviários federais. Achamos que a missão deles é relevante. Acho que V.Exa. fez um esforço sincero ao colocar na pauta para votarmos. Depois, a matéria terá que ir para o Plenário, inclusive. Vamos ter que fazer uma sessão do Congresso. Não há sessão do Congresso prevista.

No entanto, o que eu estou ponderando a V.Exa., Relator que é, é o seguinte. Não é porque esta Comissão tem tido uma prática, na minha opinião, permissiva em relação a estas questões, que nós deveríamos cancelar isso.

Eu acho que estas 48 horas ou 72 horas serviriam para V.Exa. e sua assessoria, bem como para a assessoria desta Comissão, verem se não há condições regimentais de alterar no seu relatório a fonte, para que daqui já saia aprovada com fonte correta. O Ministério indicou a fonte errada. Aliás, o Governo tem feito isso, é uma prática errada. Eu acho que isso pode, nos órgãos de controle, dar problemas ao Governo no futuro.

Ainda não temos sessão do Congresso agendada. Não sei se nosso Senador, o querido Presidente Marcelo Castro, que está no topo da cadeia alimentar, tem condições de obter esta informação privilegiada, quanto à convocação da sessão do Congresso. Eu, como estou embaixo, não tenho esta informação, não despacho com o Senador Davi Alcolumbre. O Senador Marcelo Castro está no Senado, perto do Senador Davi Alcolumbre, que já foi nosso colega, como também V.Exa.

Parece-me que não há sessão do Congresso agendada. Portanto, não vejo nenhum prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Desculpe-me por me alongar demais no meu aparte, Sr. Presidente.

Quero resguardar V.Exa. desta imperfeição original, aliás, não de V.Exa., mas do relatório do Governo, para que possamos aprovar de forma correta este crédito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Deputado, no meu parecer, eu sugiro que nos próximos encaminhamentos desta Casa os órgãos do Governo estudem e, se for o caso, modifiquem. Eu não sei se nós, como Deputados, temos o poder de fazer esta alteração. Tenho dúvida sobre a possibilidade de se fazer esta alteração.

Deputado Nelson Pellegrino, se não tivermos a possibilidade de fazê-lo, vamos impedir que aqueles que estão solicitando e lutando...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Estou dando este prazo a V.Exa., para que faça um estudo e, na próxima reunião, traga este relatório redondo.

Tenho certeza de que virá um relatório redondo, tendo em vista a competência de V.Exa., herdada do DNA do Deputado Jairo Azi, nosso colega, pai de V.Exa. Ele era um exímio e competente Deputado. Tenho certeza de que V.Exa., nesta Comissão de Orçamento, encontrará uma solução para este problema.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Parece que V.Exa. não está com o desejo de atender ao pleito dos policiais rodoviários federais.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É claro que estou!

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Da minha parte, não há problema se for necessário adiar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pelo contrário, eu não quero que eles tenham problema depois com os órgãos de controle.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Que problema, Deputado?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu não quero que depois o Ministro tenha dor de cabeça com os órgãos de controle.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Foi feito um esforço. Mas, se V.Exa. não concorda, paciência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, parece-me que a causa é nobre e o assunto é urgente.

A Polícia Rodoviária Federal faz e continuará fazendo um belíssimo, um trabalho exemplar. Mas esta Comissão Mista de Orçamento, a meu ver, deve compor na sua virtude a responsabilidade de analisar minimamente o projeto que me foi apresentado há poucos minutos. Apesar de ter apenas quatro laudas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pedimos um tempo, porque precisamos ler e avaliar. A causa é nobre, o assunto é sério, reitero.

Sugiro, Sr. Presidente, que deixemos esta votação para outro momento, mas com o compromisso já acordado, Deputados Nelson Pellegrino e Paulo Azi, nosso Relator. Quem sabe na semana que vem possamos votar, porque se trata de um relatório curto.

A diferença financeira entre o que entendem o autor e o Relator é pequena. Portanto, podemos combinar votar esta matéria na próxima semana, para não deixar o assunto prejudicado por mais tempo.

Esta é a sugestão que faço à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito, Deputado Lucas Gonzalez!

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, quero dizer que a alteração é no orçamento do próprio órgão. Não se está retirando recurso de órgão A para se colocar em órgão B. No orçamento do próprio órgão, o recurso está sendo retirado de uma rubrica e colocado em outra. Mas, efetivamente, se os nobres pares desejam conhecer e discutir um pouco mais a matéria, não sou eu que vou me colocar contra isso.

Eu apenas fiz um esforço, Sr. Presidente, porque estou sendo cobrado pela entidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem nenhuma dúvida, é compreensível, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sr. Presidente, nobres pares, nosso Relator, seguramente nós trataremos desta matéria e a votaremos antes da próxima sessão do Congresso, pois é necessário que ela passe pelo Plenário. Antes da sessão do Congresso, nós teremos uma nova reunião na Comissão Mista de Orçamento em que analisaremos e votaremos esta matéria.

Deu-se entrada no projeto agora, e estamos tomando conhecimento. Há dúvidas técnicas, mas não há nenhuma posição contrária à Polícia Rodoviária Federal, que presta grandes serviços ao País. Todos nós temos preocupação com a Polícia Rodoviária Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, solicito que esta matéria volte à pauta na próxima semana para ser deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Havendo a concordância da maioria, deixamos a matéria para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2019, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDEICS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTFC, DO SENADO FEDERAL.

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, para discorrer sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referente ao 2º semestre do exercício de 2017; 1º e 2º semestres do exercício de 2018, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados:** Alexis Fonteyne, titular da CMO/CN, titular da CEDEICS/CD e suplente da CFT/CD; Alê Silva, titular da CFT/CD; Amaro Neto, titular da CDEICS/CD; Bosco Saraiva, titular da CDEICS/CD e suplente da CFT/CD; Edmilson Rodrigues, titular da CMO/CN; Elias Vaz, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Felício Laterça, suplente da CFT/CD; Flaviano Melo, suplente da CMO/CN; Fred Costa, suplente da CMO/CN; Guiga Peixoto, titular da CFT/CD e suplente da CDEICS/CD; Gurgel, suplente da CMO/CN; Hercílio Coelho Diniz, titular da CFT/CD e suplente da CMO/CN; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; João Roma, titular da CMO/CN; José Ricardo, suplente da CDEICS/CD; Júlio Cesar, titular da CFT/CD; Léo Motta, titular da CFFC/CD; Lucas Gonzalez, suplente da CMO/CN; Marcel Van Hattem, titular da CFFC/CD; Mauro Benevides Filho, titular da CFT/CD; Orlando Silva, titular da CMO/CN; Otaci Nascimento, titular da CDEICS/CD; Otto Alencar Filho, titular da CFT/CD; Paula Belmonte, suplente da CFT/CD; Paulo Ganime, suplente da CFT/CD; Pedro Augusto Bezerra, suplente da CMO/CN; Rodrigo Coelho, suplente da CMO/CN e suplente da CDEICS/CD; - **Senadores:** Izalci Lucas, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Marcelo Castro titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF e Wellington Fagundes, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CTFC/SF. Compareceram, ainda, os Deputados Euclides Pettersen (PSC/MG) e Liziane Bayer (PSB/RS), parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA:** às dez horas e quatorze minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Marcelo Castro (PMB/PI). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Senhor Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, e o Senhor Fábio Araújo, Chefe da Assessoria Econômica daquele Banco. O Presidente anunciou a presença do Senhor Tulio José Lenti Maciel, do Departamento Econômico do Banco supracitado. Em seguida, o Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que permitisse. E conforme o estipulado no artigo 398,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 16.05.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2019, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será *"Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil — referentes ao segundo semestre do exercício de 2017 e aos primeiro e segundo semestres do exercício de 2018, em atendimento ao estabelecido do § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal"*.

Nosso convidado é o Dr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença do Sr. Fábio Araújo, Chefe da Assessoria Econômica do Banco Central do Brasil, e do Sr. Túlio José Lenti Maciel, do Departamento Econômico do Banco do Central do Brasil.

Estamos aguardando a presença dos Presidentes das Comissões ou de seus representantes autorizados.

O Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Roberto Campos Neto, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito pelo art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal. Como não temos essa previsão no Regimento Comum, usamos o Regimento do Senado subsidiariamente.

Esse tempo, Dr. Roberto Campos, é flexível. Nós queremos que V.Exa. fique à vontade para fazer a sua explanação pelo tempo que julgar necessário.

De acordo com o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Feitas essas considerações, passadas essas informações, informo que a lista de inscrições para o debate está aberta e passo a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Sergio Souza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Bosco Saraiva, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Léo Motta, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas; Exmos. Srs. Senadores e Deputados; senhoras e senhores aqui presentes:

É uma honra comparecer ao Congresso Nacional e a esta Comissão Mista para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central e os resultados demonstrados em seu balanço, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes de abordar os demonstrativos dos resultados do Banco Central, gostaria de aproveitar esta oportunidade para trazer minha avaliação sobre as condições, atuais e prospectivas, do cenário econômico.

Em relação à economia internacional, o cenário permanece desafiador. Por um lado, os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem relevantes. Ainda que os indicadores recentes tenham apresentado surpresas positivas, o COPOM avalia que o risco de desaceleração permanece e que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

incertezas sobre políticas econômicas e de natureza geopolítica podem contribuir para um crescimento global ainda menor.

Por outro lado, os riscos associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas mostram-se reduzidos no curto e médio prazo.

Não obstante tais incertezas, o Brasil apresenta capacidade de absorver um revés no cenário internacional, devido ao seu balanço de pagamentos robusto, à ancoragem das expectativas de inflação e à perspectiva de recuperação econômica.

No ambiente doméstico, nossa economia sofreu diversos choques ao longo de 2018. Apesar disso, a atuação firme e transparente do Banco Central nos momentos de maior volatilidade foi fundamental para a manutenção da funcionalidade de nossos mercados e para o amortecimento dos impactos desses choques sobre os preços. Em um contexto de incertezas sobre aspectos fundamentais do ambiente econômico futuro, a atuação da política monetária permitiu:

- a consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação;
- a consolidação das taxas de juros em níveis historicamente baixos; e
- a sustentação da expectativa de retomada gradual da economia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este primeiro eslaide mostra basicamente a trajetória de inflação, que se encontrava em 10,67%; a queda gradual da inflação; e como a inflação tem permanecido ao redor da meta nos últimos meses.

No que se refere à inflação, o Banco Central realizou um importante trabalho. A inflação, que havia alcançado 10,7% em 2015, foi reduzida significativamente. No acumulado em 12 meses, a inflação encontra-se hoje em 4,94%. Diversas medidas de inflação subjacente, que também chamamos de núcleos, encontram-se em níveis apropriados, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

As expectativas de inflação encontram-se ancoradas em torno das metas: para 2019, 2020 e 2021, as expectativas apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,0% para 2019, 4,0% para 2020 e 3,75% para 2021.

Acompanhando o segundo gráfico, nós podemos ver como as expectativas são ancoradas. É importante mencionar neste gráfico que, logo depois que tivemos com a PEC do Teto de Gastos a percepção de que a situação fiscal do País iria melhorar,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

começaram imediatamente as curvas de inflação futura a cair. Esse momento propiciou ao Banco Central começar a baixar os juros. Isso mostra bem o quão importante é o cenário fiscal para a queda de juros: havia um movimento de inflação subindo, e, quando o mercado começou a entender que existia uma perspectiva de controle fiscal, a curva se inverteu e proporcionou essa queda. E, por último, eu gostaria de enfatizar que, mais recentemente, a expectativa de inflação encontra-se mais ou menos estável, tendo subido ligeiramente na ponta nas últimas semanas.

Então, a ancoragem da inflação resulta da firme condução da política monetária ao longo dos últimos anos. Esse trabalho é bem ilustrado pela evolução da inflação implícita em títulos negociados no mercado. Em dezembro de 2015, não se esperava que o Banco Central fosse capaz de controlar o processo inflacionário, mas, com a postura de cautela, serenidade e perseverança da política monetária, os agentes econômicos se mostram hoje confiantes na capacidade do BC de controlar a inflação.

O próximo eslaide mostra o processo de queda de juros. Num primeiro momento, ainda se esperava que os juros fossem subir. Essa parte de cima, essa linha reta, onde se registram 14,25, basicamente o meio da linha é quando começou o mercado a esperar um ajuste fiscal, mais ou menos depois que o mercado entendeu que existiria o teto de gastos. Vejam que o mercado antes achava que os juros ainda teriam que subir mais, e depois passou a achar que os juros poderiam cair, mas eles sempre caindo menos do que se atingiu no fim. E, mais recentemente, com os juros no mínimo histórico, o mercado começou a achar que os juros agora deveriam subir um pouco. Mas, quando olhamos essa trajetória ao longo do tempo, vemos que na verdade o mercado tem afastado as altas de juros mais para frente.

Então, a consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação permitiram a redução consistente da taxa de juros.

O ciclo de redução trouxe a taxa SELIC de 14,25% em outubro de 2016 para 6,5% atualmente, seu mínimo histórico.

O presente processo de flexibilização monetária tem levado também à queda das taxas de juros reais. Essas taxas reais, estimadas usando-se várias medidas, encontram-se atualmente próximas de 2,7% ao ano, nível que tende a estimular a economia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois nós temos um gráfico basicamente da expectativa de recuperação da atividade econômica, que vem sofrendo uma queda considerável ao longo dos últimos meses. Para 2019, de acordo com o boletim Focus, temos uma expectativa de 1,5%, e, para 2020, de 2,5%.

Quanto à atividade econômica, o ano de 2018 acumulou alta de 1,1% no PIB, mesma variação registrada em 2017.

O arrefecimento da atividade observado no final de 2018 teve continuidade no início de 2019. Em particular, os indicadores disponíveis sugerem probabilidade relevante de que o PIB tenha recuado ligeiramente no primeiro trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior, após considerados os padrões sazonais.

Os indicadores do primeiro trimestre induziram revisões substantivas nas projeções para o crescimento do PIB em 2019, compiladas pela pesquisa Focus, que atualmente projeta um crescimento da ordem de 1,5% para 2019 e de 2,5% para 2020.

A economia brasileira sofreu diversos choques ao longo de 2018, que produziram impactos sobre a economia e aperto relevante das condições financeiras. Embora tendam a decair com o tempo, seus efeitos sobre a atividade econômica persistem mesmo após cessados seus impactos diretos. Esses choques devem ter reduzido sensivelmente o crescimento que a economia brasileira teria vivenciado na sua ausência, e alguns de seus efeitos ainda persistem.

É importante restar claro que, além dos choques já abordados, incertezas sobre aspectos fundamentais do ambiente econômico futuro — notadamente sobre sustentabilidade fiscal — têm efeitos adversos sobre a atividade econômica. Em especial, incertezas afetam decisões de investimento que envolvem elevado grau de irreversibilidade e, por conseguinte, necessitam de maior previsibilidade em relação a cenários futuros.

Há também outros fatores que podem restringir o crescimento econômico, diante da necessidade de ajustes profundos na economia brasileira, especialmente os de natureza fiscal. Entendemos que, por um lado, a manutenção de incertezas quanto à sustentabilidade fiscal tende a ser contracionista. Por outro lado, reformas que geram sustentabilidade da trajetória fiscal futura têm potencial expansionista, que pode contrabalançar efeitos de ajustes fiscais de curto prazo sobre a atividade econômica, além de mitigar os riscos de episódios de instabilidade com elevação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prêmios de risco, como o ocorrido em 2018, contribuindo assim para a redução da incerteza e viabilizando investimentos.

No eslaide 7, a ideia é mostrar que nós temos um *gap*, uma abertura grande entre a confiança e o investimento e que isso tende a não persistir. Geralmente, essa abertura tende a convergir, ou porque a expectativa vai voltar a cair, ou porque, num ambiente de expectativa elevada, os investimentos começam a subir. Não tem sido demonstrado isso na ponta, inclusive a situação tem até piorado, mas esse é um dos pontos que nos levam a crer que, acertando a trajetória fiscal, rapidamente nós vamos ver um aumento de investimento.

Portanto, avaliamos que o processo de recuperação gradual da atividade econômica sofreu interrupção no período recente, mas o cenário básico do Banco Central contempla sua retomada adiante. Essa hipótese se sustenta, entre outros fatores, no crescimento da confiança empresarial, medida pela Fundação Getúlio Vargas, na tendência gradual de recuperação do investimento, conforme indicam dados do IBGE, no patamar estimulativo da política monetária e na recuperação observada no mercado de crédito.

Basicamente, o principal ponto é que há dois canais em que nós vemos ainda otimismo um pouco maior: o canal da confiança e o canal do crédito.

Este segundo gráfico mostra a recuperação do mercado de crédito, que continua bastante pujante.

Então, de fato, o volume de crédito em nossa economia vem aumentando de maneira consistente. Na comparação anual, em março último houve um aumento de 5,7% no total da carteira de crédito, sendo que o aumento na carteira de crédito livre foi de 11,5%. Além disso, o BC projeta um crescimento do volume de crédito de 7,2% para o fechamento do ano, nível que, segundo analistas de mercado, pode chegar a 10% de crescimento. Então, aqui enfatizamos que o canal de crédito continua saudável.

Agora falamos um pouco do custo do crédito, o ICC. Este gráfico agora demonstra o custo do crédito ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, as taxas de juros bancárias, medidas pelo Indicador de Custo de Crédito — ICC com recursos livres, caíram desde o final de 2016. Para as famílias, a queda foi de 52,3% ao ano em fevereiro de 2017 para 44,4% ao ano em março de 2019, enquanto, para as empresas, a queda foi de 26,2% em outubro de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016 para 19,0% em março de 2019. A volatilidade recente do índice resulta em grande parte de flutuações transitórias que ocorrem no uso das linhas de crédito rotativo entre o fim e o início do ano.

Aqui, a nossa ideia é mostrar por que houve uma piora recente. Ela é bastante sazonal, porque, quando o décimo terceiro cai na conta, as pessoas usam menos aquelas facilidades de juros que têm juros altos. Quando se tira um pedaço que tem juros altos, ele tende a cair, e depois se ajusta, à medida que esse efeito passa.

Em relação ao *spread* bancário, que é um tema bastante discutido hoje, também houve queda. Para as famílias, o *spread* médio das operações de crédito caiu de 33,6% ao ano em outubro de 2016 para 25,8% ao ano em março de 2019, enquanto, para as empresas, caiu de 12,4%, ao ano em julho de 2016 para 9,5% em março de 2019.

Nesse contexto, em sua última reunião, no dia 8 de maio, o COPOM decidiu, por unanimidade, pela manutenção da taxa básica de juros no mínimo histórico de 6,5%. Essa decisão reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui o ano-calendário de 2019 e, em maior grau, o de 2020.

O cenário básico para a inflação envolve fatores de risco em ambas as direções.

- Por um lado, o nível de ociosidade elevado pode produzir trajetória prospectiva para baixo.

- Por outro lado, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária. Esse último risco se intensifica no caso de uma deterioração do cenário externo para economias emergentes.

O COPOM avalia que, embora o risco associado à ociosidade dos fatores de produção tenha se elevado na margem, o balanço de riscos para a inflação mostra-se simétrico.

A conjuntura econômica com expectativas de inflação ancoradas, medidas de inflação subjacente em níveis apropriados, projeções que indicam inflação em direção às metas para 2019 e 2020 e elevado grau de ociosidade na economia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prescreve uma política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Embora estimativas dessa taxa envolvam elevado grau de incerteza, o COPOM entende que as atuais taxas de juros reais *ex ante* têm efeito estimulativo sobre a economia.

O grau de estímulo adequado depende das condições da conjuntura, em particular, das expectativas de inflação, da capacidade ociosa na economia, do balanço de riscos e das projeções de inflação. Em especial, a provisão de estímulo monetário requer ambiente com expectativas de inflação ancoradas.

É importante observar o comportamento da economia brasileira ao longo do tempo, livre dos efeitos remanescentes dos diversos choques a que foi submetida no ano passado e, em especial, com redução do grau de incerteza a que a economia brasileira continua exposta. Esta avaliação demanda tempo e não deverá ser concluída a curto prazo.

Os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

Cautela, serenidade e perseverança nas decisões de política monetária, inclusive diante de cenários voláteis, têm sido úteis na perseguição de nosso objetivo precípua de manter a trajetória da inflação em direção às metas.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, a aprovação e a implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal, e de ajustes na economia brasileira são essenciais para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, bem como para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação da economia. É importante destacar que a percepção da continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes.

Uma aceleração do ritmo de retomada da economia para patamares mais robustos dependerá, também, de outras iniciativas que visam a aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios. Nesse intuito o BC vem trabalhando em sua agenda de reformas do Sistema Financeiro Nacional, a Agenda BC+. Esses esforços, em conjunto, são fundamentais para a retomada da atividade econômica e da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É necessário avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento de nosso mercado de capitais. O mercado precisa se libertar da necessidade de financiar o Governo e se voltar para financiar o empreendedorismo.

Nesse aspecto, medidas de ajuste fiscal podem contribuir. Colocar as contas públicas em uma trajetória equilibrada, através de um ajuste fiscal e de uma reestruturação patrimonial, gera efeitos multiplicadores sobre o mercado de capitais, resultando em uma maior diversificação desse mercado e em um maior número de transações.

Precisamos ainda nos dedicar ao desenho de como será o sistema financeiro no futuro, tendo como foco o papel da evolução tecnológica. O processo de inovação se intensificou nos últimos anos com o aumento da capacidade de processamento; da armazenagem de informação; da organização da informação; e, finalmente, da interpretação da informação e do uso de dados.

Não esquecendo das missões de promover a estabilidade de preços e a solidez do Sistema Financeiro Nacional, é importante a preparação do Banco Central para um futuro tecnológico e inclusivo.

Trabalhar na modernização do Sistema Financeira Nacional é fundamental para alcançarmos esses objetivos — simplificando e desburocratizando o acesso aos mercados financeiros para todos e dando um tratamento homogêneo ao capital, independentemente de sua nacionalidade ou se provém de um grande ou de um pequeno investidor.

Para o sistema financeiro, essa mudança tecnológica significa: democratizar, digitalizar, desburocratizar e desmonetizar.

Para criar esse futuro, precisamos dominar novas ferramentas, tais como: *blockchain*, serviços de nuvem, inteligência artificial e digitalização.

Com esse objetivo, a nossa agenda de trabalho, a Agenda BC+, está sendo reavaliada e ampliada.

Neste eslaide eu mostrei um pouco das premissas e das quatro dimensões em que nós vamos trabalhar.

Temos por premissas:

- promover um amplo processo de democratização financeira, levando a um maior crescimento do PIB; e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- reduzir a necessidade de financiamento do Governo abrindo espaço para o investimento privado.

Considero essas premissas necessárias ao provimento dos recursos para o setor produtivo de forma ampla e em condições justas, gerando benefícios para todos os brasileiros.

Nesse sentido, a Agenda BC+ foi reformulada e estruturada em quatro dimensões:

- Inclusão: para facilitar o acesso ao mercado a investidores e tomadores, nacionais e estrangeiros, grandes e pequenos;
- Competitividade: para promover a adequada precificação por meio de instrumentos de acesso competitivo aos mercados;
- Transparência: para melhorar a transparência no processo de formação de preços e nas informações de mercado e do Banco Central; e
- Educação financeira: para estimular a participação de todos no mercado e a formação de poupança.

Neste eslaide, nós incluímos os 14 grupos de trabalho que já foram formados no Banco Central. Na parte de inclusão, por exemplo, nós temos microcréditos, cooperativismo, mercado de capitais... Eu não vou ter tempo de falar sobre todos eles. Todos os grupos de trabalho que estão sendo formados têm entregas previstas. Todos têm métricas que nós avaliamos para cada projeto. Algumas entregas já foram feitas, algumas entregas serão feitas na próxima semana. A ideia é acompanhar, junto com os senhores, essas mudanças. Aproveito para agradecer à Casa. De forma geral, tem sido bastante importante a interação. E acho que precisamos ter mais interação no futuro. Os 14 grupos de trabalho estão formados e estão trabalhando. Aceitamos sugestões de todos para que possamos aprimorar essa agenda.

Dentro dessas novas dimensões, estão sendo criados 14 grupos de trabalho para avaliar mais detidamente cada ponto. Essas dimensões serão trabalhadas por meio de ações junto a outros órgãos de Governo e à sociedade, por meio de alterações infralegais e também de projetos de lei. Colocamo-nos à disposição para colaborar nas iniciativas deste Congresso.

Acreditamos ainda que um BC autônomo, como estabelece o projeto de lei atualmente em discussão neste Parlamento, proporcionaria uma redução das





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

incertezas econômicas e dos prêmios de risco, o que nos levaria a uma melhor condição de consolidar os ganhos recentes e de abrir espaço para os novos avanços de que o País tanto precisa.

Estou convicto de que, com os esforços e a colaboração de todos, o BC e seu excelente corpo funcional poderão contribuir para o desenho de um País melhor, fundado no livre mercado.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, em relação à apresentação dos resultados das operações do Banco Central demonstrados em seu balanço, que estão no eslaide 15, o principal valor a ressaltar para o período é o resultado do Banco, que representa o custo fiscal de sua atuação. No segundo semestre de 2018, o Banco Central apresentou resultado operacional de R\$ 25,6 bilhões e resultado de R\$ 19,1 bilhões negativos nas operações cambiais.

Então, basicamente este é o sequenciamento dos resultados. Nós temos uma parte que são as reservas cambiais: o ganho que se tem com as reservas menos o custo que se tem de manter as reservas. Temos uma linha apartada que é o custo dos *swaps* cambiais, ou ganho, porque neste caso é positivo, que é a contabilidade apartada dos *swaps*, instrumentos também usados para intervenção no câmbio. E depois temos uma linha com o resultado das demais operações, o resultado operacional, com o resultado total do Banco abaixo.

Detalhando os custos e as rentabilidades das operações do BC no segundo semestre de 2018, destaco o custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, com um total de R\$ 51,2 bilhões, e o custo de manutenção das reservas cambiais, com um total de R\$ 22,5 bilhões.

Destaco, também, a rentabilidade da carteira de títulos do BC, que foi de 9,7% no período, comparada com uma taxa SELIC efetiva, de 6,4%.

Então, no segundo gráfico, basicamente, seguindo o § 3º do art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós disponibilizamos também os números do custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro, o custo líquido das reservas cambiais, a rentabilidade da carteira de títulos e a taxa efetiva, que é um pouquinho abaixo da taxa SELIC.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, encerro minhas considerações iniciais com as principais mensagens que eu gostaria de deixar registradas nesta audiência:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Em relação à economia internacional, o cenário permanece desafiador.
- O Brasil precisa prosseguir no caminho das reformas, notadamente as de natureza fiscal, e de ajustes na economia.
- É importante mantermos os ganhos alcançados na condução da política monetária.
- Em relação ao futuro, o Banco Central deve seguir trabalhando para manter a estabilidade das condições macroeconômicas e promover reformas estruturais no Sistema Financeiro Nacional, democratizando os mercados, para promover a participação de mais pessoas e empresas, pequenos e grandes, nacionais e estrangeiros, e alcançar um maior crescimento do PIB, e aumentando a eficiência do Sistema Financeiro Nacional, para permitir que a redução da necessidade de financiamento do Governo abra espaço para o investimento privado.

Coloco-me agora à disposição de V.Exas. para prestar as informações adicionais que considerarem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos a explanação do Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central, e vamos iniciar o debate.

Estão inscritos cinco Srs. Parlamentares. O primeiro inscrito é o Senador Izalci Lucas, a quem eu passo a palavra pelo tempo regimental de 5 minutos. E aviso que esta Presidência tem a tradição de ser bastante liberal, em favor do conteúdo do debate.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Primeiro, quero parabenizá-los pela iniciativa e parabenizar o Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, ontem ou antes de ontem, nós tivemos a oportunidade de conversar com o Ministro Paulo Guedes, e estamos convictos da importância das reformas previdenciária, tributária, da própria reforma do Estado. Mas eu fiquei com uma dúvida, e ele me disse que se tratava de uma questão para o Banco Central, então, aproveitando a presença do nosso convidado, quero fazer algumas perguntas. Acho que nós temos que encarar, talvez, um ajuste na gestão com relação à dívida.

Nos últimos anos, houve uma amortização grande, pelo menos estatisticamente, mas, mesmo com essa amortização enorme, a dívida continua crescente e muito alta. Eu indaguei a ele sobre as reservas que nós temos, e que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

normalmente são remuneradas com uma taxa irrisória, e sobre a nossa dívida, sobre a qual incide uma taxa de juros muito alta, que chegou a 7,5% e agora está em 6,45%. Então, temos 1,5 trilhão em reservas e, ao mesmo tempo, também temos uma dívida altíssima. Se olhamos o Orçamento, V.Sa. sabe que grande parte dele vai para pagamento de juros e amortização da dívida. Qual é a posição do Banco Central? O que o Governo está fazendo, vamos dizer assim, para encarar essa questão? Vamos trabalhar uma nova gestão? Há algum projeto na linha de diminuirmos os encargos da dívida? Porque ela é muito alta. Acho que 42% do nosso Orçamento hoje vão para pagar juros e serviços da dívida.

É nessa linha que eu queria indagar V.Sa. Eu achei que poderia compensar uma coisa com a outra, mas o próprio Ministro disse que não, que isso é uma coisa à parte. A reserva externa é outra coisa, é o Banco Central que cuida disso. Ele não quis entrar em detalhes. Então, queria saber se, por parte do Banco Central e do Ministério da Economia, há alguma proposta concreta para encarmos essa reforma geral, vamos dizer assim, além da previdenciária e tributária, das dívidas e das amortizações, que muitas vezes entram como juros. Esses juros entram como amortização, mas na prática não ocorre amortização, porque a dívida só está crescendo.

Então, é isso que eu queria que V.Sa. nos explicasse.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou pedir a concordância dos presentes para fazermos blocos de dois. Há 5 inscritos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Se forem de dois, eu agradeço, porque tenho de abrir a sessão. Já me ligaram e me pediram para ir até lá. Temos de assobiar e chupar cana ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo inscrito é o Deputado Lucas Gonzalez, a quem passo a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Bom dia a todos.

Agradeço a presença e a explanação do Sr. Roberto. Obrigado por ter nos disponibilizado material, o que facilitou a compreensão sobre o conteúdo e o melhor acompanhamento da apresentação dos gráficos.

Eu quero fazer três perguntas bem diretas, Presidente.

Ontem saiu um artigo no jornal *O Estado de S.Paulo*, que vou me permitir ler:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se o PIB de fato tiver caído no primeiro trimestre, o País terá chegado muito perto de uma nova recessão medida de forma oficial. Uma recessão é caracterizada tecnicamente por dois trimestres consecutivos de redução do PIB. Nos três meses finais de 2018 o crescimento econômico ficou em apenas 0,1%, segundo o balanço divulgado em fevereiro e ainda sujeito à revisão.

Eu queria um comentário do senhor sobre isso, porque eu aprendi na escola — acho que sou, talvez, o mais jovem aqui — que se controlava a inflação e os juros para gerar fomento econômico. E eu pude perceber nos gráficos, já que sou atento a esses assuntos, que nós estamos com a inflação e com os juros baixos, mas não vemos crescimento econômico. O desemprego continua muito alto, o PIB mostra sinais fracos. Portanto, eu queria um comentário do senhor sobre isso.

Também fiquei surpreso com este gráfico, não sei qual é o número dele. *(Exibe documento.)*

Este gráfico mostra a distância da confiança empresarial em relação ao investimento. Queria que o senhor comentasse também um pouco melhor isso, porque, na minha opinião, essa distância está um pouco alta demais. Isso se vê na prática. Há uma expectativa, há uma confiança — e aí eu falo como alguém que veio da iniciativa privada —, mas não se vê na prática esses investimentos se concretizando no nosso País, gerando emprego e renda para as pessoas.

Em terceiro, gostei muito quando, no final da fala do senhor, se refere a uma melhor educação financeira. Queria que o senhor comentasse melhor esse programa. Eu luto pela inserção de uma melhor comunicação sobre as finanças.

Recentemente, saiu uma matéria mostrando que a maioria dos jovens no Brasil está endividada, não sabe lidar com o seu primeiro emprego e com seu primeiro salário, endivida-se muito rápido e dificilmente supera essa crise financeira individual, pessoal, de forma saudável.

Então, eu queria que o senhor comentasse também como vai se dar essa educação financeira, se já há um modelo sobre isso.

Por último, se me permite um comentário da sua apresentação, o senhor falou algumas vezes que, em 2018, o Brasil amargou alguns resultados negativos. Não foi em 2018. Nos últimos 6 anos, há um déficit fiscal no nosso País. Viemos de uma crise nos últimos, talvez, 10 anos no nosso País que demonstrou sinais de que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

enfrentaríamos o que estamos enfrentando. Então, é bom ficar claro que isso não foi só de 2018. Em 2017, em 2016, em 2015 e em 2014, nós já vínhamos amargando sinais negativos na nossa economia. O Brasil já sabia disso.

Quando o senhor diz na sua alegação final que a nossa economia vai crescer e precisa caminhar rumo a esse crescimento e que é importante o Brasil seguir o caminho das reformas, notadamente as de natureza fiscal, é bom deixar claro também que a nova Previdência precisa ser aprovada nesta Casa. Caso contrário, vamos jogar por água abaixo tudo o que foi falado, todo o desenho, toda a expectativa que nós temos em relação ao crescimento econômico do nosso País.

Então, fica aqui essa reflexão da responsabilidade que esta Casa tem em aprovar, o quanto antes, a nova Previdência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concluído esse primeiro bloco, passamos a palavra ao Dr. Roberto Campos Neto para as respostas e os esclarecimentos.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Muito obrigado pelas perguntas.

Vou iniciar com a pergunta do Senador Izalci.

Acho importante enfocar qual é a missão e qual é a estratégia do Banco Central. Nós acreditamos que o melhor sistema é o que chamamos de tripé, que é uma política fiscal saudável, com câmbio flutuante, e uma política monetária de metas de inflação.

Nesse sentido, eu acho que vale ressaltar que o Banco Central não administra dívida, não tem capacidade de emitir dívida. Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco Central, basicamente, tem uma missão principal de trajetória de inflação para manter a estabilidade de preços e uma missão secundária de manter o sistema financeiro sólido. Então, o BC não faz política fiscal em momento algum.

Em relação às reservas internacionais, eu acho que há uma confusão geralmente disseminada, que é a dívida e a reserva. Eu gostaria de enfatizar, em primeiro lugar, que o custo das reservas cambiais para o País, entre 2008 e 2018, foi positivo em 70 bilhões. O que nós ganhamos com a desvalorização menos o que custou carregar a reserva com todos os custos associados, inclusive com a emissão e o pagamento de títulos e com o diferencial de juros contra, nos últimos 10 anos, foi um total positivo de 70 bilhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como nós avaliamos o estoque de reserva e o uso da reserva? Como nós entendemos a função da reserva? Nós entendemos que a reserva é como se fosse um seguro. Eu costumo mencionar que as reservas foram um seguro muito, muito importante para o País.

No ano passado, quando começou o movimento de normalização de juros, que era, na verdade, um medo de que os juros no mundo desenvolvido subissem, e começou a haver uma extração de liquidez dos países emergentes, incluindo o Brasil, nós vimos que os países que tinham poucas reservas foram os primeiros a sofrerem. A Argentina teve um problema quase imediato, porque não tinha reservas e teve que recorrer ao FMI; a Turquia agora está brigando com o tema de reservas, pois não tem reservas e está tentando fazer um *swap* para consegui-las via mercado; e o Brasil, com um estoque grande de reservas, passou ileso nessa crise. Vendeu algumas reservas, um estoque entre 40 e 50 bilhões, mas foi um importante seguro.

O terceiro comentário é que, quando nós pegamos o custo da reserva, ele é o diferencial, ou seja, a diferença entre os juros que nós recebemos nos investimentos em dólar e os juros que nós pagamos na emissão da nossa dívida. Esse custo da reserva era basicamente a diferença entre 14,5%, 14%, quando os juros estavam em 14%, e zero, porque os juros nos Estados Unidos estavam em zero nessa época. O que aconteceu? Esse custo vem caindo. Por quê? Porque os juros, no Brasil, caíram para 6,5%, e os juros, nos Estados Unidos, subiram, e a parte longa está entre 2,2% e 2,3%. Então, esse custo da reserva é, hoje, um quarto do que era antes.

Uma comparação que eu sempre uso e comento com todos é a seguinte: imaginem que a reserva seja um seguro e os senhores tivessem comprado um seguro de carro e pagassem mil reais por ano. Imaginem que, em 1 ano, o seguro tenha saído de mil reais e foi para 200 reais — o que basicamente aconteceu. Para não renovar esse seguro, os senhores têm que ter muita certeza de que a probabilidade de sinistro caiu muito.

Então, o que eu costumo dizer é que as reservas cumpriram a função no sentido de ser um seguro. É um seguro muito mais barato agora, e nós temos que avaliar o quanto elas valem para nós em termos de seguro e o quanto custam em termos de pagar em carregamento. Isso está sempre sendo levado em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consideração, e, em todos os momentos, nós avaliamos isso. Mas gostaria de enfatizar que o custo da reserva foi zero nos últimos 10 anos, que foi um excelente seguro e que o custo atual do carregamento é o mínimo da história.

Quanto às perguntas do Deputado Lucas, primeiro, em relação ao PIB, que tem sido um tema muito debatido recentemente, nós mencionamos na ata e na linguagem oficial que ficamos também decepcionados com o resultado do crescimento, inclusive mencionamos a palavra "retomada", porque significa que achamos que ele foi parcialmente interrompido.

Pegando um pouco o que tem acontecido, eu gostaria de voltar ao ano passado para entendermos — e talvez isso até ajude a responder a segunda pergunta — a diferença entre confiança e investimento.

Nós começamos o ano passado numa trajetória em que o mundo emergente estava, em teoria, *sub judice*, sob ataque. Por quê? Porque o mundo desenvolvido ia ter que fazer um processo de subida de juros, e, quando isso acontece, há uma extração de liquidez do mundo emergente, que foi basicamente o que aconteceu no começo do ano. Veio aquela expectativa. Havia a sensação de que os juros americanos iam subir, e houve uma extração de liquidez no mercado de emergentes, no Brasil também. Começaram a aparecer fragilidades em mercados emergentes, como na Argentina e Turquia. Mesmo países que têm crescimento saudável e inflação baixa na Ásia tiveram que subir os juros para frear essa saída de recursos.

Então, esse foi um choque que afetou a todos, e nós fomos mais afetados ainda, porque o nosso vizinho, a Argentina, teve um problema mais sério.

Depois, quando saímos desse choque, entramos no tema da greve dos caminhoneiros, que, basicamente, paralisou o País. E hoje nós fazemos a conta e vemos que o resultado *ex post* em termos de crescimento do que aconteceu naquele evento foi maior do que se esperava. Inclusive nós fizemos um trabalho sobre isso.

Recentemente, quando saímos desse choque, entramos no período de uma eleição de grande incerteza. Vale lembrar que os agentes do mercado achavam que a eleição não seria tão polarizada, mas ela acabou sendo um evento mais polarizado. O que acontece com quem tem confiança alta e dinheiro para investir? Espera. Então, na verdade, o que aconteceu foi que o investidor esperou e está esperando o momento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando o Governo novo entrou, iniciou-se um princípio de otimismo. Rapidamente, o mercado e os agentes entenderam que nós tínhamos uma trajetória fiscal que não era compatível. Não existe país com inflação baixa, juro baixo e inflação ancorada com fiscal desarrumado. Isso não existe. Então, obviamente, existia uma interpretação de que o fiscal ia ser rapidamente endereçado. Eu acho que o mercado está nesse processo de esperar as reformas, não só a fiscal, mas também a tributária e todas as que gerem produtividade e um ambiente de negócio melhor.

Então, eu acho que nós viemos num mundo de grande incerteza no passado, mas não conseguimos nos livrar das incertezas, elas continuam no ar. Isso explica um pouco esse adiamento da decisão de investir. A meu ver, quanto mais formos capazes de sinalizar para os investidores que nós estamos falando sério sobre a disciplina fiscal — ninguém gosta de emprestar dinheiro para quem não paga a conta — e passarmos a mensagem de que somos sérios e que estamos dispostos a encarar esse problema, mais rápido virá o investimento.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço a V.Sa. que não considere esse apito, que é automático. Pode falar à vontade.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Está bem.

Em relação ao último tema que foi abordado sobre educação financeira, eu acho que a educação financeira não só está na dimensão da educação financeira do programa, mas também está em toda parte. Vários estudos foram feitos e mostram que a nossa educação financeira é ainda pior do que o nosso nível médio de educação. O nível baixo de educação financeira leva as pessoas a consumirem produtos financeiros errados e a fazerem planejamentos financeiros errados. Isso gera um problema enorme de consumo, de estabilidade e de alocação de recursos.

Acreditamos que o programa de educação financeira é muito importante. Esse grupo de trabalho já iniciou os trabalhos. Nós já temos um programa de educação fundamental, com clientes de instituições financeiras e com o público de baixa renda. Nós temos um programa especial para os superendividados. Esse programa está em curso.

Outra coisa que eu tenho mencionado é que temos que utilizar tecnologia e criatividade para gerar educação. Nós gastamos um tempo pensando como ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

criativos e como dar incentivos para que as pessoas participem de programas de educação financeira. Alguns temas estão sendo discutidos. Por exemplo, quem participar de cursos ou programas de educação financeira teria um crédito revisto para melhor frente aos bancos, porque, no final, o interesse de todo mundo é ter educação financeira. Para os bancos isso é interessante, porque a inadimplência cai; para as pessoas é interessante, porque elas conseguem se programar melhor financeiramente. Então, é preciso conceder algum tipo de incentivo ao cliente, para que o crédito dele seja melhor visto, ou seja, ele vai pagar menos juros, porque fez um programa de educação financeira. Eu acho que essa troca, com o uso de tecnologia, é um campo que nós poderíamos cultivar bastante.

Outra ideia que surgiu era dar descontos, promoções ou coisas desse tipo, em produtos financeiros, como se fosse um sistema de milhagem, às pessoas que participassem de programas de educação financeira.

Então, todas essas ideias, usando criatividade e tecnologia, são bem-vindas. E nós estamos no grupo de trabalho estudando isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos passar ao segundo bloco de perguntas.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Sr. Presidente Senador Marcelo Castro, quero dizer da relevância de ter o Presidente do Banco Central conosco nesta Casa, numa união de várias Comissões que aqui vieram lhe ouvir. Portanto, realço mais uma vez que a regularidade desses debates deve sempre acontecer.

A minha primeira ponderação é em relação às reservas cambiais, que o Presidente do Banco Central diz que é um seguro. Com 374 bilhões de dólares, nós perdemos o grau de investimento 1, ou seja, não adiantou o seguro. Conforme a agência, perdemos o segundo. Com 374 bilhões, perdemos todos os graus de investimento. Portanto, esse seguro não adiantou nada, porque o nosso risco no exterior aumentou mesmo com esse volume tão grande.

A primeira variável de análise dos fundos de investimento é a relação dívida/PIB, que tem piorado ao longo dos anos. Na cadeira de Economia Internacional, que ensino, o montante de reserva cambial que mantemos, no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exemplo mais simples, gera segurança a todo volume de importação, cobre todos os contratos para quem não haja nenhum risco. Isso dá 180 bilhões de dólares.

O Fundo Monetário Internacional tem um trabalho, no qual agrega outras variáveis de risco, que mostra que o Brasil não deveria ter mais do que 241 bilhões de dólares. Portanto, isso está precificado em mercado. É por isso que não adiantou ter 370 bilhões. O Brasil perdeu o grau de investimento de todas as agências. Na realidade, há um custo, há uma diferença. E, como bem disse o Presidente, entre o custo de captação e o endividamento do Governo para comprar reserva e aquilo que ele aplica no mercado internacional, nesses últimos 5 anos, há um ônus. O senhor falou em 10 anos — eu tenho que fazer essas contas novamente —, mas há um ônus muito pesado. Há um componente fiscal e um pagamento de juros em cima disso.

Eu queria ponderar ao Presidente se poderíamos ter esse estudo de 10 anos, porque há um custo — e grande. Eu fiz esse preâmbulo para poder compreender o porquê desse volume tão grande, já que isso não gerou nenhum seguro para o Brasil, até porque o Fundo Monetário é o ente mais conservador no sistema capitalista mundial. Ele diz, Sr. Presidente, que o Brasil tem, no máximo, 241 bilhões. Não sei por que 380, e o mercado já demonstrou que realmente não vale nada ter mais do que 241 bilhões.

Segundo, Sr. Presidente, sou muito curioso com relação às operações compromissadas, que o Banco Central sempre justificou. Para manter os agregados monetários dentro do estabelecido, enquanto a reserva cambial aumentava, a operação compromissada aumentava até 760 bilhões de reais. De lá para cá, entretanto, essa alternativa já não se apresenta mais como verdadeira, porque as operações compromissadas continuaram se ampliando hoje na ordem de 1 trilhão e 240 bilhões de reais, e isso tem gerado, inclusive, dificuldades para o Tesouro.

O Tesouro, quando vai refinanciar sua dívida, apresenta um título pós-fixado em SELIC. Obviamente, é concedido um prazo de 5 anos, o mercado fica inseguro e não chancela. Vamos rolar 300 bilhões, mas ele consegue rolar 180 bilhões. O Tesouro não chancela 120 bilhões, e isso gera dinheiro no sistema financeiro. O Banco Central vem, irmãmente, ao sistema financeiro e faz a operação compromissada, no meu modo de entender, desvirtuando todo um esforço que o Tesouro está fazendo para não cancelar cotidianamente determinados desejos do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sistema financeiro, que é importante estar sólido e ter a nossa atenção. Mas eu acho que não faz sentido esse privilégio que temos dado sistematicamente.

Portanto, eu queria entender melhor por que, mesmo depois de as reservas cambiais terem parado nos 380 bilhões, as operações compromissadas continuaram subindo e, hoje, se encontram nesse patamar e têm consumido do Banco Central 90 bilhões de juros por ano, somente nesse componente.

Vou ao terceiro item. Eu costumo fazer debates nas universidades mundo afora. Como o Banco Central do Brasil não tem título próprio para fazer política monetária, o Tesouro empresta o título público para o banco. Ele emite título e o Banco Central faz a sua política monetária. Isso gera três conceitos de dívida pública. O primeiro é o do Tesouro, aqueles 3,9 bilhões, 4 trilhões que o Tesouro publica. O outro conceito é o do Banco Central, que, mesmo tendo 2 trilhões de títulos na carteira, só usa 1,3 trilhão. Então, ele soma o total do Tesouro com o que ele fez na política monetária e encontra o valor da dívida pública, que dá os 77, que o Banco Central tão competentemente libera para todos nós. Mas o FMI tem um terceiro conceito, e isso, às vezes, gera problema nas nossas exposições, porque eles consideram que, se liberou título do Tesouro para o Banco Central, independentemente de ele ter usado isso para fazer suas operações de mercado, o banco já considera isso como dívida pública.

É possível haver, no relatório do Banco Central, uma coluna que considere esse número, para não ficarmos expostos? Eu exponho na minha exposição o percentual e sempre alguém contesta: *"Não, mas no Fundo Monetário esse não é o valor. O senhor está diminuindo"*. Enfim, há sempre essa divergência. E eu queria ponderar ao Banco Central se é possível somente criar uma coluna nos relatórios, que eu procuro acompanhar todo mês. Aliás, o Banco Central é rico em informações. Quero parabenizá-lo, porque isso é importante.

Passo ao quarto ponto, Sr. Presidente. Quando o Banco Central define a taxa de juros, ele conta com um comitê institucionalizado, o COPOM, cuja diretoria analisa, examina a atividade econômica e a ancoragem das expectativas de inflação. No *swap* cambial não há nada. Há só uma pessoa dizendo: *"Eu vou lançar 40 bilhões de dólares de swap cambial"*. Que poder é esse? Se não há nada institucionalizado no Banco Central, será que não está na hora — e fica aqui a minha proposta —, de ele institucionalizar?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos falando de uma pessoa impor um custo. Quarenta bilhões de dólares vezes 4 dão 160 bilhões. Sr. Presidente, uma pessoa sozinha, num órgão responsável, diz: *"Nós vamos emitir hoje — a coisa está muito complicada — 40 bilhões de dólares no swap cambial"*. E fica por isso. Mas, quando essa desvalorização acontece, isso tem um custo para o contribuinte.

Eu acho que está na hora de o Banco Central institucionalizar isso, para que possamos acompanhar com mais nitidez as preocupações que eles tiveram para lançar, em vez de 40, 30 ou 80. Enfim, tem que haver um regramento para compreendermos melhor, teoricamente, que valores são esses do Banco Central. E hoje não há nenhum controle.

Esta Casa já começa a falar em independência do Banco Central. Precisamos compreender essas coisas, porque estão muito soltas. Entenda isso, Sr. Presidente, mais como uma contribuição do que qualquer outra coisa.

Por último — com certeza, o Presidente já esperava essa pergunta —, hoje há diminuição da atividade econômica; aumento do desemprego; atividade no cenário internacional ruim, o que traz para baixo também o crescimento do Produto Interno Bruto; ancoragem das expectativas de inflação convergidas para a meta, para 4,1, abaixo do que está previsto. A minha pergunta é a seguinte: se todos os elementos analisados pelo Banco Central convergem para uma diminuição da demanda agregada, qual a razão de o Banco Central insistir em manter a taxa de juros do jeito que está? Deve haver alguma razão, obviamente, e eu queria saber. Se todas as variáveis macroeconômicas migram para uma diminuição do ritmo da demanda agregada, eu queria entender o porquê disso ainda ser mantido.

Por último, Sr. Presidente — e esta é a última questão mesmo, já que estou procurando me manter dentro do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fique à vontade.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Estou só levantando a bola para o Presidente bater o gol aqui nesta Casa. *(Risos.)*

Eu conheço nove países no mundo em que... Todas as regras de controle fiscal no Brasil são em relação às despesas primárias. Não há nenhum controle em relação às despesas financeiras; é zero. Mesmo no país mais sintomático, mais exemplar do capitalismo mundial, que é os Estados Unidos, há um limite da dívida pública. Isso é uma palavra feia no Banco Central, as pessoas ficam logo tremendo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quando falam em criar metas de endividamento da dívida pública do Governo Federal.

A LRF diz que os Municípios não podem se endividar mais do que 1,2 vez a sua receita corrente líquida. Os Estados não podem se endividar mais do que 2 vezes a sua receita corrente líquida. Isso é uma previsão da própria LRF. Quem trata do endividamento do setor público não é o Congresso Nacional. Portanto, esta Casa, a Câmara, está fora. Mas V.Exa. está lá no Senado, assim como o Senador Izalci, que estava aqui há pouco. É o Senado que trata disso.

Existe um projeto pronto para votação, de autoria do Senador José Serra, o PRS 84/07, que dá 15 anos — não é para agora, senão o Banco Central ficaria todo preocupado, mas para daqui a 15 anos — para se estabelecer um percentual dessa dívida em relação à receita corrente líquida da União, até para evitar esses problemas que agora a União está tendo com a regra de ouro. A regra de ouro diz que lançamento de títulos públicos é somente para rolagem da dívida, pagamento dos juros e despesa de capital, aí entendido: investimento, amortização e inversão financeira, que é o que a Lei nº 4.320, de 1964, nos ensina.

Então, qual é o medo, se o país que é o exemplo do mundo do capitalismo, que tem muito dinheiro de fora e onde muita gente vai investir tem um teto da dívida? Isso, inclusive, enseja ao Banco Central americano... Eu estive lá duas vezes, para entender as Ripples do FED. Eles ficaram impressionados, porque as operações compromissadas hoje no Brasil, Sr. Presidente, representam 18% do Produto Interno Bruto. Isso não existe no mundo. Nenhum país do mundo tem esse volume de operação compromissada que hoje está acontecendo em nosso País. E isso enseja um custo fiscal grande. Se olharmos para esses últimos 4 anos, então, aí se vê que é enorme.

Eu quero entender melhor essa questão, o porquê disso. Será que não está na hora de o Banco Central, se ele quer ser independente, ter uma meta de endividamento do setor público e não ficar nessa indefinição sobre o volume de juros, sobre os 400 bilhões de reais que nós pagamos? Aliás, de 2018 para 2019, no seu relatório, mesmo com a taxa de juros caindo, o volume de juros aumentou o acumulado de janeiro a março em relação ao de janeiro a março do ano passado. Isso significa que, mesmo com a taxa de juros caindo, o estoque deve estar aumentando. Eu não sei se existe algum componente de *swap* também inserido





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dentro do processo, mas o fato é que, mesmo com a queda da taxa de juros, nós estamos gastando mais com juros, comparando o acumulado de janeiro a março de 2018 com o acumulado de janeiro a março de 2019.

Portanto, essas são algumas questões com as quais eu queria terminar as minhas palavras. E a última é a seguinte: aliás, o Brasil, pelo Banco Central, tem tudo maior, tem hoje o maior compulsório do mundo. Eu não sei por que, no Brasil, tudo para o Banco Central é o maior do mundo. Eu queria entender por que ele é o maior do mundo até no compulsório, que era de 45% para os depósitos à vista. O Banco Central, Presidente Roberto, em abril do ano passado, já fez uma redução para 25%. V.Sa., que trabalhava na Tesouraria, sabe que isso gerou um conforto adicional para realizar operações de crédito. Mas há uma mancada, parece que ele gosta é de comprar títulos da dívida pública. É impressionante!

Mas, enfim, eu queria também entender o porquê desse exagero, quando o mundo inteiro também não tem percentuais de compulsório como há aqui no Brasil.

Peço desculpas, Sr. Presidente, mas eram várias questões atinentes à brilhante exposição que o Presidente Roberto Campos Neto fez aqui para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pelo contrário, nós estamos é agradecidos. V.Exa. discutiu o tema com bastante profundidade e conhecimento.

Passo a palavra, então, ao próximo inscrito, o Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Presidente, depois de tantas perguntas que o Deputado Mauro Benevides fez, eu fiquei até pequenininho aqui, estou com medo de fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. sente-se atendido. *(Risos.)*

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Pois é. Mas, mesmo assim, eu não vou perder a minha oportunidade aqui, porque também tenho algumas perguntas a fazer.

Sr. Roberto, a primeira pergunta, rapidamente, é: por que muito material está sendo divulgado para fazer oposição à reforma da Previdência dizendo que, pelo fato de o Brasil ter reservas internacionais e de o Governo brasileiro ter o Tesouro, ele poderia pegar essas reservas para fazer o pagamento dessas previdências, e, aí, não haveria déficit algum? É uma pergunta trivial, mas é importante de ser respondida, porque há muita confusão na sociedade, que acha que, pelo fato de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

termos reservas, podemos usar isso para a Previdência. Então, é uma coisa mais educativa.

Outra pergunta, também objetiva, é: qual é a expectativa de os juros caírem após a aprovação dessa nova Previdência? Qual é a expectativa do Banco Central nesse sentido?

Para concluir, há a questão do *spread*. Os gráficos que o senhor apresentou aqui mostram, muito claramente, que o *spread* bancário brasileiro continua muito alto, mesmo havendo competitividade, mesmo havendo uma concentração natural de bancos, na média do mundo. Há uma série de itens que o senhor apresentou que não mostram que a causa seria, talvez, a falta de bancos ou a falta de competição. Mas, mesmo abrindo o mercado, diminuindo as barreiras, abrindo para as FINTECHs, com o cadastro positivo, com a inadimplência baixa, mesmo porque o crédito está sendo pouco ofertado, o mercado continua recessivo.

O senhor já explicou, em alguns momentos, o que seria a dificuldade de recuperação desses créditos. Mas, quanto à recuperação do crédito, pelo fato de você dar crédito dentro de um banco, não faz parte do seu negócio tomar cuidado para não ficar emprestando para gente que não vai devolver o que pegou emprestado? Quer dizer, por que eu tenho que socializar a inadimplência dos bancos no *spread* bancário?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a palavra, então, ao Dr. Roberto Campos Neto, para que ele possa dar as respostas. Depois, vamos ter as réplicas, nas quais eu incluo também o Deputado Lucas Gonzalez, do bloco passado, a quem eu me esqueci de dar a palavra para a réplica.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - São 2 minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Aqui nós estamos bastantes liberais e tolerantes, nós estamos primando mais pelo conteúdo do que pela forma.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Mas deixe o Deputado Mauro por último, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aceito o bom conselho de V.Exa.

Com a palavra o Presidente Roberto Campos Neto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Obrigado pelas perguntas, obrigado a todos pela participação.

Vou começar respondendo às perguntas do Deputado Mauro Benevides. Aqui está a tabela com o dado dos 70 bilhões de reais e de todos os cálculos.

Voltando um pouco ao tema das reservas, eu acho, de novo, que é bastante importante explicitar a diferença que existe entre emitir dívida, porque há um problema fiscal, ou seja, gasta-se mais do que se arrecada, e a parte da dívida, a parte dos títulos que são emitidos para compor as reservas. Acontece, na prática, como V.Exa. mencionou, que o Banco Central, de fato, não tem capacidade de emitir títulos. Então, a compra de reservas é feita da seguinte forma: o Tesouro emite um título para o Banco Central, que o vende e, com os recursos, compra reservas.

O estoque de títulos públicos na carteira do Banco Central, ao longo do tempo, deveria ser a função de várias coisas. O mais importante e óbvio é que se acumula um primário positivo ou negativo e todas as outras transações, aí incluída toda a parte de juros, como o pagamento de *overnight*, as operações monetárias do dia a dia, os compulsórios. Tudo está na mesma conta. Quando nós pegamos um número que realmente é bastante grande, chegamos à conclusão de que, nos últimos anos, os períodos de superávit e os períodos de déficit meio que se cancelam. Então, o que sobra? Sobra uma carteira de títulos que é basicamente estoque das reservas multiplicado pelo câmbio. Se o senhor pegar os 380 bilhões de reais de reserva e multiplicá-lo pelo câmbio, vai chegar basicamente ao estoque de título que nós temos.

Então, esses títulos são a contrapartida da reserva. Por que eles existem? Eles foram formados porque o Tesouro emitiu títulos para o Banco Central, que os vendeu para comprar dólares.

Portanto, é importante diferenciar entre a formação dessa carteira de títulos e a parte fiscal. O Banco Central não faz política fiscal, o Banco Central faz uma política cambial e, em algum momento da administração passada, decidiu adquirir mais reservas. Foi um período de fluxo muito intenso para mercados emergentes em que o real estava se apreciando muito e se teve a interpretação de que havia um problema de liquidez. E, para contrabalancear o problema de liquidez, foi decidido,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

então, um programa de compra de reservas, que, basicamente, se mantiveram estáveis nos últimos tempos. Esse é um ponto.

Em relação às reservas, eu gostaria de enfatizar que foi um seguro importante. Se nós olharmos em volta os países que não têm reservas e os países que as têm, veremos que foi um seguro bastante importante.

Em relação ao *downgrade*, ou seja, à perda de *rating* das instituições, eu olhei, outro dia, cada relatório de todas as instituições. A razão número 1 pela qual nós perdemos o *rating* foi fiscal — fiscal, fiscal, fiscal e fiscal. As reservas não estão relacionadas ao fiscal. Você não se endividou. Você tem um ativo e um passivo. Você emitiu títulos para comprar reservas, e o líquido disso, que tem um custo, e eu concordo com isso, está contabilizado na tabela dos 70 bilhões que o senhor vai ver.

Eu acho que nós deveríamos separar esse debate do debate do fiscal, que é gastar mais do que recebe e, então, acaba-se emitindo título para compensar isso. Esse é um ponto.

Em relação ao trabalho do FMI, eu tenho aqui o trabalho dele. Nós olhamos vários trabalhos. Nós também questionamos constantemente o nível de reserva atual. Nós também discutimos isto: "*Será que, se avançarmos, se houver reforma, precisamos de tanta reserva? Será que precisamos de menos?*" Esse debate é constante. E nós sempre fazemos a nossa comunicação com a maior transparência possível. Na ata e nas comunicações oficiais, nós divulgamos exatamente os cenários e o que achamos em cada cenário.

O estudo do FMI, pelo que eu estou vendo aqui, mostra as reservas cambiais e coloca o Brasil no que chamam de Assessing Reserve Adequacy — ARA, com 1,6. Depois eu passo para V.Exa. também. Há aqui um problema: na verdade, as reservas cambiais deveriam sempre levar em consideração o futuro, porque, se eu tenho alguma coisa no presente e a vendo o futuro, eu não a tenho mais. Então, quando abatemos reserva cambial, o que tem de estoque de *spot*, com o futuro, o número abaixa, porque eu tenho 380 bilhões, mas eu vendi 70 bilhões no futuro. Quando nós olhamos esse número, nós ficamos, na verdade, dentro do que o FMI considera razoável. Depois podemos debater isso, porque eu estudei bastante esse tema.

Em relação às compromissadas, eu concordo que, realmente, em termos de veículo operacional e parte operacional, isso poderia ser melhor. Inclusive, nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estamos sugerindo — está na redação de independência, autonomia do Banco Central — que haja outros instrumentos para não ficar tão dependente das compromissadas. Concorde que é um engessamento. O Banco Central não emite moeda.

O senhor mencionou o exemplo do FED. Todos os Bancos Centrais do mundo desenvolvidos depois de 2008 tiveram algum tipo de instrumento que é o que chamamos de depósito remunerado, que é você poder fazer as operações de *overnight*, de enxugar liquidez, sem ter que utilizar tanto os títulos.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Qual a diferença de custo com relação ao depósito remunerado?

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - A diferença de custo não é o importante. O importante é você ter essa carteira que afeta alguns dos critérios de dívida, como V.Exa. mencionou.

Então, o Tesouro emite dívidas para o Banco Central.

Quanto à sugestão de se criar uma coluna adicional com os diferentes parâmetros, nós vamos discutir isso. Nós entendemos que o parâmetro que nós divulgamos é acompanhado há muito tempo, e as pessoas fazem a conta rapidamente para transferir de um parâmetro para o outro. Mas vamos olhar isso.

Na parte do COPOM, a sugestão é institucionalizar um comitê para as decisões de política cambial. Hoje, de fato, há o COPOM, que é um grupo que decide a política monetária, conforme V.Exa. mencionou. As decisões de política cambial são sempre do colegiado. Não se trata de uma decisão de uma pessoa destacada, é uma decisão do colegiado. Mas nós não temos meta de câmbio. Por isso, não temos um comitê de câmbio. Nós acreditamos no câmbio flexível.

Então, em que, na verdade, implicam as operações de dólar, de câmbio? Elas implicam em atender momentos com *gaps* de liquidez, para cima ou para baixo. Nós não temos *target* de câmbio, não usamos política cambial para fazer política monetária. Por isso entendemos que não é necessário ter um comitê específico para isso. Na verdade, o que nós fazemos é exatamente o contrário. Nós achamos que essa é a parte do tripé que é livre. Então, nós temos um regime de moeda de câmbio flutuante.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - O meu questionamento é por que 40 e não 20. Alguém tem que explicar isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - O 40 foi feito na administração passada.

Eu estou há 2 meses e meio no cargo, não tenho capacidade de enumerar o que foi discutido na última decisão, mas, quando nós olhamos a reação do mercado, pareceu-nos uma decisão apropriada, porque o real vinha se desvalorizando e se estabilizou. Outros países onde a moeda continua deslizando tiveram que aumentar juros ou que recorrer a socorros externos, como foi o caso que já mencionei aqui da Argentina e da Turquia. Então acho que, nesse sentido, a política tem-se mostrado acertada.

Em relação à atividade econômica e por que os juros não caíram, é importante dizer que o Banco Central sempre tem uma mensagem, uma linguagem transparente que atinge a todos todo o tempo. Esse é um dos fundamentos mais importantes que nós estabelecemos. Então, o que nós temos dito, qual é a nossa narrativa? É que nós temos olhado três fatores principais e, ao longo dos tempos, temos acompanhado esses três fatores. Um fator é o cenário internacional. Por quê? Porque ele tem a capacidade de injetar muita liquidez ou tirar muita liquidez, o que causa enormes flutuações. Grande parte das nossas crises foram locais, mas tivemos algumas crises induzidas por cenários globais que obviamente só enfatizaram a fraqueza que já havia domesticamente. Portanto, o cenário internacional é importante.

Nós estamos enfatizando também o cenário das reformas, que foi mencionado por vários. Então, há o cenário internacional, o cenário de perspectiva de reforma e o cenário que chamamos de hiato de produto, que é o quanto existe de folga na economia. Temos olhado esses três fatores. Obviamente, a nossa meta é a inflação. Eu acho que é importante dizer que o melhor jeito de crescer de forma estável é ter uma inflação sob controle e uma expectativa de inflação ancorada. Nós já fizemos várias experiências no passado quando se trocou ter uma inflação mais alta para ter um crescimento mais alto, e isso se mostrou errado.

A crise de 2014 e de 2015 foi exatamente oriunda desse fato. Abaixou-se o juro e se perdeu credibilidade. Quando se perde credibilidade, a moeda desvaloriza, a curva de juros inclina, há uma saída de recursos enorme, e nós depois tivemos que pagar uma conta de 2 anos de recessão a 3,5% ao ano.

Outros exemplos. Tivemos recentemente aqui ao lado, na Argentina, que vinha num choque de credibilidade grande com o governo novo e, em algum momento, ela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

decidiu: *"Olha, nós não vamos atingir a inflação, não queremos subir juros, então vamos levantar a meta da inflação"*. Então, já que eu não estou atingindo a meta, eu levanto a meta. Não satisfeito em levantar a meta, depois decidi baixar os juros. O que aconteceu? Houve um movimento grande de saída do país. Eles tiveram que vender quase todas as reservas e estão hoje recorrendo ao FMI. E eu posso citar exemplos desses aqui durante horas.

Então, esses exemplos estão marcados na nossa história. Achar que vamos trocar uma inflação controlada, um sistema de credibilidade de longo prazo por um crescimento de curto, seria voo de galinha, não dura e, quando ele voltar, a crise será grande e nós gastaremos um bom tempo tentando recuperar isso.

Portanto, acho bem importante mencionar que não é que o Banco Central tenha alguma coisa contra ou que ele só olha a inflação e que há um problema grande na relação entre inflação e crescimento. Não. Nós achamos que o melhor jeito de crescer de forma estável é ter uma inflação controlada e bem ancorada, e os experimentos recentes mostram isso não só no Brasil, mas em outros países também. Então, esse é um fator que eu queria mencionar.

Sobre ter regras de metas de dívida pública, de novo: o Banco Central não faz política fiscal, mas, obviamente, nós queremos uma diminuição do Estado, sempre. Acredito num programa liberal, faço parte de um programa liberal, tenho um *background* de economista liberal. Então, eu acredito em um governo menor. A todas as iniciativas que forem para diminuir o tamanho do Governo, obviamente, eu vou ser a favor.

Não vou comentar, em específico, sobre temas fiscais, porque não é da competência do Banco Central falar de temas fiscais.

Deputado Alexis, muito obrigado pelas excelentes perguntas. Obrigado pela participação.

Primeiro, vamos ao tema de usar reservas para a Previdência. Acho que essa seria uma forma rápida e ligeira de perder credibilidade de forma acelerada e de colocar o País numa espiral de piora. Por quê? Porque o que nós não podemos fazer é tomar a solução de saída fácil. Nós fizemos isso. Há várias experiências no passado em que, de novo, se privilegiou ter um crescimento excessivamente baseado no fiscal, no engordamento da máquina pública, que gerou uma alocação de recursos ineficiente, que gerou problemas que nós estamos vendo aí de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inúmeras empresas com dificuldade de pagar a dívida, problemas de corrupção, Lava-Jato. Eu não quero me ater a esse ponto. Eu tenho uma função técnica e gostaria de me fixar mais na parte técnica, mas, obviamente, não existe saída fácil; e os programas e as iniciativas que nós tivemos de crescimento só através da máquina pública se mostraram ineficientes. Hoje nós não temos mais esse espaço.

Eu sempre gosto de usar a seguinte expressão de um economista chileno: *"Nós passamos anos achando soluções públicas para problemas privados. Agora só nos resta achar soluções privadas para problemas públicos"*. Acho que é muito importante mencionar isso.

Sobre a expectativa de caírem os juros após as reformas, como eu mencionei anteriormente, nós olhamos três condições: uma é a externa, outra é a probabilidade de reformas e o entorno institucional em que o País pode se encontrar no futuro e a terceira é o hiato do produto, ou seja, a capacidade ociosa que existe na economia, que basicamente significa o quanto eu consigo crescer sem gerar inflação. Esses são três fatores que são revisitados. Nós temos comunicado dessa forma. A narrativa tem sido coerente com o que tem sido feito e, obviamente, nós já mencionamos que acreditamos que, se o País embarcar no sistema de reformas, com todo o mais constante, a taxa de juros de equilíbrio é mais baixa, então, sim.

Sobre os *spreads* altos, eu vou aqui me permitir gastar um pouquinho mais de tempo. Esse é um tema fundamental para todos nós. Nós temos uma taxa de juros que está nas mínimas históricas e temos um *spread* que é bastante alto. Não sei se o gráfico está na apresentação de todos. Temos um *spread* que é relativamente alto. Costuma-se muito corriqueiramente culpar a excessiva concentração ou a falta de competição. Eu incluí nos gráficos alguns estudos que foram feitos sobre esses temas, que mostram que, na verdade, o sistema, sim, é concentrado, mas que o sistema mundial financeiro acabou muito concentrado. E antes de entrar no tema de *spread*, eu gostaria de falar um pouquinho sobre isso.

Depois da crise de 2008, o que aconteceu no mundo, de forma geral, foi que os países que tinham muitos bancos pequenos — e os bancos pequenos tinham pouco capital para se proteger — tiveram problemas financeiros.

Na verdade, o que aconteceu na história financeira recente foi que nós trocamos a competição pela estabilidade. Quase todos os países do mundo hoje têm um sistema de bancos mais concentrado do que tinham antes das crises. Por que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eles fizeram isso? Porque acharam que o sistema mais concentrado tinha menos vulnerabilidade, porque havia um estoque de capital maior concentrado em menos bancos. Portanto, houve essa troca que mencionei. Os sistemas são mais concentrados, mas se entende que o sistema era menos vulnerável. Isso não só aconteceu no Brasil, como também aconteceu em vários outros países. Mesmo os Estados Unidos, que têm um sistema de banco muito pulverizado, com bancos pequenos estaduais, hoje têm um sistema mais concentrado do que tinha antes. Então, esse é o primeiro ponto.

Sobre o tema *spread*, eu gostaria de mencionar que, realmente, nós temos olhado isso bastante, e, talvez, seja uma das nossas principais tarefas. Não adianta ter juros de 6,5% com *spread* de 30%, 40%, 25%, porque, no final das contas, a conclusão a que se chega é que há um canal de política monetária em que se baixam os juros, mas o dinheiro não está chegando na ponta com um custo acessível para as pessoas.

Parte de toda a nossa Agenda que eu mencionei, Agenda BC+ e os 14 grupos de trabalho, cada grupo desses tem algum tipo de componente que vai endereçar a alguma coisa ligada a isso. Então, nós temos mais microcrédito. Nós temos mais cooperativas, porque diminuiu o risco. Eu não tenho tempo para mencionar tudo, mas queria focar um pouco no tema do *spread*.

Hoje o *spread* bancário no Brasil tem quatro componentes. Um deles é a inadimplência, que é mais ou menos 37,5% do custo; temos o custo operacional; temos o custo financeiro e temos o lucro, que é de 15%. Então, há 37%; 23%, o custo operacional; 25%, que é custo financeiro; e 15%, que é lucro.

Quando olhamos isso, existem, obviamente, ações para fazer em todos os grupos. Nós temos um sistema de custos operacionais, em que o sistema trabalhista, mesmo depois da reforma trabalhista, ainda tem um alto custo no Brasil. Eu comparo com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, e o Brasil ainda é o mais alto. Quando olho que nossa jornada de trabalho bancária é 6 horas e em alguns outros países são 8 horas ou 9 horas também, adiciona algum tipo de custo.

Temos também um tema de segurança das agências. Cada cidade tem um padrão de segurança diferente e isso gera um custo. Quando olhamos custos financeiros, temos o tema do compulsório, que foi mencionado. Realmente, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

compulsório no Brasil é alto. Nós temos um programa para diminuir isso estruturalmente. Temos o tema do direcionamento dos balanços do banco. Hoje, o balanço do banco tem dois pedaços: um deles é livre, que é mais ou menos 60% e tem um retorno alto; e tem um pedaço direcionado, são os créditos direcionados que têm um retorno bastante baixo. Então, há um pedaço do custo financeiro que é uma indústria de meia-entrada. Se eu vendo muita meia-entrada e quero ter lucro no meu cinema, eu tenho que cobrar mais da entrada inteira. Então, há também um tema de meia-entrada que faz parte do custo.

Mas, realmente, o maior custo é o de inadimplência. Por que o custo de inadimplência é alto? Quando fazemos uma operação de crédito, temos duas etapas. Há uma etapa antes de contratar a operação, que é basicamente o quanto eu conheço da pessoa que estou emprestando dinheiro. Quanto mais eu conheço da pessoa que estou emprestando dinheiro, mais informação eu tenho, menor tende a ser a inadimplência, porque eu estou emprestando para uma pessoa que eu conheço, provavelmente conheço a garantia. Chamamos a isso de informação assimétrica.

Há todo um conjunto de medidas para diminuir esse custo de informação antes de contratar a operação. Nós temos o cadastro positivo, que, apesar de ter passado, ainda não foi regulamentado, então ainda não temos o efeito. Nós temos o *open banking*. Ontem fiz um *workshop* para lançar a iniciativa de *open banking*. Nós já lançamos o arcabouço inicial do *open banking*, que vai ser feito. Então, há várias iniciativas usando tecnologia em que se pode reduzir o custo da informação. Esse é um ponto. Primeiro, diminuir a informação assimétrica, conhecer a quem vai ser emprestado o dinheiro.

E há uma parte depois da operação. Uma vez que entrou em inadimplência, precisa-se recuperar o crédito da operação. Gostaria também de mencionar dados, porque foi mencionado que o Brasil é recordista de várias coisas, de vários custos bancários. E o Brasil é absolutamente recordista no tema de recuperação de crédito. Nós, no Brasil, recuperamos 13 centavos de cada real. Ele leva, em média, 4 anos. Então, quando um banco tem um problema, em média, ele recupera 13 centavos e leva 4 anos. Se você pegar 13 centavos em 4 anos e trazer para o valor presente, não sobra muita coisa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Basicamente, apesar da inadimplência no Brasil ser 2,9%, não ser tão mais alta que o mundo emergente, a verdade é que a inadimplência se torna uma perda de principal, porque não recuperamos nada de volta.

Eu fiz, por exemplo, algumas comparações, e tenho um gráfico mostrando isso também, mas, por exemplo, em uma média de países em que a recuperação de crédito era 67%, não 13%, o tempo que se levava para recuperar era 1,3 anos, e não 4 anos. Isso faz uma diferença enorme. Se você faz a conta contrária, esse *spread* da média dos países que é 4%, 5%, ele iria para 20%. Então, nós temos um problema sério de recuperação de crédito que foi mencionado e acho importante explicar. Então, é um conjunto de variáveis que nós temos que atacar.

Eu sempre digo que, com juros muito altos, é como se tivéssemos dirigindo um avião sem instrumento, você só enxerga até a nuvem. Na hora em que os juros baixam, você começa a ver com mais amplitude tudo o que está em sua volta. E passam a ser mais importantes as reformas micro, porque quando se está com juros de 15%, 20%, as pessoas estão olhando a parte macro. Mas quando os juros baixam, nós vemos que viver com juros altos durante muito tempo criou muitas ineficiências. E agora é tempo de atacar essas ineficiências.

Então, parte do programa que nós desenhamos no Banco Central é para atacar esses programas micro, para incluir mais pessoas no crédito, para baratear o crédito na ponta, para ter cooperativismo, para ter o microempreendedorismo, para ter educação financeira. Tudo isso são micromedidas que vão abaixar esse custo.

Acho que respondi às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado Lucas Gonzalez, para fazer a réplica, se assim o desejar.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, obrigado. Agradeço a presença do Roberto aqui, pela sua explanação e explicação dos temas debatidos.

Quero me ater, basicamente, como cidadão, à expectativa de uma queda, quem sabe, dos nossos juros, uma vez que todos os sinais mostram isso. Acredito que esta Casa terá a responsabilidade de aprovar a nova Previdência o quanto antes. Portanto, já deixo aqui essa expectativa. Já que o senhor tem um gráfico de expectativa, eu me incluo nele, da nossa redução de taxa de juros.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Especificamente, eu, que estou também na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público — CTASP, estou na Secretaria de Juventude desta Casa, de novo falo da importância desse programa de educação financeira, principalmente entre os mais jovens. Quero me colocar à disposição de V.Exa. para trazermos iniciativas como essas para a Câmara dos Deputados, para fazer também um vínculo, quem sabe, com a Secretaria Nacional de Juventude, para que possamos fazer chegar esse programa que V.Exa. citou lá na ponta, aos jovens que não sabem absolutamente quase nada de educação financeira. Acho que assim começaremos a construir uma geração mais próspera intelectualmente para que cuide melhor dos seus recursos materiais ao longo da sua vida.

Então, fica este convite, esta reflexão para, de fato, trazermos efetividade e assertividade a esse programa de educação financeira.

De novo, quero terminar dizendo aos meus colegas aqui presentes da responsabilidade que esta Casa tem de aprovar o quanto antes a nova Previdência na sua integralidade, para que nós possamos, também o quanto antes, viver dias melhores em nossa economia e, por conseguinte, em todo o nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Passamos, então, a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides Filho, para fazer a sua réplica.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção a exposição do Presidente Roberto Campos e, mais uma vez, realço a importância da sua presença aqui conosco, mas queria fazer três considerações: a primeira delas diz respeito ao comentário que o Presidente fez sobre o teto de dívida. Eu acho esse assunto importante.

Os Estados Unidos têm 100% da dívida, mesmo sendo um mercado onde o mundo inteiro está presente e onde deveria haver uma preocupação com esse limite. Lá não existe isso. A variação do estoque da dívida pública é determinada pelo resultado primário e pelos juros. Então, o estoque aumenta porque o primário é negativo, no caso, e pelo montante de juros. Portanto, o tamanho da definição de juros pelo Banco Central é um componente para a elevação do estoque da dívida pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para dizer que, desde 2014 e 2015, eu tenho escutado dizerem, com alguma frequência aqui nesta Casa, que a taxa de juros caiu em 2014, e em 2015 a inflação voltou. Não é bem assim. No sistema que nós vivemos, a política monetária não caminha sozinha. Isso é um erro e, normalmente, é uma visão do Banco Central.

O que aconteceu no Brasil é que você diminuiu a taxa de juros e piorou o primário. O Brasil passou 20 anos com resultado primário positivo, que diminuiu em 2011, 2012, 2013, e, em 2014, foi negativo. O que aconteceu no Brasil é que, simultaneamente à redução da taxa de juros, houve uma piora — e uma piora grave — do fiscal brasileiro. Isso foi o que nos conduziu ao problema inflacionário subsequente, não foi somente a redefinição da compreensão da taxa de juros pelo Banco Central, não. O Brasil sai de 20 anos de resultado primário positivo para um primário negativo. E nós estamos tendo problema até hoje. Portanto, não há só a questão da taxa de juros, porque isso impacta... Aliás, o Presidente disse que a razão de as agências de risco tirarem as suas confianças em seus *investments grades* aqui no Brasil não foi por causa da reserva, foi por causa do fiscal. Eu estou enfatizando, portanto, que o fiscal contribui para a aceleração do processo inflacionário e não somente para a redução de taxa de juros, que não é o caso.

Aliás, como eu disse, o primário no Brasil, Sr. Presidente Senador Marcelo Castro, nunca foi capaz de pagar juros. Mesmo com resultados primários positivos, o Brasil não consegue pagar os juros. É por isso que isso não se resolve. É por isso que o conceito nominal no Brasil, diferentemente do livro-texto, em que resultado primário é a capacidade intertemporal do pagamento da amortização de juros da dívida... Como o Brasil não tem capacidade de pagar a amortização, o conceito de primário no Brasil refere-se à capacidade de pagar juros. Ou seja, isso é só para manter o estoque real intertemporal da dívida pública brasileira. O Brasil não consegue porque o juro é elevado, e o primário que se gera não é capaz de pagar esses juros. É por isso que a dívida, recorrentemente, sobe.

Eu quero insistir um pouco de que é necessário o Senado discutir esse limite com o Banco Central. Inclusive, é muito folgado o limite que está lá no PRS 84. Mas eu quero deixar aqui uma reflexão para o Banco Central, porque isso vai ensinar também uma análise mais percuciente. O Banco Central tem excelentes quadros, pessoas que querem estudar, então, eu acho que é importante que isso seja feito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O segundo ponto é que está aqui na Casa o crédito suplementar para a regra de ouro, e nós precisamos saber se o Banco Central vai transferir aquela previsão que ele tem de superávit de 90 bilhões de reais; se está previsto de o Banco Central fazer essa transferência para o Tesouro para poder, portanto, ajustar. O descontrole é tão grande no Brasil que nós estamos lançando títulos da dívida pública para poder pagar despesa corrente. Eu acho que é o fim, e o Congresso vai cancelar esse tipo de descontrole. Portanto, o teto da dívida é importante. Temos que resolver o fiscal? Temos que resolver o fiscal, mas nós temos que resolver um pouco também a parte monetária, que hoje não tem nenhum controle.

O *spread* bancário, Presidente, realmente me preocupa. Mesmo com essas dificuldades, a diferença do nosso *spread* bancário com o do resto do mundo é muito grande, e chega a tal ponto que, em épocas de crise, se você examinar os anos de 2014, 2015 e 2016, quando a economia toda se retraiu, a indústria se retraiu e o comércio se retraiu, o *spread* bancário aumentou, ele não caiu. O *spread* bancário aumenta na crise, ele não cai, porque você tem menor número de tomadores e, para manter a rentabilidade, o sistema bancário aumenta o *spread*.

Vejam que, em 2018, mesmo com a diminuição da atividade econômica a 1%, o sistema bancário, os 5 maiores bancos tiveram 98 bilhões de lucro, e o primeiro trimestre já vai na mesma entoadada. Eu estou levantando isso muito mais como uma reflexão, porque é importante para o Banco Central. O *spread* bancário é uma questão, e a Agenda BC+ é relevante. Eu acho que o Presidente tem que tocar isso cada vez mais com ênfase. Isso ajuda o País, isso ajuda o setor privado, que, pela informação que eu tenho, tem 600 bilhões para serem lançados nesses primeiros 6 meses.

Na minha época, quando eu era de banco, eu chamava isso de crédito para liquidação duvidosa, eu não sei se ainda existe essa terminologia de CL. São 600 bilhões! A empresa privada não consegue ampliar como o sistema bancário, primeiro porque, realmente, a rentabilidade da atividade econômica dela é menor do que o custo de captação do sistema bancário, então fica inviável ela iniciar sua atividade produtiva ou ampliar a sua produção. Presidente, há um descompasso entre a rentabilidade da atividade produtiva e o custo que ela incorre ao tomar o seu empréstimo. As empresas brasileiras são pouco capitalizadas e têm que recorrer ao sistema financeiro para financiar a produção. Aliás, este é o papel do banco no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sistema capitalista: fazer intermediação financeira. Nós precisamos do sistema bancário para fazer isso. Porém, com esse nível de *spread* que temos, realmente eu queria ver se o Banco Central insiste na sua agenda para poder construir uma redução.

Por último, quero responder ao meu colega sobre termos de aprovar na integralidade a Previdência. Eu queria só ponderar ao nosso colega que, na campanha presidencial, Senador, nós propusemos — para determinado candidato a Presidente, eu coordenava o programa econômico — um novo modelo de Previdência, inclusive com a capitalização com dupla contribuição, do trabalhador e patronal.

Já estive com o Ministro Paulo Guedes algumas vezes, mostrando o absurdo do regime de capitalização que ele está propondo, que é sem contribuição patronal. Dos 60 países que a minha equipe pesquisou, 59 têm contribuição patronal. A do Chile, que é a grande referência do nosso colega e amigo, Ministro Paulo Guedes, foi instituída na ditadura do Pinochet. Hoje o Congresso Nacional chileno está discutido a implementação da contribuição patronal, com previsão de 6%.

Portanto, devemos pensar na Previdência, devemos reconstruir e reparametrizar, agora, não podemos fazer do jeito que está na nova Previdência porque, realmente, não é o nosso entendimento, apesar de reconhecermos a necessidade.

Termino parabenizando S.Sa. pela presença. Temos que fazer com que isso se torne constante, Sr. Presidente, aqui nos nossos debates.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. Para fazer a tréplica, tem a palavra o Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Obrigado. Eu acho que não tenho muito a adicionar. De fato, eu concordo que em 2014 e 2015 o grande problema foi fiscal. A reação deveria, obviamente, ter sido contrária na política monetária. Não fez muito sentido, porque você estava acelerando e freando ao mesmo tempo. Estamos de acordo nisso e, em relação à grande parte do que foi mencionado, estamos de acordo. Não vou mencionar a Previdência, porque acho que não cabe ao Banco Central falar de Previdência.

Para o Banco Central, o importante é o fiscal. De novo: nós temos um caso fiscal. O que o Governo tem dito é que existem algumas frentes para atacar o fiscal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Uma é a Previdência, outra é um programa de privatização de eficiência do Estado, outra é um programa de desburocratização e diminuição de custos. Eu acho que existem várias frentes que estão sendo exploradas. Para nós, no Banco Central, o importante é que o conjunto dessas medidas gere credibilidade, gere investimento e nós consigamos ter um crescimento estável, com inflação controlada e expectativa de inflação ancorada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir a ordem dos inscritos. Passo a palavra, então, ao Deputado Elias Vaz.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - Muito obrigado, Presidente, Senador Marcelo Castro, que eu cumprimento pela iniciativa. Cumprimento também o Sr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, em uma das vindas aqui do Ministro Paulo Guedes, ele, em uma das suas declarações, disse que o Brasil é o paraíso dos rentistas, dos banqueiros, e o inferno dos empreendedores. Nós vimos aqui e agora, e o Deputado Mauro Benevides Filho deu muitos dados aqui, que os quatro maiores bancos tiveram um lucro líquido de 20 bilhões de reais no primeiro trimestre, em média 22% maior do que no mesmo período do ano passado, e isso em plena crise. Quer dizer, crise para alguns, para outros não. Para os bancos, parece que não há crise no nosso País.

A minha pergunta é a seguinte: considerando que eu até concordo com o Ministro Paulo Guedes que nós temos que mudar essa realidade — porque quem fala que é o inferno dos empreendedores é porque não concorda com essa realidade —, efetivamente, quais são os mecanismos que estão sendo estabelecidos pelo Banco Central para que nós tenhamos uma situação mais favorável para os empreendedores do que para os bancos, que é a realidade que nós estamos vivendo hoje? Então, a minha pergunta é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sendo assim vou passar a palavra, porque S.Exa. era o último Parlamentar inscrito, ao Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Muito obrigado pela pergunta, Deputado Elias Vaz.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação ao sistema bancário brasileiro, eu acho que já exploramos o fato da concentração, já exploramos o fato da competitividade. Eu mencionei um pouco os *spreads*. Então, eu acho que é importante aqui uma agenda micro, porque, quando nós pensamos que o País é o inferno dos empreendedores, esse inferno tem várias dimensões. Ele tem uma dimensão burocrática, ele tem uma dimensão financeira, ele tem uma dimensão tributária.

No Brasil, o custo tributário, o custo de conformidade é o mais alto do mundo — mas disparado. Acho que é entre duas ou três vezes o segundo colocado. Então, eu acho que todas essas microrreformas que o Governo tem proposto vão ajudar.

Eu vou agora puxar um pouco para o que o BC pode fazer. Na verdade, toda a minha preocupação vai exatamente em relação a algo que foi mencionado por V.Exa. Por isso, quando estávamos fazendo o programa do Banco Central e vendo no que nós poderíamos contribuir para esse ambiente de negócios, elaboramos muito sobre a dimensão micro que já existia na Agenda BC+.

A Agenda BC+ tratou de dois temas. Um deles é o meio de pagamento. Eu acho que estamos vendo que há uma competição bastante grande. Veja que o MDR, que é o desconto que os lojistas pagam, caiu bastante. Podemos ver uma competição grande entre essas maquininhas, como é dito conceitualmente.

Outra dimensão que a Agenda BC+ tentou atacar foi a dimensão dos *spreads*. Essa teve um sucesso, mas não foi um sucesso tão absoluto porque o *spread* continua muito grande.

Então, a nossa agenda é fazer várias medidas em nível micro. Eu ficaria aqui durante algumas horas falando com V.Exa. sobre isso, mas nós dividimos esse tema nas quatro dimensões que eu mencionei. Competição é uma enorme dimensão. Por exemplo, o tema do Open Banking significa que qualquer pequeno banco vai poder entrar no banco de dados de um banco grande com a autorização do cliente para fornecer serviços mais baratos. Essa é uma inovação que está sendo feita hoje em 2 ou 3 países, e nós estamos relativamente avançados. Eu pretendo entregar um plano mais elaborado sobre isso.

Outro tema de competição é o de pagamento instantâneo, um projeto que estava previsto, e agora adiantamos. Vamos fazer um investimento para esse projeto acontecer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro tema que diminui esse custo, esse inferno, é haver uma modalidade de crédito em que o custo seja menor na ponta para que quem use o crédito tenha algum benefício. Por exemplo, aqui foi mencionado o microcrédito. Ele tem um grande benefício. Os experimentos de microcrédito na Ásia mostraram que ele tem a capacidade de gerar duas coisas: educação financeira e emprego. Ele é o crédito que mais gera emprego, porque está ali na ponta beneficiando o cidadão. Se há emprego e educação financeira, isso é igual à poupança, que é uma coisa de que o País precisa muito.

Então, acho que essa é uma agenda...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - E ainda tem uma inadimplência baixa.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - E ainda tem uma inadimplência baixa, porque tem um nível de informação alta em relação ao cliente.

Há também o tema da cooperativa. Quem entra para uma cooperativa acaba tendo uma experiência de educação financeira. Os pequenos agricultores, quando se organizam, funcionam melhor. Há um programa que mostra que hoje cooperativa ocupa 3% do crédito, e queremos dobrar para 6%. Já estamos com alguns projetos para isso. Inclusive, vamos lançar projetos em breve. Há um tema sobre o dinheiro que os bancos têm disponível para a agricultura, que nós vamos tentar otimizar, para ajudar.

Portanto, todas as dimensões do programa estão relacionadas nessas quatro dimensões, que é mais competição, ou seja, menos preço, mais eficiência e transparência, ou seja, menos burocracia e educação financeira. Esses elementos são os que fazem com que a vida do empreendedor seja um inferno.

Por isso, ao invés de simplesmente falar que os bancos ganham muito e tinham que ganhar menos, eu prefiro perguntar o seguinte: "*Como é que eu posso gerar mais competição nessa indústria?*" Se eu tiver muita competição nessa indústria, o grande beneficiado é quem está na ponta, consumindo os serviços.

Então, o que nós tentamos fazer foi estimular FINTECHs, lançar a empresa de crédito simples. São várias iniciativas, mas, infelizmente, não vou ter tempo de mencionar todas. Nós temos, de novo, os grupos de trabalho, e o objetivo é diminuir esse inferno que é a vida do empreendedor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu concordo com essa afirmação e acho que a melhor forma de termos um sistema mais diversificado e mais eficiente é com competição. Por isso, o que nós vamos fazer é estimular a competição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes, que chegou agora e quer fazer um questionamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. e também o nosso Presidente do Banco Central, o Roberto Campos Neto.

Sr. Roberto, vou exatamente dentro dessa linha de que V.Sa. está falando, de descentralizar o crédito. Principalmente, a minha pergunta é em relação às cooperativas de crédito.

Existe, na Região Centro-Oeste, o FCO. E a resistência do Banco do Brasil em repassar mais recursos às cooperativas de crédito é muito grande. Já houve várias audiências, várias reuniões nesse sentido. Eu gostaria de saber se V.Sa. tem conhecimento do que entrava isso, se isso depende de alguma legislação, qual é decisão necessária para que as cooperativas de crédito possam acessar mais esse crédito do FCO. Não sei se isso ocorre com os demais fundos, como o FNO e outros. Mas, enfim, no Centro-Oeste, nós não temos um banco de desenvolvimento. O Banco do Brasil não é um banco de desenvolvimento e, cada vez mais, passa a ser um banco comercial, apesar de repassar recursos principalmente para o setor agropecuário.

Quando se recriou a SUDECO, junto houve também a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o BADECO, um nome meio complexo. Está lá criado, mas não foi implantado porque as equipes financeiras do passado sempre tiveram resistência quanto em se criar mais um banco estatal.

Nesse sentido, eu gostaria de saber qual é a visão dessa equipe em relação ao BADECO, porque também se especulou sobre a possibilidade de transformar o BRB nesse Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. É claro que uma Região como o Centro-Oeste ainda é uma Região em abertura, principalmente no Estado de Mato Grosso, que tem 900 mil quilômetros quadrados e uma população muito pequena, com uma nova fronteira agrícola, a região do Araguaia, Mato Grosso e Goiás têm muito ainda a ser aberto. Nós sempre falamos que só a região do Araguaia pode





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

produzir tudo que produz o Mato Grosso — e o Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo que produz o Brasil em termos de agropecuária.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Sa. o que vocês estão pensando, já que essa questão do desenvolvimento é fundamental. Sempre tenho dito que o banco comercial quer saber do aval, e o banco de desenvolvimento normalmente quer saber se a pessoa tem talento, se aquela é uma empresa que vai alavancar o desenvolvimento regional, que é o que mais importa realmente.

Ontem mesmo, nós estivemos com o pessoal da ANCINE, que tem recursos possíveis de ser aplicados. A nossa reclamação de sempre é que o recurso do "S" do BNDES não chega ao interior, é muito concentrado. Também os recursos, que, no caso, a ANCINE, quer aplicar, não conseguem chegar ao interior porque não existe um apoiador como um banco de desenvolvimento para ser parceiro. O BNDES está longe e seus repasses nesses créditos menores normalmente se fazem através do sistema financeiro. E isso também não tem relação com as cooperativas.

Ontem, estive aqui o Presidente da ANCINE, que disse que gostaria muito de trabalhar em conjunto, porque isso multiplicaria muito mais o recurso. Esse é um pensamento de desenvolvimento para qualquer área, ainda mais numa área dessas, que é bastante complexa.

Então, eu gostaria de saber qual é a opinião dessa nova equipe econômica e, mais uma vez, gostaria de cobrar de V.Sa. essa tradição do Mato Grosso, lembrando aqui Roberto Campos — V.Sa. é o Roberto Campos Neto. (*Risos.*) Fazemos questão de dizer que ele era mato-grossense. Então, Roberto Campos Neto tem que ter pelo menos um pouquinho de querência com o Mato Grosso neste momento de desenvolvimento. Aliás, Mato Grosso é um Estado que responde rapidamente. Hoje o nosso problema é infraestrutura, mas, claro, a questão do crédito é fundamental também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu também estou regularmente inscrito (*risos*) e quero aproveitar esse finalzinho aqui para fazer também algumas observações.

V.Exa. me corrija, Dr. Roberto Campos, se eu estiver muitíssimo errado. Eu quero avisar aqui, de público, que eu sou psiquiatra, então, essa questão econômica eu não domino muito bem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se me recordo, quando o Itamar Franco entregou o Governo ao Fernando Henrique — foi substituído por ele —, a dívida interna do Brasil era algo em torno de 60 bilhões de reais. Isso era o que nós devíamos naquela época. Ou seja, bons tempos, não devíamos nada. O número que eu tenho na cabeça aqui seria de 62 bilhões de reais, mas eu não vou cravar esse número.

Com os juros que existem hoje, de 6,5%, nós teríamos de pagar uns 3,6 bilhões de reais por ano e teríamos de pagar 10 mil reais por dia, se essa dívida tivesse se mantido assim. Hoje nós temos uma dívida de mais de 5 trilhões de reais e, se botarmos os 6,5% da SELIC, nós vamos para perto de 400 bilhões de reais de juros por ano, o que dá a bagatela de mais de 1 bilhão de reais por dia. Ou seja, no Itamar Franco, nós estaríamos pagando 10 mil de reais, e agora estamos pagando mais de 1 bilhão de reais por dia. Então, são números astronômicos.

Esses recursos que fizeram com que o Brasil se endividasse tanto têm justificativa? Foram para desenvolver o País? Foram para melhorar a nossa infraestrutura ou, como dizem muitos críticos, para pagamento de juros sobre juros? Eu me recordo de que, no Governo Fernando Henrique, houve taxa SELIC de mais de 40% ao ano, o que eleva a dívida de uma maneira estratosférica.

Eu gostaria de perguntar aqui a V.Exa. onde foi que nós erramos principalmente. Em que momento nós tomamos decisões críticas importantes, para que houvesse um crescimento da dívida tão explosivo quanto é hoje?

Recordo-me de que, recentemente, agora no Governo do Presidente Lula, a dívida tinha um viés de baixa com relação ao PIB. Se não me falha a memória, também não quero cravar aqui o número, nós chegamos até a 30 e tantos por cento do PIB. Essa era a nossa dívida. E agora nós estamos em torno de 80%, chegando a um ponto quase que incontrolável.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma reflexão, nos trouxesse o conhecimento de V.Exa. e nos desse uma aula.

Agora, com todo Ministro do Banco Central e Ministro da Economia que já andaram aqui nesses 20 anos em que eu estou no Congresso, sempre eu sou cismado por causa de uma questão: o juro do cartão de crédito. Eu já ouvi que, nos Estados Unidos — e isso no mundo inteiro —, o juro do cartão de crédito sempre é mais alto do que o juro normal. Nos Estados Unidos, ele é em torno de 10% ao ano. Se isso for verdade, como V.Exa. acabou de dizer que o juro lá é de 2,5% ao ano,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

então, o juro do cartão de crédito lá é quatro vezes o juro normal. Aqui no Brasil, a taxa SELIC é de 6,5% e o juro do nosso cartão de crédito é de 300% para frente. *(Risos.)* Se, nos Estados Unidos, o juro do cartão de crédito é quatro vezes o juro normal, o juro do FED, do Banco Central, aqui no Brasil, então, é 50 vezes. Por que há tanta distorção?

É evidente que todos os Ministros da Economia e Presidentes do Banco Central que andaram por aqui, para os quais eu tive a oportunidade de fazer essa pergunta, sempre falaram que o juro iria baixar, mas nunca baixou. Ele oscila, vai de 300% a mais de 400%, vem e volta. Mas um juro do cartão de crédito que se possa dizer civilizado não existe. Por que o Banco Central concorda com isso? O Banco Central não tem mecanismo para resolver isso?

Outra pergunta que eu queria fazer — V.Exa. explicou muito aí — é sobre o *spread* bancário. Eu fiz um levantamento recentemente, de uma planilha do Banco Mundial — não é dedução minha. O *spread* no Japão é 0,7% ao ano, não ao dia, mas ao ano. Na quase totalidade dos países do mundo, o *spread* fica abaixo de 10% ao ano. O Brasil é a exceção da exceção da exceção, aqui nós estamos em torno de 40%. Isso é uma coisa exorbitante.

O Deputado Mauro Benevides Filho falou dos campeões que somos nesses pontos que não colocam o Brasil numa posição muito elevada na questão econômica. Eu gostaria que V.Exa. falasse a respeito disso.

Há também uma certa provocação política. O candidato à Presidência Ciro Gomes, que era apoiado aqui pelo Deputado Mauro Benevides Filho, falou muito em resolver o problema dos inadimplentes, que são um número muito expressivo — 63 milhões —, e que isso poderia trazer essas pessoas novamente para o mercado, para investir e produzir. Eles estão à margem do mercado porque estão inadimplentes, estão na Serasa e não conseguem mais acessar crédito. É claro que, se isso pudesse acontecer, seria muito importante para a economia, na minha modesta opinião.

Quero aqui aproveitar para parabenizar V.Exa. porque, nas duas oportunidades em que eu já o ouvi falar, V.Exa. falou no microcrédito. Eu acho que isso é uma coisa importante, que nós precisamos incentivar. Nós temos uma experiência muito boa no Nordeste, através do Banco do Nordeste, que faz lá o Crediamigo, em que as pessoas de cotizam; elas juntam um grupo de quatro a cinco pessoas e tomam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um crédito. Aquele grupo fica responsável por todos, o que termina movimentando a economia, com um juro muito baixo e a inadimplência quase tendente a zero. Essa é uma experiência exitosa no Nordeste, que poderia, evidentemente, ser expandida para o País inteiro.

Com isso, finalizo e passo a palavra para V.Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Sr. Roberto, o senhor poderia fazer um comentário também sobre a empresa individual de microcrédito também.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Obrigado novamente pelas perguntas.

Vou começar respondendo à pergunta do Senador Wellington Fagundes sobre cooperativas, um tema que eu tenho também acompanhado de perto. O cooperativismo no Brasil tem um desenvolvimento muito heterogêneo quando se fala de regiões: há algumas regiões no Sul onde o cooperativismo já responde por mais de 10% do crédito local, o que, em alguns casos, chega a 12%, e há regiões onde não existe o cooperativismo.

Quais são as iniciativas para o cooperativismo? Precisamos fomentar o cooperativismo, e existem alguns programas que estão sendo desenvolvidos para isso. Precisamos também entender como fazer o cooperativismo de forma eficiente: é plataforma tecnológica, é integrar as cooperativas. As cooperativas do Sul que se transplantaram para regiões — existe um exemplo bom em Roraima e outro no Piauí também — levaram tecnologia e, com isso, você consegue ver que a área onde ela foi implantada foi contaminada de uma forma positiva. O crédito cresceu com uma inadimplência baixa, com experiência para o usuário muito boa, o que, no final das contas, acaba fomentando a atividade local, uma coisa que nós queremos fazer.

De novo, o Brasil é um país onde as regiões são muito diferentes. Nós precisamos olhar para as diferentes regiões de forma diferente.

Em relação aos fundos, nós vamos olhar agora o que cada fundo está fundo está fazendo e como podemos melhorar a alocação de recursos tanto para cooperativa quanto para microcrédito. Eu vejo que alguns fundos têm um grande comprometimento de empréstimo durante 5 ou 6 anos, que está tudo basicamente comprometido. Então, eu acho que faz parte do nosso trabalho fazer uma análise e ver como podemos incentivar essa categoria de cooperativa.

De novo, o nosso objetivo é dobrar o cooperativismo. Acho que ele é muito importante não só na parte agro, pois existem experiências bastante eficientes de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cooperativismo em outras áreas. Ontem mesmo, eu tive uma reunião com pessoas ligadas ao cooperativismo. Estamos desenhando planos. Não posso adiantar muita coisa, mas a parte de comprometimento do Banco Central com o programa de cooperativismo é total.

Em relação à pergunta do Senador Marcelo Castro sobre a escalada da dívida, eu acho que interessa o ponto mais importante agora, neste País, bastante mencionado pelo Deputado Mauro Benevides Filho: hoje, basicamente, o nosso problema é basicamente fiscal. O nosso problema externo é baixo, nós temos uma vulnerabilidade externa quase inexistente. Nós temos uma inflação relativamente controlada e os juros mais baixos da história, que, quando comparamos com os juros de mercados emergentes, não são muito diferentes. Acho que a média deve estar perto de 5%, enquanto nós estamos em 6,5%, que é um pouco mais alto, mas não é o que causa a grande diferença.

Agora, nós temos uma situação fiscal muito delicada e que se acelerou bastante ao longo do tempo. O problema não é só ela ter acelerado, mas como ela acelerou. Se ela tivesse acelerado, em algum momento, com investimento e se esse investimento tivesse gerado retorno, ela teria voltado a um patamar mais saudável.

Eu acho que, sem me alongar muito, há o problema de você se endividar para consumir. Eu acho que esse foi um problema que nós passamos. Existiu um modelo em que, inicialmente, o Governo se endividava e financiava o consumo. Isso gerou uma falsa sensação, que os americanos chamam de *feel good*, que é um fator de sensação boa, porque as pessoas passaram a consumir coisas com padrão diferenciado. Mas, quando o empréstimo vira consumo, no final das contas, ele vira inflação. Então, nós tivemos aí a primeira parte, que foi para consumo. Quando nós pegamos o investimento, separamos e comparamos com outros países de mercado emergente, a nossa parcela de endividamento para consumo é muito maior do que a média.

Então, o primeiro ponto é que nós investimos menos. E acho que o segundo ponto é que investimos mal também, nós investimos em programas que não geraram a eficiência esperada. Eu não vou me alongar mais porque, de novo, a função do Banco Central não é muito falar sobre o fiscal. Mas acho que se tocou num ponto importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos anos de 2014 e 2015, houve uma escalada grande da dívida. Nós fizemos uma política contracíclica quando o mundo estava desacelerando, e essa política teve resultado, pois o Brasil desacelerou menos. Mas, depois, criou-se o hábito de continuar com essa política quando, na verdade, ela não era mais necessária. Então, o endividamento foi crescendo quase que continuamente.

Então, eu concordo com o ponto e acho que o problema do Brasil hoje é fiscal e que precisamos das reformas para endereçar esse problema fiscal. Eu não vou entrar no detalhe das reformas, porque que há uma parte grande da equipe econômica que está fazendo isso.

Sobre o tema de cartão de crédito, eu tenho aqui até os juros — eu não sei se estão na apresentação. Este aqui mostra o mês. Se pegarmos o ano, os juros do cartão de crédito foram de 520% para 310%. Então, obviamente, eu concordo que os juros são muito altos. Eles tiveram uma queda que não foi proporcional à Selic: a Selic caiu pela metade, e os juros não caíram pela metade, continuam sendo muito altos.

O Banco Central agora tem uma tarefa de monitorar todas as categorias que têm os juros muito altos. Eu acho que a educação financeira ajuda porque, se você tem educação financeira, tende a se endividar menos e se endivida melhor. Nós temos vários exemplos de pessoas que vão lá, fazem o consignado e, depois, fazem o cheque especial. Então, elas tiveram a experiência de terem os juros baixos, mas ainda foram lá e pegaram o cheque especial.

Então, eu acho que há um tema de educação financeira, que é importante e faz parte do programa; há um tema de conscientização importante; e há um tema de gerar a competição.

Aí eu já faço uma amarra com o ponto da empresa simples de crédito, que foi implementada há pouco tempo, anunciada há pouco tempo, que é uma ideia do Sr. Afif. Acho que é uma ideia que já existia há um tempo e que nós decidimos implementar. Ela vai na linha do nosso pensamento. Nós, na verdade, já tínhamos feito isso no Banco Central de alguma forma, porque criamos a empresa de crédito via FINTECH, criamos uma empresa de crédito de pessoas para pessoas, P2P. Então, nós também já estamos nos adiantando nesse arcabouço.

Eu acho que o importante aqui é que o processo seja digital e barato. O problema — e isso vai também ligado ao microcrédito — é que um tíquete de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

microcrédito normalmente é muito baixo, então, se ele não tiver um custo muito baixo, é inviável. Eu estava, outro dia, pegando um exemplo de uma atividade no Nordeste em que o tíquete médio era 420 reais. E, se custa 40 reais para você dar um crédito de 420 reais, você não vai conseguir prosperar nessa atividade.

Então, a chave do microcrédito de grande parte do que foi falado está aqui, o banco do futuro está aqui. Hoje, a cobertura de celular é muito maior do que a cobertura de saneamento. E eu acho que uma das coisas em que nós estamos avançando e que foi anunciada pelo Ministro Marcos Pontes é uma cobertura de celular maior e mais estável em todo o País, porque vai ajudar muito isto aqui: conseguir usar plataformas baratas para espalhar o crédito de forma segura e transparente.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sr. Presidente do Banco Central, com direito à réplica, eu acho que V.Exa. não...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Presidente, eu poderia só explicar a questão dos 63 milhões de inadimplentes? São 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Fique à vontade.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Presidente Roberto, normalmente a imprensa, quando decompõe o PIB, fala que a indústria é tanto, o serviço é 2%, o comércio é tanto. Só que, quando se decompõe pelo lado da demanda, há o consumo das famílias, o investimento, o gasto do Governo e a diferença entre exportação e importação.

Senador Marcelo Castro, 60% do PIB brasileiro é o consumo das famílias. Então, essa proposta de resolver o problema desses 63 milhões de inadimplentes não é uma razão eleitoreira, é uma razão macroeconômica. Nós temos que resolver 60% do consumo do PIB brasileiro, até porque, da crise para cá, no Brasil, quando se olham os relatórios do Banco Central, o crédito para a pessoa física ultrapassou o da pessoa jurídica. Ou seja, a pessoa jurídica também está tendo um problema de tomada de crédito em função desse alto grau de endividamento que vem sofrendo. Então, nós precisamos resolver isso.

E qual era o charme da história? A Serasa e o SPC aceitam reduzir 80%, 90% do crédito. O problema é que eles exigem das pessoas o pagamento à vista. Então, se você devia 4 mil reais, eles baixavam 80%, você pagava mil reais ou mil reais e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

50 centavos, o que fosse. Como a exigência era de mil reais e 50 centavos à vista, a pessoa, ainda sofrida, não tinha isso. O charme da história era que você negociava — e nós conversamos com quase todas — e reduzia esse valor. Agora, você abria um crédito em 36 meses, para pagar, mais ou menos 40 a 45 reais, por esse valor médio, que era de mil reais e 50 centavos. Você tirava essa dificuldade e, portanto, trazia esse pessoal de volta. Alguns estavam nessa situação porque ficaram desempregados, outros porque ganhavam uma certa renda e passaram a ser subutilizados. Nós estamos com 5 milhões de brasileiros subutilizados no conceito da PNAD. E por aí vai.

Então, era muito mais uma ajuda macroeconômica, para fazer o Brasil crescer, do qualquer outro raciocínio que se pudesse vislumbrar.

Agora, Presidente Roberto Campos Neto, eu acho que, realmente, a gente tem que dar uma olhadinha na taxa de juros do crédito do cartão de crédito e do cheque especial. O cheque especial hoje está cobrando 10,25% ao mês, para uma inflação de 410% ao ano. Ou seja, não faz sentido também.

Obrigado pela paciência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Dr. Roberto, eu fiz uma pergunta principal a V.Exa. e fiz com vontade de aprender, não de criticar. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Desculpe-me se não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por que nós tínhamos uma dívida tão baixa quando o Itamar Franco passou o Governo para o Fernando Henrique e fomos para uma dívida tão estratosférica como a de hoje? Então, sempre vemos que houve erros. A pergunta principal que eu fiz a V.Exa. é: onde foi, principalmente, que nós erramos, onde foi que nós entortamos e deixamos a dívida ir para uma posição tão grande como a de hoje?

Se V.Exa. pudesse responder à pergunta na tréplica, eu ficaria muito agradecido.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Eu acho que o principal erro foi tentar achar que o crescimento e todos os objetivos seriam feitos pelo Governo, e não pelo setor privado. Com isso, o incentivo ao consumo veio do Governo; o Governo se endividou para financiar o consumo; o Governo basicamente dominou grande parte dos investimentos em infraestrutura e de longo prazo durante muito tempo. Há um efeito que chamamos de *crowding out*, em que o Governo, na verdade, ocupou o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

espaço do setor privado de tal forma que o setor privado ficou ineficiente e sem capacidade de reação.

Então, o que eu acho que aconteceu ao longo do tempo? Na verdade, a dívida sempre sobe porque nós gastamos mais do que arrecadamos. Mas por que gastamos mais do que arrecadamos e por que gastamos mal? Eu acho que gastamos mal porque não entendemos — e volto àquela frase que mencionei no começo — que não adianta tentar achar solução pública. A solução agora é privada. Nós temos pouco espaço fiscal.

Então, eu acho que temos que reconhecer que o Governo dominava tudo e de uma forma ineficiente: a alocação de recursos era ruim; incentivamos um consumo errado; financiamos projetos que não deveriam ter sido financiados; e agora estamos vivendo com as consequências. Eu acho, então, que houve um gasto desproporcional do Governo em atividades que não foram eficientes e que geraram uma alocação de recursos errada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Então, agradecendo o comparecimento do Presidente do Banco Central, o Dr. Roberto Campos Neto, e da sua equipe, eu dou por encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2019.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** : Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Fred Costa, Gilberto Abramo, Gurgel, Jaqueline Cassol, João Carlos Bacelar, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Rodrigo Coelho e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carla Zambelli, Claudio Cajado, Delegado Marcelo Freitas, Evair Vieira de Melo, Gilson Marques, Luis Miranda, Marcel Van Hattem e Nicoletti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Aluisio Mendes, Beto Faro, Domingos Neto, Filipe Barros, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Jhonatan de Jesus, João Roma, Joice Hasselmann, Lucio Mosquini, Marreca Filho, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e um de maio de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), que informou haver *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 15 a 21 de maio de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. **AVISOS.** O Presidente anunciou que o Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária – SILOR, para realização de ajuste das emendas individuais, com impedimentos técnicos, referentes à Lei Orçamentária Anual para 2019 – LOA/2019, estaria aberto a partir daquela data, 21 de maio, terça-feira, até 30 de maio, quinta-feira. E demais informações poderiam ser encontradas na página da CMO na internet. E informou que no dia 22 de maio, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de discutir “Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do Projeto de Lei nº 04/2019-CN, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões.”, com os seguintes convidados para o debate: o Ministro de Estado da Cidadania, Senhor Osmar Gasparini Terra; o Diretor do Departamento de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho; o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca; o Economista, Sr. Rodrigo Ávila; o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, Sr. Felipe Scudeler Salto; o Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; e o Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albarnaz. Em atendimento ao **Requerimento nº 06/2019-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), subscrito pelos Deputados Lucio Mosquini (MDB/RO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 15.05.2019. Em sequência, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019; 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019; e 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 03/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 40.050.000,00 (Quarenta milhões e cinquenta mil reais), para o fim que especifica.” Relator: Deputado Paulo Azi. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela aprovação da Emenda nº 01. No dia 16.05.2019, o Relator, Deputado Paulo Azi, entregou na Secretária da CMO um novo Relatório, em substituição ao anterior. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Vicentinho Júnior (PR/TO), Bohn Gass (PT/RS), Cacá Leão (PP/BA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Márcio Marinho (PRB/BA), Claudio Cajado (PP/BA), e a Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). O Relator, Deputado Paulo Azi (DEM/BA) respondeu ao questionamento do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 07/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do CENSO em 2020”. Autor: Deputado Orlando Silva. Ausente o autor, subscreveu o Requerimento o Deputado Bohn Gass (PT/RS), que apresentou a matéria. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 21.05.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional.

Expedientes.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avisos.

Informo que o Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária — SILOR, para a realização de ajuste das emendas com impedimentos técnicos, estará aberto a partir de hoje, dia 21 de maio, terça-feira, até o dia 30 de maio, quinta-feira. Mais informações podem ser encontradas na página da CMO na Internet.

Informo também que está prevista para ocorrer amanhã, dia 22 de maio, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 2, reunião de audiência pública para discutir as fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do PLN 4, de 2019, do Congresso Nacional, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para o cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a 248,9 bilhões de reais, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, da CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha, aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de maio.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, eu peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14 de maio de 2019; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14 de maio de 2019; 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de maio de 2019; e 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 16 de maio de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas encontram-se em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2019, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$40.050.000,00 (quarenta milhões e cinquenta mil reais), para o fim que especifica. Relator: Deputado Paulo Azi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Durante o prazo regimental, foi apresentada uma emenda.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma do substitutivo. Quanto à emenda apresentada, o Relator indicou a aprovação.

Informo que, no dia 16 de maio, o Relator, Deputado Paulo Azi, apresentou nesta Comissão um novo relatório, em substituição ao anterior.

O Relator do PLN 3, ilustre Deputado Paulo Azi, está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço a V.Exa., Senador Marcelo Castro.

"Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO sobre o Projeto de Lei nº 3, de 2019-CN, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$40.050.000,00, para o fim que especifica'.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Paulo Azi.

I. Relatório

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 81, de 2019, na origem, o Projeto de Lei nº 3, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$40.050.000,00, para o fim que especifica.

O projeto promove a inclusão da Ação 00QV — Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado, visando à disponibilização de recursos orçamentários para pagamento de indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Policial Rodoviário Federal que, voluntariamente, deixar de gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala, nos termos da Lei nº 13.712, de 2018.

O Poder Executivo informa, ainda, que a solicitação será viabilizada à conta de anulação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece também o Executivo que, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2019 — LDO-2019, a alteração decorrente da abertura desse crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que se refere a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo com inclusão de nova programação, condicionadas aos limites de movimentação e empenho, constantes do Anexo I do Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro 2019, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse Decreto. Esclarece também que a alteração orçamentária proposta está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, visto que não altera o montante de despesas primárias.

II. Das Emendas

Foi apresentada uma emenda, de autoria do Deputado José Medeiros, visando reduzir o valor remanejado pelo projeto para o montante de R\$36.050.000,00.

III. Voto do Relator

Do exame da proposição, entendemos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Além disso, quanto à compatibilidade em relação ao Plano Plurianual 2016-2019, entendemos ser tecnicamente admissível considerar a despesa incluída como 'operação especial', visto que os recursos visam ao pagamento de indenizações prestadas aos servidores públicos em suas funções próprias.

Vale esclarecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 define os conceitos de 'atividade' e de 'operações especiais' da seguinte forma:

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

(...)

XIII - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou o aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Diante de tal dispositivo legal, e por se tratar de pagamento de indenizações pela flexibilização voluntária do repouso remunerado que servidores integrantes da carreira de policial rodoviário federal se dispuseram a executar, instituída, inclusive, pela Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018, é correto o entendimento do Executivo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em classificar tal despesa orçamentária como do tipo 'operação especial' e a natureza de despesa (GND) como 'outras despesas correntes' (GND-3).

Considerando, ainda, que a classificação ora proposta pelo Executivo já foi utilizada no ano de 2018, com o mesmo objetivo, mantida, portanto, da mesma forma neste parecer; lembro, porém, que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, segundo o qual a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

Quanto à emenda apresentada, esta tem argumentos consistentes, pois propõe a redução do valor a ser aprovado, face não mais haver necessidade de se aprovar todo o crédito em função de sua não utilização no primeiro trimestre do ano. Logo, não há necessidade da manutenção do valor R\$40.050.000,00 (quarenta milhões e cinquenta mil reais), podendo ser aprovado o montante proposto na emenda de R\$36.050.000,00 (trinta e seis milhões e cinquenta mil reais), não alterando os objetivos do projeto ora em análise.

Assim sendo, somos pela aprovação do PLN nº 3, de 2019-CN, juntamente com a emenda apresentada, na forma do substitutivo."

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Primeiro, quero dizer que nosso apoio é total ao relatório do nosso bom colega Deputado Paulo Azi.

Registro, ainda, Sr. Presidente, que ali atrás no plenário há um grupo de aprovados do concurso da PRF 2018-2019. Hoje, são mais de 1.800 aprovados, aptos a serem chamados e convocados a cumprir missão no Brasil inteiro. No meu Tocantins, até o ano retrasado, chegamos a ter 154 agentes cumprindo a segurança que a PRF faz. Como alguns deles se aposentaram ou mudaram de função, há hoje menos de 90 agentes, precisando passar para 170. Há nesse quadro de aprovados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje, 128 aptos a tomar posse e cumprir as missões devidas da PRF nos quadros das rodovias federais no meu Estado do Tocantins.

Eu quero deixar registrado nesta Comissão o pedido para que olhe com muito carinho a situação desses 1.834 aprovados no Brasil e 128 no nosso Tocantins, Senadora Kátia Abreu, todos aptos a ajudar na segurança pública no que tange à questão das rodovias federais.

Aproveito para aqui cumprimentar os amigos Felipe Borges, André Marinho e Caio Maia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos para a discussão.

A Senadora Kátia Abreu é a primeira inscrita, a quem concedo a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de registrar meu apoio ao relatório feito pelo Deputado Paulo Azi e dizer que esses recursos são referentes a uma espécie de banco de horas, isto é, os policiais rodoviários federais trabalharam no horário de folga e acumularam essas horas de folga sem usufruí-las. Então, nada mais justo que eles recebam por essas horas trabalhadas.

Aliás, essa seria uma prática muito moderna a ser adotada também pelas Polícias Militares dos Estados, através dos Governos: em vez de fazer mais concursos, poderiam dar oportunidade aos policiais militares de vender parte de suas horas de folga, normalmente turnos de 12 horas por 36 horas. E os policiais querem isso. Não é vender todas as horas. E isso seria feito de forma voluntária, não é obrigatório. Assim, seria aumentado o efetivo da Polícia Militar nos Estados, com um custo muito menor.

Os policiais rodoviários federais trabalharam em suas horas de folga e, agora, querem receber, com justiça, a sua indenização. Estamos de acordo, Sr. Presidente, e contará com o meu voto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, colegas Deputados e Senadores, nós já manifestamos a nossa posição favorável, pela bancada do PT, a essa indenização pela flexibilização voluntária do repouso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

remunerado, como a Senadora Kátia Abreu acabou de manifestar, aos policiais rodoviários federais.

A observação que eu quero fazer, nobre Deputado e Relator Paulo Azi, é sobre dois aspectos do relatório.

O primeiro é que aqui se menciona que houve uma solicitação inicial de 40 milhões de reais, e agora vai passar para 36,050 milhões de reais. Eu quero observar um detalhe na justificativa para juntos pensarmos nisso. Para promover uma redução de 40 milhões de reais para 36 milhões de reais — uma diminuição de 4 milhões de reais, cerca de 10% do valor total —, a justificativa apresentada foi que, como o crédito não foi utilizado nos 3 primeiros meses do ano, por estimativa não detalhada, somente seria necessária uma parte proporcional do montante solicitado. Aí há um problema: não foi usado, mas poderá ser usado. Então, se vier a ser usado, serão necessários os 40 milhões de reais. Nós estamos solicitando que se mantenham os 40 milhões de reais.

Em segundo lugar, se houve uma redução em relação a 3 meses, 3 meses não são 10%, mas 25%. Então, essa conta também não fecha direito.

Então, eu solicitaria uma explicação mais clara sobre isso, para ver se o Governo, de fato, solicitou uma diminuição deste valor de 40 milhões de reais. Inicialmente, Senadora Kátia Abreu, solicitaram-se 40 milhões de reais, e o valor deveria ser baseado num levantamento preciso de quanto foi de fato a indenização pela flexibilização voluntária desse período do repouso remunerado, que foi a justificativa inicial, a qual agora se reduz.

Então, eu queria compreender melhor, porque, em princípio, eu estaria imaginando que deveria ser mantida a integralidade dos 40 milhões de reais. Era um questionamento que eu queria fazer.

O segundo, nobre Presidente, é sobre considerar isso nas operações especiais. Eu acredito que a matéria deva ser gerida e mantida pelo Ministério da Justiça. Não é uma operação especial; são ações que podem, talvez, não ser tão corriqueiras, mas que fazem parte da gestão e administração do Ministério da Justiça, e não precisam ser consideradas como operações especiais. A operação especial tem um caráter muito mais afim com outras citações aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, são essas duas observações que eu queria fazer, obviamente, concordando com a aprovação do projeto pelo trabalho já realizado ou por se realizar dos policiais rodoviários federais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar a discussão.

O próximo inscrito é o Deputado Cacá Leão.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Deputado Paulo Azi pelo brilhante relatório aqui apresentado. S.Exa. é meu conterrâneo, do Estado da Bahia. Aproveito este momento também para falar um pouco sobre a deficiência, hoje, Deputado Claudio Cajado, do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal.

Todos nós sabemos da importância do trabalho dos policiais rodoviários federais na segurança das nossas rodovias. Então, aproveito também para declarar o meu total apoio — já havia feito isso ao receber a comissão dos aprovados do concurso no meu gabinete, e aproveito agora, na condição de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — à convocação dos mais de 1.800 aprovados. Só no nosso Estado, o déficit já ultrapassa o número de 200 policiais rodoviários federais.

Então, aproveito a discussão desta importante matéria para a categoria para declarar mais uma vez o nosso apoio à convocação de todos os 1.800 aprovados no concurso da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continuando a discussão, o próximo inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu quero expressar aqui o meu apoio ao relatório do Deputado Paulo Azi. Foi positiva a transferência para a reunião de hoje das mudanças e ajustes necessários, até porque as despesas já foram realizadas.

Então, ao declarar o apoio ao relatório, eu queria também expressar o meu apoio a uma das mais importantes corporações do sistema de segurança. O Deputado Cacá Leão fez referência a 1.800 concursados da PRF, só que os estudos técnicos mostram um déficit de 8.300 policiais. Para se ter uma ideia, a Amazônia toda, que é mais da metade do território brasileiro, o meu Estado incluído nela, tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apenas 821 policiais. Há um déficit de 279 policiais rodoviários federais. Então, quando se fala em tráfico de armas, de drogas e pirataria, como combatê-las sem os agentes de segurança, que são fundamentais para a realização dessa ação ostensiva e preventiva?

É bom que se diga, seja o Governo que for, que, se não valorizar a Polícia Rodoviária Federal, estará simplesmente cruzando os braços e, de forma tácita, sendo conivente com crimes que infelizmente são os principais vetores para o aumento da violência generalizada. O ingresso de armas em mais de 17 mil quilômetros de fronteira seca do País é realmente algo insuportável. Os recursos, tanto das Forças Armadas, quanto do contingente da Polícia Federal, particularmente da Polícia Rodoviária Federal, têm sofrido verdadeiro assédio e depreciação do papel da corporação.

Concluo dizendo que os policiais rodoviários federais têm o total apoio deste Deputado e da bancada do PSOL no que diz respeito aos seus direitos previdenciários. A proposta enviada por Paulo Guedes, com o discurso de combate a privilégios, na verdade alimenta privilégios de banqueiros e destrói os direitos dos servidores públicos e daqueles trabalhadores de baixo salário, de baixa pensão ou benefício previdenciário.

Nosso apoio, portanto, ao relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente Marcelo Castro, colegas, eu li atentamente o parecer do Deputado Paulo Azi. Assim como a Senadora Kátia Abreu, do PDT, já colocou a posição dela, e além de falar por si fala também pelo partido, eu queria registrar a participação do partido na Câmara em apoio a esse projeto.

Eu ia levantar exatamente a questão que o nosso Relator Cacá Leão acabou de mencionar, da importância em prestarmos atenção ao concurso público realizado. Em Mato Grosso do Sul, nós estamos com um número de agentes muito aquém da nossa necessidade. Nós temos que forçar essa convocação. Em Mato Grosso do Sul, que faz divisa com o Paraguai e a Bolívia — sendo que, pela Bolívia, entra cocaína e, pelo Paraguai, entra maconha, armas e munições —, esses policiais têm





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

feito um trabalho exemplar, mas ainda é muito pouco o número de pessoas. Por isso a necessidade da regulamentação desses valores, porque esses policiais estão trabalhando muito acima da sua capacidade de carga horária.

É importante votarmos favoravelmente à matéria, mas também é importante estarmos atentos a esse concurso público, para que haja a possibilidade da convocação de novos policiais para o quadro.

Era esse o nosso parecer. O PDT, logicamente, vai votar com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora vamos passar a palavra ao Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, obrigado. Boa tarde a todos.

Na nossa última reunião nesta Comissão conversamos sobre essa relatoria. Como eu mesmo disse, acho importante o prazo que tivemos, da última quinta-feira para hoje, para que o relatório pudesse ser melhor analisado, uma vez que nós temos sobre os nossos votos uma alta responsabilidade no que diz respeito ao orçamento que rege o País. Já na quinta-feira, eu registrei, e hoje reitero, o apoio do Partido Novo a essa relatoria, uma vez que conheço o bom trabalho da PRF ao longo dos mais de 200 mil quilômetros de estradas pavimentadas que nós temos no País.

Novamente, como sempre tenho falado aqui, cabe a nossa reflexão. Não adianta dizer nesta Comissão que precisamos remunerar melhor os nossos policiais rodoviários federais, que precisamos de um maior efetivo para fazer o trabalho de combate às drogas, ao tráfico, à pirataria, a boa vigilância na Região Norte e nas fronteiras do País, se não olharmos o todo, o bolo todo. Enquanto o bolo estiver desse tamanho, não haverá mais dinheiro para investimento em nosso País. Nós precisamos trazer a responsabilidade fiscal ao Brasil, e isso passa pela nova Previdência.

Então, senhoras e senhores colegas desta Comissão, novamente, a minha reflexão é para chamarmos à responsabilidade esta Comissão sobre o Orçamento da União. E para trazer inteligência, gestão e estratégia, isso passa pela aprovação da nova Previdência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O NOVO vê com bons olhos essa relatoria. Em breve, na votação, iremos encaminhar "sim".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Márcio Marinho tem a palavra.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente, eu também quero aqui manifestar o meu apoio ao relatório do Deputado Paulo Azi, do nosso Estado, a Bahia, e dizer que S.Exa. foi feliz em aprovar esse crédito para a Polícia Rodoviária Federal.

Nós vemos a necessidade de um atendimento todo especial ao salário dos policiais rodoviários federais. E não é só isso. Acho que todas as vezes que a esta Casa chegarem assuntos importantes e referentes a esse segmento, tem que haver toda atenção e todo carinho da parte de nós Parlamentares. São eles que fazem a segurança nas rodovias, não só daqueles que utilizam o transporte particular, mas também dos coletivos que fazem transporte de um lugar para outro.

Fora isso, nós também apoiamos, Deputado Claudio Cajado, que o Governo Federal possa estar junto com o DNIT e com o Ministério, atendendo às necessidades de vários Municípios que são cortados por rodovias federais, as quais estão, em algumas partes, intransitáveis. Então, não só a infraestrutura, mas também o segmento dos policiais rodoviários federais merecem por parte não só desta Comissão, mas de toda a Casa, atenção especial.

Manifesto aqui, em nome do PRB, o meu total apoio à aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Márcio Marinho.

Por último, passo a palavra ao nobre Líder do Governo nesta Comissão, o experiente Parlamentar Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator, o Deputado Cacá Leão e os demais membros da Comissão.

Essa questão do PLN, que o nobre Deputado Paulo Azi acabou de relatar, vai justamente ao encontro de, com a vedação expressa da Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano de novas contratações, termos alternativas para não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deixarmos de dar solução de continuidade aos trabalhos em áreas sensíveis e importantes, como a que nós estamos discutindo, referente à Polícia Rodoviária Federal.

De fato, nós temos que, não utilizar mecanismos, mas encontrar meios pelos quais não haja um grave problema de falta de fiscalização e assistência às nossas rodovias. Daí por que o PLN vem ao encontro da solução que o Governo tem para o problema da falta da contratação.

Nós temos, inclusive, Deputado Cacá Leão, que discutir isso, porque, com a questão do limite do teto dos gastos, Presidente Marcelo Castro, nós temos um grave problema para inserirmos na LDO a possibilidade de contratação. Isso tem que ser amplamente discutido, e essa possibilidade deve estar dentro dos parâmetros não apenas do teto de gastos, mas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Daí por que, não havendo outra possibilidade, excepcionalmente fora da contratação, medidas como essa terão que ser adotadas.

Então, Deputado Bohn Gass, o Deputado Paulo Azi mudou o relatório dele, diante da discussão que V.Exa. e o Deputado Nelson Pellegrino levantaram. Penso que, dessa forma, nós atendemos não apenas ao *quantum* abordado, porém, principalmente à solução para o problema referente aos policiais rodoviários federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao Relator, nobre Deputado Paulo Azi, para suas conclusões finais.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de me associar a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nas palavras de apoio a essa importante instituição.

A Polícia Rodoviária Federal tem, ao longo da história, exercido um papel fundamental no País. E, agora, quando se discute muito o combate ao crime organizado, que tem muito a ver com fronteira, com armas, com drogas, sabemos que, se não tivermos a Polícia Rodoviária Federal devidamente equipada com material humano, equipamentos e, acima de tudo, incentivos para que possa desempenhar suas funções com qualidade, nós nunca combateremos efetivamente o crime organizado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, quero inicialmente me congratular com todos os Parlamentares que fizeram referência a isso.

Segundo, quero agradecer o acolhimento, por unanimidade, do nosso relatório, apenas trazendo aqui uma justificativa ao Deputado Bohn Gass com relação ao acatamento da emenda. Na realidade, essa solicitação está em total concordância com os técnicos da Polícia Rodoviária Federal, porque os recursos não foram utilizados no primeiro trimestre, pela avaliação que eles fazem, e o valor total que vão ter necessidade até o final do ano é exatamente essa quantia.

Se nós estipulássemos o valor de 40 bilhões de reais, muito provavelmente esses 4 bilhões de reais que nós estamos reduzindo agora não seriam utilizados. Então, eles deixariam de ser utilizados na atividade original e não poderiam ser utilizados nessa atividade, porque, segundo os técnicos, não será necessário o montante originalmente previsto, porque se referia a todo o ano de 2019. É por isso que nós, Deputado Bohn Gass, acatamos essa emenda.

Mas desde já agradeço a todos os Deputados e Senadores pelo acolhimento do nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Retorno a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu havia feito um questionamento sobre esse item, e também houve uma informação de que não constava. Por isso pedimos a explicação, que foi dada agora. Na verdade, não se pode gastar, porque as diárias já foram realizadas, e não é para diárias futuras. Essas diárias, repito, já foram realizadas. Por isso, não haveria como nós aprovarmos para outras diárias futuras. Portanto, está explicado esse ponto. Nós já manifestamos o nosso voto favorável, só que não havia essa informação. Então, agora está bem explícito. Eu agradeço ao Deputado Paulo Azi o esclarecimento sobre esse ponto.

Mas eu só preciso observar que esta Comissão aqui votou a Emenda Constitucional nº 95. Na época, eu votei contra. E eu alertei à época que o discurso fiscalista geraria isso. O povo precisaria de mais concursos para ter mais policiais rodoviários, os quais apoiamos pelo importante trabalho que fazem. O Governo não pode fazê-lo por causa do engessamento que esta Casa fez, com o nosso voto contrário. Então, eu estou muito tranquilo em dizer que nós apoiamos os policiais, mas queríamos não só o contingenciamento à época, do congelamento da Emenda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nº 95, porque poderia haver mais concursos, permitindo a eles fazerem um trabalho mais amplo ainda do que estão fazendo.

Então, reforço aqui a necessidade de os colegas votarem conosco para derrubar a Emenda Constitucional nº 95, porque na Comissão de Constituição e Justiça já estão sendo tratados projetos para acabar com essa emenda. Então, eu espero que sejam sensíveis aos argumentos, como não foram à época, engessando e acarretando esse problema para o País, e passem a votar conosco.

E sobre o tema da nova Previdência, perdoem-me. O País, quando não cresce, desemprega; a economia está estagnada. E querem cortar direitos do povo na Previdência? O País tem que crescer. Essa é a receita que nós temos que dar. E eu estava preocupado com a queda de 40 bilhões de reais para 36 bilhões de reais, exatamente por causa do corte que o Paulo Guedes está fazendo. Eu não quero corte. Por isso, defendi os 40 bilhões de reais. Mas já que não será possível usá-los, obviamente, votaremos favoravelmente ao 36 bilhões de reais que estão postos, e acompanharemos o voto do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 2. Requerimento nº 7, de 2019, do Sr. Orlando Silva, que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do Censo em 2020.

O requerimento foi subscrito pelo Deputado Bohn Gass.

Com a palavra um dos autores do requerimento, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Saúdo os colegas e justifico a ausência do Deputado Orlando Silva, que participa de outra atividade importante. Como não pôde estar aqui, S.Exa. me pediu para subscrever o requerimento de realização da audiência pública, e assim o fiz.

Eu quero justificar para os colegas Deputados que o IBGE faz, a cada 10 anos, o Censo. Intercalado está o Censo Agropecuário, feito no ano retrasado. Espera-se a realização do Censo ano que vem.

O Censo dá a base para o mapeamento dos Municípios, dos programas, da realidade socioeconômica, do IDH, da questão da juventude, das crianças. Enfim, o Censo é a leitura completa feita em campo, com todas as famílias brasileiras. Essa pesquisa precisa estar bem estruturada, precisa de recursos, precisa de gente indo a campo para fazê-la de forma completa, com todas as questões necessárias para fundamentar qualquer política pública que nós venhamos a votar e aprovar posteriormente.

Esse debate é fundamental, já que nós temos um anúncio de corte de recursos por parte do Governo, o que significaria um censo com menor intensidade, não com a qualidade necessária.

Portanto, esse é centralmente o objetivo dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito, nobre Deputado.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se inscrever, declaro encerrada a discussão.

O Requerimento nº 7, de 2019, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Esta reunião foi convocada para discutir “Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do Projeto de Lei nº 04/2019-CN, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões”, em atendimento ao **Requerimento nº 06/2019-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), subscrito pelos Deputados Lucio Mosquini (MDB/RO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 15.05.2019. Foi sugerido, inicialmente, os seguintes convidados para o debate: 1. Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra; 2. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias; 3. Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, e 4. Economista, Sr. Rodrigo Ávila.” E posteriormente, foi aprovada a inclusão dos seguintes convidados para o debate: Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, Sr. Otávio Ribeiro Damaso; e Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Cacá Leão, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Marcelo Castro; - **Deputados suplentes:** : Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Efraim Filho, Fred Costa, Gurgel, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto e Zé Carlos. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Darcísio Perondi, Evair Vieira de Melo, General Peternelli, Heitor Freire, José Medeiros e Liziane Bayer. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e nove minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa de trabalhos o Ministro de Estado da Cidadania, Senhor Osmar Gasparini Terra e o autor do **Requerimento nº 06/2019-CMO**, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Em seguida o Presidente anunciou a presença dos seguintes palestrantes: Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Eduardo Sampaio Marques; Economista, Sr. Rodrigo Ávila; Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz; e o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca. Foi anunciada, também, a presença do Diretor do Departamento de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o Ministro disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpellar o Ministro poderiam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente esclareceu que em relação aos demais palestrantes, seria observado o disposto no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e disporiam de vinte minutos para fazerem as suas exposições, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo serem aparteados. Entretanto, sendo seis expositores seria dado, a cada um, oito minutos, prorrogáveis e sem possibilidades de apartes durante a exposição. E conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal, os parlamentares inscritos para interpelar os palestrantes poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Em continuidade, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e transferiu a palavra ao Ministro de Estado da Cidadania, Senhor Osmar Gasparini Terra, que discorreu sobre o tema, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a participação do Ministro e concedeu a palavra aos demais convidados. E assim, utilizando projetor de multimídia, o tema foi exposto pelos seguintes palestrantes: Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Eduardo Sampaio Marques; Economista, Sr. Rodrigo Ávila; Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albemaz; e pelo Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca. Encerrada as apresentações, o Presidente agradeceu a participação dos expositores. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra ao autor do **Requerimento nº 06/2019-CMO**, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), que manifestou-se sobre o tema e fez questionamentos aos palestrantes. O Ministro, devido a compromissos agendados, ausentou-se e deixou como representante o Sr. Ayrton Galiciani Martinello, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Governança do Ministério da Cidadania. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) questionou ao Presidente sobre a lista de inscritos e como seria o andamento dos trabalhos. O Presidente informou que passaria a palavra aos expositores para responderem ao autor do requerimento e depois, seria formado um grupo único, com os inscritos para o debate, e após a participação do grupo, a palavra retornaria aos palestrantes que responderiam aos interpeladores. Em sequência, o Presidente transferiu a palavra aos expositores Sr. Ayrton Galiciani Martinello, Sr. Eduardo Sampaio Marques, Sr. Felipe Scudeler Salto, Sr. Marcos José Mendes, Sr. Leonardo Rodrigues Albemaz, Sr. Rodrigo Ávila, que prestaram os devidos esclarecimentos ao Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Logo após, foi iniciado o debate e participaram os Senadores Izalci Lucas (PSDB/DF), Kátia Abreu (PDT/TO) e Marcelo Castro (MDB/PI), e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Cacá Leão (PP/BA), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Bohn Gass (PT/RS) e Hildo Rocha (MDB/MA). Encerrado o grupo de debatedores, fez uso da palavra o Sr. Rogério Antônio Lucca, representante do Banco Central do Brasil, que prestou esclarecimentos ao Deputado Hildo Rocha (MDB/MA) e aos Senadores Kátia Abreu (PDT/TO) e Marcelo Castro (MDB/PI). Finalizando, o Economista, Sr. Rodrigo Ávila prestou os últimos esclarecimentos aos parlamentares e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** às dezoito horas e seis minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares, e dos demais presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador Marcelo Castro. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 22.05.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a 3ª Reunião de Audiência Pública de 2019 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de que seja debatido o seguinte tema: *Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do Projeto de Lei nº 4, de 2019, do Congresso Nacional, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões*."

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, da CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha, subscrito pelos Deputados Lucio Mosquini e Edmilson Rodrigues e pelo Senador Izalci Lucas, aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada no dia 15 de maio.

Foram sugeridos os seguintes convidados para o debate: o Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra, que se encontra presente e daqui a pouco vai ter a palavra; a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias; o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto; o Sr. Rodrigo Ávila, economista; o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; o Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; o Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, Sr. Otávio Ribeiro Damaso; e o Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Sr. Deputado Hildo Rocha, o autor do requerimento, e o Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Terra.

Anuncio que estão presentes os seguintes senhores expositores: o Sr. Gustavo Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Sr. Rodrigo Ávila, economista; o Sr. Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal; o Sr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal; o Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União; e o Sr. Rogério Antônio Lucca, Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito no art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ainda segundo o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Em relação aos demais expositores, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os palestrantes disporão de 20 minutos para expor as suas considerações, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. No entanto, tendo em vista o número de seis expositores, além do Ministro, daremos a cada um 8 minutos prorrogáveis, sem possibilidade de serem aparteados durante a exposição.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá também 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Concedo a palavra ao Sr. Osmar Gasparini Terra, Ministro de Estado da Cidadania, por 30 minutos.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Eu queria cumprimentar o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Hildo Rocha, Relator, e todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, além de agradecer a oportunidade de podermos colaborar na decisão que esta Comissão vai tomar.

Eu queria fazer um sobrevoo a respeito das políticas mais relevantes do Ministério, as que têm mais impacto na sociedade, e depois, ao final, falar especificamente sobre o Bolsa Família e o BPC, que são objeto da discussão do PLN 4.

(Segue-se exibição de imagens.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos hoje com o maior programa do mundo de acompanhamento domiciliar de crianças de zero a 3 anos. Como se sabe, a ciência mostra que esse é o período mais decisivo do desenvolvimento humano para organizar a inteligência, as competências. Conforme o estímulo que a criança tem, ela pode desenvolver uma capacidade de aprendizagem maior ou menor, depois, na escola, para a vida. A parte socioemocional da criança, as relações interpessoais, a empatia, tudo isso se organiza muito cedo e fica para sempre no cérebro humano. Esse fenômeno ocorre principalmente nos primeiros mil dias de vida. É uma característica, é um programa genético e depende do estímulo do meio.

Então, nós criamos um programa, que já é o maior do mundo, para acompanhar as crianças mais pobres, os filhos do Bolsa Família, nos primeiros mil dias de vida. Funciona por meio de visitas domiciliares, ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos. Mas, basicamente, conta com um visitador, que vai à casa da família toda semana para acompanhar essa criança, que é especificamente capacitado, de forma especializada para orientar a família sobre como estimular melhor essa criança a cada momento da vida, a cada semana do seu desenvolvimento.

Eu pediria ao pessoal do som que aumentasse um pouquinho o volume, porque estou fazendo um esforço grande para falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço que aumentem o som, por favor.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Os públicos prioritários são: as gestantes, que são acompanhadas toda semana em casa também; as crianças até 3 anos e suas famílias inscritas no Cadastro Único — basicamente as crianças do Bolsa Família; as crianças até 6 anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, BPC — a idade muda de 3 para 6, porque essas são crianças com deficiência física e mental, como as que tiveram microcefalia por causa da epidemia do zika vírus, principalmente no Nordeste; e as crianças até 6 anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção.

Para os senhores terem uma ideia da dimensão do programa, são 24 Estados com adesão ativa; 3.780 Municípios elegíveis; 2.516 Municípios com visita iniciada; 590.712 indivíduos visitados. Aliás, esse último dado está defasado, são 620 mil pessoas visitadas. A meta é chegar a 1 milhão até o final do ano.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E este nosso programa está entre os 15 finalistas do WISE Awards, maior premiação do mundo para programas de inovação em educação. O prêmio, dado por entidade do Catar, é entregue depois em Nova York, em grande evento mundial, e nós estamos entre os 15 finalistas. De 500 programas de políticas públicas na área de educação — o conteúdo forte é a área da educação —, nós ficamos entre os 15 finalistas. Então, somos finalistas do WISE Awards.

Bolsa Atleta. Há poucos dias o Brasil foi campeão mundial do revezamento 4x100, batendo os Estados Unidos e a Jamaica, em um programa que tem a ver com o nosso Bolsa Atleta e também com o Exército Brasileiro, as Forças Armadas. Os clubes, federações e confederações indicam atletas que têm alto desempenho para receber o Bolsa Atleta, que pode ser de até 15 mil reais por mês, para os atletas que têm condições de estar no pódio. Então, não é uma coisa que dependa da bondade de uma empresa. A bolsa é dinheiro público. Pode ir de 5 mil a 10 mil, para os atletas de maior rendimento, e depois eles têm possibilidade de ficar nas Forças Armadas, contratados temporariamente. Se não tem nível superior, o atleta ganha o salário de sargento, se tem nível superior, ganha o salário de tenente, e fica nas Forças Armadas exclusivamente para treinar. As Forças Armadas têm centros para atletas de alto rendimento, têm pesquisa voltada para atletas de alto rendimento, para a prática de esporte, para o atletismo, em vários níveis.

Esse programa já tinha sido cortado e aqui não precisei incomodá-los, no PLN 4, pelo corte feito no Governo anterior, no Orçamento anterior, porque nós conseguimos remanejar internamente os recursos. O Bolsa Atleta tinha sido cortado pela metade, e nós o recompusemos. A bolsa atende desde o atleta de base, no valor de 410 a 700 reais, para aquele menino que está revelando ser um atleta promissor, até o atleta em condições de subir ao pódio.

O próximo eslaide mostra como o programa funciona.

Nós tínhamos 3.058 atletas — o orçamento só dava para isso — e passamos a ter 6.200. E pretendemos ampliar o Bolsa Atleta, inclusive usando os recursos que são de incentivos fiscais. Enfim, estamos fazendo uma negociação com estatais nessa direção.

Também estamos fazendo uma parceria com as universidades privadas, que representam 80% dos alunos do ensino superior no Brasil. Estamos propondo a elas que esses atletas de alto rendimento — e elas estão aceitando, esse entendimento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

está na fase final — cursem o ensino superior com uma bolsa gratuita oferecida pela universidade. Para a universidade é vantagem, porque o atleta divulga a universidade, e para o atleta é importante, porque ele vai poder estudar, sem custo e ter um curso superior, uma formação de nível superior.

A ideia é, até o final do Governo, triplicar o número de talentos beneficiados com algum tipo de apoio governamental ou privado no Brasil. Depois eu vou falar um pouquinho mais sobre isso.

Este é o novo Bolsa Atleta. Nós estamos a um pouquinho mais de 1 ano da próxima Olimpíada, então não temos como inventar a roda, temos que partir de onde já está funcionando, com os atletas em condições de competição, e procurar estimular que outros que estejam na fronteira do alto rendimento sejam aproveitados, principalmente nas Forças Armadas. É normal em alguns países que as Forças Armadas concentrem os atletas de maior rendimento. Eles vêm dos clubes, das federações, mas as Forças Armadas fazem a concentração, com programas desse tipo, pagando um salário, deixando-os permanentemente à disposição da prática esportiva para prepará-los a curto prazo.

Nós temos que ter mais medalha do que na última Olimpíada. Esse é o desafio. Com a vitória do revezamento 4x100, ficamos muito animados, porque essa é uma das provas mais difíceis do atletismo. Nós nunca tínhamos ganho o campeonato mundial e ganhamos, passando à frente dos Estados Unidos, da Jamaica, enfim.

Eu recomendo aos senhores verem o vídeo, ex-Ministro e Deputado Marx Beltrão. O vídeo dessa prova é emocionante. O Brasil foi campeão no revezamento 4x100. No Youtube, os senhores poderão ver que o Brasil estava em terceiro lugar até os últimos 50 metros e depois passou os concorrentes e ganhou a prova. Foi muito emocionante e bonita a vitória.

Nós estamos fazendo uma articulação com estatais para conseguir recursos. Primeiro, buscamos o patrocínio de estatais para programas da base, para incentivar arte, cultura, esporte na base.

Também faremos parcerias com o Sistema S para preparar a geração nem-nem. Há 4,6 milhões jovens que nem trabalham nem estudam, nas famílias do Bolsa Família, entre 18 e 29 anos. Imaginem o que é isso para uma família pobre, que não tem possibilidades, em curto prazo, de superar a pobreza, ter um filho, em condições de trabalhar, de aumentar a renda da família, que nem trabalha nem estuda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos fazendo um grande programa de parceria com o Sistema S, focalizado nesses 4,6 milhões jovens, para capacitá-los e conseguir recursos inclusive de microcrédito. Aliás, 4,7 bilhões de reais estão disponíveis no Banco Central para microcrédito para os jovens do Bolsa Família. Fizemos essa articulação há 2 anos. Até há uma resolução do Conselho Monetário Nacional para a utilização do microcrédito. Para isso, precisamos de todas as parcerias com o SEBRAE, com o Sistema S.

Vamos dar um incentivo, oferecendo recursos no valor de 48 reais por jovem. Aquilo que oferecemos para os jovens, de 17 anos, vamos ampliar para o jovem de 18 a 29 anos que estiver fazendo curso. Essa é uma maneira de fazer com que a família o estimule a fazer o curso.

Imaginem o que significam 4,6 milhões jovens muito pobres que nem trabalham nem estudam em termos de risco para eles, para a família deles e para a sociedade.

Quanto à qualificação profissional, vamos trabalhar com o apoio ao empreendedorismo.

Destaco o microcrédito, o Programa Progredir.

Depois, nós vamos solicitar uma ajuda da Comissão de Orçamento, para ampliar o investimento em um programa. Havia dois programas: um, chamado CEU — Centro de Artes e Esportes Unificados, um equipamento cultural, com quadra coberta para futebol, para esporte, e outro, chamado CIE — Centro de Iniciação ao Esporte, com pista de atletismo, um ginásio diferenciado.

O Ministério está juntando as três áreas, embora sejam preservadas as áreas nas suas secretarias finalísticas. Não mexemos nisso. Nossa ideia é não dar nenhum passo atrás no esporte, na cultura, e sim avançar no desenvolvimento social. Mas há muita coisa em comum entre esporte, cultura, desenvolvimento social, na base da sociedade. Uma coisa ajuda a outra. A própria economia criativa gera empregos muito importantes na área da cultura. Esporte gera emprego. São coisas que se potencializam.

O que fizemos? Juntamos tudo isso num equipamento só. Há uma parte que era do Centro de Iniciação ao Esporte, uma parte que era do CEU. Estamos acrescentando outros equipamentos, centros de convivência de idosos, centros para juventude, equipamentos para prática de exercício físico, como *skate*. Juntamos numa estrutura que conta com ginásio de esportes, pista de atletismo, campo de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

futebol, cine teatro, centro de convivência de idosos, centro dia para crianças com deficiência. Pretendemos fazer parcerias com as APAEs, para a gestão disso, com CRAS e CREAS, parque infantil, de 0 a 6 anos, espaço da juventude, biblioteca. Enfim, na periferia da comunidade pobre, que tem risco de maior envolvimento com a violência, haverá um lugar com uma grande estrutura para acolher a comunidade. Vai haver espaço com *wi-fi* com banda larga, para os jovens utilizarem o *smartphone*. Essa é uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os satélites brasileiros estão jogando sinal de banda larga em 40 mil pontos do Brasil. Vamos colocar também nesses centros.

Chamamos isso de Estação Cidadania.

Vou passar um vídeo para os senhores terem uma ideia do que é Estação Cidadania.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - É uma animação para que os senhores tenham uma ideia dos espaços.

Aqui é um espaço para jovens, com *wi-fi* com banda larga, um centro de convivência. Pode ser maior. É um centro de convivência para idosos, com alguns equipamentos.

Na parte de trás, do outro lado, há também alguns lugares de convivência e um cine teatro, que é um auditório, com equipamentos para teatro e equipamentos para cinema, com cinema digital, que pode ter até a programação que há nos cinemas normais.

Do lado de fora — essa é parede do ginásio, que nós vamos entrar depois para os senhores verem — há uma academia ao ar livre.

Ao lado, há um parque infantil. A nossa ideia, em tudo o que nós fizemos é de sempre haver um parque infantil. Há uma pista de *skate*. Há outra área de convivência para os jovens.

Ao lado, há um campo de futebol — 11, pode ser 7 —, uma pista de atletismo que contorna o campo de futebol.

Nossa ideia é difundir muito o atletismo, esportes na base, trabalhando com os Municípios, no Programa Município Mais Cidadão, repassando recursos para os Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao ginásio, há 40 para serem inaugurados. Nós vamos acrescentar o resto dos equipamentos depois. Mas 40 ginásios serão inaugurados.

No ginásio, há um assoalho com silicone para a pessoa não se machucar na queda. É um equipamento bem sofisticado. Há uma espécie de um segundo andar, um mezanino, onde há práticas de esportes. Há vestiário embaixo.

Essa é a Estação Cidadania.

Há uma versão reduzida. Isso aqui é para Municípios Polos de microrregião. A versão reduzida contém quadra coberta, auditório, centro de convivência, CRAS, parque infantil e praça da juventude para Municípios de menor porte.

No Programa Município Mais Cidadão, nós dividimos o País em mesorregiões e regiões, que são chamadas de regiões intermediárias do IBGE, para fazermos uma série de competições e jogos escolares, competições com prêmio, com Bolsa Atleta para os meninos que se destacarem e também com festivais de música, dança, teatro e audiovisual.

Vai haver prêmios, que depois nós vamos levar para um nível central e fazer um grande festival nacional e uma olimpíada nacional para descobrir os novos talentos, trabalhando em parceria com os Municípios. A esses Municípios nós vamos dar um prêmio extra se cumprirem metas em programas que já existem. Não estamos inventando programas — eles já existem. Se cumprirem uma determinada meta, vão ganhar um prêmio inclusive em recursos para investimentos.

Sobre inclusão produtiva, a meta seria de 90% do total de jovens do Bolsa Família, os nem-nem atendidos, que estejam fazendo curso técnico ou virando microempreendedores. Sistema S, estatais e incentivo ao microcrédito.

No Programa Criança Feliz, 90% das crianças do Bolsa Família serão atendidas. Nesse programa, nós pagamos o visitador, a capacitação, o deslocamento. Tudo é o programa que paga.

Artes e esportes no contraturno da escola. Todas as crianças no contraturno da escola terão alguma atividade, ou artística, ou cultural, ou esportiva. O Município que chegar a esse patamar vai ganhar prêmio. Nós estamos fazendo um convênio com os quartéis, com as AABBs, com o SESC, com o SESI, com os estádios, com os clubes de futebol para utilizar os espaços. As escolas que não tiverem espaço para fazer contraturno deverão utilizar espaços fora para garantir o contraturno para todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Atendimento a pessoas com deficiência: 90% das pessoas com deficiência terão alguma forma de atendimento. Haverá parcerias com o Ministério da Saúde e APAEs. Nós queremos fortalecer muito as APAEs e as Pestalozzi, que fazem um trabalho extraordinário no Brasil.

Esses são os festivais de que falei, os jogos olímpicos escolares.

Esta é uma parte que cabe ao Ministério também: redução da violência e o consumo de drogas. Nós estamos trabalhando com o Ministro Moro em cinco Municípios piloto: Ananindeua, no Pará; Paulista, em Pernambuco; São José dos Pinhais, no Paraná; Cariacica, no Espírito Santo; e Goiânia, em Goiás. Com esses cinco Municípios nós vamos fazer uma ação conjunta entre Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, que vão atuar de forma integrada para fazer a redução da violência, prevenção e repressão no caso do Ministério da Justiça. Vamos envolver inclusive o Sistema S, o PROERD, que precisamos estimular.

Já estão contratadas 11 mil vagas em comunidades terapêuticas — e queremos chegar a 20 mil vagas este ano —, para atender aos dependentes químicos, principalmente os de famílias pobres que não têm onde se tratar, não têm alternativa. É um programa nas regiões para serem estabelecidas essas comunidades terapêuticas. São praticamente 500 comunidades terapêuticas contratadas, e queremos chegar até o final do ano a ter perto de mil comunidades terapêuticas contratadas.

A premiação poderá ser feita por certificado, troféu, transferência de recursos. O orçamento será feito por mesorregiões e Municípios.

Sobre a Lei de Incentivo à Cultura eu já falei. Não vou passar o vídeo aqui. A questão da Lei Rouanet nós democratizamos, mantivemos o valor. Não houve redução nenhuma do valor da Lei de Incentivo à Cultura, mas, em vez de dar 30 milhões para um espetáculo musical em São Paulo, estamos dando no máximo 1 milhão para 30 projetos diferentes no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, procurando regionalizar e democratizar.

Cuidados e prevenção às drogas. Nós temos aqui um decreto estabelecendo nova política sobre drogas, uma medida provisória definindo o papel das comunidades terapêuticas e um projeto de lei complementar responsabilizando o Ministério da Cidadania para certificação e integração de ações. Agora, dia 15,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quarta-feira passada, nós aprovamos no Senado o PLC 37/13, que estabelece a nova política sobre drogas e aumenta o rigor no enfrentamento às drogas, que está indo para sanção presidencial.

Com as ações de otimização de recursos públicos nós estamos fazendo um pente-fino. A gente viu que havia muitas pessoas recebendo benefícios — no Governo anterior e agora continua. Em Brasília tem 40 mil pessoas recebendo o Seguro Defeso. Eu vejo pouca gente pescando lá no Lago Paranoá. Não sei onde é a pescaria, mas há pouca gente. Há muita gente nos programas como Bolsa Família e o BPC que está recebendo recursos que não precisaria receber, ou não está na faixa econômica que precisaria desses recursos, quer dizer, que teria direito aos recursos, ou não tem nenhum problema básico de limitação para poder trabalhar e para poder exercer uma atividade econômica.

Então, nós estamos fazendo várias mudanças. No BPC, por exemplo, foram identificadas irregularidades em 42.857 beneficiários com renda acima do critério de concessão — 22.771 já foram analisados. Dentre esses analisados 80% foram considerados irregulares e cessados.

Para os senhores terem uma ideia, quando o INSS estava com o Ministério do Desenvolvimento Social, nós fizemos um pente fino no auxílio-doença, e havia mais de 1 milhão e 600 mil pessoas recebendo esse benefício há mais de uma década, sem revisão. Quando nós começamos a revisão, 80% cessaram. Nós fizemos uma economia de 15 bilhões de reais. Nesse orçamento que o nosso Presidente Marcelo Castro está trabalhando agora, já há uma contribuição de 15 bilhões de reais a menos de gasto que era com o auxílio-doença, mas não precisava. Pessoas que haviam quebrado o braço e ficado com o braço bom em 2 meses, 3 meses estavam, há 10 anos, recebendo o auxílio-doença. É só para dar um exemplo. Então, foram identificadas irregularidades.

No Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada, neste ano, já foram economizados 254 milhões de reais de pessoas que não precisavam e estavam recebendo. Só em uma passada nossa, descobrimos 17 mil que já haviam morrido, e a família estava recebendo. Então, são coisas em que temos que ficar com eterna vigilância para podermos ter recursos para tudo.

Agora, nós estamos incluindo todo mundo que tem renda, no Brasil, menor que meio salário mínimo, *per capita*. As famílias que têm renda de metade do salário





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mínimo para baixo, *per capita*, devem estar inscritas no Cadastro Único, que é um grande instrumento para avaliar políticas sociais. Quem está no Cadastro Único, por exemplo, paga menos luz, menos água, tem direito a pagar uma prestação menor no Minha Casa, Minha Vida, tem uma série de benefícios. É muito importante para apoiar as pessoas. Todos que estão no Bolsa Família, automaticamente, estão dentro do Cadastro Único, e metade da população brasileira está no Cadastro Único, ou seja, metade da metade está no Bolsa Família, 25%.

Então, nós estamos fazendo uma revisão. Antigamente, havia uma revisão de benefícios uma vez por ano, e, agora, nós estamos tentando fazê-la até mensalmente.

Os mecanismos de controle foram aprimorados e houve cruzamento com novas bases de dados e cancelamento de benefícios indevidos, o que permitiu redirecionar os recursos. O que aconteceu? Nós conseguimos, pela primeira vez, com esse acompanhamento, zerar a fila do Bolsa Família, que tinha sempre 1 milhão, 1 milhão e pouco de pessoas esperando, até 1 ano, para entrar no programa. Estavam na miséria, e havia gente dentro que não precisava do benefício.

O resultado, no ano de 2019, é de que 1.119.000 benefícios do Bolsa Família foram cancelados, mas 1.101.000 foram concedidos. O Bolsa Família muda todo dia. É lá na Secretaria Nacional de Assistência Social, no CRAS, que é feito esse controle, nos 5.700 Municípios.

Como nós demos um reajuste maior nesses últimos anos, o Bolsa Família está tendo, agora, na folha de pagamento de maio, o maior valor de pagamento da história do programa. Com o 13º salário, no final do ano — que é compromisso do Governo do Presidente Bolsonaro —, nós vamos ter, então, o maior poder aquisitivo da história do Bolsa Família.

Isso aqui é para os senhores verem a quantidade de famílias, de 2010 em diante, que está na fila de espera, por mês. Vemos que foi vindo, vindo e, em 2017, zeramos a fila. Então, não existe a possibilidade de alguém dizer: "*Eu conheço alguém que está passando fome, está na miséria, e o Governo não faz nada*". Não há, a não ser que o assistente social da cidade não tenha localizado a pessoa, porque o assistente social da cidade tem que localizar as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, fragilidade. Ao detectar uma pessoa que pode entrar no Bolsa Família, automaticamente ela entra e, no mês seguinte, está recebendo o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

benefício. Ela não vai ficar mais esperando um ano, um tempão para receber. Isso aqui é um mecanismo muito importante. A possibilidade de zerar o Bolsa Família mostra que todo mundo que precisa, no Brasil, tem algum tipo de atendimento, não está desatendido.

Então, há 14,3 milhões de famílias beneficiárias. O Bolsa Família já esteve perto de 17 milhões de famílias, somando as que estavam recebendo mais as da fila de espera, no ano de 2015.

Quanto ao PLN 4, há duas coisas que nós temos que deixar como mensagem final para os senhores aqui. O orçamento do Bolsa Família foi cortado, amputado no Governo passado — nós estamos discutindo aqui coisas que vieram do orçamento —, e o do BPC, também. No do BPC, foi praticamente a metade, 30 bilhões de reais. O BPC, para quem não sabe, é o dobro do Bolsa Família, em valor. O BPC é para pessoas com deficiência que têm renda baixa e idosos com 65 anos para cima que não têm nem aposentadoria, que passam a receber um salário mínimo. Para o BPC, são 60 bilhões de reais e, para o Bolsa Família, em média, 30 bilhões de reais, por ano. O BPC é o dobro. Há menos propaganda do BPC, mas ele é o dobro do Bolsa Família e é muito importante, porque é para o pobre em situação mais vulnerável que pode haver, porque ele não tem capacidade de trabalhar por causa da deficiência física, da deficiência mental ou por ser idoso com mais de 65 anos. Então, para nós, a aprovação do PLN vai significar 6,5 bilhões de reais a mais para o Bolsa Família, porque nós só poderemos pagar até setembro — que é a nossa capacidade de manter o Bolsa Família —, e 30 bilhões de reais a mais para o BPC, que agora, em julho, já fica sem dinheiro, se o PLN não for aprovado. A aprovação garante a continuidade.

Aqui, há a execução orçamentária das dotações. Nós tínhamos o que foi dotado, o que foi pago, o saldo, a parcela mensal e o suficiente para pagar até setembro, no caso do Bolsa Família. O BPC tem duas modalidades: a do sujeito que tem mais de 65 anos e a do que tem deficiência. No BPC por idade, havia uma dotação de 10,8 bilhões de reais, foram pagos 8,4 bilhões de reais, há um saldo de 2,4 bilhões de reais e uma parcela mensal de 2,2 bilhões de reais, então até maio, agora, até junho, no máximo, terminará o dinheiro do BPC. No BPC por deficiência física e mental, havia 18 bilhões de reais de dotação orçamentária — eram 60 bilhões de reais —, 11 bilhões de reais foram pagos, 7,3 bilhões de saldo; 2,8





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhões de parcela mensal. Temos o suficiente para pagar até junho. Precisamos de 15 bilhões para o BPC por idade e de 15 bilhões para o PBC para as pessoas com deficiência.

Esse é o pedido que nós temos a fazer para os senhores. Nós precisamos desses recursos. Sem a aprovação desses valores do PLN, nós vamos ter um problema grave já, agora, a partir do final de maio, início de junho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo ao Ministro Osmar Terra pela explanação que nos enriqueceu muito, vamos passar a palavra ao Sr. Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando aqui a nossa Ministra Tereza Cristina.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Sampaio Marques, pelo prazo de 8 minutos inicialmente, mas esta Comissão tem sido bastante tolerante.

Se houver necessidade de V.Sa. usar um tempo maior, não se constranja.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES - Obrigado pela generosidade, Senador, e boa tarde. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento os outros Parlamentares, assessores e demais presentes.

A Ministra Tereza Cristina chegou da China ontem à noite, passou a manhã inteira aqui na Comissão de Agricultura, foi embora agora há pouco, com *jet lag* e tudo o mais. Ela quebrou o dedo anteontem. O Dr. Marcos Montes, nosso Secretário Executivo, solicitou que viéssemos aqui. Sou o Secretário de Política Agrícola. Já justifico porque sou eu que está aqui. Está aqui presente o Dr. Gustavo Pereira, Diretor de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério, o homem que maneja o nosso Orçamento.

Por que o Secretário de Política Agrícola está aqui? Porque o PLN 4 prevê recursos de diferentes formas de subvenção que impactam o nosso famoso Plano Safra, o plano agrícola. O Plano Safra é um conjunto de medidas que o Governo adota e anuncia que possibilitam o financiamento de uma safra agrícola e também recursos para apoio à comercialização e subvenção do seguro rural. Eu vou gastar o meu tempo explicando isso e a sua importância.

O Brasil, como os senhores sabem, é um país eminentemente agrícola. Nós nos tornamos nos últimos tempos — nós não somos o maior exportador agrícola,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nós não somos o maior produtor agrícola — o maior exportador líquido. Como importamos muito pouco, nós somos de longe, mas de muito longe, os maiores exportadores líquidos. Somos o único grande exportador tropical do mundo. A agricultura é um caso de sucesso. Em agricultura o Brasil é um país grande, disputa com os grandes e concorre com os grandes.

A agricultura brasileira conta com subsídio sim. Não é mentira, e ninguém esconde isso. O apoio de subvenção pública, de recurso público aplicado na agricultura brasileira é incomparavelmente menor do que aplica, por exemplo, a Rússia, a China e países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os países da União Europeia, sem contar os importadores como o Japão e a Noruega.

O percentual da renda do produtor que advém de políticas públicas, seja como subsídio direto do Tesouro, seja de outras formas, não chega a 5% no Brasil. Na maioria dos países concorrentes, passa de 20%. No Japão passa de 50%. A prática de apoio e de subvenção pública à agricultura brasileira, considerando as formas diretas e indiretas, é muito menor do que a concorrência.

Por que o Brasil tem o Plano Safra? Por tem essa política agrícola ativa? Dos grandes países do mundo, dos grandes países agrícolas do mundo, o Brasil certamente é o país que conviveu por mais tempo com taxas de juros elevadas, como convivíamos até poucos anos atrás, e a agricultura é um setor que mobiliza muitos recursos. O agricultor que planta lá a sua maçã ou que planta a sua soja, ou o criador de gado mobiliza um montante relativamente alto de recursos por um período relativamente longo de tempo. O custo financeiro é muito importante para ele. Dos países que praticam a agricultura grande, o nosso País é o único que desenvolveu uma política agrícola ativa.

E o que acontece? Com todos os defeitos, e aqui haverá produtores agrícolas e Parlamentares que representam bancadas que têm contato com a agricultura sabe que há muitas distorções, muita queixa, muita reclamação. Com todas as imperfeições que tem a política agrícola brasileira, mal ou bem, foi desenvolvida nas últimas décadas uma sistemática relativamente sofisticada para combinar diferentes fontes de recursos. Leia-se: exigibilidade sobre os depósitos à vista — o Banco Central nos ajuda nisso; recursos da poupança; recursos que o BNDES administra, como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, são diferentes fontes de recursos e uma parte delas, exceto a exigibilidade do depósito à vista, Senador, todo o resto, porque essa é — entre aspas — "de graça", não têm que ter subvenção pública para baixar o custo, porque essa é uma captação que é a custo zero, pelo menos custo direto zero, porque existe custo para o total da economia. Precisa-se de subvenção. Precisa-se que o Tesouro ponha uma importância para que o dinheiro chegue na outra ponta a um custo compatível. O que é um custo compatível? Os recursos têm que chegar para o agricultor com taxa de um dígito. O agricultor não sobrevive, ou sobrevive muito mal quando ele vai ao mercado e tem que pegar dinheiro a 18%, 20%. Se ele vai comprar um produto para pagar na safra, muitas vezes ele não sabe isso, mas tem o juro embutido de 15%, 20%.

Então, é essa sistemática toda, combinamos diferentes fontes de recursos com a equalização do Tesouro — é nessa equalização que está o recurso que o Governo está pedindo autorização para poder se endividar para obter — para chegar na outra ponta com a taxa de juros compatível com atividade agrícola. Isso tudo dá recurso para pequeno produtor, para médio produtor e para grande produtor, recursos para custeio, que é o capital de giro do produtor para comprar o insumo que vai colocar no milho que vai colher daqui a 6 meses. Então, isso gira em menos de 1 ano. São recursos, às vezes, para melhorar um aviário, que vai ficar em uso numa fazenda durante 10, 15 anos e vai demorar 7 anos para pagar aquele investimento.

Vejam a importância dos recursos do Tesouro nisso. E estou falando aqui de uma ordem de grandeza, é um número aproximado, mas é muito próximo do que foi o ano passado, que foi 9,9 bilhões. Então, são 10 bilhões. Estou falando disto: 10 bilhões no ano passado nessa engenharia toda alavancaram 175 bilhões, combinando fontes de recursos de depósito à vista com fonte de poupança e fonte do BNDES, do FAT. Então, 10 bilhões de subvenção alavancaram 175 bilhões que fez esse movimento todo na agricultura brasileira. Em tempo de capital de giro, esse recurso financia aproximadamente um terço da necessidade da agricultura brasileira. Um megaprodutor de soja tem acesso a esses recursos? Tem acesso, só que vão financiar uma percentagem muito pequena da lavoura dele, em torno de mil hectares. No entanto, o pequeno produtor de hortaliças, para um produtor que tem acesso ao PRONAF, que chamamos de pronafiano, esses recursos vão financiar um percentual muito maior da sua necessidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, dividindo o dinheiro entre grandes e pequenos — aí são distorções do nosso sistema —, eu preciso alocar um recurso significativo de subvenção para o produtor do PRONAF, porque ele é atendido prioritariamente pelo Banco do Brasil, o único banco com capacidade de atender, em âmbito nacional, aos pequenos produtores. E lá se vão 500 mil contratos bancários de financiamento. Como o Banco do Brasil já se encontra sobreaplicado nos recursos do Banco Central, recursos sem subvenção, eu necessariamente tenho que alocar... Neste ano, isso está previsto. Eu não posso anunciar os números, primeiro, porque não há os números definitivos — falta isso —, e, segundo, porque essa é uma prerrogativa da Ministra, no dia em que for anunciar o Plano Safra.

Então, para garantir que haja recursos disponíveis para o pequeno produtor depois de 1º de julho, nós temos que alocar um volume significativo de recursos desses 10 bilhões de reais, prioritariamente, no PRONAF.

E por que a premência? A nossa expectativa é anunciar o Plano Safra no dia 12 de junho. Por quê? Porque, em 1º de julho, começa o ano agrícola. O grosso da nossa safra, contando a agricultura brasileira, é plantado na primavera e no verão, do final de setembro para a frente, até novembro, dezembro. Então, o grosso do desembolso ocorre aí. Anunciar todo ano já traz uma imprevisibilidade danada. Se eu deixar passar do início de junho, vai ser muito ruim. Isso aumenta ainda mais a imprevisibilidade. Eu vou entrar no mês de julho sem ter certeza desse recurso, que é importante para a agricultura. Assim eu justifico a importância do recurso e a importância do prazo da sua aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos ao Dr. Eduardo Sampaio Marques.

Passamos a palavra ao Sr. Rodrigo Ávila, economista convidado por esta Comissão para falar sobre o PLN 4.

O SR. RODRIGO ÁVILA - Obrigado, Senador Marcelo Castro e Deputado Hildo Rocha, pelo convite. Cumprimento o Ministro Osmar Terra.

Eu preparei uma apresentação e gostaria que fosse projetada. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, eu gostaria de rememorar o que significa a Regra de Ouro. A ideia dela, basicamente, é fazer com que a dívida pública seja destinada a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimentos produtivos, ou seja, ao que a Constituição define como despesas de capital, investimentos em setores geradores de emprego, geradores de aumento da atividade econômica e que, por conseguinte, promovem o aumento da arrecadação, o que gera, automaticamente, a própria capacidade de pagamento da dívida. São investimentos, como, por exemplo, novas estradas, hospitais, escolas e, principalmente, educação. Essa seria a ideia clássica da Constituição ao definir a Regra de Ouro.

O problema é que algumas normatizações mais recentes acabaram deturpando essa ideia. Por exemplo, quando se permite que se faça dívida para pagar juros. Houve algumas tentativas de legalizar isso na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas LDOs, em que se define grande parte dos juros como sendo atualização monetária, o que é definido como dentro da rolagem.

Na verdade, dentro da rolagem da dívida, aquilo é juros, não é rolagem. Mas se faz isso exatamente para classificar como despesa de capital, para se poder fazer dívida para pagar juros. Então, há uma certa deturpação da ideia original da Regra de Ouro. Só com essa medida, nos últimos anos, foram 628 bilhões de reais de novas dívidas para pagar juros disfarçados de atualização monetária. E aí poderia haver o contra-argumento: *"Ah, mas atualização monetária não é custo, é só atualização do valor"*. Mas sempre que há custos, como, por exemplo, reajuste da tabela do IR, reajuste de servidores, fala-se que isso vai custar tanto. Então, na verdade, a atualização monetária realmente é um custo que deveria estar nos juros.

Eu vou passar mais rapidamente para respeitar o tempo.

Outra questão que deturpou a Regra de Ouro foi a permissão de que se possa fazer dívida simplesmente para entesourar o dinheiro na conta única, sob a justificativa de gerar um colchão de liquidez para futuramente pagar a dívida pública. O problema disso é que, nos últimos anos, foram 462 bilhões de reais em novas dívidas só para entesourar a conta única e deixar o dinheiro parado. Isso não é dívida. Isso é tudo menos o que a Regra de Ouro quer, ou seja, dívida para investimentos produtivos, e não para deixar parado no caixa, inclusive gerando despesas com juros, principalmente com a taxa de juros que temos hoje. Alguém poderia dizer: *"Ah, mas ela está em 6,5%"*. Mas vai ver a taxa média, o custo médio da dívida pública. Foi de quase 10% em 2018.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, nós temos 1,1 trilhão de reais em dívidas contraídas de 2014 a 2019, só usando essas brechas na Regra de Ouro, que, por isso, estão deturpadas. Não foi por acaso que o PIB caiu 7% em 2015 e 2016. Caiu por conta de uma dívida feita não para investir no País, mas para pagar juros ou para entesourar no caixa único. O instrumento do endividamento não tem sido usado para desenvolver o País, mas para pagar juros e entesourar o caixa.

Não é surpresa nenhuma que a arrecadação tributária no Brasil nos últimos anos tenha caído. E isso gerou, obviamente, os chamados déficits primários. Na verdade, se nós olharmos historicamente — eu vou passar um pouco mais rápido para respeitar o tempo —, veremos que a dívida pública não tem tido nada a ver com o resultado primário. Na verdade, ela vem de vários fatores financeiros. Não é verdade que a dívida pública vem de déficits primários. A história é outra.

Produzimos 1 trilhão de reais de superávit primário de 1995 a 2015, e a dívida foi multiplicada por mais de 40 vezes.

Eu vou passar rapidamente aqui para respeitar o tempo e vou direto às sugestões.

Qual seria a primeira sugestão, a fim de que o País possa sair dessa política, dessa conjuntura de estagnação, e passe a crescer e a gerar receitas, para voltarmos a ter uma arrecadação aceitável? A primeira coisa é mudar a política monetária.

Atualmente, os juros são justificados para combater a inflação. Mas a inflação vem do próprio Governo. Segundo o Banco Central, de 1995 a maio de 2016, o conjunto dos preços administrados pelo próprio Governo avançou 664%, enquanto o conjunto de preços livres aumentou 300%. Os preços administrados pelo Governo nesses anos todos aumentaram muito mais. Aí dizem que se tem que aumentar os juros para impedir a inflação. Na verdade, tem que se atacar a origem. E aí vemos a política monetária do Banco Central, desde 2015, com juros elevadíssimos e remuneração da sobra de caixa dos bancos, de mais de 1 trilhão de reais. Esses recursos os bancos deveriam estar emprestando a juros baixos às pessoas e empresas, mas o Banco Central recolhe esses valores e os remunera, sob a justificativa de que tem que combater a inflação. Mas, em 2017, nós tivemos deflação! O País está em estagnação, e essas operações continuam aumentando. O valor é de mais de 1,2 trilhão de reais. Poderiam dizer: *"Ah, mas isso gera inflação"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E o que fizeram os Estados Unidos na crise 2008? Jogaram trilhões e trilhões de dólares no setor financeiro para salvar bancos. Aí pode? Tudo isso tem que ser discutido.

Não há tempo suficiente para falar tudo, mas, de qualquer maneira, é importante colocarmos as nossas propostas.

Qual seriam as alternativas hoje ao PLN 4? Nós temos hoje uma conta única do Tesouro no valor de mais de 1 trilhão de reais, sendo 654 bilhões de reais de operações de crédito, ou seja, dívida; 141 bilhões de reais em resultados do Banco Central, em 31 de dezembro de 2018; e 354 bilhões de reais de outras receitas. Não são novos empréstimos, não. São *royalties* do petróleo, multas, recursos do FISTEL e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Mais de 354 bilhões de reais estão parados na conta única. E isso tem se mantido. Esses 354 bilhões de reais já eram 354 bilhões de reais 1 ano atrás, em 31 de dezembro de 2017, e continuam lá. É um paradoxo. Parece que o País está quebrado, mas tem centenas de bilhões de reais na conta única. E não são só de operações de crédito, mas de outras receitas. Isso deveria ser discutido. Aí poderiam dizer: *"Ah, mas tem a vinculação orçamentária. Não pode tirar daqui e colocar ali"*. Mas quando é para pagar a dívida, usa-se um instrumento da Medida Provisória nº 450, de 2008, que permite que o superávit financeiro pague a amortização da dívida.

Podemos contra-argumentar cada argumento. O tempo não é suficiente para eu antecipar todos os contra-argumentos que vão vir. É por isso que é importante o debate depois, para que possamos contra-argumentar.

Finalmente, vamos às alternativas: mudança na política monetária; destinação da sobra de caixa dos bancos para empréstimos a juros baixos; alteração da forma de definição das taxas de juros; auditoria da dívida pública; destinação dos recursos da conta única, de mais de 1,2 trilhão de reais, para investimentos produtivos. Mas, para isso, é necessário revogar a Emenda Constitucional nº 95, rever a política de metas de resultado primário, porque, mesmo que seja negativa, impede o investimento e impede que o País use o seu caixa. Isso não existe. E há várias outras alternativas.

Sem isso, o País continuará em seu círculo vicioso de contenção de investimentos públicos, estagnação econômica e arrecadação tributária. E aí se cortam mais investimentos, e o País cai ainda mais. Depois, tem que cortar mais, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ficam falando: *"Ah, a Regra de Ouro não tem como ser cumprida, porque a arrecadação está muito baixa"*. Por quê? Porque não se investe.

Destinar a dívida pública para investimentos produtivos a juros baixos recupera a economia e a arrecadação, e não entesourar para pagar juros. Aí alguém pode dizer: *"Ah, se não puder fazer dívida para pagar juros, nós vamos ter que fazer um superávit primário imenso"*. É mentira, porque a nossa ideia é exatamente questionar a forma de definição das taxas de juros aqui, enquanto o Japão tem juros negativos, por exemplo. Tudo isso tem que ser debatido.

Finalmente, é necessário tributar os ricos. Isto aqui é dado da Receita Federal, não é meu: os 26 mil maiores declarantes do IRPF declararam cada um renda anual de 7,5 milhões de reais isentos do IRPF. Se se tributar esses valores, por exemplo, com a alíquota da Suécia, eles ainda ficarão com 3 milhões de reais por ano. Poderiam ser arrecadados 116 bilhões de reais por ano, ou seja, resolveria o problema.

E uma última proposta é — para não esquecer aqui — que poderíamos, por exemplo, considerar educação, ciência e tecnologia e outras áreas como investimento, sim. Por que se pode fazer dívida para entesourar o caixa e deixar o dinheiro parado para pagar juros, mas não se pode para investir na educação, na ciência e tecnologia, que geram retorno?

Tudo isso, é claro, tem que ser debatido. Em 8 minutos, é impossível anteciparmos todos os contra-argumentos que virão. Por isso é importante irmos para o debate e, às claras, mostrarmos que o Governo, que o Estado brasileiro não está quebrado. Ele tem um caixa único de mais de 1 trilhão de reais e está nesta crise que não é estrutural. Esta crise é conjuntural, determinada pela política monetária, que pode ser alterada, como todos os países desenvolvidos fizeram para sair da crise. Ou seja, romperam com o austericídio e investiram pesado na economia.

Então é isso. Eu peço desculpas por ter ultrapassado o tempo. É impossível em 8 minutos apresentar todas essas ideias. Estamos à disposição da Comissão.

Agradeço novamente ao Deputado Hildo Rocha e ao Presidente da Comissão, o Senador Marcelo Castro.

Agradeço a todas e a todos.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos a V.Sa. a palestra.

Passamos ao próximo orador, o Sr. Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal.

Tem V.Sa. a palavra. *(Pausa.)*

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Marcelo Castro, e também o Ministro Osmar Terra e o Deputado Hildo Rocha.

Na Instituição Fiscal Independente — IFI, do Senado Federal, o que nós temos feito é tentar dar transparência às contas públicas. A IFI é uma instituição criada com inspiração no Congressional Budget Office, o CBO dos Estados Unidos. Está aqui o Marcos Mendes, que é um dos coautores do projeto e um dos idealizadores da IFI. Isso foi algo que levou tempo para ser concebido. É uma instituição enxuta, formada eminentemente por técnicos e dirigida por pessoas que têm mandato fixo para produzir informação. Então, este é o nosso objetivo central: produzir informação de maneira técnica e apartidária. E eu trouxe aqui a nossa contribuição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou falar rapidamente do cenário, para contextualizar a Regra de Ouro e mostrar que no fundo a chamada Regra de Ouro nada mais revela do que outro prisma, outra forma de ver o mesmo problema fiscal.

Nós temos uma dívida de 80% do PIB que não para de crescer. Cresceu 27 pontos percentuais do PIB em menos de 6 anos, desde 2013. Isso representa um quadro gravíssimo, porque o risco fiscal aumenta rapidamente. E os juros, como o colega anterior falou aqui, na verdade, são uma consequência desse desajuste fiscal. O Brasil poupa pouquíssimo, e o setor público despoupa. Quem não poupa não tem dinheiro barato. A vida é muito dura. Nós não podemos imaginar que vamos conseguir obter dinheiro barato, e isso vale também para o Governo, se não temos condição de gerar receita e não temos poupança. Então, essa é uma regra básica que aprendemos em economia e aprendemos também na vida.

O quadro geral é bastante negativo. O crescimento deste ano tem sido revisado pelas instituições tanto de mercado quanto da academia. Nós na IFI temos revisado o crescimento do PIB para baixo. Projetávamos crescimento de 2,3% neste





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ano, e agora o PIB deve crescer só 1,8%. Mas já há gente com um cenário bem mais negativo, apontando crescimento mais próximo de 1% ou até abaixo de 1%.

Nos primeiros 3 meses do ano, o IBC-BR, que é uma espécie de indicador que antecipa o PIB, caiu 0,68%. Isso é taxa de queda digna de ano de recessão. Então, o contexto é gravíssimo, e nesse contexto o ajuste fiscal é o passo zero. Se ele não for feito, nós não vamos ter chance alguma de voltar a recuperar as taxas de crescimento econômico.

Qual seria o esforço fiscal necessário para equilibrar a dívida bruta hoje? A dívida hoje é de 5 trilhões de reais, uma dívida de 80% do PIB. Como calculamos isso? Temos que ver quanto custa a dívida, que é o juro, e observar o patamar da dívida — 80% — e quanto nós estamos crescendo além da taxa de juros real. Se o Brasil voltar a crescer 2%, 2,5%, com juro real em torno de 3,5%, 4%, o que não é nenhum cenário impossível de acontecer, o esforço primário necessário — a equação receita menos despesa, sem considerar o gasto com juros — é de 1,68% do PIB. Hoje, nós estamos com um déficit primário de 1,7% do PIB. Então, é preciso neutralizar todo esse déficit de 1,7% e fazer mais 1,7% de superávit. Ou seja, são 3,4% do PIB de economia, que correspondem a 400 bilhões de reais, em 4 ou 5 anos, um esforço tremendamente alto. Para que os senhores tenham ideia, o esforço que vem da reforma da Previdência, por exemplo, em 4 anos, é só de 76,1 bilhões de reais, se for aprovada a reforma cheia. Então, é preciso fazer a Previdência e muito mais, porque senão nós vamos continuar tendo uma dívida crescente, o crescimento da economia não volta, os juros continuam altos, e todo esse círculo vicioso não é rompido.

A origem do problema está demonstrada na curva azul e na curva vermelha, que se descasaram rapidamente, de maneira bastante persistente. A linha azul é a receita; a vermelha, a despesa. Aquele cenário róseo, em que a curva azul ficava acima da vermelha durante muito tempo, gerando os chamados superávits primários, não existe mais. E vai demorar, de acordo com as projeções da IFI, pelo menos até 2026 para que se consiga de novo fazer com que aquela curva azul volte a ficar acima da curva vermelha, ou seja, para que tenhamos superávit.

Três quartos do orçamento primário correspondem a cinco gastos: INSS; pessoal, que é o pagamento de salários, aposentadorias e pensões do serviço público; abono salarial; seguro-desemprego; e Benefício de Prestação Continuada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se retirarmos essas cinco despesas, já estamos falando de 75% do orçamento. Sobram 25% do orçamento para todo o restante: investimento, todos os gastos sociais, educação, segurança, etc. Há um desafio muito grande, porque a tendência é que esses 75% se transformem em 80%, em 90% e daqui a pouco se chegue a 100%. Aí não vai haver mais recursos para gastar com outras coisas.

A Regra de Ouro preconizava uma coisa muito simples: para cada real que você fizer de dívida, você tem que ter 1 real de investimento. Isso é a Regra de Ouro, descrito no livro-texto do Musgrave, um teórico da economia, na década de 40. Então, já sabemos disso pelo menos há 70, 80 anos. Mas o Brasil distorceu essa regra quando foi ela foi colocada na Constituição, porque permitiu que, de um lado da equação, junto com a dívida, fosse descontado tudo o que o Banco Central manda para o Tesouro de lucro. Como as reservas estão muito altas, vem uma montanha de lucro quando o câmbio sobe. Quando você tem uma casa, se o preço da sua casa aumentar, você fica mais rico mesmo sem vendê-la. Seu patrimônio fica mais valioso. Mas isso não é dinheiro vivo, é só uma questão patrimonial. No caso das reservas, você pega todo esse dinheiro e o transforma em dinheiro vivo, e isso é repassado para o Tesouro.

Graças a um projeto aprovado no Senado e na Câmara que cria um novo regramento para o relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central — o autor é o Marcos Mendes, que está aqui nesta sala e vai falar sobre isso depois —, isso vai mudar a partir deste ano. Então, corta-se esse cordão umbilical, e isso ajuda a melhorar essa questão da execução da Regra de Ouro, que fica mais próxima do que se esperava no livro-texto.

Olhem o que aconteceu: o investimento despencou de 11% do PIB nos anos 70, Senador Elmano Férrer, para 1,7% do PIB — de 11% para 1,7%. A Regra de Ouro não era justamente para só se fazer dívida se se fosse investir? Como nós despencamos no investimento e explodimos na dívida? Há algo errado com essa Regra de Ouro.

Essa discussão tem que ser feita de maneira estrutural, com cautela e de forma serena. A aprovação do crédito, que é a questão mais urgente, precisa ser feita...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Ah, está bem. Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, na verdade, essa é questão mais urgente agora. Eu quis apresentar esse pano de fundo para deixar claro que é preciso rediscutir essa Regra de Ouro sim. A forma como ela foi trazida do livro-texto em que aprendemos economia para a realidade brasileira foi um pouco distorcida, digamos assim. Então, é possível melhorá-la, é possível aprimorá-la. Algumas coisas já foram feitas e já estão sendo feitas nesse sentido, como a questão do relacionamento Tesouro-Banco Central.

Agora, a questão mais urgente, o incêndio que está na nossa frente e que precisa ser apagado é o crédito de 248,9 bilhões de reais. O que se pergunta é: *"Precisa-se de todo esse dinheiro?"* A questão não é precisar do dinheiro. Isso é uma autorização para que se possa executar uma série de despesas que, como mostrou o Ministro Osmar Terra, estão condicionadas, estão vinculadas a essa autorização. Vamos supor que, em uma outra fonte de recursos, o Governo tenha excesso. De repente, a economia cresce um pouco mais do que o previsto, aí se tem excesso de arrecadação. Ótimo. Mas aprovar esse crédito é essencial para que depois se possa fazer essa troca de fonte, e aí se ajusta e se consegue fazer a realização desses pagamentos.

O essencial a ter claro, na nossa opinião, é que esse tipo de pedido do Executivo para o Congresso vai acontecer pelas nossas contas a partir deste ano por pelo menos mais 7 anos. A situação das contas públicas é tão grave que essa insuficiência da Regra de Ouro vai durar pelo menos até 2026. Então, isso que está acontecendo agora vai acontecer no ano que vem e vai acontecer no ano seguinte. É preciso então que se crie uma prática, uma jurisprudência para que o País não entre em um caos em razão do descumprimento de uma regra que durante 30 anos — desde a Constituição de 88 — não gerou nenhum tipo de restrição.

Ao contrário, como eu disse, o investimento despencou, e a dívida cresceu muito. Mas, agora, em razão do aumento rápido do déficit primário, em razão de outros fatores que estão prejudicando as contas públicas, esse desequilíbrio se exacerbou, apareceu, emergiu. Então, é preciso que se avance nessa direção, para que não haja uma paralisação, com os riscos que sabemos quais são. O mercado vai precificar isso como uma espécie de *shutdown*, uma paralisação. Aí os juros sobem, o investimento não se recupera, o crescimento fica mais baixo ainda do que as projeções já apontam. É isso que precisa ser evitado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O quadro de investimentos que eu mostrei há pouco era o caso do investimento consolidado, o investimento total do setor público. No caso do Governo Federal também houve queda. A linha azul clara ali indica os investimentos e as inversões financeiras; caíram pela metade nos últimos anos. Quem vem crescendo são os gastos obrigatórios: Previdência e pessoal. A dívida pública qualquer que seja a métrica que adotarmos vem crescendo. É esse gráfico aqui. Vejam ali o aumento de 27 pontos percentuais da dívida bruta em relação ao PIB. Esse é o indicador mais importante.

Pela lógica da Regra de Ouro, como está na Constituição, se nos retirássemos essas receitas que vêm do Banco Central... Na verdade, isso é emissão de moeda. De onde o Banco Central tira dinheiro? Ele emite moeda. O que queremos dizer, quando falamos da valorização das reservas? Se eu tenho 200 bilhões de dólares em reservas, e o câmbio está em 2 reais por dólar, eu tenho 400 bilhões de reais em reservas. Se o câmbio vai de 2 reais para 4 reais, aqueles mesmos 200 bilhões de dólares passam a valer 800 bilhões de reais, sem eu ter feito nada. Essa valorização era transmitida em dinheiro vivo para a conta única. Isso agora vai parar. Mas nos últimos anos olhem o que aconteceu: o cálculo azul é a Regra de Ouro oficial. Foi cumprida. A Regra de Ouro foi cumprida sistematicamente. Mas olhem o que havia por trás: se tiramos esse dinheiro do Banco Central, aí é a linha amarela. Nós estamos descumprindo a Regra de Ouro já há muito tempo, na prática. É que essas distorções legais escondem essa realidade.

Quando fazemos a conta do chamado déficit fiscal corrente, que é aquilo que a Regra de Ouro quer evitar... A Regra de Ouro resume-se no seguinte: você até pode fazer dívida, mas que ela seja para investimento. Então, no fundo, é pegar o déficit fiscal, incluindo o gasto com juros, que é o chamado déficit nominal, e tirar o investimento. Isso se chama déficit fiscal corrente.

Esse déficit hoje está em 7% do PIB. Se nós mudássemos, da noite para o dia, a Regra de Ouro para exatamente como ela está no livro-texto de 1940, apareceria esse rombo de 7% do PIB para ser coberto. Se o PIB está em 7 trilhões de reais, nós estamos falando de quanto? De 490 bilhões a 500 bilhões de reais para serem cobertos da noite para o dia. É impraticável.

Por isso, é necessária a discussão sobre a mudança da regra. Aí, sim, o Congresso tem que decidir se vai manter ou não essa regra. E, se mantiver, vai ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

preciso uma transição, uma discussão sobre cada item, sobre cada componente. Mas essa discussão precisa ser separada da discussão de curtíssimo prazo, que é uma discussão sobre a aprovação de um crédito para que o País não pare no meio do caminho, que é a questão dos 248 bilhões de reais.

Para terminar, nós fizemos a conta para comparar com os números do Governo. A verdade é que, a depender de quanto o Banco Central vai transferir — e 141 bilhões de reais já foram transferidos do ano passado e podem ser utilizados —, o rombo pode variar de 16 bilhões de reais a 258 bilhões de reais. Do ponto de vista do Governo, não há como incorrer nesse risco. *"Ah, são só 16 bilhões? Então não vamos aprovar esse crédito suplementar. Vamos resolvemos esses 16 bilhões, buscando outra fonte de recursos"*. Não funciona assim, porque os riscos associados a cada componente dessa tabela são muito altos. Isso depende da taxa de câmbio e do crescimento; depende do que vai acontecer com cada uma dessas linhas; depende dos pagamentos que os Estados e Municípios fazem para o Governo; e depende da projeção de juros.

Então, o meu recado, enquanto representante da Instituição Fiscal Independente, é que precisamos zelar pelas nossas regras fiscais, porque a harmonização dessas regras é um grande objetivo que precisa ser alcançado. Nós temos meta de resultado primário, teto de gastos públicos, Regra de Ouro, limite para dívida, limite para gasto com pessoal. Nós somos pródigos em criar regras fiscais, mas não somos tão pródigos em cumprir essas regras fiscais. Cumprir a regra significa fazer arroz com feijão: cortar gasto ou aumentar a receita, ou fazer uma combinação dessas duas coisas.

O risco aqui é nos desviarmos desse caminho, um caminho duro, mas um caminho que precisa ser trilhado, e cair na armadilha, na esparrela de começar a pensar em alternativas como sacar dinheiro da conta única e outros absurdos, que, na verdade, não são alternativas, porque levariam o País à bancarrota.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. Agradeço ao Dr. Felipe Salto a palestra.

Vamos ao próximo palestrante, o Dr. Marcos José Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES - Boa tarde. Cumprimento todos na pessoa do Senador Marcelo Castro.

O assunto é muito complexo e se presta a todo tipo de distorção e de informação malconduzida. Então, eu vou fazer uma exposição bastante conceitual para deixar as coisas da forma mais clara possível.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que é Regra de Ouro? A Regra de Ouro é basicamente o seguinte: se adaptarmos para nossa situação particular, é uma regra que diz que a pessoa não pode se endividar todo mês para pagar o aluguel da sua casa, a escola das crianças e a compra do supermercado. Se a pessoa estiver desempregada, passando por dificuldades, durante um tempo, isso é possível; durante anos e anos, isso não é possível. E essa regra também vale para o Governo.

A Constituição estabeleceu uma regra, dizendo que não é possível se endividar, recorrentemente, para pagar despesa corrente. A regrinha básica é a seguinte: operações de crédito — isto é, o endividamento — têm que ser menores ou iguais às despesas de capital, para excluir as despesas correntes.

O problema é que a própria Constituição tem uma contradição. Ao mesmo tempo em que ela diz que o Governo não pode se endividar para fazer despesa corrente, ela cria uma série de despesas obrigatórias com Previdência, com pessoal, com vinculações de receitas, que, ao longo dos anos, fizeram a despesa corrente disparar. A mesma Constituição que diz que não se pode endividar para fazer despesa corrente criou regras que vão contrariar, em algum momento, essa vedação. Isso piorou muito a partir de 2010, quando uma política fiscal pouco responsável derrubou a arrecadação e aumentou a despesa. Foi isso que acabou acionando a Regra de Ouro. O Felipe falou de vários defeitos da Regra de Ouro. Um deles é que, se alguém começa a fazer bobagem hoje, a Regra de Ouro só estoura 6 anos depois, nas mãos de outro governante. Esse é outro problema que nós temos.

Por que a Regra de Ouro começou a dar problema? Porque todos os fatores que fazem com que o Governo tenha que tomar empréstimos, fazer operações de crédito, subiram, e outros que diminuem a necessidade de fazer operação de crédito diminuíram.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O déficit primário aumentou tremendamente — desde 2015 não há superávit primário. Então, é preciso tomar mais empréstimos. Como a dívida cresceu, é preciso pagar mais juros. Para pagar mais juros, é preciso tomar mais empréstimos.

Houve mais vinculação de receitas primárias. Quando se vincula receita, se ela não for aplicada na finalidade para a qual ela foi vinculada, ela fica parada na conta e não pode ser usada para pagar dívida. Portanto, é preciso tomar mais dívida, ainda que haja um saldo na conta, porque aquilo está reservado. Isso forçou o aumento das operações de crédito e o descumprimento da Regra de Ouro.

Por outro lado, há coisas que diminuem a necessidade de tomar empréstimo. Por exemplo: a remuneração da conta única. À medida que a conta única é remunerada, pode-se utilizar aquela remuneração para fazer algumas despesas, e diminui-se a necessidade de tomar empréstimos. Acontece que, felizmente, a taxa de juros está caindo. Com isso, a remuneração da conta única diminui.

Outra fonte de receita do Governo que faz com ele precise fazer menos operações de crédito é o recebimento de recursos de Estados e Municípios, quando Estados e Municípios pagam a dívida com a União. Acontece que, nos últimos anos, vários Estados recorreram ao Supremo Tribunal Federal e pararam de pagar as suas dívidas. Além disso, também houve renegociação de dívidas. Assim, o fluxo de entrada de receitas diminuiu. Foi mais um fator que obrigou o Governo a tomar mais crédito para pagar as suas contas. Cabe a observação aqui de que, toda vez que se fala em renegociação de dívida de Estados e Municípios, há a argumentação de que não há impacto, porque está tudo dentro do Governo. Há impacto, sim. E esse impacto está aqui.

Outra forma de se diminuir a necessidade de o Governo tomar empréstimo são as amortizações de dívidas pagas pelo BNDES. O BNDES recebeu mais de 500 bilhões de reais emprestados da União em operações bastante controversas e incorretas, do ponto de vista de política fiscal. Mas o fato é que, quando ele paga esse empréstimo, entra dinheiro no caixa e diminui a necessidade de o Governo se endividar. Acontece que o BNDES já pagou praticamente tudo. Há pouca coisa a ser paga.

Por fim, vem o resultado do Banco Central. Como o Felipe explicou, quando o Banco Central tem um resultado grande, esse resultado vinha de forma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tecnicamente incorreta para o Tesouro Nacional e facilitava o cumprimento da Regra de Ouro. Isso aqui foi mudado por legislação recente.

Então, as senhoras e os senhores veem que vários fatores forçaram o aumento das operações de crédito e, portanto, o descumprimento da Regra de Ouro.

O que está em discussão aqui? Dois pontos diferentes estão em discussão aqui. O PLN 4 faz o seguinte: a Lei Orçamentária foi aprovada dizendo que duzentos e quarenta e poucos bilhões de reais em despesas só poderiam ser pagos se fosse aprovado um crédito extraordinário, colocando como fonte desse crédito extraordinário recursos de operações de crédito. A aprovação do PLN 4 é essencial para que essas despesas sejam feitas. Se elas vão ser financiadas por dívida ou não é outra coisa. Pode ser que as circunstâncias que determinam o cumprimento da Regra de Ouro mudem ao longo do ano, e a deficiência de cumprimento da Regra de Ouro seja menor do que os 248 bilhões de reais. Agora, isso não tem nada a ver... Não existe aqui o debate...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço silêncio ao pessoal que está assistindo à reunião, por favor.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES - Não existe aqui — e isso é muito importante dizer — um pedido do Governo, do Poder Executivo, de autorização para se endividar à vontade. O ponto central da política econômica atual é conter ao máximo o endividamento público. A reforma da Previdência tem sido feita para evitar a disparada da dívida pública. O Ministério da Economia tem feito todo o esforço e dado todo o incentivo do mundo para conter o crescimento da dívida. Seria uma incongruência ele pedir uma autorização para gastar à vontade.

Estamos lidando aqui com um problema criado ao longo de uma década. Isso resultou num volume grande de operações de crédito, que têm sido feitas recorrentemente para financiar despesas por conta de erros de política econômica do passado.

Por que é difícil prever quanto o Governo vai precisar para efetivamente cumprir ou não a Regra de Ouro? Porque, como o Felipe já explicou, ao longo do ano, ao longo do exercício financeiro, várias coisas mudam. Despesas de investimento podem ser contingenciadas ou não realizadas. Diminui o espaço para a Regra de Ouro. Pode haver frustração na arrecadação de receita, o que aumenta o déficit primário e torna mais rígido o espaço para cumprimento da Regra de Ouro. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

taxa de inflação pode mudar, o que muda a taxa de juros real. Então, há uma série de variáveis que ocorrem ao longo do ano e que não permitem prever exatamente qual vai ser o número final para cumprimento da Regra de Ouro. Mas, insisto, isso não tem nada a ver com a aprovação do crédito. A aprovação do crédito é basicamente para permitir que os Ministérios façam as suas despesas dentro daquela programação condicionada a essa autorização.

Bom, termino a minha apresentação aqui, fazendo um comentário sobre alguns argumentos falaciosos que têm sido trazidos a esta Comissão.

Dizer que se está manipulando índice de preço para disfarçar juro como amortização é uma falácia. O Tribunal de Contas audita isso todo ano. Segue-se a regra da LDO. Segue-se a regra da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, isso não teria impacto nenhum no cumprimento da Regra de Ouro.

Segundo, dizer que a culpa é do Banco Central é basicamente um raciocínio em que a economia é aquela em que dinheiro dá em árvore, os banqueiros recolhem esse dinheiro da árvore, emprestam a juros para o Banco Central e sonégam para a felicidade da Nação. Não tem nada a ver operação do Banco Central com desequilíbrio fiscal. O que o Brasil tem é um crônico desequilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Isso leva a um crescimento da dívida muito grande. Quem deve muito paga juro alto. E essa é a causa do juro alto no Brasil. Tentar inverter as coisas é receita certa para termos uma política econômica venezuelana, que eu acho que não é o que queremos.

Uma lista de soluções equivocada foi mostrada aqui em reuniões anteriores, como, por exemplo, usar reservas internacionais para pagar despesa corrente. Isso é impossível. E, se fosse possível, seria um desastre. Para usar reserva internacional, o Banco Central teria que emprestar essas reservas para o Tesouro, o que é proibido. A opção seria vender essas reservas no mercado, o que faria o preço do dólar desabar e criaria um desequilíbrio macroeconômico brutal. Então, isso é inviável.

Parar de pagar a dívida pública. Caímos novamente no receituário venezuelano. Não vou nem comentar.

Reduzir juros na marra. Nós já vimos essa receita em 2013, que resultou em inflação e recessão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tributar lucros e grandes fortunas. Isso eu acho interessante. Há espaço para tornar a tributação mais progressiva no Brasil. Mas o problema é o seguinte: a despesa sobe 8% todo ano. Nós vamos subir a carga tributária em 8% todo ano? Em 10 anos, nós vamos estar tributando em 115% o patrimônio das grandes riquezas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES - A reserva pertence ao Banco Central do Brasil. Essas reservas foram constituídas mediante emissão de dívida pública. Nós não temos uma poupança. Reserva internacional não representa uma poupança. Reserva internacional representa um seguro contratado contra flutuações no mercado internacional e que custa muito caro, porque custa o endividamento. Abrir mão do seguro, quando há um sinistro com relativa probabilidade de acontecer, não é algo muito inteligente.

E há todo um discurso envolvendo operações compromissadas. Usa-se um termo complexo para criar a versão fantasiosa de que operações compromissadas seriam alguma coisa do mal. Operação compromissada é um instrumento de política monetária que se usa em qualquer lugar do mundo. Elas cresceram muito nos últimos anos exatamente porque as reservas internacionais cresceram muito nos últimos anos. O Banco Central teve que tirar essa liquidez do mercado.

Qual é a solução correta? A solução correta é fazer ajuste fiscal, é controlar a expansão da dívida pública, é desvincular recursos que hoje ficam presos na Conta Única e que não podem ser usados para pagar a dívida pública. Isso vai permitir menos endividamento, mais espaço para as políticas sociais, menor conta de juros a pagar, melhoria na perspectiva de crescimento econômico, e um maior crescimento vai gerar mais receita e mais espaço para investimento público.

Para concluir, como o Felipe falou, existe uma série de defeitos na Regra de Ouro, que precisam ser discutidos em outro momento. A aprovação desse crédito hoje é uma medida de curto prazo fundamental para não se criar mais incerteza, mais insegurança, e para não desfalcicar os Ministérios de verbas que são essenciais e que já estão contabilizadas na expectativa de déficit público este ano.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço ao Dr. Marcos José Mendes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos ao próximo palestrante, o Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Boa tarde Deputado. Boa tarde, Ministro.

Vou tentar ser o mais objetivo possível, considerando a quantidade de pessoas que ainda vão falar hoje, além das que já falaram, e vou utilizar o menor tempo possível.

De certa forma, vou voltar a algumas questões mais fundamentais sobre a origem do problema que estamos vivendo hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este gráfico mostra as despesas obrigatórias da União como percentual da receita líquida. Ele mostra que já chegamos a 102% da receita líquida, e, em 2018, a 98%. Isso quer dizer que 98% da receita disponível para utilização já está comprometida com despesas para as quais não há opção: a Constituição e as leis determinaram que assim fosse gasto. Pode até parecer que temos ali 2% de margem, mas não temos, porque, quando consideramos as despesas discricionárias, falamos nas despesas que são necessárias, e tanto o são que, quando temos um contingenciamento que atinge só as discricionárias, ele causa muita dor em vários órgãos, em várias políticas públicas, exatamente porque se trata de coisas absolutamente necessárias, como energia, manutenção, limpeza, segurança, etc.

Então, como já disseram os que me antecederam, um dos problemas que nós temos é a dinâmica das despesas obrigatórias, que mostra um crescimento acelerado ao longo dos anos que deixou de ser acompanhado pelo crescimento da receita. Num certo ponto essas curvas se cruzaram, e passamos a fazer déficits primários. Nunca fizemos superávit nominal, mas vínhamos fazendo superávits primários até 2014, quando então começamos a fazer déficits primários, e aí passamos a ter uma conta que foi se tornando impagável. Pode-se dizer: "*Olha, a gente fez superávit, e a dívida cresceu*". Não é bem assim. Quando tivemos vários anos de superávit, vimos a dívida se estabilizar. Passamos a ter um problema de aceleração da dívida principalmente depois que passamos a fazer déficit primário. E aí a gente teve essa aceleração. Como o Felipe disse, saímos de 52% para 80% do PIB, considerando-se a dívida bruta, no período de 2003 até o final deste ano,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quando provavelmente bateremos em alguma coisa próxima a 80% do PIB. E o que isso significa? Se estamos tendo déficit primário, é porque estamos utilizando algum tipo de receita financeira para financiar essas despesas primárias. E, quando se analisam essas despesas primárias, vê-se que a maior parte delas são despesas correntes. Ou seja, nesse mesmo período, os investimentos vêm sendo achatados, e, consequentemente, estamos entrando no problema da Regra de Ouro.

Este gráfico aqui sintetiza o problema, olhando a partir deste ano para os anos seguintes. Ele mostra um pouco do que Felipe já mostrou, ou seja, que se a regra não mudar vamos ter a mesma discussão durante vários anos adiante, talvez com algum tipo de agravante, porque temos uma mudança na regra de relacionamento entre Banco Central e Tesouro Nacional. Portanto, vamos conviver com esse problema, ou seja, com essa falta, ou com essa margem de insuficiência para o cumprimento de Regra de Ouro, o que significa que, necessariamente, durante os próximos anos vamos precisar fazer dívida pública para custear despesas correntes. Isso é evidentemente insustentável. É claro que precisamos mudar isso.

O primeiro ponto — não tem jeito, temos que falar nisto — é o fato de que a regra tem um desenho realmente ruim. Ela tem um objetivo que em tese seria nobre, mas o desenho dela nos trouxe a um problema: ela é inócua tanto do ponto de vista de preservar o investimento — tanto é que o investimento tem caído —, quanto do ponto de vista de impedir o endividamento para financiar o déficit corrente, déficit do orçamento corrente. Pensemos na situação em que estamos agora. Imaginem que o Congresso decida não aprovar este PLN, só a título de hipótese. Se o Congresso não o aprovar — e vamos continuar tendo a maior parte daquelas despesas, que são obrigatórias, porque o Governo vai ter que pagar o BPC, a Previdência, isso vai acontecer, a despesa vai ser paga —, no final das contas, por mais que eventualmente se adiasse o pagamento, a dívida não deixaria de acontecer, e o passivo se acumularia. Da mesma forma, em algum momento teremos que reconhecer esse passivo e pagá-lo. Novamente estaremos fazendo dívida para pagar despesas correntes.

Então, do ponto de vista de solução estrutural, não tenho a menor dúvida: aquilo que os que me antecederam disseram é o único caminho. Ou seja, algum tipo de ajuste que envolva mudança na dinâmica das despesas obrigatórias é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessário, e, acredito eu, talvez também algum tipo de mudança do lado das receitas.

É claro que as receitas são muito sensíveis ao crescimento do PIB. Estamos vivendo um quadro de recessão, ou de estagnação, que dificulta isso, mas algum tipo de medida do lado da receita talvez seja necessária, aí incluído algum tipo de revisão de benefícios tributários ou algum tipo de discussão sobre redefinição e redistribuição de carga tributária. Como o Marcos disse, certamente existe algum espaço para discussão sobre como tornar o nosso sistema menos regressivo. Isso pode ter alguns benefícios, mas não vai ser suficiente para resolver o problema do ponto de vista fiscal, especificamente da Regra de Ouro.

E assim chegamos a esta situação. Eu trouxe aqui um raio-x sobre o orçamento, feito pelas consultorias do Congresso. Chegamos a esta situação: temos uma quantidade de créditos, de 248,9 bilhões, que estão condicionados, suspensos, aguardando a aprovação deste Congresso. E, se toda a fonte necessária para financiar esses créditos for emissão de títulos, vamos precisar da aprovação por maioria absoluta.

Uma observação: eu assisti à audiência anterior e ouvi parte da discussão sobre o valor projetado naquele momento ser diferente do valor que hoje eventualmente se discute. Parte da questão está associada ao fato de que alguns recursos que aparecem agora não eram conhecidos na época de formulação do PLOA. Ou seja, quando se elaborou o Projeto de Lei Orçamentária, por definição não se sabia qual seria o superávit financeiro do exercício, e esse superávit financeiro acabou alcançando, até as estimativas atuais, 154 bilhões, a maior parte disso, 141 bilhões, sendo resultado do Banco Central. Isso muda as estimativas. É claro que, se tivéssemos esse número lá trás para computar, partiríamos de uma necessidade menor, mas não tínhamos como ter esse número, ele só aparece durante a execução, não aparece durante a proposta do PLOA, daí a necessidade de aprovação dos créditos.

E aí voltamos um pouco ao que o Marcos disse por último. Não vejo muito como discutir se aprovamos ou não o crédito, porque, se não o aprovarmos, teremos o problema de não realizar despesas obrigatórias, e assim o quadro seria de eventual colapso social e econômico, dadas as despesas que deixariam de ser executadas. Este é um ponto. O outro ponto, um ponto bem separado, é a discussão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se poderia haver algum outro tipo de fonte substituta, ou seja, uma alternativa a isso. Essa é uma discussão possível, mas também é uma discussão um pouco arriscada, dada uma questão de *timing*. Estamos perto de junho, então temos problema para tentar caminhos alternativos. Aparentemente, o único caminho alternativo razoável, se for preciso entrar na questão, é discutir o uso do superávit financeiro. Todas as outras alternativas não parecem ser, nem de longe, suficientes, quando não completamente impossíveis. Exemplo de não suficiente seria cancelamento de restos a pagar não processados. Teríamos eventualmente um pequeno aumento de superávit financeiro, mas isso estaria longe de ser suficiente para resolver um problema de 250 bilhões. Outra alternativa seria a discussão sobre reservas internacionais. Como o Marcos disse, existe uma impossibilidade legal e existem riscos econômicos associados a isso.

Eu não vou me estender, mas quero atentar em alguns pontos da impossibilidade legal do uso das reservas internacionais. Primeiro, não existe previsão na Lei nº 4.320 para que reservas internacionais sejam utilizadas como fonte para abertura de crédito adicional, ou seja, esse não é nenhum dos quatro casos previstos na Lei nº 4.320. Segundo, essas reservas são de posse, são um ativo do Banco Central, não podem ser transferidas para o Tesouro dentro do nosso regramento, ou seja, a Constituição proíbe esse financiamento, em seu art. 164. Terceiro, também há previsão legal de que só o Banco Central possa custodiar, possa deter essas reservas, então não há como caminhar por aí. A única discussão possível, portanto, parece ser via superávit financeiro, mas com esses alertas de que vivemos um quadro complicado, porque, mesmo para utilizar outras fontes, seria preciso fazer uma série de manobras legislativas, possivelmente para mexer em outras leis, inclusive na Lei Orçamentária, e o tempo de que se dispõe é bastante curto. É preciso pensar muito bem nisso, porque qualquer risco que se corra pode fazer com que, não agora, mas um pouquinho mais à frente, talvez daqui a 1 mês, daqui a 2 meses ou daqui a 3 meses, falem recursos para coisas absolutamente básicas. É impensável, por exemplo, que falem recursos para o BPC, e podemos estar diante de uma situação dessas. Quando isso acontecer, provavelmente o Supremo é que vai entrar em ação, e vai mandar pagar. Estaremos na mesma situação, ou seja, fazendo dívida para custear despesas correntes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E então a gente volta. Há uma discussão sobre solução estruturante e uma discussão sobre revisão da regra, mas há uma discussão imediata, que é a necessidade de aprovação do PL.

Fico à disposição para as perguntas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço ao Sr. Leonardo Albernaz e passo a palavra ao último palestrante inscrito, Sr. Rogério Antônio Lucca, Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Preliminarmente, agradeço, em nome do Banco Central do Brasil, o convite para participar desta sessão e me desculpo, em nome do Presidente Roberto e do Diretor Otávio, pela impossibilidade de suas presenças aqui — no momento, ambos participam do XXI Seminário de Metas para a Inflação, que está sendo promovido pelo Banco Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

O objeto desta sessão específica e da discussão do PLN 4/19 é a questão orçamentária diante da vedação constitucional da realização de operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, conhecida como "Regra de Ouro".

É importante salientar que a questão orçamentária e a questão fiscal são alheias às competências do Banco Central. Não obstante, obviamente, a atuação do Banco Central tem efeitos indiretos tanto no resultado fiscal quanto no orçamentário. É em relação a este ponto que eu gostaria de fazer a exposição em nome do Banco Central nesta sessão, tratando basicamente de dois pontos, que já foram amplamente tratados aqui, acho que por quase todos os palestrantes. O primeiro diz respeito ao projeto de lei que trata do relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional e o segundo diz respeito ao uso das operações compromissadas como instrumento de política monetária do Banco Central.

O resultado do Banco Central é apurado semestralmente, e até então, com regramento anterior à Lei nº 13.820, deste ano, estabelecia-se que semestralmente o resultado do Banco Central, quando positivo, era transferido ao Tesouro Nacional em espécie e, quando negativo, era coberto por meio de título público federal. Isso gerava uma série de questionamentos e um problema de transparência no que diz





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

respeito à atuação do Banco Central e ao relacionamento do Banco Central com a União e com o Tesouro Nacional. Viu por bem o Senado Federal tratar desse tema, melhorar a transparência e a governança, ambos da atuação do Banco Central como condutor da política monetária e da questão fiscal do Governo Central, e, por meio do então Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2017, de autoria do Senador Ferraz, posteriormente transformado na Lei nº 13.820, de 2019, mudou o regramento de como se dá esse relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional. Acho que o tema foi amplamente tratado anteriormente, então só vou dar uma ideia do que está sendo feito, de como era e de como passa a ser feito agora.

Antigamente, o resultado do Banco Central era apurado semestralmente. Caso esse resultado fosse positivo, ele era transferido financeiramente para o Tesouro Nacional, gerando uma receita para o Tesouro Nacional. Quando esse resultado era negativo, ele era coberto por título público federal do Tesouro, que era aportado no Banco Central para a condução da sua política monetária. A partir da edição do projeto, o resultado do Banco Central, quando apurado semestralmente, caso seja positivo, passa a constituir uma reserva de resultado do Banco Central, que vai servir somente para compensação de débitos futuros do resultado do Banco Central, e, caso seja negativo, será absorvido, num primeiro momento, por essa reserva de resultado, e, caso não exista mais reserva de resultado ou ela seja totalmente consumida por meio dessa absorção de resultados negativos, passa-se a deduzir o patrimônio líquido do Banco Central, até o limite do patrimônio líquido do Banco Central chegar a 1,5% do ativo total do Banco Central. A partir desse momento, o Tesouro tem que aportar título público federal para recompor o patrimônio líquido do Banco Central, até retornar a 1,5% o ativo total do Banco Central.

Do ponto de vista institucional, o Banco Central apoiou essa proposta desde o início como um avanço institucional muito relevante para garantir maior transparência ao relacionamento do Tesouro com o Banco Central e à condução da política monetária por parte do Banco Central.

O segundo ponto que acho que foi amplamente tratado aqui diz respeito às operações compromissadas. Em relação a isso, parece-me bem direto que, do nosso ponto de vista, a operação monetária não é um objetivo do Banco Central, ela é simplesmente um instrumento. O objetivo último, o bem social que o Banco Central deve tutelar como sua missão institucional, é a estabilidade de preço. Existe uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

causalidade direta entre a estabilidade de preço, o estabelecimento das metas de inflação pelo Conselho Monetário Nacional, e a definição da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central. As operações compromissadas são uma forma de o Banco Central atingir a taxa de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária e, dessa forma, atingir a meta de inflação que foi dada como objetivo ao Banco Central pelo Conselho Monetário Nacional, de forma a atingir o seu objetivo único. Então, as operações compromissadas, elas são simplesmente um instrumento e um resultado daquilo que é estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional em termos de meta de inflação.

Como muito dito aqui também, as operações compromissadas chegaram a determinado volume muito em função do excesso de liquidez que existe no mercado financeiro. Esse excesso de liquidez tem várias causas: atuação do Tesouro, resultado fiscal do Governo Central, resultado da política cambial... Mas, de 2005 até 2012, e depois disso simplesmente mantendo-se de forma estável, a evolução do excesso de liquidez do mercado em decorrência das operações compromissadas, como foi dito acho que pelo Marcos e pelo Leonardo, deriva muito da decisão do País à época de ter um colchão de reservas internacionais para fazer frente a potenciais crises financeiras internacionais. Compartilho da leitura, tanto do Leonardo quanto do Marcos, de que esse seguro que nós compramos no passado em termos de reservas internacionais se mostrou muito efetivo para que o Brasil atravessasse uma série de crises com impacto muito minimizado e acrescento a isso a avaliação de que o resultado das reservas internacionais nos últimos 10 anos foi positivo, inclusive quando considerada a atuação do Banco Central no mercado cambial por meio dos *swaps* cambiais. Então, ele tem se mostrado um seguro muito eficiente, e, do ponto de vista financeiro, seu resultado tem sido inclusive positivo. E compartilho também da visão do Marcos de que o momento em que a probabilidade de sinistro num seguro aumenta não é o momento mais propício a se discutir se vale a pena se desfazer desse seguro.

A bem do tempo e para poder fomentar o debate, eu encerro por aqui a minha exposição inicial. Fico à disposição para perguntas, caso V.Exas. as considerem necessárias.

Obrigado. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós que agradecemos a palestra de V.Sa.

Encerradas as considerações dos expositores, iniciaremos o debate. Deixem-me ver a lista dos inscritos. *(Pausa.)*

Inicialmente, vamos passar a palavra ao Relator e autor do requerimento, o Deputado Hildo Rocha, para fazer seus comentários e esclarecimentos, para tirar dúvidas, enfim, para se manifestar sobre esse assunto tão relevante para o País. Em seguida, vamos seguir a lista de inscrições, que continua aberta.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão Mista de Orçamento, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, o que pudemos observar, com a apresentação dos diversos convidados que tiveram a oportunidade de aqui apresentar sua visão a respeito da Regra de Ouro, é que ela tem sido burlada ao longo dos últimos anos. Isso é fato.

Mas, realmente, a Regra de Ouro é importante para segurar o endividamento do País. E ela está na Constituição Federal, levada até por um Deputado do MDB, na época, de Pernambuco, cujo nome não recordei, tendo sido aprovada no período em que se discutiu a nova Constituição. Essa Regra de Ouro tem sido respeitada, mas vemos que, infelizmente, vai ter que ser quebrada. No entanto, estamos buscando que haja o menor impacto possível para o povo brasileiro. Com exceção da despesa de 2 bilhões e 400 milhões de reais para o pagamento previsto na Lei nº 12.541, de 2011, do REINTEGRA, considero que as demais despesas realmente têm que ser realizadas.

Ficaram-me algumas dúvidas e eu queria fazer algumas perguntas. O Ministro da Cidadania, o Osmar Terra, teve de sair, mas deixou alguém para representá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele deixou o Dr. Ayrton, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Cidadania, que poderá, então, responder no lugar do Ministro.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Está bom. Então, eu quero fazer a ele apenas duas perguntas. A partir de que mês será necessário o aporte orçamentário contido no PLN 4? Alguns dizem que é junho, outros dizem que é julho, outros dizem que é agosto e outros dizem que é setembro. Nós temos que saber a verdade a respeito da necessidade do aporte desse orçamento para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministério da Cidadania e quais são os programas que vão necessitar dessa dotação.

Tenho outra pergunta, que não sei se ele vai poder responder. O déficit da Previdência tem várias causas, por isso, nós estamos colocando mais 203 bilhões de reais para serem pagos aos beneficiários da Seguridade. Uma dessas causas é a fraude, outra é a inadimplência, além de outros motivos, como a questão atuarial. A pergunta é: por que essas fraudes ocorrem com tanta frequência e só são descobertas pela Polícia Federal e não pela Procuradoria-Geral da União, antes mesmo de se conceder o benefício? Isso tem ocorrido mensalmente, todo mês eu vejo notícia no jornal de que foi presa uma quadrilha, outra quadrilha e outra quadrilha. Não há fragilidade no controle interno do INSS, no Regime Geral de Previdência Social? E, com relação à inadimplência, que é grande também, o que tem sido feito? São só essas as perguntas.

Ao Sr. Eduardo Sampaio, que representou aqui o Ministério da Agricultura, pergunto se existe saldo no fundo rotativo do PRONAF; se o índice de inadimplência do PRONAF é alto e qual é esse índice; e quanto o Governo já disponibilizou, este ano, para o PRONAF. O Sr. Eduardo disse que 12 de junho será a data do anúncio do Plano Safra. A partir do dia do anúncio do Plano Safra, qual data será necessária para que esse orçamento esteja à disposição do Ministério da Agricultura? E quanto é necessário para pagar, a partir de agosto, o PRONAF e também o Plano Safra?

O Sr. Felipe Salto informou que, até 2026, vamos quebrar a Regra de Ouro. O que fazer para evitar isso? O que ele sugere para evitar isso? Ao quebrarmos a Regra de Ouro e nos endividar para pagar despesas correntes, os juros no mercado não vão aumentar? Outra pergunta é se a gestão da dívida está correta a seu ver e se concorda com a atual política monetária.

Ao Sr. Marcos Mendes, que é consultor do Senado, pergunto quantas vezes a Consultoria informou aos Congressistas sobre a iminente quebra da Regra de Ouro e a partir de quando foi dada essa informação. É necessário, realmente, pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida de 2 bilhões e 400 milhões de reais, como consta da Lei nº 12.541?

O Sr. Leonardo Obernaz, do TCU, disse que nós temos uma conta impagável. Se é uma conta impagável, como vai ser a situação de liquidez do País? O caminho do déficit começou em 2013. O TCU fez alguma recomendação em relação a isso?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

S.Sa. também disse que, caso não se aprove o PLN, o Supremo Tribunal Federal vai autorizar o pagamento. Com base em que informação S.Sa. faz essa afirmativa? S.Sa. conversou com algum Ministro do Supremo? S.Sa. tem conhecimento de algum fato ocorrido anteriormente, de que o Legislativo tenha demorado a autorizar algum pagamento e que o Supremo tenha tido uma atitude como essa?

Quanto ao Sr. Rodrigo Ávila, pelo que ele apresentou aqui, a atual política monetária é a mesma dos outros governos. Pergunto se ele concorda com isso. Essa política monetária tem sido, segundo S.Sa., a causa de todas as crises econômicas que temos vivido nos últimos 20 anos. Caso se pare com a remuneração dos saldos bancários feita pelo Banco Central, o que acontece? S.Sa. também apresentou, como alternativa para pagamento dessas despesas, outras receitas, no total de 354 bilhões de reais. S.Sa. acha que terá algum efeito negativo na economia utilizar parte desse dinheiro dos fundos? E quais seriam as alternativas apontadas para não se quebrar a Regra de Ouro?

Acho que são essas as questões que quero levantar aqui para os senhores, que fizeram belíssimas apresentações e a quem quero agradecer bastante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos, então, às respostas dos questionamentos pela ordem das perguntas.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu não sei quantos Deputados estão inscritos, se o debate vai continuar, qual é a ideia da sessão e do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Alguns inscritos não estão mais presentes. A nossa ideia era que os palestrantes respondessem ao Relator, que fez vários questionamentos, e, depois, que fizéssemos um bloco só dos que estão inscritos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. perguntou demais e acho que eles têm que responder. *(Risos.)*

Há sete inscritos. Não estão mais presentes o Deputado Lucas Gonzalez, o Senador Luiz Carlos do Carmo e o Deputado Edmilson Rodrigues. Encontram-se presentes V.Exa., a Senadora Kátia Abreu, o Deputado Cacá Leão, o Senador Izalci e o Deputado Bohn Gass. Então, temos quatro inscritos. Está fácil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra os palestrantes, para responderem ao autor do requerimento.

O SR. AYRTON GALICIANI MARTINELLO - Boa tarde, Deputado Hildo.

Em relação aos questionamentos do INSS, com a Medida Provisória nº 870, o INSS agora está no Ministério da Economia. Mas o Ministro apresentou, na fala dele, o processo de batimento e de cruzamento de dados que foram feitos durante esses anos, o que gerou uma economia de 15 bilhões de reais, 8 bilhões ao ano. E é uma economia perene, que todos os anos vai se repetir, só com o auxílio-doença.

Em relação ao período em que vamos necessitar do orçamento, na última tabela que ele apresenta — essa tabela foi feita lá na SPO — Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, acompanhando a execução do Orçamento —, agora em maio, os recursos estão esgotados para o BPC-Idade. Então, para junho, já não temos mais orçamento para pagar o BPC- Idade.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Está no quadro?

O SR. AYRTON GALICIANI MARTINELLO - Sim, está no penúltimo quadro. E quanto ao BPC da pessoa com deficiência, nós temos recurso até junho, então, em julho, não teremos recurso para ele. O Bolsa Família vai até setembro, que é o último mês que vamos ter recurso para pagamento. Então, setembro, Bolsa; BPC para pessoa com deficiência, até junho; e o BPC-Idade, agora em maio encerrou o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o próximo expositor. Quem for falar, por favor, se apresente.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES - Eu sou Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Eu não falei algo na minha apresentação, o que foi uma falha. O orçamento de que tratei aqui não está sob a administração do Ministério da Agricultura. O orçamento de subvenção, que é o necessário para poder rodar o famoso Plano Safra, compõe o orçamento das operações oficiais de crédito e é supervisionado pelo Ministério da Economia.

O senhor perguntou sobre a inadimplência do PRONAF, mas eu não tenho esse número aqui. A inadimplência do crédito rural está na casa dos 2%. O PRONAF está na média. A inadimplência do crédito rural é surpreendentemente baixa, para quem não acompanha isso diuturnamente. Isso é bom e ruim: é bom porque é uma taxa baixa, é óbvio, mas é ruim porque indica que os bancos são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bastante seletivos na aplicação do crédito e, então, protegem o sistema. Mas o fato é que os bancos são muito seletivos.

O desembolso no PRONAF até agora, de 1º de julho do ano passado até o final de abril deste ano, atingiu 20 bilhões e 363 milhões de reais. Na outra safra, arredondando, foi de 17 bilhões e 800 milhões de reais. A previsão é de que, neste ano, quando se fechar o ano-safra em 30 de junho, ele chegue a 24 ou 25 bilhões de reais.

O senhor fez perguntas que eu não posso responder, mas eu vou aproximar os números aqui. Em relação à data necessária, eu consultei o Tesouro hoje, antes de vir para cá. A Ministra Tereza Cristina e o Governo Federal pretendem anunciar o Plano Safra no dia 12 de junho. É uma data conveniente em razão daquilo que eu falei antes: o grosso do desembolso ocorre em setembro e outubro, e o quanto antes eu anunciar o Plano Safra melhor. Eu tenho que esperar fechar o ano-safra, então, geralmente, nos últimos anos, ele tem sido anunciado na primeira quinzena de junho.

O Tesouro precisa de alguns dias para, uma vez aprovadas as portarias, fazer os procedimentos internos, que são de 10 a 15 dias. Então, obviamente, a Ministra não poderá anunciar o Plano Safra se esse projeto de lei não tiver sido aprovado. Ela não pode anunciá-lo porque, depois, o projeto pode não ser aprovado. Então, esse projeto tem que ser aprovado até o dia 9 ou 10 de junho, na minha visão, muito reducionista aqui, de Plano Safra.

Quanto é necessário? Disso eu posso falar menos ainda. No ano passado, foram gastos 10 bilhões de reais com essa subvenção. Eu não tenho aqui o número preciso, mas vou falar um número muito aproximado, muito próximo da realidade. Foi um pouco menos da metade para o PRONAF e um pouco mais da metade para os demais produtores. Este ano, com a engenharia que nós estamos fazendo lá, vai se inverter isso aí e deve ser um pouco mais da metade disso para o PRONAF. Se tivermos 10 bilhões de reais — este é um número redondo, pois eu não posso precisar, mesmo porque não sei e porque estamos negociando —, deverá ser um pouco mais da metade desses 10 bilhões de reais para o PRONAF e um pouco menos da metade desses 10 bilhões de reais para os demais produtores. O total, então, são 10 bilhões de reais. A conta, hoje, chega a 10 bilhões e 187 milhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Está incluído o seguro?

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES - Não está incluído o seguro, Senadora. Foi bem lembrado. O seguro, em tese, está fora dessa conta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo, por favor.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Eu sou Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal.

A questão que o Deputado Hildo Rocha coloca é bastante importante, porque o que nós fazemos é traçar cenários. Projeções e estimativas têm sempre risco de não se realizarem, mas elas são úteis porque indicam as tendências e os riscos para cima e para baixo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É o Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente, do Senado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Então, a questão do rompimento da Regra está projetada, pelos nossos cálculos, a partir de 2026. Por quê? A projeção...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou pedir que fiquemos esperando o Deputado Hildo Rocha, que teve que fazer uma votação nominal. Eu acho melhor nós esperarmos o Deputado porque as respostas vão ser dadas basicamente para esclarecimento das dúvidas dele. Então, vamos ficar pacientemente esperando.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, como eu tenho que votar, poderia usar de um tempo? Estou inscrito em terceiro lugar. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo. Fique à vontade.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu percebi que a data de corte, 2026, ainda que não explicada da forma como eu esperava que fosse, está relacionada a um problema que se tornou central: a Emenda Constitucional nº 95. Não há solução. Com toda sinceridade e todo respeito, eu acho que um instituto independente deveria exercer uma reflexão mais crítica sobre esse caminho adotado.

Aliás, eu queria dizer que, às vezes, Deputados e Senadores usam adjetivações, são motivos de tensões aqui e até de desforços físicos. Isso é comum no Parlamento. Mas acho que convidados usarem expressões e adjetivações em relação a outros que aqui têm vindo para contribuir, porque divergem...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por exemplo, há leis que dificultariam hoje que se tocasse em reservas. Há gente séria. Vou citar um que estava na Mesa anterior: o Deputado Hauly. Alguém duvida que ele é um liberal, ele que é um Deputado tucano com oito ou nove mandatos? Não. Mas ele é um que diz que nós mantemos recursos bilionários, remunerados à ordem de 1% ou menos — às vezes, são juros negativos como em países desenvolvidos, como os Estados Unidos — e, emitindo títulos, endividamos o País a juros estratosféricos. Isso ninguém questiona.

Mesmo uma medida que tivesse esse foco esbarraria em ilegalidades. Mas ela não tem que ser vista como qualquer canalhice, até porque lei se muda, até porque ninguém propõe que se esvaziem reservas. Mas há momentos em que o Estado tem que ter a responsabilidade de fazer justiça fiscal. Mas fazer justiça fiscal aumentando sacrifício dos pobres com a reforma da Previdência, eu diria que é uma canalhice.

O Dr. Fagnani, economista da UNICAMP, provou, matematicamente, desenvolvendo um trabalho encomendado pela FENAFISCO e ANFIP, que o Governo Federal, se quiser construir outro caminho, constrói. E ele não avançou tanto para outras alternativas, como a apresentada pela Dra. Maria Lúcia Fattorelli na reunião passada ou pelo Rodrigo hoje; ele analisou apenas que, se taxar em 35% e 40% o Imposto de Renda de quem ganha, respectivamente, acima de 40 mil reais e de 60 mil reais, isso gerará, em 10 anos, uma economia de 1 trilhão e 570 bilhões de reais. Isso é matematicamente comprovado por um camarada que tem pós-doutorado em várias universidades estrangeiras, respeitadíssimo na academia. Ele não está brincando, não é um canalha, não está brincando de fazer proposta. É claro que você atingiria, com isso, 750 mil pessoas que ganham muito, mas que, com 40% de 60 mil reais, ainda assim, permaneceriam ganhando mais do que 30 mil reais num país que paga menos de mil reais de salário mínimo.

Mas por que esse é o único caminho? Por que aumentar tanto, de 27,5% para 35% ou 40%? Por que não aumentar um pouco e, em vez de 1 trilhão e 570 bilhões de reais, ter alguma economia menor do que isso, mas significativa? Por que não taxar lucros e dividendos, por exemplo? Ninguém pensa em outro caminho? É brincadeira dizer que o que era feito até 1997 pode ser feito de novo?

O Fernando Henrique deu uma justificativa histórica. Nós vivemos uma situação de depressão econômica praticamente, pois estamos falando em 1,1% de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescimento — o que não é uma verdade, pois não é crescimento real —, e não queremos adentrar caminhos diferentes, para viabilizar um equilíbrio fiscal que não seja o de matar os pobres de fome.

Sinceramente, o Dr. Fagnani diz que essa proposta de reforma atinge 35 milhões de pessoas que vivem de salário. Alguém deixou de ler aqui os arts. 50 e 51 da PEC 6, pessoal? É uma vergonha! O art. 50 diz que os muito ricos se aposentam mais cedo, com tantos anos de trabalho, e ganham, em média, 2 mil e 231 reais; os muito pobres se aposentam mais tarde, trabalham mais tempo e se aposentam com mil duzentos e poucos reais. Ora, pelo amor de Deus! O critério de "muito ricos" são os 2 mil e 231 reais? Está aí no projeto do Paulo Guedes!

O Paulo Guedes responde a processo, denunciado pelo TCU, que está aqui representado, de um possível desvio de 1 bilhão de reais de fundos de pensão de estatais, pessoal! Aí nós vamos adjetivar aqui, achincalhar quem está querendo discutir e refletir sobre outros caminhos possíveis?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson Rodrigues, peço que conclua.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Para concluir, acho que é possível. Querem ver uma coisa? Há estudiosos sérios que dizem que, se retomássemos algo em torno de 20%, quiçá 15%, sobre lucros e dividendos, isso poderia gerar algo em torno de 50 bilhões de reais, que é a metade do que o Paulo Guedes diz querer economizar para estabelecer um crescimento para o País, que não sei de onde vem. Não vejo, não tem outro caminho. Então, acho que não vamos ter muita saída.

Deputado Hildo Rocha, eu vou concluir. Eu trouxe até um artigo de uma moça que não é economista, mas é do INESC. Em um momento aqui, ela usa um argumento que acho correto. Não é um argumento dela, mas de algum jurista importante. Vou concluir com essa informação. Ela diz o seguinte: *"A Constituição, ao disciplinar a exceção ao equilíbrio entre receitas de operações de crédito e despesas de capital, pressupõe a existência de um equilíbrio original entre os respectivos montantes da LOA — Lei Orçamentária Anual. E é nesse ponto que a LDO de 2019 torna-se inconstitucional, por já prever que a LOA de 2019 será elaborada sem o equilíbrio entre receitas de operações de crédito e despesas de capital"*. Trata-se da Dra. Grazielle David, do INESC.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou concluir dizendo que isso é apenas uma reflexão, mas que merece ser considerada, porque nós, talvez, caímos numa inconstitucionalidade ao fazermos um Orçamento fictício e criarmos uma camisa de força.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, por favor.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Vou concluir.

Qual é a força dessa camisa, Deputado Hildo? Aqui, um palestrante do IFI disse: *"Pode ir de 16 bilhões a 200 bilhões"*. O segundo palestrante, o Leonardo, apresenta dados e mostra as razões pelas quais isso não é tão preciso.

Eu quero ser muito sincero, sem querer adjetivar, mas substantivando: nenhum desses argumentos, nem em conjunto, justifica que você possa ter uma margem entre 16 bilhões — e não 95 bilhões — e 200 bilhões de reais, aliás 249 bilhões de reais. O Governo fala em 248 bilhões e esquece que novecentos e tantos milhões é muita coisa. Então, estamos falando aqui de 249 bilhões de reais.

Como vamos autorizar isso assim? *"Podemos precisar de 16 bilhões, de 20 bilhões, de 30 bilhões, quiçá possamos precisar de mais!"* — aliás, possamos precisar, não; o Executivo pode precisar. Aí já estaremos antecipadamente autorizando, quando ainda se argumenta que essa é apenas a primeira de, pelo menos, sete autorizações que daremos, rompendo a Regra de Ouro. E alguns dizem aqui que ela é fundamental. Eu também acho. É fundamental, mas está sendo violentada, estuprada por quem defende que ela é fundamental para o nosso equilíbrio fiscal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar com as respostas.

A palavra está com o Sr. Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Agradeço ao Deputado Hildo Rocha pela questão, que me permite dar explicações também ao Deputado Edmilson Rodrigues a respeito dos cenários.

A Instituição Fiscal Independente, que eu dirijo — aliás, é dirigida por um colegiado; somos três diretores e temos um diretor-executivo, todos com mandato fixo conferido pelo Plenário do Senado Federal —, é técnica, apartidária, 100% composta de pessoas com mestrado ou doutorado em economia, finanças públicas ou áreas afins, incluindo os técnicos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tudo o que falamos em audiências e em palestras está publicado, como é o caso da Regra de Ouro. Eu vou deixar com o Presidente Marcelo Castro três cópias do nosso estudo sobre a Regra de Ouro, divulgado em abril do ano passado, quando já alertávamos sobre essa questão do rompimento da regra. Vou deixar esse material também com o Deputado Hildo Rocha e vou encaminhá-lo para o gabinete do Deputado Edmilson Rodrigues.

É importante fazer esse *disclaimer*, porque a IFI é uma instituição recente. Só temos 2 anos e meio de existência. Então, é natural que algumas reações ainda aconteçam quando expomos os cenários, que são difíceis mesmo.

Como é que chegamos a essas contas? O que fazer para que a regra não seja rompida? Foi o que perguntou o Deputado Hildo Rocha. Eu vejo três caminhos, porque, de um lado da equação da Regra de Ouro, há déficit primário e juros; de outro lado, há investimentos. Vou simplificar. Como é que se reduz o déficit primário? Temos que mudar a trajetória dos gastos obrigatórios. Por quê? Cinco gastos — Previdência, que é o INSS; pessoal, pagamento de salários; servidores aposentados, pensões e aposentadorias; BPC; e abono salarial com seguro-desemprego, que são benefícios bastante similares — representam 75% do orçamento primário. Então, é impossível falar em ajuste fiscal sem discutir o gasto primário obrigatório, por conta do peso que ele tem.

É lógico que fazer também ajustes nos gastos discricionários é possível. E é o que tem sido feito nos últimos anos, nas últimas décadas. Só que o gasto discricionário hoje representa 101,2 bilhões. Ele representava 200 bilhões em 2014. Já caiu pela metade. Há um mínimo necessário para o funcionamento da máquina.

O outro caminho para que a regra possa continuar sendo cumprida é claro: reduzir juros. Mas como se reduz juro? A raiz do problema dos juros é fiscal. Então, volta-se à questão: como é que podemos ter uma taxa neutra de juros mais baixa? Com medidas que aumentem a produtividade, a capacidade de produção do País, a competitividade, o que tem a ver com a abertura comercial. É muito complexo! Reduzir juros não é na canetada, como já foi feito no passado e gerou o efeito exatamente oposto.

O terceiro caminho é aumentar investimentos. Ao conter o gasto obrigatório, automaticamente, ao longo do tempo, a receita vai aumentar. A economia crescendo mais, vai sobrar mais recurso para investir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, a Regra de Ouro fará mais sentido nesse contexto de ajuste macroeconômico mais amplo. Essa situação que temos hoje não vai mudar da noite para o dia. Acho que o Marcos Mendes colocou bem na palestra dele: há dois problemas que precisam ser separados. Um é o estrutural. Como V.Exas. vão querer que a Regra de Ouro caminhe daqui em diante? Essa é uma discussão estrutural. A discussão de hoje, ou melhor, de ontem é a aprovação de crédito para que não haja *shutdown*, a paralisação da máquina pública.

Essas são questões que precisam ser bem separadas. Nos cenários da IFI, nós podemos inclusive detalhar quais são as premissas — já respondendo também ao Deputado Edmilson. Nós estamos totalmente abertos para discutir. Como ele disse, o contraditório é essencial. Aliás, a IFI faz esse papel de estabelecer o contraditório com o Poder Executivo também nas suas projeções e nas suas estimativas.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Houve duas perguntas que você se esqueceu de responder; ou respondeu e eu não estava aqui, porque tive que ir ao Plenário para votar.

Com mais esse endividamento, o juro no mercado não vai aumentar? A gestão da dívida está correta?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Eu acabei me alongando na primeira resposta.

Os juros de mercado reagem. Não é da SELIC que estamos falando. A curva a termo de juros, como os economistas chamam, a precificação do juro para cada prazo certamente pioraria num contexto de rompimento da Regra de Ouro. No nosso cenário pessimista, quando se contempla rompimento de regras ou coisas mais graves, evidentemente o juro real aumenta. Isso é péssimo para a economia.

Quanto ao segundo ponto, sobre gestão da dívida, eu acho que há, sim, avanços que precisam ser feitos. Até na linha do que o colega Ávila comentou, nada impede que se discuta uma gestão melhor da dívida pública. Por exemplo, conjuntamente o Tesouro e o Banco Central podem mostrar os dados das operações compromissadas, o custo de se fazer dívida. Os dados hoje — é preciso dizer — são todos públicos. Para quem quiser fazer conta, há uma infinidade de dados prestados pelo Banco Central e pelo Tesouro, o relatório mensal da dívida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Enfim, há avanços que podem ser feitos. Mas, nessa matéria de transparência e de gestão, já houve uma melhora muito grande, sobretudo desde a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, nos anos 80.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu chamo a atenção de todos aqui: dado o adiantado da hora, por favor, procurem cumprir o tempo regimental.

Passo a palavra ao próximo orador.

O SR. MARCOS JOSÉ MENDES - Sou Marcos Mendes, da Consultoria Legislativa.

A primeira pergunta é: quantas vezes a Consultoria informou o risco de quebra da Regra de Ouro?

Eu estive fora da Consultoria por 3 anos, mas acompanhei o trabalho das duas Consultorias, a do Senado e a da Câmara, que debateram intensivamente o assunto, inclusive prepararam propostas de emenda à Constituição alterando a Regra de Ouro. Esses projetos estão tramitando. Então, esse assunto está efetivamente em debate já há algum tempo, inclusive com equipes técnicas discutindo com o Tesouro Nacional.

A segunda pergunta é: qual é o custo de pedir esse dinheiro emprestado para a sociedade brasileira?

Nós já estamos fazendo isso desde 2015, quando entramos em déficit primário. Nós temos que separar o que é efetivamente aumentar o endividamento e o que é ter autorização orçamentária para fazer esse endividamento. Esse endividamento já vem acontecendo pelo simples fato de que se arrecada menos do que se gasta. Na nossa casa é assim: se a conta não fecha, temos que pedir dinheiro para alguém, para pagar a conta no fim do mês. Então, a aprovação do crédito não vai representar nenhum estímulo ou nenhuma autorização para se endividar a mais. Isso tem que ficar muito claro. É uma questão de fonte orçamentária.

Permita-me também esclarecer esta questão: *"E se o valor for 16 bilhões de reais e não for 248 bilhões de reais?"* Se o valor for 16 bilhões de reais, ótimo! Haverá outras fontes orçamentárias para pagar essa despesa. Não há nenhum incentivo para o Ministério da Economia se endividar além do necessário. Como eu falei, toda política econômica está sendo feita tendo como um dos objetivos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

principais conter o crescimento acelerado da dívida pública, que é um dos nossos maiores problemas.

Com relação ao juro, se vai subir, eu acho que o juro vai subir se houver uma sinalização do Congresso Nacional de que haverá uma ruptura no processo de execução do Orçamento Federal, se houver uma insegurança em torno da execução ou não de despesas públicas. Isso dependerá de quais serão os próximos passos a serem dados para encontrar outras fontes para financiar as despesas. Isso, sim, faz subir o juro, porque faz subir a incerteza e cria um ambiente de muita desconfiança.

Por fim, foi citado que a raiz do problema seria a Emenda Constitucional nº 95. Pelo contrário, a Emenda Constitucional nº 95 faz parte da solução, na medida em que contém o crescimento da despesa — e o crescimento da despesa é a origem, é a fonte principal do rompimento da Regra de Ouro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Próximo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Sou o Leonardo, do TCU, e tenho duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - A primeira questão é sobre recomendações.

Excelência, acho que o primeiro ponto seria observar o seguinte. Nos últimos dias, oportunamente, eu estive examinando o relatório das contas do Governo, que emitimos anualmente. Para mim, foi bem curioso encontrar alguns dos problemas que estamos discutindo hoje aparecendo ali com alerta desde aquela data. Por exemplo, a Previdência, no relatório de 2011, aparece exatamente como uma questão cuja sustentabilidade poderia ser discutida desde aquele momento. Então, há várias questões desse tipo.

Um pouco mais adiante, começamos a ter alertas, talvez na casa de dezenas de recomendações a cada ano, falando de alguns problemas, de irregularidades mesmo, de problemas de transparência na gestão orçamentária, na gestão fiscal, culminando, por exemplo, nas operações de crédito irregulares junto a bancos públicos.

Então, em todos esses anos, uma série de apontamentos foi trazida para mostrar um pouco o quadro de deterioração fiscal que vivemos e que nos traria a essa crise que vivemos hoje, uma crise grave e, como todos disseram, uma crise da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

qual é muito difícil sairmos. Todas as discussões aqui mostram a complexidade de desmontar esse quadro.

Sobre a segunda pergunta, a pergunta sobre o STF, eu vou aproveitar a oportunidade para calibrar a minha resposta ou a minha fala, excelência. De fato, nós temos um problema que é constitucional. Temos uma vedação da Regra de Ouro, que é uma vedação constitucional. De outro lado, temos uma série de obrigações que constituem direitos para as pessoas, que também têm origem, em alguns casos, legal, e, em boa parte dos casos, constitucional. Então, vai haver um conflito entre leis ou dispositivos constitucionais, o que fatalmente chegará ao STF. É verdade que é impossível dizer como o STF...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Mas é só no ano que vem.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - É, e eu não disse em qual momento isso vai acontecer. Pode demorar, pode acontecer muito mais adiante. Mas a ponderação é: normalmente, quando temos uma situação de direitos sociais mais imediatos e regras fiscais, no STF, o padrão tem mostrado decisões a favor dos direitos sociais em detrimento das regras fiscais. Sem nenhum tipo de juízo, é isso o que tem acontecido. Foi só uma inferência. Realmente, não dá para assegurar que isso vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há mais alguém para responder? (*Pausa.*)

Não.

Vamos aos inscritos.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - O Rodrigo irá responder.

O SR. RODRIGO ÁVILA - Obrigado, Senador Marcelo Castro, pela oportunidade.

Deputado Hildo Rocha, obrigado pelas perguntas. O que ocorreria se o País parasse com essa remuneração da sobra de caixa dos bancos? O que poderia ocorrer no caso de verificarmos esses 354 bilhões de reais que temos na conta única, que não têm nada a ver com novos empréstimos, que são recursos muitas vezes até primários mesmo, receitas primárias?

Se nós continuarmos com essa política de entesourar, de fazer dívida para deixar dinheiro parado no caixa, eu creio que vamos entrar, sim, numa bancarrota social. O desemprego é absurdo, e gente desempregada não contribui para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Previdência. Quando não contrata, demite e diminui a sua produção, a empresa não contribui com tributos. Se não mudarmos essa política, talvez no ano que vem ou daqui a 2 anos, vamos continuar debatendo aqui como é que se cumpre a Regra de Ouro, sem mudar essa política que deixa mais de 1 trilhão de reais de sobra de caixa de banco no Banco Central remunerando, gastando 1 trilhão de reais em 10 anos em juros com operações compromissadas — são diversos trilhões de dívidas que surgem para pagar juros, dívidas para entesourar no caixa único. Há mais de 600 bilhões de reais no caixa único, parados, sob a justificativa de fazer colchão de liquidez para pagar a dívida. Por quê? Porque a Emenda Constitucional nº 95 não deixa esses recursos serem investidos. Se esses recursos fossem investidos, só a arrecadação tributária do investimento do caixa único já acabaria com o déficit. Tudo isso constitui debates importantes a serem feitos. Existem visões antagônicas aqui. Eu estou no 7 a 1, mas estamos firmes na nossa posição.

Então, o problema é o seguinte: o desequilíbrio fiscal vem de onde?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esses 7 a 1 não fazem bem à memória, não. (*Risos.*)

O SR. RODRIGO ÁVILA - Estamos aqui falando em desequilíbrio fiscal. O desequilíbrio fiscal vem de onde? Muita gente diz: "*Quem deve muito paga juros altos*". Fizemos superávit primário de 1 trilhão de reais de 1995 a 2015, e a dívida foi multiplicada 40 vezes.

Esse negócio de que tem que fazer superávit primário, atrair o capital estrangeiro no início do Plano Real, fazer dívida decorrente de *swap* para fazer colchão de liquidez, pagar juros: isso tudo, sim, é que gera dívida, não é o desequilíbrio primário. Até porque nós tivemos 1 trilhão de reais de superávit primário, e a dívida foi multiplicada por 40.

O que resolve mesmo, respondendo objetivamente ao Deputado Hildo Rocha, é investir pesado na economia. Por exemplo, nos Estados Unidos — não é na Venezuela, não! —, com a auditoria oficial do Federal Reserve — FED, botaram 13 trilhões de dólares para salvar bancos. Por que será que os Estados Unidos estão crescendo? Por que será que Portugal está crescendo? E por que os países que fizeram a política de austeridade, como o Brasil e outros, estão lá embaixo e ficam discutindo desequilíbrio fiscal? Se mudássemos essa política e colocássemos 1 trilhão de reais de sobra de caixa dos bancos na economia, para circular, o que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aconteceria? O banco teria que emprestar, não deixaria parado o dinheiro, para não perder. Para emprestar mais de 1 trilhão de reais do caixa dos bancos, teriam que abaixar os juros. Isso é óbvio. Por que os juros, hoje, no mercado são tão altos para pessoas e empresas? Os bancos têm a opção de entregar para o Banco Central.

Há quem fale: *"Mas, se não fizer isso, vai dar inflação"*. Os Estados Unidos o que fizeram? Colocaram trilhões lá. Qual é a capacidade ociosa da nossa economia? É imensa. Há setores que estão com 40% de capacidade ociosa. É uma questão de investimento. Não gera inflação na situação atual.

Há uma última questão que foi perguntada: haveria uma alternativa ao PLN 4/19? Nós temos 354 bilhões de reais no caixa único de diversas fontes: *royalties* do petróleo, arrecadação própria de diversos órgãos. São recursos que, estranhamente, estão contingenciados. Por exemplo, a Agência Nacional de Mineração, que fiscaliza as barragens de rejeitos, tinha 1 bilhão de reais no caixa, mas só pôde usar 300 milhões. E aí ocorreu o que vimos. Este é só um exemplo aqui.

É preciso fazer um estudo urgente para verificar onde — em cada órgão — estão esses 354 bilhões de reais e como eles podem ser gastos hoje. Provavelmente, se fossem colocados lá, nem precisaria do PLN 4/19.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos passar a palavra aos inscritos.

A Senadora Kátia Abreu está com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, eu vou me concentrar praticamente no Banco Central, por conta da importância de medidas que podem ser tomadas para nos ajudar. Depois falarei do PLN 4/19.

Eu gostaria de saber se o Banco Central tem o desejo de ser um Banco Central independente. Essa é a voz geral no País. Nos Estados Unidos, não existe uma lei que dê independência ao banco central, que é independente naturalmente. Ninguém toca no FED nos Estados Unidos. Mas aqui acham isso necessário. Se for para o bem da economia, para mim não há nenhum problema.

Eu faço uma pergunta como Parlamentar — talvez o Ministro da Economia não possa fazer isso publicamente, mas nós podemos. Nós estamos com a taxa de juros SELIC em 6,5%. Isso provoca uma taxa real de juros de 2,5%. A nossa taxa de equilíbrio também é de 2,5%, ou seja, nós chegamos ao ponto do equilíbrio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exatamente do mesmo tamanho do juro real. Isso, em qualquer lugar do mundo, indicaria, numa recessão como a que nós estamos, um caminho e um passo muito seguros para baixar os juros. Quando se chega à taxa de juros real igual à taxa de equilíbrio, não há risco de que isso provoque o aumento de inflação.

Então, por que o Banco Central, num momento tão difícil como este, não experimenta abaixar a taxa de juros? Não estou pedindo irresponsabilidade. Eu estudei para perguntar isso e procuro compreender o tema, porque eu odeio "economentiras", "econobrinCADEIRAS". As pessoas acham que nada tem custo na vida. Tudo tem custo. A expressão que eu procurava era "economágica". Desculpem-me. Não quero aqui sugerir "economágica".

Nós sabemos que há uma rara crise no Brasil, uma das piores, como todo o mundo sabe. Os economistas dizem isso. O próprio Paulo Guedes disse isso aqui nesta sala. Trata-se de uma crise diferente. Nós estamos vivendo uma crise de demanda. Hoje, a produção nacional está produzindo 6% a menos do que a sua capacidade. Por quê? Não há quem compre. Então, isso é crise de demanda.

Se eu tenho crise de demanda, uma das ações mais importantes neste momento é abaixar os juros, para fazer com que as pessoas sejam estimuladas a tomar empréstimo e gastar, a fim de fazer girar a economia.

A outra questão é a seguinte: existe uma luta muito grande para baixar os *spreads* dos bancos. Se nós pegarmos uma cooperativa de crédito e compararmos os *spreads*, os juros e os prazos, dá vontade até de rir — como são mais competitivas as cooperativas de crédito!

Existem várias medidas que não podem ser tomadas na marra, como apresentaram ali. Em relação a abaixar os juros, eu concordo. Mas existem instrumentos para forçar a barra. Nós votamos o cadastro positivo. Isso foi maravilhoso, porque era uma exclusividade bancária. Nós só conhecíamos o cadastro negativo. O banco não sabia quem era bom cliente, a não ser o dono do seu próprio cadastro. Isso foi um passo importante. Na agenda do Banco Central, a *Agenda BC+*, muita coisa já foi feita, graças a Deus! Avançou bastante, mas existem coisas ainda muito importantes a serem feitas, como, por exemplo, a central de recebíveis de cartão de crédito. Um dos diretores que estive lá no Senado disse que só vai fazer isso no ano que vem. Eu não aceito essa justificativa. Ela não tem explicação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que significa isso? Por exemplo, eu vou a uma unidade das Lojas Pernambucanas e faço uma compra parcelada no cartão de crédito. O meu cartão de crédito é de um determinado banco X — não vou fazer propaganda. As Lojas Pernambucanas ou qualquer comerciante do Brasil só podem descontar as dez parcelas que eu comprei no banco que é dono do meu cartão. Então, quando vou lá e peço o meu dinheiro à vista e compro as minhas dez parcelas, como ele é o dono do meu crédito, ele paga e desonera as minhas parcelas no juro que ele quer, que é estratosférico.

O que é a central de recebíveis de cartão de crédito? Todos os recebíveis vão para um balaio só — do banco A, do banco B, do banco C, do banco D. Assim, todo o mundo pode ver: *"Opa! Ali tem um crédito do banco A ou do banco C. Vou oferecer para o dono das Lojas Pernambucanas juros mais baratos e vou comprar a dívida dele"*. Então, acaba a exclusividade dos descontos das minhas parcelas de cartão de crédito, e nada impede que um fundo privado estrangeiro ou nacional também seja criado para comprar esses recebíveis. Isso vai gerar uma disputa, vai virar um ninho de gato, graças a Deus, atrás de um pagamento melhor para esse lojista que recebeu o pagamento parcelado no cartão de crédito. Essa é uma trava bancária que existe hoje.

Vamos supor que a minha dívida seja X e que eu tenha um parcelamento de Y. Nada impede, é claro, que a trava seja em cima do principal, para garantir o pagamento ao banco. Mas o restante nós temos que destravar, porque o crédito ou o débito é meu, não é do dono do banco. Eu é que estou devendo. O débito é meu — é do lojista. Eu posso negociá-lo com quem eu quiser. Para mim, essa é uma questão fundamental. Imaginem para onde iria o juro numa briga de cachorro grande como essa.

A outra questão é muito parecida. Por que vocês não implementaram até hoje a resolução do *open banking*? O que acontece? Eu tenho um dinheiro, vou ao banco e quero aplicar mil reais. Ou eu vou ao banco e tenho um débito de mil reais. Então, eu tenho tanto crédito como débito. Essa conta é minha ou é do banco? Essa conta é minha. Eu estou pagando taxa para esse banco, para ele segurar o meu dinheiro lá — o meu crédito ou o meu débito. Não devo favor nenhum a ele. Ele não é dono de nada meu. A dona sou eu. Então, eu posso autorizar, voluntariamente, o *open banking*, posso autorizar que as minhas operações sejam abertas. O banco D vai





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abrir as operações do outro banco concorrente, vai conhecer tudo e vai me ligar: *"Você tem um débito aí. Eu compro seu débito com juro de 1% ao ano"*. Ou, quando você vai aplicar o seu dinheiro, ele diz: *"Você está aplicando por quanto?" "Eu estou aplicando no CDI mais 90%."* *"Pois eu te pago CDI mais 100%".* É concorrência!

A conta é minha. Eu quero abrir a conta para todos os bancos. Por que o banco tal se acha dono da minha conta e cobra de mim uma taxa de juro estratosférica? Isso é resolução do Banco Central. Não estou falando nada que dependa do Congresso aqui.

Outra coisa são os pagamentos instantâneos. Quando nós vivíamos noutro planeta, quando não existia a informática, não existiam os meios eletrônicos, justificavam-se as TEDs e os DOCs. Lembram-se daquela coisa antiga? Hoje você faz isso na velocidade da luz. Deitado na cama, você faz as TEDs e tudo mais. Por que, então, tarifas tão elevadas? E o Banco Central permite uma coisa dessas. Vocês poderiam fazer uma regulamentação, sim. Não é uma regulamentação de juros, mas sim de tarifas. A mão do Estado tem que pesar firme. Não pesa firme na tarifa de energia? Não pesa firme na tarifa dos aeroportos? Por que não pegam firme na tarifa de banco? Vocês precisam regulamentar, o mais urgente possível, essas tarifas para TED e DOC, cuja despesa é zero. Nós exigimos que vocês façam jus ao seu serviço público, aos seus salários e ajudem o Brasil. Vocês fazem isso muito bem. Aliás, eu quero ressaltar a competência do Banco Central. Não estou fazendo uma crítica destrutiva, não. É só um aperto mesmo, porque nós temos o direito de apertar.

Finalizo, Sr. Presidente, só fazendo aqui uma consideração. Eu sou oposição ao Governo Bolsonaro. Não votei nele e não votaria. Votei em outro candidato, mas ele é o Presidente da República. Eu não estou aqui defendendo o Bolsonaro, mas vou votar a favor do PLN 4/19, vou votar integralmente nele, porque não há prejuízo nenhum. É apenas o deslocamento de uma fonte para outra. A despesa é de BPC, é de agricultura, a despesa é de pensão. Então, a despesa só não tinha origem de fonte. Se deixar desse jeito, o homem pode ser "impeachmado", gente. Nós temos que aprovar o deslocamento.

Está escrito aqui: Bolsa Família, 6,5 bilhões de reais. Nós vamos aprovar isso. Vamos imaginar que os 6,5 bilhões não foram necessários e ele vai gastar 6 bilhões. E esses 500 milhões de reais? Ele vai torrar? Ele não pode. Ele só pode gastar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que foi aprovado no Orçamento em 2018. E se o Bolsa Família aumentar? Aí, sim, ele pode remanejar do valor total até 10% para cobrir o que falta — só! Ou então ele tem que voltar aqui e falar: *"Preciso de vocês de novo. Preciso de mais um crédito para pagar as despesas que foram feitas"*.

Para mim, não há problema. Eu acho que essa é uma sinalização importante. Temos que aprovar o mais rápido possível.

Imaginem: eu defendendo o Governo Bolsonaro! Eu estou defendendo é o Brasil, gente. Isso até compromete a minha reputação. *(Risos.)*

Eu quero dizer que estou votando pelo Brasil, estou votando pelos tocaninenses. Uma desgraça dessas aqui, se não for aprovada, gente, não é só o pessoal que não vai receber, não. A economia vai para o fundo do poço — se é que ainda existe fundo do poço. Vai virar um lixo. Então, nós precisamos aprovar isto aqui.

Colega Deputado, sobre as operações compromissadas, qual é o problema? Vemos 1 trilhão de reais numa conta. Dá até doidura, não dá? Um trilhão! Nossa, dá faniquito! Só que essas operações compromissadas vencem a cada 4 dias. Não tem como gastar essas operações compromissadas. Por que elas se chamam "compromissadas"? *"Eu te empresto. Tome seu título! Mas pague daqui a 4 dias."* Se eu usar esse dinheiro, onde eu vou arrumar outro para poder pagar aquele título que foi usado?

É importante deixar bem registrado — eu também ouvi isso aqui, não sei quem falou — que o que gera juro não é o déficit fiscal, e sim a dívida. É óbvio. Mas quem gera a dívida? É o déficit, porque eu lancei papel no mercado. Então, se eu devo 100 e existem 80, o que aconteceu com o déficit? Eu tive que comprar 20. Esses 20 não têm juro, não? É da mãe e do pai? Não! É "jurema" mesmo. Tem que pagar o juro.

Nós temos que acabar com o déficit fiscal para acabar com o juro. Não há outro jeito.

Então, nesse ponto específico, eu votarei com o Governo, porque estarei votando a favor do meu País, mesmo pondo em risco a minha reputação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Faço minhas as palavras da Senadora Kátia Abreu, mesmo pondo em risco a nossa reputação de oposicionistas. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com todo respeito aos palestrantes, a melhor aula que nós recebemos hoje à tarde foi a da Senadora Kátia Abreu.

Vamos ao próximo inscrito, o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Meu querido Presidente Senador Marcelo Castro, cumprimento V.Exa. e o nobre Relator da matéria, o Deputado Hildo Rocha. Cumprimento também os palestrantes, o meu querido amigo Ministro Osmar Terra, que já teve que nos deixar, o Eduardo Sampaio, do Ministério da Agricultura, o Rodrigo Ávila, o Felipe Salto, o Marcos José Mendes, o Leonardo Albernaz e o Rogério Lucca.

Deputado Hildo Rocha, espero que V.Exa. tenha conseguido tirar as suas dúvidas. Eu confesso que, em determinado momento, fiquei aqui um pouco mais confuso. Mas não poderia deixar de concordar com o Presidente Marcelo Castro, quando diz que muitas dessas dúvidas foram retiradas após a explanação da minha querida amiga Senadora Kátia Abreu.

O meu querido amigo Vereador Robinho, da cidade de Itabuna, que está aqui comigo, já está pesquisando para ver se o Município de Itabuna não infringiu a Regra de Ouro também. *(Risos.)*

Sr. Presidente, nós chegamos a uma situação na economia que eu acho que ninguém gostaria que chegássemos. A Regra de Ouro é uma amarra orçamentária, talvez uma das últimas, para evitar que o colapso chegue.

Eu ouvi atentamente todas as exposições aqui feitas. Concordo em gênero, número e grau com tudo o que foi dito pela Senadora Kátia Abreu. Eu também não sou da base do Governo, mas tenho responsabilidade com o nosso País e também sei da importância da aprovação do PLN 4/19.

Quando vamos tomar um crédito, quando vamos tomar um dinheiro, nós sempre procuramos o mais barato ou, se não puder ser o mais barato, o que cause menos prejuízo. Eu acho que é isso que o Deputado Hildo Rocha está tentando fazer aqui, ao ouvir todos os caminhos, todos os segmentos.

Eu gosto da teoria do Rodrigo Ávila, apesar de saber e de achar que ela ainda é inexecutável neste momento, Deputado Hildo Rocha. Eu acho que nós podemos estudá-la, sim. Eu já ouvi de alguns economistas que as reservas são importantes, mas que um país como o Brasil não precisa de tanto dinheiro assim lá fora. Então,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eu acho que é um estudo que podemos fazer, que esta Comissão aqui pode encampar.

Como a Senadora falou no início, na intervenção de um dos palestrantes, por que não pensar nesse recurso não para custeio, mas sim para investimento? Podemos pensar nesse recurso para investir em novas obras, para investir em construção de novas escolas ou até em parcerias público-privadas. Esse dinheiro poderia servir como crédito garantidor de parcerias público-privadas que melhorem diretamente a vida do cidadão brasileiro.

Eu não tenho questionamentos. As minhas palavras são apenas para parabenizar V.Exa. Por conhecer a sua capacidade, tenho certeza de que V.Exa. fará um brilhante relatório, que contará com o apoio desta Casa. De antemão, já adianto aqui o meu apoio ao parecer de V.Exa.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito, o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, obrigado.

Eu não pude participar da reunião toda, mas peguei uma parte da fala da Senadora Kátia Abreu. De fato, surpreendeu — pelo menos a mim, que sou novato — o seu conhecimento e sua explanação sobre o tema.

Vemos essa situação com muita preocupação, porque o País, de fato, passa por esse momento fiscal difícil. Precisamos refletir sobre Bolsa Família, sobre BPC, recursos de que as pessoas precisam lá em Minas Gerais, Estado que represento, ou em qualquer outro Estado. Então, é importante o PLN 4/19. Nós sabemos disso.

Eu bato nesta tecla sempre, em todas as reuniões: o tema merece a nossa reflexão, porque o País vive, de fato, um desafio fiscal muito grande. Recentemente, recebemos aqui o Ministro Paulo Guedes. Se nós não aprovarmos a nova Previdência, o déficit fiscal vai continuar e, no ano que vem, ele voltará para pedir mais dinheiro para o Bolsa Família, para o BPC, para outros fins, porque dinheiro não dá em árvore, recurso não dá em árvore.

Portanto, eu faço essa reflexão. Eu sou novato aqui. Acho que sou o mais novo desta Comissão, com 30 anos. Precisamos ter a responsabilidade de repensar a questão fiscal no nosso País. Gastar menos do que se arrecada não é uma prerrogativa apenas do Estado, com a Regra de Ouro, mas é o que ensinamos para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os nossos filhos, em casa. Isso é uma responsabilidade financeira, isso é uma responsabilidade orçamentária, isso é uma responsabilidade com o nosso futuro e com as pessoas que mais precisam disso no nosso País, que são essas que dependem do Bolsa Família e do BPC.

Então, vemos com bons olhos. Deputado Hildo Rocha, parabéns pelo trabalho! Conte com o Partido Novo.

Novamente, faço essa reflexão com os colegas, para que tenhamos essa responsabilidade fiscal em nosso País, a fim de respeitarmos a Regra de Ouro, repensarmos o déficit fiscal, aprovarmos a nova Previdência, aprovarmos as outras reformas que virão, para tirar o Brasil desse rombo, que já vem não é de hoje, mas de 6 anos de déficit fiscal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Vamos ao próximo inscrito, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que a Senadora Kátia Abreu e todos que aqui falaram elucidaram muitas dúvidas. Mas eu ainda fiquei com uma dúvida. Eu recebi de alguns Ministérios a informação de que existem determinadas rubricas que vão só até setembro, como, por exemplo, a bolsa da CAPES — não sei nem por que não está aqui nesse crédito — e o CNPq. Depois eu tenho que ver com os técnicos por que isso não está contemplado.

No início, eu tinha ventilado a possibilidade de fazer até uma transferência, mas aprendi que não podia.

Eu participo desta Comissão, Sr. Presidente, desde 2014 — ano sim, ano não, porque nós não podemos participar todos os anos. Infelizmente, do período que eu assumi para cá, nós só falamos em déficit. E os especialistas aqui falam sobre despesas. Nós acompanhamos a contabilidade criativa. Eu sou contador. Eles fizeram uma contabilidade criativa, inventaram um monte de coisas. É exatamente o que ocorre com a Regra de Ouro. Essa Regra de Ouro é uma Regra de Ouro criativa, porque não é real, não é correta, mas inventaram, e está aí a explicação. Vemos que, tecnicamente, você está obedecendo à Regra de Ouro, mas a dívida aumentou, o que não poderia acontecer. Usaram recursos de déficit. Então, distorceu-se a Regra de Ouro. Portanto, isso tem que ser corrigido. Acho que, parcialmente, já foi feito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu ouvi alguém falando aqui em pegar esse recurso e construir escola, construir hospital. Mas, quando se constrói uma escola ou um hospital, há um custeio de quase 50% do valor da obra depois, em seguida, o que vai gerar um déficit maior ainda. Então, o que precisamos fazer aqui — sugiro isso a V.Exa. —, a partir de agora, é trazer especialistas em aumento da receita. Aumentar receita é investir em competitividade, em controle, em eficiência. Nós precisamos de tudo isso. Nós não vamos encontrar nenhum resultado, como foi dito aqui, e vamos ficar aqui anos e anos, se formos discutir só essa questão do orçamento, nesse aspecto da Lei de Responsabilidade Fiscal, de despesa, ou seja, não vamos resolver nunca.

Nós temos que ver aqui quais são os investimentos que temos que fazer. A receita chegou ao ápice da arrecadação, mas o Custo Brasil é altíssimo, não existe competitividade, não há investimento em ciência e tecnologia. Por incrível que pareça, o nosso orçamento de ciência e tecnologia hoje é menor do que o de 20 anos atrás. Então, nós precisamos mudar esse foco.

Eu gostaria que fosse feita uma audiência como esta, Deputado Hildo Rocha, para discutir como alavancar a receita. De que forma nós temos que trabalhar com esses investimentos, com empréstimo, com endividamento, no sentido de melhorar a arrecadação?

Eu acho que isso ficou muito claro para todos aqui. É despesa obrigatória. O fato de você depois não precisar usar não faz nenhuma diferença. E se não houver outros recursos? Haverá, com certeza. Estão aí os *royalties* do petróleo. Está aí o resultado do Banco Central, de 141 bilhões de reais. Se ocorrer um superávit maior, evidentemente isso não vai ser usado. Aliás, já existem estudos que dizem que bastariam hoje 120 bilhões de reais. Não precisaria de 240 bilhões de reais. Bastariam 120 bilhões de reais. Mas o fato de aprovar 240 bilhões não significa nada; ao contrário, isso é apenas para resguardar o Governo de não cometer crime de responsabilidade fiscal, como foi dito aqui.

Então, eu quero parabenizar todos aqui.

Por fim, quero ressaltar algo que achei muito interessante. Temos que combater algumas falácias que ouvimos todos os dias. É incrível! Nós ouvimos certas coisas que acabam desinformando a população. Eu vi aqui uma nomenclatura: argumentos falaciosos. Eu já ouvi outros mitos que são falados aqui, que também não são verdadeiros. Não dá para ouvir hoje que a Previdência não tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

déficit — e nós ouvimos isso quase todos os dias. É brincadeira termos que ouvir essas coisas, da forma como as pessoas falam. Nós temos que desmistificar isso aqui. Aqui as pessoas vão repetindo a mentira 500 vezes, e ela acaba virando verdade na cabeça das pessoas.

Então, para cada informação dita, nós precisamos do argumento, para podermos esclarecer a população. Eu fico indignado quando insistem numa coisa que sabem que não existe, que não é real, que é uma informação equivocada, tentando passar para a população essas controvérsias todas, essas falácias todas que são ditas diariamente aqui no Congresso.

Quero parabenizar o Deputado Hildo, porque esta audiência pública, com certeza, foi uma aprendizagem para muita gente aqui.

Eu sugeriria até, Senador Marcelo, que, no início do mandato, pudéssemos ter aqui alguns técnicos, para explicarem um pouquinho sobre isso para os membros da Comissão. V.Exa. deve ter notado que, às vezes, a pessoa não participa de nada e, quando alguém faz uma apresentação, essa pessoa vem, pergunta um monte de coisas que o cara já explicou e vai embora. Nós precisávamos, talvez, fazer aqui um debate, um seminário em que se falasse um pouquinho sobre isso.

Mas eu parabeno V.Exa. também, Deputado Hildo Rocha, que, tenho certeza, fará um relatório para que possamos votá-lo o mais rapidamente possível, porque essa insegurança do mercado é que gera juros mais altos, aumento do dólar, faz com que a Bolsa caia. Tudo ocorre em função da insegurança.

Portanto, parabeno V.Exa., pela responsabilidade de fazer esta audiência, e todos que aqui vieram. Estão hoje aqui excelentes técnicos no Governo, mas precisamos trazer outros técnicos que possam nos orientar em relação a como aumentar a receita, porque nas despesas não dá para cortar mais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos encerrar a rodada com o último inscrito, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente, Senador Marcelo Castro. Deputado Hildo Rocha, colegas Deputados e Senadores, todos os palestrantes que fizeram as suas manifestações aqui, informo que só saí daqui, estritamente, na hora em que eu tive que votar no plenário e quando precisei acompanhar os Reitores da Universidade do Rio Grande do Sul, meu Estado, e os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diretores do Instituto Federal Tecnológico, porque eles estão aqui cobrando explicações sobre os cortes do Governo. O resto do tempo, eu fiquei aqui, para ouvi-los.

Mas eu confesso que essa fala é algo que eu tenho escutado há muito tempo. Sempre dizem assim: *"Nós temos que fazer isso, porque senão virá o caos, e isso vai dar tal solução"*. Eu escutei isso tantas vezes que fico me questionando: será que essa é a solução?

Quando o Governo veio aqui e forçou a terceirização, ele dizia que era para gerar emprego e que a economia ia crescer — a economia não cresceu e não foram gerados empregos. Quando foi proposta aqui a reforma trabalhista, foi o mesmo discurso: vai gerar emprego e a economia vai crescer. A economia não cresceu e o desemprego aumentou.

Agora, o Governo fala — eu ouço isso repetidas vezes, tanto na reunião que tivemos com o Ministro Paulo Guedes e outros representantes do Ministério da Economia, quanto hoje à tarde, aqui — que precisa ser feita a reforma da Previdência, mas com o mesmo argumento: vai gerar emprego e a economia vai crescer.

Desconfio que todos os que são técnicos e estudiosos, e conhecem números, sabem que, assim como a terceirização e a reforma trabalhista não deram no que eles anunciavam, a reforma da Previdência também não vai dar esse resultado. Eu falo isso com tristeza, porque a PEC 6 não fala em tirar privilégio nenhum, a não ser que nós queiramos tornar o povo mais empobrecido, porque a tabela do Ministro Paulo Guedes, em 90%, retira das pessoas mais pobres.

Isso é muito louco e me passa agora na cabeça. Se eu falo *"ah! não pode pagar o juro do banco"*, alguém dirá *"veja a Venezuela, calote"*. Mas o pobre pode deixar o filho fora da sala de aula. Não é calote também? Podem deixar a pessoa sem remédio na saúde. Isso não é um calote?

Então, eu quero apresentar esses elementos, Senador, porque é muito fácil. Hoje eu disse para um Ministro que estava aqui que os bancos vão gostar muito da capitalização. E o déficit do Governo vai aumentar, mas não por causa da irresponsabilidade fiscal de outros Governos.

Aliás, quero abrir um parêntese. Eu quero, num outro momento, debater com todos aqueles que dizem: *"Isso foi irresponsabilidade de outros Governos!"* Eu sei





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aonde eles querem chegar. Eu quero debater o que ocorreu de 2015 em diante, quando o golpe já estava andando. Aí nós vamos discutir economia, como estavam os números naquela época, como estava o desemprego, como era o financiamento — tudo isso nós vamos debater. Fecho o parêntese, para não generalizar, porque nós temos o período em que isso aconteceu, e para não fazermos acusações falsas. Realmente, eu concordo: uma mentira dita muitas vezes torna-se verdade. E agora eu gostei, porque as pessoas dizem: *"Não, nós temos que preservar o Bolsonaro, porque ele pode ganhar um impeachment"*. E não porque roubou, mas porque descumpriu uma regra, a Regra de Ouro, uma questão administrativa.

O que a Dilma fez? Era apenas uma regra. Alguém financiava, e havia um repasse apenas, atrasado de alguns dias, do crédito, por exemplo, do banco, de um financiamento agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Algo que todos os ex-Presidentes fizeram, e que o Tribunal de Contas atestou que estava correto. Mudou depois. Depois que mudou, ela não fez mais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Muito bem lembrado por V.Exa. Só que qual era o discurso e qual é a mentira repetida, para virar verdade? *"Roubou."* *"Quebrou o País."* Isso é que foi falado. Então, eu gosto quando as pessoas dizem, até para pensarmos nisso, para não cometermos nenhuma irresponsabilidade aqui, e falarmos, de fato, o que é. Naquele momento, o País estava numa situação muito grave, e muitos diziam: *"Vamos tirar a Dilma e isso tudo vai se resolver"*. Hoje não se financia a geladeira; vai se financiar comida para a geladeira. Hoje não se financia o carro; vai se financiar a gasolina do carro. A Regra de Ouro é isso!

Relator Hildo Rocha, estou gostando muito de sua atitude de passar, de fato, por várias sessões. E eu que achava que eu tinha que fazer um gol. Eu sei que agora eu posso fazer talvez o segundo, porque vi que eu não estava sozinho no 7 a 1 referido antes aqui. E isso faz parte da democracia do debate. Eu estou gostando de sua atitude, porque não é possível que o Governo venha e diga — olhem os números: uma vez são 248,9 bilhões de reais; outra vez podem ser 95,7 bilhões de reais, conforme estudiosos da Casa, nos quais tenho muita confiança também; depois passam a ser 110 bilhões de reais. E, na semana passada, eu acompanhei a sessão, todo o tempo, com os técnicos do Ministério da Fazenda. Eu guardei o número: 146,7 bilhões de reais — e os senhores estão de prova aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se eu estivesse na condição de Relator, eu não faria um relatório, Senadora Kátia Abreu, que todos nós queremos aprovar, porque não queremos deixar nenhum Plano Safra sem crédito ou não queremos dar razão a um Governo que tem cortado, sistematicamente, recursos, para depois ainda querer botar a culpa em nós de que o BPC não está sendo pago, o plano agrícola não acontece porque nós, a Oposição, não votamos. Não, nós vamos debater isso.

No entanto, temos a responsabilidade aqui, como instituição, de não dar um cheque em branco de 248 bilhões de reais. Então, eu confio muito em que V.Exa. vai ajustar essa parte, porque o próprio Governo diz isso hoje. E os técnicos do Ministro, que estavam sentados ao lado do Senador Marcelo Castro na semana passada, disseram o número: 146,7 bilhões de reais — guardei de memória. *"Mas pode ter um caso em que o Estado ganhe em uma decisão judicial e não pague"*. Bem, se outros aspectos aparecerem, o Governo vai nos solicitar, mas nós vamos dar um cheque em branco? Portanto, acho que esse é um aspecto importante.

Nós ainda não falamos de outro aspecto, e eu queria que isso fosse aprofundado, também, oportunamente: nós vamos aumentar o estoque da dívida pública. Temos de refletir por que metade do nosso orçamento vai para a tal rolagem de juros da dívida. Se o Governo diz que nós estamos num buraco, perto de um precipício, podemos cair e o poço pode afundar ainda mais, é por isto: por ano, segundo os dados que eu possuo, 23,2 bilhões de reais anuais, que vão aumentar o estoque da dívida pública, que vai ser uma remuneração, vão sair de onde? Vai faltar no orçamento para o nosso povo na assistência, na agricultura, etc.

Esse tema é muito sério. Por isso, é importante o debate que nós estamos fazendo. Faço questão de participar integralmente dele para aprender. Eu não sou da área. Eu estou estudando, ouvindo, lendo e conversando com as pessoas, para podermos chegar à melhor equação para o País. E eu tenho certeza de que a melhor equação é nós estarmos preocupados.

Senador Marcelo Castro e Relator Hildo Rocha, tenho uma preocupação muito grande. Sistematicamente, o Governo fala nos tais gastos obrigatórios. Aquilo me assusta quando entra gasto obrigatório, porque, quando é gasto para pagar banco, rolagem de dívida, eu não ouço essas vozes. Mas quando é o mínimo constitucional da educação, da saúde, são demais os gastos. Foi citado aqui que nós temos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pagar o servidor, temos que pagar o BPC, temos de pagar o aposentado. É claro que temos de pagar!

Eu perguntei ao Ministro Paulo Guedes: *"O senhor quer tirar da Constituição" — seria o próximo passo — "os mínimos obrigatórios, as garantias vinculadas à educação e à saúde?"* Ele confirmou. Então, esse é o próximo passo. Eu disse para os reitores hoje que, mesmo com a Constituição na mão, Senador, o Governo a descumpre, então imagine se não estiver mais na Constituição! Como é que vão ficar o nosso Piauí, o nosso Rio Grande do Sul, o nosso querido Maranhão quanto aos recursos e repasses?

Eu quis levantar essas questões porque eu não concordo com essa linha do discurso de se carimbar logo, dizendo que é isso para cá e isso para lá. Não, eu quero aqui fazer o debate e ver o que é melhor para o País. E acho que, neste momento, não há nenhuma atitude do Governo no sentido de aumentar o consumo da população brasileira.

Encerro dizendo que, se nós não aumentarmos o consumo, o poder aquisitivo — e fico preocupado quando se enfraquecem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES; quando não temos mais a PETROBRAS, quando não temos mais as refinarias; quando não temos mais os instrumentos de se fazer política de desenvolvimento e geração de renda para termos o PIB crescendo —, é óbvio que o percentual em relação ao PIB só aumentará os gastos. Se o PIB descesse, é óbvio! Então, a discussão não é tirar os mínimos constitucionais ou diminuir essa parte, mas aumentar a receita. E, quanto a isso, não há nenhuma proposta aqui. Então, isso é muito sério.

O Relator vai fazer esse debate com muita sabedoria, vamos dizer assim, e não vai permitir que se dê um cheque em branco para o Governo. Que possamos, de fato, pensar em outra equação, e não apenas na lógica fiscalista, porque essa lógica fiscalista serve para lascar a economia do Brasil. O banqueiro sempre vai fazer festa e o povo vai se lascar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, quero rapidamente tirar uma dúvida aqui. Eu vi o Relator balançando a cabeça, mas não entendi o sinal. Ficou muito claro aqui que não é cheque em branco. Isso não altera absolutamente nada com relação a aumento de gastos. Eu entendi isso durante toda a apresentação. Quando o Deputado disse que não se daria um cheque em branco e o Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mexeu a cabeça, eu não entendi. Queria entender para poder ficar mais tranquilo com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi um sinal dúbio o que ele passou.

O Relator, Deputado Hildo Rocha, ainda quer fazer uma pergunta ao representante do Banco Central.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Passou batido e acho que ele até achou bom.

Pergunto ao representante do Banco Central — é o que me interessa —, digamos que se aprove o PLN 4 da forma original, com o endividamento de 248 bilhões de reais para pagar essas despesas, quanto nós vamos pagar de juros no ano que vem? Serão 20 bilhões de reais, 25 bilhões de reais? Outra pergunta: V.Sa. sabe qual é o valor do investimento do Governo Federal neste ano, fora as estatais? Se souber, gostaria que me dissesse. Aproxima-se ao que nós vamos ter a mais de juros por ano só com essa pequena operação que nós vamos autorizar?

Outra pergunta: o dinheiro que está guardado — 1,2 trilhão de reais, 1,3 trilhão de reais — é um colchão para garantir os pagamentos, para garantir a paridade, para garantir a moeda forte? Então, o que explica o dólar passar de 4,10 reais, com esse tanto de dinheiro que nós temos guardado? Quanto o Banco Central gastou nos últimos dias para tentar baixar o valor do dólar? Já disponibilizou muitos dólares no mercado, mas ainda continua a briga. O que está acontecendo? Queremos entender, até em virtude da questão do PLN 4.

São só mais essas colocações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Antes de encerrar, eu quero fazer duas perguntas ao representante do Banco Central. Já estou até com pena dele. Todos aqui estão bombardeando-o com perguntas. *(Risos.)*

Por que o *spread* no Brasil é tão elevado? Eu vi em uma planilha do Banco Mundial que o *spread* mais baixo que existe é o do Japão, de 0,7% ao ano. Mas quase a totalidade dos países do mundo está abaixo de 10% ao ano. Há duas exceções: Brasil e Bangladesh, que estão acima de 40%. Por que nós somos um país tão especial: o resto do mundo faz uma coisa e nós fazemos completamente diferente?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos Estados Unidos, que têm juros nominais de 2,5% ao ano, o cheque especial e o cartão de crédito cobram em torno de 10% ao ano, ou seja, quatro vezes o juro nominal que eles pagam. Por que no Brasil nós temos juros nominais de 6% ao ano e o nosso cartão de crédito e cheque especial chegam a 300% ao ano? Enquanto nos Estados Unidos o valor é quatro vezes o juro nominal, no Brasil, é 46 vezes, vamos arredondar para 50 vezes. Por que há essa disparidade tão grande? Que País tão especial é o Brasil, onde se faz tudo de forma diferente do resto do mundo?

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Obrigado, Exmo. Senador Marcelo Castro, Exmo. Deputado Hildo Rocha, Exma. Senadora Kátia Abreu, que não só estudou, mas também aprendeu e nos ensinou muito sobre o tema. Inclusive, deu-nos um banho, como bem colocou o Senador Marcelo.

Se me permitem, eu vou começar com as perguntas do Exmo. Deputado Hildo Rocha, que são mais específicas. Depois, eu voltarei para as perguntas do Senador Marcelo Castro e da Senadora Kátia Abreu, que estão mais relacionadas.

Quanto pagar de juros, no ano que vem, caso seja aprovado o PLN 4? Os juros são determinados pelo mercado. Existe uma curva de juros no mercado que vai ter vários impactos. O gasto que está sendo submetido para a aprovação já está previsto na LOA. Para efeito de taxa de juros, essa despesa já é considerada como devida. Esse é o ponto. Já está na conta, já está previsto como Orçamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Entendi. O ponto é se o Governo Federal precisar emitir dívida para poder pegar esse valor.

O Tesouro Nacional tem várias formas de captação. A mais próxima disso seria a taxa básica de juros, que, hoje em dia, está em 6,5% ao ano. Talvez, seja a maior aproximação do número que V.Exa. está perguntando.

Quanto à segunda pergunta, que trata de investimento do Governo Federal, fora as estatais, eu vou pedir desculpas, mas eu não tenho esse número aqui. Por isso, não posso responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - O do investimento do Governo Federal fora as estatais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há um terceiro ponto: se o dólar passar de 4,10 reais, se nós não tivéssemos reservas internacionais, e o custo disso.

Primeiramente, as reservas internacionais são entendidas por nós como a segunda linha de defesa para a macroeconomia nacional, sendo que a primeira linha de defesa é exatamente o dólar flutuante. Nós entendemos o dólar como preço de mercado e, como segunda linha de defesa, as reservas cambiais. As reservas não têm como objetivo controlar. O Banco Central não tem como objetivo ter um valor fixo ou uma tendência de taxa de câmbio.

Por outro lado, quanto ao resultado das operações cambiais, como eu disse anteriormente, quando nós consideramos todo o resultado das operações cambiais — reserva, *swap* cambial e intervenção do Banco Central —, ele tem sido positivo nos últimos anos.

Eu acho que eu passei pelas três perguntas.

Em relação às perguntas da Exma. Senadora Kátia Abreu, a primeira diz respeito à condução da política monetária feita pelo Banco Central.

A condução da política monetária do Banco Central é feita pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central — COPOM, que se reúne 8 vezes ao ano, aproximadamente de 45 em 45 dia. E a manifestação do Banco Central é feita por ali. E vou tirar alguns extratos das manifestações do Banco Central para poder responder às perguntas da senhora.

A primeira diz respeito à questão da taxa neutra de juros. O entendimento de V.Exa. é de que, hoje em dia, a taxa de juros real da economia brasileira é igual à taxa neutra, mas esse não é o entendimento explícito na comunicação do Banco Central. O Banco Central entende que, atualmente, a taxa de juros praticada é estimulativa, o que significa que a taxa de juros real é inferior à taxa de juros neutra da economia. Em relação à taxa de juros neutra na economia, existem várias estimativas, muito divergentes no mercado. O Banco Central tem a dele; no entanto, não a divulga.

Em relação à decisão de se abaixar ou não a taxa de juros, de novo, é uma decisão que o Banco Central toma de 45 em 45 dias, mais ou menos, levando em consideração a sua avaliação de riscos. Atualmente, o Banco Central usa a figura do balanço de risco, sendo que, de um lado, entende que existem riscos relacionados ao cenário internacional, majoritariamente a questões relacionadas à política





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

monetária de economias avançadas e a guerras comerciais em curso nas economias internacionais. Também existe o risco da incerteza em relação ao andamento das reformas necessárias para o ajuste fiscal.

No outro lado dessa balança, há efetivamente o risco que V.Exa. aponta, que é o baixo crescimento do PIB. Até o ano passado, o Banco Central se manifestava no sentido de que entendia serem os riscos da economia internacional, agregados ao risco da incerteza da condução da política fiscal interna, maiores do que o risco relacionado ao crescimento do PIB. A partir deste ano, o Banco Central já passou a utilizar o entendimento de que esses riscos estão balanceados, sendo que, inclusive, na última ata, houve a manifestação do entendimento de um aumento relacionado ao risco de baixo crescimento do Produto Interno Bruto nacional.

Em relação à primeira pergunta, eu acho que essas são as minhas considerações.

As outras três perguntas estão um pouco relacionadas. O Banco Central tem uma agenda de política monetária e iniciativas majoritariamente microeconômicas relacionadas principalmente para fomentar a concorrência na prestação de serviço bancário e a redução do *spread* bancário. Essas ações foram consolidadas na gestão passada, do Presidente Ilan, na Agenda BC+, que V.Exa. citou, e o Presidente Roberto já se manifestou claramente, várias vezes, em relação a esse ponto, ao dizer que não só vai manter, como também vai fortalecer a Agenda BC+ com a adoção dessas medidas microeconômicas para fomentar a concorrência, em busca da redução do *spread* bancário. Os três pontos que V.Exa. cita estão nessa Agenda BC+ e são entendidos como centrais, para poder promover a concorrência e a redução do *spread*.

Em relação à Central de Recebíveis, V.Exa. explicou muito bem. O problema é que já existem centrais de recebíveis — eu acho que esse é um primeiro ponto a esclarecer. No entanto, não existe ainda uma padronização e uma obrigatoriedade de adoção dessas centrais.

Essas centrais surgiram no passado, como iniciativa do mercado. Elas não eram reguladas, autorizadas ou supervisionadas pelo Banco Central. Elas foram importantes a seu tempo. No entanto, com o desenvolvimento do mercado, elas mostraram ineficiências e falta de segurança. Em função disso, no final do ano passado, o Banco Central emitiu uma primeira normatização provisória, no que diz





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

respeito à utilização desses recebíveis, justamente para poder garantir, na medida do possível, no estágio atual, que os recebíveis possam ser utilizados da melhor forma e dar a maior segurança possível, e em decorrência haver o menor *spread* possível na utilização desses recebíveis pelos comerciantes.

Foi editada uma primeira medida no ano passado, no entanto, provisória. O que se discute agora é a obrigatoriedade da adoção da Central de Recebíveis, porque não adianta nada o comerciante chegar ao banco querendo descontar o recebível dele, se o banco não tem certeza se aquele banco ou aquele credenciador, especificamente, vai obedecer ou não àquela central de recebíveis. Então, cabe agora ao Banco Central....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Hoje em dia, o registro do recebível na Central de Recebíveis não é obrigatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Tem que ser. E é nisso que estamos trabalhando. No entanto, isso envolve uma questão operacional complexa, que nos comprometemos a regulamentar. A perspectiva é que, nos próximos meses, já saia uma regulamentação nesse sentido. Em relação ao prazo que a senhora menciona, do ano que vem, para a entrada em vigor dessa regulamentação, entendemos que, mesmo após a implementação, serão necessários procedimentos operacionais por parte do mercado para que isso se torne efetivo. Então, quando se fala do ano que vem, está se falando do final do processo da obrigatoriedade de se fazer o registro numa registradora, assim como garantir a segurança da utilização desse instrumento como garantia de crédito.

V.Exa. faz uma analogia que nós sempre usamos internamente, que acho muito apropriada. O que sempre falamos é que a Central de Recebíveis vai devolver ao comerciante a propriedade do recebível que é dele, para ele usar da melhor forma que lhe aprouver.

O mesmo se aplica ao *open banking*, no que diz respeito ao correntista bancário, ao seu relacionamento com o banco. A analogia é a mesma. O que sempre comentamos é: vamos devolver ao cliente bancário a informação que é dele, e não do banco.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - De novo, é outro processo que está em estudo e demanda um operacional. Ele vai demandar uma regulamentação e um processo de implementação por parte dos bancos, e, potencialmente, até de centrais, o que vai demorar um certo tempo. Se eu não me engano, há cerca de 1 mês, o Banco Central já editou uma primeira norma, que trata de políticas gerais em relação ao *open banking*, em que deixou claro o seu objetivo quanto à implementação do *open banking* e como isso dever ser adotado, muito nessa diretriz de devolver ao cliente a propriedade das suas informações bancárias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Outros países estão tendo muito problema também na adoção do *open banking*. Isso não é nada específico nosso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - O último ponto que V.Exa. coloca, que também está incluso na Agenda BC+, diz respeito aos pagamentos instantâneos. Também foi editada uma política pelo Banco Central, no final do ano passado, sobre isso. Nós entendemos e concordamos com a posição de V.Exa. de que eles têm potencial para ser um instrumento que questione muito os instrumentos utilizados — TED, DOC, cartão de pagamento, inclusive, papel-moeda — como meios de transação e pagamento, com capacidade muito grande de reduzir o custo disso. Até a fim de garantir a governança desse processo, no sentido de que você tenha um modelo que seja o mais concorrencial possível, e com vistas à redução do preço para o usuário final, nessa política definida no final do ano passado, o Banco Central assumiu o papel de desenvolvedor de um sistema interno para garantir que você não vai ter nenhuma restrição de acesso a esse sistema, que qualquer tipo de *fintech*, qualquer tipo de banco — não serão bancos específicos — vai ter a prerrogativa de ofertar esse serviço. Nós queremos que seja um serviço mais popular, mais concorrencial e o mais efetivo possível, que permita que nós contestemos os instrumentos atualmente disponíveis para pagamento de varejo.

Em relação às perguntas feitas pelo Exmo. Senador Marcelo Castro, em relação ao *spread* elevado no Brasil, o Banco Central tem todo um trabalho também, já divulgado, em termos de avaliação e decomposição do *spread*, em que tenta explicar o porquê desse *spread* elevado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A conclusão, de forma geral, é que, abstraindo ou tornando equivalentes questões internacionais, que são diferentes, como, por exemplo, toda essa agenda de criação de medidas estruturais que garantam melhor execução e menor risco judicial na execução de uma garantia, no caso de *default* pelo devedor do crédito bancário, custo de captação, questões tributárias, questões de controle, enfim, quando nós equiparamos esses fatores internacionalmente, inclusive em relação a outras empresas e outros setores nacionais, o *spread* bancário do Brasil não é tão diferente assim do que é praticado internacionalmente. Então, o que nós defendemos é a construção de uma agenda estrutural que permita que principalmente as garantias tenham o poder de execução e uma certeza jurídica maior, de forma a reduzir o custo do *spread* bancário.

Em relação especificamente à questão dos juros do cheque especial e do cartão de crédito, o tema foi inclusive assunto objeto de uma CPI do Senado no ano passado. Foi amplamente discutido, várias recomendações foram emanadas para o Banco Central, que as acolheu e as analisou. Inclusive, sobre algumas, já se manifestou para o Senado.

Existe uma divergência em relação à comparabilidade internacional, porque a prática internacional é que há um custo de entrada. Por exemplo, quando uma pessoa entra no cheque especial nos Estados Unidos, ela não paga simplesmente a taxa de juros, mas, por exemplo, 20 dólares simplesmente por ter entrado no cheque especial.

Quando se leva isso em consideração, também não fica tão claro em relação à comparabilidade internacional se os custos do que nós chamamos de rotativo no Brasil é tão diferente do que se pratica lá fora. Levando-se em consideração que o rotativo geralmente é caracterizado por um prazo curto e um valor de débito curto, quanto maior for o custo de entrada, maior vai ser a carga percentual desse custo de entrada na dívida total.

De novo, é um assunto que o Banco Central vem tratando e já implementou medidas no passado buscando a redução da sua utilização; limitou, inclusive, no caso do cartão de crédito, o prazo que o banco pode manter o cliente no rotativo do cartão de crédito, sendo que, depois de 1 mês, é obrigatória a migração desse cliente para uma linha de crédito mais barata.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA - Um mês.

Há outras medidas de autorregulação do mercado e, de novo, o assunto está na pauta do Banco Central, e nós entendemos que é necessária a adoção de medidas estruturais para poder endereçar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. Há mais alguém para responder as perguntas?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu me dirijo ao Relator. Falou-se aqui nas universidades. Eu fiz um levantamento à época sobre a CAPES e o CNPq, e a informação que eu tenho é que as bolsas da CAPES e do CNPq só têm orçamento até setembro. Como esse complemento não cita, se for aprovado da forma como está, ótimo, qualquer coisa eles fazem a mudança; mas, se for restringir alguma coisa, é preciso analisar com relação ao Ministério, se não está faltando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ninguém mais para responder o que foi perguntado?

Então, agradeço o comparecimento dos senhores.

O SR. RODRIGO ÁVILA - Presidente, só uma consideração final.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Com a palavra V.Sa.

O SR. RODRIGO ÁVILA - Senador Marcelo Castro, Deputado Hildo Rocha, mais uma vez agradeço a oportunidade. Só gostaria de comentar alguns pontos tratados pelos Senadores e Deputados.

Por exemplo, foi mencionado que não há nenhum problema em relação à contabilidade dos juros como amortização. Em 2017, a inflação IGPM foi negativa, e o Governo apontou atualização monetária de 118 bilhões de reais, ou seja, isso é estranho. Requeremos ao Governo, e não foi respondido — a CGU também não respondeu —, qual foi a fórmula da atualização monetária.

Hoje nós temos vários itens que poderiam ser usados: o caixa único, as reservas internacionais. Poderiam dizer: "*Ah, é ilegal*". Mude-se a lei. "*Não vai poder combater crise financeira*." Combata-se com controle sobre o fluxo de capitais. "*Vai reduzir muito a taxa de câmbio*". A taxa de câmbio está muito alta. Então, todos os argumentos que são colocados aqui têm um contra-argumento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por exemplo, a Senadora Kátia Abreu colocou que o PLN 4 seria só o deslocamento de fontes. Na verdade, o art. 3º prevê mais dívidas: 248 bilhões de reais de nova dívida, quando nós temos mais de 600 bilhões de reais no caixa único decorrente de empréstimos que já foram tomados em anos anteriores.

Na semana passada, o representante do próprio Governo reconheceu que não seria necessário um novo empréstimo, poderia utilizar o anterior. Uma sugestão objetiva para o texto do PLN seria colocar que não seja feita mais dívida, porque o caixa único já tem muito dinheiro, inclusive os 354 bilhões de reais de fontes não relacionadas a novos empréstimos. Há fundo de ciência e tecnologia, setores que estão sendo contingenciados, e não sei se aí estão também as próprias bolsas da CAPES.

Ao mesmo tempo em que há na conta única bilhões e bilhões de reais parados, poderia ser feito um estudo emergencial para ver como esses 354 bilhões de reais da conta única resolveriam o problema. Não precisa pegar nova dívida.

Foi falado também que o investimento gera despesa de custeio. Sim, mas o investimento também gera mais receita, ou seja, dinamiza a economia. Foi colocado que a Previdência é deficitária. De 2005 a 2015, a seguridade social teve um superávit de 1 trilhão de reais. Depois houve déficit, devido à política monetária contracionista. Mas 1 trilhão de reais de sobra de caixa dos bancos, em vez de ser emprestado na economia, ficam retido no Banco Central. Inclusive essa é a grande causa do grande *spread* bancário que nós temos no Brasil. Por que o banco não empresta para as pessoas a juros baixos? Porque ele pode emprestar para o Banco Central à taxa SELIC sem risco.

A última questão, também da Senadora Kátia Abreu, só para verificar exatamente o que foi colocado, é sobre déficit gerar dívida, mas não é o déficit primário. Tivemos um superávit primário de 1 trilhão de reais, entre 1995 e 2015, e a dívida explodiu. Na verdade, o que gera o déficit são as altas taxas de juros, operações de *swap*, operações compromissadas. Gasta-se muito de juros, 1 trilhão de reais juros em 10 anos, isso para não falar na dívida feita para fazer colchão de liquidez. São mais de 400 bilhões de reais, nos últimos anos, e mais de 600 bilhões de reais, nos últimos anos, para pagar juros. Então, isso é o que faz a dívida, não é o déficit primário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na verdade, nós temos que combater aqui a ideia de que o PLN 4 está mostrando que a Previdência é deficitária, que precisaria de dívida para cobrir. Não, na verdade, a dívida pública é causada pelo déficit de juros e despesas financeiras, e não pela Previdência.

Já mostramos aqui com números matemáticos que, na verdade, o que gera dívida no Brasil são os juros e a política monetária, e não os gastos primários. A Previdência é solução, e não problema.

Muito obrigado, Senador e Deputado, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou encerrar a nossa reunião, mas antes agradecemos aos palestrantes, aos Senadores e aos Deputados.

Não sei se o Deputado Hildo Rocha concorda, mas, de todas as audiências públicas de que nós participamos este ano, eu acho que esta foi a mais enriquecedora de todas.

Parabéns a V.Sas. e a V.Exas., que nos ajudaram a fazer esta audiência pública tão importante.

Declaro encerrada a nossa reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 05 E 11 DE JUNHO DE 2019.

Aos cinco e onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro e Soraya Thronicke; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, João Carlos Bacelar, Joice Hasselmann, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto, Silvio Costa Filho e Weliton Prado; e - **Senadores Suplentes:** Alessandro Vieira, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Oriovisto Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Camilo Capiberibe, Carlos Zarattini, Chiquinho Brazão, Chris Tonietto, Claudio Cajado, Coronel Tadeu, Da Vitoria, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Sávio, Eduardo Braide, Evair Vieira de Melo, Franco Cartafina, General Peternelli, Jose Mario Schreiner, Liziane Bayer, Luis Miranda, Wellington Roberto e Zé Silva. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Jhonatan de Jesus e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Jean Paul Prates, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e nove minutos, do dia cinco de junho de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Logo após, o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) solicitou a leitura das Atas e o Presidente concordou. **EXPEDIENTES.** O Presidente leu os seguintes expedientes recebidos pela Comissão, de 21 de maio a 05 de junho de 2019, e essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet: I. **CORRESPONDÊNCIA INTERNA:** 1. Of. nº 157/2019 GLMDB, de 23 de maio de 2019, da Liderança do MDB e da Maioria, indicando o senador Eduardo Gomes para Relator Setorial da área temática de Desenvolvimento Regional. 2. Of. nº 197/2019 – Lid-PL, de 28 de maio de 2019, da Liderança do Partido Liberal, indicando o Deputado Vicentinho Júnior para Relator Setorial da área temática de Infraestrutura. 3. Of. nº 047/2019 – GLDPP, da Liderança do Progressistas, indicando o Senador Vanderlan Cardoso para Relator Setorial da área temática de Saúde. II. **CORRESPONDÊNCIA EXTERNA:** 1. Ofício 9915/2019-BCB/Aspar, de 21 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Senhor David Falcão, que informa que o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto e o Sr. Otávio Ribeiro Damaso, que foram convidados a participar da Reunião de Audiência Pública que ocorrerá dia 22 de maio, estarão, na data da reunião, na cidade do Rio de Janeiro, participando do XXI Seminário de Metas para Inflação, promovido pelo Banco Central do Brasil. 2. Ofício 9995/2019-BCB/Aspar, de 21 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil, Senhor David Falcão, que informa que o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil comparecerá à Audiência Pública que será realizada no dia 22 de maio, em substituição ao Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto. 3. Ofício TER-SE 2253/2019 – SECOG, de 27 de maio de 2019, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Desembargador José dos Anjos, que encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2019. 4. OFÍCIO SEI Nº 179/2019/CODEP/AAP/GME-ME, de 28 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares, Sr. Bruno Pio de Abreu Travassos, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 3/2019 CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha, sobre a projeção atual para cumprimento da Regra de Ouro de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, como subsídio à análise do PLN 04/2019-CN. Às 10h33min, o Presidente informou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, e passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 2ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019; e 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 22 de maio de 2019. O Presidente fez a leitura das Atas. Em seguida, não havendo discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Wellington Roberto, Líder do PL, pediu Verificação de Votação, com apoio dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Vander Loubet (PT/MS), conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Em face ao pedido, o Presidente colocou as Atas em votação pelo Sistema Eletrônico. Enquanto se processava a votação eletrônica, houve manifestações sobre o quórum presencial e o **Projeto de Lei nº 04/2019-CN**, e fizeram uso da palavra os Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Wellington Roberto (PL/PB), Orlando Silva (PCdoB/SP), Bohn Gass (PT/RS) e os Senadores Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Izalci Lucas (PSDB/DF) e Angelo Coronel (PSD/BA). Em continuidade, o Presidente sugeriu suspender os trabalhos para fazer reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, mas para tanto, precisava concluir a votação das Atas. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) pronunciou-se favorável à suspensão da reunião, mas contrário à votação das Atas. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) questionou sobre a retirada do pedido de Verificação. E o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), autor do Requerimento de Verificação de Votação, retirou o pedido, com o compromisso da reunião ser suspensa e ser convocada a sua continuação para semana seguinte. Em sequência, foi interrompida a Verificação e a votação das Atas foi **adiada**. Às 11h17min, o Presidente suspendeu os trabalhos e convidou o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO – CRLP, para reunião na sala da Presidência da Comissão, para tratar sobre as matérias constantes da Pauta. Às 11h47min, o Presidente reabriu os trabalhos, e não havendo acordo para votação das matérias, e em consenso com os parlamentares, suspendeu a reunião. Antes, porém, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o dia 11 de junho, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. De ordem do Presidente, foi antecipada a continuação da reunião, para as 11 horas. E, no dia 11 de junho, às onze horas e vinte e seis minutos, o Presidente reiniciou a reunião e informou que iria suspender os trabalhos por trinta minutos, para reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO – CRLP com a Liderança do Governo. Às 12h05min, o Presidente reabriu a reunião e suspendeu em seguida, tendo em vista a continuação da reunião do CRLP. Às 13h29min, o Presidente reiniciou os trabalhos e deu continuidade à apreciação das Atas, que haviam sido lidas em 05 de junho, referente as seguintes Reuniões: 2ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019; e 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 22 de maio de 2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** Apreciação do Requerimento de inversão de pauta, nos termos do *art. 34, Parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*, no sentido de apreciar inicialmente o Item 02 da Pauta, Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 04/2019-CN**. Autora:





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), Líder do Governo no Congresso Nacional. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA. Item 02. Apreciação do Relatório e Complementação de Voto apresentados ao **Projeto de Lei nº 04/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 248.915.621.661,00 (Duzentos e quarenta e oito bilhões, novecentos e quinze milhões, seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Hildo Rocha. Foram apresentadas 02 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição das emendas de nºs 01 e 02. O Presidente informou que em 5 de junho, o Deputado Hildo Rocha (MDB/MA) entregou **Complementação de Voto ao Relatório**, com objetivo de promover ajuste nas dotações destinadas à Ação 0281 - Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com emenda de Relator. E o Senador Angelo Coronel (PSD/BA), entregou em 10 de junho, **Voto em Separado**, pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo proposto, mantidos inalterados os Anexos constantes do referido Projeto de Lei. Logo após, o Relator apresentou o **Relatório e a Complementação de Voto**. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Antes de passar a palavra ao primeiro orador, o Presidente esclareceu ao Plenário que de acordo com o disposto no *art. 132, § 6º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal*, o Senador Angelo Coronel (PSD/BA) apresentou Voto em Separado ao Relatório e a Complementação de Voto apresentados pelo Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA), que expôs o **Voto em Separado**. Em sequência, foi iniciada a discussão do Relatório e da Complementação de Voto do Deputado Hildo Rocha, e fizeram uso da palavra os Deputados Carlos Zarattini (PT/SP), Orlando Silva (PCdoB/SP), Joice Hasselmann (PSL/SP), Líder do Governo no Congresso Nacional, Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO e Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Nos termos do *art. 49, do Regimento Comum do Congresso Nacional*, foi iniciado o encaminhamento para votação da matéria, e foi concedida a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), que representando o PT, encaminhou voto contrário; os Deputados Celso Sabino (PSDB/PA), representando o PSDB, Lucas Gonzalez (NOVO/MG), representando o NOVO, Domingos Neto (PSD/CE), representando o PSD pela Câmara dos Deputados, encaminharam voto favorável; o Senador Angelo Coronel (PSD/BA), representando o PSD pelo Senado Federal, encaminhou voto contrário; e os Senadores Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), representando o CIDADANIA e o Bloco Parlamentar Senado Independente, que abrange REDE, PDT, PSB e CIDADANIA; Luiz do Carmo (MDB/GO), representando o MDB, e Soraya Thronicke (PSL/MS), representando o PSL, encaminharam voto favorável. O Deputado Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO, sugeriu que fosse permitido o encaminhamento, por um minuto, para cada Partido e o Presidente concordou, mas, somente para os que não haviam feito o encaminhamento. E assim, foi concedida a palavra aos Deputados Cacá Leão (PP/BA), pelo PP; Lucio Mosquini (MDB/RO), pelo MDB; Filipe Barros (PSL/PR), pelo PSL; Leônidas Cristino (PDT/CE), pelo PDT; Aluisio Mendes (PODE/MA), pelo PODE; Gonzaga Patriota (PSB/PE), pelo PSB; Marreca Filho (PATRI/MA), pelo PATRI; Paulo Azi (DEM/BA), pelo DEM; Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE/CE), pelo SOLIDARIEDADE; Márcio Marinho (PRB/BA), pelo PRB; João Carlos Bacelar (PL/BA), pelo PL; e Weliton Prado (PROS/MG), pelo PROS; e ao Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), pelo PSDB, que encaminharam voto favorável. Concomitantemente, houve, também, pronunciamentos dos parlamentares que teceram considerações elogiosas ao Presidente, pela condução dos trabalhos; à Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), Líder do Governo no Congresso Nacional, pela construção do acordo para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação da matéria; ao Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), por seu Relatório; e a todos aqueles que contribuíram para apreciação da matéria. Em seguida, o Presidente submeteu à votação o Relatório e a Complementação de Voto, nos termos do Substitutivo do Deputado Hildo Rocha, que foram **aprovados** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). Em votação, na representação do Senado Federal, foram **aprovados**, com voto contrário do Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **ENCERRAMENTO:** concluída a votação da matéria, o Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinquenta minutos, do dia onze de junho de 2019. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 05.06.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pela ordem, Deputado Nelson Pellegrino, grande Líder do PT nesta Comissão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Gostaríamos que fosse feita a leitura da ata. Gostaríamos que a ata fosse lida, para que pudéssemos ver exatamente se ela é fidedigna com os registros dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeitamente, V.Exa. está amparado regimentalmente.

Vamos ao Expediente.

Correspondência Interna:

1) Ofício nº 157, de 2019 — GLMDB, de 23 de maio de 2019, da Liderança do MDB e da Maioria, indicando o Senador Eduardo Gomes para Relator Setorial da Área Temática de Desenvolvimento Regional.

2) Ofício nº 197, de 2019 — Lid-PL, de 28 de maio de 2019, da Liderança do Partido Liberal, indicando o Deputado Vicentinho Júnior para Relator Setorial da Área Temática de Infraestrutura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3) Ofício nº 047, de 2019 — GLDPP, da Liderança do Progressista, indicando o Senador Vanderlan Cardoso para Relator Setorial da Área Temática de Saúde.

Correspondência Externa:

1) Ofício nº 9.915, de 2019-BCB/Aspar, de 21 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Sr. David Falcão, que informa que o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto e o Sr. Otávio Ribeiro Damaso, que foram convidados a participar da reunião de audiência pública, que ocorrerá dia 22 de maio, na data da reunião, estarão na cidade do Rio de Janeiro participando do XXI Seminário de Metas para Inflação, promovido pelo Banco Central do Brasil.

2) Ofício nº 9.995, de 2019-BCB/Aspar, de 21 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Sr. David Falcão, que informa que o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil comparecerá à audiência pública, que será realizada no dia 22 de maio, em substituição ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto.

3) Ofício TER-SE nº 2.253, de 2019, SECOG, de 27 de maio de 2019, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Desembargador José dos Anjos, que encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2019.

4) Ofício SEI nº 179, de 2019/CODEP/AAP/GME-ME, de 28 de maio de 2019, do Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares, Sr. Bruno Pio de Abreu Travassos, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 3, de 2019, da CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha, sobre a projeção atual para cumprimento da Regra de Ouro de que trata o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, como subsídio à análise do PLN nº 4, de 2019 do Congresso Nacional.

Aviso que há quórum para deliberação na Câmara e no Senado.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa de leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Como não há concordância, nós vamos passar a lê-las.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não há concordância, precisamos que as atas sejam lidas para que possamos constatar se elas são fidedignas com registro dos trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. será atendido na letra do Regimento.

Ata da 2ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 21 de maio de 2019

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros. Deputados titulares: Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Misael Varela, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior. Senadores titulares: Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo. Deputados suplentes: Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Fred Costa, Gilberto Abramo, Gurgel, Jaqueline Cassol, João Carlos Bacelar, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Rodrigo Coelho e Zé Carlos. Senadores Suplentes: Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carla Zambelli, Claudio Cajado, Delegado Marcelo Freitas, Evair Vieira de Melo, Gilson Marques, Luis Miranda, Marcel Van Hattem e Nicoletti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Deputados Aluisio Mendes, Beto Faro, Domingos Neto, Filipe Barros, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Jhonatan de Jesus, João Roma, Joice Hasselmann, Lucio Mosquini, Marreca Filho, Orlando Silva e Zeca Dirceu. Senadores: Flávio Bolsonaro, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. Abertura: às quatorze horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e um de maio de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Marcelo Castro (MDB/PI), que informou haver quórum regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Expedientes. O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 15 a 21 de maio de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. Avisos. O Presidente anunciou que o Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária — SILOR, para realização de ajuste das emendas individuais, com impedimentos técnicos, referentes à Lei Orçamentária Anual para 2019 — LOA/2019, estaria aberto a partir daquela data, 21 de maio, terça-feira, até 30 de maio, quinta-feira. E demais informações poderiam ser encontradas na página da CMO na Internet. E informou que no dia 22 de maio, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de discutir “Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do Projeto de Lei nº 04/2019-CN, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões”, com os seguintes convidados para o debate: o Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra; o Diretor do Departamento de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho; o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca; o Economista, Sr. Rodrigo Ávila; o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, Sr. Felipe Scudeler Salto; o Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; e o Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz. Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2019-CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), subscrito pelos Deputados Ludo Mosquini (MDB/RO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 15.05.2019. Em sequência, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 14 de maio de 2019; 2ª Reunião Extraordinária,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realizada em 15 de maio de 2019; e 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as atas foram aprovadas nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ordem do Dia. Pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) -

Item 1. Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 03, de 2019-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 40.050.000,00 (quarenta milhões e cinquenta mil reais), para o fim que especifica. Relator: Deputado Paulo Azi. Foi apresentada uma emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela aprovação da Emenda nº 1. No dia 16.05.2019, Relator, Deputado Paulo Azi, entregou na Secretaria da CMO um novo Relatório, em substituição ao anterior. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Vicentinho Júnior (PR/TO), Bohn Gass (PT/RS), Cacá Leão (PP/BA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Márcio Marinho (PRB/BA), Claudio Cajado (PP/BA), e a Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). O Relator, Deputado Paulo Azi (DEM/BA) respondeu ao questionamento do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Em votação, o relatório foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do Requerimento nº 07/2019-CMO, que “Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do CENSO em 2020”. Autor: Deputado Orlando Silva. Ausente o autor, subscreveu o Requerimento o Deputado Bohn Gass (PT/RS), que apresentou a matéria. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Encerramento: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta ata. Senador Marcelo Castro, Presidente.

Vamos à segunda ata.

Ata da Terceira Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 22 de maio de 2019.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO. Esta reunião foi convocada para discutir "Fontes orçamentárias que suportem as dotações constantes do Projeto de Lei nº 04/2019-CN, caso a projeção anual de insuficiência de recursos para cumprimento da Regra de Ouro seja inferior a R\$ 248,9 bilhões", em atendimento ao Requerimento nº 06/2019- CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), subscrito pelos Deputados Lucio Mosquini (MDB/RO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 15.05.2019. Foi sugerido, inicialmente, os seguintes convidados para o debate: 1. Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra, 2 Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Teresa Cristina Corrêa da Costa Dias; 3. Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, e 4. economista, Sr. Rodrigo Avila". E posteriormente, foi aprovada a inclusão dos seguintes convidados para o debate: Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, Sr. Otávio Ribeiro Damaso; e Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Albernaz. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Cacá Leão, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque e Vicentinho Júnior; - Senadores titulares: Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Marcelo Castro; Deputados suplentes: Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Efraim Filho, Fred Costa, Gurgel, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto e Zé Carlos. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Darcísio Perondi, Evair Vieira de Meio, General Peternelli, Heitor Freire, José Medeiros e Liziane Bayer. Abertura: às quatorze horas e vinte e nove minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa de trabalhos o Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra e o autor do Requerimento nº 06/2019-CMO, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Em seguida o Presidente anunciou a presença dos seguintes palestrantes: Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Eduardo Sampaio Marques; Economista, Sr. Rodrigo Ávila; Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz; e o Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca. Foi anunciada, também, a presença do Diretor do Departamento de Governança e Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os Parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente esclareceu que, em relação aos demais palestrantes, seria observado o disposto no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e disporiam de vinte minutos para fazerem as suas exposições, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Entretanto, sendo seis expositores, seriam dados, a cada um, oito minutos, prorrogáveis e sem possibilidades de apartes durante a exposição. E, conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal, os Parlamentares inscritos para interpelar os palestrantes poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Em continuidade, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e transferiu a palavra ao Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Gasparini Terra, que discorreu sobre o tema, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a participação do Ministro e concedeu a palavra aos demais convidados. E assim, utilizando projetor de multimídia, o tema foi exposto pelos seguintes palestrantes: Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Eduardo Sampaio Marques; Economista, Sr. Rodrigo Ávila; Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Marcos José Mendes; Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz; e pelo Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Rogério Antônio Lucca. Encerrada as apresentações, o Presidente agradeceu a participação dos expositores. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra ao autor do Requerimento nº 06/2019-CMO, Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), que manifestou-se sobre o tema e fez questionamentos aos palestrantes. O Ministro, devido a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

compromissos agendados, ausentou-se e deixou como representante o Sr. Ayrton Galiciani Martinello, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Governança do Ministério da Cidadania. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) questionou ao Presidente sobre a lista de inscritos e como seria o andamento dos trabalhos. O Presidente informou que passaria a palavra aos expositores para responderem ao autor do requerimento e depois, seria formado um grupo único, com os inscritos para o debate, e após a participação do grupo, a palavra retornaria aos palestrantes que responderiam aos interpeladores. Em sequência, o Presidente transferiu a palavra aos expositores Sr. Ayrton Galiciani Martinello, Sr. Eduardo Sampaio Marques, Sr. Felipe Scudeler Salto, Sr. Marcos José Mendes, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Sr. Rodrigo Avila, que prestaram os devidos esclarecimentos ao Deputado Hildo Rocha (MDB/MA). Logo após, foi iniciado o debate e participaram os Senadores Izalci Lucas (PSDB/DF), Kátia Abreu (PDT/TO) e Marcelo Castro (MDB/PI), e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Cacá Leão (PP/BA), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Bohn Gass (PT/RS) e Hildo Rocha (MDB/MA). Encerrado o grupo de debatedores, fez uso da palavra o Sr. Rogério Antônio Lucca, representante do Banco Central do Brasil, que prestou esclarecimentos ao Deputado Hildo Rocha (MDB/MA) e aos Senadores Kátia Abreu (PDT/TO) e Marcelo Castro (MDB/PI). Finalizando, o Economista, Sr. Rodrigo Avila prestou os últimos esclarecimentos aos Parlamentares e concluiu a exposição. Encerramento: às dezoito horas e seis minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu o comparecimento dos convidados, dos Parlamentares, e dos demais presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Marcelo Castro, Presidente.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Verificação, Sr. Presidente, como Líder.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O PT apoia a verificação do Líder do PL.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - O PCdoB também apoia a verificação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos à votação...
Em votação...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na Câmara dos Deputados pelo sistema eletrônico.

Está iniciada à votação. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Líder Nelson Pellegrino, do PT.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, está claro, basta fazermos uma contagem visual para vermos que não há quórum na Comissão. Inclusive eu quero anunciar que o PT está em obstrução. E eu queria fazer uma sugestão a V.Exa.

Há uma incoincidência absoluta em relação aos números. O Governo pediu 148 bilhões, mandou uma nota com o valor de 248, o Banco Central mandou uma nota técnica informando que já devolveu 140 bilhões para o Tesouro — esse dinheiro pode ser utilizado para essa operação. O próprio Governo pede modificações no projeto.

Eu quero dizer aos Senadores e aos Deputados que a Oposição tem muita responsabilidade não só em relação ao Bolsa Família, mas também ao crédito da safra agrícola. Mas a Oposição quer discutir com o Governo sobre o dinheiro para a educação, pois estão faltando 5 bilhões, para as universidades e os Institutos Federais funcionarem. Também queremos dinheiro para ciência e tecnologia — o Governo acaba de cortar várias bolsas — e para o Minha Casa, Minha Vida, que está praticamente parado. Também queremos dinheiro para compra de remédios de alta complexidade, pois estão faltando remédios em postos de saúde, na ponta. Enfim, queremos conversar com o Governo sobre isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E se o Governo está endividando o País ou está pedindo dinheiro para operações que são absolutamente necessárias, nós também queremos conversar com ele sobre estas questões: saúde, educação, ciência e tecnologia e o Minha Casa, Minha Vida.

Então, eu queria fazer uma sugestão a V.Exa.: como não há quórum, que a sessão seja suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, há quórum para deliberação, e está em votação a ata.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, visualmente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, nós vamos apurar os votos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós estamos verificando. Foi feita uma solicitação de verificação pelo Líder do PL. Nós estamos aguardando o quórum ser atingido, e para isso há um prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, há quórum para deliberar, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora, vamos fazer a votação...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Há quórum no painel. Nós estamos checando se há quórum na Comissão, em plenário. Uma coisa é o quórum no painel; outra coisa é o quórum na Comissão. É o quórum da Comissão que vale para efeito de votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só vamos saber se há quórum se votarem.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Estamos no prazo regimental para a verificação de quórum na Comissão.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Sr. Presidente, V.Exa. é um dos mais experientes desta Comissão. Então, não vamos insistir. Está clara a falta de quórum.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - A minha proposta é que V.Exa. suspenda esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Como sabemos se há quórum ou não? Votando.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Então, eu estou fazendo uma sugestão a V.Exa.: suspenda a reunião e convide o Líder do Governo, juntamente com o Secretário do Tesouro, para fazer uma reunião com a Presidência da Comissão, com os Líderes, para conversarmos sobre os números, inclusive sobre a proposta da Oposição em relação a também o Governo encaminhar para esta Casa PLN para dar crédito a essas questões que aqui eu coloquei.

Nós queremos dinheiro para a educação. Nós queremos dinheiro para ciência e tecnologia. Nós queremos dinheiro para remédio, o que está faltando nos postos de saúde. Nós queremos dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida. Se o Governo está preocupado com estas questões — e nós também estamos preocupados —, que haja dinheiro para o Bolsa Família e para o crédito agrícola, quero dizer que a Oposição está preocupada não só com isso, mas também com a saúde, com a educação, com a ciência e tecnologia, com o Minha Casa, Minha Vida.

Essa é a sugestão que eu faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Orlando Silva. Em seguida, aos Senadores Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas e Angelo Coronel. Posteriormente, ao Deputado Bohn Gass.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente, a decisão da Oposição e de partidos que não são de oposição ao Governo de criticar a proposta que o Governo apresentou, que é na verdade um pedido de cheque em branco de mais de 100 bilhões de reais, é porque nós acreditamos que é preciso que haja transparência.

O Governo de Jair Bolsonaro é especialista em *fake news*, em notícias falsas. Eu tenho certeza de que vai haver Senador e Deputado que vão postar nas suas redes o seguinte: "*A Comissão de Orçamento não quer votar o dinheiro que vai pagar o Bolsa Família*". Mentira. Eu tenho certeza de que vai haver discursos da base do Governo assim: "*A Comissão de Orçamento não quer votar o dinheiro do*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bolsa Família, do BPC". Repito: mentira, *fake news* e discurso falso também aqui na Comissão.

Nós queremos deixar claro que o recurso do PLN, que vai ser votado, tem que recompor o dinheiro que Bolsonaro cortou da educação. Hoje, os jornais publicam mais cortes nas bolsas de ciência e tecnologia. Nós queremos deixar claro que o crédito extraordinário tem que ter recursos para recompor essas bolsas. O Minha Casa, Minha Vida está paralisado. É uma tragédia ver esqueletos pelo Brasil, e o Governo não colocar o recurso necessário no Minha Casa, Minha Vida. Nós queremos deixar claro quanto que vai para recompor o Minha Casa, Minha Vida.

Não se trata apenas de partidos de oposição, há partidos inclusive que votam majoritariamente a favor do Governo, mas que não aceitam dar um cheque em branco, sendo que a receita projetada do Banco Central, por exemplo, era de 26 milhões e o Governo já recebeu 141. Então, há recurso, o que não há é eficiência na gestão desses recursos.

Por isso, para nós, é necessário discutir para onde vai cada centavo. E nós não vamos assinar um cheque em branco. Não vamos assinar um cheque em branco! Nós queremos decidir. O papel do Congresso é deliberar sobre orçamento. Queremos decidir quanto vai para a educação, quanto vai para a moradia, para o Minha Casa, Minha Vida, e garantir os recursos do Bolsa Família, do BPC e de tudo o mais que é de interesse do povo. Aliás, quem quer cortar o BPC é o Governo Bolsonaro, que faz uma proposta de reforma da Previdência que acaba com o BPC.

Então, eu faço um pelo, Presidente, para que os Deputados e Senadores nos poupem das *fake news*. Basta fazer discurso mentiroso contra a democracia, contra o Congresso, contra o Supremo nas redes sociais, mas nos poupem, porque nós vamos votar o crédito extra decidindo recompor o dinheiro que o Bolsonaro cortou da educação, garantir o dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida.

É assim que nós acreditamos deva ser a votação desse crédito extraordinário, e não autorizando cheque em branco. Até porque nós não vamos admitir mais esse discurso mentiroso e antidemocrático, que tenta jogar a população contra o Congresso, baseado em mentiras. Chega de mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) - Presidente, bom dia a todos. Só não enxerga quem não quer. Está aqui: infelizmente, se não for aprovado esse crédito agora, o Plano Safra, já a partir junho, não tem mais dinheiro. A agricultura, motor da nossa economia, vai ficar sem recurso, por causa de alguns Deputados que estão fazendo obstrução. Ao Bolsa Família, a partir de setembro, vai faltar dinheiro para pagar. Sobre o BPC, quero falar aos trabalhadores rurais que nos assistem que aqueles que estão aqui hoje acusando o Governo de trabalhar contra as senhoras e os senhores, nos Governos passados, pediram crédito suplementar extraordinário, e não houve essa preocupação, essa gritaria, essa tentativa de obstrução.

Então, é preciso ter responsabilidade neste momento. A eleição já acabou. Não precisamos de um terceiro turno. O Brasil precisa voltar a caminhar. Foram muitos anos, Presidente, de mau Governo, de desvios que levaram à situação caótica em que o Brasil se encontra hoje. E há um esforço de todos, no Senado, na Câmara, no Governo, dos brasileiros, de retomar a economia. É fundamental fazermos essa alteração, como já aconteceu em outros Governos. Ninguém está inventando a roda.

Eu acho fundamental o debate sobre educação. Temos que discutir por que o Brasil é o quinto país no mundo que mais investe em ensino superior e entrega esse resultado que nós estamos vendo. O corte das bolsas da CAPES foi esclarecido junto ao Ministério da Educação. Diz respeito a 1,5% do valor total das bolsas de estudo, e está sendo sobre aquelas bolsas que estavam vagas ou sobre aquelas, Presidente, cujos cursos tinham notas entre 3 e 4 nos últimos 10 anos. Ou seja, cursos de má qualidade.

Temos que discutir como é que no Orçamento ainda existem mais recursos para o ensino superior do que para o ensino básico. Alguém já viu em algum lugar do mundo a casa começar a ser construída pelo telhado e não pelo seu alicerce? Temos que investir lá no ensino básico, é lá que está a grande evasão. Esse é um debate importante que nós temos que travar, mas não neste momento. O Brasil, para voltar a caminhar, precisa dessa alteração no Orçamento. Não é cheque em branco. Não estamos falando de dinheiro, estamos falando de orçamento. E tudo o que o Governo não quer é se endividar até esse limite que nós estamos aprovando no relatório que está sendo votado neste momento. Óbvio que o Governo fará de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tudo para não precisar usar todo esse orçamento. Isso significa que ele vai se endividar mais do que gostaria. Então, vai fazer de tudo para que não seja usado.

Agora, para que fazer um cavalo de batalha sobre isso, colocando em risco, sim, os recursos para aqueles que mais precisam, que recebem o Bolsa Família, os trabalhadores rurais, o financiamento para nossa agricultura? Vamos ser responsáveis, Deputados e Senadores. A eleição já acabou.

Então, Presidente, só para fazer esse encaminhamento e convocar aqueles que estão nos assistindo, que estão aqui nos arredores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que possam comparecer aqui à CMO neste momento e dar o seu voto favorável ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu queria conversar com as Sras. e os Srs. Senadores e com as Sras. e os Srs. Deputados, porque eu estou vendo que nem os que estão presentes aqui estão querendo votar. Então, nós estamos em um impasse.

A minha sugestão a V. Exas. é que suspendamos a sessão e fôssemos ali para a sala da Presidência para...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - E se V. Exa. encerrasse, em vez de suspender, tendo em vista o que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com todo o prazer.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Esta Comissão é muito técnica. Então, o que se fala aqui acaba confundindo a população. A gente nunca fez aqui nesta Comissão uma audiência pública tão robusta e tão esclarecedora como fizemos. Chamamos aqui todos: Banco Central, Ministério da Economia — todos estiveram aqui. Quem teve a oportunidade de participar, pelo menos tecnicamente, saiu daqui sem nenhuma dúvida. Primeiro, essas despesas já estão no Orçamento. Nós é que colocamos Bolsa Família, BPC, a questão do PRONAF. Nós colocamos.

O que acontece com o PLN é que — como há déficit, já é o sexto ano que estamos entrando com déficit primário, déficit total, em função exatamente da má gestão anterior, que sempre veio com déficit, a gente não consegue superar isso há anos — o Governo precisa pagar essas despesas que nós colocamos. Para ele





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emitir título, porque não há receita suficiente, é deficitário o nosso Orçamento, tem que aprovar esse requerimento para poder pagar o Bolsa Família, o BPC, a questão do PRONAF, que é importante.

Então, não há como mudar aqui. O próprio Relator tentou fazer isso e explicou, ali na Liderança, todas as tentativas que ele fez para reduzir. Essa questão do Banco Central, alegada aqui pelos colegas, o superávit do Banco Central é para pagar a dívida. Não podemos pegar esse recurso para pagar BPC e Bolsa Família. Tecnicamente, não se pode fazer isso, tanto é que o Relator tentou fazer por diversas vezes e não conseguiu — tecnicamente. Agora, se a gente não conseguir isso, mesmo tendo dinheiro, não se pode pagar, porque senão vai ficar inegável. Existe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que a Oposição parece querer é fazer com que o Governo seja pressionado a pagar, mas não vai pagar, porque seria crime de responsabilidade fiscal. Então, nós não temos como pagar se não aprovarmos. E quem será prejudicado são exatamente os beneficiários do Bolsa Família. Não venham dizer que a gente pode pagar, porque não pode.

Então, eu quero só esclarecer isso. Para quem está nos assistindo e ouvindo um discurso fácil, como se a gente estivesse aqui exigindo coisas impossíveis, eu quero dizer o seguinte: isso é técnico. Nós temos que aprovar essa medida provisória para poder pagar o BPC, o Bolsa Família e o PRONAF.

Era esse o esclarecimento, Sr. Presidente, que eu queria fazer antes de V.Exa. suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sras. e Srs. Senadores e Deputados, nós temos um problema para resolver. Para suspendermos a sessão, é preciso concluirmos a votação. Como estamos votando só as atas, eu gostaria de pedir a compreensão de V.Exas. para votarmos as atas a fim de que possamos, em seguida, suspender a sessão e fazer uma reunião na sala da Presidência com os Líderes, para decidirmos como vamos encaminhar daqui para frente. Nós não podemos suspender a sessão enquanto estamos em processo de votação.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Nós temos uma proposta nessa linha.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel, que está inscrito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu queria usar da palavra como Líder.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, esse imbróglio é fácil de se resolver. O que nós não podemos é ficar nesta Comissão analisando três números que chegaram ao nosso conhecimento: o valor de 96 bilhões; o Ministro Paulo Guedes anuncia 140 bilhões; o Governo pede 248 bilhões. Ninguém sabe afinal qual é o número real.

Sei também que esse déficit não é somente culpa do atual Governo, não sou aqui irresponsável para achar que o atual Governo é responsável por esse buraco. Mas nós precisamos receber um relatório da equipe do Governo informando-nos quais são os reais números, para não ficarmos aqui com esta dúvida.

Com relação a algumas ameaças no sentido de que somos contra, de que não queremos liberar recursos para o Bolsa Família, para o BPC, isso não está colando mais. Sabemos que há um exército de robôs espalhados pelas redes sociais.

Quero até dar um exemplo: se o Presidente Bolsonaro enviar para esta Casa uma emenda para modificar algum versículo da Bíblia, é capaz de esta Casa, que é cheia de cristãos, votar contra, porque não quer modificar a Bíblia. Mas no outro dia as redes sociais, com os seus robôs, irão sacrificar os Parlamentares que ficaram a favor da Bíblia e contra o Presidente Bolsonaro.

Então, a meu ver, esse negócio de rede social é importante, mas ter uma rede satisfatoriamente grande não me convence. Se o robô tem cérebro, nós temos um cérebro humano que é mais importante do que o cérebro virtual.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de consultar se eu estou escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir a ordem dos inscritos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre esse impasse da suspensão da reunião, para contribuir com todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Eu estou verificando, inclusive com os colegas que pediram a verificação... Eu acredito que, desde que não haja um entendimento de que deu por aprovada a ata... O problema é V.Exa. suspender, ou eles retirarem a verificação, como se a ata estivesse aprovada. Eu entendo que haverá a concordância natural dos colegas de aquiescer o pedido de V.Exa. para suspender a reunião, sem dar por aprovada a ata, para que possamos conversar e construir um entendimento. Esta é a Comissão de entendimento. E, ao sentarmos junto aos Líderes para construir um entendimento, eu acredito que nós possamos avançar no interesse do País, porque a matéria é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É isso que nós estamos querendo, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - A minha proposta é que V.Exa. mantenha a proposta de suspensão, sem que seja considerado que já esteja esgotada a votação da ata. Aí nós vamos ao diálogo no Colégio de Líderes, com os demais membros que quiserem participar, procuramos construir um entendimento e voltamos, na sequência, para dar prosseguimento aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito oportuna a sugestão do Deputado Domingos Sávio.

Eu gostaria de perguntar aos autores do requerimento de votação nominal se podem retirá-lo, porque aí nós não aprovaríamos e poderíamos suspender a sessão. Ou seja, encerraríamos...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, se não for aprovar, nós poderemos retirar o pedido de verificação e V.Exa. poderá suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Suspenderíamos a reunião sem aprovar...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sim, sem aprovar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Porque não derruba a sessão. Tudo bem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, mas eu só tenho uma informação: o Senador Izalci pediu...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Presidente, não há como retirar sem a aprovação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Já foi anunciado o resultado, só com o pedido de nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode retirar, sim.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, quero tirar uma dúvida agora. Eu estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está inscrito e está com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Deputado Domingos Sávio, eu só queria ter a garantia, com V.Exa., Presidente, de que, no momento em que nós concordarmos em retirar a verificação, V.Exa. nos permite, se não houver acordo depois, pedirmos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Está seguro isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Agora, eu queria fazer duas observações sobre dois pontos que já são ditos e que não verdadeiros.

Primeiro, foi dito aqui pelo Senador Flávio Bolsonaro que essa modalidade de pedido de suplementações de crédito extraordinário sempre foi feita. O tema que está em votação tem uma novidade diferente, que esta, sim, é primeira vez que é votada, a regra de ouro. Essa é a novidade.

Então, suplementações para investimentos, todos os Governos fazem, mas não é disso que nós estamos tratando. Nós estamos tratando de uma gravidade, a tal ponto que a expressão "regra de ouro" parece ter algum sentido, alguma validade. Por isso que se chama regra de ouro.

E Governo Bolsonaro levou este País ao desastre, a tal ponto que hoje não se financia uma geladeira, porque o Governo está pedindo para financiar a alface, o leite, o refrigerante, os itens que vão para a geladeira. Esse é o caos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que o Governo disse quando derrubaram a Presidenta Dilma? *"Nós vamos aplicar uma reforma trabalhista que vai gerar emprego"*. Não gerou. *"A economia vai crescer."* Não cresceu. *"Vamos aprovar a Emenda Constitucional nº 95"*, que não resolveu o problema dos gastos públicos. Esse discurso fiscal só levou o Brasil... E não temos crescimento econômico. O que temos nas notícias de hoje? *"Indústria insatisfeita, porque não cresce"*. O que nós temos nas notícias de hoje? *"Desemprego crescente"*. Esse é o debate que nós vamos fazer.

Então, a primeira questão é a novidade da regra de ouro, que só está acontecendo no Governo Bolsonaro.

Em segundo lugar, há o uso dos recursos do BACEN. Os recursos do BACEN podem ser usados. O Senador Izalci disse que os recursos do BACEN não podem ser usados. Os recursos do BACEN podem, sim, ser usados num remanejamento. Isso é importante. Eles podem ir para o pagamento de dívidas, e os recursos que estavam alocados orçamentariamente para pagar dívidas podem ser remanejados para esses programas. Então, isso é perfeitamente possível. Nós não podemos dar a ideia de que não é possível usar esses recursos. São duas informações que eu considero importantes serem colocadas agora, para não se passar a ideia de que esses recursos não podem ser usados. Eles podem, sim, ser usados.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Sr. Presidente, pela ordem. Vamos ganhar tempo e otimizar os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto, autor do requerimento para votação nominal.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Sr. Presidente, é visível a falta de quórum. O PL retira o pedido de verificação, com o compromisso de suspender a reunião e convocá-la para semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a votação diante da retirada do pedido de verificação pelo autor do requerimento. Nós suspendemos esta reunião.

Convido os Líderes das bancadas para nos reunirmos e chegarmos a um entendimento. Se não chegarmos a um entendimento, nós suspenderemos a reunião e a convocaremos para a próxima terça-feira, às 14 horas.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Sr. Presidente, ratificando...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Aí é encerrar a reunião, não suspê-la.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por enquanto, está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está reaberta a reunião.

Declaro suspensa esta reunião, marcando o seu retorno para o dia 11 de junho, terça-feira, às 14 horas, para reiniciarmos os nossos trabalhos com a mesma pauta.

Em 11.06.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Apreciação das atas.

Estamos dando continuidade à sessão anterior.

No último dia 5, foram lidas as seguintes atas: a da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de maio de 2019, e a da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 22 de maio de 2019.

Passamos, então, à votação das atas em tela.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Iniciada a Ordem do Dia, há requerimento de inversão de pauta sobre a mesa.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 34 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a inversão da apreciação da Pauta nº 21, no sentido de ser apreciado inicialmente o item 2, o PLN 4/19, na Ordem do Dia da reunião da Comissão realizada em 11 de junho de 2019.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sala de sessões, Joice Hasselmann, PSL, Líder do Governo no Congresso.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Não teremos discussão, apenas o encaminhamento de votação a ser feito por dois Parlamentares de cada Casa — um, a favor; um, contra. *(Pausa.)*

Isso vale para a próxima decisão, posto que é matéria preclusa, porque nós já votamos.

Item 2. Projeto de Lei (CN) nº 4, de 2019, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 248.915.621.661,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Hildo Rocha. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às duas emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela rejeição.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator, o Deputado Hildo Rocha, está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Vice-Presidente Deputado Dagoberto Nogueira, Deputada Joice Hasselmann, que aqui se encontra presente, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Nós tivemos a incumbência, por parte do Presidente desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Senador Marcelo Castro, de relatar esse PLN, que é um projeto de lei do Governo Federal que abre crédito suplementar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no valor de 248,9 bilhões de reais para fazer diversos pagamentos — pagamentos esses que estão condicionados à aprovação deste PLN, mas que já estavam tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto na Lei Orçamentária Anual de 2019. Portanto, esse recurso já está na LOA. Não é nenhum recurso novo. É um recurso que depende apenas da aprovação do Congresso Nacional, por se tratar de receita oriunda de emissão de títulos de responsabilidade do Governo Federal. E isso o Governo faz atendendo a Constituição Federal, no seu art. 167, III, que dispõe que é necessária a aprovação do Legislativo quando se utiliza receita de capital para fazer face a despesas correntes.

Com base nisso tudo, a Lei Orçamentária, a LDO e a Constituição me guiaram para que eu fizesse este relatório. E eu vou passar a ler o meu voto. Se houver alguma dúvida, no final V.Exas. podem me questionar à vontade.

"II. Voto do Relator

Analisando o PLN 4/19, verificamos que a proposição tem por objetivo o cumprimento do disposto no art. 21 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 — Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 —, que dispõe:

Art. 21. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei poderão conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

Nesse sentido, a análise do PLN 4 deve levar em conta a condição imposta pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, qual seja, que o presente projeto de lei seja aprovado por maioria absoluta dos senhores membros do Congresso Nacional. Não obstante as questões relacionadas ao adequado rito de apreciação por parte das Casas legislativas, não se deve perder de vista a relevância do crédito e a urgência de aprová-lo em seu valor integral, uma vez que contém um rol de despesas que, além de obrigatórias, só não constaram de maneira definitiva na Lei Orçamentária para 2019, por força da necessidade de se prestar obediência à Regra de Ouro constitucional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Verificamos que o crédito será suportado por recursos oriundos de operações de crédito (Fonte 144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional), estando em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, e da LDO 2019.

Do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Com relação às emendas apresentadas, verificamos que atendem aos requisitos de admissibilidade, uma vez que suplementam programações já existentes em unidades orçamentárias beneficiárias do crédito. Porém, dados os valores constantes do projeto e o volume de demandas apresentadas, consideramos que o atendimento das proposições inviabilizaria o objetivo do crédito.

Diante do exposto, votamos pela rejeição das Emendas 00001 e 00002 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Como nós já tínhamos publicado o nosso relatório e surgiu depois um acordo construído pelos Líderes que têm assento na Comissão Mista de Orçamentos, além da interveniência do Presidente da Câmara Rodrigo Maia, do Presidente do Congresso Davi Alcolumbre, também da Líder Joice Hasselmann e dos demais Líderes, possibilitou-se o aumento em 80 milhões de reais neste PLN para o PRONAF, destinado a atender a agricultura familiar.

Então eu vou passar a ler a complementação do voto ao relatório.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 4, de 2019-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Cidadania, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 248.915.621.661,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Autor: Poder Executivo. Relator: Hildo Rocha.

Com o objetivo de promover ajuste nas dotações destinadas à Ação 0281, Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento da Agricultura Familiar — PRONAF, estamos apresentando em anexo emenda de Relator, em conformidade com o disposto na Resolução nº 1, de 2006."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é justamente o recurso que nós estamos colocando a mais para atender o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. São 80 milhões de reais a mais.

Sr. Presidente, acredito que nós demos cabo ao que V.Exa. nos incumbiu de relatar, que é esse tão polêmico PLN 4/19, porque se trata de uma novidade em nosso ordenamento jurídico e também na questão que diz respeito ao Orçamento público federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Parabenizo o Deputado Hildo Rocha pelo relatório feito depois de longas discussões e de realizações de audiências públicas, porque é a primeira vez que ocorre, depois do advento da Constituição Federal de 1988, a quebra da Regra de Ouro, mas é um imperativo da realidade.

Vamos passar à discussão do relatório.

Inicialmente, antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, esclareço ao Plenário que, de acordo com o art. 132, § 6º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Angelo Coronel apresentou voto em separado ao relatório apresentado pelo Deputado Hildo Rocha.

Passo, então, a palavra ao Senador Angelo Coronel, para a leitura do voto.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria louvar a atuação da Líder Deputada Joice Hasselmann, que realmente se esforçou muito para defender o seu Governo para que se chegasse a um acordo.

Parabéns pela sua condução. V.Exa. é uma Deputada de primeiro mandato, mostrando realmente bastante galhardia ao exercer essa função.

Mas, por não concordar na íntegra com o PL 4, eu fiz aqui só um resumo, para não ser muito prolixo, e gostaria de submetê-lo a V.Exas.:

"Nesse contexto, somos de entendimento de que as programações constantes do Projeto de Lei nº 4, de 2019-CN devem necessariamente ser autorizadas, vez que tratam de despesas obrigatórias com alto impacto social e econômico. Quanto às operações de crédito, esta Comissão e o Congresso Nacional não devem autorizar mais que R\$146,7 bilhões, uma vez que essa é a necessidade efetivamente demonstrada pelo Poder Executivo projetando-se o pior dos cenários, no qual foram considerados todos os riscos envolvidos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Logo, a autorização para realização de operações de crédito no montante de R\$248,9 bilhões é excessiva e desnecessária. De fato, há flagrante erro no projeto, o qual deve ser corrigido com fundamento no art. 166, § 30, inciso III, alínea "a".

Submetemos à consideração desta Comissão a seguinte forma de sanar o vício:

- Aprovação integral das despesas constantes do Projeto de Lei nº 4, de 2019-CN, com a utilização de diferentes fontes de recursos.
- Aprovar o Projeto de Lei nº 4, de 2019-CN no valor de R\$248,9 bilhões;
- Deixar expresse, no texto da lei, que os recursos que devem suportar as despesas são oriundos de operações de créditos (R\$146,7 bilhões) e de parcela do superávit financeiro constituído por recursos transferidos pelo Banco Central (R\$102,2 bilhões);

(...)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, essa é a alternativa que entendemos ser a mais adequada e oportuna, pois tanto suplementará as despesas constantes do crédito — todas obrigatórias, repita-se — nos montantes necessários até o final de 2019 quanto o fará empregando um conjunto otimizado de fontes de recursos. Acreditamos que a nossa proposta alcançará consenso nesta Comissão (...)."

Eu queria ressaltar, Sr. Presidente, que ouvi alguns colegas falarem que não se pode usar os recursos do Banco Central, do superávit. Isso é muito simples, isso é uma questão de prática contábil. E só você pegar os recursos da fonte 44 e trocar pela fonte 52. O Tesouro sabe disso, o Tesouro já aferiu isso. Nós estamos simplesmente antecipando uma quebra da Regra de Ouro para o próximo ano.

O Congresso está aqui de plantão. Caso se precise de mais crédito suplementar, eu garanto que é só nos convocar que estaremos aqui qualquer dia da semana, qualquer dia do mês. Não há necessidade de se colocar esse crédito antecipado.

Quero ser bem claro que não adianta as redes sociais acharem que o Senador Angelo Coronel está contra os 248,9 bilhões de reais. Eu estou a favor desses recursos para pagar o Bolsa Família, para pagar o BPC, para pagar o Plano Safra. Sou a favor! Agora, não podemos é dar um cheque em branco, já que o Congresso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

está aqui à disposição para votar qualquer necessidade a qualquer dia do mês e do ano.

Então, deixo aqui o nosso voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar, então, com a discussão do relatório do Deputado Hildo Rocha.

Já temos 11 Srs. Parlamentares inscritos. O nobre Deputado Carlos Zarattini é o primeiro inscrito para discutir a matéria.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Presidente, é só 1 minuto e 15 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Regimentalmente, são 5 minutos, nobre Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, inicialmente, eu queria parabenizá-lo pela condução desta Comissão de Orçamento, de forma tranquila, possibilitando a conversa, a negociação, que é sempre importante. Eu o conheço desde Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a crise no sistema aéreo nacional. V.Exa. foi o Presidente daquela Comissão e a dirigiu muito bem. Então, sempre dessa forma, agora como Senador, V.Exa. vem honrando o voto do povo do Piauí.

Mas eu queria dizer que o Senador Angelo Coronel apresentou aqui um voto em separado que tem o nosso total acordo. Veja bem, ao contrário do que diz a propaganda oficial do Governo, que quer impingir à Oposição a vontade de não pagar aposentados, BPC e outras despesas previstas nesse projeto, nós sempre nos pautamos aqui pela responsabilidade. Essa foi a tônica dos nossos governos. Agora, nós também discordamos da forma como isso é feito.

O Senador Angelo colocou aqui, claramente, que o Congresso Nacional pode fazer as necessárias modificações legais que evitem o aumento desnecessário do endividamento público, que já é um absurdo e vai, na medida em que se abre a possibilidade de ele chegar a 248 bilhões de reais, aumentar ainda mais a despesa com juros da dívida interna. Portanto, nós somos contrários à forma como isso vem sendo feito.

O Governo recebe 102 bilhões de reais do Banco Central e poderia, através de outras mudanças, ajustar esse recurso para ser utilizado. O Governo tem o dinheiro





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da devolução dos recursos do BNDES e vai ter, se fizer o leilão da cessão onerosa — e deve fazer —, mais 107 bilhões de reais. Portanto, o Governo não tem falta de dinheiro.

É por isso que nós da Oposição colocamos aqui uma série de pleitos que dizem respeito às necessidades da população, como, por exemplo, a liberação de recursos para o funcionamento das universidades e institutos federais. Colocamos essa questão na pauta; colocamos a necessidade de recursos para complementar as bolsas de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia; colocamos a necessidade de recursos para movimentar as compras do Farmácia Popular, de remédios de uso continuado que estão faltando para a população; e, do ponto de vista econômico, colocamos a necessidade de recursos para a mobilização necessária das obras do Minha Casa, Minha Vida, que são importantes não só do ponto de vista da moradia, como também da recuperação econômica do País.

O Brasil está enfiado numa depressão, e o Governo não toma uma única atitude para tirá-lo disso. Nós da Oposição exigimos que faça algo e, por isso, queremos que se volte a construir moradia popular nesse País, porque é necessário gerar emprego, é necessário gerar renda. São milhões de brasileiros desempregados e outros tantos, 14 milhões, que vivem de bico, ganhando muito pouco, sem condições inclusive de contribuir com a Previdência Social.

Então, Sr. Presidente, a nossa posição que temos é de acompanhar o Senador Angelo Coronel nesse posicionamento dele e exigir que o Governo se manifeste em relação às questões que colocamos. Está aí: os estudantes foram às ruas no dia 15 e no dia 30 e se mobilizaram porque exigem que a educação não pare neste País, como quer o Ministro da Educação, que resolveu punir universidades cortando recursos da educação. O movimento social e o movimento estudantil repudiaram essa posição, e é por isso que nós da Oposição estamos ao lado dos estudantes, exigindo a volta dos recursos às universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, eu devo cumprimentá-lo pela capacidade política de liderança aqui na Comissão, pela construção de entendimento e de consenso. A sua liderança tem sido fundamental para que a Comissão do Orçamento possa firmar o seu papel e o papel do Parlamento.

Devo registrar o empenho do Deputado Hildo Rocha. Preferiria o primeiro relatório apresentado pelo Deputado Hildo Rocha, um relatório que, tecnicamente, era consistente e refletia exatamente o voto em separado apresentado pelo Senador Angelo Coronel. Bastariam 146 bilhões de reais de emissão de títulos da dívida; nós poderíamos, levando em conta a receita extra, o superávit financeiro da transferência do Banco Central, incluir, em outra rubrica, 102 bilhões de reais; e os outros 248 bilhões de reais seriam votados respeitando as circunstâncias orçamentárias. Mas o Deputado Hildo Rocha procurou contribuir com a construção desse entendimento, e eu quero aqui registrar o meu agradecimento.

Também devo dizer, Presidente Marcelo Castro, que a Deputada Joice Hasselmann me surpreende como Líder do Governo. Ela nem parece que é Líder deste Governo, um governo intransigente, um governo que não dialoga, um governo intolerante e que não tem nenhuma capacidade de transitar no Congresso Nacional. Eis que a Deputada Joice Hasselmann senta-se à mesa, conversa com todos os Líderes indistintamente, discute com a Oposição. Então, devo dizer que é uma surpresa muito grande, uma grata surpresa para mim que sou Deputado de Oposição, que este Governo, com essas características que possui, inclusive, em minha opinião, autoritárias, consiga produzir uma Líder do Governo que dialogue. É uma grande surpresa. Parabenizo a Líder pela capacidade de diálogo.

Nós acreditamos que o Congresso Nacional tem a obrigação de dialogar com a sociedade brasileira. As manifestações vividas no Brasil em 15 de maio, feitas por educadores e estudantes, e as manifestações feitas por estudantes, cientistas e professores em 30 de maio levaram às ruas uma grande preocupação: a preocupação com a educação e a ciência no Brasil. Aliás, diga-se de passagem, a crueldade do corte na educação feito pelo Governo Bolsonaro é imensa, porque não apenas as universidades foram atingidas, foram cortados recursos que seriam dirigidos para a construção de creches, para a expansão do ensino técnico.

Portanto, é muito importante que a Câmara dos Deputados — e a Líder do Governo tem que usar a palavra — sinalize o debate que a Oposição fez. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reivindicação da Oposição é que seja recomposto o orçamento da educação. O Governo pode fazê-lo passo a passo ou pode recompor uma parcela imediatamente, para garantir que o custeio seja mantido nas universidades e que elas não fechem as suas portas. A Oposição exige a liberação de bolsas para pesquisa, porque a ciência é fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A reivindicação da Oposição é que seja recomposto o orçamento da educação. O Governo pode fazê-lo passo a passo ou pode recompor uma parcela imediatamente, para garantir que o custeio seja mantido nas universidades e que elas não fechem as suas portas. A Oposição exige a liberação de bolsas para pesquisa, porque a ciência é fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A Líder do Governo está com a palavra. Nós queremos que o Governo garanta a liberação de bolsas para pesquisa em nosso País e queremos que programas como o Minha Casa, Minha Vida sejam retomados. O Minha Casa, Minha Vida não é apenas uma política pública que garantiu habitação popular, é também um instrumento de desenvolvimento econômico do País, porque a cadeia produtiva da construção civil tem grande repercussão na economia, com uma geração imensa de emprego e oportunidade para trabalhadores e trabalhadoras em todo o País. E o que se vê? O que se vê são obras paralisadas.

Portanto, diferentemente da campanha sórdida que alguns Parlamentares da base do Governo e o próprio Governo... O próprio Presidente da República insinua que o Congresso não quer votar recursos para o Bolsa Família e o BPC. Alto lá, Jair Bolsonaro! Quem criou o Bolsa Família foram os nossos governos. Nós criamos o Bolsa Família. Nós garantimos o BPC. Quem quer acabar com o BPC é o Governo de Jair Bolsonaro! E a posição da Oposição aqui é votar para garantir os recursos do Bolsa Família, garantir o BPC. Mas nós também queremos garantir o Minha Casa, Minha Vida, nós queremos garantir o Farmácia Popular e nós queremos garantir os recursos necessários à educação.

Essa é a posição da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra a Deputada Joice Hasselmann, que, como Líder do Governo, pede a palavra e tem precedência.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Obrigada, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu fui tão chamada pelo Deputado Orlando Silva! Deputado, muito obrigada pelos elogios. Foi um elogio e uma crítica ao mesmo tempo, um bate e assopra, não é, Deputado? (Risos.) Mas muito obrigada.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Hoje eu reconheci o empenho de V.Exa. na construção de uma saída para garantir os recursos para a educação, para o Minha Casa, Minha Vida, etc.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - É verdade. Abrimos um excepcional diálogo com a Oposição, com os integrantes desta Comissão que compõem os partidos de centro, com os Líderes de centro, com os integrantes da base do Governo. Foram horas, muitas horas de discussão.

Eu creio aqui, Deputado Orlando Silva e Senador Angelo Coronel, que todos nós queremos a mesma coisa: cuidar desses programas sociais. Nós temos programas sociais importantíssimos para o Brasil que estariam na berlinda caso esse PLN não fosse aprovado, entre eles o BPC, entre eles o PRONAF, entre eles o Bolsa Família. E nenhum de nós aqui neste Parlamento, independente do partido em que estejamos, independente da cor partidária, independente da ideologia, quer, obviamente, colocar em risco tais programas sociais.

Construímos um acordo no diálogo, na boa conversa, na discussão, por vezes, mais ou menos acalorada. E chegamos, com a sensibilidade que procuramos no Governo e encontramos e com a sensibilidade também dos Líderes, incluindo os Líderes, repito, da Oposição, a um acordo para que, de fato, nós possamos retomar obras do programa Minha Casa, Minha Vida — um pleito de muitos dos Parlamentares, se não de todos eles — e para que possamos também cuidar do custeio da educação, garantindo que não faltará o básico para as universidades.

Foi feita uma conversa com os técnicos do Ministério da Economia, com o Ministro-Chefe da Casa Civil e também com o Ministro da Educação. E eu creio que, com boas conversas, nós conseguiremos fazer o Brasil avançar.

Deputado Domingos Sávio, obrigado pela participação, também brilhante.

O Relator, Deputado Hildo Rocha, brilhantemente construiu esse relatório. E eu posso dizer a todos os senhores, sem medo de errar, que quem mais defendeu o relatório anterior, de 146 bilhões de reais, foi o próprio Deputado Hildo Rocha. Mas depois de S.Exa. entender o que de fato significa esse PLN 4 para o Brasil, ele se sensibilizou e fez um relatório tecnicamente perfeito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, agradeço a todos. Vamos aprovar esse relatório, creio, com facilidade, pelo entendimento de todos nesta Comissão, e, se nós permitirmos, ainda hoje, no Congresso Nacional.

Muito obrigada. Vamos em frente!

Presidente Marcelo Castro, quero agradecer-lhe pessoalmente porque, na costura com a Oposição, V.Exa. foi brilhante também e tem um bom trânsito com todos aqui. Eu aprendo muito a cada dia, quando vejo V.Exa. nessas boas conversas, e republicanas, entre todos nós.

Deputado Carlos Zarattini, obrigada também.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, eu não compreendi...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputada, seria interessante expor o acordo que o Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Sim, eu acabei de falar. São o Minha Casa, Minha Vida, o contingenciamento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - E os valores? As formas? Isso é importante para que toda a população brasileira possa ter conhecimento daquilo que foi acordado e da posição do Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Vamos lá, Deputado Zarattini! V.Exa. não perdoa.

Serão 1 bilhão de reais para obras do Minha Casa, Minha Vida, e isso deve ser feito através de portaria. Para a transposição do Rio São Francisco, serão 550 milhões de reais em duas parcelas, uma de 300 mil reais e outra de 250 mil reais, para que as obras não parem e tenham continuidade. Em relação ao custeio da educação, nós combinamos aqui que não haverá paralisação do básico das universidades e falamos no valor de 1 bilhão de reais inicialmente. Sabemos que esse não é todo o valor do contingenciamento, mas foi um passo que o Governo conseguiu dar neste momento, deixando as portas abertas para que possamos conversar num futuro próximo, para que possamos resolver todos os problemas do País.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Líder, e com relação às bolsas de pesquisa?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Em relação às bolsas de pesquisa ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão 330 milhões de reais, com um descontingenciamento que começa imediatamente, já a partir dessa semana.

É isso que nós temos aqui. Agradeço a compreensão de todos vocês. Esse é um acordo que beneficia todos, beneficia o Governo, beneficia a Oposição e beneficia a população.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Nós tínhamos colocado também uma reivindicação em torno da questão da Farmácia Popular, dos remédios que faltam. Seria interessante V.Exa. explicar isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Em relação à Farmácia Popular, houve um levantamento por parte de alguns Líderes e alguns membros da CMO de que haveria um contingenciamento. Eu entrei em contato com o Ministro Mandetta um pouco mais cedo, que me garantiu que não há contingenciamento. Também os técnicos do ME me garantiram que não haverá contingenciamento. O que há é uma peneirada, porque existe uma série de suspeitas de fraudes em alguns pontos específicos.

Mas nós vamos marcar aqui uma reunião específica com integrantes da Oposição e com o Ministro Mandetta, para que possamos, num diálogo franco, aberto e honesto, ajudar a encontrar boas soluções também em relação à Farmácia Popular.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir a ordem das inscrições.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Não quero debater. Mas, após ouvir o anúncio da Líder Joice Hasselmann...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Seria importante a ordem, Sr. Presidente.

Apenas quero dizer que a reunião com o Ministro Mandetta deve ser com todos, Deputada Joice.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, após as palavras da Líder Joice Hasselmann, eu quero só registrar que V.Exa., na condição de Presidente da Comissão Mista de Orçamento, abençoou esse entendimento e será o zelador para que ele aconteça no tempo pactuado. Agradeço a liderança de V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem nenhuma dúvida, isso é uma demonstração do exercício da atividade parlamentar. É assim que se constrói aquilo que é útil e que é importante para o nosso País.

Na semana passada, nós viemos para cá; não houve entendimento; havia muita incompreensão; o PLN não estava esclarecido. Mas o Governo agiu de maneira muito efetiva, assim como os Líderes partidários, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, e as coisas evoluíram.

Hoje, novamente, chegamos aqui, e ainda havia a necessidade de alguns esclarecimentos. E aqui agradeço à Oposição e à Líder Joice. Todos contribuíram, e nós chegamos ao entendimento de que precisamos votar esse PLN agora, na Comissão e, mais tarde, no Congresso Nacional.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, tenho uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos para o próximo inscrito. O Deputado Edmilson Rodrigues tem a palavra. Se não for assim, nós não conseguimos avançar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu queria usar a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson Rodrigues está com a palavra, por favor. (Pausa.)

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, a sessão do Congresso está convocada para as 14 horas. Eu queria indagar de V.Exa. quantos oradores ainda existem e se nós poderíamos fazer um acordo, já que, como disse o Líder Zarattini e o Líder Orlando Silva, a partir da fala da Líder Joice Hasselmann, houve uma definição.

Então, como foi dito, nós fizemos um acordo. Por isso, eu sugeriria que, como a sessão congressual no plenário da Câmara dos Deputados está marcada para as 14 horas — e eles estão aguardando esta votação para poder complementar a pauta — nós procedêssemos ao restante desta discussão no plenário e acelerássemos aqui a votação, para que pudêssemos partir para lá, dado o adiantado da hora. (Palmas.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Muito bem! É isso aí, Sr. Presidente. Concordo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Vamos colocar o PLN em votação. Depois, aqueles que quiserem se manifestar justificam o voto, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É bem melhor. Se todos fizerem esse acordo, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há objeções? *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu quero encaminhar como Líder.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, Presidente. Eu gostaria de expressar a minha opinião.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - No encaminhamento da votação, V.Exa. usaria da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, encerrada a discussão, vamos para o encaminhamento da votação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu discordo do encaminhamento e me inscrevi. Não há garantia de eu falar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, aqui tem que haver unanimidade.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu vou ser breve.

Inicialmente, no debate mais interno, o Deputado Cajado falou corretamente que estamos debatendo aqui o que foi aprovado no Orçamento. Não há uma obrigação de se votar a favor, mas, no Orçamento, está previsto que são uma despesa condicionada à aprovação aqui os itens da assistência e da Previdência, que incluem programas fundamentais como o Bolsa Família.

É bom dizer que eu fiz questão de, representando o PSOL, assumir a tribuna para expressar a nossa posição globalmente contra aquele projeto de Lei Orçamentária, marcando posição sim, mas para dizer que há outros caminhos para a constituição da Lei Orçamentária Anual. Eu acho que ela é uma estrutura viciada, que compromete grande parte do Orçamento com o pagamento dos serviços da dívida. Há vícios de concessões de benefícios fiscais e uma série de outros vícios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vivemos um processo depressivo, com despesas obrigatórias crescentes e um Orçamento que se pode dizer congelado, mas, na verdade, é regressivo. De modo que as despesas discricionárias são cortadas e, com isso, há uma queda brutal dos investimentos públicos. E eu não vejo, sinceramente, o Governo mostrando qualquer vontade de mudar esse quadro.

Por que isso é importante? Porque aqui nós estamos contando vitória — é importante que se reconheça. Nós poderíamos simplesmente ter aprovado os 248,9 bilhões de reais, garantindo os projetos sociais e a Previdência para os trabalhadores. Bacana! Mas foi importante que a Oposição aqui se manifestasse, porque permitiu que o Governo desse um alento à sociedade brasileira.

Foi uma vitória garantir, por exemplo, 1 bilhão de reais de descontingenciamento para o Minha Casa, Minha Vida; descontingenciar recursos da pesquisa científica, da educação e mesmo de obras importantes, como os 550 milhões de reais da transposição do São Francisco. Por quê? Porque é uma gotinha d'água, mas é fruto de um esforço enorme da Oposição para garantir geração de emprego, algum grau de investimento maior do que está previsto, se depender apenas da cabeça financista do Paulo Guedes, destrutiva da estrutura econômica do nosso País. Ele, tão inspirado na economia norte-americana, esquece que, ano passado os Estados Unidos tiveram 319 bilhões de dólares de déficit e têm uma dívida pública de 2 trilhões de dólares superior ao seu PIB, por exemplo.

Mas aqui o raciocínio é todo invertido, porque tudo se pode gastar com o capital financeiro, enquanto se fez aprovar, no Governo Temer, uma emenda constitucional que estabelece teto de gastos e vai nos levar, em breve, a debater novamente a situação que estamos debatendo aqui. Na nova proposta orçamentária, certamente teremos valores maiores de despesas condicionadas. Portanto, no ano que vem, virá novamente o discurso de que somos obrigados a aprovar. Sabem por quê? Porque vão ser colocadas exatamente despesas relacionadas a políticas sociais importantes, e ninguém vai votar contra Bolsa Família, ou Previdência, ou recursos sociais importantes para, por exemplo, a população milionária de pessoas com deficiência.

Portanto, eu queria expressar, em nome do PSOL, o apoio ao relatório do Senador Angelo Coronel. Eu usei a expressão, numa das reuniões, de que nós estávamos "assinando um cheque em branco", por que, já que o próprio Governo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

afirmou que precisava de 146,7 bilhões de reais, vamos, então, aprovar a totalidade aqui a totalidade pedida, os 249 bilhões de reais. No entanto, a proposta do Senador Angelo Coronel não deixa um cheque em branco, porque, se o Governo gasta 146,7 bilhões de reais. E nós estamos autorizando quase 250 bilhões de reais, é claro que nós estamos fazendo uma frouxidão, dando um cheque em branco ao Governo Federal. Quando se incluem esses recursos do Banco Central, que são um superávit e podem ser usados, se não em custeio, mas em investimentos ou até mesmo para pagamento de dívida, nós estamos, de certo modo, determinando, de forma mais rigorosa, que não se faça com os recursos públicos a festa que é possível ser feita se não houver controle.

Queria dizer, no entanto, que ou superamos a Emenda Constitucional nº 95 ou estaremos sendo permanentemente chamados a discutir projetos dessa natureza, porque a crise, no fundo, é intencionalmente produzida. Não há solução para a economia brasileira e para os problemas sociais brasileiros se não houver crescimento dos investimentos, com geração de emprego, com aumento da produção e da nossa riqueza nacional.

Dizem que sabem isso. O Governo diz que concorda com isso, mas nada faz. A única solução apontada é tirar direitos dos trabalhadores e dos pobres brasileiros com essa reforma sanguinária da Previdência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos seguir o acordo feito.

Encerrada a discussão.

Vamos passar agora ao encaminhamento de votação.

Está inscrito em primeiro lugar o Deputado Nelson Pellegrino, para encaminhar pelo PT.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, queria fazer minhas as palavras dos Deputados que me antecederam e elogiar a condução de V.Exa. no processo de discussão e votação desse PLN e na busca do acordo. V.Exa. teve uma boa condução nesse processo, mas também tem a responsabilidade, porque sabe que, se nós estamos votando esse PLN hoje, isso é fruto de um grande acordo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria elogiar também a Deputada Joice Hasselmann pela condução, pelo diálogo. Acho que foi muito importante. Mas também, Deputada, V.Exa. é avalista desse acordo e será cobrada em relação a ele.

Quero elogiar o Deputado Hildo Rocha pelo seu relatório.

A bancada do Partido dos Trabalhadores votará com o voto em separado do Deputado Angelo Coronel, porque temos uma posição firmada. Mas isso não impede que o relatório do Deputado Hildo Rocha seja aprovado, porque nós sabemos que ele tem maioria aqui na Comissão e, provavelmente, terá maioria no plenário.

Este encaminhamento é só para dizer que nós vamos votar com o relatório do Deputado Angelo Coronel, porque concordamos que a necessidade imediata com relação ao endividamento é de 146 bilhões de reais. Mas também queremos reafirmar e deixar, de público, uma vez afirmado, que a Oposição e, no caso, o PT...

Queria agradecer ao Líder da Oposição e até aos Líderes de partidos da base do Governo que contribuíram para esse acordo, que tiveram um papel importante para que chegássemos a esse acordo. É um acordo que garante não só a continuidade do Bolsa Família, do Plano Safra, da agricultura familiar e outras despesas do Governo, mas também garante que as universidades não terão solução de continuidade no funcionamento. O Governo assumiu o compromisso de liberar já 1 bilhão de reais para que as universidades possam funcionar, e há um compromisso da Deputada Joice Hasselmann, costurado com o Governo, de que não haverá problema de custeio das universidades até o final do ano. É importante deixar registrado isso.

Queria até sugerir, Deputada, que tivéssemos uma audiência não só com o Ministro Mandetta, mas também com o Ministro Abraham Weintraub e com o pessoal da ANDIFES, para discutirmos esse calendário de liberação dos recursos, para que ele fique claro e costurado, porque isso é muito importante.

Acho muito importante a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso vai gerar emprego no Brasil, que precisa de geração de emprego. E a construção civil é um dos setores da economia que responde mais rápido. O Brasil precisa dar casa a quem dela necessita, e a construção civil, com o Minha Casa, Minha Vida, vai gerar emprego.

Também acho que são importantes os recursos destinados para que não haja solução de continuidade das obras de transposição do Rio São Francisco e para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

defesa civil, bem como os recursos da ordem de 350 milhões de reais que estão sendo destinados para que não haja solução de continuidade da pesquisa e da ciência e tecnologia no Brasil.

Então, a Oposição e o PT ficam muito satisfeitos com esse acordo. Estamos sentindo que o Brasil ganhou muito. E a Oposição contribuiu para que pudéssemos fazer com que a educação pública continuasse com as universidades federais e os centros federais de educação tecnológica, que o Minha Casa, Minha Vida fosse retomado e que não faltassem remédios e medicamentos nos postos de saúde do Brasil.

Espero que esse acordo possa ser fielmente cumprido conforme foi feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino.

Vou passar a palavra agora ao Deputada Celso Sabino, do PSDB, para encaminhar.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, para fazer o encaminhamento, não há uma relação dos partidos pelo tamanho?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São quatro da Câmara e quatro do Senado. Já encaminhou o PT. Vai encaminhar agora o Deputado Celso Sabino, pelo PSDB da Câmara.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Quero encaminhar pelo MDB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos chegar lá.

Depois, vem o Senador Angelo Coronel, pelo PSD do Senado. Em seguida, falarão o Deputado Domingos Neto, pelo PSD da Câmara, e o Senador Izalci Lucas, pelo PSDB do Senado.

Com a palavra o Deputado Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Presidente, não existe missão tão árdua que um soldado muito esforçado não consiga cumprir. Dito isso, eu gostaria de cumprimentar o Relator, o Deputado Hildo Rocha, e a Líder do Governo, a Deputada Joice Hasselmann, pelo empenho em celebrar esse acordo.

O PSDB, desde as primeiras discussões desse projeto, tem-se posicionado pela derrubada dos vetos que envolvem a educação. E, hoje, através do acordo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

celebrado, que garante que não faltará recursos para o custeio da educação superior no nosso País, o nosso partido se sente contemplado.

O nosso partido também tem levantado a questão da conclusão das obras da elevação do Rio São Francisco, bem como tem pontuado a questão da ampliação de mais 1 bilhão de reais para os recursos destinados para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Então, o PSDB encaminha favoravelmente ao relatório do Deputado Hildo Rocha, que garante 248,9 bilhões de reais de recursos suplementares ao Governo Federal.

É importante que se diga aos telespectadores que assistem à reunião no Brasil inteiro que não estamos aqui votando contra os trabalhadores, não estamos aqui votando em desfavor de nenhuma camada menos favorecida. Ao contrário, com a liberação desses recursos, o Governo Federal terá condições de fazer frente aos programas sociais que atingem aqueles mais carentes, como os que recebem o Bolsa Família e o BPC, e de garantir o Plano Safra, muito bem lembrado aqui pelo nosso Líder Domingos Sávio.

O PSDB, mais uma vez, não faltará com o País, com a sua responsabilidade. Portanto, o PSDB encaminha favoravelmente ao relatório do Deputado Hildo Rocha e favoravelmente à aprovação do PLN 4. Se possível, iremos trabalhar não só nesta Comissão, mas também no Plenário, para que essa aprovação ocorra durante o dia de hoje.

Presidente, eu lhe devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Senador Angel o Coronel, para encaminhar pelo Senado a votação do PSD.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Hildo Rocha, sentido por não poder acompanhar o seu relatório. Irei acompanhar o meu voto em separado. Mas tenho certeza de que as ideias, no fundo, vão se coadunar.

Eu gostaria também de salientar ao povo brasileiro que assiste a esta sessão neste momento que estão garantidos os recursos para o Bolsa Família, para o BPC, para o Plano Safra. A Líder Joice Hasselmann já garantiu também que serão cumpridos os recursos para o Minha Casa, Minha Vida, para a revitalização do Rio São Francisco, recursos para as universidades. Então, já que o meu relatório talvez





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não consiga atingir a grande maioria desta Comissão, e mesmo que venha a ser derrotado na minha redução de crédito de 249 bilhões para 147 bilhões, nós estamos, de qualquer maneira, dando um cheque em branco ao Governo na pessoa da Líder Joice, é importante citar. A Líder Joice aqui mostra que tem mais credibilidade do que o próprio Governo.

Portanto, parabéns, Deputada Joice, pela sua condução. E fica aqui mantido o meu voto contrário ao relatório do Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo orador inscrito, Deputado Lucas Gonzalez, pelo NOVO.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, boa tarde. Parabéns pela condução dos trabalhos! Quero deixar claro que, apesar de talvez ser um dos mais jovens nesta Comissão, de idade e também em atividade parlamentar — estou no meu primeiro mandato —, estou muito honrado de poder representar, juntamente com o Deputado Alexis, o Partido Novo na Comissão Mista de Orçamentos. O nosso encaminhamento é favorável ao relatório do Deputado Hildo Rocha, com quem eu já havia conversado, inclusive, na última reunião e cujo relatório eu já havia estudado, já havia lido. Mas quero deixar claro que esse encaminhamento do NOVO nada tem a ver com o acordo que foi feito. O Deputado Carlos Zarattini falou aqui agora há pouco que o Governo não toma atitudes para tirar o Brasil da depressão. O curioso é: quem colocou o Brasil na depressão? É difícil. Na semana passada, apresentou aqui um kit obstrução, falou claramente que estava em obstrução, e o engraçado é que hoje está votando, está deixando correr. Que bom que está deixando correr, porque esse acordo é um acordo chato, um acordo com o qual nós não concordamos.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, se é para obstruir, nós estamos prontos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Vamos manter o acordo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não tem problema nenhum.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Quero deixar claro que o NOVO encaminha "sim", mas em nada temos espaço para esse acordo que foi feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos para o próximo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, o NOVO está em oposição a esse Governo, eu estou muito desconfiado disso.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, é democrático que a Oposição possa fazer oposição. Os partidos do Governo têm que nos dar o direito de fazer oposição.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não precisa fazer oposição, não, porque o NOVO já faz. Não precisa se preocupar, Deputado Orlando.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito: Deputado Domingos Neto, pelo PSD da Câmara.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, parablenzo-o pela condução dos trabalhos e por toda a articulação feita, parablenzo a nossa Líder Joice Hasselmann, já amplamente elogiada aqui pela sua articulação, e, em especial, o nosso Relator Hildo Rocha. Quero aqui, Presidente, em nome do PSD da Câmara, pedir toda a compreensão ao nosso Senador Angelo Coronel, do nosso partido no Senado. Mas, tecnicamente, o nosso Relator Hildo Rocha já nos explicou sobre a inviabilidade de se tentar dividir o relatório em 146 bilhões mais 102 bilhões, apenas existindo a viabilidade do relatório no seu valor global.

Sobre a utilização dos recursos do Banco Central, nós temos a Lei nº 11.803, que só permite que ela seja usada a serviço da dívida. Para isso, nós teríamos que ter um PLN, e isso teria um processo que iria demorar mais tempo.

Quero aqui me colocar à disposição também para ajudar que o Governo possa, nessa autorização que nós estamos dando de 248 bilhões, usar apenas o que for necessário em um primeiro momento, dos 146 bilhões, e, em paralelo, possa mandar o PLN para mexer na LDO, no Orçamento, na Lei nº 11.803, a fim de que possamos usar, em um segundo momento, os outros 102 bilhões, sem ter que gastar 8% ou 9% ao ano com 102 bilhões de reais a mais. Essa seria uma solução que poderia mediar e ajudar.

Eu quero aqui pedir, Presidente, que V.Exa. transmita meus agradecimentos ao Senador Davi Alcolumbre, que também ajudou muito na articulação dessa votação. Mas o PSD da Câmara, com todo o respeito ao Senador do nosso partido, Angelo Coronel, vai acompanhar na integralidade o relatório do Deputado Hildo Rocha.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Senador Alessandro Vieira, pelo Cidadania.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Obrigado, Sr. Presidente. Falo pelo Cidadania no Senado, mas também pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, que abrange REDE, PDT, PSB e Cidadania. Encaminho voto favorável ao relatório, elogiando e reconhecendo o trabalho feito por todos os envolvidos, não apenas o Governo, que ouviu e cedeu, mas também a Oposição, que, de uma forma racional, buscou o melhor resultado possível para o momento. Então, parabéns aos envolvidos, e vamos tirar o Brasil de onde estava parado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Senador Luiz do Carmo, para encaminhar pelo PMDB.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, o PMDB também vai votar favorável ao relatório principal. O acordo foi muito bem construído. Acho que o Brasil sai ganhando com isso. Com o Minha Casa, Minha Vida recebendo 1 bilhão e com todos os outros acordos que foram feitos aqui, acho que o Brasil vai ganhar. E não há outro jeito. Nós temos que ajudar o Governo para sair dessa crise, realmente, e a solução é essa. Então, o PMDB vota favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra para a Senadora Soraya Thronicke, para encaminhar pelo PSL.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sr. Presidente, muito obrigada. Não é hora de brigas ideológicas, não é hora de toma lá, dá cá, não é hora de fazer pressão no Governo; é hora de nos abraçarmos, porque são os mais necessitados que precisam, é a agricultura familiar, é o BPC, são os idosos, enfim. Então, é hora de nos unirmos pelo Brasil, porque, com isso, todo mundo vai ganhar, todo mundo vai ganhar. Portanto, o nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - No nosso Regimento Comum, o art. 49 diz assim: "*Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 minutos cada um*".

Sendo assim, nós já cumprimos o nosso Regimento.

Feito isso, se houver a compreensão, nós vamos colocar em votação.

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, o Solidariedade...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Podemos votar, Presidente!

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Precisamos orientar, Sr. Presidente. Não vou gastar os 5 minutos não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O pessoal da sessão do Congresso está, a toda hora, nos passando mensagem e nos pedindo para...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente Marcelo, como sugestão, nós poderíamos escolher os partidos, faríamos um acordo entre Senado e Câmara e cada partido daria um encaminhamento de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Orientação, então?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Orientação de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos fazer o seguinte: faremos um apelo aos partidos que já falaram e já encaminharam para que não orientem mais; aos partidos que não encaminharam, que façam a orientação por 1 minuto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Isso, deixar falar os que não falaram. Correto!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, para orientar pelo PP.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, o PP entende a meritocracia apresentada pelo Senador Angelo Coronel, mas discorda, tecnicamente falando. Na nossa opinião, o relatório do Deputado Hildo Rocha é perfeito. Quero aproveitar para parabenizá-lo pela construção deste relatório; como também parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos; e também a Líder do Governo, Joice Hasselmann, pela habilidade demonstrada em construir este importante acordo — que vem atender a todos os partidos, independentes de o partido ser da base do Governo ou de Oposição —, que vai resolver os problemas na questão da educação, como também das obras paradas do Minha Casa, Minha Vida e a transposição do Rio São Francisco.

Então, o PP encaminha o voto "sim" ao relatório do Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em seguida, vamos passar a palavra ao Deputado Lucio Mosquini, para orientar pelo MDB da Câmara.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, quero parabenizar o nosso Relator Hildo Rocha, do nosso partido, pelo brilhante trabalho que fez.

Mais uma vez, Presidente Marcelo, ficou provado que a solução está na política, no diálogo, no encaminhamento e nas discussões. E não se está apresentando um relatório tardio não, mas no tempo correto, no tempo maduro.

Então, quero parabenizar a Líder Joice, que foi brilhante, foi fantástica, conseguiu construir um acordo com a Oposição; parabenizar o nosso Presidente Marcelo Castro, pela condução dos trabalhos; e o nosso Relator Hildo Rocha.

É o primeiro PLN que estamos enfrentando nesta Legislatura. Numa modelagem diferente, e o Deputado Hildo conseguiu muito mais do que o PLN previa: conseguiu atender a habitação, a educação e a saúde.

Meu amigo Hildo Rocha, parabéns!

O MDB da Câmara, Presidente, encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. O próximo inscrito é o Deputado Filipe Barros, pelo PSL da Câmara.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero, neste momento, em primeiro lugar, parabenizar nosso Relator, Deputado Hildo Rocha, que, nas últimas semanas, teve um trabalho quase que hercúleo. Trata-se de um tema complexo, que exigiu do Relator inúmeras reuniões com os Ministérios e com os membros da CMO. Deputado Hildo, quero deixar registrado os meus parabéns a V.Exa. e a todos os membros desta Comissão.

Após 2 semanas, finalmente chegamos a um consenso, a um acordo feito, graças à nossa Líder do Governo Joice Hasselmann, em conjunto com todos os Líderes, inclusive os Líderes da Oposição, e com o Sr. Presidente Marcelo Castro, que tem conduzido os trabalhos de uma maneira excepcional. Este projeto é importantíssimo, este projeto não é simplesmente para salvar o Governo Bolsonaro, este projeto é do Estado brasileiro. Independentemente de quem fosse o Presidente, seria necessário aprovarmos este projeto de lei se quisermos o bem para o Brasil.

Por isso, o PSL orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.

Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Leônidas Cristino, pelo PDT da Câmara.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Sr. Presidente desta Comissão, eu queria parabenizar V.Exa., que avalizou, endossou este acordo. Queria parabenizar também o Deputado Hildo Rocha, a nossa Líder Joice Hasselmann, o nosso Relator-Geral da Comissão, Deputado Domingos Neto. Enfim, quero saudar a todos que contribuíram para resolver o problema — ou alguns problemas — que o próprio Governo criou. Espero que ele não os continue criando.

Conseguimos viabilizar pontos importantes, como recursos para as universidades, o Minha Casa, Minha Vida, que é algo importantíssimo para melhorar a condição de emprego de muitos trabalhadores, o Benefício de Prestação Continuada, com o qual todo mundo estava preocupado, principalmente o nosso partido PDT, o Bolsa Família, o Plano Safra.

Quero frisar, principalmente, um ponto muito importante para nós nordestinos: os recursos para a transposição das águas do Rio São Francisco. Há muitos anos venho batendo nisso. Passa Governo, entra Governo, e ninguém se preocupa, com ênfase e força necessárias, em disponibilizar recursos para podermos concluir definitivamente essa obra, que é muito importante, principalmente, para a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o nosso querido Ceará.

Por isso, parabenizo V.Exa. por avalizar esse acordo e espero que o Governo não continue atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - E a orientação é "sim"?

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao nobre Deputado Aluisio Mendes, para orientar pelo Podemos da Câmara.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo novamente pela condução não só neste acordo, mas em toda a Comissão. Parabenizo o meu colega de bancada, o Deputado Hildo Rocha, pelo trabalho excelente, pela paciência, pela disposição de costurar esse acordo importantíssimo para o País.

Deputado Hildo, V.Exa. está de parabéns! O Maranhão se sente orgulhoso de tê-lo como Relator deste PLN.

Parabenizo a nossa Líder, Deputada Joice Hasselmann, a quem eu gostaria de elogiar. Imagino que se inicia uma nova fase nesta Casa: a fase do diálogo, do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acordo, da conversa. Nessa composição S.Exa. deu exemplo a esta Casa de que o Governo está a fim de negociar, de conversar.

Foi importante a decisão desta Comissão de aprovar o PLN, porque, sem ele, o caos se anunciava. Nós deixaríamos de ter dinheiro para o Bolsa Família, para o BPC. Anunciava-se um caos, mas com bom senso, composição, acordo e conversa chegamos a um bom termo.

Parabéns, Deputada Joice! Parabéns, Deputado Hildo! Presidente, parabéns pela sua condução!

O Podemos encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Gonzaga Patriota, pelo PSB da Câmara.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Presidente, Deputado Marcelo Castro, que deixou a Casa e foi para o céu sem morrer, colegas Deputadas e Deputados, serei breve.

Quero dizer que é muito importante o que aconteceu aqui durante a discussão deste PLN. E até peço desculpas aos colegas da Oposição, ao Líder da Oposição, por ter me intrometido para pedir que aceitássemos o entendimento que propôs a nossa Líder Gleisi... Joice. (Risos.)

É porque tem o nome parecido.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Joice. Gleisi é a outra. (Risos.)

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - É a outra.

Vou falar o sobrenome.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Tudo a ver, hein, Deputado Gonzaguinha?!

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Tudo loira e sobrenome com "mann" no final.

Presidente, o nosso partido vai votar "sim", e entendo que podemos tirar este País da crise em que está com esses entendimentos. Temos que, às vezes, até perdoar algumas coisas.

Portanto, o PSB vota "sim" e parabeniza o Relator por esse relatório que trouxe aqui.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - O PROS encaminha "sim".





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O próximo inscrito é o Deputado Marreca Filho, pelo Patriota.

O SR. MARRECA FILHO (PATRIOTA - MA) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar seu belo trabalho, como sempre, agora conduzindo esta Comissão importante.

Quero saudar e parabenizar o meu conterrâneo e amigo Deputado Hildo Rocha pela forma também com que conduziu esse relatório e a nossa Líder do Governo, a Deputada Joice, pela forma com que vem se comportando e se familiarizando, cada vez mais, com os Parlamentares, ganhando a credibilidade aqui dentro da Casa.

Quero dizer que o Patriota encaminha "sim", porque vê a tamanha importância da aprovação deste PLN, em especial para a nossa Região Nordeste, onde vamos fomentar ainda mais o nosso Minha Casa, Minha Vida, onde nos preocupávamos muito com a situação da educação.

Então, encaminhamos "sim" com muito orgulho, porque tenho certeza de que o maior beneficiado é o povo brasileiro e o povo nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tenho a menor dúvida, Deputado.

O próximo e último inscrito é o Deputado Claudio Cajado, pelo PP da Câmara.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu...

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Presidente, o Solidarietà?

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Presidente, o Deputado Rodrigo de Castro está inscrito ali.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, pelo PL...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Calma! Eu falei o último inscrito. Não é o último que vai ter a palavra, não.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e a minha Líder Deputada Joice.

Deputado Gonzaga, podemos até errar o primeiro nome, mas o sobrenome não.

Nem o loiro é igual, não é, Deputada Joice? *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero agradecer aqui ao grande acordo que foi formatado. Diferentemente do que possa parecer, esta Comissão só funciona através de acordo, e o Governo Bolsonaro tanto é democrático que o maior expoente do nosso grupo é a Deputada Joice, que conversa com todas as correntes. Foi formatado um acordo que pelo bem do Brasil.

Eu apenas gostaria de pontuar, Presidente, que o Governo enviou o PLN por determinação do Congresso Nacional. Não foi iniciativa do Governo Bolsonaro fazê-lo. Nós obrigamos o Governo, qualquer que fosse ele, a enviar um PLN para poder gastar o dinheiro que já está em caixa em despesas que nós condicionamos.

Portanto, o Governo age por determinação do Congresso Nacional ao inserir na LDO e no Orçamento que, dos 248,9 bilhões de reais, só poderiam ser gastos, primeiro, se houvesse a emissão de título da dívida pública para cobrir as despesas correntes, quebrando uma regra de ouro.

Nós estamos aqui — e acho que nos próximos anos isso ocorrerá de novo — exaurindo uma discussão. Com certeza, diante dos debates que fizemos com o Relator Deputado Hildo Rocha, através de várias audiências públicas, ficou claro que o Governo não tinha outra alternativa a não ser utilizar os recursos da fonte de emissão de título da dívida pública.

Portanto, as despesas que estão inseridas, e todos aqui consensuaram, são fundamentais para o Brasil, tais como Previdência, BPC, Seguro Safra Agrícola, dentre outros. E não tenho dúvida de que, ao votarmos agora, iremos para a sessão do Congresso Nacional e daremos mais uma demonstração de amor ao Brasil e de civilidade na disputa política, deixando as querelas de partido A ou B, sem comprometer aqueles para os quais nós estamos aqui a servir, que é o povo brasileiro.

Portanto, eu quero parabenizar todos os partidos.

Vamos continuar, tenho certeza disso, construindo esse acordo, porque, quando a Deputada Joice fala em nome do Governo, ela avaliza as futuras relações que continuaremos a ter na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo a orientar é o Deputado Paulo Azi, pelo Democratas.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, é tradição desta Comissão sempre se buscar o entendimento, o acordo, e ficaria muito ruim para todos nós,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputados e Senadores, se esta Comissão se omitisse em matéria tão relevante: recursos para BPC, para aposentadoria, para pensão, para o PRONAF. Ficaria muito ruim para todos nós.

Eu quero parabenizar V.Exa., Senador Marcelo Castro, pela condução e pela liderança que soube fazer para que todos nós pudéssemos sentar à mesa e aprovar o relatório do nobre Relator Deputado Hildo Rocha, que se dedicou como ninguém para que pudéssemos chegar a este momento.

Quero cumprimentar a Líder Joice, que, com sua habilidade e sensibilidade, soube chamar os Deputados e Senadores, que aqui representam a Oposição, que, legitimamente, também fizeram os seus pleitos.

Todos nós vamos sair ganhando, não só esses que estão sendo beneficiados pelo BPC, mas aqueles também que estão às margens do Rio São Francisco, tensos por verem aquelas obras praticamente paralisadas. Agora, teremos aí a retomada das obras do Minha Casa, Minha Vida, recursos para educação, que é quase unanimidade em toda esta Casa.

Portanto, creio que V.Exa., Senador Marcelo, está de parabéns por ter sabido, com a sua inteligência, competência e experiência, conduzir todos nós para a feitura desse acordo, que só engrandece esta Comissão, e quero crer que perdurará assim no Plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado.

O próximo inscrito é o Deputado Genecias Noronha, para orientar pelo Solidariedade.

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela sua inteligência, pela sabedoria de ter conduzido com diálogo esse processo, e parabenizar todos os partidos, inclusive os partidos de esquerda, de oposição.

Parabenizo o meu amigo Gonzaga Patriota, que é o Líder da Oposição e colaborou para essa condução unânime aqui na Comissão de Orçamento; a nossa Líder Joice; o nosso Relator Hildo; e dois Deputados que, ainda na semana passada, buscavam que levássemos o diálogo também para os partidos de Oposição, os Deputados Cacá Leão e o Domingos Sávio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ainda na semana passada, buscávamos, orientávamos e pedíamos a todos que se esforçassem para buscar o acordo, também dialogando com o PT, o PCdoB, o PSB, o PSOL, e isso aconteceu.

Parabéns à nossa Líder, que há pouco tempo teve que correr lá no Planalto, com o Relator, para que chegássemos agora a este momento, para, aí sim, votarmos a favor do Brasil, que, se Deus quiser, vai ser por unanimidade aqui e também no Plenário.

Parabéns a todos!

O Solidariedade, diante disso, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Tem a palavra o Deputado Márcio Marinho, para orientar pelo PRB.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos nesta Comissão, queria parabenizar o Deputado Hildo Rocha, pelo brilhante relatório que fez, e também não poderia deixar de citar — não vou errar o nome — a Deputada Joice Hasselmann, pela condução em buscar o acordo nesta Comissão.

O PRB já tinha uma decisão formada lá atrás, e eu externei isso numa reunião que tivemos. Só queríamos ter a informação dessa diferença de 146 bilhões para 248 bilhões. Mas a postura do PRB é sempre atenta com a necessidade de aprovarmos o PLN nº 4, de 2019.

Então, queria parabenizá-los pela condução, até porque eu sou de uma região que precisa realmente de dinheiro, do Bolsa Família principalmente, do PRONAF e do Plano Safra. Era importante que nós chegássemos a este acordo, além do mais, extensivo a outras áreas.

Realmente, o Governo mostra sensibilidade em estar aqui negociando recurso para a Farmácia Popular, recurso para o descontingenciamento da educação e também recurso para a transposição do Rio São Francisco, um projeto tão importante para o Nordeste do Brasil.

Portanto, o Partido Republicano Brasileiro, o PRB, encaminho o voto "sim", em nome do Deputado João Roma e do Deputado Gilberto Abramo, de Minas Gerais. Estamos aqui e vamos votar para que o Brasil possa crescer, para que o Brasil possa se desenvolver.

Esse é o nosso encaminhamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior, pelo PL da Câmara. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Presidente, eu vou encaminhar. Como Coordenador, eu vou encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sr. Relator, Deputado Domingos Neto, Sr. Relator da proposta, Deputado Hildo Rocha, Sra. Deputada, nossa grande Líder Joice Hasselmann, eu quero parabenizar a Deputada, pela ação nesta Comissão.

Acho que hoje nós demonstramos uma grande maturidade política, Sr. Presidente. E o Congresso compreendeu a necessidade máxima do País de sair desta situação econômica que nós estamos vivendo, principalmente olhando para a área social.

Então, acho que hoje o nosso partido, o Partido da República, assim como todos os outros partidos aqui presentes que fizeram este acordo com a grande Líder deram um grande passo para o País, o passo da civilidade política, digamos assim.

Eu acho que aqui hoje não tem vencedor nem vencido. Eu acho que quem ganha, aqui, hoje, é o País; quem ganha, hoje, aqui, é a Nação brasileira, por compreender que a área social, por compreender que os idosos, por compreender que o Bolsa Família, por compreender, acima de tudo, que quem mais necessita no País contou com a presença do Congresso Nacional.

Então, o Partido da República, o PL, vota hoje com o Governo, vota pela aprovação do relatório do nobre Relator, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao Deputado Weliton Prado, do PROS, para orientar. O Deputado é o último inscrito.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - A nossa orientação é "sim".

Eu também gostaria de parabenizar de forma muito especial o Relator, o Deputado Hildo Rocha, a Líder do Governo, Deputada Joice Hasselmann, e o Presidente, Senador Marcelo. E gostaria de reconhecer a mobilização de alguns Deputados que ficaram todo o tempo tentando fazer gestão, de forma muito especial o Deputado Cajado e o Deputado Cacá, que fizeram uma grande mobilização em conjunto com os Deputados da CMO. A votação é, realmente, muito importante. São programas da área social como o Minha Casa, Minha Vida e o BPC, que acho fundamentais. O Brasil não pode parar. Mantendo a coerência, inclusive, para outros





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

créditos, votei favorável. Encaminho favorável para o PROS, e vamos votar favorável também no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos agora ao último orador — agora parece-me que é o último mesmo —, o Senador Izalci Lucas, do PSDB.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu quero, também, parabenizar V.Exa. e, de uma forma muito especial, o nosso querido Deputado Hildo Rocha, que fez um esforço hercúleo para resolver essa questão e proporcionou aqui uma audiência pública bastante esclarecedora. Acho que eu nunca havia assistido a uma audiência como aquela, que esclareceu fortemente isso.

É muito importante dizer, também, Deputada Joice Hasselmann, nessa negociação de que V.Exa. participou — só para que as pessoas a que estão nos assistindo entendam isso —, que esse crédito que nós estamos botando aqui, os 248 bilhões de reais, não tem nada a ver com educação, ciência e tecnologia, com aquilo que foi acordado. O PSDB sempre defendeu, todos sabem. A iniciativa do BPC, inclusive, é do PSDB. Agora, os 248 bilhões de reais são um compromisso que nós assumimos lá atrás. Nós que colocamos, impomos ao Governo essa despesa obrigatória, e, se não aprovássemos isso hoje, haveria problemas, sim, de pagamento. É lógico que o Relator tentou, de todas as formas, reduzir o mínimo possível, mas ele entendeu que tecnicamente e legalmente era impossível. Não há nada de cheque em branco aqui. Isso já foi explicado.

Eu só fiz um apelo, Sr. Presidente, e vamos continuar insistindo para que, nas próximas negociações nossas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tratemos de como elevar a receita e não, como sempre, dos cortes. Eu estava vendo aqui. Eu participei, em 2015, do maior contingenciamento da história: 70 bilhões de reais, no Governo Dilma, inclusive para a educação, com 9,4 bilhões de reais, e para o Minha Casa, Minha Vida, com 17 bilhões de reais. Então, há tudo isso. Por isso, eu louvo e parabenizo.

Agora, sobre a questão levantada da educação e da ciência e tecnologia, que V.Exa. conduziu muito bem com o Governo, o Governo está fazendo, sim, auditorias em vários programas que têm indícios — e não são só indícios, porque já foram detectadas — de diversas irregularidades. Então, o Governo está certo. Vai descontingenciar, como foi já acertado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabenizo-os por tudo isso.

Vamos para a votação. Espero que não haja no Plenário nenhuma obstrução, porque o acordo é de votação, para podermos liberar o pagamento desses projetos do Governo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, a votação vai ser simbólica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai.

Encerrada a discussão.

Vamos à votação.

O relatório, na forma do Substitutivo apresentado pelo Deputado Hildo Rocha, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao Senado Federal.

O relatório do Deputado Hildo Rocha, o Substitutivo dele, está em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Pela ordem, tem a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Quero consignar meu voto.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Quero também registrar que a bancada do Partido dos Trabalhadores votou com o relatório do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Substitutivo do Deputado Hildo Rocha está aprovado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Quero só registrar, Sr. Presidente, que a bancada do Partido dos Trabalhadores votou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A matéria vai ao Congresso Nacional. (Palmas.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 18, 19 E 25 DE JUNHO DE 2019.

Aos dezoito, dezenove e vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenários 04 e 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alexis Fonteyne, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Marcelo Castro; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Fred Costa, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Joice Hasselmann, Júnior Mano, Leônidas Cristino, Lucas Gonzalez, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto e Weliton Prado; e - **Senadores Suplentes:** Alessandro Vieira, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alcides Rodrigues, Alê Silva, Claudio Cajado, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, José Medeiros, Liziane Bayer e Luis Miranda. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Felipe Francischini, Genecias Noronha, Jhonatan de Jesus, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Orlando Silva, Paulo Azi e Zeca Dirceu; e os - **Senadores:** Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia dezoito de junho de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 05 a 18 de junho de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. **AVISO.** O Presidente informou que no dia 19 de junho, quarta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Luiz Henrique Mandetta, que irá apresentar o 3º e 1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente, respectivamente, aos períodos de setembro a dezembro de 2018, e de janeiro a abril de 2019, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. E foram convidadas as Comissões de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. O Presidente anunciou que não havia *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Logo após, fizeram uso da palavra os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (MDB/MA), Nelson Pellegrino (PT/BA), Beto Faro (PT/PA) e os Senadores Marcelo Castro (MDB/PI) e Izalci Lucas (PSDB/DF), que teceram considerações diversas sobre Proposta de Alteração da Resolução nº 01/2006-CN, Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Acordos e matérias extrapauta. Às 15h18min, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente passou a apreciação da Ata da seguinte Reunião: 3ª Reunião Extraordinária, realizada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos dias 05 e 11 de junho de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA. PAUTA.** Item 01. Apreciação do Relatório apresentado á **Medida Provisória nº 874/2019-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 1.368.600,00 (hum milhão, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos reais), para o fim que especifica”. Relator: Senador Carlos Viana. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 05/2019-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.” Relator: Deputado Cacá Leão. Em virtude da ausência do Relator, a apreciação da matéria foi **adiada** para o dia seguinte. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 06/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 236.566.628,00 (duzentos e trinta e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Senador Alessandro Vieira. Foram apresentadas 06 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 03, 04, 05 e 06, e pela rejeição da emenda nº 01. Ausente o Relator, foi designado o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 02 a 06, indicadas pelo relator no seu voto. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00 (trezentos mil, setecentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Nivaldo Albuquerque. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 03 e 04. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Vicentinho Júnior (PL/TO) como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 a 04, indicadas pelo relator no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 05. Apreciação do **Requerimento nº 08/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 295/2016, que dispõe sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública, e, propõe a revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do orçamento federal.” Autor: Deputado Lucas Gonzalez. Ausente o autor, subscreveu o Requerimento o Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), que sugeriu a inclusão de três convidados: Representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Federal de Administração. Discutiram a matéria a Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), que sugeriu a inclusão de um convidado, Sr. Felipe Scudeler Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal; e o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). Em votação, o Requerimento com as alterações propostas foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federal. Em seguida, o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) manifestou-se sobre medicamentos e sugeriu reunião com o Ministro de Estado da Saúde, antes da Reunião de Audiência Pública da CMO com o Ministério da Saúde, e houve concordância do Presidente. Em sequência, os Deputados Vicentinho Júnior (PL/TO) e Nelson Pellegrino (PT/BA) pronunciaram-se sobre emendas ao **Projeto de Lei nº 05/2019-CN - PLDO/2020** e Proposta de Alteração da Resolução nº 01/2006-CN. Houve, também, questionamento do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) sobre a indicação dos Relatores Setoriais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2020 e o Presidente informou que, ainda, não havia definições. Prosseguindo aos trabalhos, o Presidente passou à apreciação da Proposta de Arquivamento de matérias. O Presidente informou que conforme o disposto no *art. 16, § 3º, da Resolução nº 1, de 2006-CN*, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de relatores para as matérias de que trata o *art. 2º, inciso III, alíneas a, c, d, e; e inciso IV*, da supracitada Resolução. Sendo assim, o Presidente propôs ao Plenário o arquivamento das seguintes matérias que não foram apreciadas: **Mensagem nº 1/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 13.473, de 8 agosto de 2017 (LDO 2018), o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 3º quadrimestre de 2018”. **Mensagem nº 2/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019”. **Mensagem nº 5/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º bimestre de 2019”. **Mensagem nº 7/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário”. **Mensagem nº 15/2018-CN**, que “Encaminha, em cumprimento aos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2018”. **Aviso 1/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao 3º trimestre de 2018”. **Aviso nº 2/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre de 2018”. **Aviso 3/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao 4º trimestre de 2018”. **Aviso nº 10/2019-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 969/2019, que trata de acompanhamento de Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2018, publicados pelos Poderes e Órgãos autônomos federais, com base no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal”. **Aviso nº 11/2019-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 973/2019, que trata de acompanhamento de Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2018, publicados pelos Poderes e Órgãos autônomos federais, com base no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal”. **Ofício nº 8/2018-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, ao § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096/2009 e ao § 3º do art. 2º da Lei 12.453/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao 3º trimestre de 2018”. Em votação, a **Proposta** pelo arquivamento das matérias supracitadas foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 15h48min, o Presidente propôs suspender a reunião para o dia seguinte, para apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 05/2019-CN - PLDO/2020**, e houve consenso com os parlamentares. E assim, suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia 19 de junho, quarta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 10h28min, do dia 19 de junho, o Presidente, reabriu a reunião e suspendeu em seguida. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 25 de junho, terça-feira, às 14h30min. Às 14h51min, do dia 25 de junho, o Presidente reabriu a reunião no plenário 4 da Câmara dos Deputados. Item 02. Apreciação do **Relatório Preliminar com**





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 05/2019-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.” Relator: Deputado Cacá Leão. Foram apresentadas 49 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com voto pela aprovação das Emendas de nºs 05, 09, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 25, 28, 37 e 42; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 03, 04, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 20, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 44, 45, 46, 47, 48 e 49; e pela rejeição das Emendas de nºs 01, 02, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 38, 39, 40, 41 e 43. O Relator apresentou o Relatório Preliminar com Emendas e a Complementação de Voto, e informou que ofereceu voto pela aprovação da emenda nº 19, anteriormente rejeitada. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas ao **Projeto nº 05/2019-CN**, haverá Alteração do Cronograma de Tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, que será submetida ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre. E conforme a Alteração sugerida, o Presidente informou que o prazo para apresentação de Emendas ao referido Projeto de Lei será no período de 26/06 a 04/07/2019, até às 18 horas. Por fim, fizeram uso da palavra os Deputados Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO e Márcio Marinho (PRB/BA), que elogiaram e agradeceram o Deputado Cacá Leão (PP/BA), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Logo após, o Presidente informou que havia Requerimentos para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os Relatórios aos **Projetos de Lei de nº 01 e 02/2019-CN**, e o **Requerimento nº 09/2019-CMO**, de autoria do Deputado Filipe Barros, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. E o Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 01/2019-CN**, que “Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019”. Relator: Deputado Filipe Barros. Foram apresentadas 07 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, pela aprovação da Emenda nº 07; pela aprovação parcial das Emendas nº 01 e 06; e pela rejeição das demais emendas. O Relator apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Joice Hasselmann (PSL/SP), Líder do Governo no Congresso Nacional; Cacá Leão (PP/BA), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020; Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO e o Senador Carlos Viana (PSD/MG). O Relator, Deputado Filipe Barros, prestou esclarecimentos sobre o Relatório. Às 15h38min, não havendo consenso, o Presidente anunciou que iria suspender os trabalhos e convidou os parlamentares e os consultores de orçamento para reunião, na Sala da Presidência da CMO, para análise do impasse. Às 15h53min, o Presidente reabriu a reunião e concedeu a palavra ao Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG), que deu continuidade à discussão da matéria. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Bohn Gass (PT/RS), ressaltado o destaque. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**, ressaltado o destaque. Apreciação do destaque nº 01, do Deputado Bohn Gass, de parte do Substitutivo apresentado pelo Relator. Destaque Supressivo, com efeito de supressão total, de parte do Substitutivo, ao Texto da Lei, Art. 17, § 1º, Inciso IX, Alíneas a e b. Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. Discutiram o destaque os Deputados Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Joice Hasselmann (PSL/SP), Aluisio Mendes (PODE/MA), Filipe Barros (PSL/PR), Claudio Cajado (PP/BA) e Domingos Neto (PSD/CE). Em votação na representação da Câmara dos Deputados, a matéria objeto do destaque foi **aprovada**, com votos contrários dos Deputados Filipe Barros (PSL/PR) e Lucas Gonzalez (NOVO/MG). Em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação na representação do Senado Federal, foi **aprovada**. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 02/2019-CN**, que “Altera o Anexo V à Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019”. Relator: Deputado Filipe Barros. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório e a Complementação de Voto, e esclareceu que, a pedido da Bancada do Distrito Federal, apresentou emenda destinada a autorizar a recomposição salarial das carreiras mantidas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF. Diante do exposto, votou pela rejeição das emendas apresentadas e pela aprovação da Emenda de Relator nº 01. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 09/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública para debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância.” Autores: Deputados Felipe Francischini e Hiran Gonçalves. O autor, Deputado Hiran Gonçalves (PP/RR), apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e um minutos, do dia vinte e cinco de junho de 2019. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 18.06.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Aviso.

Informo que, no dia 19 de junho, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta, que irá apresentar o terceiro e o primeiro Relatório Quadrimestral de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referentes, respectivamente, aos períodos de setembro a dezembro de 2018 e de janeiro a abril de 2019, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012, e foram convidadas as Comissões de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Nós estamos aguardando o quórum. Falta um Senador para dar quórum para deliberação.

Enquanto alguns Senadores se dirigem para cá para marcar presença, eu vou passar algumas informações e franquear a palavra.

Um dos assuntos de que eu gostaria de tratar com V.Exas. é a questão da LDO. Nós precisamos aprovar hoje o relatório preliminar e, depois, abrir o prazo para as emendas, porque temos o prazo final. Temos que votar a LDO até o dia 17 de julho. Precisamos convocar o Congresso Nacional, e os nossos prazos estão exíguos. Então, a nossa ideia é abrir prazo para emendas até o dia 4 de julho, para o Relator apresentar o seu relatório final até o dia 7 — a Senadora Kátia Abreu é ansiosamente aguardada aqui para registrar presença —, a fim de chegarmos à conclusão final e aprovarmos, para que o Congresso possa ser convocado ainda na sessão anterior à data final, dia 17, senão não poderemos entrar em recesso parlamentar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, eu acho muito oportuna a preocupação de V.Exa. de já trabalhar um calendário. De certa forma, nós já estamos submetidos a um calendário que é fruto das regras do nosso Regimento e da Resolução nº 1. Mas, se nós não montarmos alguns acordos de procedimento, todos corremos o risco de ficar prejudicados.

Eu sempre defendo, aqui na CMO, que os principais interessados em assegurar que sejamos capazes de nos desincumbir da nossa missão de preparar as condições para que, a partir do nosso trabalho, o Congresso Nacional possa se posicionar e oferecer ao País em tempo hábil uma LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na sequência a Lei Orçamentária Anual — e, neste ano, também o Plano Plurianual de Orçamento —, somos nós mesmos. Se nós tivermos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fatalidade de nos deparar com uma situação, que eu já presenciei aqui em outros momentos, de, por falta de entendimento ou de acordos, não oferecermos ao País um Orçamento, o desgaste primeiro é do Congresso. Mas eu diria que, antes de mais nada, é da Comissão Mista de Orçamento. Na sequência, é do Congresso, e, infelizmente, os prejuízos acabam recaindo sobre todos os brasileiros.

Nós temos uma missão muito ampla, numa democracia, de representar, de legislar, de fiscalizar. Mas o Orçamento é, sem dúvida, a força motriz de uma organização democrática. E aí a responsabilidade é grande.

Eu concluo aqui fazendo uma observação. V.Exa. começou a desenvolver um trabalho, parece-me que com a assessoria, para o aprimoramento da Resolução nº 1. E em alguns momentos, falamos também da nossa preocupação, que é de todos nós, de adequar as nossas estruturas regimentais e a resolução a um fato novo, por sinal uma conquista da democracia, que é a emenda impositiva de bancada. E agora não como coordenador da bancada do PSDB, mas falando pela bancada de Minas, que me delegou essa missão — e assim eu acredito que cada colega, de cada Unidade da Federação, vai, num dado momento, se preocupar com isso —, nós teremos que nos debruçar sobre os critérios que haveremos de adotar. Na Resolução nº 1, já havia alguma coisa proporcional ao número de representação das bancadas para fins de destinação dos recursos orçamentários por bancada estadual. Agora, nós temos uma realidade em que não apenas há uma emenda impositiva, mas um percentual fixo para o País inteiro. Mas na emenda constitucional que tratou do percentual fixo, não se detalhou a regulamentação de como essas emendas de bancada deverão ser colocadas no Orçamento.

Nós já temos algumas sugestões, que estão chegando pela bancada de Minas, mais ligadas à proporcionalidade das representações estaduais. Quero me colocar à disposição de V.Exa. Mas um caminho também que já pode ser adotado é a inclusão como emenda na LDO. A LDO norteia o Orçamento. Aliás, nós conseguimos que a emenda fosse impositiva para a bancada, durante algum tempo, através da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Então, fatalmente, ela poderá ser um instrumento, ainda que temporário, para nortear a maneira de fazermos, na Lei Orçamentária, a distribuição das emendas de bancada impositivas, que vão ajudar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito os nossos Estados em matérias como saúde, segurança pública, educação, o que já é uma realidade. Hoje os Estados e os Municípios estão ávidos por receber as nossas emendas. E a emenda de bancada impositiva será uma conquista.

Então eu deixo aqui o meu registro aos demais colegas, até em um gesto de atitude republicana, porque eu estou me empenhando nisso. Vou apresentar proposta na LDO e a V.Exa., mas quero que isso seja construído a várias mãos, para que o resultado seja justo, seja um resultado que traga equidade e que traga justiça na distribuição dos recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com relação a esse assunto, Deputado Domingos Sávio, nós estamos nos momentos finais da modificação que vamos propor às Mesas das duas Casas, Senado e Câmara, a alteração da Resolução nº 1.

Nós só não a concluímos ainda porque estávamos na dependência da aprovação aqui na Câmara da PEC 34, que trata da impositividade das emendas de bancada. Uma vez que já foi feito isso, nós vamos trabalhar em consonância com essa modificação, porque o que foi aprovado na Câmara determina que, pelo menos, 50% das emendas de bancada têm que ser para investimento. E determina também que as emendas de bancada só poderão ter um valor igual a, no máximo, 1% da receita corrente líquida do ano anterior.

Então, aquela possibilidade que estávamos discutindo de fazer algumas emendas de bancada que perfizessem o total de 1% e outras emendas extras a isso, pelo texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, não vai mais haver. Então as emendas de bancada terão que ser, no máximo, iguais àquele valor de 1% estabelecido, sendo que para o próximo ano, de 0,8%. Essas são modificações que vão constar.

No mais, aceitei as ponderações que fizeram. Eu havia proposto 10 emendas de bancada no máximo, mas ponderaram muito para o número de 11, o que atenderia muitos Estados. Acabei cedendo, e vamos apresentar essa proposta de no máximo 11 emendas de bancada.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, esse valor de 1% para o próximo ano é menos 1,8 bilhões de reais para o fundo eleitoral, que sai justamente dessas emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não senhor! De jeito nenhum!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - São matérias absolutamente distintas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Isso aí foi um caso que aconteceu na...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Vai ter que mudar a legislação!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não! Aconteceu na Legislatura passada!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não tem nada a ver. Emenda constitucional não vinculou nada a fundo eleitoral.

V.Exa. está querendo acabar com o fundo eleitoral? V.Exa. pode até não precisar, porque tem muito voto. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, quero secundar a fala do Deputado Domingos Sávio, conhecido como "Domingos Sabido" aqui nesta Comissão por sua sabedoria.

Acho que também será muito importante votar a LDO, porque, se não a votarmos, não vamos poder entrar em recesso.

Na semana passada, nós tivemos uma unanimidade aqui nesta Casa como poucas vezes vimos. Estou há 20 anos aqui e nunca tinha visto isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu não me lembro de olhar para o painel e ver, dos 450 Deputados votantes, 450 "sim", nenhum "não" e nenhuma abstenção. Isso é histórico. Eu não me lembro de isso ter acontecido antes.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - E Senadores também, não é?

Eu, pelo menos, estou aqui há 20 anos e não vi. Foi um momento importante, mas é sempre bom lembrar que aquilo foi fruto de um grande acordo, que envolveu algumas questões sobre as quais eu queria aqui manifestar de público a minha preocupação.

Eu estive sexta-feira na Bahia com o Reitor da Universidade Federal da Bahia, que me relatou que alguns reitores foram conversar com o Ministro logo após a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação do PLN 4, e o Ministro disse que estava tudo bem; que acordo feito tem que ser cumprido. Só que, *a posteriori* dessa audiência, a decisão da Justiça que mandava desbloquear aquele 1 bilhão caiu, e parece que houve um retrocesso.

Por acaso, eu encontrei aqui pelos corredores o assessor parlamentar do Ministério, que eu conheço desde o tempo da Comissão de Defesa, e ele me deu um retorno. Eu lhe reportei essa preocupação, e ele me deu um retorno dizendo que é preciso que haja um entendimento entre o Ministério da Economia e o Ministério da Educação, para que o Ministério da Economia disponibilize esse recurso para o Ministério da Educação. Então, é preciso conversar com a Deputada Joice Hasselmann, porque tem que falar com o Ministro Paulo Guedes sobre isso.

Eu estava agora falando com o Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, o Prof. Reinaldo, que é Presidente da ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que me disse que, até o final de junho deste ano, faltam apenas 2% em relação ao custeio — já foram liberados 48% do que estava previsto —, mas em relação ao segundo semestre não há previsão nenhuma ainda.

Portanto, é preciso provocar uma nova conversa com o Ministro da Educação e com o pessoal do Ministério da Economia para ajustar esse segundo semestre, porque há um compromisso do Governo de que não haverá solução de continuidade em relação pelo menos ao custeio das universidades até agosto e depois até o final do ano.

O que me preocupou um pouco da conversa com o Reitor da Universidade Federal da Bahia é que o Ministro fica querendo discutir caso a caso, contrato por contrato, e isso fere a autonomia universitária. As universidades têm um orçamento de custeio, e ele tem que repassar os recursos para os reitores fazerem a execução conforme está no orçamento. Todo o mundo aqui sabe o que é um orçamento, todo o mundo sabe o que é uma execução orçamentária, todo o mundo sabe o que é não cumprir execução orçamentária e quais são as consequências disso.

Então, eu queria pedir o apoio de V.Exa., que é também um dos avalistas desse acordo, para na semana que vem fazermos uma reunião com o Ministro da Educação e discutirmos como vai ser o cumprimento do acordo no segundo semestre, porque faltam apenas 12 dias para o segundo semestre.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também acho que é importante que o Ministro Mandetta, colega nosso, Deputado Federal, esteja aqui para falar sobre as metas, porque tinha sido acordado com a Deputada Joice Hasselmann que nós faríamos uma audiência com o Ministro para discutir a regularização dos medicamentos de alta complexidade, que continuam faltando nos postos.

Eu tenho aqui uma nota técnica da Secretaria Estadual da Bahia, que já foi até objeto de reportagem lá também — não a nota técnica, mas a falta dos medicamentos, inclusive medicamentos para HIV e outros. Poderíamos amanhã aproveitar a vinda do Ministro aqui para discutir com ele. A Deputada Joice Hasselmann disse que o problema não era de orçamento, não era de contingenciamento, era problema de licitação, era problema de fiscalização. Então, nós precisamos discutir com o Ministro quais são as medidas que o Ministério está adotando para regularizar a distribuição desses medicamentos para os Estados e Municípios.

Por último, informo que estamos monitorando a liberação dos recursos para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para o Minha Casa, Minha Vida, para a transposição e para a Defesa Civil.

Acho que o bom cumprimento do acordo é fundamental para nós termos tranquilidade para tocar as coisas aqui na Comissão de Orçamento, porque sempre tocamos a Comissão através de um grande entendimento, através de um grande acordo. E nós esperamos que esse clima não seja quebrado e que nós possamos prosseguir nesse mesmo caminho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Peço que sejam breves os inscritos, porque nós queremos dar seguimento à nossa pauta, vez que nós já temos quórum para deliberar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu indago, já que o Relator está chegando, se nós não poderíamos colocar na pauta o PLN 1, por aquela questão do INSS. Nós temos não sei quantos milhões de processos parados, e só falta aprovar isso aqui para poder pagar aquela remuneração de produtividade.

Acho que não há nenhum impedimento em os PLNs 1 e 2 entrarem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os PLNs 1 e 2, que têm o mesmo Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Para entrarem extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou submeter ao Plenário a quebra de interstício, porque são necessários 2 dias da data da entrega do relatório.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu tenho toda a sensibilidade em relação a isso, mas nós precisamos ter conhecimento do projeto e da emenda. E eu não tenho conhecimento do projeto nem da emenda. Eu acho que não tem condições.

Terça-feira V.Exa. convoca, porque eu preciso ter conhecimento, para saber o que é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo.

Com a palavra o Deputado Beto Faro.

O Senador Izalci Lucas terminou?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Estou esperando o Relator. A minha questão é esta: ele chegando, nós colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo.

Com a palavra o Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sr. Presidente, quero tratar de uma questão com relação a essa pauta que o Deputado Pellegrino traz aqui.

Ontem, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, foi realizada uma sessão especial que tratou desses recursos para a educação, para universidades e institutos federais de educação. A preocupação dos reitores e dos gestores das universidades continua a mesma. Mesmo após nós termos fechado todo aquele acordo para votar na semana passada na Comissão e no plenário do Congresso Nacional, há toda uma preocupação, porque os encaminhamentos concretos para fazer essa liberação de recursos ainda não foram dados. Então há necessidade de reconversar, para haver a garantia efetiva de que tanto o valor de 1 bilhão que foi estabelecido aqui como também a liberação dos recursos que estavam contingenciados serão descontingenciados, para o funcionamento e custeio dessas universidades. Isso é necessário. Portanto, solicito que o mais rápido possível a Comissão dialogue com o Ministério da Economia e com o Ministério da Educação, para dar essa garantia às universidades federais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que diz respeito à pauta de hoje, excluindo, é claro, aquilo que não está na pauta... Sobre o extrapauta quero ponderar com o Senador Izalci para recebermos hoje a análise dos projetos, para que na semana que vem — eu acho que uma semana não trará prejuízo maior —, quando houver nova reunião da Comissão, nós analisemos essas questões. Hoje, nós poderíamos tratar da pauta que já estava divulgada, porque não há grandes diferenças. Nós podemos aprovar todos os projetos que nós temos na pauta já estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito, Sr. Deputado.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.
(Pausa.)

Coloco em votação a ata da 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 5 e 11 de junho de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata está em votação da representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 874, de 2019, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania no valor de R\$1.368.600,00, para o fim que especifica.

Relator: Senador Carlos Viana. Ausente.

Constituo como Relator *ad doc* o Senador Izalci.

Encerrado o prazo regimental, à medida provisória não foram apresentadas emendas.

Voto.

Pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Executivo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Peço autorização de V.Exa. para entrar direto na análise e no voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O instrumento legislativo sob o exame foi analisado em relação aos aspectos formais e materiais. As ponderações foram distribuídas em tópicos que abordam aspectos atinentes à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e ao mérito.

Constitucionalidade

Preliminarmente, cumpre destacar que a medida provisória e sua tramitação obedecem aos ditames da constitucionalidade formal. (...)

Adequação financeira e orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que *'dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 (...)*

É pertinente notar que, constitucionalmente, a adoção de medidas provisórias deve ter lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária.

O referido crédito está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2016-2019 (...), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (...), da Lei Orçamentária Anual (...) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (...)

Convém registrar que a Constituição Federal, conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167, não exige indicação de origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário. No caso específico, entretanto, os recursos necessários à abertura de crédito decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no órgão Ministério da Cidadania, conforme indicado no Anexo II da medida provisória.

Mérito

A MP 874 é dotada de justificativas de relevância e urgência condizentes com a programação orçamentária que contempla. Pela exposição de motivos, restou comprovada a necessidade do crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania.

Emendas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1-2006-CN, às medidas provisórias de crédito extraordinário *'somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente'*.

Para a MP 874 não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Voto

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 874, de 2019, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Esse foi de Brumadinho, não é, Presidente?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Exatamente! Não teve nem graça?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Brumadinho merece o nosso apoio — os moradores, é claro! —, já que a Vale não dá...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu sugiro a inversão de pauta, uma vez que o Deputado Cacá Leão não está aqui para a apreciação do parecer preliminar da LDO, aí nós iríamos para a pauta seguinte.

Item 3 da pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$236.566.628,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Senador Alessandro Vieira.

Durante o prazo regimental, foram apresentadas 6 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto, nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2 a 6 e pela rejeição da emenda nº 1.

O Senador Alessandro Vieira está ausente.

Constituo como Relator *ad hoc* o Senador Izalci Lucas.

Tem a palavra o Relator Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Vou direto à análise, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição, é competência desta Comissão Mista emitir parecer sobre os projetos de lei relativos aos créditos adicionais. Nesse sentido, o PLN 6/2019 é apreciado pela CMO.

O crédito suplementar em análise pretende reforçar dotações de órgãos do Poder Judiciário Federal e do MPU. As ações orçamentárias suplementadas são relacionadas, basicamente, às atividades-fim dos órgãos envolvidos (como, por exemplo, 'Julgamento de Causas na Justiça Federal', 'Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho' e 'Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário') e à construção ou reforma de edifícios. Já pelo lado das dotações orçamentárias que serão canceladas, ou seja, que servirão como origem de recursos para que as suplementações sejam possíveis, são indicadas diversas ações, como 'Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação' no Tribunal Superior do Trabalho, 'Ativos Cíveis da União' no Tribunal Superior Eleitoral, além de ações relativas à construção e reformas de edifícios.

No entanto, é interessante notar que a maior parte dos cancelamentos recai sobre uma reserva orçamentária decorrente do aumento remuneratório concedido pela Lei nº 13.317, de 2016, aos servidores do Poder Judiciário, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal ('Reserva para atendimento do art. 27, § 8º,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Lei nº 13.707, de 2018'), no valor de R\$38.339.922, e sobre ações para pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, no valor total de R\$151.010.650 para os diversos órgãos do Poder Judiciário Federal e do MPU envolvidos. Observa-se que mais de 60% do valor do crédito suplementar (R\$151.010.650, de um total de R\$236.566.628) é originado a partir do cancelamento de dotações para pagamento de auxílio-moradia.

Embora compartilhemos a preocupação com a eficiência e economicidade no uso dos recursos públicos exposta pelo Deputado Federal Tiago Mitraud na justificativa da Emenda 001, manifestamo-nos pela rejeição dessa emenda. Os recursos que serão cancelados em dotações destinadas ao pagamento de auxílio-alimentação serão direcionados, em sua maior parte, a ações de grande interesse público, haja vista suportarem atividades-fim dos órgãos envolvidos, como, por exemplo, as ações:

- a) 'Julgamento de Causas na Justiça Federal', com suplementação de, aproximadamente, R\$55 milhões;
- b) 'Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal, com suplementação superior a R\$56 milhões; e
- c) 'Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário', no Ministério Público da União, com suplementação de quase R\$80 milhões.

Sobre a Emenda 002, do Deputado Federal Ricardo Barros, devemos nos manifestar por sua inadmissão, em razão do disposto no art. 109, inciso III, alínea 'a', da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, que prevê que as emendas não serão admitidas quando propuserem programação nova em projetos de lei de crédito suplementar. A Emenda 002 se enquadra na vedação do citado dispositivo regimental, haja vista que propõe uma programação nova, a construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal em Curitiba-PR, em um projeto de crédito suplementar.

No que diz respeito às Emendas 003, 004, 005 e 006, dos Deputados Federais Renata Abreu e Evair Vieira de Melo, também devemos nos manifestar por sua inadmissão. As emendas tratam de dispositivos relacionados à chamada regra de ouro, inscrita no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, assunto estranho ao presente projeto de lei, que trata da abertura de crédito suplementar. Nos termos da LDO 2019, cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do *caput* do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964. Ademais, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 95, de 1998, a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda 001, pela inadmissão das Emendas 002 a 006, e pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2019 (PLN 6/2019), que propõe a abertura ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público, de crédito suplementar no valor de R\$236.566.628, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 2 a 6 indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques. Não tem destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 4.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 7, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$300.726,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Nivaldo Albuquerque.

Durante o prazo regimental, foram apresentadas quatro emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto

Pela aprovação do projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 4.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório. *(Pausa.)*

Como o Relator está ausente, vou pedir ao nobre Deputado Vicentinho Júnior que relate este projeto.

Com a palavra o Relator Vicentinho Júnior para relatar o projeto.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, eu peço para ir direto ao voto.

Projeto de Lei nº 07, de 2019, do Congresso Nacional

"III - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir categoria de programação na Lei Orçamentária vigente — LOA 2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019). Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO - 2019), e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019).

Indico, no demonstrativo anexo, as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/06-CN.

Apresento substitutivo ao PLN nº 7, de 2019, com o objetivo de retificar a ementa, para substituir o termo 'para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente' por 'para os fins que especifica', uma vez que se trata de crédito especial.

Em face do exposto, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos constitucionais e legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 07, de 2019-CN, na forma apresentada pelo substitutivo".

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 4, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 5. Apreciação do Requerimento nº 8, de 2019, da CMO, que requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 295, de 2016, que dispõe sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública, e propõe a revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do Orçamento Federal.

Autor: Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu subscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Lucas Gonzalez. *(Pausa.)*

Como se encontra ausente, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, subscritor do requerimento.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, este requerimento feito pelo nobre colega Deputado Lucas Gonzalez pretende entender melhor um projeto que já foi aprovado, inclusive, no Senado, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que moderniza a legislação das finanças públicas.

Como ele apresentou apenas três nomes para serem ouvidos, para fazerem explicações a respeito deste projeto de lei complementar, eu gostaria de apresentar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais três nomes, de um representante do Conselho Federal de Administração, de um representante do Conselho Federal de Contabilidade e de um representante da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço silêncio ao pessoal que está na porta.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, eu peço a inclusão no requerimento de um representante da OAB, de um representante do Conselho Federal de Contabilidade e de um representante do Conselho Federal de Administração, porque são os três profissionais que mais trabalham com a administração financeira, nos âmbitos dos Municípios, dos Estados e da União.

Seria importante a participação dessas pessoas, além do Secretário de Orçamento Federal, George Soares, que foi incluído; do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Mansueto Almeida; e de um consultor que, obviamente, entende muito do assunto, Hélio Tolini. Nós precisamos também ouvir aqueles que vão estar na ponta, aplicando a legislação que nós vamos possivelmente aprovar. Seria importante a inclusão dos representantes dessas três instituições representativas de categorias, de profissões importantes na área da administração pública.

Portanto, peço aos colegas desta Comissão apoio para aprovarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para encaminhar o requerimento do Deputado Lucas Gonzalez, com o adendo feito pelo Deputado Hildo Rocha, passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de sugerir aos colegas Deputados e Senadores a inclusão na audiência pública do Sr. Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, que é um grande especialista e pode contribuir bastante conosco. Portanto, eu peço ao autor do requerimento a inclusão desse nome.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se todos estiverem de acordo, ao requerimento original do Deputado Lucas Gonzalez, acrescentam-se os três nomes sugeridos pelo Deputado Hildo Rocha mais o nome sugerido pela Senadora Kátia Abreu.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para encaminhamento do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sou favorável, Sr. Presidente.

A lei é de 1964. É necessária a atualização dela. Acho que a audiência vem trazer contribuições nesse sentido, acho que vai dar elementos importantes para que a Comissão possa, num segundo momento, contribuir para aperfeiçoar a nova legislação sobre a nova matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O Requerimento nº 8, de 2019, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ao encontro do que falei antes aqui, abro aqui uma notícia num *site* da Bahia que diz o seguinte:

Justiça Federal obriga União a publicar cronograma de fornecimento de medicamentos

A Justiça Federal, a pedido da Defensoria Pública da União na Bahia, determinou que a União apresente, em 24 horas, o cronograma de entrega de 24 remédios que estão sem estoque no Estado. A DPU pediu a regularização do abastecimento dos medicamentos na Bahia na última sexta-feira. A liminar foi deferida nesta segunda-feira, pelo Juiz Rodrigo Britto Pereira Lima, substituto na 11ª Vara Federal, em Salvador.

O magistrado fixou multa diária de 50 mil reais em caso de descumprimento da medida. "Se não apresentado cronograma que atenda às necessidades da população em espaço exíguo de tempo ou não cumprido o cronograma, será caso de deferimento integral da tutela e responsabilização dos agentes públicos que deram ensejo ao quadro grave descrito na inicial", afirmou o magistrado em um trecho da decisão(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os remédios em falta são utilizados no tratamento de diversas doenças como HIV, tuberculose, hepatite, mal de Alzheimer, mal de Parkinson e esclerose múltipla.

Então, essa decisão vem ao encontro do que eu tenho afirmado nesta Comissão: o Ministério da Saúde precisa regularizar a entrega desses medicamentos. A Líder do Governo, Joice Hasselmann, disse que não existia problema nesse sentido. Essa decisão é uma prova de que estão faltando medicamentos.

Por isso, reitero a importância de amanhã, mesmo sabendo que esse não é o objeto da vinda do Ministro a esta Comissão, Presidente, se V.Exa. permitir, antes da audiência com o Ministro — eu conheço o Deputado Mandetta —, se ele puder, fazermos uma reunião no gabinete de V.Exa. para discutir esse assunto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu queria fazer este apelo a V.Exa. para que, antes da audiência pública amanhã, convocasse uma reunião no seu gabinete com os Deputados e Senadores interessados e o Ministro Mandetta, para que nós pudéssemos dialogar com ele sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estou de pleno acordo.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, uma questão de ordem, coisa breve.

Quando eu cheguei aqui, V.Exa. estava acabando de falar sobre o texto da LDO, que seria o item 2 da pauta de hoje. Uma dúvida: foi retirado de pauta para votação *a posteriori*, é isso?

Deixe-me perguntar: como é que vamos votar o parecer da LDO do Deputado Cacá Leão, sem antes votarmos a Resolução nº 1? Eu entendo que, quando votarmos a LDO, vai-se abrir prazo para as emendas. Mas, sem definição de como ficará a Resolução nº 1, como vai ficar essa questão? Não teríamos que votar primeiro a resolução, para depois votar o relatório da LDO?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu entendo que a Resolução nº 1 está válida. Se há a emenda constitucional, o que ela modificar na Resolução nº 1 será modificado. O que não colidir com a emenda constitucional é recepcionado pela emenda constitucional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, a emenda constitucional vai revogar o que estiver na Resolução nº 1 que colidir com ela e recepcionar o que não colidir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Evidentemente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Acho que a preocupação do Deputado Vicentinho é perfeitamente plausível. Ele gostaria que já votássemos a LDO com base na nova Resolução nº 1.

Eu penso que talvez haja um espaço exíguo para aprovar a nova resolução. Não sei se já chegamos a um consenso em relação a isso, mas, se não tivermos condições, não vejo prejuízos porque, volto a dizer, quando a emenda constitucional entra em vigor, derroga o que colide com a Resolução nº 1 e recepciona o que não colide.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas, Deputado Nelson Pellegrino, nós estamos apresentando exatamente os pontos em que houve concordância.

Ficou exposto durante muito tempo para os Parlamentares apresentarem suas sugestões, nós acolhemos. O que não foi possível foi porque nós estamos esperando exatamente que fosse votada a matéria na Câmara para podermos apresentar a versão final, o que esperamos fazer amanhã.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - V.Exa. está pretendendo votar a Resolução nº 1 antes da votação da LDO?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Talvez sim, porque...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Porque essa me parece ser justamente a questão de ordem do Deputado Vicentinho. S.Exa. pergunta como vamos votar a nova LDO se não temos a nova Resolução nº 1.

Eu fiz uma ponderação de que a observação dele é procedente, mas não inviabiliza a votação da LDO, porque, volto a dizer, no que a emenda constitucional colidir com a Resolução, ela derroga. No que não, ela recepciona.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós temos prazo para votar as duas matérias até o dia 17 de julho.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu queria aproveitar, Sr. Presidente — sei que já estamos chegando ao final da reunião, até porque acho que a ausência do Deputado Cacá Leão posterga para a próxima semana a apresentação e a votação do relatório preliminar dele —, porque é importante lembrar que nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

iniciamos um processo negociação em relação às relatorias setoriais, e não concluímos esse processo.

Por isso, seria importante V.Exa. convocar reunião do Colégio de Líderes, para que nós possamos concluir esse processo. Os pretendentes a Relator estão ávidos e ansiosos, Sr. Presidente, pelas suas indicações. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi feita a primeira escolha, que cabe ao Senado. A segunda e a terceira escolhas cabem à Câmara e pertencem à indicação do assim denominado Blocão, cujo líder é o Deputado Elmar Nascimento. Eu vou procurá-lo hoje à tarde, porque nós não temos mais prazo para ficar esperando. Por isso, S.Exa. precisa fazer essa indicação.

Na verdade, Deputado Pellegrino, muitos partidos estão nesse bloco, há uma disputa interna, e eles não estão chegando a uma conclusão. Mas têm que chegar, porque os prazos estão expirando.

Proposta de arquivamento de matérias.

Segundo o § 3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de Relatores para as matérias relacionadas no inciso III, alíneas "a", "c", "d" e "e", e no inciso IV do art. 2º da mesma resolução.

Sendo assim, proponho ao Plenário o arquivamento das matérias que não foram apreciadas.

Para o conhecimento do Plenário, as matérias aqui referidas são as seguintes: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, Mensagens nºs 15, de 2018, do Congresso Nacional, e 2 e 5, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais, superávit primário, Mensagem nºs 1 e 7, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, Avisos nºs 1 e 3, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Gestão Fiscal do TCU, Aviso nº 2, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Gestão Fiscal, Avisos nºs 10 e 11, de 2019, do Congresso Nacional; e Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, Ofício nº 8, de 2018, do Congresso Nacional.

O envio das matérias para o arquivo está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao arquivo.

Como o Deputado Cacá Leão não se encontra presente e amanhã haverá reunião de audiência pública para ouvir o Ministro da Saúde, Mandetta, eu proponho que suspendamos a reunião e esperemos que até amanhã o Deputado Cacá Leão esteja presente. Então, nós votaremos o parecer preliminar e faremos a audiência com o Ministro da Saúde.

Sendo assim, suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para o dia 19 de junho, às 10 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

Em 19.06.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para o dia 25 de junho, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

Em 25.06.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da pauta.

Ordem do Dia.

A reunião ordinária iniciada no dia 18 foi suspensa e transferida para hoje, tendo em vista que o Relator da LDO de 2020, o Deputado Cacá Leão, esteve ausente por motivo de saúde. Diante disso, passaremos à apreciação da matéria.

Item 2. Apreciação do relatório preliminar, com emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. Relator: Deputado Cacá Leão.

Foram apresentadas 49 emendas.

Voto: pela aprovação do relatório preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com voto pela aprovação das Emendas nºs 5, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 25, 28, 37 e 42; pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 20, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 45, 46, 47, 48 e 49; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 38, 39, 40, 41 e 43.

O Relator apresentou complementação de voto ao relatório, com o objetivo de permitir a inclusão de ações novas no Anexo de Prioridades e Metas.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório e da complementação de voto.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, art. 60 do Regulamento Interno da CMO. *(Pausa.)*

A complementação de voto é também pela aprovação da Emenda nº 19.

Está com a palavra o Relator da LDO, o ilustre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, eu queria pedir desculpas pela ausência na semana passada, mas fui acometido por uma virose que acabou me derrubando. Perguntaram-me o que eu estava sentindo, e eu disse que estava achando que tinha sido atropelado por uma carreta carregada de cimento. Mas, graças a Deus, está tudo bem! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fique V.Exa. sabendo que todos nós aqui estávamos torcendo pelo seu pronto restabelecimento e damos graças a Deus por V.Exa. estar gozando de boa saúde para dar continuidade ao seu trabalho, tão importante para esta Comissão e para nosso País.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Peço licença aos meus pares para me encaminhar diretamente ao voto constante deste parecer preliminar. "II - Voto

Ao relatório preliminar foram apresentadas 49 (quarenta e nove) emendas. Em apertada síntese, o teor das propostas foi o seguinte:

As Emendas nºs 1 e 2, do Deputado Santini, e a Emenda nº 43, da Senadora Daniella Ribeiro, pretendem aumentar a quantidade de emendas que poderiam ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas, porém em número superior ao admitido pela Resolução nº 1, de 2006-CN;

As Emendas nºs 3 e 45, do Senador Oriovisto Guimarães e da Senadora Daniella Ribeiro, respectivamente, buscam ressaltar que a aprovação de emenda ao Anexo de Prioridades e Metas da LDO não dispensa a apresentação de emenda ao PPA, para fins de compatibilidade desses instrumentos legais;

As Emendas nºs 4, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 42, 47 e 48, respectivamente do Deputado Fabio Reis, do Senador Jorge Kajuru, do Deputado Elias Vaz, do Deputado Lucas Gonzalez, Deputado Maurício Dziedricki, do Deputado Edmilson Rodrigues, do Deputado Denis Bezerra, do Deputado Júnior Mano, da Senadora Maria do Carmo Alves, do Senador Rodrigo Cunha, do Deputado Augusto Coutinho, do Deputado Valdevan Noventa, da Senadora Leila Barros, do Deputado Mauro Nazif, da Deputada Tereza Nelma, do Deputado Fred Costa, do Deputado Rafael Motta, do Deputado Eduardo Costa, do Senador Major Olimpio, do Deputado Guilherme Derrite, do Deputado Pedro Lucas Fernandes e do Deputado Nivaldo Albuquerque, pretendem aumentar a quantidade de emendas que poderão ser apresentadas ao Anexo de Prioridade e Metas;

A Emenda nº 5, do Deputado Fabio Reis, propõe a correção do valor atribuído ao déficit do Regime Geral da Previdência Social no item 1.1 do relatório preliminar;

As Emendas nºs 7, 11, 12, 15, 20, 31, 34, 35, 44, 46 e 49, respectivamente do Senador Jorge Kajuru, do Deputado Maurício Dziedricki, do Deputado Edmilson Rodrigues, do Deputado Júnior Mano, do Deputado Elias Vaz, do Deputado Fred Costa, do Deputado Rafael Motta, do Deputado Eduardo Costa, da Senadora Daniella Ribeiro, do Deputado Pedro Lucas Fernandes e do Deputado Nivaldo Albuquerque, pretendem aumentar a quantidade de ações decorrentes de emendas que serão incluídas pela relatoria no Anexo de Prioridade e Metas da LDO;

A Emenda nº 18, do Deputado Fernando Rodolfo; as Emendas nºs 29 e 30, da Senadora Mara Gabrilli; e as Emendas nºs 39, 40 e 41, do Senador Luis Carlos Heinze, propõem alterações no PLDO, seja pela inclusão de meta ou por meio da modificação de artigos do projeto;

A Emenda nº 19, do Deputado Márcio Marinho, pretende possibilitar a apresentação de emendas ao Anexo de Prioridade e Metas com ações novas e não apenas com as constantes da LOA 2018 e da LOA 2019;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Emendas n°s 24 e 38, do Deputado Guilherme Derrite e do Senador Major Olimpio, respectivamente, propõem a não elaboração do Anexo de Prioridade e Metas.

Em tempo, registro que o Deputado Guilherme Derrite solicitou desconsiderar-se a Emenda n° 23, de sua autoria, em vista da substituição pela Emenda n° 42, nos termos do Ofício n° 15/Gab 639, de 29 de maio de 2009.

Além disso, aproveito a ocasião para agradecer ao Deputado Fabio Reis a indicação de equívoco, presente na primeira versão deste relatório, a respeito de números concernentes aos regimes previdenciários, que se encontram agora devidamente revisados.

Na análise das emendas apresentadas, buscamos maximizar o aproveitamento das sugestões trazidas pelos nobres pares, sobre as quais creio importante tecer breves comentários.

Em primeiro lugar, embora, só daqui a alguns meses, tenhamos em mãos o projeto do PPA 2020-2023, o qual deverá cumprir papel orientador do planejamento governamental para o próximo quadriênio, entendo que a LDO não pode ter subtraído seu papel constitucional de estabelecer metas e prioridades para a administração. Daí a nossa decisão de criar o Anexo VIII - Prioridades e Metas, com o respeito devido a algumas posições contrárias.

Naturalmente, deverá haver compatibilidade entre o novo anexo da LDO e o futuro PPA, tarefa que se tornará mais fácil com a indicação de prioridades circunscritas a ações que já constaram dos Orçamentos anteriores e que, portanto, já se incorporaram ao ciclo planejamento-Orçamento do Governo Federal.

Outro ponto a se destacar é o número máximo de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, que é de cinco para cada tipo de autor, nos termos dos arts. 87 e 88 da Resolução n° 1, de 2006-CN. Por essa razão, não pudemos acolher algumas sugestões de colegas que indicaram números maiores para emendamento.

Alguns Parlamentares sugeriram ampliar o número de emendas que passariam a fazer parte do Anexo VIII entre aquelas apresentadas por autores individuais. No entanto, somos do entendimento de que o rol de prioridades não pode ser extenso em demasia, sob pena de esvaziar o próprio sentido de “prioridade”. Desse modo, decidimos manter o Anexo na extensão já tornada praxe nesta Comissão, nos últimos anos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, tivemos algumas emendas que já se referiam ao conteúdo do próprio PLDO e não ao do relatório preliminar. No caso, rejeitamos, neste momento, tais propostas, mas alertando aos respectivos autores que não deixem de reapresentar esses textos quando do prazo próprio de emendamento ao projeto.

Em face do exposto, voto:

Pela aprovação das Emendas nºs 5, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 25, 28, 37 e 42;

Pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 20, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 44, 45, 46, 47, 48 e 49;

Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 38, 39, 40, 41 e 43;
e

Pela aprovação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 na forma ora apresentada."

Sr. Presidente, meu caro Vice-Presidente Dagoberto, apresento, hoje, uma complementação de voto, acolhendo também a Emenda nº 19, que trata exatamente sobre novas ações.

Por entender que esse Orçamento faz parte de um novo ciclo, de um novo caminho, nós acatamos a Emenda nº 19, se não me falha a memória, de autoria do Deputado Márcio Marinho, meu conterrâneo do Estado da Bahia, para que novas ações sejam incluídas no Orçamento Geral da União, na Lei Orçamentária Anual, que será elaborada pelo nobre Deputado Domingos Neto, do PSD do Ceará.

"Alteram-se os itens 2.2.1 e o voto constante do relatório preliminar apresentado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que figurem da forma reproduzida nas páginas anexas a esta complementação de votos.

Sala da Comissão.

Deputado Cacá Leão

Relator."

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório e a complementação de voto estão em discussão.

Há prazo para apresentação de destaques.

Então, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Houve destaque? *(Pausa.)*

A assessoria informa que não houve destaque. Portanto, estão encerrados a discussão e o prazo para destaques.

O relatório e a complementação de votos estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*
Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*
Aprovados.

Aprovado o relatório preliminar, informamos o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 5, de 2019-CN, a LDO 2020: será do dia 26 de junho até às 18 horas do dia 4 de julho.

Então, o prazo para apresentação de emendas à LDO...

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, o PLN 5 é o...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É a LDO.

Então, o prazo para apresentação de emendas à LDO será do dia 26 de junho, que é amanhã, ao dia 7 de julho, até às 18 horas. Perdão: será até o dia 4 de julho até às 18 horas.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presente, só quero me colocar à disposição dos Parlamentares, das assessorias que desejarem tirar alguma dúvida nesse período. Estou à disposição ou no nosso gabinete ou na Presidência da Comissão de Orçamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Claudio Cajado. V.Exa. é outro baiano que estava fazendo falta aqui nesta Comissão. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, ocorre que eu estava prestando as homenagens devidas, como um bom fiel de Santo Antônio e São João — e ainda falta São Pedro no fim da semana que vem —, pagando os pecados de alguns companheiros nossos. E V.Exa., como um bom nordestino também, sabe que, mesmo neste interregno entre um festejo ou outro, nesta época junina, nós estamos aqui para cumprir com a nossa obrigação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria apenas elogiar o Deputado Cacá pela unanimidade. Poucas votações são unânimes nesta Casa, o que demonstra que V.Exa. já começa com o pé direito. Espero que continuemos assim.

Penso que temos, ao final da votação da LDO, de incluir algumas alterações. Eu já propus inclusive ao Deputado Cacá três sugestões que penso que sejam importantíssimas para o bom andamento da execução orçamentária pelos órgãos federais e pelo próprio poder público federal, no sentido de acelerarmos essas execuções e termos um controle maior da sua efetividade, também com prazos a serem propostos para órgãos que hoje, por exemplo, não têm nenhum tipo de compromisso com prazos, como é o caso da Caixa Econômica Federal em relação aos convênios que fica com a obrigação de autorizar.

Eu estou fazendo um levantamento, Sr. Presidente e Sr. Relator Cacá, de vários Municípios que perderam o convênio por conta da falta de celeridade ou prazo da Caixa Econômica Federal para apresentar as diligências ou questões técnicas a serem sanadas pelo órgão conveniente. Isso tem acarretado uma série de prejuízos. E a resposta que nós ouvimos é apenas uma: o elevado número de convênios.

Ora, se o Município, ao celebrar um convênio ou um contrato, paga por isso porque tem descontados 5%, — agora aumentou para 8%, salvo engano, do valor conveniado —, a Caixa não pode utilizar uma demanda excessiva como justificativa de não ter celeridade.

Então, Relator Cacá, eu tenho de que, com V.Exa., como um Deputado municipalista, e o Senador Marcelo Castro, também na defesa dos Municípios brasileiros, nós vamos assinalar um prazo para que a Caixa tenha a responsabilidade de, razoavelmente, poder apresentar diligência aos órgãos.

No mais, agradeço quero agradecer a presença da nossa Líder do Congresso, a Deputada Joice Hasselmann, que sempre está conosco nos momentos importantes.

Obrigado pela presença, Deputada Joice e todos os colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Cajado.

Com a palavra, agora, o Deputado Márcio Marinho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente Marcelo, gostaria só de fazer um agradecimento ao Deputado Cacá Leão por ter acatado uma emenda nossa.

Sr. Relator, tenho certeza de que a sua postura é sempre a de estar atento a essas emendas que colocamos, porque sempre temos o objetivo de ajudar da melhor maneira possível. Então, queria fazer aqui esse agradecimento a V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Vamos, então, ao requerimento de inclusão na pauta.

Informo ao Plenário que há requerimento para inclusão, na pauta, dos relatórios aos Projetos de Lei nº 1 e nº 2, de 2019, do Congresso Nacional, de autoria do Deputado Filipe Barros; e do Requerimento nº 9, de autoria dos Deputados Francischini e Hiran Gonçalves.

Conforme o inciso III do parágrafo único do art. 214 do Regimento Interno do Senado Federal, defiro a inclusão das matérias na pauta. Então, vamos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Quais são as matérias, Presidente, da pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São os PLNs 1 e 2 e o Requerimento nº 9.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - De quem é o Requerimento nº 9? Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento é de uma audiência pública para discutir a questão da primeira infância.

Extrapauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2019, da Presidência da República, que altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019. Relator: Deputado Filipe Barros.

Durante o prazo regimental foram apresentadas sete emendas.

Voto: o voto é pela aprovação do Projeto de Lei na forma do substitutivo apresentado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto às sete emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação parcial das de nºs 1 e 6 e aprovação da Emenda nº 7, tendo rejeitadas as demais.

O Relator está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Com a palavra o Relator Filipe Barros, para apresentação do seu relatório.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, nobres colegas, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, passo, então, a relatar o Projeto de Lei nº 1.

"II. Exame da matéria

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais e regimentais pertinentes.

Sobre o mérito, entendemos que as alterações propostas à LDO 2019 figuram imperiosas no sentido de ajustar a execução do Orçamento em curso às necessidades do Governo empossado há poucos meses.

Em primeiro lugar, como esclarecido na Exposição de Motivos nº 22, de 2019, do Ministério da Economia, a aquisição de automóveis de representação objetiva a '*necessária modernização da frota*', conforme solicitação do Gabinete de Segurança Institucional. No entanto, ante a situação fiscal delicada por que passa a União, entendemos recomendável que a frota de automóveis de representação seja renovada apenas em parte no presente momento. Partindo disso, concordamos parcialmente com as sugestões expressas nas emendas do Deputado Alexis Fonteyne e do Senador Major Olimpio e com a emenda apresentada pelo Deputado Guilherme Derrite, de modo a renovar a frota.

A delegação em favor do Ministro da Economia para efetivação de alterações orçamentárias atualiza a LDO em relação à atual estrutura ministerial. Ao mesmo tempo, racionaliza-se o processo ao se concentrar numa só autoridade responsável, sem subdelegações, a competência para determinados ajustes de classificação orçamentária.

Quanto às alterações relacionadas ao Novo Regime Fiscal, também nada há que retocar. A permissão para que órgãos do Poder Judiciário procedam à compensação interna de limites de despesa apenas equipara esse Poder ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Legislativo e ao Ministério Público da União, que já contam com permissão idêntica na LDO. Esse mecanismo deve fazer-se cada vez mais necessário principalmente a contar de 2020, quando não mais haverá compensação de excesso de despesas por parte do Executivo em favor dos demais Poderes e órgãos autônomos.

Por fim, no tocante à autorização para concessão de vantagens a servidores, julgamos apropriada a aprovação do texto como consta do projeto. Um dos esforços iniciais do Governo, empreendido já em janeiro, foi a racionalização da concessão de benefícios da Seguridade Social, em busca de redução de fraudes e ineficiências. Trata-se de medida importantíssima, complementar à reforma da Previdência, que deve dar início a um padrão continuado de *performance* da administração do INSS.

As autorizações para criação de cargos e funções e para provimento de civis e militares constituem medida profilática, a fim de que, constatando-se a necessidade, seja mais facilmente manejada a providência própria, mediante novas inclusões na lei orçamentária. Neste momento inicial, não havia deliberação nesses termos, como se depreende do PLN 2/19, associado a este e que prevê somente os pagamentos de vantagens.

Nossa análise a respeito das emendas propostas pelos eminentes pares pautou-se pela busca do equilíbrio entre as intenções do Governo expressas no projeto e as contribuições sempre valiosas que certamente os membros desta Comissão tem a prestar. No presente momento, nossa visão é a de que a LDO, bem como suas alterações, deve contribuir, sobretudo, para a melhoria do quadro fiscal. Dessa forma, achamos por bem acatar as emendas que visaram reduzir o impacto da necessidade de renovação da frota de veículos de representação, mas rejeitar as que objetivaram impedir o pagamento dos incentivos financeiros relativos a combater as fraudes no âmbito da Seguridade Social.

No caso da Emenda nº 5, pensamos ser de melhor proceder a manutenção da regra atual da LDO 2019 (art. 84, § 3º, inciso II), que estabelece um limite máximo de 4,5% para dedução do valor autorizado das programações decorrentes de emendas individuais, para atendimento a despesas administrativas com tarifas de serviços da mandatária. Trata-se de assunto caro aos Parlamentares em vista de recentes elevações dos custos apresentados pela Caixa Econômica para intermediação das parcerias entre União e o entes subnacionais. Mas, por hora, é de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bom termo finalizar o exercício com a regra chancelada pelo Congresso no ano passado.

Em tempo, entendemos oportuno recuperar dispositivos constantes da LDO 2018 não replicados na atual. O primeiro trata de permissão para reforma de residências funcionais localizadas em Brasília, em vista de necessidades pontuais dessa natureza verificadas no início da legislatura. O segundo facilita os trâmites burocráticos em favor dos Municípios, na forma de permissão, para que a assinatura de convênios e instrumentos congêneres possa ocorrer não obstante alguma restrição identificada no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias — CAUC, permanecendo vedada a transferência dos recursos financeiros enquanto a inadimplência não foi definitivamente resolvida. Trata-se de medida que confere previsibilidade aos Municípios menores, garantindo um período maior para a solução das pendências sem risco de solução de continuidade.

Por fim, tendo em vista a necessidade de recomposição salarial das carreiras mantidas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal ainda este ano, sugerimos acrescentar mais um inciso ao art. 101 da LDO 2019, de forma a, futuramente, por meio de projeto de lei específico, ser providenciado o remanejo de valores internamente ao referido fundo.

III. Voto do Relator

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1, de 2019; pela aprovação parcial das Emendas nºs 1 e 6; pela aprovação da Emenda nº 7, na forma do substitutivo; e pela rejeição das demais emendas."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para discutir a matéria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, Senador Marcelo; Vice-Presidente, Deputado Dagoberto; Relator Cacá Leão; colegas Deputados e Senadores, eu quero levantar três questões aqui.

Primeira, eu estou vindo de outra Comissão cujo tema é o debate o tema da Previdência. E o Governo anuncia fortemente que tem um déficit muito grande: faltam recursos; os salários estão congelados; faltam remédios nos postos de saúde; muitas obras estão inacabadas e paradas; as estradas no País têm enormes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dificuldades e manutenção; muitas unidades básicas de saúde faltam serem concluídas em vários Municípios; há Prefeitos nos procurando, e isso deve ser realidade dos próprios Senadores e Deputados.

Portanto, com o País com enorme dificuldade financeira, nós vamos comprar carros blindados? Isso não faz sentido. Nós temos outras prioridades. Eu tenho um posicionamento contrário a isso e, inclusive, apresentei uma emenda — que, infelizmente não foi aceita — no sentido de não haver gastos públicos quando falta dinheiro. Nós não sabemos se, este ano, vão ser concluídas as escolas para os nossos jovens nas universidades. Bolsas foram cortadas.

Talvez o Governo esteja preocupado porque está armando todo mundo, colocando todo mundo com arma, e, aí, tem que andar com o carro blindado. Talvez a solução seja desarmar e ter uma política efetiva para controlar exatamente quem faz a bandidagem no País. Isso seria importante. Essa é uma atitude importante. Mas, para isso, também não precisa de carro blindado.

Então, isso está errado. Eu tenho um pensamento contrário, eu quero registrar que não tenho concordância sobre isso.

Segunda, se houver a compra, aí se faz politicagem: *"Ah! Não pode porque alguém pode ser 'impeachment' ou alguém tem outro tema relevante ainda em análise, de um ex-Presidente"*. Isso é nitidamente para fazer disputa política aqui.

Eu já fiz uma manifestação, antes, aos colegas Líderes de bancadas. Eu não tenho nenhum acordo para que possamos transformar isso, sob pena de irmos para outro nível de debate sobre esses pontos, o que, até pelos fatos recentes divulgados nesta Casa, no Brasil e no mundo, eu poderia suscitar.

Mas não vou fazer isso neste momento porque acredito que, com a emenda que apresentei, poderá ser retirado esse item, que é exatamente o art. 17, § 4º, alíneas "a" e "b". Eu estou solicitando a supressão, na verdade eu fiz uma emenda supressiva e solicito que haja a compreensão dos colegas para se fazer a votação dessa emenda.

A terceira questão que eu gostaria de suscitar aqui é em relação ao que está vedado nos Orçamentos e para o qual não pode haver aprovação aqui. Quando se diz "recursos orçamentários", situam isso para reformas voluptuárias, a serem feitas, digamos, nas casas oficiais, que acredito sejam das presidências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste caso, eu não consegui localizar se há uma emenda suscitada por parte de um Parlamentar ou Senador. A minha assessoria me informou que não há emenda encaminhada. E, regimentalmente, o relatório não podem incorporar temas que não sejam oriundos de emendas. Então, essa é uma questão, pois eu preciso saber se há essa emenda e espero que o Relator possa explicar qual é a origem da emenda, porque a minha assessoria informou que não existe emenda.

De qualquer forma, essas reformas, que são excetuadas, que não poderiam ser realizadas, são retiradas do texto pelo nobre Relator. O que ele retira do texto então? O que permite que possam ser feitas despesas para reformas voluptuárias, que são de diversas finalidades, aquelas que servem para mero deleite ou recreio e que não aumentam o uso habitual do bem. Nós estamos colocando recursos para mero deleite, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável. São os recursos destinados às residências funcionais das autoridades aqui constantes.

Por duas razões, eu tenho contrariedade com relação a essa emenda. Primeiro, eu estou fazendo uma indagação sobre a origem, sobre quem apresentou essa emenda, porque a nossa assessoria não identificou de onde ela vem. Segundo, eu também não acredito ser razoável nós excetuarmos, retirarmos essa exceção nesse projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Bohn Gass.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A Deputada Joice tem a palavra.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Rapidamente, eu só queria aqui, Deputado Bohn Gass, com todo o respeito que tenho por V.Exa. — nós temos uma relação bastante cordial —, dizer que, quando nós estamos falando aqui da blindagem, estamos falando, especialmente no caso do Presidente da República, de uma questão de segurança.

Há um planejamento, há uma data-limite para o vencimento da blindagem do carro do Presidente. Nós estamos com essa data na boca do gol, é agora dia 29. Então, estamos falando da segurança do homem, do executivo mais importante





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deste País, que por uma tragédia — nós todos sabemos — passou por uma situação de ataque ainda quando candidato. As coisas não têm ligação, eu só estou fazendo um registro histórico. Mas isso nos deixa ainda mais sensíveis a esse tema.

Então, Srs. Parlamentares, nós estamos falando de uma questão de segurança de homens que representam o nosso País e que precisam dessa segurança. Eu peço a sensibilidade de V.Exas. em relação a esse assunto porque, pura e simplesmente, é uma questão de segurança. Não faz sentido um Presidente da República ou um Ministro correr o risco por não andar com o carro blindado. Nós estamos falando de pessoas cujas vidas interessam muito ao País.

Então, Deputado, estou só pedindo a sensibilidade de V.Exa. para esse assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Vai ser apresentado um destaque, como já me foi informado pelo Relator, em relação aos ex-Presidentes. Eu acho que nós podemos conversar sobre esse assunto.

Eu sempre sou do diálogo, Deputado Bohn Gass, V.Exa. bem sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao Deputado Cacá Leão, para discutir a matéria.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, foi levantada pelo Deputado Bohn Gass a questão da falta de competência do Relator para incluir algum tema pertinente a essa matéria.

Porém, por se tratar de uma alteração à LDO, neste caso, cabe, sim, ao Relator fazê-lo. E o Deputado Filipe Barros tem essa prerrogativa, por se tratar de uma alteração à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa., o Relator da LDO, Deputado Cacá Leão, e o Deputado Filipe, Relator desse PL 1.

Quero dizer que essa visão do País perpassa ideologias partidárias. Nós estamos tratando aqui de integridade física de mandatários que foram eleitos democraticamente pelo povo brasileiro. Eu penso que não é o caso — desculpem-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

me, eu não quero ofender, em absoluto, a convicção de um colega — de apequenarmos a discussão. Nós não podemos correr riscos desnecessários.

Eu acho até que os ex-Presidentes também têm direito. Se quiserem restringir, que tenha temporaneidade, 5 anos depois de deixar o mandato, por exemplo. Mas eu acho que é apequenar a discussão tratarmos dessa forma uma questão tão grave como a segurança, a integridade física de mandatários neste País, num ambiente em que nós estamos vendo as pessoas ultrapassarem a urbanidade, o limite da decência, da educação e até da disciplina moral. Então, nós temos que ter muito cuidado nessas questões porque não podemos permitir que a falha na segurança cause um prejuízo bem maior ao País, inclusive desestabilizando as instituições e o regime democrático.

Eu penso que essa posição deve ser levada em consideração sem que nós possamos apequenar essa discussão. É algo muito relevante, para que politizemos.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Senador Carlos Viana, para discutir a matéria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Observei aqui — e até conversei com o Deputado Felipe Barros — a ausência de um pequeno resumo da Emenda nº 6. Ele prontamente nos explicou que essa emenda também foi apresentada, com o mesmo teor, pelo Senador Major Olímpio, nosso companheiro. Está aqui muito clara, na primeira parte, a proposta de emenda, com a qual nós concordamos.

E eu caminho na mesma linha que a do Deputado Claudio Cajado. Este assunto é muito mais sério, e hoje precisa ser tratado de forma institucional em nosso País, não como questão única e exclusivamente política. O Brasil, depois de muitos anos, voltou à arena internacional diplomática na discussão de assuntos importantes, de questões sobre as quais, hoje, as próprias Nações Unidas estão se posicionando. O Brasil retoma a liderança em assuntos importantes, como, por exemplo, a questão de Israel na proposta de um acordo de paz. Nós precisamos retomar os cuidados, no Brasil, com a nossa exposição.

Portanto, a meu ver — e caminho com o Relator, pela aprovação —, as questões de segurança tanto do Presidente quanto de ex-Presidentes passam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

claramente por essa retomada de posicionamento do Brasil em assuntos polêmicos, inclusive na segurança Internacional.

Da nossa parte, quanto ao relatório, está de parabéns o Deputado Felipe Barros.

Quanto à discussão sobre ex-presidente ou não, cassado ou não, considero que apequena muito uma discussão dentro da LDO que é muito superior e coloca o nosso País em posicionamentos importantes, inclusive na questão da defesa interna das autoridades, perante os posicionamentos que nós estamos tomando.

Agradeço ao Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão a matéria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, busco compreensão sobre o tema citado pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sobre o item, pode-se ou não apresentar neste projeto de texto alterações que não tenham origem em emenda apresentada?

Foi citado o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, digo, os arts. 143 e 144, mas o art. 144 refere: "*Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação de despesa (...)*". De fato, se um Relator apresentar despesa e é preciso fazer alteração, é possível, se não há emenda, porque tem que aplicar o tema da despesa. Portanto, ele pode fazer isso sem necessariamente ter suscitado por uma emenda de um Parlamentar ou de um Senador.

Quanto ao art. 143, "*as modificações introduzidas pelos Relatores ao projeto de lei em tramitação na CMO dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda*". Neste caso específico, compreendendo a observação importante do Deputado Cacá Leão — e sempre é importante isso, porque daí fixamos bem onde está o tema —, quando são temas orçamentários especificamente, o Relator pode fazer alterações; mas no caso de texto, que é o caso em questão, repito novamente: não podem entrar sem ter a origem de uma emenda.

Já que eu não tenho localizada qual é a emenda, então solicito: qual é a emenda? Se houver a emenda, obviamente está correto, mas, se não houver, então





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é preciso que o Relator nos apresente a origem, porque o art. 143 é claro: só pode fazer alteração se houver a indicação por parte de um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu gostaria que o Relator pudesse se manifestar a respeito da matéria.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, o art. 144 da Resolução disciplina que eu não posso apresentar emendas programáticas, ou seja, emendas à programação. Emendas de texto eu posso apresentar, obviamente. E se trata exatamente disso.

Convém ressaltar que, quanto à questão das obras voluptuárias, nós temos um problema, que é a questão da reforma dos funcionais: não está aumentando despesa, já havia recurso separado para isso e, o que é pior, as obras já tinham iniciado. Então, essas obras precisam ser finalizadas de uma maneira ou de outra. O que não podemos admitir é que simplesmente se gaste dinheiro público, a obra fique parada pela metade e fique por isso mesmo. Nas Leis Orçamentárias do ano passado, essa autorização foi retirada. Nós estamos retomando essa autorização nas Leis Orçamentárias, para que os devidos Poderes possam proceder às suas reformas.

Sobre a questão do que é voluptuária, é importante destacar que, por exemplo, nós sabemos que existe um projeto desta Casa, junto com Senado, etc., de talvez de dividir os funcionais — estou citando um exemplo. Isso seria considerado "voluptuárias". É por isso que, por orientação dos próprios técnicos da CMO, da Liderança do Governo, dos Presidentes das duas Casas, nós retiramos isso, para que possamos finalmente adequar o projeto que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal possuem para os funcionais e finalmente acabar essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero somente completar o raciocínio.

No nosso entendimento, Deputado Bohn Gass, como não há nenhum tipo... Estamos tratando de LDO, e LDO não trata de despesa. No meu entendimento, o art. 144 contempla o pensamento do Deputado Filipe Barros pelo fato de se estar fazendo uma alteração ao anexo de metas. E, segundo, foi apresentado um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

substitutivo ao projeto que na prática se traz como complementação de voto, que cabe, sim. É praxe e é utilizado nessa questão, pois ele cumpre com todos os...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Como emenda de texto, não é?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Como emenda de texto, pois ele cumpre com tudo, até porque a publicização que se faz necessária foi dada a partir da publicação do substitutivo apresentado pelo nobre Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, a nossa decisão, depois...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, lendo na sequência o art. 144, vemos que é tão explícito! Chega a dizer o seguinte: o que se poderia fazer? Repito, o que se poderia fazer?

Art. 144.

I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal; (...)

Não se trata desse ponto.

II - recompôr, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto; (...)

Não se trata desse ponto.

III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.

Não se trata desse ponto. Ao especificar, o artigo está dizendo que está tratando das programações de despesa, e não de um texto. Ele é explícito! Eu quero dizer que está claro que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Bohn Gass, a nossa questão está no art. 143 e não no art. 144. O que diz o art. 143?

Art. 143. As modificações introduzidas pelos Relatores aos projetos de lei em tramitação na CMO dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda.

Bem, como os Assessores estão nos orientando, a Ana Claudia, do Senado, e o Wagner, da Câmara? Nesse caso, ele apresentou um substitutivo. O substitutivo é tido como uma emenda, emenda de texto. Não é emenda à Lei Orçamentária, mas à LDO, que estabelece as diretrizes. Portanto, nesse caso, é permitido. É praxe desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estava decidido a determinar a suspensão da reunião para discutirmos isso, mas estou convencido de que o Relator, Deputado Filipe Barros, não infringiu o nosso regulamento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas, Sr. Presidente, dialogando com V.Exa., e fazendo uma analogia agora ao debate da Comissão da Reforma da Previdência, digo que todos os Deputados fizeram esforços para apresentar emendas porque precisam fazer isso para poder destacar, para o Relator poder apresentar, exceto se o Relator apresenta um pré-projeto e este é divulgado. Acredito que só se excetua nesses casos. Nos demais casos, todos fazem questão de apresentar emendas. Por que se apresenta uma emenda? Para o Relator poder incorporá-la ou não, ou eu poder destacá-la depois...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas pode sim!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Agora, incorporar um elemento não apresentando, isso o art. 143 veda explicitamente:

Art. 143. (...) dependerão da apresentação e publicação da respectiva emenda.

Repito: emenda. Não houve emenda nesse sentido apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Bohn Gass, realmente, esses dois artigos deixam margem a interpretações para um lado e para outro. Eu me vali aqui da Consultoria, mas, como V.Exa. insiste, eu vou suspender a reunião. Vamos lá para a sala da Presidência, com as Assessorias, e vamos resolver isso da melhor maneira, com um debate franco e transparente, porque nós não queremos, em hipótese nenhuma, infringir o nosso Regimento. Nós estamos convencidos pela Assessoria de que não houve infringência do dispositivo. Mas, se tiver havido, é evidente que não podemos aprovar.

A reunião está suspensa, até a volta dos trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reaberta a sessão.

Continua em discussão o PLN 1.

Do que foi discutido na Presidência, o entendimento, à unanimidade dos Consultores, é que o Relator pode fazer emendas de texto, que são permitidas pela Resolução nº 1, pelo Regimento Comum. Não há impedimento legal. E isso vem sendo admitido, ao longo dos anos, aqui na Comissão Mista de Orçamento, na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

forma de substitutivo apresentado pelo Relator. Não havendo concordância, quem não concordar pode fazer o destaque dessa parte e, evidentemente, colocar em votação.

Com a palavra Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o nosso Relator, o Deputado Filipe Barros, pelo trabalho.

O NOVO apresentou a Emenda nº 1, que foi acatada parcialmente. Gostaria só de deixar clara a nossa posição, também pelo NOVO. Na nossa opinião, nenhum tipo de ex-Presidente deveria receber qualquer espécie de veículo. Gostaria só de firmar essa nossa posição. Foi apresentada na Emenda nº 1, e eu até agradeço o recebimento parcial, mas é claro que o nosso desejo é que fosse recebida integralmente. Era o que eu gostaria de dizer, para firmarmos essa posição e darmos sequência aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrado o prazo de discussão e apresentação de destaques.

Foi apresentado um destaque de autoria do nobre Deputado Bohn Gass.

Vamos à votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do nobre Deputado Bohn Gass.

Está em votação o relatório, ressalvado o destaque, na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos à apreciação do destaque que foi apresentado para votação em separado.

Destaque nº 1, de autoria do nobre Deputado Bohn Gass.

O autor do destaque está com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu já fiz a manifestação anterior sobre não termos os gastos relacionados ao tema. A economia, como está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

posta hoje... Refiro-me, enfim, a todos os aspectos e dificuldades que existem. Há a reforma da Previdência, o déficit, recursos que faltam para a educação e para a saúde.

E sobre o tema, Deputada Joice, dialogando sobre o Presidente que está em exercício da atividade, é claro que eu tenho que ter zelados todos os aspectos da sua segurança. Para isso, há todo o aparato de acompanhamento, tanto das precursorias como do acompanhamento no dia da locomoção, da sua atividade. Há, enfim, todo o aparato, que inclusive é requisitado, dependendo das situações em que se encontra, por outras forças além, ou seja, outros órgãos da segurança, de todo o sistema de segurança do Presidente. Foi nesse sentido que eu manifestei o meu posicionamento.

Este é o meu destaque em relação a esses aspectos. Quando se vai excetuar, hoje nós temos um processo em que se coloca, quando não puderem receber os ex-Presidentes:

Art. 17.

IX -

a) houver perdido o mandato em face de condenação pela prática comum, de responsabilidade ou de infração eleitoral;

b) tiver sofrido condenação criminal, posterior ao exercício do mandato, por órgão colegiado, em face de atos relativos ao exercício da função de Presidente da República, por crimes contra a administração pública ou por improbidade administrativa.

Nós sabemos claramente que essa é uma emenda dirigida. Infelizmente, as parcialidades são postas. Todos nós sabemos, e cada vez fica mais evidente, o que foi considerado crime de responsabilidade ou a parcialidade das condenações feitas em relação a ex-Presidentes.

Aliás, estamos na Casa debatendo isso e querendo que as pessoas venham debater. Uns não estão comparecendo, como deveriam comparecer. Neste momento, está havendo sessão — daqui a pouco, eu vou lá — para ouvirmos o Glenn Greenwald, do *site The Intercept*, que está apresentando inclusive dados neste momento sobre as formas que aconteceram para se considerar improbidade. Digo isso porque aqui se estariam considerando Presidentes, no caso, com responsabilidade de improbidades, e sabemos em que condições elas se deram.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, o que eu alertei antes é que eu gostaria que evitássemos. Podemos até continuar o aprofundamento deste debate que esta Casa tem a fazer. Mas eu levantei a questão de que, sob as condições que se deram, a conclusão a que se chegou para considerar improbidade e, portanto, não receber, eu acho que são dois pesos e duas medidas. Esta Casa não pode ter essa prática.

Portanto, eu peço que retiremos o item "a" e o item "b" do § 4º do art. 17.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Relator está com a palavra para apresentar o seu voto ao destaque.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, no meu relatório eu fiz questão de ressaltar que acatei parcialmente algumas emendas, dentre elas, emendas do Deputado Guilherme Derrite, uma emenda do Deputado Alexis Fonteyne, do NOVO, e também uma terceira emenda sobre isso. O fato é que não faz sentido — e aí é uma opinião do Deputado Filipe Barros —, não faz sentido, no momento de crise que estamos vivendo, nós trazermos a urgência da renovação dos carros. Porque nós temos, de fato, uma urgência. A frota dos carros blindados irá vencer essa semana, ponto. Agora, o caso dos ex-Presidentes não é urgente. O que é urgente são os carros blindados do atual Presidente e do Vice-Presidente, cuja blindagem vai vencer. Nós precisamos resolver esse primeiro caso, ponto. Num segundo momento, nós podemos até discutir quais direitos ou quais deveres os ex-Presidentes e ex-Vice-Presidentes têm. O fato é que nós precisamos resolver os casos dos atuais e, na minha visão, no momento que nós estamos vivendo, de crise econômica e financeira, eu não acho moralmente correto nós arcarmos com despesas — e aqui não individualizando, mas são fatos históricos, fatos concretos —, utilizarmos dinheiro público para gastar dinheiro com um indivíduo, ex-Presidente, que está preso. Que tipo de carro ele vai utilizar no momento que está na cadeia?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Fernando Henrique não está preso, não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O FHC não, mesmo. O FHC teria direito. Mas o que eu estou falando é que a minha emenda, Sr. Presidente... Esta aqui é minha opinião. Então, acho que não faz sentido nós utilizarmos dinheiro público com quem foi impichado ou foi preso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não sei por que V.Exa. falou do FHC, Presidente. Eu não falei do FHC, não. Estou falando dos ex-Presidentes que sofreram *impeachment* ou dos ex-Presidentes presos.

Então, peço que votem favorável ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. deu a entender que não haveria urgência no caso dos ex-Presidentes, então argumentou que estava preso e tal.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, poderia me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto Nogueira.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Eu queria só fazer um apelo ao Relator, porque até agora nós estamos politizando tudo que estamos fazendo. Aí V.Exa. vai me desculpar, com todo o respeito que tenho a V.Exa., mas está notória que essa emenda sua está focada a determinadas pessoas. Acho que não cabe essa discussão.

Nós estamos aqui fazendo aquilo que é bom para o País. Isso que V.Exa. está propondo não é bom para o País. Se começar a politizar, nós não vamos andar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Deputado, só um parêntese...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Portanto, eu faço um apelo a V.Exa.: que retire isso. Todos nós, então, vamos aprovar o destaque do Deputado Bohn Gass. Acho justíssimo. Acho que é imprudente, da nossa parte, votar numa situação como esta. É lamentável que nós politizemos, considerando que até agora nós estamos caminhando naquilo que é melhor para o País. Portanto, eu faço um apelo a V.Exa., para retirar isso. Não vou concordar com isso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Deputado, só um parêntese...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Nobre Deputado Dagoberto...

Dê-me a palavra só por 1 minutinho, Deputado Filipe, só para acalmarmos os ânimos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra a nobre Deputada Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Sr. Presidente, Sr. Relator, colega Deputado Dagoberto Nogueira, Deputado Bohn Gass, o mais importante aqui para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo, neste momento, é garantir a segurança do Presidente da República, do nosso Presidente Jair Bolsonaro, mantendo a blindagem do carro dele em dia, até porque sabemos que os aparatos de segurança estão à disposição. Deputado Bohn Gass, V.Exa. tem razão, tem a sua razão, mas a história nos mostra que segurança nunca é demais.

De novo, eu relato que, num passado recente, nós tivemos um candidato à Presidência que, mesmo com aparato de segurança — ele estava escoltado pela Polícia —, ainda assim sofreu um atentado. A história americana também nos mostra, em um passado não tão recente, que mesmo com aparato de segurança, um Presidente se foi. E nós temos que garantir a segurança do nosso Presidente da República, que é o Presidente daqueles que votaram e não votaram nele. É o Presidente da República Federativa do Brasil, ponto. Para o Governo, Deputado Bohn Gass, isso é o mais importante no momento.

Eu, particularmente, entendo o posicionamento do Deputado Filipe. Eu vou tentar transcrever o que o Deputado quis dizer. O que ele quis dizer foi que Presidente, aquele que passou por um cargo e que teve uma encrenca com a Justiça, uma condenação, não poderia ser beneficiado. Eu não vou entrar nesse mérito, Deputado Dagoberto, senão realmente vamos esticar o debate de uma forma tão longa, que vai vencer a blindagem e não saímos daqui. E a minha questão é vencer esse problema.

Então, a nossa preocupação, ainda que nos posicionemos como Governo, é a de que realmente qualquer um — e, se fosse o caso, eu estenderia a Parlamentares ou a qualquer outro político — que tivesse encrenca com a Justiça e tal... Mas não é esse o nosso foco. O nosso foco é dar a segurança ao Presidente da República, ao Vice-Presidente, aos homens que hoje representam o povo brasileiro no poder. Então, eu encaminho aqui como Governo, para que nós possamos construir esse entendimento e possamos superar isso, garantindo que no dia 29 o Presidente não estará andando num carro com uma blindagem vencida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, na mesma linha que o nosso colega Deputado Dagoberto e a nossa Líder Joice disseram, a lei ampara aos ex-Presidentes da República, mesmo impichados — e não faço nenhum viés





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ideológico —, a garantia de segurança e assessoria pela Presidência da República. Está na lei. E se a lei faculta a eles a segurança fornecida pela Presidência da República, por que prescindir também da segurança de um carro blindado? Eu não vejo razão para isso.

Como disse o Deputado Dagoberto, e embora eu tenha uma ideia ideológica diferente da do Deputado Dagoberto, eu acho que, se nós começarmos a politizar esses assuntos aqui na CMO, nós teremos muita dificuldade de evoluir nas discussões importantes para o País. Eu acho que é um assunto tão pequeno, tão mesquinho e tão irrelevante, que nós não deveríamos nem trazer para discussão na Casa.

Portanto, eu gostaria de pedir aos colegas presentes que votassem o destaque supressivo para que pudéssemos vencer esta discussão, que, do meu ponto de vista, é idiota, banal e pequena. Que possamos avançar para assuntos muito mais relevantes nesta Comissão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, rapidamente, eu posso utilizar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, com a palavra o nobre Relator, inclusive para dar a sua posição a respeito do destaque, aprovando-o ou rejeitando-o.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Apenas quero complementar o que o nobre Deputado Dagoberto Nogueira disse. A ideia não é do Filipe Barros. Há algumas emendas, e eu me posicionei através dessas emendas. É preciso até dar crédito para quem fez essas emendas, o Deputado Guilherme Derrite, o Deputado Alexis Fonteyne, do NOVO, e o Senador Major Olímpio. Como Relator, eu tenho que opinar sobre todas as emendas que chegam até à minha mão, e assim o fiz. E assim o fiz pensando, em primeiro lugar, no dinheiro público. Eu não quero aqui politizar. Não me interessa saber quem foi condenado, quem foi impichado e quem não foi. Agora, tratando-se da Comissão de Orçamento, nós estamos falando aqui de dinheiro público, e foi sob esse aspecto que eu abordei no meu relatório. Não individualizei, não disse quem foi e quem não foi, quem deve e quem não deve. Mas estamos na Comissão Mista de Orçamento, portanto fiz o meu relatório voltado e focado na utilização de dinheiro público.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, apenas quero esclarecer que esta questão está destacada, correto? Então, nós votaremos o relatório, salvo o destaque. E no destaque nós votaremos quem é a favor e quem é contra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório já foi aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Deputado Dagoberto Nogueira, esta questão foi destacada. Quem discordar... Após a votação do PLN 2, nós votamos o destaque sobre este ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já foi votado. Nós vamos votar o destaque agora.

O destaque de autoria do nobre Deputado Bohn Gass está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo com o destaque do Deputado Bohn Gass permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque vai para votação no Senado Federal.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Como o destaque é supressivo, quem quer tirar do texto tem que votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo com o nobre Deputado Bohn Gass permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, houve uma dúvida. O destaque é para retirar ou manter o texto?

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Quem quer manter o destaque tem que se posicionar, Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Quem quer tirar esse trecho do texto, portanto o que o Deputado Bohn Gass quer, vota "não", porque o destaque é supressivo. Por isso a votação é "não". Por isso eu pedi para voltar a votação, Presidente, porque eu queria vota "não", e passou muito rápido. O destaque é supressivo, temos que votar "não".





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Domingos Neto, V.Exa. está coberto de razão. Então, vamos fazer nova votação, porque o destaque é supressivo.

Eu peço escusas aos membros da Câmara e do Senado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. colocar em votação, eu queria deixar claro apenas o seguinte: o julgamento não transcorre em última instância. Votar agora sem que haja esse clareamento no destaque, acredito, pode induzir muitos a votarem pensando de uma forma, mas agindo de outra. Porque, se fosse prevalecer essa tese, teria que estar declarado o julgamento em última instância com o trânsito julgado, o que não é o caso agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos à votação do destaque.

Os Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados que estiverem de acordo com o destaque do Deputado Bohn Gass que se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Vamos à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Portanto, está aprovado o destaque supressivo. Retirada do texto essa parte que foi destacada.

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, só registre o meu voto pelo relatório.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto contrário, o meu e o do Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Voto contrário do nobre Deputado Filipe Barros e Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Lamentável para nós é termos que aprovar carro para ex-Presidente preso, por exemplo, impichado, ou qualquer outro tipo de ex-Presidente. Isso para nós é lamentável.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Lamentável é ter rasgado a Constituição para prender. Isso que é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Extrapauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2, do Congresso Nacional, de 2019, da Presidência da República, que altera o Anexo V da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019. Relator: Deputado Filipe Barros.

Durante o prazo regimental, foram apresentadas três emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às três emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela rejeição. O Relator apresentou complementação de voto ao relatório.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório e complementação de voto.

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento do Interno da CMO.

Com a palavra o Relator, para apresentação do seu relatório e complementação de voto, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do relatório do PLN nº 2, eu só gostaria de deixar registrado aqui, para constar em ata, o meu voto pelo relatório na votação passada, porque, no fim das contas, ficou meio confuso. Meu voto é pelo relatório, e não pelo destaque.

Passo a relatar o PLN nº 2, de 2019.

"I. Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 073, de 2019-CN, o Excelentíssimo Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2019-CN, que altera o Anexo V da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.

Segundo a Exposição de Motivos nº 23/2019 ME, de 28 de fevereiro de 2019, do Ministério da Economia, a proposição pretende incluir no Anexo V da Lei Orçamentária o item 'III. Alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração', com o respectivo subitem 'III.1.1. Limite para concessão de vantagens que estimulem o combate a fraudes em benefícios previdenciários ou assistenciais de que trata a Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019' (...).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos da Exposição de Motivos, as referidas alterações visam complementar os requisitos para que sejam produzidos os efeitos financeiros decorrentes do pagamento do Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidades do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB) e do Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (PMBI), instituídos pela Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019. Os citados Bônus foram criados para dar cumprimento ao Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade e ao Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, com o objetivo de agilizar a análise dos processos com potencial de risco de gastos indevidos com benefícios previdenciários ou assistenciais, e a revisão de benefícios diversos.

O documento registra ainda que o inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal exige autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO para a implementação de propostas que impliquem aumento de despesas de pessoal e encargos sociais. Por sua vez, as sucessivas leis de diretrizes orçamentárias anuais vêm estabelecendo que as autorizações de concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, sejam discriminadas em anexo específico da Lei Orçamentária. Nesse sentido, para que reste cumprida a exigência legal contida no art. 169 da Constituição, e considerando que o Anexo V da Lei nº 13.808, de 2019, Lei Orçamentária Anual de 2019, LOA-2019, não contém item autorizativo para a realização de despesas com os mencionados bônus, faz-se, portanto, necessária a alteração proposta.

Destaca-se também que a presente proposta não implicará acréscimos nos quantitativos do Anexo V da LOA-2019, tendo em vista que o impacto decorrente da concessão dos referidos Bônus será suprido pela redução equivalente do limite financeiro relativo ao item '1.5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico Administrativo em Educação' (...).

E, por fim, ressalta que a aprovação do projeto de lei de que trata esta proposta está condicionada à aprovação prévia ou concomitante do PLN 1/2019 (...)", que nós acabamos de aprovar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A pedido da bancada do Distrito Federal, apresentamos emenda destinada a autorizar a recomposição salarial das carreiras mantidas pelo FCDF — Fundo Constitucional do Distrito Federal.

"Foram apresentadas três emendas à proposição dentro do prazo regimental.

É o relatório.

II. Voto do Relator

A presente proposta não implicará acréscimos nos quantitativos do Anexo V da LOA-2019, tendo em vista que o impacto decorrente da concessão dos referidos Bônus será suprido pela redução equivalente ao limite financeiro relativo ao item I.5.1.2 do mesmo anexo.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto às emendas apresentadas, a Emenda nº 1 pretende suprimir o art. 1º, e a Emenda nº 2 pretende suprimir a parte do Anexo V relativa à concessão do Bônus de Desempenho Individual. O atendimento dessas emendas equivale a rejeitar integralmente o projeto de lei. Já a Emenda nº 3 trata da alteração da LDO e deveria ter sido apresentada ao PLN nº 1/2019. Dessa forma, propomos a rejeição dessas emendas.

Diante do exposto, voto pela rejeição das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2019-CN (...)", e pela aprovação da Emenda de Relator nº 1.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu só quero agradecer ao Relator, porque nesse relatório ele corrige uma distorção antiga, aqui do Distrito Federal, que trata do Fundo Constitucional do DF. Há mais de 6 anos que existe essa distorção. Portanto, eu quero parabenizar o Deputado Filipe Barros pelo relatório.

E quero pedir o apoio dos pares. Eu tive o privilégio de presidir a Comissão do INSS. É fundamental a aprovação do Bônus, tendo em vista que existem mais de 6 milhões de processos parados, aguardando esse incentivo, que vai realmente facilitar e modernizar a administração do INSS.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Não foi apresentado nenhum destaque.

O relatório e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O relatório e a complementação de voto está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Extrapauta.

Apreciação do Requerimento nº 9, de 2019, da CMO, que requer a realização de audiência pública para debater o financiamento e o retorno dos investimentos em ações relacionadas à primeira infância. Autores: Deputado Felipe Francischini e Deputado Hiran Gonçalves.

Com a palavra os autores do requerimento.

O Deputado Hiran Gonçalves tem a palavra.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente Marcelo Castro, Deputado Dagoberto Nogueira, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos ampliar as ações na primeira infância, dessas crianças de zero a 6 anos de idade, fase em que basicamente se forma a personalidade, enfim, quando se forma o futuro deste País.

Nós temos o Marco Legal da Primeira Infância, a Lei nº 13.257, de 2016, que institui o Programa Criança Feliz, que é uma estratégia do Governo para que possamos empreender investimentos nessa área, mas eu e o Deputado Felipe Francischini acreditamos que precisamos ampliar essas ações para Estados e Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para isso, eu queria pedir às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados sensibilidade para que nós possamos aprovar este requerimento, para que ampliemos a discussão e ampliemos, a esse universo de brasileiros que serão o futuro do nosso País, o acesso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encaminhamento do requerimento.

Não havendo quem queria encaminhar, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Declaro aprovado o requerimento.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019.

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Luiz Henrique Mandetta, que apresentará o 3º e 1º Relatórios Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente, respectivamente, aos períodos de setembro a dezembro de 2018, e de janeiro a abril de 2019, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Foram convidadas as Comissões de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, Beto Faro, Dagoberto Nogueira, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Orlando Silva, Paulo Azi e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alexandre Serfiotis, Carmen Zanotto, Enéias Reis e Liziane Bayer. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e oito minutos, o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), declarou iniciada a reunião e destacou a finalidade da audiência pública. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Luiz Henrique Mandetta, a Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), Membro Titular e Representante da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; o Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), 1º Vice-Presidente da CMO; e o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, do Ministério da Saúde. Logo após, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser interrompido desde que o permitisse. E ainda, conforme o estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. E para facilitar a condução do debate, o Presidente propôs que o Ministro respondesse ao bloco de questionamentos de quatro oradores inscritos. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Palestrante. Em continuidade, o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Luiz Henrique Mandetta, cumprimentou os componentes da Mesa de trabalhos e informou que faria uma breve explanação sobre o tema. Esclareceu que o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e o Secretário Executivo daquele Ministério, fariam a Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS. Logo após, o Sr. João Gabbardo dos Reis, Secretário Executivo, foi convidado para compor à Mesa. O Ministro anunciou a presença do Sr. Dárcio Guedes Júnior, Diretor do Fundo Nacional de Saúde – FNS e da Sra. Cleusa Bernardo, Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas – DRAC, ambos do Ministério da Saúde. Encerrada a exposição do Ministro, fez uso da palavra o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde que apresentou o 1º Relatório Quadrimestral de Prestação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Cidadania de Santa Catarina, membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a critério do Ministro. *(Pausa.)*

O Ministro só poderá ser aparteado desde que o permita, conforme o prescrito no regime do art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

Após o Ministro, farão uso da palavra, se assim o quiserem, os demais componentes da Mesa, pelo prazo de 5 minutos.

De acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Para facilitar a condução do debate, proponho que o Ministro responda a blocos de questionamento de quatro oradores inscritos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Ministro de Estado da Saúde, o nosso colega e amigo Luiz Henrique Mandetta.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Bom dia a todos.

Agradeço a acolhida do nosso Presidente da Comissão Mista de Orçamento e ex-Ministro da Saúde, o colega e amigo Senador Marcelo Castro. Cumprimento o meu conterrâneo e 1º Vice-Presidente desta Comissão, o Deputado Federal Dagoberto Nogueira, do PDT de Mato Grosso do Sul; a nossa Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina; e a minha amiga e Líder do Governo, a Deputada Joice Hasselmann, do PSL de São Paulo, que compõem esta Mesa junto com o Arionaldo, aqui à minha esquerda, que é o Coordenador da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde.

Eu gostaria, Presidente, de pedir a V. Exa. que me permitisse solicitar a presença, também na Mesa, do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, o João Gabbardo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com muito prazer.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Então, por favor, Gabbardo.

Por que peço a presença do Secretário-Executivo? E aqui cumprimento toda a equipe do Ministério que está aqui hoje, à disposição dos Parlamentares: o Dárcio Guedes Junior — dá um bom-dia aí, Dárcio! —, que é o Diretor do Fundo Nacional de Saúde, e a minha amiga Cleusa Bernardo, representando todos aqueles que militam dentro do SUS.

A Cleusa já tem algum tempo de SUS, não é Ministro? *(Pausa.)* Ela tem pouco tempo, mas, enfim, é quase que a memória de todas as políticas transversais do SUS desde a sua criação. E o Secretário-Executivo, nessa estrutura de organograma, é aquele que fica exatamente na fase operacional, a fase de executar o orçamento que é feito por esta Casa, para que possamos dar os trâmites naturais do Ministério da Saúde.

Então, eu vou fazer uma breve explanação da minha visão de Ministro; o Secretário-Executivo vai fazer uma apresentação, no PowerPoint, das ações do Executivo; e o Arionaldo vai fazer uma apresentação da coisa mais técnica, voltada para orçamentos e execuções orçamentárias.

Quando iniciamos esse ciclo de gestão frente ao Ministério da Saúde, nós tínhamos o organograma antigo do Ministério da Saúde. Então, uma das primeiras ações foi formatar uma nova proposta de funcionamento interno do Ministério, cuja principal alteração, para aqueles que conhecem o Ministério da Saúde, foi o desmembramento da SAS, a Secretaria de Atenção à Saúde, em duas.

Criou-se, então, a Secretaria Nacional de Atenção Primária em Saúde, que será a que mais estará voltada aos Municípios brasileiros. Ela será a responsável por todos os indicadores de atenção primária e as políticas de atenção primária, os programas da saúde desde o pré-natal e a infância até para adolescentes, adultos e idosos. É através dessa Secretaria Nacional de Atenção Primária que nós devemos trazer aqui à Casa, no mês de julho provavelmente, a nossa proposta de como funcionar a questão dos recursos humanos. Serão os médicos da atenção primária que vão merecer um bom debate aqui nesta Casa, em breve.

O segundo ponto da mesma estrutura do organograma chama atenção por ter sido a SAS a primeira, na Esplanada dos Ministérios, a criar, no seu organograma, a Diretoria de Integridade, onde nós colocamos a Controladoria-Geral da União, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Corregedoria e a Ouvidoria, para que se faça o zelo de transparência, portais de transparência, denúncias, investigações e sindicâncias, tanto provocadas externamente quanto provocadas internamente.

Isso foi feito para que nós pudéssemos rever todos os fluxos documentais do Ministério da Saúde, inclusive nos núcleos estaduais, que passarão por uma grande reformulação no seu formato, e como o Ministério da Saúde estará presente nos diferentes Estados, já que hoje ele é uma estrutura cara, com baixa resolutividade. Às vezes, um Vereador ou um Prefeito lá de uma cidade do interior tem que vir até Brasília para ver algo que ele poderia despachar ou protocolar no próprio núcleo.

Nós encontramos, também nesse caminhar de tentativa de revitalização da nossa saúde, alguns desafios que puderam ser enfrentados mesmo que estivéssemos com o orçamento planejado no ano passado. Uma dessas ações foi apresentar três formatos de financiamento para as equipes das unidades do Saúde da Família, porque só havia um formato, que era o de 40 horas semanais e com valor fixo. Nós criamos os formatos de 60 horas semanais e de 75 horas semanais e alteramos o teto do financiamento do custeio: para a unidade que mais recebia, passamos de 43 mil reais para 112 mil reais; para mediana, que era em torno de 27 mil reais ou 28 mil reais, passamos para 58 mil reais; e para a mais pequeninha, que era em torno de 13 mil reais ou 14 mil reais, passamos para 26 mil reais, 27 mil reais.

Isso deu para os Prefeitos uma oxigenação e, para o usuário, a possibilidade de alteração do horário de atendimento da unidade do Saúde da Família. Antes, a unidade abria às 7 horas da manhã e fechava às 11 horas, para intervalo do almoço; reabria às 13 horas e fechava às 17 horas. Agora, há a possibilidade de eles trabalharem 12 horas corridas ou até as 22 horas. Isso vai dar a oportunidade de atendimento em horário estendido principalmente para a mulher e para o trabalhador que, ao sair para trabalhar, às 6 horas da manhã, encontrava a unidade fechada; na hora do almoço, encontrava a unidade fechada; e, na volta para casa, encontrada a unidade fechada, e só tinha a UPA.

Conseguimos algo do Tribunal de Contas da União que não foi fácil, mas que ele entendeu que era possível. Como tínhamos encontrado 636 obras inacabadas de UPAs no País, conseguimos costurar, junto com o Tribunal de Contas da União, pela primeira vez, uma portaria que deu aos Prefeitos das cidades que estavam com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obras inacabadas a possibilidade de mudarem o objeto para o qual o recurso tinha sido alocado. Houve cidades que mudaram a destinação do prédio de UPA para outro setor da Secretaria de Saúde, como clínica de mulher, desde que fosse dentro da área de saúde, para sair dessas obras inacabadas.

Outro passo foi priorizar o término de todas as obras em andamento no País. Não há, hoje, nenhuma obra do Ministério da Saúde em andamento que não esteja com os repasses em dia, desde que esteja com as prestações corretas.

Depois, fizemos o recolhimento para o Ministério da Saúde daquelas obras que, há muito tempo, estavam com o recurso chamado de empessado, parado, inerte. Isso, às vezes, traz alguma dificuldade, algum aborrecimento, mas é a ação que mais funciona para que se possa ver se vai retomar ou vai encerrar determinado projeto. Com isso, conseguimos avançar em vários pontos da atenção primária.

Encontramos o abastecimento de medicamentos com os medicamentos sendo comprados a cada 3 meses no Ministério da Saúde. Fazia-se uma licitação a cada 3 meses, 4 meses, para se abastecer um país continental como este principalmente com medicamentos de alto custo. Isso já tinha causado desabastecimento de medicamentos no ano de 2018 por três oportunidades. O problema era o modelo com o qual o Ministério da Saúde estava trabalhando. Nós já tínhamos dito que passaríamos por isso e tentaríamos que fosse a última vez, porque fizemos todo o processo deste ano para 12 meses. Entendemos que isso deve se normalizar neste ano, porque a próxima licitação faremos 4 a 5 meses antes de vencer o de 12 meses, e não a cada 3 meses, conforme vinha sendo feito no Ministério da Saúde.

Nosso pensamento é diferente do pensamento anterior: eles achavam que, se fizessem a licitação a cada 3 meses, poderia haver melhor oportunidade de precificação, mas nós entendemos que, se uma indústria tem possibilidade de 12 meses, ela pode, tendo um contrato de 12 meses, trabalhar com mais previsibilidade e nós podemos ter um resultado inclusive no custo do medicamento melhor do que a compra de 3 ou 4 meses. Essas são visões administrativas. Não sei por que ela foi tomada no Governo anterior, mas devem ter tido os seus motivos.

Do ponto de vista da apresentação propriamente dita, eu gostaria de pedir ao Arionaldo que falasse dessa parte orçamentária e, na sequência, ao Gabbardo que falasse da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, para dar tempo de interagirmos com os Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

Peço licença para ficar em pé e mais próximo da tela de apresentação.

Mais uma vez, estamos aqui com os senhores, cumprindo um dispositivo legal, amparado no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012, que estabelece que, a cada 4 meses, o Sr. Ministro da Saúde venha a esta Casa prestar contas sobre a execução do quadrimestre anterior. Nessa prestação de contas, a lei exige que façamos uma apresentação sobre montante e fonte de recursos de financiamento da saúde, auditorias realizadas no período e oferta e produção de serviços pelas unidades federais, conveniadas e contratadas, no âmbito do Ministério da Saúde. Lembro que esse mesmo processo é feito no âmbito dos gestores estaduais e dos gestores municipais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começando a apresentação, vamos tratar do orçamento total da saúde para 2019. Ele é de 132,8 bilhões de reais, dos quais, 120,8 bilhões de reais em ações e serviços públicos de saúde e 12 bilhões de reais em outras despesas consideradas como não ASPS — ações e serviços públicos de saúde —, que é a forma que a Lei Complementar nº 141 estabeleceu aquilo que entra no cômputo da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estabelece um recurso mínimo para a saúde no âmbito do Poder Executivo.

Aqui fazemos uma verificação desse orçamento de 120,8 bilhões de reais, somente de ações e serviços públicos de saúde, como é que ele está dividido, como chegamos a esse número. Os senhores sabem que a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, trouxe uma regra que substituiu a Emenda Constitucional nº 86, de 2015, que estabelece então o seguinte parâmetro para a saúde. Em 2018, o piso era 112 bilhões 360 milhões de reais; a LOA foi 119 bilhões de reais; fechou-se o ano com 118 bilhões 343 milhões de reais; e o empenhado foi 117 bilhões de reais. A partir do piso de 2018, chegamos ao piso de 2019. Aplica-se o IPCA sobre os 112,3 bilhões de reais e chega-se então ao piso de 2019, que é 117,3 bilhões de reais. Essa é a fórmula de cálculo. Para o ano de 2020, o IPCA será aplicado sobre 117,3 bilhões de reais. Quanto à dotação, nós estamos acima do mínimo. A dotação aprovada foi 120,3 bilhões de reais e a dotação atual, 120,7 bilhões de reais. Como estamos aqui prestando contas do primeiro quadrimestre de 2019, o valor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

empenhado no primeiro quadrimestre de 2019 foi 44,4 bilhões de reais, que vamos detalhar mais à frente.

Aqui apresentamos em grandes números, por categoria de gasto, o orçamento a que nos referimos lá atrás. Para pessoal, temos 10 bilhões de reais — e aí fazemos a comparação com o executado em 2018 e apresentamos a dotação e o empenhado e pago em 2019. Para outros custeios e capital, as despesas correntes, que mantêm a finalidade do Ministério da Saúde, nós tínhamos 107,9 bilhões de reais em 2018 e 110,7 bilhões de reais este ano. Desses 110,7 bilhões de reais, 35,6 bilhões de reais já foram empenhados e 25,8 bilhões de reais já foram pagos.

Essa é uma nova forma de mostrar o orçamento. Mostramos quanto está em ASPS, em pessoal — lembro que aqui só estamos tratando de pessoal ativo, uma vez que o dado de inativos e pensionistas está naquela outra conta, a de não ASPS.

Aqui, estamos cumprindo aquele dispositivo, de que falei inicialmente. Essas são as fontes que custeiam, que financiam o orçamento da saúde; 90% dos recursos são fruto das contribuições. A CSLL e a CONFINS são as principais. As demais fontes, com valores bem menores, são essas. Aqui mostramos não só quanto foi empenhado nesse quadrimestre, mas também quanto já foi liquidado nesse mesmo período.

Aqui fazemos uma demonstração dos recursos da saúde, aquilo que não é execução direta, que na sua grande maioria é direta, com a finalidade de atender Estados e Municípios... Aqui demonstramos aquilo que já vai direto para Estados e Municípios. Temos duas formas de repassar esses recursos: fundo a fundo e convenial. Na forma fundo a fundo, já estamos com 99% dos recursos, em comparação com a forma convenial. Isso vem facilitar, e muito, a transferência dos recursos do Ministério da Saúde para os Estados e Municípios.

Essa forma de transferência já está bastante divulgada e ampliada no Poder Executivo. Vários Ministérios trabalham também com essa formatação. Nós fomos praticamente pioneiros nessa transferência de recursos, que faz com que o recurso seja colocado à disposição dos Estados e Municípios, que é quem faz a execução orçamentária, a aplicação dos recursos na saúde, de forma mais célere. Lembro aos senhores que, de novembro, dezembro do ano passado em diante — se os senhores acompanham mais de perto a saúde —, temos procurado fazer com que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esses recursos, liberados de forma mensal, sejam cada vez mais liberados nos primeiros dias úteis de cada mês.

Então, temos uma despesa regular e automática de algo em torno de 7 ou 8 bilhões de reais. Desses 7 ou 8 bilhões de reais, quase a sua totalidade, 90%, estamos repassando no primeiro ou segundo dia útil de cada mês, com vistas a que esses recursos possam dar entrada nos Estados, nas Secretarias Estaduais, nas Secretarias Municipais, nos fundos de saúde, e possam ser trabalhados ao longo do mês para que os Estados e Municípios possam honrar todos os compromissos que eles têm com a saúde, de forma mais ágil, mais rápida, e principalmente possam se planejar com relação a datas de pagamentos.

Só para dar uma explanação disso aqui: da dotação atual de 76,9 bilhões de reais, 76,1 bilhões de reais são transferidos fundo a fundo. Os senhores veem que é o que dissemos: 99% dos recursos já estão indo, fundo a fundo, para os fundos estaduais e municipais. Desse 76 bilhões de reais fundo a fundo, foram empenhados 23 bilhões de reais, referentes, como eu falei, ao quadrimestre, e pagos 20,9 bilhões de reais, também nesse quadrimestre.

Aqui trazemos também uma prestação de contas com relação a Restos a Pagar. Temos recebido algumas críticas com relação à elevação dos gastos na categoria de Restos a Pagar, e demonstramos nesta apresentação que Restos a Pagar nada mais é do que uma figura de execução orçamentária, que utilizamos de acordo com a regulamentação que trata desse assunto.

Temos 20,8 bilhões de reais inscritos e reinscritos. Atentem para a questão do reinscrito. Temos, desde 2003 até 2018, Restos a Pagar; está mantida a sua reinscrição, autorizada pela área econômica, no sentido de preservar o repasse de recursos para Estados e Municípios que dele necessitam. Só cancelamos isso aqui quando é colocada pelo Estado e Município a total impossibilidade de aplicação daquele recurso. Por isso, o nosso gasto em Restos a Pagar é 20,8 bilhões de reais. Esses cancelamentos, a que nos referimos, chegaram até agora a 574,4 milhões de reais, e, importante, já foram pagos, até o mês de abril, 7 bilhões de reais desses 20,8 bilhões de reais. Lembro que, a partir também da Lei Complementar nº 141, os Restos a Pagar cancelados a partir da edição da lei complementar são repostos no ano seguinte. Então, tudo aquilo que é cancelado posterior à data de 2012 temos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obrigação de repor no orçamento no ano seguinte, sem efeito de contar para o mínimo constitucional novamente.

Outro dispositivo do art. 36 é a oferta de produção de serviços. Apresentamos aqui as unidades federais do Ministério da Saúde: seis hospitais do Rio de Janeiro, três institutos do Rio de Janeiro, o Grupo Hospitalar Conceição, do Rio Grande do Sul, e a Rede Sarah, uma vez que ela presta serviço e é mantida com contrato de gestão com o Ministério da Saúde — sua única fonte de receita é o orçamento do Ministério da Saúde.

Apresentamos aqui uma radiografia: quantidade de leitos; quantas internações; atendimentos ambulatoriais; partos, onde existe maternidade; cirurgias, consultas e exames. Lembro que isso aqui se refere aos 4 primeiros meses do ano, de janeiro a abril, de cada uma dessas unidades, para que os senhores saibam a quantidade de serviço. Então, 1,6 milhão de consultas e 5,2 milhões de procedimentos ambulatoriais foram realizados no período de janeiro a abril.

Atendendo a outro dispositivo da lei complementar, trazemos as auditorias realizadas no respectivo período da prestação de contas. Temos 147 auditorias, atividades de controle já encerradas. E aqui temos o conjunto delas dividido pelos programas de saúde. Aqui estão as principais. Na assistência farmacêutica, foram 12 atividades de auditorias encerradas; na atenção primária, 75; na média e alta complexidade, 43. Esses, reforço mais uma vez, são dados somente desse período de que estamos prestando contas.

Trazemos também os principais resultados alcançados no período de janeiro a abril, alertando que os dados são parciais, uma vez que no primeiro quadrimestre há uma dificuldade grande de começarmos em algumas ações a trabalhar na tabulação da sua realização. Observamos ali que esses são dados ainda parciais.

Achamos interessante apresentar para os senhores que o Mais Médicos conta com 14.210 médicos participantes do programa; que 548 obras de unidades de Saúde da Família foram concluídas nesse período; que 42.355 equipes de Saúde da Família e 26.425 equipes de Saúde Bucal estão em funcionamento; e que, de não menos importância, contamos com 1.114 equipes de Atenção Domiciliar implantadas e funcionando nesse período.

Em relação à Saúde da Mulher, sempre trazemos para esta Casa essa estratificação, essa prestação de contas. Foram habilitados dois novos serviços





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como Maternidade de Referência para Atenção à Gestação de Alto Risco; realizadas quase 900 mil mamografias, sendo 575 em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, e 1 milhão 922 mil exames citopatológicos, em que fizemos a estratificação da faixa etária de 25 a 64 anos de idade. Esses são dados de janeiro a março, pelos motivos de que falei anteriormente, a dificuldade de atualizarmos essa posição. Então, na verdade, aqui estão registrados 3 meses de realizações. Outro dado: 61 mil recém-nascidos foram beneficiados com o programa de bancos de leite humano.

No que diz respeito à vigilância em saúde, selecionamos estes dados: 94% das pessoas em tratamento há pelo menos 6 meses apresentam carga viral suprimida; e 384 Municípios rurais estão sendo apoiados com ações de controle da qualidade da água para consumo humano. Essa é uma ação realizada pela Fundação Nacional de Saúde.

Na Rede de Urgências e Emergências, foram realizados 2.141 transplantes de órgãos sólidos de janeiro a março; houve implantação de oito unidades de pronto atendimento. Estamos chegando a 622 UPAs em funcionamento no País com essa inauguração nesse período.

Em relação à estratégia de ampliação do acesso das cirurgias eletivas — há uma demanda muito grande de cirurgias eletivas em todo o País —, disponibilizamos nesse período 90,3 milhões de reais para financiamento de 91.240 cirurgias eletivas espalhadas em todas as Unidades da Federação. Elencamos aqui as principais cirurgias eletivas para poder trazer para os senhores. Catarata é, disparadamente, a primeira. Depois, vêm procedimentos inguinal, crural, umbilical — quem é da área da saúde deve entender o que é isso —, e colecistectomia. Somente esse conjunto de cirurgias eletivas corresponde a mais de 50% do total das cirurgias eletivas realizadas nesse período.

Na parte do complexo industrial e assistência farmacêutica, estamos hoje com 78% dos Municípios da Federação com a Farmácia Popular implantada e em funcionamento. Oito protocolos clínicos foram apoiados nesse período. Podemos selecionar aqui neoplasia maligna epitelial de ovário, acromegalia, endoprótese em aorta torácica descendente, imunossupressão no transplante hepático em pediatria, diretrizes brasileiras para diagnóstico e tratamento das intoxicações por agrotóxicos — aqui há três capítulos. Então, aqui estão os protocolos a que nos referimos, quais são os protocolos que estamos apoiando nesse período.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não menos importante, dos projetos apoiados no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde — PROCIS, de suma importância, há o apoio à construção do laboratório para extração de nova heparina na Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, o desenvolvimento de procedimentos de biossegurança e bioproteção na Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, a aquisição de equipamento para fabricação de medicamentos oncológicos sintéticos no Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica e apoio à produção de teste clínico de vacina contra esquistossomose também na Fundação Oswaldo Cruz, unidade do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro.

Aqui trazemos uma informação aos Srs. Parlamentares. Para a Saúde, das emendas impositivas, nós detemos 7,2 bilhões de reais, dos quais 5,3 bilhões são para emendas individuais e 1,9 bilhão de reais para as emendas de bancadas obrigatórias. Classificamos que 2,5 milhões dessas emendas são para incremento temporário da atenção básica; quase igual valor, 2,5 milhões também, é para atenção à média e alta assistência hospitalar e ambulatorial; investimento na atenção especializada 1,3 milhão; e atenção básica, 572 milhões.

Um dado importante para os senhores também é que, na data de hoje, nós já conseguimos publicar as portarias de habilitação de propostas e empenhamos, até a data de hoje, 1,4 bilhão de reais das emendas impositivas individuais. Então, do total previsto para saúde, desses 5,3 bilhões de reais, 1,4 bilhão de reais já foi empenhado no âmbito da saúde.

Era isso que eu tinha para apresentar para os senhores.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. JOÃO GABBARDOS DOS REIS - Bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente e ex-Ministro Marcelo Castro, com quem tive a honra de trabalhar quando foi Ministro da Saúde. Eu era Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. Tenho muito prazer de estar aqui ao seu lado novamente, Ministro.

Eu queria fazer só algumas observações em relação à apresentação do Arinaldo. Em cumprimento à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, nosso Orçamento para 2019 é o piso do Orçamento de 2018 acrescido da correção da TR de 3,4, ou seja, ele é um pouco menor daquilo que efetivamente foi gasto para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

saúde no ano de 2018. Então, temos um aperto no nosso Orçamento de 2019 para poder fazer novas ações.

Eu relembro que essa decisão do Ministro de nós fazermos as aquisições de medicamentos por contratos anuais, não mais por contratos de 3 meses, 4 meses, faz com que haja a necessidade de um empenho, de uma velocidade de empenhar e de liberação de recursos mais rápida do que normalmente vinha sendo feito no Ministério da Saúde.

A segunda observação é que, mesmo sem recursos novos, nós conseguimos algumas ações que são significativas, ações importantes. Dou como exemplo a ampliação da carga horária das unidades de saúde. Nós estamos aí colocando até 2 mil Unidades Básicas de Saúde — UBSs no País, podendo expandir o seu horário de atendimento para 60, 75 horas.

Além da questão de medicamentos, há a questão dos insumos e das vacinas. Também nós pegamos o estoque de vacinas muito reduzido e estamos tendo que refazer todo o estoque de vacinas de imunização com os recursos que estão previstos no nosso orçamento de 2019. Isso foi feito, porque, em algumas áreas, nós conseguimos fazer redução de custos. Principalmente na área de informática, nós eliminamos uma série de contratos existentes, contratos de valores elevadíssimos na área de tecnologia da informação, que entendemos que não eram necessários e que poderíamos desenvolver com recursos próprios, nosso e do Departamento de Informática do SUS — DATASUS.

No gabinete do Ministro, havia um contrato que já estava para ser iniciado na área de produção digital de quase 100 milhões de reais. Também nós suspendemos esse contrato. Dessa forma, com essas reduções de custo, conseguimos fazer a ampliação da carga horária. Vamos ampliar agora consideravelmente o número de equipes de Saúde da Família, habilitando novos serviços, além das habilitações de serviços que são feitas naturalmente, habilitações de novos leitos hospitalares, novos leitos de tratamento intensivo em UTI. Quando se habita um serviço, a despesa passa a ser permanente, não é uma despesa pontual naquele mês. Quando se habilita o serviço, dali para frente, essa despesa vai sempre estar presente no nosso fluxo de caixa. Então, essa realmente é uma preocupação que nós temos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por último, antes de passar aos questionamentos dos senhores, lembro a questão dos hospitais do Rio de Janeiro. Temos feito uma ação muito importante nos hospitais do Rio de Janeiro. Nós estamos centralizando as compras dos hospitais no Ministério da Saúde, fazendo com que haja redução de custos, porque vamos ter uma escala de compra muito maior do que cada um dos hospitais comprando individualmente. Vamos colocar toda a logística do Ministério da Saúde à disposição dos hospitais do Rio de Janeiro e esperamos, com isso, reduzir bastante as nossas despesas.

Presidente Marcelo, eu gostaria de deixar mais tempo para os questionamentos. Da nossa parte, acho que está o.k. a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerradas as apresentações do Sr. Ministro Mandetta, do Diretor Arinaldo e do Secretário-Executivo Gabbardo, nós agradecemos e parabenizamos pelas belíssimas explicações, que trouxeram para nós aqui as informações que são necessárias a esta Comissão.

Vamos passar, então, para a fase do debate.

Passamos a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito, o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Ministro Mandetta, colega muito querido nesta Casa.

Eu começo aqui parabenizando o dono do dia de hoje, o nosso colega Deputado Hiran Gonçalves, que faz aniversário. *(Palmas.)*

Eu não sei o que ele toma lá no Estado dele, porque eu faço aniversário, fico velho, e ele fica mais novo cada ano que passa. A água lá é melhor do que a nossa, do Tocantins, Ministro. Eu estou achando.

Ministro, primeiro, quero parabenizá-lo, porque o Ministério da Saúde, como bem falamos mais cedo, se não for o mais, é um dos três Ministérios mais demandados do Governo Federal. É onde estão as emendas impositivas de bancada. O meu Estado, o Tocantins, foi pioneiro, logo que se lançou aquela primeira emenda impositiva de bancada.

O Tocantins deu exemplo no sentido de que podíamos ajudar os Estados, colocando recursos para os custeios a mais para atender Municípios e Estados. De lá para cá, outros Estados seguiram o exemplo do Tocantins, e a coisa — parece-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

me — prosperou bem. Das emendas individuais, tanto do Senado, como da Câmara, dos atuais Parlamentares, como de ex-Parlamentares, dois terços que foram renovados no ano passado. Eu vejo que o Ministério tem tratado com muito carinho, com muita atenção e com muita seriedade as pautas que lá são levadas. Eu sou exemplo disso. Demando pouco, amolo pouco, mas, quando vou, sempre levo as questões do meu Estado, o Tocantins, e dos nossos Municípios.

Vim aqui hoje buscar de V.Exa. uma informação mais clara, porque o recurso de custeio, quando foi lançado na saúde algum tempo atrás, passou a ser o orçamento mais demandado dos Parlamentares de suas bancadas pelos Municípios e pelos próprios Estados. Aquele recurso ajuda os gestores no dia a dia a aliviarem os seus meses, as suas sangrias, as suas angústias, enquanto gestores, nas pontas, com relação ao pagamento de salário, à compra de medicamento e de material de expediente. Penso que é um recurso de maior destino das mesmas emendas individuais de bancadas nos Estados.

O Ministério colocou dois calendários no quesito empenho desses recursos para quem é Parlamentar do mandato passado que buscou a sua reeleição e até mesmo o que não buscou, mas destinou emendas impositivas a Municípios e a Estados ao longo de 2019. Saiu um calendário no mês de março, salvo engano, de um possível empenho desses recursos e um agora no mês de maio. A coisa ainda não se efetivou.

Eu queria buscar do amigo e da sua equipe se nós temos alguma dificuldade orçamentária. Não é à toa que lutamos aqui nesta Comissão pela primeira vez na história. Há pouco tempo aqui estou, mas sou curioso desde sempre. A pessoa desse Presidente, psiquiatra e Senador querido, Marcelo Castro, conseguiu unir todos esses pensamentos aqui, e 450 Deputados votaram o PLN nº 4/19, em plenário, com Brasil. Demos um exemplo de que orçamentos se buscam. Esta Comissão está pronta para ajudar o nosso País a sanar esses problemas e a vencer essas dificuldades.

Mas precisamos saber qual o calendário. Aqui nem toca agora a questão financeira, mas a questão orçamentária. Se temos um calendário, quando efetivaremos esses empenhos a Estados e a Municípios? Digo isso, porque o meu Tocantins realmente tem um valor de vulto alto da bancada colocado no Ministério





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Saúde, na confiança da sua pessoa, da sua gestão, para atender o Estado do Tocantins e os Municípios. A primeira questão seria essa.

A segunda, Ministro, desde o nosso primeiro mandato — serei breve, Presidente —, temos trabalhado muito, eu digo sempre isso, com os verdadeiros agentes da saúde pública, que são os agentes comunitários de saúde. Eles são os que ficam na ponta. Eles montam numa bicicleta, numa moto, no lombo de um cavalo ou de jumento e vão lá levar a saúde pública, a atenção do seu Ministério, do nosso Governo, para o cidadão da cidade do sertão que tanto precisa.

Em 2016, travamos uma briga salutar com o então Ministro Ricardo Barros, quando se queria editar as Portarias nºs 958 e 959, de 2016, inclusive eram tirados do Programa Saúde da Família — PSF os agentes, algo meio sem sentido. Eu queria saber como é que está a sua gestão em relação à valorização desses agentes que sempre nos demandam nos gabinetes e nos movimentos que aqui fazem. Na sua gestão, no seu Ministério, em que pé está a valorização dos agentes comunitários de saúde, que são tão importantes, pelo menos no interior do Estado de que venho, dada essa atenção feita através deles.

No mais, quero parabenizá-lo pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos passar a palavra ao próximo inscrito e vamos fazer em bloco as respostas dos palestrantes.

Em seguida, está inscrito o Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Está ausente.

Com a palavra o Deputado Fred Costa. *(Pausa.)*

Ausente também.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Deputado Dagoberto Nogueira, Deputada Carmen Zanotto, Ministro Mandetta, nosso colega e amigo, Dr. João Gabbardo dos Reis, Dr. Arinaldo, bom dia.

Primeiro, quero dar as boas-vindas ao Ministro, que é membro desta Casa; nós fomos colegas na Legislatura atual e na Legislatura passada.

Quero parabenizar o Deputado Hiran Gonçalves pelo seu aniversário.

A presença do Ministro aqui é muito importante. Eu li atentamente todo o relatório da prestação de contas; acho que isso é muito importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, eu queria apenas colocar alguns elementos, já que estamos numa agenda aqui, para dialogar com V.Exa. Lembro muito bem que, quando o Ministro Mandetta era Deputado e nós estávamos discutindo o Mais Médicos, viralizou nas redes sociais uma afirmação que eu fiz, dizendo que meu pai era médico também, psiquiatra. Segundo Antônio Carlos Magalhães, foi uma pena que ele não deu jeito na cabeça do filho. *(Risos.)*

E o Ministro fez uma fala que viralizou pelo Brasil inteiro e dura até hoje.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Até hoje. Ela ressuscita, e me cobram. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Então, Ministro, eu tenho visto reiteradamente declarações de V.Exa. no sentido de que o Ministério está pensando em reestruturar o programa, não é? Sei que uma das alternativas é a carreira. Muito se discutiu em fazer uma carreira federal. Não vejo nenhum problema, nunca fui contra. Pelo contrário, todos os editais do Mais Médicos sempre priorizaram os médicos brasileiros, mas as informações que eu tenho é que, mesmo que todos os médicos do Brasil ocupassem as vagas, ainda faltariam médicos para o programa.

Primeiro eu queria saber como o Ministério está vendo isso, porque principalmente o Nordeste foi duramente atingido em relação a esse programa. Também tenho lido na imprensa, rapidamente troquei uma ideia com o Governador Rui Costa sobre isso, ouvi uma fala do Governador Flávio Dino, que os Governadores do Nordeste têm um consórcio na área de saúde também. Esse consórcio estaria, inclusive, discutindo a possibilidade de reeditar o convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS, para trazer novamente médicos estrangeiros para o País, evidentemente médicos cubanos.

Além disso, Ministro, sei que deve estar no radar de V.Exa., vejo que o Ministério está discutindo a questão de que ficou um estoque de mais de mil médicos cubanos que não voltaram para Cuba e que não foram submetidos ao Revalida, que era tão defendido aqui nesta Casa. Acho que é correto que os médicos que fizeram o curso no exterior revalidem seus diplomas. Mas como aproveitar esse estoque de médicos que ficaram, que já têm conhecimento, que já têm expertise nessa área? Esta é a primeira coisa.

A segunda coisa, Ministro, eu falei com V.Exa. sobre ela, até por uma questão de justiça. Logo após a fala de V.Exa., eu fiz um contato com o Secretário Estadual





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de Saúde também, o Dr. João, e parece que V.Exa. também se reportou ao Secretário Fábio Vilas-Boas, e informou que já há uma regularização de praticamente 90% do medicamento. Eu queria parabenizar V.Exa. por isso.

Por último, como Deputado da Bahia, não poderia deixar de fazer essa solicitação a V.Exa. e pedir uma atenção especial ao Dr. João. A Bahia tem investido muito em saúde. E eu sei que há uma pactuação, um Comitê Tripartite, e, praticamente, nós já fizemos um novo Hospital Geral do Estado — HGE, que é o principal hospital de referência.

Para esse hospital, que é praticamente um HGE novo, é praticamente um novo hospital, nós fizemos uma solicitação ao Ministério para que houvesse a ampliação da Média e Alta Complexidade — MAC. Então, nós estamos gastando, Ministro, 98 milhões e 400 mil reais a mais no novo Hospital Geral do Estado e estamos solicitando ao Ministério a ampliação do nosso teto.

Nós também fizemos o Hospital da Costa do Cacau, um hospital importante para a região, com 64 milhões a mais, por ano, de gastos; e o Hospital da Chapada também, em que os gastos representam mais quase 28 milhões; além do Hospital da Mulher, cujos números não estão aqui, um hospital que hoje é um case de sucesso com mais de 400 mil procedimentos realizados e mais de 20 mil operações. E o Estado da Bahia está bancando isso: vão quase 200 e poucos milhões de reais.

Eu sei que há uma demanda grande, mas nós estamos nesse esforço, além das policlínicas — nós estávamos até conversando sobre isso, até por uma experiência vitoriosa do Estado do Ceará que nós importamos para a Bahia — para responder ao problema da Média Complexidade, porque nós temos a Alta Complexidade e a Atenção Básica. Muitas vezes, você vai ao posto de saúde, e o médico passa um exame que é mais complexo, e você não tem onde fazê-lo.

Então, o Estado da Bahia, em convênio com os Municípios, fez consórcios regionais, e nós temos as nossas policlínicas: 60% são bancadas pelo Estado; e 40%, pelos Municípios. E elas estão respondendo ao problema da Média Complexidade lá com muita competência. Eu acho até que é um modelo que deve ser replicado para o resto do País, mas isso não está previsto no financiamento do Ministério.

Não há previsão disso no orçamento do Ministério, e eu acho que isso poderia ser colocado no radar do Ministério, porque esta é uma experiência iniciada no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ceará, e nós a replicamos para a Bahia. É uma experiência vitoriosa em relação ao atendimento, porque os Municípios não têm condições de, individualmente, resolver a Média Complexidade. Feita em forma de convênio, a resolutividade tem sido muito boa na complementação do sistema.

Então, eu queria também colocar essa questão para V.Exa. deixar no seu radar. Eu tenho certeza de que V.Exa., com toda a atenção que vai ter com a Bahia, vai ver a possibilidade de aumentar o teto para esses hospitais — que nós estamos ampliando e estamos bancando com quase mais de 200 milhões — para termos o cofinanciamento do Ministério.

Muito obrigado, Ministro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estando presente, eu passo a palavra ao nobre Deputado Aluisio Mendes, que esteve ausente anteriormente.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Obrigado, Presidente. Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Ministro e a sua equipe pelo brilhante trabalho que têm feito à frente do Ministério nesse pouco tempo ainda de gestão.

Em meu nome e em nome de toda a bancada do Podemos, que tem ido ao Ministério com demandas dos seus Municípios e tem sido muito bem atendida, eu quero cumprimentar V.Exa. e toda a sua equipe. Todos são muito atenciosos, competentes e diligentes na resolução dos problemas levados ao Ministério.

Eu queria aqui fazer duas colocações, Ministro, uma, inclusive, eu tive a oportunidade de fazê-la ao Presidente Bolsonaro ontem, durante uma audiência que tive com ele, com relação ao número de obras das UBSs abandonadas, não só no meu Estado do Maranhão, mas em todo o País.

Essas obras foram iniciadas em gestões passadas, algumas com 30%, 40%, 50% e até 90% de execução e abandonadas pelos gestores anteriores. Muitos sacaram dinheiro, não completaram as obras, alguns nem as iniciaram. E isso tem causado um estoque muito grande de obras paralisadas no País. No meu Maranhão, eu tenho observado muito isso. Conversando com outros Deputados, sei que não é uma questão só do Maranhão.

Ministro, tenho visto com preocupação que, em muitos Municípios onde temos obras iniciadas e praticamente concluídas, têm sido empenhados recursos para início de novas obras de UBS, através de emendas parlamentares, emendas de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bancada e emendas de relatoria. Da mesma forma que na educação, na saúde nós temos observado isso.

Eu gostaria de pedir ao Ministro que tivesse uma atenção especial com relação a isso. Alguns Prefeitos têm solicitado ao Ministério atenção no sentido de que possam concluir essas obras. Muitas vezes, o dinheiro foi sacado, falta pouco para se concluir, mas o Ministério não tem como conveniar novamente aquela obra para que possa concluí-la.

Então, precisamos encontrar uma solução para isso. São bilhões de reais empregados nessas obras que foram jogados fora. Novas obras estão se iniciando e, possivelmente, também não terão sua conclusão feita. Portanto, eu acho que é uma maneira de economizarmos recursos, atender a população. Muitas vezes, são obras iniciadas sem necessidade. Então, acho que o Ministério também precisaria ter esta visão.

Alguns Prefeitos me procuram com relação ao emprego de emendas para a construção de UBSs. Eu digo que não e que temos que trabalhar para concluir o que já está aí, pois é um desperdício de dinheiro público. Eu tenho observado que muitas obras têm sido empenhadas com este intuito. Em Municípios que eu conheço, onde temos 2, 3 ou até 4 UBSs em vários estágios de conclusão, há UBSs abandonadas e lá largadas ao léu, sendo um grande prejuízo para o País, para o Maranhão e para a população.

Então, eu gostaria que o Ministro tivesse uma atenção especial. Eu falei com o Presidente ontem sobre isso. Ele anotou e disse, inclusive, que iria conversar com V.Exa. Acho que é um assunto importantíssimo, ao qual nós precisamos nos ater.

Serei até redundante, porque um colega que me antecedeu já falou sobre isto. Temos um calendário para empenho das emendas impositivas do ano passado. Por que isso, Ministro? Nós sabemos que a saúde é um dos maiores problemas no nosso País e nos nossos Municípios. Os Prefeitos estão realmente com a corda no pescoço com as demandas de saúde. Nós, dentro da nossa possibilidade, temos empenhado emendas para atender essa grande angústia dos nossos Prefeitos e da nossa população. E somos cobrados sobre um calendário.

Eu sei que o empenho das emendas depende do Orçamento, e V.Exa. já tem a questão orçamentária. Falta a financeira. Então, eu acho que o Ministério poderia já liberar porque é um alento a esses gestores. A partir do momento em que eles veem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que a emenda está empenhada, há uma garantia de que em breve esses recursos serão disponibilizados. Se já existe este calendário ou alguma programação, eu gostaria que o senhor nos esclarecesse.

Outra questão, Ministro, também falando como meu colega, o Deputado Nelson Pellegrino, é em relação ao fato de no Maranhão termos também vários médicos cubanos que não voltaram ao seu país. Deixando de lado a questão ideológica — não quero discuti-la uma vez que quem não voltou não compactua com o regime que está lá, quis ficar no Brasil por opção, por decisão, ainda que muitas vezes penalizados —, são médicos que, dentro do meu conhecimento, prestaram um excelente serviço à atenção básica no nosso Estado, principalmente naqueles interiores onde o médico brasileiro não quer trabalhar.

Tive conhecimento de que temos no Maranhão aproximadamente 200 médicos nesta situação. Eles se encontram lá muitas vezes contratados pela Prefeitura para fazer serviços elementares e básicos de administração. Temos uma solução para esse caso? Eu vi recentemente que muitos médicos contratados neste novo programa abandonaram seus postos, principalmente nas localidades mais remotas. Nós precisamos de uma solução. Nós temos uma mão de obra qualificada e que está disposta a ajudar. Temos que encontrar uma solução para isso, Ministro.

Essas são minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. Vamos ao próximo inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro. Cumprimento V.Exa. e também o Deputado Dagoberto Nogueira, nosso Primeiro Vice-Presidente.

Cumprimento ainda a nossa querida Deputada Carmen Zanotto. Tive o prazer de recentemente, na Comissão de Finança e Tributação, aprovar um projeto dela que trata de medicamentos, que é um dos temas que vou tratar aqui, dos fármacos brasileiros que serão privilegiados quando houver um caso de empate numa licitação.

Inclusive, há uma relatoria do nosso Ministro Mandetta, a quem quero cumprimentar. S.Exa. fez um relatório ampliando para todos os fármacos. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputada Carmen fez para os doentes de AIDS, o Ministro fez algo ampliando. Eu segui a orientação dele. O projeto vai para a CCJ. Na CCJ, não haverá problema, porque analisa apenas a constitucionalidade, o mérito já se foi. Então, nós estamos trabalhando numa área sobre a qual quero tratar.

Quero cumprimentar também os demais membros do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, inicio falando sobre um grande desalinhamento que há no Ministério da Saúde, que e não é de agora, é de há muito tempo. Já foi falado por alguns colegas sobre os tetos financeiros. Há Municípios que têm o teto lá em cima, que não o usam, e o Ministério adora. Mas quando o Município ultrapassa o teto, o Ministério da Saúde vê como inimigo da saúde pública. Isso é incrível! Em vez de se privilegiar aqueles Municípios que fazem mais do que deveriam fazer, o Ministério dá as costas para o Município. Aqui estou me referindo aos Municípios que fazem.

Eu vou dar só um exemplo: o Município de Buriticupu. O Mandetta, nosso querido Ministro já conhece. O Senador Marcelo Castro também conhece. Na administração do Ministro Marcelo Castro, o Município de Buriticupu produzia 150% a mais do que recebia do SUS. Nós conseguimos aumentar o teto financeiro do Município. Melhorou a saúde no Município, e a região toda começou a correr para lá. Hoje o Município produz 200% a mais do que recebe do SUS. O Estado não dá nada, não contribui com nada, é tripartite. Hoje o Município está bancando quase sozinho, porque o que a União dá equivale a menos de um terço do que deveria repassar ao Município.

V.Exa. tem esse documento na sua mão. Eu já falei com V.Exa. Gilberto Occhi, que foi Ministro, ficou também de resolver, e não resolveu. Isso é uma demonstração de que o Ministério não valoriza quem trabalha. Esse é um erro que tem que ser corrigido. V.Exa. já está há 6 meses na gestão, completa neste fim de mês. Eu acreditei muito e confiei bastante na sua capacidade de solução desses problemas, até porque V.Exa. já foi Secretário Municipal de Saúde, conhece a realidade. Eu fui na sua posse, adorei o seu discurso de meia hora. Eu acreditei nesse discurso e estou há 6 meses esperando a concretização desse discurso, mas sei que V.Exa. vai resolver esses problemas.

Quero também tratar aqui sobre um antigo problema que existe, a falta de medicamentos. Esse problema não é de agora. O próprio Senador Marcelo Castro





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

passou por esse problema, todos passaram, mas se agravou este ano. No Maranhão, Ministro, morreram várias pessoas por falta de medicamentos de câncer. Não foi uma pessoa só não, foram várias. Isso não pode acontecer. Eu queria saber qual é a solução que V.Exa. vai ter para que no futuro próximo, neste ano, no próximo e no ano em seguida, não haja mais falta de medicamentos. O povo não tem como comprar. As pessoas pobres não têm como comprar remédio. A informação que eu tenho é que havia, dentro do Ministério, em estoque, remédio suficiente para 3 meses de uso. Essa foi a informação que eu recebi. Então aqui cabe uma questão para saber se já foi resolvido ou quando será resolvido esse problema, e o que fazer para evitar problemas futuros.

Outro problema grave — estamos tratando aqui de oncologia — está na região sul do Maranhão. A Região Tocantina vai ficar sem tratamento oncológico. O Maranhão só tem tratamento oncológico em São Luiz e na Região Tocantina. O hospital que faz o serviço de oncologia já pediu rescisão do contrato por atraso de pagamento. Ele está pagando várias indenizações trabalhistas para médico porque não aguenta esperar. Segundo o hospital, o Ministério não repassa o dinheiro no tempo correto e não está honrando com seus compromissos. Hoje existem 3.500 pacientes fazendo tratamento de oncologia, radioterapia ou quimioterapia nesse Hospital São Rafael, que atende 48 Municípios, no Maranhão e em Tocantins. Inclusive está aqui o Deputado Vicentinho, que em breve vai receber reclamações com relação a isso também. O hospital vai fechar o contrato com o Estado.

Eu quero saber o que o Ministério da Saúde pode fazer, se há uma fiscalização em cima do Governo do Estado para que o Governo do Estado possa atuar corretamente, porque, pelo que eu vejo, o Estado não atua corretamente. Como é a União que repassa boa parte desses recursos para fazer o tratamento de oncologia, eu quero saber se o Ministério da Saúde tem feito o trabalho de fiscalização em cima do uso desse recurso, porque a reclamação é muito grande.

Quero dizer que V.Exa. e todos os seus auxiliares contam com meu apoio, Ministro. Eu sei que V.Exa. quer corrigir, quer trabalhar corretamente, e terá aqui o nosso apoio para que possamos melhorar a saúde pública. Realmente temos que reconhecer que, hoje, a saúde pública no Brasil está muito ruim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Após quatro Parlamentares terem levantado seus questionamentos, nós vamos então passar a palavra para os palestrantes responderem. Depois faremos outro bloco com quatro Deputados.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, vou começar pela primeira intervenção, feita pelo Deputado Vicentinho, que perpassa também pela intervenção do Deputado Aluisio Mendes, que trata da questão das emendas. Das emendas deste ano, como demonstrou o Ari, já liberaram 1,4 bilhão de reais dos 5,2 bilhões de reais. Quanto às emendas de bancada, estamos aguardando que a Secretaria de Governo nos dê o o.k., porque tem que vir o financeiro. Nós estamos preparados, neste ano, para cumprir a integralidade delas, não importando se o Parlamentar estava no ano passado, se foi reeleito ou não, porque as emendas guardam o caráter impositivo pela votação da PEC impositiva. Então nós devemos trabalhar dentro dessa ótica.

Agora, existem os contingenciamentos. Vocês conhecem a realidade das contas e podem, eventualmente, pedir a priorização. As pessoas priorizam. Em todos os anos isso sempre foi assim. Ela está andando, está saindo, está sendo empenhada, está sendo feita. Espero que nós possamos caminhar.

As emendas de bancadas são volumosas e, eventualmente, quando se abre para cadastrar, para empenhar, a análise técnica dos projetos às vezes é mais lenta, pois se trata da análise de uma grande obra, de um grande hospital, de uma obra de maior densidade ou mesmo de um conjunto de obras. Para a área técnica, isso pode, realmente, sobrecarregar. Nós queremos iniciar a execução, liberar para licitação, tudo neste ano. A nossa meta é fazer tudo neste ano.

Nós fizemos o lançamento, na Comissão de Seguridade Social e Família, de um aplicativo do Ministério da Saúde que se chama Emendas Parlamentares — algum Parlamentar eventualmente pode não ter —, pelo qual o Parlamentar ou quem ele indicar pode acompanhar, em tempo real, toda e qualquer movimentação a respeito da sua emenda individual: onde ela está, qual o parecer, se demorou, se o Prefeito não está alimentando o sistema. Já vi muito Parlamentar fazer agenda, o Prefeito vir, o Parlamentar sentar-se com o Ministro, e, quando vamos ver, abrimos a tela e falamos: *"Olha, o senhor não respondeu à diligência de 2 meses atrás, e por isso não saiu o pagamento"*. Você pode acompanhar a emenda *on-line*, na sua mão. Cada vez que ela se movimenta, o aplicativo manda uma mensagem para o seu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

celular, dizendo, por exemplo, "*A sua emenda recebeu parecer favorável*", até que, na última fase da emenda, manda a seguinte mensagem: "*Apta a pagar*". Nessa fase, há uns Parlamentares que falam "*Eu quero agora legitimar o ato com o Ministro*". É bem mais fácil você acompanhar isso no aplicativo móvel.

Mas acho que as emendas vão fazer o seu caminho e nós vamos chegar ao final do ano com todas empenhadas.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ministro, permita-me só fazer um questionamento. Estava até conversando com o Deputado Paulo Azi sobre isso. Como nós podemos fazer para baixar esse aplicativo, é no *site* do Ministério?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Emendas. Saúde...

Dárcio ou Gabriela, façam a gentileza de orientar o Deputado Nelson Pellegrino.

V.Exa. verá como é.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Assim todos podemos ter acesso.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Todo mundo que está usando está gostando. Eu fui Parlamentar e sempre fiquei inseguro com as minhas emendas, pois não sabia onde estavam. Eu não era muito de ir ao Ministério. Às vezes eu chegava ao interior do Estado e encontrava um Prefeito, que me perguntava...

Senador Wellington Fagundes, bom dia! Um abraço a todo o Mato Grosso, em especial a Rondonópolis, do nosso Senador Wellington Fagundes.

Às vezes, em uma reunião com um conjunto de Prefeitos, é bom você ter as suas emendas na mão, *on-line*.

Eu vou pedir para o Dárcio baixar...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Baixa-se o aplicativo na App Store, se o dispositivo for iOS. Se for Samsung, deve ser...

O SR. MINISTRO MANDETTA - É tudo gratuito, e você acompanha *on-line*. Eu não consigo fazer isso com todo o orçamento ainda, mas mandei fazer para as emendas individuais de todos os Parlamentares, porque agiliza muito. Às vezes, o técnico em questão está demorando muito para dar um parecer, pode acontecer uma falha interna no Ministério ou, às vezes, foi pedido algum esclarecimento para o Prefeito e o Prefeito, eventualmente, não o fez.

O piso dos agentes comunitários foi uma luta desta Casa — o Deputado Hildo estava presente —, todos nós nos envolvemos muito, e coube a mim coordenar todo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aquele trabalho. O maior exercício do Ministério neste ano é o impacto do piso nos gastos do Ministério da Saúde. Nós conseguimos e estamos conseguindo honrar com o repasse do piso dos agentes comunitários para todos os Municípios brasileiros. E eu peço aos Deputados que auxiliem os agentes comunitários cujos Prefeitos eventualmente estejam recebendo o recurso do piso e ainda não tenham entendido que isso foi uma lei desta Casa.

O Deputado Nelson Pellegrino fala sobre a questão do programa Mais Médicos. Nesses quase 6 anos, 7 anos, esse formato é crônico: as pessoas entram, fazem o *spinning*, saem, e toda hora tem que se fazer processos de chamada. Um dos defeitos é exatamente sobre o vínculo. Como ele é uma bolsa, ele é precário, como se fosse um bico de luxo: *"Ah, eu vou pegar isso aqui e depois se vou fazer alguma coisa"*. Não aumentou nem diminuiu a quantidade de *spinning*. Como saíram 8.500 médicos cubanos em bloco nos meses de novembro e dezembro, foi necessária uma seleção de 8.500 médicos também em bloco. O percentual ficou nos mesmos 12%, que são os que entram, fazem o *spinning*, vão para residência, vão para cá, vão para lá. Nós já fizemos o segundo e estamos fazendo o terceiro processo de chamada.

O que foi pactuado com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS? Classificamos as cidades em grau de vulnerabilidade de 1 a 8. Por exemplo, Brasília seria uma cidade menos vulnerável, por ser a Capital Federal, ter asfalto, IDH elevado, não ter áreas de exclusão, onde inclusive o salário dos médicos é muito maior do que a média federal. Não se justifica usar o Governo Federal para colocar médico em Brasília, nosso exemplo tipo 1. Nós combinamos colocar médico nas cidades tipo 4, 5, 6, 7 e 8. Esses não são critérios políticos, mas critérios técnicos. Essas cidades são prioritárias no formato atual. Com isso, já conseguimos trazer bastante gente.

Nós utilizamos o mesmo critério anterior, de acordo com a lei: abre-se, primeiro, para os médicos brasileiros. Neste último vieram quase mil médicos formados na Bolívia, no Paraguai — isso é uma discussão muito grave que tem que ser feita. O Deputado Dagoberto Nogueira, do Mato Grosso do Sul, conhece Ponta Porã, que faz divisa com Pedro Juan Caballero, que já está com 14 faculdades de Medicina, todas montadas...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, também.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Isso é geral. Enfim, há muitas faculdades na fronteira. Parece que o número é expressivo, e vamos ter que colocar isso em discussão quando vier esse programa para cá.

Quanto aos médicos cubanos, eu diria que eles são vítimas. Um país negociar com outro país força de trabalho... Isso nunca deu certo, seja lá pelo motivo que for. Não deve haver nunca um intermediário de negociação do trabalhador. Eles vieram nessa negociação que o Brasil fez com Cuba. Para não fazer direto, utilizou-se a OPAS para fazer a triangulação. De repente, Cuba falou "*Não quero mais, perdi o interesse no negócio*", e as pessoas foram tratadas como *commodities*, como coisas. Agora 1.800 médicos que estavam no programa viraram vítimas, porque eles tinham visto de trabalho específico, de acordo com a lei, eles não têm documentação e não podem voltar a Cuba. Alguns estão dentro do País como exilado, outros como refugiado e outros pedindo nacionalização, pois se casaram, têm filhos, e a vida se reorganizou dessa maneira.

Nessa medida provisória — provavelmente a ferramenta de encaminhamento a esta Casa será medida provisória ou projeto de lei, vou discutir ainda com a Casa Civil — nós vamos ter que criar, nós vamos ter que cuidar, vamos ter que dar um capítulo a isso, até por uma questão humanitária, porque eles são a sequela da negociação. Não deveríamos ter negociado pessoas. Pessoas não são coisas. Essas pessoas ficaram hoje em uma situação muito difícil. Eu me solidarizo com eles. Eu sempre disse que eles eram vítimas, eram uma *commodity* para Cuba.

Se eu tiver um problema de limpeza urbana, fizer um contrato com o Haiti, trazer 10 mil haitianos, colocá-los para fazer a limpeza urbana da cidade, pagar para eles um valor menor do que é pago para as pessoas que cuidam da limpeza urbana, e assim a rua da sua casa ficar limpa, o seu problema de limpeza urbana está resolvido? Não pode ser assim. O pacto de Genebra deixou claro que as nações não irão mais negociar pessoas, nem por sua religião, nem por sua cor, nem por sua condição. Não pode. Poderia ter sido feita alguma coisa se houvesse uma epidemia. Aí pode-se prever que uma força-tarefa vai ajudar. Esse contrato entre partes, que no ápice chegou a 14 mil pessoas e que depois foi caindo, caindo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegando a 8.500, deixou quase 2 mil pessoas nessa condição. Vamos ter que alterar a lei brasileira para poder dar um acolhimento para essas pessoas.

Eu concordo com V.Exa. Eu acho que eles são vítimas. Agora, hoje, eu não tenho ferramentais legais para dizer: "*Entrem aqui*". Eu não as tenho.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Ministro, desculpe interrompê-lo. V.Exa. respondeu brilhantemente a minha pergunta. Então, existe a intenção do Ministério, nessa medida provisória...

O SR. MINISTRO MANDETTA - Sim. O Presidente da República já verbalizou isso publicamente.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Inclusive era isso que eu ia falar. Estive com ele, tratei desse assunto, e ele disse que isso estava em estudo. Então, há a garantia de que existe já a previsão do Ministério, nessa medida provisória, de um capítulo para que possamos tratar essas pessoas como elas são, vítimas, e possamos inclusive usar essa mão de obra? É essa a garantia que nós pedimos.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Está em estudo, baseada na lei de refugiados. Temos que achar um caminho e ao mesmo tempo resguardar a saúde da população, porque, como nunca foi checado o conhecimento, você não sabe se quem está do outro lado efetivamente é um médico ou é um técnico de enfermagem. Enfim, dá-se o tempo, dá-se uma capacitação. Nós vamos trazer isso para cá e vamos discutir isso juntos com esta Casa. Tenho certeza que ela fará um bom debate.

Quanto às questões de teto, que permeiam tanto a fala de V.Exa. quanto a fala, por último, do Deputado Hildo Rocha, eu estou muito feliz, porque quem faz o orçamento, quem faz o teto é exatamente esta Comissão, Deputado Nelson Pellegrino. Tenho certeza de que o Deputado Hildo Rocha, este ano, depois da fala dele, ampliará o meu orçamento, o meu valor. Nós vamos aqui discutir como é que vamos botar recurso para o teto da média e alta complexidade, MAC.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Desculpe-me, mas não é a isso que eu estou me referindo, não, até porque eu acho que o Ministério da Saúde tem muito dinheiro para resolver os problemas do Brasil. Eu falei que há desalinhamento. Há muitos Municípios com o teto financeiro alto e outros com o teto baixo, o que tem que ser corrigido. Tem que se tirar o teto financeiro de quem não faz, de quem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

corrompe ou de quem faz um serviço malfeito, e passar esse teto para quem faz. É isso que eu estou falando.

Eu não estou falando em aumentar, até porque V.Exa. sabe que não precisa. V.Exa. não precisa de mais dinheiro. V.Exa. tem dinheiro suficiente para fazer um bom trabalho. E nós não temos mais dinheiro para passar para a saúde. O Brasil está numa crise incrível! Nós temos um déficit enorme. Nós estamos tomando dinheiro emprestado. Eu fui relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2019, e sei que estamos tomando dinheiro emprestado para pagar o Bolsa Família. V.Exa. sabe que não há dinheiro.

É preciso aplicar melhor. Eu estou reclamando da falta de eficiência do Ministério da Saúde.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ministro, complementando, se V.Exa. me permite, nós gostaríamos muito de aumentar o recurso para o seu Ministério. Até podemos contribuir, mas há a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que traz limite.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas ela não limita...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO MANDETTA - Um minutinho, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - O senhor não pode jogar para o Parlamento a incompetência do Ministério da Saúde, não. Pelo amor de Deus, não faça isso, não!

O SR. MINISTRO MANDETTA - O senhor me permite falar?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Claro, permito. Mas não faça isso, não.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas o senhor me permite?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Permito, mas não faça isso.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas o senhor me permite?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Claro. Está brincando, não é?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Posso?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Está brincando!

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ter um pouco de calma e deixar o Ministro expressar o seu pensamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MANDETTA - O Deputado Hildo é uma pessoa com quem convivi aqui por muitos anos e que conhece o SUS há 30 anos, não é verdade? O SUS busca sempre um ponto de equilíbrio no teto MAC. Como isso funciona? Os Estados analisam dentro das suas pactuações. Quem informa qual é o valor e qual é o pedido de reajuste são as bipartites.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eles fazem essa discussão, eles solicitam. O orçamento do Ministério da Saúde, neste ano, para o teto MAC é de 800 milhões de reais, para o Brasil, para atender esses pedidos, como o que ele está fazendo para a cidade de Buriticupu.

O Estado de São Paulo tem pedidos de reajuste de teto MAC, assim como o Estado do Paraná, o Estado de Santa Catarina, da Deputada Carmen Zanotto, o Estado de Goiás, o Estado do Rio Grande do Norte. Há solicitações do Brasil inteiro. Nós imaginamos que isso esteja na casa de alguns bilhões de reais. Eu ousaria dizer que está na casa de dois dígitos.

Se nós fôssemos atrás de tudo o que eu herdei, todas as habilitações de 2018, de quase 11 meses de 2017, dos meses de 2016... Há leitos de UTI que foram abertos no País, induzidos, muitas vezes, por emendas parlamentares para compra de equipamento ou para obras, e o Prefeito está pagando do bolso municipal esse leito que não é habilitado pelo Ministério da Saúde. Há as UPAs de todo o País que foram abertas e não foram habilitadas. Há a rede de Centros de Atenção Psicossocial — CAPS que foi aberta e não foi habilitada. Há a rede de atendimento domiciliar que foi aberta e não foi habilitada, os tratamentos para queimados que não foram habilitados.

Eu falo que fico feliz porque a função número um do Parlamento é a confecção do orçamento. Eu vim aqui prestar contas quadrimestrais e mandarei para esta Comissão a observação de um Ministério técnico, que vai dizer o seguinte: "*Com esse orçamento de 800 milhões de reais, nós não enfrentamos essa dívida*". Diferente do que ocorre na iniciativa privada, em que eu posso fazer tudo aquilo que a lei não me proíbe, na área pública eu só posso fazer aquilo que a lei me autoriza, e quem vai me autorizar é esta Comissão Mista de Orçamento, quando votar o orçamento de 2019, que vai vigorar para 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu chamo a atenção para o valor da rubrica MAC, que é de 800 milhões de reais para o País inteiro. A maneira como ela vem sendo construída não é uma decisão minha, pessoal. Dos pedidos de reajuste nos procedimentos de média e alta complexidade — MAC feitos até agora, de todos esses casos, eu praticamente zerei os de UTI, trouxe todos os de SAMU, e as redes de urgência eu estou tentando trazer agora. O terceiro critério foram os Centros de Referência de Pessoas com Deficiência; o quarto deve ser o atendimento domiciliar; o quinto deve ser a rede CAPS. Quero trazer todas essas despesas que foram geradas e não foram habilitadas, que não foram corrigidas e que impactam no teto MAC. Não é questão de ter a mais ou a menos. A Emenda Constitucional 95/16 fala o seguinte: não se pode fazer alteração no teto global, mas é possível fazer análise das políticas gerais e apontar destinos. Eu vou chamar a atenção dos pares para o teto MAC, que é um dos principais pedidos dos Deputados. Não é só do Deputado Hildo Rocha, é de praticamente todos os Deputados.

Lá na Bahia de V.Exa., a cidade de Luís Eduardo Magalhães teve um grande crescimento populacional num intervalo curto de tempo. Era uma cidade que tinha 20, passou para 50, passou para 70, passou para 100, numa velocidade muito grande. Agora, está estruturado — tinha 170% acima do teto —, foi publicado segunda-feira. Mas eu não tenho como fazer isso para todas as cidades do Brasil, porque, se fizesse, faltaria para as habilitações.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Se V.Exa. me permitir, eu quero dizer que o objetivo da vinda de V.Exa. a esta Casa é justamente esse.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Claro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Temos que entender quais são as demandas do Ministério, quais são os gargalos, para que, como Comissão de Orçamento, possamos contribuir.

O SR. MINISTRO MANDETTA - E construir o orçamento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu já coloco na minha agenda, como membro da Comissão Mista de Orçamento, essa questão do teto MAC.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Olhem o teto MAC.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós vamos ter, com toda...

O SR. MINISTRO MANDETTA - É por isso que eu fico feliz de estar na Comissão de Orçamento, que é a Comissão que pode enfrentar isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu acho que a sua vinda é conveniente justamente por isso. Agora, tem que estar na agenda desta Comissão...

O SR. MINISTRO MANDETTA - O teto MAC.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Se V.Exa. puder, encaminhe isso depois para a Comissão. Evidentemente, nem tudo que está demandado vai ser, digamos assim, aceito ou resolvido.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Sim. Mas colocar...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Por exemplo, seria necessário destinar 1 bilhão de reais, 2 bilhões de reais, para atender?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Vamos recuperar isso progressivamente, dividindo em 3 anos, em 4 anos, para irmos atrás e equilibrarmos tudo. Enquanto isso não vem, o que nós temos feito é desabilitar, fechar serviço que não está funcionando, produção que está insuficiente. Há Municípios que atingem 70%, 80% do teto, cronicamente. Muitos Municípios não digitam a sua produção e, quando os tiramos, eles voltam aqui e falam: *"Eu faço muito, sim. É que eu só não digitava"*.

Quando se olha o histórico das divisões de teto MAC no País, encontram-se muitas assimetrias, e não são poucas. Algumas são regionais.

Esta Casa criou emendas impositivas. Se fosse dinheiro novo destinado à área da saúde, seria ótimo, mas nós colocamos 513 ordenadores de despesa. Aumenta-se o teto MAC de uma cidade, num ano; depois, noutro ano, não se aumenta o teto MAC daquela cidade por razões políticas, enquanto ele é aumentado em outra cidade. A cidade fica igual a uma gangorra.

Outra discussão pertinente é se isso vai ser feito dentro das Secretarias Estaduais, a fim de deixar o procedimento homogêneo, ou se vai ficar verticalizado. Isso é complicado, pois nós temos quase 10 bilhões. Antigamente, o Ministério da Saúde fazia alocação desse recurso para atender essas discrepâncias regionais, mas hoje o ordenamento financeiro é feito pelo Parlamento, que ordena essa despesa. Ainda há muito a ser discutido não só na forma, mas também no conteúdo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu lhe peço, Ministro, que encaminhe a esta Comissão esses estudos, para que nós possamos, no tempo devido, mensurá-los.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Com certeza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos dar seguimento às inscrições.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu peço desculpas ao Ministro, porque tenho um voo às 13 horas — o Deputado Paulo Azi está nessa mesma agonia — e, se eu não pegar esse voo, não terei outro. Nós estamos na véspera de São João na Bahia, é festa de feriado.

Agradeço, Ministro. Quero dizer que foi um prazer estar aqui com V.Exa. mais uma vez. Peço desculpa, porque vou ter que me retirar.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eu que agradeço.

Eu quero responder ao Deputado Paulo Azi, que me questionou na chegada aqui sobre a situação do Município de Entre Rios. A equipe de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde esteve em Entre Rios fazendo uma avaliação e, segundo informações e coletas de material, existe lá a circulação em paralelo de dengue e *chikungunya*, ao mesmo tempo. Parece que são 81 casos de dengue e 61 casos de *chikungunya* naquela pequena cidade na divisa com Sergipe. Quando isso acontece, a forma clínica costuma causar muita apreensão na população, porque alguns casos de dengue têm um curso — entre aspas — "mais breve", e não se sabe se é dengue ou *chikungunya*. O tratamento das duas é igual: hidratação e medicamentos analgésicos. Mas a *chikungunya* tem uma eventual complicação, que é a Síndrome de Guillain-Barré, que, quando ocorre, acaba gerando mal-estar.

Eu vou manter V.Exa. informado de todos os passos, e, se houver necessidade, enviaremos novamente os técnicos até a cidade.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço ao Ministro Mandetta. Na realidade, a população está apavorada com esse surto, que é quase uma epidemia no Município. Infelizmente, o Governo do Estado se limitou a dizer que estava com dificuldade para fazer o teste laboratorial, porque, segundo eles, o Ministério não tinha encaminhado os *kits*. E V.Exa. já me informou que todos os *kits* nos Estados...

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eles tiveram problema com os *kits* da Bahiafarma. O problema não é do Ministério da Saúde. A ANVISA detectou que eles estavam sem os critérios de confiabilidade. Por isso, não podem ser utilizados.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - É importante que V.Exa. esclareça isso, porque o Governo do Estado, em vez de procurar resolver o problema e ajudar o Município na solução, transferiu a responsabilidade, como se o Governo Federal





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fosse responsável por isso. Agradeço a V.Exa. os esclarecimentos. Vamos estar em contato permanente com V.Exa., para que, caso seja necessário, V.Exa. mais uma vez encaminhe uma equipe até lá para tranquilizar a população e prestar as informações necessárias para combatermos esse surto. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir a ordem dos inscritos.

Passo a palavra à Deputada...

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, ficou uma pergunta sem responder.

O SR. MINISTRO MANDETTA - O Deputado Aluisio Mendes solicitou esclarecimento sobre obras abandonadas de unidades básicas de saúde.

Deputado Aluisio, o que eu consegui com o Tribunal de Contas da União foi em relação a unidades de pronto atendimento — UPA, para que o Município fizesse a solicitação de acordo com os critérios daquele tribunal. Isso termina agora no mês de junho. Eram 636 unidades, e conseguimos dar uma solução.

Eu estou preso à lei, por isso não posso reconveniar. Então, tenho procurado chamar os Parlamentares da região e o Prefeito... De duas, uma: ou ele tem que devolver o dinheiro por conta de ele ter...

Naquilo que está em execução ou que está pronto, eu tenho tentado fazer com que o Ministério da Saúde não atrase os repasses, para a empreiteira não argumentar que a obra parou por conta de falta do repasse do Ministério da Saúde.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Quero acrescentar, Ministro, para colaborar com sua demanda, que no FNDE essa mesma situação aconteceu, e nós conseguimos, inclusive com autorização do TCU, que essas obras fossem reconveniadas. Havia creches e quadras na mesma situação. Então, eu acho que o Ministério poderia, junto ao TCU, solicitar informação do que foi feito com relação às obras do FNDE em que foi autorizado excepcionalmente que aqueles Prefeitos que tivessem interesse reconviassem. Também é preciso responsabilizar o gestor anterior, que criminosamente sacou o dinheiro e não concluiu a obra. Portanto, eu acho que é uma solução importante que o Ministério poderia vislumbrar, já que houve no FNDE essa excepcionalidade junto ao TCU.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MANDETTA - Nós não gostaríamos nem de começar obras novas em locais... Vamos colocar uma regra: não começar novas obras em locais onde existam obras paralisadas.

Basicamente, é necessário abrir um diálogo com o TCU e fazer outras coisas, como projetos de lei.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - É uma questão de ordem bem rápida.

Ministro, eu lhe fiz uma pergunta com relação aos nossos agentes comunitários de saúde, que inclusive acabaram de chegar aqui.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eu respondi, a sua foi a primeira. E a Hilda chegou depois da resposta.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Só reforce a resposta, porque eu não a ouvi.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Tudo bom, meninos?

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Eles também merecem de nós um carinho todo especial, Ministro.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Com relação aos agentes comunitários, coube a nós coordenar o trabalho, aprovar o teto, aprovar a lei de afazeres, que é a Lei Ruth Brilhante, e derrubar o veto do ex-Presidente Temer. Coube a mim providenciar o recurso para pagar o piso. Todos falavam que era impossível, mas nós o estamos pagando mensalmente.

Eu faço um apelo aos Deputados para que conversem com os Prefeitos que ainda não entenderam que isso é uma lei federal e que o recurso está indo em dia.

Aliás, Deputado Hildo Rocha, V.Exa. disse que o Governador lá fala que o Ministério não repassa a verba e não honra compromissos. Mas o Ministério da Saúde faz os seus pagamentos religiosamente em dia. Se quiser que nós informemos os dias de pagamento para V.Exa., é só fazer um requerimento, e nós lhe mandaremos a informação. O Governador lá é o Dino. Tenho certeza de que ele pode conferir com a Secretaria Estadual dele. Se ele afirmar isso, o pagamento pode ser rapidamente, facilmente demonstrado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vamos discutir agora uma demanda antiga dos agentes comunitários, que é a capacitação, o curso técnico. Uma portaria foi criada para que eles fossem técnicos de enfermagem, mas não é essa a nossa ideia. A intenção é oferecermos o curso técnico, para que eles tenham melhores competências para fazer suas visitas.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Presidente, faltou ele responder a respeito das inúmeras mortes que ocorreram por irresponsabilidade do Ministério da Saúde, por falta de medicamento. Ele não respondeu.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Pois não, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Se foi da gestão dele ou se foi da gestão anterior, ele tem que deixar isso bastante claro. Já estamos no sexto mês do Governo, encerrando o sexto mês, e ainda falta medicamento. Os Municípios afirmam que o Ministério não os está encaminhando, os Estados também. Isso é grave! É gravíssimo! Então, eu queria essa resposta.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Deputado Hildo, o Governo do MDB, que é o anterior, fazia compra a cada 3 meses. Logicamente, compras a cada 3 meses causam desabastecimento.

Ano passado eu participei da convocação do Secretário responsável por esses medicamentos na Comissão de Seguridade Social, junto com a Deputada Carmen Zanotto, e nós o alertamos: não faça compra de 3 meses! É impossível um país continental ser abastecido com compras de 3 meses.

Sabíamos que teríamos o mesmo problema, porque herdamos o processo dessa maneira. Esta foi a primeira vez em muitos anos que o Ministério fez a licitação para 12 meses, e 100% dos Estados estão abastecidos. Todos eles foram avisados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO MANDETTA - Todos, 100% dos Estados estão abastecidos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO MANDETTA - Comunicamos a 100% dos Estados que faríamos a licitação para 12 meses e que teríamos o mesmo problema que eles tiveram em novembro, no Governo do MDB, no meio do ano no Governo do MDB, no início do ano no Governo do MDB, porque a fórmula estava equivocada. Agora, a fórmula está corrigida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós podemos fazer ainda mais pelos Estados. A maioria dos medicamentos de câncer são por autorização de procedimentos de alta complexidade — APAC, ou seja, são adquiridos...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Exa. foi Deputado e sabe que não pode mentir aqui na Comissão. V.Exa. está faltando com a verdade.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Olha, Deputado Hildo, eu acho que o senhor está tendo algum problema. Há algum problema pessoal comigo? O senhor tem alguma coisa comigo?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não. V.Exa. está faltando com a verdade.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eu estou falando aqui que... Eu estou falando...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Exa. está faltando com a verdade. V.Exa. está se referindo ao Governo do MDB. Eu não estou tratando aqui de...

(O microfone é desligado.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos parar com a discussão!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, vamos manter a urbanidade, o diálogo, o entendimento!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Ficou 3 meses sem remédio a partir do... E no Governo atual?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Como eu acabei de lhe dizer, herdei o processo de compras feitas de 3 em 3 meses.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Mas tinha ou não tinha?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Alertei aqui, neste Parlamento, que aquele modelo gerava desabastecimento.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Quando V.Exa. fez a primeira licitação?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Na primeira licitação feita pelo Governo, eu alertei. Só que não vamos fazer para 3 meses igual faziam, vamos fazer para 12





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meses. Passaremos, sim, por desabastecimento, porque estamos herdando um modelo errado. E fizemos.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Exa. não reconhece o seu erro, só passa para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esperem aí, por favor!

O SR. MINISTRO MANDETTA - Estão todos abastecidos agora por 12 meses. E além...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não é verdade isso.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Então, o senhor aponte.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Vou apontar.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Se o senhor, no mesmo... Eu conheço a Casa!

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - V.Exa. precisa receber os Deputados.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eu conheço a Casa tanto quanto o senhor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou suspender a reunião até estabelecer a ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não pode!

Eu vou suspender a reunião até que se acalmem os ânimos, para depois voltarmos. Não tem sentido ficar este debate aqui.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pronto! Então, vamos reabrir a sessão e vamos seguir a ordem dos inscritos.

De acordo com o Regimento, cada Parlamentar terá o tempo de 5 minutos e deverá tratar os convidados com urbanidade e o devido respeito. Da parte do Ministro, ele também deve dar as suas respostas com o devido respeito que merece esta Casa. Vamos tratar esse assunto de forma institucional e jamais levá-lo para o campo pessoal, pois isso não nos levará a lugar algum.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto, que é a próxima inscrita.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Obrigada, nobre Presidente Senador Marcelo Castro, nosso ex-Ministro da Saúde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha fala é como representante do Deputado Antonio Brito, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e como Presidente da Subcomissão Permanente de Saúde e da Frente Parlamentar Mista da Saúde.

Agradeço ao Ministro e à sua equipe os dados apresentados. Nós estamos cumprindo um rito legal, e isso é importante. O mesmo deveria acontecer em todas as Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas.

Ministro, nós estamos enfrentando algumas tarefas árduas na Comissão de Seguridade. O tema pontual hoje é a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde, e a coordenação desse GT está a cargo do nobre Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. Todos nós sabemos que uma das dificuldades para manter os profissionais no atendimento à população pelo SUS é a baixa remuneração dos honorários profissionais. Hoje, entre despesa e receita, não se cobre 60% do total, quer seja para a rede filantrópica prestadora de serviço para a rede hospitalar, quer seja para os nossos profissionais. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, para podermos avançar no reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde, nós vamos ter, sim, que enfrentar a revisão do orçamento, em especial na média e alta complexidades — MAC, cujos procedimentos são os mais defasados.

Gostaria de pedir ao senhor que sua equipe nos disponibilizasse o montante que precisaríamos prever para a MAC atender toda a demanda não só dos serviços já habilitados, mas também dos serviços que estão estocados — é assim que tratamos desse assunto. Todos temos conhecimento de que nós herdamos serviços prontos, trabalhando com a remuneração dos Municípios e dos Estados, ou sem nenhuma remuneração, e de que há dificuldade de habilitação por falta dos recursos financeiros que seriam garantidos pela portaria. Tenho informação de que haveria um estoque de 6 a 8 bilhões de reais de habilitações tramitando no Ministério. Isso produziria um impacto, com a revisão das questões mais gritantes, devido à falta de reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde. Seria importante fazer isso para que possamos, na Comissão de Seguridade Social e Família, como nos anos anteriores, garantir que uma das emendas da nossa Comissão seja para complementar o teto.

Quero fazer um pedido ao nosso Presidente Marcelo Castro. Não basta que as Comissões indiquem recursos para uma área, se não conseguirmos garantir isso na hora da relatoria, porque é das experiências anteriores. Com o orçamento baseado na Emenda Constitucional nº 95, nem sempre teremos força para deslocar recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de outras áreas para a saúde. Nós sabemos que só conseguiremos a habilitação se garantirmos novos recursos para MAC, uma vez que a grande maioria das habilitações são para MAC.

Quero destacar a importância de termos incluído a medicação para as doenças raras da atrofia muscular espinhal nas duas portarias publicadas.

Pergunto ao senhor como esta Casa pode ajudá-lo a prorrogar a Portaria nº 3.583, que vence agora, dia 30, e que fala da readequação da rede física do SUS, também aqui já pontuada pelo senhor. Seria indo ao Tribunal de Contas? Seria fazendo uma iniciativa legislativa? Como poderíamos ajudá-lo?

Os Municípios têm a dinâmica do repasse — e isso ficou bem claro aqui na apresentação da prestação de contas. Eu, como ex-gestora, confirmo que é comum o recurso chegar a Estados e Municípios, mas o prestador de serviço não recebê-lo, mesmo tendo o Ministério honrado com o pagamento fundo a fundo para aquele prestador. Eu até já pedi uma iniciativa legislativa para que a resolução se transforme numa lei para que seja obrigatória a realização rigorosa do repasse, e, após o recurso estar na conta do fundo municipal ou do fundo estadual, para que o prestador, em 15 dias no máximo, receba o pagamento correspondente àquela produção.

Foi criada a nova modalidade, mas muitos Municípios permaneceram com contas abertas na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil. São milhares de contas com saldo de 10 reais, de 50 reais, de 1.000 reais, que eram da modalidade anterior. Gostaria de saber se, por uma instrução normativa do Ministério da Saúde, essas contas podem ser encerradas, de forma que o banco repasse esses recursos para as contas de custeio ou de investimento das Prefeituras, dos fundos municipais de saúde, ou se isso precisa ser feito por iniciativa parlamentar. Pergunto isso no intuito de ajudá-los a reduzir esse número de contas paradas. O dinheiro está parado. Em algumas contas há 10 reais; em outras, 1.000 reais; em outras, 50 mil reais. Como nós poderíamos enfrentar isso?

Quero agradecer a abertura do serviço de radioterapia do plano de expansão de Chapecó. Em Santa Catarina, há quatro planos e obras sendo iniciados — o Deputado Hiran Gonçalves vai falar um pouquinho mais sobre isto —, e a primeira já foi entregue para a população.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero registrar a nossa preocupação com o Município de Joinville, que não precisa da estrutura, mas precisa dos equipamentos. Joinville é a maior cidade do Estado de Santa Catarina. O Prefeito Udo pediu só equipamentos, porque a estrutura física já está construída. Precisamos substituir os equipamentos que lá estão.

Também quero pedir, Ministro, que façamos estudos das nossas emendas de bancada e individuais para MAC. O recurso está indo, mas os pacientes continuam na fila. Se nós estamos destinando recursos temporários para incremento de MAC, eu entendo, como profissional e ex-gestora municipal e estadual que fui, que esse recurso tem que ter algum impacto na retirada de pacientes da fila. Eu, por exemplo, da minha cota parte, coloquei 1,5 milhão de reais, e o Secretário de Estado agora vai fazer um mutirão de reconstrução de mamas, não importa onde essa mulher esteja, nem se é um procedimento unilateral ou bilateral, para se fazer a simetria. Na minha cota parte da emenda de bancada, estou colocando recurso carimbado para isso. Como esse recurso é temporário, ele tem exatamente esse fluxo, mas ele não está impactando a retirada dos pacientes da fila de espera. Como nós poderemos construir um caminho juntos para que parte dos recursos de incremento temporário de MAC seja destinada realmente para exames, cirurgias eletivas e, em especial, retirada dos pacientes da fila? Como poderíamos discutir essa matéria antes do orçamento de 2020, para não repetirmos aquilo que vimos fazendo nos últimos anos?

Quero agradecer sua presença e dizer que esta é, sim, a Casa do diálogo e da construção. Não tenho a menor dúvida de que a sua Pasta é a mais complexa, porque tem que trabalhar 24 horas por dia. Demandas da saúde não são como algumas demandas que podem ficar em cima da mesa. Os desafios são grandes, mas a construção do SUS se dá com o Parlamento, com os gestores da saúde, com o Ministério e com os trabalhadores. Eu acredito nesse sistema. Avançamos muito, e muitos foram os atores da construção do Sistema Único de Saúde. Com certeza vamos continuar avançando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o próximo inscrito, o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Primeiramente, queria cumprimentar e parabenizar o Ministro Mandetta e toda sua equipe.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como a Deputada Carmen disse, não há dúvida de que o Ministério mais complexo é o Ministério da Saúde, onde problema não falta. Olhem o tamanho do nosso País! Eu não tenho dúvida de que há muitos problemas, mas temos uma equipe à altura. Eu conheço bem a capacidade e a seriedade do Ministro Mandetta. Entre todos os Ministros, com todo respeito, para mim o Ministro Mandetta e o Ministro Tarcísio são os melhores.

Ministro, o seu Ministério pode contar com nosso apoio na Comissão Mista de Orçamento — CMO em tudo que haja possibilidade de trabalhar em conjunto com os Deputados, com a diversidade das bancadas, porque os problemas realmente são muitos.

Acabei de passar para o Ministro o problema do jovem Michael, que está com uma doença gravíssima que evolui rapidamente. Ele apresenta cegueira nos dois olhos — retinopatia diabética proliferativa — e não consegue fazer o tratamento. Olhem só a complexidade! Nós já entramos em contato com o Município, onde ele nem cadastrado estava, e o Município joga a responsabilidade para o Estado. Nem no SUS ele estava cadastrado! Nem no SUS! Após uma campanha de mobilização muito grande na Internet e matérias na imprensa, fomos procurar saber...

O SR. MINISTRO MANDETTA - V.Exa. tem que tomar cuidado, porque eu já vi gente fazer campanha e, na verdade, não existir o caso. Às vezes, utilizam a boa-fé das pessoas.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Mas este caso nós conhecemos.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Claro.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Nós conseguimos, por meio da nossa assessoria, garantir que ele entrasse no processo do SUS. Vou mostrar a complexidade da área da saúde. Nós procuramos o Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, que tem mais de 800 Municípios, e ele falou que a responsabilidade era da Secretaria Municipal de Saúde. Então, um joga para o outro e, infelizmente...

O SR. MINISTRO MANDETTA - Em Minas há excelentes serviços de oftalmologia. Está aqui o Deputado Hiran Gonçalves, que é oftalmologista.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Esse é um caso muito grave, que comoveu o Estado inteiro. Nós fomos acompanhar o caso, depois de matérias publicadas pela imprensa, e verificamos que nem no SUS o Michael estava inscrito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sua família é muito simples, muito humilde, e por isso estou reportando todo esse caso ao Ministro.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Vamos ajudá-lo.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Enfim, Ministro, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Pode contar com o apoio desta Casa. Como eu falei, os problemas realmente são muitos.

Quero aproveitar para cumprimentar o Prof. Valder, que é Reitor da Universidade Federal de Uberlândia. Ele conseguiu agora, depois de muito tempo, resolver todos os problemas burocráticos para que fossem retomadas as obras do novo pronto-socorro. Há 22 milhões de orçamento para este ano, mas ele vai precisar de mais 100 milhões para a conclusão. Esta é uma obra muito importante para Minas Gerais, é a nossa prioridade inclusive aqui na Comissão de Orçamentos. Eu queria convidar V.Exa. para assinar a retomada das obras.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Esta é uma obra considerada prioritária no Ministério.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Muito bom!

Quero solicitar também a homologação do SAMU do Triângulo Norte.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Nós fizemos agora a homologação do centro-oeste de Minas e da região sul, e estamos nos preparando para fazer o último de lá.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - É a homologação e a qualificação, não é?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Sim, a qualificação também.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Inclusive, eu quero parabenizar o Presidente do consórcio.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Foram abertos em 2017.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Exatamente! O Tenente Carlos é o...

O SR. MINISTRO MANDETTA - Estão rodando sem pagamento porque não existe recurso. Mas esta Comissão vai ajudar bastante.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Vamos. Pode contar com nosso apoio.

O Tenente Carlos, que é Prefeito de Tupaciguara, é muito competente e preside o consórcio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MANDETTA - Aliás, mande um abraço para o Tenente Lúcio, nosso ex-Deputado lá da sua região.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Pode deixar. Inclusive, em meu nome e em nome do Tenente Lúcio, solicito a presença de V.Exa. na retomada das obras e o seu apoio ao novo pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Vamos lá!

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG) - Enfim, eu quero parabenizar V.Exa. e dizer que o Presidente da Casa autorizou, depois de muitos anos — inclusive está aqui uma grande guerreira na área da oncologia, a Deputada Carmen Zanotto —, a criação nesta Casa da Comissão de Enfrentamento ao Câncer. Nós devemos presidi-la e contamos muito com toda a equipe do Ministério da Saúde e com V.Exa.

Eu sei que problema é o que mais existe. Eu vou dar um exemplo ao nosso Presidente, e aproveito para parabenizá-lo por sua competência quando foi Ministro da Saúde. Eu tive uma emenda impositiva que nem sequer foi empenhada. Inclusive, pela legislação, isso é crime de responsabilidade. Lá atrás, isso foi reconhecido por parte do Ministério, mas eu não consegui resolver a questão.

Então, problema é o que não falta, mas nós temos que procurar garantir as soluções. Pode contar conosco.

Muito obrigado e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo inscrito é o Deputado Hiran Gonçalves. Vamos fazer um bloco de seis oradores para concluirmos os debates.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Presidente Marcelo...

Este microfone está com problema, eu acho que o Hildo se exaltou tanto que diminuíram o volume. Podem aumentar, porque eu vou falar mais baixo.

Presidente Marcelo, Deputada Carmen Zanotto, meu querido colega e amigo Ministro Mandetta, Secretário Gabbardo, Secretário Ari, obrigado pela presença.

Agradeço também aos colegas que manifestaram os parabéns pelo meu aniversário.

Aliás, aos 62 anos, Mandetta, eu só estou contando quantas Copas do Mundo ainda vou poder assistir.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas V.Exa. está enxergando bem. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Graças a Deus eu não estou precisando de óculos para perto, estou conseguindo ler bem.

Ministro, eu quero, primeiro, dizer que lá no nosso Estado, que V.Exa. conhece, nós não temos um ciclo completo de radioterapia, mas nós conseguimos instalar lá o primeiro acelerador linear de rádio e braquiterapia. Como nós conversamos, eu já fiz uma manifestação oficial a V.Exa. sobre a paralisação da obra da nossa unidade, que é a única no Estado. As pessoas que precisam de radioterapia têm que entrar na fila do TFD — tratamento fora de domicílio, e V.Exa. sabe o drama que ocorre: quando conseguem a passagem, não conseguem a vaga no hospital de referência; quando conseguem a vaga, não conseguem a passagem. Então, pessoas como as mulheres com câncer de mama terminam condenadas à morte no meu Estado, porque lá não existe um ciclo completo para tratamento de câncer, nem temos diagnóstico precoce.

A questão do diagnóstico precoce nós estamos tentando resolver. Destinamos 30 milhões de reais — 15 milhões meus e 15 milhões da ex-Senadora Ângela Portela — para fazer lá um centro de diagnóstico precoce de câncer de mama, de câncer de pele e de câncer de útero, em uma parceria com o Hospital de Amor, de Barretos.

Eu queria que V.Exa. nos dissesse como está a situação dessas obras de expansão da radioterapia. Ao conversar com a Deputada Carmen Zanotto, ficamos muito preocupados, porque soubemos que não foi só Roraima que paralisou a obra. Existem nove obras paralisadas, e isso cria muita dificuldade para acesso ao tratamento no Brasil todo. Em alguns lugares que têm mais unidades de radioterapia, consegue-se mitigar o problema, mas em Roraima o caso é muito grave.

A segunda questão, como o Deputado Weliton Prado lembrou muito bem, é que nós precisamos, Ministro, inserir a Oftalmologia na assistência básica. O que estão dizendo aqui? *"O Secretário Municipal disse que não é questão nossa."* Realmente, a Oftalmologia não está na assistência básica, está na MAC.

Então, Weliton, é muito mais fácil fazer uma cirurgia de catarata ou uma cirurgia de glaucoma no SUS do que fazer uma consulta no SUS. Eu até me disponho, se você precisar de uma ajuda, a referenciar para cá esse paciente, para que ele faça a cirurgia de retina. Ele deve ter uma retinopatia proliferativa por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

diabetes, e nós podemos facilitar o acesso a serviços bons aqui em Brasília. Eu, inclusive, opero aqui, e nós podemos conseguir isso.

Nós temos discutido esse pleito da Oftalmologia brasileira, Ministro, para garantir pelo menos... Aliás, eu aprovei um projeto de seguridade garantindo que crianças e jovens do País que estejam matriculados na rede pública tenham direito a pelo menos um exame oftalmológico anual. Só assim poderemos detectar problemas que interferem no aprendizado, como a ambliopia. Detectada essa anisometropia com um exame simples de refração até os 7 anos de idade, nós podemos evitar uma cegueira que poderia ser definitiva, para o resto da vida.

Ministro, eu vou mais uma vez denunciar a crise humanitária que nós vivemos no meu Estado e a absoluta incapacidade do Governo de Roraima de tornar a saúde mais eficiente. Pasmem! A Medida Provisória nº 880, da qual sou Relator aqui na CMO, destina 223 milhões de reais ao Ministério da Defesa para tratar da acolhida aos venezuelanos. Por outro lado, quando nós organizamos a acolhida, ela funcionou muito bem no Município de Pacaraima e nos abrigos. Nós temos dez abrigos fornecendo alimentação e toda a estrutura para os venezuelanos. Porém, quanto mais organizado está e quanto mais forte o Governo Maduro fica, mais entram venezuelanos em Roraima, um Estado que não tem capacidade de acolher tanta gente. Então, nós vivemos lá uma situação de absoluta crise humanitária. Outro dia eu falei com a Ministra Damares, e ela disse: "*Nós estamos fazendo a interiorização de 900 pessoas*". Ora, se entram mil ao dia, a matemática não fecha.

O Governo do nosso Estado tem sido absolutamente incompetente para gerenciar a saúde. Nós conversamos com o nosso Governador Antonio Denarium sobre a importância de profissionalizar a saúde do Estado, de colocar lá uma organização social de renome nacional, recomendada por V.Exa., inclusive, que conhece muito bem a saúde nesse País, para gerenciar a nossa saúde. Já vamos para o terceiro Secretário depois daquela conversa. Colocamos um colega lá que não conseguiu resolver as coisas, depois colocamos um coronel também, que eu não sei qual é a origem, mas que ficou lá 2 meses. Agora, ele nomeou uma advogada que não tem nenhum conhecimento de gestão de saúde para gerenciar uma saúde que está em uma crise absoluta.

Para se ter uma ideia, nós liberamos lá recursos de MAC em dezembro. Ministro, ainda não executaram nada. Há 8 milhões na conta da saúde lá, sem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

executar nada, em um ambiente de absoluta desorganização. O senhor esteve lá no grande trauma do hospital. Ministro, nós colocamos lá, para ampliar o grande trauma do único hospital de referência do nosso Estado, Hospital Geral de Boa Vista. Há 3 anos esse recurso está lá. Nós ainda não assinamos a ordem de serviço para ampliar o grande trauma, que é o único grande trauma do Estado, que recebe pessoas de Boa Vista, dos quatorze Municípios do interior, da Venezuela e da Guiana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Presidente, com todo o respeito, eu esperei aqui pacientemente que todos falassem. Eu queria que o senhor me desse um pouco da sua bondade e da sua tolerância para que eu possa encerrar, para eu não me perder aqui no meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem. É porque há uma lista de inscritos.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu queria, Ministro, pedir de V.Exa. uma força-tarefa lá para fazermos um levantamento de tudo o que acontece naquele Estado, porque o Governo lá tem sido absolutamente incompetente, na área da saúde, para gerenciar isso. Eu ajudo lá o Governo, e eu não vejo nenhuma manifestação, nenhuma movimentação do Governo no sentido de nos comprometermos, de alguma forma, a diminuir o sofrimento dessas pessoas em relação à saúde. A saúde está absolutamente desorganizada. Esta semana nós recebemos dados epidemiológicos de que morreram, em 5 meses, 68 crianças. A causa da morte da grande maioria dessas crianças, de quase 100% dessas crianças que morreram na maternidade, foi malformação, o que mostra que o maior problema é falta de pré-natal, que é assistência básica. Então, Ministro, a situação é muito grave no meu Estado.

Outro dia até um dos Secretários pediu para o senhor intervir lá, e o senhor disse: *"Se eu for intervir lá, eu vou ter que intervir no Brasil todo"*. Mas lá a situação é absolutamente grave, e não há do Governo do meu Estado nenhuma vontade política de resolver a questão. Não adianta ficarmos aqui todo dia... Aquela menina que me recebe no Ministério diz: *"O senhor é o Deputado que mais vem a esse Ministério"*. Eu vou lá todo dia, já vim de lá agora, Ministro, para tentar resolver a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questão de UBS, que estava paralisada, e V.Exa. está nos ajudando a tentar resolver essa questão, mas não adianta trabalharmos aqui quando lá no meu Estado não há vontade política para isso.

E, outra coisa, a Portaria nº 395, de maio de 2019, proíbe a utilização de emendas parlamentares para se comprarem medicamentos. E há muitos Prefeitos lá do meu Estado que dizem: *"Não mande mais dinheiro para PAB para cá, não, porque, se não for para comprar medicamento... Nós precisamos de medicamentos aqui, porque há venezuelanos em todo lugar aqui no nosso Estado"*. Então, eu queria saber se podemos flexibilizar essa portaria para ajudar os Prefeitos do interior. Bom, basicamente, é essa questão.

Quanto à questão do Revalida, Ministro, o senhor já conversou comigo.

Nós tínhamos, na Comissão de Seguridade Social e Família, um projeto estava há 7 anos parado. Nós conseguimos aprová-lo na Comissão de Seguridade, para que se faça o Revalida duas vezes por ano, com a coordenação do Ministério da Saúde, a supervisão da Conselho Federal de Medicina e a adesão das universidades federais do Brasil. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, e devemos votá-lo no plenário.

Eu acho, Ministro, que nós poderíamos, em vez de fazer isso via medida provisória, seria muito melhor que nós aprovássemos isso como uma lei.

Então, eu queria que o senhor me ajudasse nisso.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Pois não.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Ministro, o fato de o senhor diminuir a estrutura das SAEs e de criar uma Secretaria de Atenção Primária denota que V.Exa. está no caminho certo. Por quê? Porque é a assistência primária que resolve 80% dos problemas de saúde dos brasileiros.

Então, eu espero que V.Exa. tenha sucesso, mas clamo mais uma vez: que V.Exa. tome alguma medida mais enérgica, para que nós possamos realmente melhorar a saúde do meu Estado, Ministro, porque está um caos! A saúde lá está absolutamente desorganizada!

Muito obrigado, Ministro, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo orador.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Senador Wellington Fagundes tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, companheiro do Senado Federal.

Meu cumprimento a todos aqui, a nossa Deputada Carmen Zanotto, a todos da Mesa e ao Ministro Mandetta, do Guaraná Mandetta, docinho! O avô dele era o proprietário de uma fábrica de guaraná no Mato Grosso do Sul quando eu era estudante!

O SR. MINISTRO MANDETTA - Guaraná Tupi.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Era o Guaraná Tupi!

Eu quero aqui, primeiro, registrar, em nome do Mato Grosso, a atenção que o Estado tem tido do Ministério, especialmente de V.Exa., quando foi lá fazer lançamento da campanha de vacinação das Américas — trata-se de um ato simbólico extremamente importante —, e principalmente devido à destinação de recursos para o funcionamento do maior hospital regional, que é o Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá.

Esse programa foi incluído, desde o Governo passado, no programa Chave de Ouro, num trabalho que fizemos juntamente com o ex-Senador Blairo Maggi, mas o importante é que o Prefeito Emanuel Pinheiro conseguiu fazer a conclusão, e a equipe do Ministério da Saúde esteve lá. O programa está funcionando em etapas, o hospital está todo equipado.

Então, para a região — e aí não apenas para o Mato Grosso, mas para a Bolívia, para o Estado de Rondônia, uma vez que todos acabam aportando naquele hospital —, isso foi extremamente importante. Aliás, o importante é que o Ministério também está acompanhando o funcionamento do hospital. A implementação de um hospital gigantesco como aquele não é fácil de ser feita e tem que ser feita realmente em etapas.

Outro aspecto também foi o apoio do Ministério para a reabertura da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Essa instituição, Senador Marcelo Castro, tem mais de 200 anos e chegou a ser fechada. Aliás, ela ainda está fechada! Está sendo feito um trabalho justamente em uma parceria com o Governo do Estado para que a Santa Casa seja reaberta. A nossa preocupação é com todas as Santas Casas do Brasil. Lá no Mato Grosso, temos também a Santa Casa de Misericórdia de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rondonópolis, que funciona num prédio novo, mas é claro que ela também tem as suas dificuldades.

Ontem, nós tivemos uma reunião, inclusive, no Ministério da Economia, com a frente parlamentar dos Municípios. É claro que a grande preocupação é o custeio e também a conclusão das obras inacabadas.

V.Exa. deve ter ouvido falar sobre as UPAs. Muitas delas foram construídas e não foram colocadas em funcionamento, ou muitas delas, inclusive, mudaram o objeto; isso faz com que também a população acabe sofrendo, porque existe toda uma expectativa... É claro que muitas vezes se autoriza a construção de unidades em Municípios que não têm condições de mantê-las. Digo isso para a consideração de V.Exa.

Quanto à conclusão de obras inacabadas, eu vejo que há uma grande necessidade de se evitar isso no Brasil, porque o desperdício de recursos é muito grande. Eu sempre digo que uma obra acabada não serve para nada! E acaba acontecendo muito mais desperdício, porque é pior... Porque, se você vai manter a instituição funcionando, você vai gastar; e, se não mantê-la funcionando, pior vai ficar!...

Está chegando um pessoal, e eu vou permitir que vocês tirem fotografia com o Ministro, dado o trabalho que vocês, agentes de saúde, desenvolvem em todo o Brasil! Isso tem muito a ver com o preventivo.

Com relação às obras inacabadas, eu gostaria, Ministro, de fazer uma indagação. Para as regiões como a nossa do Mato Grosso — regiões ainda em abertura —, como V.Exa. e o Ministério têm atuado na questão de voltar a abrir os cursos de medicina. No Brasil, às vezes, fecham os cursos de forma radical, mas eu penso que cada caso é um caso!

Nós temos, no Mato Grosso, na região do Araguaia... Inclusive, o Presidente Bolsonaro esteve lá agora lançando um grande programa ambiental de recuperação do Rio Araguaia. Barra do Garças é uma cidade que está na fronteira Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia, que atende a toda a região do Araguaia goiano e do Araguaia mato-grossense. Trata-se de milhões de hectares, maior do que muitos Estados brasileiros!

Lá nós temos uma deficiência de médico muito grande. É uma região grande, com uma população ainda não tão densa, mas, exatamente por está dispersa, nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Municípios do Baixo Araguaia, o Prefeito tem dificuldade de contratar um médico, porque os médicos não querem ir para região! Então, a necessidade de cursos, com profissionais vocacionados para a região, é extremamente importante.

Em Barra do Garças, nós temos dois *campi* da universidade, temos duas faculdades privadas, com curso de odontologia, de enfermagem e vários outros cursos. O único curso que falta é o de medicina.

Então, nós queremos fazer um apelo aqui e gostaríamos de ver a posição do Ministério. O Presidente lá fez, inclusive, o compromisso de voltar a atenção para fazer reabrir alguma possibilidade de curso de medicina em algumas regiões do País.

Eu gostaria de ver a posição do Ministério da Saúde, neste momento. É claro que faço um apelo para Barra do Garças, mas temos também lá Tangará da Serra, que já estava em condições de ser aprovado, ou, na região do norte de Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, Sorriso, enfim, várias outras cidades.

Além disso também, Ministro, V.Exa. esteve lá exatamente no lançamento do programa de vacinação das Américas. Com muita angústia, o Prefeito da minha cidade, o Prefeito José Carlos do Pátio, nesta semana, manifestou-se e me pediu que fosse ao Ministério. Inclusive, protocolei ontem lá no Ministério, por saber que V.Exa. estaria aqui hoje...

Segundo o Prefeito e a Secretaria de Saúde, vou ler rapidamente, Sr. Ministro: *Na oportunidade em que apresento os cumprimentos, sirvo-me da presente para atenção ao caso preocupante da saúde pública vivenciado em nosso Município no tocante à gripe H1N1, manifestar-se nos seguintes termos:*

Infere-se que no Município de Rondonópolis ocorreram cinco óbitos com notificação de Síndrome Respiratória Aguda Grave — SARS, Influenza A, bem como três pacientes estão internados por causa de suspeita de Influenza, sendo um na UTI; outrossim, considerando que os estagiários da área de saúde das universidades federais de Rondonópolis, bem como os técnicos de enfermagem em processo de estágio obrigatório, estão no grupo de trabalhadores da saúde, entretanto, não foram vacinados; considerando, ainda, que a estimativa para o cálculo de cobertura vacinal no Município de Rondonópolis fora calculado conforme dados do IBGE de 2018, e, ato contínuo, constatou-se que a corporação da Polícia Militar, Civil





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e Federal está inclusa no grupo prioritário, conforme nota técnica do Ministério da Saúde, entretanto, o Ministério da Saúde não remeteu as doses para o referido grupo; nesse estepe, considerando que o Município de Rondonópolis pretende realizar a vacinação de outras faixas etárias nos bairros em que ocorreram os óbitos suspeitos, como Vila Rosely, Mathias Neves, Jardim Adriana (...)"

Ele faz o pedido para que o Ministério libere a vacina necessária para se fazer essa cobertura.

Eu gostaria também que V.Exa. esclarecesse isto aqui para todos nós, já que o Brasil todo está nos acompanhando. Num caso como esse, o Ministério dispõe de vacina para a vacinação de toda a população? Ou só para os grupos de risco? E o que os Prefeitos ou até Governadores podem fazer, se isso realmente está configurado? Esse é um dado da Secretaria Municipal de Saúde confirmado, segundo ele, por toda a Secretaria Estadual. E, com relação a isso, há uma certa comoção, porque vai à imprensa; aí, se começa uma discussão muito grande.

Então, eu gostaria que V.Exa. pudesse dar essa explicação, aproveitando o caso de Rondonópolis, para todo o Mato Grosso e, é claro, para todo o Brasil. Gostaria de saber se essa vacina é possível de ser liberada de forma urgente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - E também, Ministro, se há no mercado, não é? Porque me parece que é possível.

Eu gostaria que isso fosse esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O próximo inscrito é o Deputado Bohn Gass.

S.Exa. está com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Saúdo o Presidente, Senador Marcelo Castro, e o Ministro Mandetta. Saúdo, também, o Secretário Gabbardo, os colegas da Comissão.

Colegas Deputados, eu ouvi muito se falar aqui sobre o tema do Orçamento e que esta Comissão é tão importante para o Orçamento. É verdade: esta Comissão é mesmo importante, mas esta Comissão avaliará o Orçamento que virá do Governo. E eu quero ver o Orçamento que V.Exa. mandará.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero deixar isso bem registrado, chamar a atenção para isso, porque senão vão passar a ideia aqui de que esta Comissão — nós Deputados e Senadores — é responsável sobre se vai haver mais ou menos dinheiro para a área da saúde. *"Faltou dinheiro na saúde para que área?"*; *"Para tal área."* Não dá para passar essa ideia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - *Aí, está melhor a fala. Agora, melhorou.*

Nós podemos ajudar. E esta Comissão ajudará. E eu falo como Deputado da Oposição: esta Comissão ajudará.

Senador Marcelo Castro, eu queria fazer esse registro, porque senão passa a ideia de que, sob a Presidência de V.Exa., esta Comissão tirou dinheiro da saúde. Alguém poderia amanhã ou depois falar isso. Não.

Eu quero cobrar do Governo Bolsonaro, através do Ministro Mandetta, que venham recursos para cá. V.Exas. sabem do limite orçamentário: se eu coloco um recurso, tenho que tirar de outra área. De que área vou tirar para colocar no Ministério da Saúde? Da Agricultura? E a agricultura ontem teve a pior notícia. Eu imagino que os ruralistas que apoiaram Bolsonaro devem estar dizendo: *"Mas, Bolsonaro, aumentar os juros para a agricultura?"*. Foi o que ele fez ontem.

Aliás, esta Comissão, Senador Marcelo, deveria olhar esse aspecto. Nós votamos, há poucos dias, recursos, Deputado Hildo Rocha, e parte dos recursos era para poder ter recursos que custeassem o Plano Safra. Ontem foi anunciado o Plano Safra: vão aumentar os juros para a agricultura.

Ora, uma agricultura para poder fazer custeio, para poder colocar comida na mesa do povo trabalhador, para fazer crescer a indústria, para gerar emprego, mais juros não contribuem com isso. Ou alguém de V.Exas. concorda que é preciso haver mais juros para a agricultura, uma produção mais cara? Ninguém concorda. Mas Bolsonaro ontem deu esse "prêmio" aos ruralistas que tanto comemoraram Bolsonaro. *"Vou aumentar os juros para vocês; vou dificultar vocês produzirem comida no campo"*: foi essa a resposta do Governo Bolsonaro ontem.

E esta Comissão votou recursos para fazer suplementação orçamentária para poder fazer o Plano Safra, que agora vem mais caro.

Fechando o parêntesis, eu volto ao tema orçamentário. Quero, portanto, reivindicar, Ministro Mandetta, que venham no Orçamento recursos para áreas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importantes, como Média e Alta Complexidade — MAC e outras tantas que foram citadas aqui, porque senão fica muito difícil. Todo mundo sabe a dificuldade de alterações posteriores. Então, se o projeto vem mal, é difícil nós o corrigirmos. Portanto, eu aguardo e tenho esperança de que ele venha bem. E seremos colaboradores obviamente para melhorar no que for possível.

Segundo tema: eu votei contra o teto de gastos. V.Exas. sabem disto, quantas eu vezes falei, nesta Comissão, no Plenário, que fixar o teto de gastos era destruir a saúde, a agricultura, a educação e os investimentos no País. Cada um pode agora olhar como é que votou quando votou o teto de gastos. O que eu não aceito é que alguém que votou a favor do teto de gastos venha depois dizer que não pode fazer mais por causa do teto de gastos. Nós avisamos!

Então, esse é outro tema importante que colocamos. Eu sempre fui contra o teto de gastos. Acho que deveríamos — esta Comissão poderia tomar a iniciativa inclusive — apoiar um projeto de emenda à Constituição que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, está parado, para que nós revisássemos o teto de gastos. É preciso acabar com o teto de gastos. O teto de gastos é para sobrar dinheiro para pagar banqueiro e faltar para a saúde.

Eu não vou entrar no tema do Mais Médicos, outro que já foi colocado aqui, porque discordo totalmente de quem oportunizou e criou o ambiente ideológico contrário sobre a presença dos médicos estrangeiros, que não são só cubanos. Nós abrimos, na época dos Governos do PT, mais cursos de medicina, já foi dito aqui, que foram fechados depois. No Governo Temer, foram fechados, o que foi apoiado por Bolsonaro também. Espero que Bolsonaro agora os reabra, mas não sei se vai fazer isso. Essa é uma questão importante que o Senador levantou.

Vão abrir novos cursos de medicina? No tempo de Lula e de Dilma, nós abrimos novos cursos de medicina, mas faltavam médicos. Aí nós demos oportunidade aos médicos brasileiros de se inscreverem; em seguida, aos médicos brasileiros que estavam no exterior; depois, aos médicos de outros convênios. Como resultado, vieram médicos de vários países, inclusive de Cuba.

O preconceito trabalhado os afastou em boa parte, além de outras medidas concretas para afastá-los. Eu não vou entrar nesse tema, já foi falado antes. Mas eu acho que foi um erro grandíssimo, não se recolocaram médicos nos lugares onde não vão médicos atender. Os médicos cubanos iam lá. Eles atendiam — e atendiam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bem — a população, nos lugares mais longínquos, onde não chega outro atendimento médico.

A questão central é uma pergunta que eu queria fazer, e o Ministro tem a oportunidade de fazer esses esclarecimentos.

Saiu outro dia na imprensa, Ministro, o que teria sido uma afirmação sua. Depois veio uma manifestação sobre isso. Eu queria que V.Exa. dissesse bem sobre como pensa este tema: cobranças no SUS. O tom que saiu na verdade era este, de que o Ministro estaria admitindo que houvesse cobranças no SUS. Eu sei que depois foi emitida uma nota. Gostaria que o senhor falasse sobre o tema, sobre qual é exatamente o seu posicionamento sobre cobranças no SUS.

A segunda questão, que já fiz para o Paulo Guedes na CMO também, Ministro, Presidente Marcelo Castro, é a seguinte: o Governo vem desconstitucionalizando vários temas. Estão na Constituição os mínimos constitucionais para a educação e para a saúde. V.Exa. e o Governo pensam sobre isso? Há um debate no Governo sobre desconstitucionalizar o vínculo obrigatório constitucionalizado hoje para a saúde? Eu fiz esse questionamento para o Paulo Guedes, que respondeu naquele momento. Eu quero ouvir a sua opinião sobre isso. Quero ouvir o que o Governo está pensando sobre esse tema do SUS, sobre desvincular os mínimos constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O último inscrito é o Deputado Alexandre Serfiotis.

S.Exa. tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (PSD - RJ) - Primeiro, boa tarde a todos.

Quero parabenizar o nosso Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Marcelo Castro; a Deputada Carmen Zanotto, nossa amiga; o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Dr. Gabbardo; o Ministro Mandetta, um grande amigo; o Sr. Bomfim também, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde.

Senador, em primeiro lugar, eu não poderia deixar de reconhecer em público o quanto sou grato pela passagem de V.Exa. no Ministério da Saúde em 2016, quando habilitou um serviço de extrema importância para o Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Barra Mansa, que foi o serviço de oncologia. Hoje esse serviço atende mais de 3 mil pessoas ao ano e pôde mudar a realidade de uma região, porque tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

salvado vidas. Hoje são quase 10 milhões de reais que o Ministério da Saúde repassa à UNACON de Barra Mansa. Isso tem salvado vidas.

Deixo um pedido aqui em público também, Ministro. Nós iremos encaminhar ao Ministério a solicitação de uma segunda máquina, para entrar no Plano de Expansão da Radioterapia, que é um *bunker*. Nós visitamos a fábrica, e Barra Mansa está se preparando, com base em toda a sua série histórica, com todo o vazio assistencial ao redor, em todos os Municípios aos quais o serviço é referência — hoje, inclusive, pacientes da Baixada Fluminense usam esse serviço do Município de Barra Mansa — para solicitar uma segunda máquina de radioterapia dentro do Plano de Expansão da Radioterapia do Ministério da Saúde.

Quero dizer o quanto admiro o trabalho de V.Exa. Sei do esforço que tem feito à frente do Ministério da Saúde para dar andamento a todas as ações. Todas as ações já foram aumentadas nesses 6 meses de gestão do senhor com relação à habilitação de serviços, à expansão do horário das unidades básicas de saúde da família. Isso é extremamente importante para o trabalhador que chega em casa após as 18 horas, para que possa encontrar a unidade aberta até as 22 horas. De acordo com o entendimento do gestor, tendo mais repasses do Ministério ao Município, não simplesmente só estendendo, mas também se preocupando em garantir o recurso, o orçamento, o financeiro necessário para que isso aconteça. Isso é extremamente importante, e nós sabemos disso.

Ontem pude presidir um seminário sobre ELA. O dia 21 agora é o Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica. Desde 2017 e 2018 aproximadamente, nós fomos ao Ministério junto com Dr. Gerson, um pesquisador da USP, para falar sobre o diagnóstico pré-gestacional.

O Brasil tem uma forma típica de ELA familiar. Diante dessa pesquisa, ontem inclusive havia uma paciente mostrando que, com o diagnóstico pré-gestacional, se pode erradicar a ELA familiar no Brasil. Isso traria uma economia enorme em relação a custos de medicamentos ao Ministério da Saúde, mas nós vamos pedir uma audiência no Ministério para falar com o senhor sobre esse assunto para que possamos trazer o Dr. Gerson e os pesquisadores para discutir esse tema, porque acredito que será um marco histórico do Ministério da Saúde e da erradicação da ELA familiar no Brasil também.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou deixar uma sugestão. As emendas de bancada não eram impositivas, e sabíamos que elas não eram pagas. Acho que, de 2 anos para cá, nós votamos na Casa a emenda de bancada impositiva de 50%, tendo a obrigatoriedade de ser colocada parte dessa emenda na saúde, e as emendas de bancada passaram a ser pagas. No ano passado, eu fiz a indicação pela primeira vez para um instituto federal tecnológico. São mais de 19 institutos federais tecnológicos no Estado do Rio de Janeiro, e nós conseguimos colocar 30 milhões de reais de emenda de bancada impositiva para os institutos federais tecnológicos qualificarem a mão de obra no nosso Estado do Rio de Janeiro.

Eu sei o esforço que a Secretaria Nacional de Modernização dos Hospitais está fazendo junto ao Ministério da Saúde e junto aos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro. V.Exa. ainda vai apresentar esse relatório, e principalmente nós da bancada do Rio de Janeiro, e eu, como médico, que milito e luto muito nessa área da saúde, sabemos que os hospitais têm grandes problemas na parte de equipamentos, na parte de estrutura física, inclusive de telhado, de reestruturação de telhado, de parte elétrica, porque são hospitais muito antigos, que, ao longo de muitos e muitos anos, não receberam investimentos para a sua estrutura física e nem para a compra de novos equipamentos. Nós não temos nenhum aparelho de ressonância dentro dos hospitais federais, e os aparelhos de tomografia também já estão sucateados, ultrapassados.

Então, gostaríamos de deixar a sugestão, se o Ministério entender que é importante, de trabalharmos junto com a nossa coordenação de bancada do Estado do Rio de Janeiro para que possamos fazer a indicação de emendas de bancada impositivas, de acordo com o planejamento do Ministério da Saúde, para que possamos colocar ainda este ano a emenda de bancada impositiva para os hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro, porque, de fato, eles são uma referência de todo o Estado do Rio de Janeiro, não só do Estado, mas também do Brasil, prestando um trabalho de extrema importância.

Sei que, nesses 6 meses, com a atuação da Secretaria Nacional de Modernização dos Hospitais e do Ministério da Saúde, esses hospitais também aumentaram os seus atendimentos, os números de leitos, diminuíram o tempo de permanência nos leitos, diminuíram as infecções hospitalares e de UTI, aumentaram o número de cirurgias, aumentaram o número de consultas. Então, estamos aqui,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, para colaborar com o senhor nessa luta, estar junto com o senhor nessa luta do Ministério da Saúde, junto aos hospitais federais e também desses outros temas que nós falamos, com relação ao tratamento do câncer, à expansão da radioterapia, a essa questão da erradicação da ELA Familiar no Brasil, que pode ser sim uma alternativa. Ontem, nós recebemos uma paciente que deu um relato sobre isso.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que nós estamos aqui na Casa lutando junto com V.Exa. Nós sabemos o desafio que é estar sentado nessa cadeira de Ministro da Saúde, talvez, um dos Ministérios, como o nosso colega Wellington Fagundes falou, um dos Ministérios mais complexos deste nosso Governo. Nós sabemos que V.Exa. está lá representando e defendendo a vida das pessoas.

Então, eu queria deixar este relato e parabenizar V.Exa. pelo trabalho realizado. Ao nosso Senador Marcelo Castro, quero também deixar este relato aqui pela contribuição e colaboração que S.Exa. deixou, que sabe disso, do quanto isso foi importante para nós no Estado do Rio de Janeiro.

Eu quero parabenizar a nossa Deputada Carmen Zanotto e, mais uma vez, colocar-me à disposição para somar esforços aqui na Câmara de Deputados e entregar para a nossa população uma saúde melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrando este bloco e chegando ao final dos debates, passo a palavra aos expositores para responder às indagações.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Obrigado, Sr. Presidente. Começando pelas colocações da nobre Deputada Carmen Zanotto sobre a Tabela SUS.

Até 2003, praticamente, usava-se a ótica de pagamento por tabela; em 2004, iniciou-se uma ótica de pagamento por contratualização. Então, o Ministério da Saúde, na época, mudou: em vez da ótica por produção, ele começou a adotar uma política de contratualização e chamadas Linhas de Cuidado.

Ele começa a colocar recursos para implantar uma rede com metas qualitativas dentro desses contratos. E, hoje, praticamente, de 2004 até 2019, há 15 anos, nunca mais se falou em tabela para fins de reajuste de procedimentos. E deixou, na ponta, no relacionamento do hospital com os recursos humanos, os médicos e as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

especialidades, um critério de livre negociação em que a tabela deixou de ser o parâmetro.

Isso trouxe duas situações. A primeira é que o País, hoje, não tem o centro de custo. Num parto no hospital A e num parto no hospital B, mesmo que sejam separados por uma rua, você não consegue determinar o custo, porque a política de um hospital é de um jeito, e a do outro hospital é de outro jeito. Esse é um dos maiores quebra-cabeças que nós temos: como fazer o relacionamento e o pagamento das especialidades dentro do País.

Quanto aos medicamentos, o da AME foi incorporado. Nós publicamos a portaria, como dissemos. Nós fizemos a admissão para o subtipo 1, porque ela tem o ensaio clínico, então, ela se sustenta; para o subtipo 2 e para o subtipo 3, protocolo clínico com compartilhamento de risco. Os critérios para a interrupção quando não funciona, com uma estrutura terceirizada. É o nosso primeiro medicamento incluído por compartilhamento de risco no SUS.

Na readequação da rede física, foi difícil colocar mudança de objeto. Todos sabem aqui o quanto os tribunais de contas têm dificuldade para entender mudança de objeto depois de gastos 70%, 80%, 90%, 95% da obra. Os critérios foram colocados pelo Tribunal de Contas. Adotamos os mesmos critérios, de quais seriam as passíveis, e as datas estabelecidas. Termina em junho o período dessa portaria. Já comunicamos a todos os secretários que, a princípio, não vai haver nenhum tipo... Essa foi uma janela de adequação. Nós estamos analisando — aquelas que estão dentro das condições, o.k. Inúmeras já fizeram sua solução. E inúmeras também tiveram parecer contrário. Então, pedi uma revisão geral desses processos para que esses prefeitos possam saber o porquê e as razões das situações.

Em relação à data de pagamento, o Ministério da Saúde paga todos os meses a programação 1/12. Ele é feito nos dias absolutamente corretos. Não temos nenhuma dificuldade de fazer os pagamentos que nos são imputados. Agora, quando isso chega ao Estado e depois vai do Estado para o Município, quando há repasse, e do Estado para o hospital, seja ele público, seja ele filantrópico, por força de contrato, às vezes nesse intervalo vemos atrasos. E, quanto mais em crise o Estado está financeiramente, mais acontece essa utilização, às vezes para se fazer cobertura de alguma despesa em saúde. Essa é uma discussão que temos na tripartite, vamos ter agora novamente, com o CONASS e o CONASEMS. Os entes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

têm que cumprir cada um com a sua parte no pacto. E o pacto é basicamente uma ata, um registro coletivo.

Quando comecei a trabalhar no SUS, o SUS pagava no Código 7. Lembra-se dessa fase, Senador Marcelo? Os médicos trabalhavam, e o Ministério da Saúde depositava aqui em Brasília o dinheiro na conta do médico lá no hospital, seja onde ele fosse no Brasil. Aí, na época, disseram: *"Olha, não pode, porque o relacionamento do médico tem que ser com o hospital"*. Até hoje os médicos antigos questionam por que isso não volta, porque eles sabem que, quando era dessa maneira, eles recebiam dentro da data programada. Mas, enfim, esse é um problema, hoje, da crise dos Estados.

Quanto ao número de contas paradas, esse trabalho também recebemos do ex-Ministro Ricardo Barros — um trabalho muito bem-feito. Há contas de 1 real, de 2 reais, contas de mil reais, contas de 5 mil reais. Não estamos nem falando de grandes somas, não; estamos falando do dinheiro que chamamos de dinheiro empossado. É um trabalho muito grande lá, pelo Fundo Nacional de Saúde. Já recuperamos muito disso — mandamos trazer —, mas vamos fazer agora no meio do ano outra repescagem, porque temos que achar esse dinheiro e ir dando destino a ele: gastando ou fechando a conta, porque esse dinheiro está ali realmente sem utilização.

Aqui vou na fala da Deputada Carmen, permita-me colocar a questão da radioterapia, na citação do Deputado Hiran e do Deputado Serfiotis. Eram 80 aparelhos, por um valor X. Isso foi renegociado e naquele valor X acrescentamos mais 20. São cem aparelhos. Essa política eu herdei. Foi feita a licitação dessas obras. São do Governo Federal obra, equipamento, todo o processo. Entrega-se a chave. Há obra de material nuclear, análise de solo. A parede do *bunker* é um troço... Das cem — há lá o parâmetro —, nove são de um lote que parece vencido pela mesma empresa, que é a que atua em Roraima, não sei se é a que atua na cidade de Santa Catarina para a qual V.Exa. chamou a atenção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO MANDETTA - Não, Chapecó foi inaugurada. V.Exa. disse que há outras em obras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Há três em obras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO MANDETTA - Mas há uma empresa, cujo nome não me recorde, que, por erro de projeto — assim explicou a mim e ao Deputado Hiran Gonçalves o técnico responsável —, está tendo que fazer readequação de projeto. O projeto é feito, no caso dessa PPP, pela mesma firma que produz o aparelho, que projeta o aparelho. Então o Ministério da Saúde está cobrando deles a readequação, o fluxo e o que vai se gastar, para poder se readequar.

Acho que temos feito um trabalho. Neste semestre conseguimos inaugurar sete obras Brasil afora. Parece que até o fim do ano teremos dois dígitos — 13 ou 14 —, no ano que vem, a grande maioria. A partir do momento em que chegarmos a mais de 60%, a 70%, estaremos falando de uma segunda etapa, em que talvez possamos alocar outros equipamentos. Isso é muito porque a radioterapia ficou defasada. Há muitos aparelhos que simplesmente não são expansão de serviço. É preciso tirar uma bomba de cobalto dos anos 70, que machuca muito o doente, faz queimadura, e colocar um equipamento mais moderno.

Deputado Weliton Prado, eu agradeço as palavras de apoio do nobre Parlamentar. Esse caso da oftalmologia chama a atenção exatamente para a dificuldade de acesso. Às vezes vemos, nas mídias sociais, campanhas, etc., de coisas que o SUS faz normalmente desde que se tenha entrado no sistema e trafegado dentro dele.

O caso da retinopatia diabética, como chamou atenção aqui o Deputado Hiran Gonçalves, é basicamente o de uma prevenção na atenção primária, enfim, um acesso à oftalmologia. Mas tenho certeza de que em Minas Gerais temos um dos melhores centros de oftalmologia do País. Nós temos centros excelentes e vamos conseguir ajudar essa família.

Deputado Hiran Gonçalves, quanto à questão de Roraima, eu estive lá, conversei com o Governador, conversei com o Secretário da época e depois conversei com o 2º Secretário. Eu disse que me parece que no ano passado V.Exa. e toda a bancada de Roraima fizeram um trabalho muito intenso no Estado. Há lá um hospital em obras a serem terminadas do lado daquele hospital de clínicas. Há um hospital que foi feito e não foi ativado. Ele ficou como um hospital de retaguarda, porque não funcionou. Enfim, são aquelas situações... Parece-me que gestão ali poderia ajudar muito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que eu coloco e reforço é que o Ministério da Saúde apresenta para o Estado de Roraima a escolha de dois serviços de apoio, para que se possa fazer uma boa gestão naquele Estado. Eu posso fazer consultorias, auditorias, mas não posso falar, nem é o caso, em intervenção.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Ministro, falo só de uma questão, para dar-lhe uma informação.

O senhor me disse que os pagamentos de média e alta complexidade — MAC e de Piso de Atenção Básica — PAB são feitos religiosamente. Nós sabemos que sim. Lá, Ministro, os prestadores ficam 5 meses sem receber. Há prestadores que estão sem receber desde outubro. Eles não receberam nem em outubro nem em novembro do ano passado. Isso é um absurdo! Isso é inadmissível! Você recebe uma tabela SUS — aqui no Brasil uma consulta especializada custa 10 reais —, faz uma consulta por 10 reais e ainda espera 6 meses para receber? Isso é inadmissível.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Não podemos entrar no mérito. Mandamos o valor "x", que é o valor do Ministério. Mas quanto é o contrato que o Estado faz com o gestor já é da iniciativa, no caso do Estado ou do Município, do ente federativo em questão. Nós nos preparamos para poder auxiliá-los na tomada de decisões.

Quanto ao Revalida, acho que o texto daqui tramitou no Senado, tramitou na Comissão de Educação e na de Seguridade. V.Exa. fez um brilhante trabalho na relatoria. O texto está na CCJ. Eu falo, eventualmente, em consolidarmos numa lei só, mas jamais mudarmos a ótica do que está escrito ali. Eu entendo que haver dois exames por ano era o espírito da lei, não é?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - V.Exa. participou das discussões, não foi?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Participei. Eram dois por ano: um no primeiro semestre e um no segundo semestre. Acho que isso está pacificado. E os que estão estudando fora vão saber que têm duas oportunidades para fazer as suas provas.

Nosso querido Senador Wellington Fagundes, vamos falar sobre os episódios do pronto-socorro de Santa Casa de Cuiabá. É incrível ver um hospital sendo aberto, novo, grande, mas tecnicamente fechado ainda, e um outro antigo fechar. Era quase como se a gente tivesse uma sensação dúbia: comemorando a abertura de um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hospital novo, mas vendo outro hospital, no caso, a Santa Casa de Cuiabá, fechar para os mato-grossenses, para os cuiabanos.

Eu não sou de Cuiabá, eu sou de Mato Grosso do Sul, sou de Campo Grande. Mas eu nasci em Campo Grande na época em que Cuiabá era a Capital do meu Estado. Ela é a minha eterna Capital, porque nasci em Campo Grande, Capital Cuiabá. Sei da importância de uma obra de mais de 200 anos, como é o caso de Santa Casa de Cuiabá.

Achei muito firme a decisão do Governador de reconhecer o problema, de chamar a bancada. V.Exa. teve desde o início... Acho que V.Exa. foi o primeiro Senador que me trouxe, no caso, com a bancada, os profissionais, trouxe o Prefeito, sempre com o intuito de construir, de achar um caminho. Acho que o caminho tomado, de acordo com a última vez que vi, foi o correto. Agora estamos aguardando como vai ser. A Prefeitura toca o novo hospital, e o Estado reabilita o antigo hospital. O Ministério da Saúde já fez o ato de garantir os recursos tanto para o antigo quanto para o novo hospital. Agora estamos aguardando que eles o façam.

Quanto à gripe, gripe mata. Nós abrimos a campanha. A campanha deste ano eu não coloquei como campanha, eu coloquei como mais do que campanha, eu coloquei como o Movimento Vacina Brasil, porque gripe mata, sarampo mata, sarampo cega. A crise venezuelana está entrando em Roraima, Senador Wellington Fagundes. Nós temos problemas gravíssimos, porque entraram pacientes de Roraima não vacinados contra o sarampo. Houve surto de sarampo nos índios ianomâmis, houve surto de sarampo em Boa Vista. O surto desceu, fez quase 20 mil vítimas na cidade de Manaus. De Manaus ele desceu para Belém. Nós conseguimos segurá-lo neste ano com o esquema de bloqueio de vacinação. Foi dado um alerta nacional.

As pessoas estão diminuindo a importância da vacinação, porque talvez não conheçam essas doenças antigas. As atuais avós levaram os seus filhos, nos anos 70, nos anos 80, porque a poliomielite era uma realidade e deixava uma sequelas para o resto da vida. Então, elas se apropriaram muito daquelas gotinhas, do Zé Gotinha. Talvez os mais jovens agora não saibam a importância da vacinação.

Nova York decretou emergência sanitária por conta de sarampo. Oito ou nove navios pararam na costa brasileira, em Salvador, em São Paulo, no Rio, durante o carnaval, com casos de sarampo a bordo. Nós tivemos que entrar e vacinar 7 mil ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

8 mil pessoas que estavam a bordo. Aí eles desceram. O cara que estiver naquele período de incubação vai entrar em contato com as outras pessoas, ainda mais no carnaval, em que existe aglomeração.

Então nós vamos avisávamos: *"Vai haver caso de sarampo depois de uns 20 dias ou 30 dias depois do carnaval"*. Resultado: houve casos em São Paulo, que abriu uma campanha de vacinação contra sarampo, por iniciativa do Estado de São Paulo, com 3 milhões de doses.

Na vacina contra a gripe, como é feito? São feitas 64 milhões de doses, divididas, de acordo com todos os cálculos todos os anos, entre crianças abaixo de 6 anos, mulheres gestantes, pacientes com doenças crônicas, pessoas acima de 60 anos com morbidade, professores, profissionais de saúde e, este ano, profissionais de segurança pública, todos eles com seus lotes de acordo com todas as informações. Essa campanha começou, teve meio e teve fim. Depois disso, aqueles Municípios que não atingiram a meta dos grupos chamados prioritários estão autorizados a fazer a vacinação para as pessoas que eles entenderem que devam fazer, aí não mais na sequência dos prioritários.

Ainda trabalhei com 1 mês praticamente só para gestantes e crianças, porque sabemos que respondem mal à gripe. E, no caso do Estado do Amazonas, que teve uma epidemia atípica, 1 mês antes do início da vacinação nacional, nós utilizamos o lote de controle — é o que valida os demais —, de 1 milhão de doses. Nós abrimos a campanha no Estado do Amazonas mais ou menos uns 20 dias antes das demais.

O que ocorre? No Amazonas, como haviam ocorrido casos de óbito imputados ao vírus, as pessoas todas correram. Então, no Amazonas, em 30 dias, estava todo mundo vacinado. Este ano a frente fria demorou para chegar aos Estados do Sul. Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que são Estados que tradicionalmente vacinam mais, este ano diminuíram. O frio parece que está dando uma colher de chá lá para o... O Gabbardo veio para Brasília, e esfriou aqui.

Não é, Gabbardo?

O SR. JOÃO GABBARDO DOS REIS - Eu trouxe o frio.

O SR. MINISTRO MANDETTA - E as cidades onde o vírus começa a circular e há óbito entram naquele pânico coletivo.

As doses que nós contratamos já entregamos todas. Não há nem condição de chegar e dizer: *"Vamos pedir para o Butantan produzir"*. Não há. Existe na iniciativa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

privada. Nós podemos até ajudar o Prefeito em questão. Mas nós garantimos o medicamento, que é o chamado Tamiflu — esse é o nome comercial, eu não me recordo do nome do sal, perdoem-me a citação —, e as medidas de controle: lavagem de mãos, assepsia e antissepsia.

Mas volto a repetir: a vacina teria sido o mais correto. Tem que ver se esses casos de óbitos ocorreram entre aqueles que se vacinaram ou entre aqueles que estão fora da faixa. Eu vou pedir aos técnicos da vigilância em saúde que entrem em contato com os técnicos de Rondonópolis e vou comunicar ao gabinete de V.Exa. quais são as medidas que podem ser tomadas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Ministro, o senhor poderia deixar o nome de alguém que o Prefeito possa procurar?

O SR. MINISTRO MANDETTA - Wanderson, o Secretário Nacional de Vigilância em Saúde.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Então está registrado para o Prefeito.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Vou passar a V.Exa. tudo direitinho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - E está registrado para a população que está assistindo. A pressão é muito grande em cima dos Vereadores e dos Prefeitos.

O SR. MINISTRO MANDETTA - É, nós sabemos que, infelizmente, as pessoas procuram quando ocorre um caso. E, no caso das vacinas, elas ficaram disponibilizadas por quase 60 dias para todos os grupos. Alguns locais fizeram suas estratégias, vacinaram todos. Outros não fizeram. Agora, pode ser que tenham... Mas não é o intuito vacinar 100% da população. Nós vacinamos os chamados grupos de risco, aqueles que podem ter mais dificuldade com o vírus.

Quanto à abertura de faculdades de Medicina, houve uma expansão quantitativa no Brasil que é inédita no mundo. Em 2012, tínhamos 148 faculdades e, no intervalo de 2 anos, fomos para 323 faculdades. Nenhum país do mundo fez isso até hoje. Nós não temos nenhum registro de mestres, de doutores. Enfim, não temos nenhum registro de como isso vai se dar. Passamos de 12.800 vagas de vestibular para 35 mil vagas de vestibular, aproximadamente. Devemos formar 350 mil médicos por cada década, o que deve se estabilizar em torno de 1 milhão e 600 mil médicos com vida profissional útil. Esse é um número extremamente robusto! Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

somos o país que tem o maior número de faculdades no mundo. Temos mais que a China.

Nós precisamos, agora, ter um cuidado muito grande, Senador, com a qualidade, porque um médico malformado é capaz não só de causar um dano ao doente, individualmente, mas também de tornar o sistema de saúde caríssimo. É complicada a situação em que a caneta está na mão de um médico com baixa formação. Então, nós devemos trabalhar para certificar a qualidade dessas inúmeras faculdades que foram abertas e dar oportunidade àquelas que não tiveram de serem colocadas em locais mais apropriados.

Embora essa expansão tivesse, no início, o intuito de fazer a interiorização, a grande maioria dos cursos foram para o Estado de São Paulo, para os Estados do Sudeste. Então, aumentou a hiperconcentração nesses Estados clássicos. Temos hoje essa situação.

Aqui foi feito um relatório pelo Deputado Alexandre Serfiotis, em 2015 e 2016. Foi feita uma série de propostas que foram aprovadas e tramitam em nome da Comissão de Seguridade Social e Família, para não tramitarem em nome de ninguém, colocando regras para podermos ter três coisas: interiorização das cidades universitárias, qualidade do profissional e política. Essa política de expansão foi feita basicamente com a iniciativa privada. Hoje, nós temos mais de 70% dessas vagas na mão do ensino privado, e um volume enorme de alunos com o FIES.

Então, é preciso ter muito cuidado com médicos, se eventualmente malformados, e com dívidas muito grandes a pagar, porque o curso é extremamente caro. Então, hoje isso é matéria de discussão, é matéria hoje de muita preocupação. E esperamos, em breve, poder dar uma posição, mas eu não saberia dizer a V.Exa.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Ministro, desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. MINISTRO MANDETTA - É claro.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Estou com uma paciente que a nossa colega, a Deputada Soraya Manato, me pediu para ver. Ela está com glaucoma, mora em Goiânia, e eu vou vê-la aqui no DEMED.

Eu fiz uma solicitação a V.Exa. sobre a Portaria nº 395. Ela proíbe a utilização das emendas para compra de medicamentos. Os Prefeitos estão solicitando uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

flexibilidade disso. Então, eu queria saber agora se há possibilidade de se fazer isso, porque eu vou ter me ausentar.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Eu posso analisar, Deputado Hiran. Eu não saberei dizer de cabeça. Mas eu me lembro de que uma vez, numa discussão que eu tive, o que se dizia era assim, principalmente quando se tratava de hospital filantrópico: *"Não se pode colocar custeio numa diária que já prevê o custeio"*. Havia lá algumas coisas. Mas eu solicito a V.Exa. que me permita fazer o estudo para lhe responder com propriedade. Eu o faço por escrito.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Certo. Vou lhe encaminhar a pergunta oficialmente.

Obrigado, Sr. Ministro. O senhor me dá licença?

Sr. Presidente, V.Exa. me dê licença que eu vou dar uma saída para...

O SR. MINISTRO MANDETTA - Um abraço ao aniversariante do dia.

Parabéns! Parabéns ao Deputado Hiran!

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Obrigado. Quem quiser mandar um presente, o gabinete é o 478, viu, Ministro? *(Risos.)*

Obrigado.

O SR. MINISTRO MANDETTA - Nosso caro Deputado Bohn Gass, suas observações sobre o Plano Safra são pessoais, eu não saberia lhe dizer.

No ponto político, do teto dos gastos, digo que é duro consertar o déficit público. Sempre foi, não é? Talvez, se tivéssemos tido rigor orçamentário desde que começamos o País, não tivéssemos tido a necessidade de votá-lo.

Eu não acho que a saúde é uma ilha. Eu acho que nós estamos dentro de uma sociedade complexa, com um Governo que enfrenta extremas dificuldades. Já vi isso ocorrer, sei de onde isso veio. Estive aqui de 2010 a 2014 e, depois, de 2014 a 2018. Acompanhamos a queda do País em câmara lenta, por gastos públicos, normalmente, com uma política anticíclica que foi extremamente perniciosa, com subsídios, etc. E estamos pagando um preço. Eu acho que nós vamos passar um bom tempo para corrigir este País. E vamos passar por votações muito duras, que vai testar muito a capacidade de entendimento da função pública de cada um.

Eu desejo a esta Casa uma boa análise, uma boa discussão, para que se possa, um dia, dizer: *"Olha, eu não preciso disto aqui"*, para que saíamos desta discussão. *"Liberem os gastos."* Então, acaba com isso. *"Liberem os gastos, vamos*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos endividar." Não existe dinheiro público, existe o dinheiro que o Governo põe a mão no nosso bolso e saca através dos tributos, ou a dívida que ele faz para nós pagarmos, para o meu filho pagar, para o meu neto e o meu bisneto pagarem. Estado não produz. Estado, normalmente, retira em tributo ou gera dívida. A dívida gerada pelo nosso Estado está aí para quem quer ver. E o Estado vai ter que tomar medidas que são muito duras para a sociedade se adequar.

A questão dos médicos cubanos, nós entendemos. Diz-se basicamente: "*O médico cubano ia para lugares longínquos*". É verdade. Volto a repetir que trazer trabalhador, mas não trazer sua família; não lhe dar o direito de ir e vir; colocá-lo num lugar para trabalhar e dizer: "*Você só pode trabalhar se for nesta unidade. Naquela ali você não está autorizado*" é algo complicado.

Isto foi uma coisa para a qual nós alertamos muito: se a pessoa quiser ficar no Brasil, ela vai ter muita dificuldade. E foi o que aconteceu. O contrato com a Organização Pan-Americana da Saúde e o contrato da OPAS com Cuba não tinham cláusulas de distrato. Contrataram um serviço, fizeram um contrato entre partes, e os negociadores do trabalho dos médicos não tiveram sequer cuidado de colocar condições de distrato no contrato, de que seria dado aviso prévio de 30 dias. Não. Isso aconteceu de manhã, à tarde saiu, comunicou-se e, no dia seguinte, recolheu-se. E foram embora. As vítimas dessa negociação ficaram. Hoje estão aí, e nós vamos tratá-los com todo o caráter humanitário. Nós vamos dar a essas pessoas a principal razão pelas quais elas ficaram no País, nós vamos pagar o seu salário. Seja lá o que elas fizerem, elas terão liberdade, tal qual um profissional qualquer no Brasil.

É difícil para os Governos do mundo inteiro... É difícil, na Europa, levar um médico lá para cima da montanhazinha? É. Vai ser difícil para o Brasil colocar médicos no Xingu, no Brasil profundo, no Semiárido? Vai. Mas nós vamos fazer isso. Trata-se de uma decisão do Governo fazer isso amparado nos pilares de liberdade e proteção do trabalhador, que são temas da nossa Constituição, que garante os percentuais mínimos. Quase todas elas são PECs. Se o Ministro Paulo Guedes entende deste modo: "*Olhem, nós deveríamos desregulamentá-la*." Pode-se fazer isso. Coloca-se em votação. Eu acho que nós temos maturidade aqui na Casa.

Eu acho que, quanto à saúde, o SUS se impõe. Eu acho que, nesta Casa, eu não preciso mais de alguém que diga quanto a saúde bate à porta de cada um.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Bohn Gass, o senhor deve conhecer inúmeros aqui que eventualmente não são militantes da causa da saúde ou da educação, mas nunca vi ninguém, nenhum Parlamentar, pedir voto sem dizer que ia lutar pela saúde e educação. Eu nunca vi! Até hoje, eu nunca vi isso! Eu não estou dizendo isso como candidato, não. Desde quando eu tinha 18 anos, eu ia às reuniões para ouvir discursos, e os discursos estavam baseados na saúde e na educação.

O Orçamento tem hoje característica muito mais impositiva nas emendas e, parece-me, caminhando cada vez mais para a função primeira do Parlamento, para a qual ele foi criado, que é exatamente confeccionar, validar a peça orçamentária e fiscalizá-la. Eu acho isso secundário, mas eu gostaria muito que a saúde estivesse sendo privilegiada com ou sem a constitucionalização dos seus mínimos.

O Deputado Alexandre...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então, V.Exa. defende que se mantenha isso na Constituição?

O SR. MINISTRO MANDETTA - No caso da saúde, é o piso: menos do que isso não é permitido; só é permitido daqui para cima. Quando se coloca um piso, e o piso vira teto, também não é bom. Eu gostaria que nós tivéssemos critérios.

Eu não gosto nem desse texto que aí está. Nós lutávamos à época, Deputada Carmen Zanotto, para ter 12% para Estados, 15% para Municípios. Nós lutamos por 10% da receita bruta. Nós convertemos 10% da bruta, devido a um parecer inclusive, em que convencemos o Parlamentar, do próprio PT — não me lembro de quem era, mas acho que era o Deputado Rosinha —, na Comissão de Seguridade, que dava "x" por cento da receita corrente líquida, não era isso? Quando veio a PEC, o Governo negociou assim: *"Olhe, baixe isso, tire isso aqui, que eu voto o orçamento impositivo"*. Isso foi feito no Senado e depois veio para cá. Ali houve o grande problema para nós.

Essa questão de como se vai financiar a saúde no nível federal veio desde que nós ousamos colocar o desafio constitucional de que saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Não estou aqui falando de Governos anteriores por causa de questões políticas, mas, no Governo Collor, nós tínhamos 30% da Previdência. Hoje, quanto é o orçamento da Previdência? Pega-se 30%. Se fosse hoje, teríamos que ter um orçamento de 300 bilhões de reais. Mas nós temos um orçamento de 130





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhões de reais. Poderíamos dizer que, do Governo Collor para cá, perdemos 270 bilhões de reais.

Depois, veio o episódio do nosso ex-Ministro Jatene, que aprovou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira — CPMF. Na época, a saúde tinha 16 bilhões de reais. Entraram os 16 bilhões de reais da CPMF. Em vez de somá-los com os 16 bilhões de reais que já havia e ficar com 32 bilhões de reais, botou-se o dinheiro da CPMF, os 16 bilhões de reais, mas retiraram-se os 16 bilhões de reais da outra.

Depois veio a Desvinculação de Receitas da União — DRU, e nós lutamos inúmeros anos para ver se a desvinculávamos. Houve inúmeras votações, em todos os Governos, nos períodos Lula e Dilma inteiros, exatamente da mesma maneira, a ponto de o Presidente dizer: *"Mantém a CPMF, porque assim eu vou colocar mais dinheiro na saúde"*. Mas já se tinha perdido a credibilidade política ao longo do tempo.

Depois nunca mais se mexeu. Fez-se essa tentativa da Emenda Constitucional nº 29, que acaba na sua regulamentação, trazendo um grande problema para nós, porque, do jeito como ficou, nós partimos de um valor menor. Depois, veio a PEC 95.

Trata-se de um somatório de ações constitucionais, independentemente de Governos, todas elas sempre colocando a saúde e a educação... A educação conseguiu solucionar um pouco seus problemas pelo FUNDEB. Ela conseguiu se organizar um pouco com fundos mais consistentes. E ela é mais previsível e sofre menos pressão, porque menos crianças estão nascendo.

Há a outra política, que é a da saúde. Quando se fala que o envelhecimento da população nos obriga a fazer uma reforma da Previdência, a mesma população que envelhece e aciona a Previdência é a população que vai envelhecer e acionar o sistema de saúde. Nós temos uma dependência tecnológica. Nós queimamos a soja de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e metade do Paraná, e o nosso déficit aparece na balança com a nossa importação relativa à saúde.

Nós teríamos inúmeros motivos para dizer aqui que precisamos colocar mais recursos em saúde. Todos têm total capacidade e noção disso: V.Exa., a Deputada Carmen, o Deputado Alexandre. Mas vamos ter que solucionar o problema do caixa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do País. Parece-me que a votação está se avizinhando, e esta Casa vai ter que dizer para que lado nós iremos em termos de déficit público.

No caso do Deputado Alexandre Serfiotis, nós vamos terminar esta primeira etapa do Plano de Expansão. Volto a repetir que há nove, que são de um lote da mesma firma com a qual houve problema com projeto, que é o do Deputado Hiran.

No caso da Esclerose Lateral Amiotrófica — ELA, a terapia gênica está vindo aí. Todas essas doenças raras, depois do Projeto Genoma, vão passar a ter algum tipo de resposta. Antigamente, nós dizíamos: "*Diagnóstico brilhante; mas terapia, nada*". Hoje, nós estamos dizendo: "*Diagnóstico, terapia...*" E agora está vindo terapia gênica. Vai vir cura para muita coisa. O século XXI vai ser absolutamente fantástico, mas com o custo não diluído, com o medicamento sendo feito para aquela doença, para aquele doente, para aquela terapia. Então, esse vai ser o nosso grande desafio no século XXI.

Gostaria de receber os colegas, porque quero conversar sobre a construção, no País, de uma política nacional de genética, talvez com o Instituto Brasileiro de Genética. Acho que essas pessoas são extremamente qualificadas.

Quanto à rede federal, há seis hospitais no Rio de Janeiro e um hospital, que é o Grupo Hospitalar Conceição, no Rio Grande do Sul. Todos eles são hospitais públicos que consomem grandes quantidades de recursos públicos. Eles são mais caros que a maioria dos hospitais privados ou filantrópicos e sofrem, praticamente todos, do mesmo problema de não terem reposição de pessoal, de não terem concurso público há muitos anos. Os profissionais eram de carreira federal, mas não há mais carreira federal. Eles sofrem com contratos, vínculos.

O que o nosso Governo fez foi reconhecer que aqueles seis hospitais têm uma história no Rio. Estão entre eles o Hospital de Ipanema, o Hospital Federal da Lagoa, o Hospital Federal do Andaraí. O Hospital do Andaraí deve ser um dos poucos que não adianta reformar. Nesse caso, vamos ter que estudar, na região mesmo, a construção de um novo hospital, porque o atual é muito precário. Há ainda o Hospital Federal de Bonsucesso, o Hospital Federal Cardoso Fontes, sem contar os três institutos.

Em todos eles, nós estamos colocando o máximo que podemos colocar. Primeiro, fazemos o diagnóstico da situação, definimos a prioridade na solução dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

problemas. E vamos trabalhar nesses 4 anos para ir reconstruindo a qualidade daqueles hospitais que têm excelência nas suas áreas de atuação.

Acho que é isso, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço a presença de todos, especialmente do nosso Ministro Mandetta, nosso colega que faz um bom trabalho à frente do Ministério da Saúde.

Agradeço a presença do Arionaldo, o craque das finanças do Ministério da Saúde; e do Gabbardo, que ocupa a importante função de Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, que é quem de fato carrega o Ministério nas costas. Agradeço ainda a presença dos outros técnicos.

Quero dizer a todos aqui que eu tive uma passagem rápida pelo Ministério da Saúde. Pude ver quão eficiente, dedicado e de qualidade é o corpo técnico dos seus funcionários, aqui simbolizados pelo Arionaldo e pela Cleusa, que são pessoas que representam muito bem aquele corpo técnico de pessoas que têm uma vida inteira dedicada à saúde pública do nosso País.

Agradecendo a todos, damos por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2019.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Neto, Hildo Rocha, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Rodrigo de Castro e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro e Wellington Fagundes; e - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Rodrigo Coelho, Silvio Costa Filho, Weliton Prado e Zé Carlos. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Delegado Pablo, Liziane Bayer e Luis Miranda. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Marreca Filho, Orlando Silva, Paulo Azi, Vander Loubet e Zeca Dirceu; e os - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, do dia dois de julho de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) abriu a reunião e suspendeu em seguida. Às 15h28min, o Presidente reabriu os trabalhos e concedeu a palavra ao Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), que manifestou-se sobre acordo realizado na CMO com a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Às 15h33min, o Presidente anunciou que havia sido atingido o quórum regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 18 de junho a 02 de julho de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. **AVISO.** O Presidente informou que no dia 04 de julho, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 295/2016, que dispõe sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública, e, propõe a revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do orçamento federal, em atendimento ao **Requerimento n.º 08/2019-CMO**, de autoria do Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG), subscrito pelo Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 18.06.2019. E para aquela reunião, foram convidados para o debate o Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Soares; o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Mansueto Almeida; o Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Hélio Tollini; os Representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Federal de Administração; e o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto. Em seguida, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18, 19 e 25 de junho de 2019; e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de junho de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Apreciação de **Sugestões de Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.” **PLDO/2020.** O Presidente comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO, 64 sugestões de emendas, sendo 19 sugeridas ao Anexo de Metas e Prioridades, e 45 ao Texto da Lei. Das 19 sugestões ao Anexo de Metas e Prioridades, houve duas repetidas; e das 45 sugestões ao Texto da Lei, houve 11 repetidas. Voto: pela aprovação das 36 sugestões de emendas selecionadas, sendo 02 ao Anexo de Metas e Prioridades e 34 ao Texto da Lei. Em seguida, a Senadora Kátia Abreu (PDT/TO) informou que conforme acordo estabelecido na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO, foram selecionadas duas sugestões de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, sugeridas pelos Deputados Hiran Gonçalves (PP/RR) e Zeca Dirceu (PT/PR), bem como, todas as sugestões apresentadas ao Texto da Lei. E desta forma, foram selecionadas 36 sugestões, sendo 02 sugeridas ao Anexo de Metas e Prioridades e 34 ao Texto da Lei, e são a seguir relacionadas: **EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: 01** – Ementa: Melhorias Sanitárias Domiciliares; Programa: 2068 Saneamento Básico; Ação: 7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes; Produto: Município beneficiado (unidade); Acréscimo de Meta: 300. **02** – Ementa: CMO – Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CE, CAS, CI, CDR; Programa: 2080 Educação de qualidade para todos; Ação: 20RG Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; Produto: Projeto viabilizado (unidade); Acréscimo de Meta: 500. **EMENDAS AO TEXTO DA LEI: 03** - Ementa: Diretriz para Aumento do Salário Mínimo; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 21; Texto Proposto: Art. 22. Os reajustes do salário-mínimo para 2020 corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste e a título de aumento real, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2018. **04** - Ementa: Execução Provisória somente de Despesas Correntes; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 55 Inciso V; Texto Proposto: V - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses iniciados até a data de publicação da respectiva Lei; e **05** - Ementa: Regra de Ouro – Desp. Correntes Financeiras; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 20; Texto Proposto: Art. 20. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e a respectiva Lei poderão conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes FINANCEIRAS, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição. § 1º Os montantes das receitas e das despesas a que se refere o caput serão equivalentes à diferença positiva, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, entre o total das receitas de operações de crédito e o total das despesas de capital. § 2º A Mensagem de que trata o art. 10 apresentará as justificativas para a escolha das programações referidas no caput, a metodologia de apuração e a memória de cálculo da diferença de que trata o § 1º e das respectivas projeções para a execução financeira dos exercícios de 2020 a 2022. § 3º Os montantes de que trata o § 1º poderão ser reduzidos por meio de abertura de crédito suplementar nos termos do disposto no art. 40, por meio da substituição da receita de operações de crédito por outra fonte de recurso, observado o disposto no § 2º do art. 38. **06** - Ementa: CMO – EMENDA HEINZE I (ANTEFFA); Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 93; Texto Proposto: V – a extensão, nos termos da Lei, da Indenização de Fronteira de que trata a Lei nº



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

12.815, de 2 de setembro de 2015, aos servidores do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, em exercício de atividade em órgãos situados em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, observados os limites orçamentários constantes do anexo específico de que trata o inciso IV. **07** - Ementa: CMO – EMENDA HEINZE II (ANTEFFA); Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 93; Texto Proposto: V – a reestruturação remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art.47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, observados os limites orçamentários constantes do anexo específico de que trata o inciso IV; **08** - Ementa: CMO – Exército Brasileiro – TEXTO – Atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso I Item 63; Texto Proposto: ADICIONE-SE AO ANEXO III, APÓS O ITEM 63, DO PLDO 2019 (Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União) - Atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados (Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Decreto nº 3.665, de 20/11/2000; Lei nº 10.826, de 22/12/2003; Decreto nº 5.123, de 1/07/2004; Lei nº 10.834, de 29/12/2003). **09** - Ementa: Despesas que não serão objeto de limitação de Empenho; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso II Item 4; Texto Proposto: Incluir o Item 5 - Cria a seção V - Demais Despesas Ressalvadas, ; Despesas das ações vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia. **10** - Ementa: Despesas que não serão objeto de limitação de empenho; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso II Item 4; Texto Proposto: Cria a Seção III – Demais Despesas Ressalvadas; Despesas com ações vinculadas à função de Educação. **11** - Ementa: Abatimento dos investimentos e do minha casa minha vida da meta de resultado primário – CMO; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 3; Texto Proposto: Art.4º A meta de resultado primário a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante dos gastos relativos aos investimentos(GND4), cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2020 no grupo de natureza da despesas previsto no inciso IV do § 2º do art.6º desta lei e de dotações do minha casa minha vida previstas na loa de 2020. § 1º O montante de que trata o caput abrange, na execução da Lei Orçamentária de 2020, o valor dos respectivos restos a pagar. § 2º A Lei Orçamentária de 2020 observará, como redutor da meta primária, o montante constante do respectivo Projeto. **12** - Ementa: AERONÁUTICA (TEXTO) – PROJETO FX-2 (GRIPEN NG); Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso II Item 4; Texto Proposto: SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS: Item NN. Despesas com a Aquisição de Aeronave de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2 – Programa: 2058 / Ação: 14T0. **13** - Ementa: AERONÁUTICA (TEXTO) – PROJETO KC-X (DESENVOLVIMENTO); Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso II Item 4; Texto Proposto: SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS: Item NN. Despesas com Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton. - Projeto KC-X – Programa: 2058 / Ação: 123B. **14** - Ementa: Art. 69; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 69 Inciso I; Texto Proposto: c) construção, ampliação e reforma. **15** - Ementa: MCTIC – Priorização ao desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso I Item 63; Texto Proposto: 64. Priorização ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação (art. 218 caput e § 1º, da Constituição Federal). **16** - Ementa: MCTIC – Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 12 Parágrafo 1 Inciso II; Texto Proposto: III – os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. **17** - Ementa: Marinha do Brasil - Incluir, no Art. 2º, o parágrafo 2º, para ressaltar o valor do aumento de capital de empresas estatais não dependentes do cálculo da meta de déficit primário; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lei – Artigo 2 Parágrafo 1; Texto Proposto: § 2º O aumento de capital de empresas estatais não dependentes não será considerado nas metas de deficit primário, de que trata o caput, relativas ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e ao Programa de Dispêndios Globais. **18** - Ementa: CMO – Anexo III – Obras de dragagem da hidrovia do Paraguai / Paraná, incluídos os projetos de engenharia; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso I Item 63; Texto Proposto: 64. Obras de dragagem da hidrovia do Paraguai / Paraná, incluídos os projetos de engenharia. **19** - Ementa: CMO - assegurar alocação de recursos para cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE); Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 21; Texto Proposto: Art. 21-A. A alocação de recursos na área de Educação terá por objetivo, na Lei Orçamentária de 2020, assegurar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Parágrafo único. A alocação de recursos de que trata o caput deverá buscar a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi, nos termos da estratégia 20.6 do Plano Nacional de Educação. **20** - Ementa: CMO – garantir à concessão de subvenções econômicas e subsídios, considerados os custos de fiscalização e identificada a legislação que autorizou o benefício e sua fiscalização; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 11 Inciso VII ; Texto Proposto: Art. 11 § 3º As dotações destinadas à finalidade de que trata o inciso VII do caput deverão ser acompanhadas por programações orçamentárias específicas de fiscalização das subvenções econômicas e subsídios concedidos. **21** - Ementa: CMO – Lei Kandir; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 11 Inciso XV; Texto Proposto: Art. 11. ...§ 3º O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 conterá as dotações previstas nos incisos XV e XVI do caput, que corresponderão a, no mínimo, aos valores autorizados na Lei Orçamentária de 2018, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **22** - Ementa: CMO – OBRAS INACABADAS; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 10 Inciso VII; Texto Proposto: VIII - demonstrativo das programações relacionadas a obras ou serviços de engenharia cuja execução física esteja atrasada ou paralisada, com detalhamento que permita a identificação individual da obra ou serviço de engenharia correspondente e as razões para atraso ou paralisação. **23** - Ementa: CMO – relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 130; Texto Proposto: Art. 130-A. A União manterá cadastro informatizado para consulta de todas as obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com recursos federais, incluídos todos os orçamentos de que trata o art. 165, § 5º, da Constituição, e que apresentem valor global superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). § 1º O cadastro informatizado referido no caput será georreferenciado e conterá, no mínimo, os seguintes dados e atributos da obra: I - chave de identificação; II - referência geoespacial que permita a exata localização e representação cartográfica; III - tipologia para fins de classificação do tipo e do objeto de intervenção; IV - descrição das características de cada obra ou serviço; V - valor estimado da obra ou do serviço, apurado com base nos orçamentos constantes do respectivo projeto básico e referidos à sua data-base; VI - cronograma de execução, atualizado sempre que ocorrer fato que demande a celebração de aditivo ao contrato administrativo ou ao instrumento de ajuste para transferência voluntária; VII - programa de trabalho correspondente à alocação orçamentária de recursos federais para custear a obra ou o serviço, a cada exercício; VIII - identificação das anotações de responsabilidade técnica e dos registros de responsabilidade técnicas de cada projeto, orçamento, execução, fiscalização e supervisão ambiental da obra ou serviço, contemplando o histórico de responsabilidade técnica ao longo do empreendimento; IX - identificação das licenças ambientais requeridas e o seu termo; X - informações referentes à execução física e financeira; e XI - campos destinados a informar data da última atualização. § 2º A chave de identificação disposto no § 1º, I, é um código numérico único para o empreendimento, independentemente do exercício financeiro em que se lhe acudam recursos orçamentários, e deve permitir a identificação da obra em sua integralidade e conter extensão para individualizar o trecho,



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

subtrecho, lote ou serviço a ela associada que tenha sido objeto de licitação distinta. § 3º A referência geoespacial endereçada no § 1º, II, deve obedecer aos padrões definidos pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), instituída pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, para possibilitar a identificação do polígono, vetor ou coordenada geográfica, conforme recomendação para o tipo de empreendimento e sua dispersão espacial. § 4º A tipologia aludida no § 1º, III, deverá divisar construção, reforma, ampliação de capacidade e modernização, e o tipo de infraestrutura ou de unidade física destinada à prestação de serviços públicos. § 5º O cronograma de execução estatuído no § 1º, VI, deve contemplar ao menos o início e o término previsto para cada etapa ou serviço referenciado no orçamento da obra. § 6º A consulta de que trata o caput terá acesso público disponibilizado em sítio eletrônico. § 7º Os órgãos e as entidades que possuam sistemas próprios de gestão de obras realizarão a transferência eletrônica de dados para o painel informatizado a que se refere o caput. **24** - Ementa: CMO – CONSTRUÇÃO / ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BR 163 MT/PA; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso I Item 63; Texto Proposto: 64. Obras de construção / Adequação e Manutenção da BR 163 MT/PA. **25** - Ementa: CMO – Criação de cargos na Universidade Federal de Rondonópolis; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 93; Texto Proposto: Art. 93. ... (...) V - a criação de cargos, inclusive de direção, e funções gratificadas, para a Universidade Federal de Rondonópolis, criada pela Lei nº 13.637/2018. **26** - Ementa: CMO – Proteção do contingenciamento – Programa Nacional de Crédito Fundiário; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III – Inciso I Item 63; Texto Proposto: 65. Despesas relacionadas ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). **27** - Ementa: Acréscimo da aplicação Mínima em Educação pela taxa de crescimento; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 21; Texto Proposto: Art. 21-A. Para a execução orçamentária de 2020, é fixada como diretriz no âmbito das despesas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição a garantia de empenhamento mínimo de percentual equivalente ao montante executado em 2019, corrigido pela variação acumulada do IPCA de janeiro a dezembro de 2019 (ou julho de 2018 a junho de 2019) acrescido da taxa de crescimento populacional conforme estimada pelo IBGE. **28** - Ementa: Alocação de recurso na educação conforme PNE; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 21; Texto Proposto: Art. 21-A A alocação de recursos na área de Educação terá por objetivo, no Projeto e na Lei Orçamentária de 2020, o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **29** - Ementa: Art. 69; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 69 Inciso I; Texto Proposto: c) construção e ampliação. **30** - Ementa: Cumprimento das Metas do PNE e implantação do Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 21; Texto Proposto: Art. 22. A alocação de recursos na área de Educação, no Projeto e na Lei Orçamentária de 2019, terá por objetivo o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Parágrafo único. A alocação de recursos de que trata o caput deverá buscar a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi, nos termos da estratégia do Plano Nacional de Educação. **31** - Ementa: Prioridade das Metas Inscritas do PNE; Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 3; Texto Proposto: Parágrafo Único. Incluem entre as prioridades da administração pública federal para o exercício de 2012, as metas inscritas no Plano Nacional de Educação - PNE. **32** - Ementa: Priorização do PNE, Plano Brasil Sem Miséria e Igualdade e Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Tipo de Emenda: Modificativa; Referência: Corpo da lei – Artigo 3; Texto Proposto: Art. 3º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2020, atendidas as despesas contidas na Seção I do Anexo III, e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão as metas inscritas no Plano Nacional de Educação - PNE, as ações relativas a igualdade e ao enfrentamento à violência contra a mulher, as contidas no Plano Brasil sem Miséria - PBSM e aquelas estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023. **33** - Ementa: Priorização Recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço que abram o painel, para que sejam registradas as presenças. *(Pausa.)*

Peço que liguem os computadores, para os Parlamentares poderem registrar presença.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço aos Parlamentares que registrem presença no ponto, já que não estamos conseguindo usar os computadores para essa finalidade.

(Pausa prolongada.)

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Luiz Carlos do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, enquanto os colegas põem presença ali, eu queria dizer que nós fizemos um acordo para o Governo liberar 1 bilhão de reais para construções do Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu fui atrás disso hoje no Ministério, e está tudo parado, Sr. Presidente.

Eu acho que deveríamos cobrar isso do Ministro Paulo Guedes, porque não fizeram nada — nós aprovamos, e até agora não há resultados da parte deles.

O senhor podia, como Presidente, tentar ver se antecipa esse negócio para nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem total razão. Esse foi um acordo feito nesta Comissão a muitas mãos, em que estiveram à frente o Relator Deputado Hildo Rocha, o nosso Líder do Governo na Comissão, Deputado Claudio Cajado, a nossa Líder no Congresso Nacional, Deputada Joice Hasselmann, este modesto Presidente da CMO e vários outros Líderes.

Nós estamos esperando que o Governo cumpra com aquilo que foi acertado. Estamos começando a semana de trabalho hoje e faremos gestões no sentido de saber como estão essas decisões no âmbito do Executivo.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Declaro lidos os Expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aviso:

Informo que no dia 4 de julho, quinta-feira próxima, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada a reunião de audiência pública convocada com a finalidade de debater o Projeto de Lei Complementar nº 295, de 2016, que dispõe sobre as normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação da administração pública, e, propõe a revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do orçamento federal, em virtude da aprovação do Requerimento nº 8, de 2019, da CMO, de autoria dos Srs. Deputados Lucas Gonzalez, na 3ª Reunião Ordinária, em 18 de junho de 2019, alterado com a subscrição do Deputado Hildo Rocha e da Senadora Kátia Abreu, em atendimento ao disposto no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18, 19 e 25 de junho de 2019; 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de junho de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação da representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei nº 5/2019-CN, LDO 2020.

Foram recebidas dos membros da CMO 19 sugestões de emendas em Anexo de Metas e Prioridades e 46 emendas ao texto.

Algumas sugestões de emendas foram repetidas, totalizando assim 17 emendas foram sugeridas ao anexo de Metas e Prioridades e 36 de texto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunico aos Srs. Parlamentares que, segundo acordo estabelecido na reunião do Colegiado de Representante das Lideranças Partidárias na CMO, serão liberadas as emendas sugeridas.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, para falar sobre as emendas que foram fruto de deliberação na reunião do Colegiado de Líderes agora há pouco.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

Foram feitas 46 emendas ao texto e 19 emendas ao Anexo de Metas.

As emendas ao texto foram todas acolhidas. Quanto às relacionadas ao Anexo, após acordo de Líderes, decidiu-se eleger as seguintes ações: I - 20RG, que é a modernização da estrutura dos Institutos Federais de Educação do Brasil — a parte tecnológica, mas também a parte de equipamentos e de ampliação, reforma e construção; II - A7.652, que diz respeito à implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de doenças e agravos em localidades urbanas de Municípios com população até 50 mil habitantes, de autoria do Deputado Hildo Rocha. A primeira é de autoria do Senador Flávio Bolsonaro e do Deputado Zeca Dirceu — interessante a coincidência; achei ótimo, muito bom. *(Risos.)*

O Senador Jean Paul, do PT, também apresentou emenda para os Institutos Federais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Só uma correção, Senadora: a do Senador Flávio Bolsonaro é referente a apoio a infraestrutura básica, e não ao IFET.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Vocês estragam tudo, não é? Nossa! *(Risos.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É que foi feita uma citação que não conferiu com a verdade.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Desculpe. Está bem; não podemos nem ter paz neste País. *(Risos.)* Queremos, pelo menos na Comissão de Orçamento, pacificar.

Então está bem, a emenda é do Senador Jean Paul, do Rio Grande do Norte, e do Deputado Federal Zeca Dirceu, do Paraná.

Obrigada pela correção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão as propostas de emendas da CMO ao Anexo de Metas e Prioridades e as propostas ao texto do Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que é a LDO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

As emendas estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação, na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Não havendo nenhuma matéria extrapauta, declaro encerrada a nossa reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2019.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO. Esta reunião foi convocada para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 295/2016, que dispõe sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública, e, propõe a revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do orçamento federal, em atendimento ao **Requerimento n.º 08/2019-CMO**, de autoria do Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG), subscrito pelo Deputado Hildo Rocha (MDB/MA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 18.06.2019. Foi sugerido, inicialmente, os seguintes convidados para o debate: 1. Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Soares; 2. Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Mansueto Almeida; e 3. Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Hélio Tollini. E posteriormente, foi aprovada a inclusão dos seguintes convidados para o debate: Representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Federal de Administração; e do Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Cacá Leão, Dagoberto Nogueira, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Márcio Marinho e Misael Varella; e - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, Júnior Mano, Leônidas Cristino, Marcelo Nilo, Rodrigo Coelho e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Claudio Cajado. **ABERTURA:** às dez horas e quinze minutos, o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), declarou iniciada a reunião e destacou a finalidade da audiência pública. Em seguida, convidou para comporem a Mesa de trabalhos o autor do **Requerimento n.º 08/2019-CMO**, Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG); o Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Soares; o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Mansueto Almeida; o Vice-Presidente Operacional do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Aécio Dantas Júnior; o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, Sr. Felipe Scudeler Salto; e o Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Hélio Tollini. Logo após, informou que o Presidente do Conselho Federal de Administração não iria comparecer em virtude de reuniões em Florianópolis. E ainda, transmitiu as escusas do Presidente da Comissão, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), pela ausência, por estar tratando de assuntos de caráter inadiáveis. Em continuidade, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os palestrantes disporiam de vinte minutos para fazerem as suas exposições, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo serem aparteados. Entretanto, sendo cinco expositores, o Presidente em exercício informou que seria dado, a cada um, 10 minutos, prorrogáveis e sem possibilidades de apartes durante a exposição. E conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do *mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Em sequência, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e esclareceu que seriam ouvidos todos os expositores e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Lucas Gonzalez e subscrito pelo Deputado Hildo Rocha, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, em 18 de junho de 2019.

Antes foi solicitada alteração do requerimento pela Senadora Kátia Abreu e pelo Deputado Hildo Rocha.

Neste momento, eu convido para compor a Mesa o Deputado Lucas Gonzalez, autor do requerimento; o Dr. Hélio Tollini, Consultor do Orçamento da Câmara dos Deputados; o Dr. George Soares, Secretário de Orçamento Federal; o Sr. Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional; o Sr. Aécio Dantas Júnior, representante do Conselho Federal de Contabilidade; e o Sr. Felipe Scudeler Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Peço aos convidados que tomem assento à mesa.

Informo que o Presidente do Conselho Federal de Administração enviou *e-mail* comunicando a impossibilidade de atender ao convite, tendo em vista reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia de Presidentes em Florianópolis.

Eu também queria justificar a ausência do nosso Presidente, Dr. Marcelo Castro, nosso Senador, que me ligou agora para dizer que tinha que cumprir outro compromisso e pedir que eu viesse presidir, na minha condição de 1º Vice-Presidente, esta reunião. Portanto, ele está cumprindo outro compromisso, no qual era indispensável a sua presença, e nós vamos conduzir esta reunião.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso II, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E, de acordo com o art. 94, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição.

Conforme o estipulado no art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações das exposições estão disponíveis na página da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Eu proponho aos Deputados que nós ouçamos 3 dos palestrantes e depois abramos a palavra para os inscritos. Os 3 respondem, depois nós ouvimos os outros 3 palestrantes, e eu abro novamente para os inscritos.

V.Exas. preferem ouvir todos, e depois eles respondem? *(Pausa.)*

Então ouviremos todos os palestrantes e depois daremos a palavra aos inscritos.

Vou passar a palavra ao autor do requerimento, que dará as boas-vindas aos nossos palestrantes.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Bom dia a todos.

Os palestrantes são bem-vindos à Comissão Mista de Orçamento.

Presidente, obrigado pela oportunidade.

Esta audiência pública vem ao encontro de duas grandes necessidades. A primeira delas é conhecermos melhor o assunto. Essa nova legislação — já não tão nova assim, pois vem desde 2016 sendo conversada — já vem madura do Senado e, na Câmara dos Deputados, aguarda a Comissão Especial ser criada para debatermos o mérito, aprimorarmos e entendermos melhor do assunto.

Esta audiência, como eu disse, tem importância para conhecermos melhor o assunto. Mais do que isso, faço um apelo ao Presidente, aos colegas, aos Deputados Claudio Cajado e Hildo Rocha, bem mais experientes do que eu, para que, a partir desta audiência, possamos nos mobilizar politicamente para criar, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial que pretende exaurir o tema e, assim, levar à votação e — por que não? — à aprovação essa temática que, a meu ver, fará bem para as finanças públicas do País.

Então, o meu muito obrigado.

Agora ouviremos os nossos expositores.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem.

Começo convocando o primeiro orador, Sr. Hélio Tollini, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. HÉLIO TOLLINI - Bom dia.

Primeiramente, queria agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Dagoberto Nogueira, bem como ao Deputado Lucas Gonzalez pela iniciativa de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

convocar esta audiência em um momento, a meu ver, muito oportuno, pois este é um projeto importante e que há algum tempo está nesta Casa, mas até agora não houve o início das discussões relativamente a ele.

Na minha exposição, eu vou dar uma visão geral do projeto. Normalmente, eu faço minhas apresentações em 45 minutos, mas, como tenho 10 minutos, vou dar apenas uma visão geral. Depois, evidentemente, os Secretários e os palestrantes vão ter a oportunidade de aprofundar alguns tópicos mais especificamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

O conteúdo dessa lei é o que nós chamamos de gestão das finanças públicas. Trata-se de uma lei complementar de finanças públicas, que regula todos os tópicos enquadrados aí. Então, vai desde o planejamento, a LDO, ao processo orçamentário, à elaboração, apreciação e execução da Lei Orçamentária. Depois há a questão dos fundos, da contabilidade, dos controles interno e externo e do controle social. Então, essa é a temática da lei. Portanto, é uma lei extremamente abrangente.

Em 2009, quando nós começamos a mexer com essa lei, qual era o diagnóstico que nós tínhamos em relação à situação das finanças públicas do Brasil, ao marco legal? A avaliação era de que o marco legal era muito ineficiente e precisava ser atualizado, melhorado, aprimorado. Esse diagnóstico lógico é compartilhado por muitos especialistas.

O PPA, um instrumento inadequado para alocação dos recursos públicos no médio prazo, é algo que não se pratica mais nos países desenvolvidos. A Lei Orçamentária irrealista, com muito mais despesas do que a capacidade do Estado, situação que agora está bem melhor por conta do teto de gastos. Os problemas com os investimentos públicos, que são malformulados, mal-elaborados, malselecionados, malpriorizados. O acúmulo de restos a pagar. A própria ausência dessa lei complementar, levando a que muitos dispositivos, que deveriam ser permanentes, sejam colocados anualmente nas LDOs. Então, a LDO fica uma lei inchada, com quase 100 artigos, todo ano repetindo a mesma coisa. E a falta de convergência com os padrões internacionais. Esse foi o nosso diagnóstico naquele momento lá atrás.

Quais foram as premissas que deram origem às discussões iniciais?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiramente, houve o diagnóstico de que nós deveríamos tratar o tema por projeto de lei complementar, e não por uma PEC de finanças públicas, porque naquele momento ninguém ousaria falar em PEC de finanças públicas.

Hoje a situação é diferente. Está tramitando uma PEC sobre a impositividade das emendas de bancada e outra PEC relativa à regra de ouro. Eventualmente, então, essa situação poderia ser diferente hoje.

Outra premissa foi importantíssima, e aqui tem muita confusão. Às vezes recebemos alguma crítica a esse projeto: *"Ah, mas não tem isso; não contempla aquilo, não contempla aquilo outro"*. Mas, na verdade, no Brasil nós temos a LRF, que é uma lei muito conhecida de responsabilidade fiscal, e é uma lei que abrange as regras fiscais e as regras de transparência. Essa lei aqui é diferente, e nós temos que traçar uma linha que separe as atribuições das duas leis. E essa linha é muito difícil de traçar, muitas vezes, porque alguns tópicos são processos e procedimentos orçamentários, mas, ao mesmo tempo, também são regras fiscais ou regras de transparência. Então, temos que ter muito cuidado, para evitar que haja duplicidade em termos de conteúdo dessa lei e de conteúdo da LRF.

Outra premissa é a de que um dos principais avanços que nós precisamos ter no nosso processo orçamentário é o da introdução da visão de médio prazo. Hoje em dia, no Brasil, o Orçamento é feito com o olhar apenas no ano seguinte e na execução do próprio ano. Nós ficamos sempre olhando o curto prazo e deixamos de tomar atitudes hoje que poderiam ajudar a solucionar o nosso problema de médio prazo. O mais interessante e contraditório em relação a isso é que a maioria das medidas que são aprovadas nesta Casa, relativas às receitas ou às despesas orçamentárias, têm impacto plurianual. Então, o Congresso aprova uma mudança, na legislatura, que vai impactar 3 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos para a frente, e nós continuamos olhando apenas 1 ano na frente. Há uma inconsistência em relação a isso.

Quanto à questão do realismo orçamentário, por muitos anos nós tivemos despesas muito acima do que o Orçamento comportava.

Na questão da visão sistêmica, nós precisamos organizar alguns sistemas que fazem parte da gestão das finanças públicas.

E a referência internacional. O Brasil tem que ser ambicioso. Nós não podemos nos contentar em fazer as coisas mais ou menos. Nós temos que procurar fazer as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coisas de acordo com as melhores práticas internacionais. Se os países-membros da OCDE, os países desenvolvidos, encontraram soluções que são eficazes para eles, por que nós não podemos utilizar a experiência deles e, adaptando para nossa realidade, introduzir essas mesmas soluções que eles têm lá fora aqui?

Quanto à tramitação dessa lei, vou falar bem rapidamente. Ela se originou em 2009, lá no Senado. Por uma coincidência, três Senadores tiveram a iniciativa. Com a diferença de 1 mês, de maio para junho, três projetos foram apresentados. Depois esses projetos foram relatados na CCJ, depois foram relatados na CAE no Senado, e foi aprovado o substitutivo do Senador Ferraço. Esse substitutivo foi aprovado em junho de 2016, exatamente 3 anos atrás. O projeto foi encaminhado para a Câmara, e, em novembro de 2016, o então Presidente Rodrigo Maia criou uma Comissão Especial destinada a analisar esse projeto de lei complementar. De lá para cá, infelizmente, não houve andamento. A Comissão não foi instalada no sentido de designação dos seus membros e de seus Presidentes.

Bem rapidamente, em relação ao conteúdo da proposta, a primeira tela diz respeito ao Plano Plurianual, o PPA. O PPA é um instrumento que nós temos que, infelizmente, nunca encontrou a sua verdadeira função. Ele deveria servir para alocar os recursos públicos a médio prazo. Apesar das diversas tentativas que foram feitas e dos diversos formatos que o PPA adotou, desde 1989 até hoje, nenhum desses formatos foi eficiente em termos de uma alocação de recursos no médio prazo.

Nós temos algumas propostas em relação ao PPA. A primeira delas é esta: queremos que o PPA seja baseado no plano de campanha do candidato que for eleito Presidente, Governador ou Prefeito. Então, ele assume compromissos publicamente durante a campanha, e esses compromissos têm que estar refletidos no plano de governo dele.

Outra proposta: nós queremos aproveitar o PPA para introduzir algo que nós não temos no Brasil. Nós não sabemos qual é o objetivo de longo prazo da nossa política fiscal. Esse objetivo não está expresso em lugar nenhum. Não há transparência em relação a isso. Isso não consta da LRF. Houve até um artigo aprovado em relação a isso, mas depois ele foi vetado. Então, há uma lacuna no nosso ordenamento fiscal. Nós não sabemos, publicamente, com transparência,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quais são os objetivos de longo prazo do País. Por isso é que nós queremos introduzir no PPA esse anexo de 10 anos.

Em relação aos projetos de investimento, é um problema sério que nós temos. A forma como se tomam as decisões relativas aos investimentos do Brasil é extremamente precária. Não há um normativo, não há metodologia, não há procedimentos definidos na legislação. Mais ou menos, cada Ministério faz de um jeito. Cada Ministério é autônomo para tomar suas decisões, desde que isso caiba dentro dos limites que são colocados pela Secretaria de Orçamento. Não há um comparativo muito preciso: quais são as vantagens econômicas e sociais de adotar um, e não adotar o outro? Quais são as repercussões disso? Então, nós queremos, por intermédio desta lei, que haja essa definição metodológica, de normas, de procedimentos, em relação aos projetos.

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu não vou me estender muito porque acredito que o George vai falar a respeito disso, mas a mudança que queremos é no sentido de fortalecer a LDO como predeterminador do marco fiscal. A nossa ideia é de que as receitas sejam estimadas na LDO e que, a partir da estimativa feita na LDO, a Lei Orçamentária tenha que obedecer ao que está definido na LDO. É importante frisar que a última palavra continuaria sendo do Congresso Nacional. Ao aprovar a LDO e definir a receita do exercício seguinte, o Congresso Nacional estará determinando ao Poder Executivo que adote aquela estimativa de receita.

Em relação à Lei Orçamentária, apenas rapidamente vou falar de uma questão de transparência. Nós colocamos alguns elementos para estimular o conhecimento dos impactos de médio prazo das decisões que são tomadas anualmente. Então, nós estamos pedindo um cronograma de execução dos projetos de investimento, nós estamos exigindo que o impacto, que a soma desses investimentos plurianuais, que o impacto disso, em termos fiscais, seja estabelecido na tabela fiscal, para sabermos o tanto que isso está comprimindo o espaço fiscal futuro e mais algumas coisas para clarear um pouco o Orçamento, como, eventualmente, a retirada, do Orçamento da União, das receitas que não pertencem à União. Se as receitas são repartidas, se uma parte delas é de Estados e Municípios, para que eu vou colocá-las no Orçamento da União? Não faz sentido esse ponto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre a tela seguinte também eu vou falar rapidamente. Acredito que o Secretário Mansueto deva falar sobre a execução, sobre classificadores e sobre contabilidade. Na execução, eu destacaria a ideia, em relação a Restos a Pagar, de restringir a inscrição em RAP e de fortalecer os mecanismos de cancelamento de RAP, de enrijecer o momento em que os gastos têm que ser baixados de Restos a Pagar.

A próxima tela se refere aos classificadores orçamentários. Bem rapidamente esclareço a ideia aqui. O Orçamento brasileiro é o orçamento mais poluído do mundo. Eu tenho alguma experiência com orçamentos de outros países. De todos que eu conheço, nenhum deles chega perto do Orçamento do Brasil em termos de complexidade. Se você pega o Orçamento brasileiro e o dá a um leigo, a um cidadão brasileiro, para olhar, ele provavelmente vai conseguir entender pouquíssima coisa. É cheio de coluna, é cheio de sigla, é cheio de tabela, é cheio de coisa, e o cidadão acaba não conseguindo entender o que está ali. Então, a proposta aqui é limpar o *layout* da Lei Orçamentária, deixar na Lei Orçamentária apenas os classificadores básicos, que são adotados por todos os países. Os outros classificadores ficariam nos sistemas informáticos, com toda a transparência. A execução seria plena, e todas as despesas, classificadas, por todos os classificadores que nós temos hoje.

Em relação à contabilidade pública, além do Mansueto, temos aqui também o representante do Conselho Federal de Contabilidade. Eu não vou comentar nada, apenas o que é a nossa proposta, em linha com o que o Tesouro já vem fazendo há alguns anos: é a de privilegiar o patrimônio público. É uma mudança de mentalidade na questão orçamentária do setor público.

Em relação ao controle, já me encaminhando para o final, este projeto minimiza a parte do controle externo, porque o Tribunal de Contas já tem lei orgânica e tal. Em relação ao controle interno, nós definimos os objetivos, as finalidades. Esta lei também dispõe sobre o controle social, o controle do cidadão, dos gastos dos respectivos entes federados.

Em relação a custos, esta lei também inova: ela introduz a necessidade de geração periódica de informações de custos, uma informação muito importante para o gestor, para ele saber onde está havendo desperdício. O que todos nós queremos, no fundo — falo da luta dos gestores do Poder Executivo —, é justamente procurar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

locais para economizar. Então, a informação de custos é um instrumento que possibilita isso.

A avaliação é muito importante. Nós estamos introduzindo aqui — infelizmente, o termo consagrado está em inglês — o *Spending Review*, que seria a revisão dos gastos. É um procedimento que tem sido adotado em vários países. Periodicamente, é feita uma revisão dos gastos. A partir dessa revisão, identificam-se ineficiências, identificam-se legislações que precisam ser alteradas. Então, esse instrumento nós queremos reproduzir, para que a avaliação de programas não seja algo inócuo. Diversas entidades fazem a avaliação de programas, mas a questão é: o que eu faço com o resultado dessas avaliações? Então, nós queremos condicionar o processo de avaliação ao processo fiscal, nós queremos que a avaliação seja feita com objetivo fiscal, desde o primeiro momento em que é pensada.

As minhas últimas telas dizem respeito ao que não consta desta lei complementar. Eu destaco dois pontos que estão fora. Primeiro, está fora a questão plurianual, porque nós não podemos, por lei complementar, evidentemente, alterar a Constituição. Infelizmente, a Constituição brasileira diz que o Orçamento é anual e que eu não posso assumir compromissos plurianuais.

Eu sempre uso o exemplo da ponte. Se aqui no Brasil o Governo Federal resolver construir uma ponte entre dois Estados, essa ponte vai ter que ser aprovada pelo Congresso Nacional cinco vezes, seis vezes, sete vezes, oito vezes. Enquanto estiver em andamento a obra de construção da ponte, o Congresso Nacional tem que aprovar a construção do segmento dessa ponte. Em outros países, o Congresso aprova a construção da ponte uma única vez. A partir do momento em que o Congresso aprovou a construção da ponte, o Executivo tem a liberdade de executar aquela construção durante 5 anos, 6 anos, 7 anos, sem necessitar mandar a proposta de volta ao Congresso. Quando nós falamos, aqui no Brasil, de obras inacabadas, uma das razões é a nossa forma de fazer o Orçamento, por exercício financeiro, sem olhar para o futuro.

Outro ponto que está fora do projeto: nós estamos chamando de Quadro das Despesas de Médio Prazo. Os elementos básicos desse quadro estariam colocados aqui no projeto. O projeto não tem nada que impeça a adoção do Quadro das Despesas de Médio Prazo, mas ele poderia avançar no sentido de definir o modelo de Quadro das Despesas de Médio Prazo que o País poderia adotar. A importância





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Quadro das Despesas de Médio Prazo é a seguinte: permitiria a interação entre o processo fiscal, que é um processo de cima para baixo, definindo limites de médio prazo — não só o teto global de despesas, mas também tetos por área temática —, e, junto com isso, construiria uma programação orçamentária, vinda de baixo para cima, vinda de cada órgão. Então, o gestor do Ministério da Agricultura ou do Ministério da Infraestrutura já saberia com antecedência, provavelmente, quanto teria de recursos nos anos seguintes, teriam uma capacidade de predição muito maior do que a que tem hoje, o que facilitaria a gestão de determinada área.

Numa outra tela aqui eu coloco as alterações eventuais que poderiam ser discutidas, mas são todos temas muito técnicos, que eu não vou colocar agora.

Enfim, a minha apresentação era essa. Evidentemente, a tramitação desses projetos está disponibilizada nos *sítes* da Câmara e do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu que agradeço, Dr. Hélio.

Eu queria pedir aos palestrantes que trouxeram documentos que, se puderem, deixem cópia para nós, para podermos distribuí-la. Hoje, quinta-feira, nós temos aqui a presença do Deputado Lucas, do Deputado Hildo, do Deputado Cajado, que é o Líder do Governo nesta Comissão, da Deputada Dra. Soraya Manato e do Deputado Bohn Gass. Outros Deputados, provavelmente, vão chegar ainda. Seria importante que toda a Comissão recebesse esses documentos que vocês estão apresentando para nós.

Eu convido agora o outro palestrante, o Dr. George Soares, Secretário de Orçamento Federal, para falar por 10 minutos.

O SR. GEORGE SOARES - Obrigado, Presidente.

Agradeço ao Deputado Dagoberto, o Presidente da Mesa, pelo convite, bem como ao Deputado Lucas Gonzalez e aos meus colegas de Mesa, o Dr. Mansueto Almeida, o Dr. Hélio Tollini, o Dr. Aécio Dantas e o Dr. Felipe Salto, da IFI.

Primeiro, eu queria dizer ao Dr. Tollini que nós temos discutido o projeto desde as primeiras versões. Realmente, ele é um salto em vários sentidos, em relação ao que nós temos hoje. Isso é mais uma questão sobre a qual o Ministro Guedes tem solicitado estudos. Já começamos a conversar com o Parlamento sobre o aumento do grau de liberdade do próprio Parlamento, para dar mais poder ao Parlamento, em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

termos de alocação. Essas duas facetas vão se unir. Aqui você tem instrumentos mais poderosos para orçar, só que ainda hoje nós temos muita limitação nas despesas, porque 94% das despesas da União são vinculadas ou indexadas a alguma coisa. Então, para possibilitar, no futuro, que o Parlamento tenha essa liberdade e consiga atuar em cima dessas inovações aqui, há de se fazer uma alteração mais profunda.

Bem, eu vou tentar ser objetivo e falar sobre alguns pontos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar sobre o Título III, Do Processo Orçamentário, e sobre os classificadores, já que o Mansueto está aqui, além do representante da Contabilidade e da IFI.

Bem esse é o objeto do projeto. O Tollini já explicou longamente todos os itens, toda a extensão desse projeto.

Uma coisa interessante é a atribuição nova que é dada à LDO. Nas diretrizes orçamentárias, nós temos uma atribuição nova, que é, como o Tollini começou a colocar, o montante a ser gasto com projetos e investimentos plurianuais já aprovados. Inclusive, na LDO para 2020, nas primeiras versões do parecer do Deputado Cacá Leão, já há alguma coisa nesse sentido. Na própria emenda do orçamento impositivo, a Emenda Constitucional nº 100, e na PEC paralela, que vai andar, que está agora no Senado para que seja feita a adequação daqueles incisos da Emenda 100, já há alguma previsão de projetos plurianuais. É na mesma direção. Então, entende-se que o Parlamento já está avançando nessa direção.

Aqui mostramos que é importante ter o espaço fiscal disponível. Como o Tollini comentou, nós temos um problema de continuidade de investimentos muito sério, de parada e de investimentos inacabados. Bem, saliento que nesse projeto há um novo prazo para o envio da LDO: 30 de abril. Isso coaduna um pouco com a lógica de que as receitas vão estar na LDO. Isso talvez seja uma coisa a ser pensada, dada a distância que nós temos ainda, muito longa, entre a preparação da LDO e a execução do Orçamento do ano seguinte. Então, esse é um ponto que temos batalhado para entender se é a melhor solução mesmo.

Também há a lógica — e isso é uma coisa que avança muito — da regulamentação da incidência do PLDO em caso de não votação. Hoje nós temos uma lacuna legal: em caso de atraso na votação da LDO, não há uma regra clara de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como será feito o Orçamento. Por questão histórica, acaba se fazendo sobre o projeto de lei, mas isso não é bem definido. Aqui na lei estaria bem definido que seria em cima do projeto de lei. É uma grande segurança para o gestor. Hoje existe uma insegurança jurídica sobre como mandar o Orçamento se a Lei de Diretrizes não for aprovada.

Nós temos também algumas regulamentações, como a do prazo para envio de mensagem modificativa do PLOA, que hoje não está em lei. Está previsto na Resolução do Congresso, mas com a regulamentação já se passa para uma posição legal.

Uma coisa importante é a abrangência das receitas orçamentárias. O Tollini colocou o ponto principal. Eliminam-se as receitas que não são da União. Hoje nós temos um problema, um impasse com as transferências constitucionais. Basicamente, se eu tenho aumento de receita durante o ano, eu tenho que transferir para Estados e Municípios, porque é assim que a Constituição prevê, só que eu tenho que pedir autorização ao Congresso para fazer uma coisa que já é legal. Ao não se transformar isso em algo da União, a transferência fica automática. Na verdade, o recurso não é da União, o recurso é de Estados e Municípios. Isso é bem interessante. Também fica clara a emissão de papel-moeda e as operações de crédito por antecipação de receita. Melhora um pouco a definição atual.

A abrangência do Orçamento Fiscal também fica um pouco mais clara. Não se incluem os conselhos de fiscalização. Aqui há uma questão: as entidades de direito privado. Esse é um ponto a ser discutido, por causa do Sistema S. É uma discussão extensa. Ainda não temos um consenso total sobre esse ponto. O Sistema S não está incluído hoje, mas existe uma ala, no próprio Parlamento, que entende que deveria estar. Essa é uma coisa a ser debatida pelo próprio Congresso.

O anexo de projetos plurianuais, como eu já comentei, está previsto. Isso vai ser uma grande inovação, isso é interessante. Já há um teste na LDO para 2020, alguma coisa inicial sobre esse assunto. Então, já é uma coisa que pode ser testada, mesmo antes do projeto, que já está sendo discutida aqui.

Sobre a lógica da atualização da estimativa de receitas, já houve um avanço, por causa do próprio teto de gastos e das próprias resoluções do Congresso quanto à evolução das estimativas durante a tramitação. O teto de gastos permite uma estabilidade um pouco maior quanto a isso. Só que aqui nós temos uma proposta: a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de fazer — era o que eu estava comentando — a estimativa da LOA, da Lei Orçamentária Anual, ser igual à da LDO. Seria uma questão de meses, o que faz uma diferença razoável em termos de expectativas. Não é nada insuperável, é realmente uma coisa que precisa de um pouco de ajuste até metodológico por parte das equipes.

Bem, novas regras para emendas. Na verdade, algumas dessas regras já estão em resolução do Congresso, só que existe essa lógica de atividade de manutenção administrativa, uma coisa que realmente tem que ser muito bem definida. Nós temos um escopo, dentro do Executivo, do que seria isso. Ele até é publicado nos *sítes* de economia, mas é um conceito um pouco fluido do que significa a manutenção dos órgãos. Isso pode dar alguma questão para os próprios Parlamentares: o que seria essa delimitação?

Nós temos ainda outro ponto importante, que é a antevigência da lei. Hoje isso está regulado pela LDO. Ou seja, o que acontece se a Lei Orçamentária não for aprovada até o final do exercício, com possibilidade de ser executada desde o dia 1º de janeiro? Hoje isso é definido na LDO. É realmente uma questão complicada, do ponto de vista de gestão, porque a cada ano se pode mudar a regra, e isso faz diferença para os contratos. Aqui na lei complementar se está colocando essa delimitação. Lembro que isso tem sido uma disputa conceitual entre o Executivo e o Congresso. O Executivo, normalmente, pede que os investimentos sejam executados durante a vigência; o Congresso, normalmente, não aceita essa posição. Está sendo consolidada na lei essa posição, que, do ponto de vista prático, dada a quantidade de Restos a Pagar, acaba não tendo tanta influência. Porém, é uma coisa a se pensar. Se se quisesse realmente reduzir a quantidade de Restos a Pagar, poderia, sim, criar problema de continuidade para os projetos no começo do ano — se nós conseguíssemos o intento de reduzir a quantidade de Restos a Pagar.

Bem, está sendo proposta a regulamentação da classificação da receita, que é correta. Elas serão estabelecidas pelos órgãos centrais, da forma como é hoje, só que hoje isso é uma tênue interpretação da lei. Aqui estaria mais claro. Na verdade, é dada uma garantia ao gestor sobre isso.

Apesar de o Tollini ter falado sobre a classificação da despesa, nós também entendemos que, nesse caso da regulamentação da classificação de despesa, talvez não fosse o caso de subir para uma lei complementar algumas classificações,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

por menores que elas sejam. Poderia ficar um pouco mais fluida a alteração dessas classificações, inclusive nesse sentido de simplificar. Por mais que algumas estejam classificadas — existem as classificações por esfera, institucional, programática etc. —, poder-se-ia pensar em deixar isso um pouco mais para a regulamentação infra.

Para não estourar o meu tempo, eu corri. Era isso o que eu tinha a falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Obrigado, Dr. George.

O próximo expositor é o Dr. Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. MANSUETO ALMEIDA - Bom dia a todos.

Quero começar agradecendo o convite desta Comissão ao Deputado Dagoberto Nogueira e, ao Deputado Lucas Gonzalez, por trazer à tona o debate desta nova Lei de Finanças Públicas, que é muito importante.

Vale lembrar que a peça mais importante de uma democracia é o Orçamento. A proposta orçamentária é feita pelo Poder Executivo, que a envia para o Congresso Nacional. Mas esta Casa é que vai definir, no debate orçamentário, o que vai ser importante, o que vai ser executado, quais são os projetos de investimento de que o País mais precisa. O Poder Executivo tem o papel de indicar isso na proposta que envia ao Congresso, mas a palavra final do que será este País, de quais são os projetos mais importantes e relevantes, é dada por esta Casa.

Em todo o arcabouço do processo orçamentário ainda estamos presos a uma lei de 1964, a Lei 4.320. De 1964 até hoje já houve um avanço muito grande na contabilidade pública, e isso precisa estar refletido em uma nova lei de finanças públicas. A proposta que está aqui é de atualizar, de modificar, de aprimorar essa Lei Orçamentária de 1964. Qual é o grande ganho? O grande ganho para a sociedade e para o Congresso Nacional é transparência. Subsídios serão dados aos Parlamentares, para tomarem uma decisão com mais embasamento, com mais transparência, com mais informação.

Eu vou destacar alguns pontos, não vou entrar em pontos específicos da lei. Vou destacar o ganho do ponto de vista do planejamento e da transparência e da melhoria do trabalho dos Parlamentares, que, em última instância, é que decidem o que é importante para o País e para a execução orçamentária e financeira anual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro ponto. No nosso arcabouço de planejamento orçamentário, além da Lei nº 4.320, de 1964, nós temos o PPA, o planejamento de todos os projetos importantes para o Governo num ciclo de 4 anos; nós temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, em que se estabelecem os grandes parâmetros e a meta, por exemplo, de resultado primário; e nós temos a Lei Orçamentária Anual, em que se detalham receita e despesa, a partir dos parâmetros da LDO, para serem compatíveis com a meta fiscal. Apesar de tudo isso, apesar de, no papel, o Brasil ter um dos projetos de planejamento e execução de orçamento mais avançados do mundo, ele deixa muito a desejar. Por exemplo, muitas vezes, quando o Orçamento é decidido nesta Casa, um Parlamentar ou uma bancada faz uma proposição, um projeto de investimento importante, mas aquele projeto de investimento que foi aprovado na Casa se transforma em Restos a Pagar, passa 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos sem ser executado. No ano passado, o Tesouro Nacional pagou parte do Orçamento de 2010! No ano passado nós ainda estávamos pagando conta, ainda estávamos pagando projetos e ações de algo que tinha sido aprovado em 2010! Em pleno ano de 2018! Entre outras coisas, isso ocorre porque não existia nenhuma regra de cancelamento de Restos a Pagar.

O saldo de Restos a Pagar se tornou um volume tão grande que passou a ser quase um orçamento paralelo. Se pegarmos a execução de investimentos feita pelo Governo Federal nos últimos anos, veremos que mais da metade do que é efetivamente pago, de investimento, é execução de Restos a Pagar. Muitas vezes, nós estamos pagando investimento que foi decidido a 4 ou 5 anos atrás. Um Parlamentar desta Casa, que tem todo o direito de decidir, no ciclo anual, quais são os projetos mais importantes para o País, muitas vezes tem a sua decisão comprometida porque se está executando algo que foi decidido 3 ou 4 anos atrás.

Esta nova Lei de Finanças Públicas é um normativo que melhora o acompanhamento de Restos a Pagar, inclusive com regras de cancelamento. Se não é o ideal, esta Casa vai decidir o que é o ideal. Precisamos pelo menos fazer com que volte a tramitar esse projeto, para esta Casa decidir: *"Eu quero esta regra para Restos a Pagar. Eu quero tais e tais regras para o controle de Restos a Pagar"*. O Executivo tem muito pouco poder para normatizar isso. Isso tem que ser trazido para dentro do marco regulatório mais amplo. É o que se propõe nesta nova Lei de Finanças Públicas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PPA é hoje o instrumento mais longo de planejamento que existe no arcabouço de planejamento e execução orçamentária do Governo Federal, é um plano para 4 anos. Só que o PPA tem imensos problemas. Ele tem problema de mensuração, por exemplo. Cada projeto que entra no PPA tem que ter uma unidade de medida. Muitas vezes, a unidade de medida não está disponível no âmbito anual. Muitas vezes, a unidade de medida foi apurada pelo Censo. Então, você coloca um projeto no PPA com base numa unidade de medida que não pode ser, de fato, mensurada anualmente, e o controle fica deficiente. Muitas vezes, você aprova a colocação de vários projetos no PPA, e os projetos que estão no PPA não se comunicam com a execução financeira e orçamentária. Por exemplo, um programa incluído no PPA, muitas vezes, eu não consigo identificar na execução financeira. Do que adianta eu elaborar uma peça com vários programas que são prioritários, se, na execução ao longo do ano, o gestor ou mesmo o Parlamentar tem dificuldade de identificar a gestão anual do orçamento com os programas que são prioritários e que estão no PPA? Esse tipo de deficiência, com o debate desta lei, podemos solucionar.

A LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é anual, mostra a receita projetada para o ano fiscal seguinte, a despesa e a meta de resultado primário. Mas qual é o tipo de receita? Qual é a receita que vai crescer e qual é a receita que vai cair? Normalmente, quando o Governo tem uma frustração de receita, o impacto no Orçamento e o eventual contingenciamento dependem do tipo de receita que está perdendo. Quando a perda de arrecadação do Governo se concentra nas contribuições, a perda para o Governo Federal é maior, porque 100% da receita de contribuições é do Governo Federal. Quando, às vezes, a perda da receita vem de um imposto compartilhado, perde o Governo Federal, perde o Estado e perde o Município. Quando a perda é em um imposto, isso afeta não só o Governo Federal, como também a parcela que é compartilhada com o Estado e com o Município.

O detalhamento maior da receita e da despesa nós começamos a fazer este ano na LDO, mas isso não é obrigatório, não é exigido pela lei em vigor. Com esta nova Lei de Finanças Públicas, o Congresso pode exigir do Governo Federal, já na LDO, que ele faça uma abertura maior da receita e da despesa. Isso vai dar muito mais clareza para os Deputados e os Senadores, quando receberem a LOA, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicarem melhor eventuais problemas, eventuais faltas de recursos para alguns projetos importantes.

Cito algo muito importante: no Brasil, nós nos concentramos muito no Orçamento Anual. É muito importante, é essencial olharmos para um prazo mais longo. É outra exigência que esta nova Lei de Finanças Públicas faz. Por exemplo, aqui do lado há uma discussão grande sobre a aprovação da reforma da Previdência Social. Vamos supor — e eu espero — que o Brasil aprove a reforma da Previdência. Aprovando a reforma da Previdência, o Brasil abrirá mais espaço para o investimento público em 2020, em 2021, em 2022. No Tesouro Nacional eu tenho esse controle. Aqui não há. Mas o Congresso deveria ter esse controle. O Congresso deveria saber o seguinte: *"Eu estou fazendo uma modificação importante, uma reforma constitucional que vai alterar a velocidade de crescimento de uma despesa importante, que é mais da metade do gasto do Governo Federal"*. A despesa com Previdência, com RGPS, equivale a mais da metade do gasto público federal, tirando a conta de juros. Se colocarmos a Previdência dos servidores públicos federais, nós estamos falando de mais ou menos ou de quase 60% da despesa primária — são 55% ou 56%. Mais da metade do gasto do Governo Federal está definido por leis, mais da metade da despesa que o Governo Federal fará em 1 ano já está previamente definida pelas regras da Previdência. Por isso que a discussão aqui ao lado é tão importante.

Mas há uma discussão adicional. Mesmo com a reforma da Previdência, qual será o espaço para investimentos nos próximos 2 anos, 3 anos, 4 anos? Esse tipo de pergunta, no nosso debate orçamentário anual, não está respondida, mas poderia ser facilmente respondida se fizéssemos projeções, já na discussão da LDO, para os 4 anos seguintes. Um Deputado, que tem um mandato de 4 anos, quer pelo menos saber se nós vamos ter que fazer um esforço fiscal maior no início do Governo; se, com as emendas e os projetos para a Região Norte, para a Região Nordeste, para a Região Sul e demais, vai haver espaço para aumentar o investimento na parte final do Governo, nos últimos 2 anos de governo. Esse tipo de controle, que hoje não existe, pode ser facilmente introduzido, se tivermos mais clareza no debate.

Há outras modificações importantes nesta nova Lei de Finanças Públicas, que, novamente, ajudam o debate.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Hoje está escrito no papel: se pegarmos o que existe escrito sobre Restos a Pagar e o que está aprovado no Orçamento, temos hoje, para executar projetos de investimento — que são superiores a 100 bilhões de reais —, um *pool*, quer dizer, um volume de investimento para executar que é superior a 100 bilhões de reais. Qual será o investimento público da União este ano? Na melhor das hipóteses, com muito otimismo, não vai passar de 40 bilhões, de uma despesa não financeira, de uma despesa primária do Governo Federal que este ano será de 1 trilhão e 410 bilhões. Repetindo: a despesa primária programada para este ano, depois do contingenciamento que houve, de quase 30 bilhões, é de 1 trilhão e 410 bilhões. Desses 1 trilhão e 410 bilhões, o investimento público será algo, na melhor das hipóteses, entre 35 bilhões e 40 bilhões de reais. No próximo ano vai melhorar? Não. No próximo ano, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência, o espaço fiscal que o Governo terá para fazer investimento não é muito superior ao do investimento que ocorrerá este ano. Sem a reforma da Previdência, partimos para uma situação em que será impossível cumprir o teto dos gastos, e o ajuste fiscal terá que vir de aumento de carga tributária ou inflação. E ninguém quer nem uma coisa nem outra. Dado que ninguém quer aumento de carga tributária, porque o Brasil já tem carga tributária alta, e ninguém quer que a inflação volte, para ser feito um ajuste forçado da contabilidade pública, do equilíbrio fiscal, cabe a nós como sociedade, por meio desta Casa, em que há Deputados e Senadores, representantes legítimos da sociedade, ver como fazer o ajuste fiscal de forma gradual.

Por isso é tão importante avançarmos na transparência do Orçamento e dar muito mais informação para os Parlamentares que estão nesta Casa. Hoje temos um ajuste fiscal que não será feito em 1 ano, que não será feito em 2 anos, que não será feito em 3 anos. Vale lembrar que a LDO que foi enviada para esta Casa em maio faz projeção de que até o final do Governo Bolsonaro, até 2022, nós teremos déficit primário do Governo Central. O que significa isso? Este País está com déficit primário desde 2014. Se aqueles parâmetros que estão na LDO, e se aquelas projeções até 2022 de fato ocorrerem, significa que nós teremos um ciclo de 9 anos com as contas no vermelho — 9 anos com as contas no vermelho!

Quando teve uma crise fiscal, na segunda metade dos anos 90, o Brasil teve 1 ano de déficit primário — 1 ano. Quando o Brasil, no segundo Governo Fernando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Henrique Cardoso, fechou um programa com o FMI e teve que fazer um ajuste fiscal, o Brasil teve 1 ano isolado de déficit primário. E o déficit primário do Governo Central naquela época foi mais ou menos de 0,25% do PIB. Agora nós estamos falando de um déficit primário — é a meta deste ano — de 139 bilhões de reais, o que é equivalente a 1,9% do PIB. Já é o sexto ano de déficit primário, e nós teremos mais 3 anos de déficit primário.

A situação ainda é muito dura — ainda é muito dura —, mas, claramente, é possível reverter. Apesar do cenário tão negativo, com déficit primário, o mercado já está sinalizando que acredita no ajuste fiscal do Brasil, que acredita nesse debate aqui ao lado, que acredita que a reforma da Previdência vai ser aprovada e que gradualmente vamos fazer o ajuste fiscal. Isso já está se traduzindo nos leilões semanais de títulos públicos. As taxas de juros que o Governo paga para vender um título e se financiar têm caído todas as semanas, o que já reflete duas coisas: que o Brasil vai aprovar a reforma da Previdência e que o Governo vai cumprir com o teto dos gastos. Cumprindo com o teto dos gastos, digo novamente, o Governo só voltará a ter superávit primário a partir de 2023 ou 2024. Esse cronograma pode ser um pouco antecipado? Pode, porque nós podemos ter uma surpresa do lado da arrecadação. Mas se houver surpresa do lado da arrecadação e o primário voltar mais rápido, como é que o Parlamentar, que tem o direito de acompanhar tudo isso, vai saber e vai poder tomar decisão sobre as leis orçamentárias anuais que ele vai aprovar para 2020, 2021, 2022? Quais são os projetos mais prioritários e quais terão que ser sacrificados? Vale a pena nós começarmos um projeto novo, sendo que o custo total, em 3 anos, vai ser de 10 bilhões de reais, 12 bilhões de reais, ou terminar projetos que já estão em execução e estão parados?

Há projetos importantes sobre os quais muitos Deputados, conhecidos meus desta Casa, reclamam. Por exemplo, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida eles dizem o seguinte: *"As construtoras começaram a obra, acreditaram na promessa do Governo; a obra está parada, e o dinheiro não está sendo pago"*.

Há projeto de desenvolvimento regional em que se prometeu que determinada emenda seria executada, mas a emenda foi aberta, está parada e não está sendo paga. Isso torna difícil a vida de todo mundo: a vida do Governo, a vida do Parlamentar, porque ele quer o melhor para o seu Estado, para o seu Município, e a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vida dos produtores das empresas, porque, quando começam uma obra que estava contratada, que estava prevista no Orçamento, de repente, o dinheiro não chega.

Com essa nova Lei de Finanças Públicas, vai-se dar muito mais organicidade ao Plano Plurianual de Investimentos, que está todo no PPA, vai-se dar muito mais organicidade à Lei de Diretrizes Orçamentárias, com uma abertura muito maior e com planejamento fiscal para os próximos 4 anos, 10 anos, e se vai ter um controle muito maior também na Lei Orçamentária Anual. Inclusive, com essa nova Lei de Finanças Públicas, nós vamos ter um acompanhamento melhor do que chamamos de estoques de ativos e passivos do setor público.

A Lei Orçamentária Anual faz previsão dos fluxos de receita e despesa, quanto o Governo vai arrecadar e quanto vai gastar no ano. Mas o que falar daqueles diversos fundos públicos que existem e dos ativos que o Governo tem, que eventualmente podem ser vendidos ou não? Qual é o valor desses ativos? Qual é o valor de passivos potenciais? Isso tudo não é avaliado hoje no nosso normativo orçamentário-financeiro. No nosso normativo orçamentário-financeiro, discutimos anualmente com o Congresso. Não há previsão, por exemplo, do estoque de fundos e de ativos que o Governo tem e eventualmente pode vender, do estoque de passivos. Essa nova Lei de Finanças Públicas permite isso, o que é muito importante.

Hoje nós perdemos o controle do número e do valor dos fundos públicos que existem. O Brasil tem hoje mais de 220 fundos. Ninguém tem a mínima ideia do valor desses fundos e como é a contabilidade de cada um.

Há cerca de 1 semana, eu estava sentado com um grupo de Deputados e Senadores, que me fizeram a seguinte pergunta: *"Quanto tem do chamado Fundo Social para ser gasto este ano? Porque nós escutamos que, no Fundo Social, há mais de 20 bilhões de reais"*. Eu disse: *"Zero!"* Por quê? Porque todo esse dinheiro que entrou no Fundo Social, ao longo dos anos anteriores, já foi contabilizado com a receita primária, já ingressou no Orçamento de anos anteriores. Se eu pegar 100 reais do Fundo Social hoje e gastar, eu tenho que fazer um contingenciamento de 100 reais, porque o dinheiro já entrou em orçamentos anteriores. Na contabilidade, eu tenho mais de 20 bilhões de reais hoje, mas, no fundo social, não se pode gastar absolutamente nada. Se for gastar 1 bilhão de reais, o Governo vai ter que fazer um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

novo contingenciamento de 1 bilhão de reais, porque ele não tem a fonte do orçamento do ano que já entrou nos anos anteriores.

Do total de fontes que o Governo tem, o que de fato tem a possibilidade de ter gasto, de ter remanejamento? Esse tipo de questão, esse tipo de debate nós não temos, porque a nossa lei orçamentária, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é focada excessivamente na arrecadação e na despesa ao longo do ano, não olha a situação patrimonial mais ampla do Governo Federal. Com a nova Lei de Finanças Públicas, nós vamos poder fazer isso.

Eu não quero me alongar muito, mas quero apenas destacar que a primeira versão dessa lei começou no Senado Federal, em 2009. Nós estamos em 2019. Essa lei não tem grandes controvérsias. Ao contrário, o Parlamento, na discussão nesta Casa, poderá fazer uma série de modificações e exigências que vão aumentar a transparência e a possibilidade de os Deputados e Senadores influenciarem muito mais no Orçamento e de cobrarem um controle muito maior.

Da forma que o Orçamento funciona hoje, baseado em uma lei de 1964, muitas vezes, nós temos alguns pontos cegos. Temos de normatizar esses pontos por meio de reuniões do Tesouro Nacional, em grupos técnicos de trabalho, com Estados e Municípios. Por exemplo, imaginem um Estado que pega um depósito judicial de terceiro. Quando ele pega um depósito judicial de terceiro, como é classificada aquela receita? Não tem concordância para isso. É uma operação de crédito? Se ele pegou um depósito judicial de terceiro, ele vai ter de devolver. Aquilo é uma operação de crédito? Alguns Estados dizem que é uma operação de crédito porque vai ter de devolver, mas não é porque não houve acordo mútuo.

Em coisas simples como essa, às vezes, leva-se semanas e meses para tentar colocar no papel um consenso. Se tivéssemos uma atualização da Lei de Orçamento, de 1964, e a chance de se fazer isso, nesta Casa, teríamos muito mais clareza, e V.Exas. teriam muito mais controle sobre o Orçamento e sobre o Governo Federal.

Volto a insistir: a peça mais importante do País não é a decisão do COPOM; não são as decisões do Banco Central; não são operações *swap*; não é nível de reserva. O mais importante para o País é o que vai influenciar a vida de todos nós é a discussão do Orçamento. A discussão do Orçamento ocorre nesta Casa, e são as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

decisões de Deputados e Senadores que definem, basicamente, quais são as prioridades do Governo, a partir de uma proposta enviada pelo Poder Executivo.

Hoje, afora termos um problema de acompanhamento do Orçamento, que poderia ser substancialmente melhorado pela proposta dessa nova Lei de Finanças Públicas, nós devemos ter em mente que nós precisamos ir muito além. O que é ir muito além? Já destaquei aqui que a despesa programada para este ano é de 1 trilhão e 410 bilhões de reais. A despesa discricionária programada para este ano, a despesa não obrigatória, é de 98 bilhões de reais. É o mesmo valor de 2009. É como se, desde 2009, a despesa que não é obrigatória tivesse ficado constante. O nível de investimento público hoje do Governo Federal está indo para 35 bilhões, 40 bilhões de reais. Em 2014, a valores de hoje, estava próximo de 90 bilhões de reais. Nós cortamos pela metade os investimentos públicos. Estamos numa situação fiscal ainda grave, com ajuste fiscal a ser feito que ainda vai levar alguns anos.

Para que o debate nesta Casa seja transparente, para ajudar os Deputados e Senadores a definirem o que é prioritário para este País, nós precisamos ter muito mais transparência, ter relatórios melhores. Precisamos mostrar o comportamento da despesa com pessoal, da despesa com Previdência, o que está programado para os 3, 4, 5 anos. E essa lei exige isso. Hoje, um Deputado pode tomar uma decisão sobre aumento salarial, sem saber qual será o impacto em 3 anos, 4 anos. Uma das despesas que mais está crescendo neste ano é com pessoal, que este ano vai crescer entre 22 bilhões e 24 bilhões de reais. E a decisão de aumento de despesa com pessoal, que é a segunda despesa que mais vai crescer este ano depois da Previdência, foi tomada em 2016. Em 2016, foi aprovado um aumento salarial para 2016, 2017, 2018 e 2019. A segunda despesa do orçamento federal com maior crescimento este ano teve a sua decisão tomada em 2016.

Se em 2016 tivesse ficado mais claro para os Deputados e Senadores: *"Olha, essa decisão vai impactar até 2019, e o crescimento vai ser tanto..."* Isso foi apresentado ao longo do debate nas Comissões? Foi, mas isso não foi mostrado aos Deputados e Senadores na Lei de Diretrizes Orçamentárias anual, que poderia ter mensurado os impactos pelos próximos 4 anos, 5 anos, 10 anos. É esse tipo de discussão e de transparência que essa lei permite.

Então, vou terminar por aqui. Depois, fico aberto para responder perguntas, mas, novamente, nós não podemos perder, como sociedade, a chance de retomar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

debate desta lei que vai aumentar o poder do Congresso em decidir sobre o Orçamento e controlar o Orçamento do Poder Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem. Muito obrigado, Dr. Mansueto.

Passo a palavra ao Dr. Aécio Dantas Júnior, representante do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe de 10 minutos.

O SR. AÉCIO DANTAS JÚNIOR - Senhoras e senhores, bom dia. Quero saudar o Deputado Dagoberto Nogueira e o Deputado Lucas Gonzalez. Por intermédio deles, eu cumprimento todos os demais componentes desta Mesa.

Eu queria fazer um agradecimento especial ao Deputado Hildo Rocha pela sugestão de convidar o Conselho Federal de Contabilidade para participar desta audiência pública.

Queria reafirmar o que foi colocado aqui pelo Secretário Mansueto, quando *(falha na gravação)*. Ela vem evoluindo bastante, passou por profundas modificações. E faço um breve histórico *(falha na gravação)* de um incansável *(falha na gravação)*.

Em 2008, faço aqui um breve histórico, o CFC editou um documento chamado *Orientações Estratégicas para Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Esse documento tinha como premissas principais o fortalecimento conceitual da contabilidade e também uma primeira sinalização para um processo de convergência das normas para os padrões internacionais.

O principal objetivo não era outro *(falha na gravação)* reforçando o entendimento de que o campo de aplicação da ciência contábil era o patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - A sua pasta está encostando no botão que desliga o microfone.

O SR. AÉCIO DANTAS JÚNIOR - O.k.

De lá para cá, desde a publicação desse documento, tivemos outros marcos extremamente importantes: a publicação, no dia 25 de agosto de 2008, da Portaria nº 184, que determinava à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência às normas internacionais de contabilidade, publicadas pela Federação Internacional de Contadores — IFAC.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Naquele momento essa convergência aos padrões internacionais deixava de ser uma estratégia do Conselho Federal de Contabilidade e passava a haver a obrigação legal dos entes públicos de observarem — inclusive, no momento em que se fazem normas, legislação — os padrões internacionalmente adotados na contabilidade aplicada ao setor público.

Naquele mesmo ano, ainda em 2008, o Conselho Federal editou as dez primeiras IPSAS, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, alinhadas aos padrões internacionais. Depois, teve a 11ª norma, que era uma norma específica de custos. Em 2015, entendendo todo esse processo de evolução da contabilidade internacional e tendo em foco a convergência, foi tomada a importante decisão de adotar literalmente as IPSAS, que são as normas internacionais editadas pela IFAC.

Aí começou um trabalho extremamente importante, um trabalho feito em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje nós já temos 22 normas convergidas aos padrões internacionais, a NBC TSP 00 até a 021, e temos cinco normas em audiências públicas — inclusive, o prazo acaba agora no dia 17 de julho. Isso demonstra um trabalho de evolução da contabilidade visando a convergência aos padrões internacionais, às normas IPSAS, que são publicadas pela IFAC

Esse trabalho é feito a várias mãos, no Tesouro Nacional, capitaneado pela Subsecretária de Contabilidade, a Dra. Gildenora, que nos dá o prazer de estar presente aqui, com o apoio irrestrito do Secretário Mansueto, e também com um grupo assessor de notórios especialistas na área da contabilidade e finanças públicas, formado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Essa parceria só teve esse sucesso porque ficam claramente evidenciadas as distinções, a segregação de atribuições entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Secretaria do Tesouro Nacional, competência normativa do Conselho Federal de Contabilidade determinada pela alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946. Esse dispositivo, essa alínea "f", incluída pela Lei Federal nº 12.249, de 2010, deixa claro que é função do Conselho Federal de Contabilidade editar Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas para atuar no setor privado, ou também no setor público.

E à STN, como órgão central de contabilidade do Governo, do Poder Executivo federal compete estabelecer instruções, procedimentos, interpretações e manuais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como muito bem tem feito, com base nessas normas que são publicadas pelo CFC, para a operacionalização, para a aplicação dessas normas. Os manuais são publicados pela STN. O *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP*, já está em sua oitava edição e é um objeto de estudo, de pesquisa de todos aqueles que vivem, que militam na área de orçamento, de finanças e contabilidade aplicada ao setor público.

Então, um exemplo claro dessa segregação de atribuições, dessa convivência de sucesso e harmônica do Tesouro Nacional com o Conselho Federal é a própria Portaria STN nº 634, de 2013, que dispõe, em seu art. 2º, que a STN promoverá a gestão da implantação, no âmbito da Federação, dos procedimentos contábeis das entidades do setor público, observadas as normas emitidas pelo CFC, e isso será feito por meio de normativos, orientações técnicas, a exemplo dos manuais que muito bem têm sido publicados pela STN.

Agora, feita essa abordagem histórica da evolução da contabilidade pública, eu gostaria rapidamente de partir para alguns pontos específicos do PLP 295/16. Como premissa — e acho que foi muito bem colocado pelo Dr. Hélio —, eu entendo essa preocupação que devemos ter para que não haja conflitos de leis. Hoje, vivemos um momento totalmente diferente daquele em 1964, quando foi publicada a Lei nº 4.320. Hoje, há a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Acesso à Informação e também uma série de normas que interferem em situações relacionadas ao controle. Então, tudo isso já está disciplinado, e não haveria sentido trazermos isso de volta para o texto deste PLP. É muito importante que, nesse momento, tenhamos esse cuidado para que não haja redundância e conflito na legislação.

Vou partir especificamente para alguns pontos, são rápidos os quatro pontos que anotamos.

No título que trata especificamente da contabilidade, no art. 58, entendemos, por força do que já colocamos a respeito da competência normativa do Conselho Federal de Contabilidade, ser necessário inserir de forma clara e direta a observância às normas editadas pelo CFC. Então, aqui, o texto atual estabelece que a contabilidade deverá observar as normas específicas editadas pelo órgão central de contabilidade do Poder Executivo federal, as quais buscarão, subsidiariamente, a convergência às normas brasileiras de contabilidade. Pelo que já expomos com relação à questão da competência normativa e da segregação de atribuições e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

funções, entendemos que deve ser explícita a competência normativa do Conselho Federal neste dispositivo mencionado, que é o art. 58.

Ainda nesse título, no Capítulo V, que trata dos serviços de contabilidade, entendemos ser necessário criar uma exigência para que os órgãos públicos tenham servidores efetivos ocupando cargos de contadores. A carreira de contador público é imperiosa para assegurar a continuidade dos serviços desempenhados pela contabilidade sem eventuais interferências políticas, preservando, assim, a fidedignidade e a confiabilidade das informações — e sobretudo assegurando a transparência das contas públicas. Esse é outro ponto importante que nós queremos deixar aqui registrado.

No Título VIII, no Capítulo II, nos dispositivos que tratam do controle interno, mais especificamente no art. 72, entendemos ser necessário que a lei estabeleça uma qualificação mínima ou formação profissional adequada para o exercício da função. Deve ainda deixar explícito que as atividades de controle devam ser exercidas com absoluta independência e autonomia. E só para dar um exemplo, remetemo-nos ao art. 71, em que o PLP estabelece as funções específicas do sistema de controle interno. Dentre elas, existe a atividade de auditoria, que, no exemplo que queremos dar, se for uma auditoria contábil, precisa obviamente ser exercida por algum profissional da contabilidade legalmente habilitado.

Por último, no Capítulo V, ainda nesse mesmo título que disciplina as questões de informações de custos, também fazemos uma ressalva com relação à observância das normas brasileiras de contabilidade editadas pelo CFC.

Por fim, Srs. Deputados, queremos agradecer o convite para participar desta importante audiência e dizer que estamos à inteira disposição.

Eu conversava ontem com o nosso Presidente, o Presidente Zulmir, sobre a ideia de formarmos um grupo de apoio que pode trabalhar junto com a Comissão Especial que será criada nesta Casa. Podemos congregiar profissionais indicados pelo Tesouro Nacional, profissionais de notório saber na ciência contábil, nas finanças públicas, para ajudar a Comissão Especial, quando ela for criada.

Por ora é o que temos a contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Obrigado, Dr. Aécio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu convido agora o último palestrante, o Dr. Felipe Scudeler Salto, da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal — IFI, para usar da palavra por 10 minutos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Vice-Presidente desta Comissão, o Deputado Dagoberto Nogueira, pessoa na qual cumprimento todos os Deputados presentes.

É sempre importante para a Instituição Fiscal Independente participar de audiências públicas como esta, porque a IFI é um órgão novo, criado em novembro de 2016, inspirado no Congressional Budget Office dos Estados Unidos — CBO, que existe desde os anos 70 com o objetivo de ampliar a transparência das contas públicas. Então, participar de eventos como este nos ajuda a divulgar o trabalho que tem sido feito sobre a nova Lei de Finanças Públicas, tão essencial para que se possa aprimorar o arcabouço de finanças públicas no Brasil.

Quero também cumprimentar o Secretário Mansueto Almeida, meu amigo — temos publicações conjuntas —, e quero fazer coro com o que ele disse aqui. Nós estamos numa situação gravíssima. O quadro é muito sério. O déficit primário deste ano vai ser de 139 bilhões, no mínimo. A dívida pública cresce de maneira sistemática, e o principal fator a alimentar essa dívida é o déficit primário. É claro que a despesa com juros é elevada, já diminuiu muito, mas ela é consequência desses déficits primários.

O contexto, então, da nova Lei de Finanças é justamente criar um arcabouço e uma harmonização das regras fiscais que permitam ao Congresso ter maior controle e planejamento. A ideia-força da minha fala, que pretendo seja rápida, é planejamento e projeções fiscais.

Para que o Congresso possa se planejar bem, ele precisa projetar bem — o Executivo também — e fazer as projeções de receita para que possa fixar de maneira clara, de maneira fidedigna e de maneira transparente as despesas.

A Instituição Fiscal Independente vem colaborando nesse sentido, porque nós temos feito mensalmente o relatório de acompanhamento fiscal e publicado projeções tanto para as variáveis macroeconômicas, como o PIB, a inflação e os juros, quanto para as variáveis fiscais. Nós já temos hoje inclusive uma parte do que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

está previsto e preconizado na nova Lei de Finanças Públicas, que é fazer cenários macrofiscais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu quero destacar um ponto muito importante da lei. Ela traz uma dimensão de elaboração de cenários tanto para 10 anos, que é o que se chama de longo prazo — no nosso caso, de fato, 10 anos é até longuíssimo prazo, porque não sabemos nem o que vai acontecer no ano que vem... O risco de se descumprir o teto de gastos em 2022, pelas nossas contas, é altíssimo, e o risco de haver déficits primários ainda até 2025, idem. Nossas projeções mostram que nós só vamos sair do vermelho em 2026. A dívida pública ainda passa de 78,8% do PIB para 85,5%, nas nossas projeções, até 2025 ou 2026, quando estabiliza e começa a cair, desde que se aprove uma reforma da Previdência, equivalente a 80% — é a nossa premissa no cenário base — dos valores originalmente previstos na PEC da Previdência, que está sendo relatada nesta Casa.

O *spending reviews* é o segundo ponto que eu quero destacar no projeto. Também quero cumprimentar o Hélio Tollini, que é a principal cabeça por trás desse projeto. Ele estuda os temas há muito tempo. Então, é algo sobre o que os Srs. Deputados e Srs. Senadores devem se debruçar em detalhe para que nós possamos avançar nesse arcabouço institucional de finanças públicas.

O *spending reviews* é a chamada revisão periódica de gastos. Hoje, no Brasil, nós estamos no piloto automático. Então, todo ano vem o contingenciamento orçamentário, ajusta-se a despesa ao longo do ano e consegue-se cumprir a meta de resultado primário. Essa estratégia vai acabar rapidamente.

Nós fazemos projeções na IFI que mostram que a margem fiscal, quer dizer, o pedaço da despesa discricionária que daria para cortar é só de 100 bilhões. Dentro disso, 75 bilhões é incompressível, porque não se pode apagar a luz dos Ministérios, da Câmara dos Deputados, mandar o pessoal da limpeza embora. Então, tem um mínimo, dentro desses 100 bilhões, que precisa ser cumprido.

Portanto, há um limite para se fazer ajuste fiscal em cima das discricionárias. A despesa obrigatória está avançando rapidamente e não há planejamento sobre isso, quer dizer, nós não temos uma projeção clara por trás da elaboração do PPA, da LOA e da LDO que mostre justamente qual vai ser a projeção do espaço fiscal para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os próximos anos. Isso é essencial para o segundo passo, que é a elaboração de políticas públicas de maneira técnica e eficiente, a partir de avaliação.

A avaliação tem sido feita. É preciso registrar também o esforço do Governo anterior no sentido de avançar no Comitê de Avaliação de Políticas Públicas, mas é como o Tollini disse, você produz informações sobre avaliação, mas isso precisa se tornar algo concreto, precisa ser adotado como um critério — aí entra o *spending reviews*, a revisão periódica — para que se possa cortar ou não uma determinada despesa.

Então, é uma ideia simples e muito interessante. É um avanço em relação à tese do chamado "Orçamento Base Zero". É uma tese mais gradualista. Escolhem-se determinados grupos de despesa, programa-se, faz-se a avaliação, conclui se aquilo está indo bem ou não e vai promovendo os cortes ao longo do tempo.

A respeito do PPA, é verdade que não é possível mudar por lei complementar, mas é importante nós repensarmos esse instrumento, porque, como disse o Allen Schick, o maior especialista em orçamento no mundo, o Brasil tem três orçamentos. Só que nós temos três orçamentos, temos uma série de legislações e não temos responsabilidade fiscal.

Nós tivemos dois marcos importantíssimos, que foram a Lei nº 4.320, nos anos 60, e a Lei de Responsabilidade Fiscal. É verdade que nós avançamos muito: a meta de resultado primário com vistas a estabilizar a dívida e o teto de gastos públicos em 2016, mas falta harmonização das regras fiscais. Para quem não sabe aonde quer chegar todos os ventos são desfavoráveis.

Então, hoje, temos uma multiplicidade de legislação. Nós somos pródigos em criar regras, legislações e que tais, mas não temos o espírito da responsabilidade compartilhada. O Tesouro Nacional vem fazendo um trabalho exímio sob a liderança do Mansueto — é preciso destacar isso. A transparência aumentou muito. Nós temos visto isso na IFI. E isso é essencial para que possa haver uma política fiscal civilizada que resulte em controle de gastos correntes e aumento de investimentos.

Por fim, eu quero falar um pouco sobre a colaboração que a Instituição Fiscal Independente pode dar no contexto da nova lei de finanças públicas.

A IFI foi criada após a tramitação deste projeto, mas ela já vem fazendo uma série de trabalhos que podem ser incorporados a este processo, principalmente o trabalho de projeções macrofiscais, que já foi reconhecido pela OCDE em relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

público de fevereiro de 2018 e pelo FMI. A IFI passou a ser incluída no rol de 40 instituições que hoje são coordenadas ou ciceroneadas pelo OCDE, similares à Instituição Fiscal Independente.

Essa é a minha contribuição.

O desafio fiscal é muito grande, e eu acho que a discussão e a aprovação de medidas na direção da nova lei de finanças públicas vão ser essenciais para que, após a aprovação da reforma da Previdência, o País possa voltar a pensar no principal, que é o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Dr. Felipe, muito obrigado.

Encerradas as considerações dos expositores, antes de iniciar os debates, momento em que vou passar a palavra aos Deputados, eu queria registrar uma coisa interessante.

Eu fiz um curso no CEPAM, o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, instituição de apoio técnico aos Municípios e ao Estado, órgão vinculado à Secretaria do Interior do Estado de São Paulo. Já naquela época, não me lembro se foi em 1982 ou em 1983, quando a Lei nº 4.320 deveria ter uns 22 ou 23 anos, já se dizia que ela estava obsoleta e ultrapassada. Tinha tantos penduricalhos que estava difícil a sua execução.

Agora, mais de 30 anos depois dessa época a que me refiro, ou seja, a lei já tem 54 anos de existência, vemos que a proposta de alteração da lei ficou 10 anos no Senado sendo discutida, e nós não demos conta de mudá-la ainda. Isso demonstra incompetência do Congresso Nacional e a nossa falta de sensibilidade para atualizar e facilitar a execução dessa lei.

Eu acho que um dos trabalhos que nós temos que fazer, aproveitando a presença aqui dos membros da Comissão de Orçamento, apesar de a Comissão Especial já ter sido criada, é exigir que os partidos indiquem os nomes para essa Comissão, porque, como disse o Dr. Hélio aqui, depois de 10 anos no Senado, esta proposta também já tem coisas que têm que ser mudadas, que têm que ser renovadas. Então, nós temos que concluir esse trabalho e dar uma nova lei de finanças públicas para o nosso País.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passarei a palavra agora aos Deputados e consulto S.Exas. sobre se querem fazer perguntas.

Começo pelo Deputado Hildo Rocha, que também é um dos autores do requerimento.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Deputado Dagoberto Nogueira, a quem parabeno pela condução dos trabalhos. Parabeno também o Deputado Lucas Gonzalez, que foi o autor do requerimento no momento adequado para que se pudesse trazer à baila, na Comissão de Orçamento, um tema tão importante, porque tem muito a ver orçamento com Direito Financeiro e com gestão dos recursos públicos.

Nós temos que reconhecer e valorizar a Lei nº 4.320, porque ela também deu sua contribuição. Antes dela, era uma bagunça generalizada. Quem estudou um pouco a história do Direito Financeiro brasileiro sabe como era antes de 1964.

Proposta de mudança na legislação não se dá apenas nessa área, mas em todas. Nós temos que aprimorar e atualizar a nossa legislação. Há matéria aqui que tem muito mais tempo de tramitação do que esta proposta. Eu falo aqui sobre o Conselho de Gestão Fiscal. Eu fui Relator dessa matéria tanto na CFT como na CCJ, mas o Governo não dá muito valor para isso. E eu vou tratar sobre ela nesse tema que nós trazemos aqui.

Nós sabemos que temos dois problemas no que diz respeito à gestão financeira. Um deles é planejamento, como foi deixado claro aqui. Parece-me que esta proposta vem para suprir a necessidade que nós temos de melhorar o nosso planejamento. Nós planejamos para o médio prazo, e esse médio prazo nós não respeitamos — quando digo nós, refiro-me aos agentes públicos.

Nós temos outro grave problema, o controle. Tudo isso que está acontecendo em nosso País é fruto da falta de controle. O nosso controle interno não é dos melhores, e o nosso controle externo também deixa muito a desejar. Nós temos que ver que não adianta mudar a lei se não se apertar mais o controle. O controle é muito frouxo no Brasil. Nós temos que reconhecer isso.

Eu queria fazer uma pergunta geral para todos os que queiram responder. O Secretário do Tesouro, o Sr. Mansueto, trouxe aqui uma realidade. Hoje nós temos um impacto enorme nas contas do Governo Federal, no orçamento, justamente por ações do passado. Mas essas ações passadas a que ele se referiu aqui, de 2016 —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eu já estava aqui —, vieram do próprio Executivo. Aí eu pergunto: esta nova lei pune os técnicos que estão no dia a dia do Governo, os técnicos que são efetivos dos quadros do Governo? Esta nova lei não chega a isso. Mas não seria necessário que chegasse é isso?

De fato, o político quer agradar, o político está aqui provisoriamente e com ele vem uma representatividade que, muitas vezes, sai de categorias que ele defende e com as quais ele se engraça e acaba fazendo tudo isso que é feito.

Na época, eu já falava também sobre o impacto que viria, e pouca gente se preocupou, porque nós temos uma cultura do presente, nós não temos uma cultura de futuro. Parece que todo mundo vai morrer hoje ou amanhã. Essa é a realidade, inclusive dentro do serviço público.

Eu gostaria de saber o que vocês acham sobre esse assunto.

A outra pergunta é sobre o Conselho de Gestão Fiscal. Gostaria de saber se há, dentro da proposta, algo que atribua efetivamente a esse Conselho... porque eu acho que essa seria uma forma de nós democratizarmos a gestão pública finalmente. Eu quero saber se há, dentro dessa proposta, algo nesse sentido.

Resta-me ainda parabenizar cada um dos senhores que estudaram a matéria. Eu confesso que ainda não li o texto, mas vou lê-lo para ver o que entendo. Se houver qualquer dúvida, vou procurar cada um dos senhores, porque percebo claramente que estão todos aptos a debater o tema.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Passo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu queria cumprimentar o Presidente Dagoberto Nogueira; o Deputado e amigo Lucas Gonzalez, autor do requerimento para esta importante audiência pública; os meus colegas Deputados aqui presentes; o Secretário do Tesouro Nacional, o competente Mansueto; o Secretário de Orçamento Federal, o competente George, amigo de longa data; o querido Hélio, consultor aqui na Câmara dos Deputados; o Aécio Dantas Júnior, Vice-Presidente Operacional do Conselho Federal de Contabilidade; e o Felipe Salto, do Instituto Fiscal Independente, do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero dizer que fiquei triste com meu atraso, porque não pude ouvir todos, mas já pedi que a minha assessoria pegue o vídeo desta audiência, porque quero ouvir o que perdi aqui. Eu cheguei durante a fala do Secretário Mansueto e fiquei muito feliz com o que ouvi, porque ele disse exatamente o que penso sobre orçamento público.

Eu tenho a missão este ano de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o que estamos tentando fazer, Mansueto, é exatamente o que você falou: colocar nas diretrizes do orçamento instrumentos de transparência que venham a fazer com que o acompanhamento do orçamento se torne o mais claro possível.

Eu tive a oportunidade de ser Relator da Lei Orçamentária Anual do ano de 2018 e a felicidade de ter sido Relator do orçamento, Deputado Hildo, de maior execução de todos os tempos. Então, isso mostra que conseguimos um bom resultado, mesmo com todas as amarras, mesmo com todas as dificuldades que nos são impostas, dificuldades importantes que, em determinados momentos, achamos até que são poucas.

Quando eu vejo algumas pessoas criticarem a Emenda Constitucional nº 95, isso me assusta, porque ela traz uma regra que faz parte da base de qualquer contabilidade individual. Se você não tem dinheiro, você não pode gastar, não tem jeito. Existe um limite. O banco lhe dá um cheque especial para você tomar dinheiro emprestado, mas se você colocar esse valor do cheque especial para cobrir suas despesas diretas, seus gastos do dia a dia, a sua vida financeira vai implodir. E foi isso que foi acontecendo com o orçamento do nosso País nos últimos anos. Então, precisamos ter essa preocupação.

Este projeto é importantíssimo. Vamos precisar cuidar dele realmente com os olhos de quem quer fazer um orçamento exequível, de quem quer fazer com que os andamentos e os entendimentos orçamentários que são feitos nesta Casa se tornem reais, que o orçamento diminua cada vez mais e deixe de ser uma obra de ficção. Precisamos trazê-lo para a nossa realidade.

Vivemos, no plenário ao lado, um momento importante. Está em vias de ser aprovada, na Comissão Especial, uma reforma da Previdência que é um remédio amargo, mas necessário. Eu, quando sou questionado, quando me perguntam sobre isso, digo que ninguém gosta de tomar remédio, ainda mais quando tem um gosto ruim — não é isso, Deputado Lucas Gonzalez? —, mas, às vezes, para nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

curarmos, é necessário que esse remédio seja tomado. Eu trato a reforma da Previdência exatamente assim. O Brasil está doente. Para nos curarmos, precisamos tomar um remédio, e o remédio é amargo.

Neste momento, o que se faz mais necessário é aprovarmos a reforma da Previdência o mais rápido possível, para trazermos para o nosso País estabilidade econômica, investimentos, a fim de conseguirmos fazer com que o empresário volte a investir e gerar empregos. Precisamos sair o mais rápido possível desse cenário de déficit fiscal para podermos fazer os investimentos necessários, tão importantes para o nosso Brasil.

Fiquei muito feliz de poder participar de uma audiência pública tão importante como esta e de saber que, no Governo Federal, há ainda pessoas que pensam, realmente, no interesse coletivo, para conseguirmos diminuir as desigualdades. Eu estou contando os dias para que o famoso Plano Mansueto chegue a esta Casa, para podermos debatê-lo e diminuir as desigualdades entre União, Estados e Municípios.

Agradeço aos senhores as explicações.

Mais uma vez, colocamo-nos à disposição aqui para que possamos fazer o debate, porque, com certeza, quem vai ganhar no final disso tudo é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Não há mais Deputados inscritos.

Antes de passar a palavra para o Deputado Lucas Gonzalez fazer o encerramento, quero registrar que passaram por esta Comissão, durante as palestras, o Deputado Felipe Francischini, o Deputado Hercílio Coelho Diniz, o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Nelson Pellegrino, o Deputado Chico d'Angelo e a Deputada Margarete Coelho, a quem eu agradeço a presença.

Passo agora a palavra para o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - De novo, agradeço aos nossos expositores a disponibilidade em trazer ainda mais luz para esta temática tão importante, que tange ao nosso orçamento, e aos Deputados Hildo Rocha, Cacá Leão, Hercílio Coelho Diniz e tantos outros que por aqui passaram.

Eu disse no início e repito agora, no final, que esta audiência tem dois grandes desafios, Sr. Presidente. O primeiro é trazer luz, mais conhecimento para esta temática. Alguns colegas ainda não estudaram tão a fundo essa situação. E o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

segundo é movimentar as águas. Eu acho que temos a responsabilidade de entender por que este assunto está parado aqui na Câmara desde 2016, por que a Comissão Especial não foi instalada, por que não conseguimos avançar, sendo que, de uma ponta a outra desta Mesa — pelo menos da minha parte, acompanhei todo... *(Pausa.)*

Parece que a discussão da reforma da Previdência, hoje, promete.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu peço que fechem essa porta, por favor.

Espere só um pouquinho, Deputado. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Pode continuar, Deputado.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu ouvi aqui atentamente, desde o início, os expositores de um lado a outro da Mesa, e todos expuseram os benefícios que esta nova legislação vai trazer para o orçamento do nosso País, que é, sim, como foi dito, muito poluído.

Então, acho que estes são os nossos desafios: conhecer melhor a temática; propor melhorias; propor ainda mais modernização; e nos movimentarmos. E aí é responsabilidade da Câmara dos Deputados e nossa, dos Deputados, movimentarmos-nos diante disso.

Preparei duas perguntas bem práticas.

Falou-se muito aqui sobre o longo prazo. O nosso PPA contempla 4 anos. Existe, nos países do mundo que são referência no assunto, alguma peça orçamentária — não sei se o nome correto seria esse — que contemple 10 anos ou 15 anos? Qual seria essa peça? Como isso funcionaria? Sabemos que nós, Parlamentares, somos eleitos de 4 em 4 anos. Para nós também é um pouco complicado enxergar alguma coisa de um futuro que vá adiante do nosso mandato.

No que tange às referências internacionais, quais são os países e quais são as boas práticas que se destacam no mundo e que nós podemos trazer para o nosso País?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Lucas, para quem é a pergunta?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu não me lembro quem falou sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Acho que foi o Hélio.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Isso. O Hélio falou sobre longo prazo, e o Mansueto acrescentou alguma coisa.

Tem a palavra o Dr. Hélio Tollini.

O SR. HÉLIO TOLLINI - Antes de responder ao Deputado Lucas Gonzalez, eu gostaria de fazer um comentário rápido a respeito de uma indagação do Deputado Hildo Rocha em relação ao Conselho de Gestão Fiscal, o CGF.

Sim, o CGF está colocado neste projeto, na parte referente à contabilidade. No texto aprovado no Senado, está colocado que o Tesouro Nacional editaria normas específicas de contabilidade e que essas novas teriam que ser aprovadas depois pelo CGF.

Existiu um grupo de discussão capitaneado pela Casa Civil, mas com a participação de representantes do Tesouro e de setores do orçamento, em 2017, após a aprovação da matéria no Senado Federal. Nesse grupo, nós chegamos à conclusão de que os termos utilizados nesse artigo não estão totalmente adequados. Existe uma sugestão de se mudarem esses termos.

A nossa ideia hoje é que o Tesouro Nacional proporia normas complementares de contabilidade — não normas específicas, porque isso seria feito por uma lei complementar que atinge os três níveis de governo —, que teriam que ser aprovadas pelo Conselho de Gestão Fiscal. É um reforço ao comando que já existe na LRF, desde 2000, de se instituir esse Conselho tão importante para o País.

Em relação à experiência de outros países no tratamento do médio e longo prazos, tema que o Deputado Lucas Gonzalez levantou, existem diversas experiências. As experiências mais importantes para o Brasil são as experiências dos países bem-sucedidos, dos países mais avançados. Então, nós temos que olhar para o âmbito da OCDE.

Dentro da OCDE, a grande maioria dos países utiliza um instrumento que nós estamos chamando aqui de Quadro da Despesa de Médio Prazo. É justamente esse instrumento que faz essa conexão entre os limites orçamentários, os limites fiscais projetados para o médio prazo, e a programação das áreas temáticas dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministérios, o que eles querem fazer, o que que eles querem desenvolver nos anos seguintes. Essa é a prática que existe nesses países.

Esse instrumento varia muito. Há país que usam o ano T como ano de referência do Orçamento. Depois, vem o T+2. Há país que fazem a previsão de T+3. E alguns países fazem ainda T+4. De todos os países estudados, na minha percepção pessoal, o que mais se aproxima do Brasil e que tem o melhor modelo é a Suécia.

A Suécia desenvolve o Quadro de Despesas de Médio Prazo já há muitos anos, desde 1997. E esse Quadro é um sucesso. Na realidade sueca, que é muito diferente da nossa, só para os senhores terem ideia — e nesse Quadro se definem limites fiscais para os anos seguintes —, tudo o que se faz na Suécia é feito sem determinação legal. Não existe uma lei que mande fazer. Não existe nada na Constituição sueca que obrigue a fazer, mas o Executivo sueco, o pessoal da área econômica na Suécia, os congressistas na Suécia, todos eles respeitam. Eles têm feito isso há 22 anos. E os tetos são definidos com 2 anos de antecedência.

Apenas em 1 ano esse teto deixou de ser cumprido. Na verdade, houve uma modificação no Congresso. Em todos os outros 21 anos, sem nenhuma lei que o exigisse, o Congresso sempre respeitou esse limite.

Evidentemente, no Brasil, talvez tenha que ser diferente, talvez se tenha que ter um pé na Constituição ou talvez na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas é um modelo muito próximo ao do Brasil. A Suécia também é um dos únicos países do mundo que tem um instrumento similar à LDO. Na grande maioria dos países, não existe a LDO. Na Suécia, existe. E eles fazem tudo isso por intermédio dessa lei, que eles chamam Lei de Política Fiscal, que antecede a Lei Orçamentária, exatamente como aqui no Brasil, inclusive com as datas muito parecidas.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem. Muito obrigado, Dr. Hélio.

Agradeço o comparecimento aos convidados, aos demais Parlamentares e ao público aqui presente.

A reunião está encerrada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 07 E 08 DE AGOSTO DE 2019.

Aos sete e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Joice Hasselmann, Júnior Mano, Juscelino Filho, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho, Ronaldo Carletto e Silvio Costa Filho; e - **Senadores Suplentes:** Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Adriana Ventura, Alcides Rodrigues, Bia Kicis, Cezinha de Madureira, Claudio Cajado, Domingos Sávio, Felício Laterça, Félix Mendonça Júnior, Marcel Van Hattem, Pompeo de Mattos e Vinicius Poit. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Filipe Barros, Genecias Noronha, Jhonatan de Jesus, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Izalci Lucas e Vanderlan Cardoso. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia sete de agosto de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 02 de julho a 07 de agosto de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Às 15h12min, o Presidente anunciou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, e passou a apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de julho de 2019; e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 04 de julho de 2019. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada no dia 06 de agosto, houve acordo, apenas, a apreciação das seguintes matérias: PAUTA – Item 01. Relatório apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, PLDO/2020, Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 08/2019-CN**; e EXTRAPAUTA - **Alteração nº 1 do Parecer Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, PLDO 2020. À vista do exposto, o Presidente passou a apreciação do Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar a **Alteração nº 1 do Parecer Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, PLDO 2020, a despeito do previsto no Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN, que





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) úteis, de sua distribuição. Autor: Deputado Cacá Leão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação da **Alteração nº 1 do Parecer Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, PLDO 2020. Relator: Deputado Cacá Leão. **ALTERAÇÃO Nº 1.** Em decorrência da solicitação da Bancada do Tocantins, objeto do Ofício nº 43/19/BANCADATOCANTINS, de 4/7/2019, que solicita sejam incluídas no Relatório do PLDO 2020 as emendas apresentadas em anexo àquele ofício, que deixaram de ser protocoladas no prazo próprio pelas razões nele expostas, o Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019-CN, aprovado por esta Comissão em 25/6/2019, passa a vigorar com as seguintes alterações: **1. Inclua-se na Parte Especial do Parecer Preliminar ao PLDO 2020 o item 2.2.6, com a seguinte redação:** *2.2.6 Poderão ser incluídas emendas de relator no Anexo de Prioridades e Metas, com o objetivo de suprimir lacunas na definição de emendas de bancada estadual, de manter o equilíbrio federativo e de promover o desenvolvimento econômico e social.* O Relator apresentou a Alteração. Não houve discussão. Em votação, a **Alteração nº 1** foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO) manifestou-se sobre a aprovação da matéria. Em sequência, o Presidente anunciou a abertura do prazo para apresentação de destaques ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN - PLDO/2020**. PAUTA. Item 01. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre o exame de admissibilidade das emendas, apresentadas ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 – PLDO/2020. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas. Coordenador do CAE: Deputado Vicentinho Júnior (PL/TO). Membros: Deputados Adolfo Viana (PSDB/BA), Aluisio Mendes (PODE/MA), Zé Carlos (PT/MA), Luciano Ducci (PSB/PR), Marreca Filho (PATRI/MA); e os Senadores Luiz do Carmo (MDB/GO), Elmano Férrer (PODE/PI) e Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Voto: pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020**. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do **Relatório** e das **Complementações de Voto de nºs 01 e 02**, apresentados ao **Projeto de Lei nº 5/2019-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências”. (PLDO/2020). Relator: Deputado Cacá Leão. Foram apresentadas 2.966 emendas, sendo 1.048 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.918 emendas ao Texto da Lei. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 2.966 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 229 emendas, pela aprovação parcial a 1.227, e pela rejeição das demais 1.510 emendas. O Presidente reafirmou que o prazo para apresentação de destaques já havia sido aberto. O Relator apresentou o **Relatório** e as **Complementações de Voto de nºs 1 e 2**. O Deputado Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO, informou que estava ocorrendo votação nominal em Reunião Extraordinária da Câmara dos Deputados, e sugeriu que os parlamentares fossem registrar seus votos, e para isso, o Deputado Hildo Rocha (MDB/MA) propôs que a reunião da CMO fosse suspensa. O Presidente acatou a sugestão e suspendeu os trabalhos. Às 15h54min, o Presidente reabriu a reunião e declarou iniciada a discussão da matéria, e fizeram uso da palavra os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Domingos Sávio (PSDB/MG), Hildo Rocha (MDB/MA), Hercílio Coelho Diniz (MDB/MG), Nelson Pellegrino (PT/BA), Rodrigo de Castro (PSDB/MG), Hiran Gonçalves (PP/RR), Celso Sabino (PSDB/PA), Vicentinho Júnior (PL/TO) e os Senadores Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Luiz do Carmo (MDB/GO) e Kátia Abreu (PDT/TO). O Deputado Silvio Costa Filho (PRB/PE) solicitou a apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 08/2019-CN**. O Presidente encerrou a discussão e o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prazo para apresentação de destaques, e anunciou a suspensão dos trabalhos para análise dos destaques. Às 18h33min, o Presidente reabriu a reunião e informou que havia sido iniciada a Ordem no Dia no plenário do Senado Federal, sem previsão de horário para término, e diante do fato, suspendeu a reunião para o dia seguinte, às 10 horas. No dia 08 de agosto, às 10h32min, o Presidente reabriu os trabalhos e comunicou que foram apresentados 100 destaques. O Relator da matéria, Deputado Cacá Leão (PP/BA) apresentou a **Complementação de Voto nº 03**. Logo após, o Deputado Bohn Gass (PT/RS) pronunciou-se sobre cortes na Área da Educação, e o Deputado Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO, prontificou-se a agendar reunião com o Ministro da Educação para promover o entendimento, e o Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Primeiro Vice-Presidente da CMO, manifestou interesse no evento. Em seguida, o Presidente informou que o Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG) apresentou Requerimento, solicitando votação nominal do **Relatório**, e das **Complementações de Voto de nºs 1, 2, e 3**, apresentados ao **Projeto de Lei nº 05/2019-CN**, conforme disposto no *art. 44, Parágrafo Único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*. O autor do Requerimento fez o encaminhamento da matéria e teve apoio do Deputado Marcel Van Hattem (Novo/RS), Líder do Partido Novo. Em votação, o Requerimento foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Gilberto Abramo (PRB/MG) e Rodrigo Coelho (PSB/SC). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. Em prosseguimento, o Presidente submeteu à votação o **Relatório**, e as **Complementações de Voto de nºs 1, 2, e 3** que foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 100 destaques apresentados. 01. Destaques de nºs 07, 12 e 13 foram solicitados pelo autor, Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG), para votação em separado. 02. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.1. Destaques com voto do Relator pela **aprovação**: 01, 03, 04, 05, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 30, 31, 32, 36, 37, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 66, 67, 80, 81, 82, 85, 91, 94, 95, 96 e 97. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2.2. Destaques com voto do Relator pela **rejeição**: 02, 06, 08, 09, 10, 11, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 84, 87, 88, 90, 93, 98 e 100. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. 3. Destaques **prejudicados**: 19, 20, 34, 40, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 75, 77, 83, 86, 89, 92 e 99. O Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG) apresentou Requerimento solicitando votação nominal para os destaques de nºs 07, 12 e 13, conforme disposto no *art. 44, Parágrafo Único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*. O autor do Requerimento fez o encaminhamento da matéria e teve apoio do Deputado Marcel Van Hattem (Novo/RS), Líder do Partido Novo. Em votação, o Requerimento foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG) e Rodrigo Coelho (PSB/SC). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. 4. Destaques de nºs 07, 12 e 13 para votação em separado. 4.1. Apreciação do **Destaque nº 07**, do Deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Recomposição total, ao Texto do Projeto de Lei, Capítulo III, Artigo 12, Parágrafo 3, Inciso II. Voto do Relator: pela **rejeição**. Fizem encaminhamento para votação do destaque os Deputados Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Rodrigo Coelho (PSB/SC), Aluisio Mendes (PODE/MA), Nivaldo Albuquerque (PTB/AL), Gonzaga Patriota (PSB/PE) e Alexis Fonteyne (NOVO/SP). Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 07.08.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Estamos aguardando um Senador, que já anunciou que está a caminho, para que possamos ter quórum para deliberação.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Vamos aguardar o Senador, para que possamos ter quórum para deliberação.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas cópias antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.
(Pausa.)

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 2 de julho de 2019, e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 4 de julho de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação da representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo ao Plenário que, na reunião do colegiado de Líderes partidários com assento na CMO, realizada ontem, no dia 6 de agosto, ficou acordada apenas a apreciação dos seguintes itens constantes da pauta:

1. Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE;
2. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, o PLDO 2020.
3. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2019, do Congresso Nacional.

Extrapauta: alteração do parecer preliminar à LDO.

Comunico que há requerimento sobre a mesa para quebra de interstício e inclusão na pauta, no sentido de apreciar a Alteração nº 1 do parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, o PLDO 2020. Isso é para permitir que os Estados que não apresentaram emenda à LDO possam fazê-lo agora.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação da Alteração nº 1 do parecer preliminar, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Extra pauta. Apreciação da Alteração nº 1 do parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências (PLDO 2020). Relator: Deputado Caca Leão.

O Relator está com a palavra, para apresentação da proposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Presidente Marcelo Castro.

"Parecer preliminar ao PLDO 2020 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019-CN)

Alteração nº 1.

Em decorrência da solicitação da bancada do Tocantins, objeto do Ofício nº 43, de 2019, de 4 de julho de 2019, que solicita serem incluídas, no relatório do PLDO 2020, as emendas apresentadas em anexo àquele ofício, que deixaram de ser protocoladas no prazo próprio pelas razões nele expostas, o parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, aprovado por esta Comissão, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1. Inclua-se, na parte especial do parecer preliminar ao PLDO 2020, o item 2.2.6, com a seguinte redação:

2.2.6 Poderão ser incluídas emendas de relator no Anexo de Prioridades e Metas, com o objetivo de suprimir lacunas na definição de emendas de bancada estadual, de manter o equilíbrio federativo e de promover o desenvolvimento econômico e social.

Sala da Comissão, em 7 de agosto de 2019.

Deputado Cacá Leão

Relator."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A proposição está em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que aprovam a Alteração nº 1 do parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, só quero informar aos nobres colegas que eu estava hospitalizado na tarde de sexta-feira e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não tive como estar aqui. Mas, como havia ainda vários Estados, seis Estados, incluiu-se o nosso.

A minha assessoria mandou, via Internet, a assinatura nossa. Também houve dois Parlamentares que já tinham viajado. Mas a bancada toda concordou.

Muito obrigado, Deputado Cacá.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. estava de atestado médico, então, tem toda a credibilidade e toda a anuência desta Comissão de Orçamento, Deputado Gaguim, até porque V.Exa. é um grande Parlamentar, um Deputado atuante que nos ajuda muito na condução dos trabalhos aqui da Comissão.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Comunico que está aberto o prazo para apresentação de destaque à LDO.

Item 1 da pauta. Conforme disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o relatório do CAE quanto ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 5, de 2019-CN, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Coordenador do CAE: Deputado Vicentinho Júnior, do PL de Tocantins.

Voto: pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o PLN 5/19-CN.

O Coordenador do CAE está com a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, caros colegas, boa tarde.

Eu, como de costume, sempre começo parabenizando e agradecendo a atenção dos nossos assessores aqui da Comissão Mista de Orçamento na pessoa do Wagner e do o Robson. Sem eles, dificilmente nós teríamos condição de trazer um relatório tão célere e tão sucinto, para que, aqui pela CMO, possamos começar a criar as devidas soluções para esta realidade por que o Brasil passa.

Vou direto ao relatório, Sr. Presidente, para poder ser breve. O CAE atentou em todas as questões legislativas, para seguir sempre a boa regra da prática aqui nesta Casa.

"Relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1. Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de Lei Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e de Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade das emendas, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, corresponde ao exame preliminar, anterior ao do mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar normas constitucionais, legais ou regimentais será inadmitida, e aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (art. 25 da Resolução nº 1, de 2006 - CN).

3. Esse Comitê, adicionalmente, no exame das emendas apresentadas ao projeto, sejam individuais, de bancada ou de Comissão, levou em consideração as determinações do parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na reunião realizada no dia 25 de junho de 2019.

4. A análise abrangeu tanto as emendas ao texto da lei como aquelas apresentadas com o propósito de incluir prioridades e metas no PLDO 2023.

5. No exame das emendas apresentadas ao texto da LDO e ao referido Anexo de Prioridades e Metas, não foram identificadas emendas contrárias ou incompatíveis com as normas constitucionais, legais e regimentais.

É o relatório."

Sr. Presidente, eu queria só aproveitar para agradecer a V.Exa. e ao Relator, o Deputado Cacá Leão, porque, depois de muita luta — e eu creio que aqui estão alguns concursados da nossa valorosa PRF —, o Presidente Jair Bolsonaro fez o chamamento de aproximadamente mil concursados. Mas ficou ainda um crédito de concursados a serem chamados, 687 concursados, para ser exato, que podem continuar a ter esperança de serem chamados no próximo ano, em função da sensibilidade de V.Exa. como Presidente desta Comissão e do relatório brilhante do Deputado Federal Cacá Leão, que, em dois momentos do seu texto, colocou a salvaguarda para resguardar os concursados da PRF.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, quero agradecer por terem acatado isso e por nos permitir fazer parte desta discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos o brilhante trabalho feito por V.Exa., Deputado Vicentinho Júnior.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, esse é o relatório geral?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, é só o relatório do CAE.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Apreciação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 5, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências (PLDO 2020). Relator: Deputado Cacá Leão.

Foram apresentadas 1.048 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.918 emendas ao texto da lei, totalizando 2.966 emendas.

Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto às 2.966 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 229 emendas; pela aprovação parcial de 1.227 emendas; e pela rejeição de 1.510 emendas.

Anuncio que o prazo para apresentação de destaque — já fiz isto aqui e vou reforçar — está aberto e será finalizado ao término da discussão da matéria, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1 e 2.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir um pouco de silêncio aqui atrás, porque estamos com dificuldade de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós pedimos a todos que estão presentes e acompanhando a sessão, o que para nós é muito honroso, que façam um pouco de silêncio, por favor, porque o barulho está atrapalhando aqui, e nós estamos recebendo reclamações.

Muito obrigado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Passo a ler a Complementação de Voto nº 2 do substitutivo ao PLN 5/19:

"1. Com fundamento na autorização conferida pelo item 2.2.6 do parecer preliminar, inclua-se, no Anexo VIII — Prioridades e Metas, a seguinte programação:

Programa: 2087 Transporte Terrestre

Ação: 7X67 Construção de trecho rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - BR-235/TO

Meta (km construído): 50

Sala da Comissão, em 7 de agosto de 2019.

Deputado Federal Cacá Leão

Relator."

Sr. Presidente, essa é a adequação que nós fizemos atendendo ao pedido da bancada do Tocantins.

Nós tínhamos um prazo regimental para entrega do relatório, e assim o fizemos no dia 7 de julho de 2019. O relatório seria votado na semana seguinte, mas acabou que não se votou — nós utilizamos aqui o termo de o relatório ficar ao sereno. E é claro que apareceram novas demandas para ser discutidas.

Com a boa vontade do Presidente Marcelo Castro, dos Parlamentares e dos membros desta Comissão, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer a parceria, a atenção e o diálogo. Mesmo quando não conseguimos chegar a um denominador comum, a um entendimento do que foi alocado para o texto, essa discussão sempre foi feita com absoluto respeito, com o entendimento da divergência das ideias ou de pensamentos.

Acho que nós conseguimos construir o melhor relatório possível e sei, Deputado Aluisio, que vamos encontrar, à frente, algumas discussões importantes, alguns importantes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste momento de fala que me foi concedido pelo Presidente Marcelo Castro, para fazer a complementação de voto, quero registrar que, no final, nós aumentamos o número de emendas que foram acatadas. Nós trabalhamos pela aprovação de 229 emendas; foram 1.227 emendas aprovadas parcialmente; e 1.510 emendas pela rejeição.

Há alguns pontos específicos e importantes que foram destacados aqui. Um deles, já colocado brilhantemente pelo Deputado Vicentinho, que apresentou aqui um brilhante relatório, é sobre a questão dos concursados da Polícia Rodoviária Federal, um pleito que, tenho certeza absoluta, todos os Parlamentares desta Comissão receberam. E não há a objeção de nenhum Parlamentar no sentido de se dar a sobrevida necessária regimentalmente, inclusive incluída nos prazos do próprio concurso, para que, o Governo — uma vez que o Presidente teve a sensibilidade de chamar mil concursados — possa também, ao longo do ano que vem, chamar os 686 remanescentes que ficarão para o próximo chamamento.

Eu sou de um Estado de dimensões continentais e sei da necessidade do aumento do quadro da Polícia Rodoviária Federal em todo o Brasil e também no nosso Estado da Bahia.

Queria falar aqui também sobre a política do salário mínimo. Nós mantivemos o texto que foi enviado pelo Governo e o que está escrito na Constituição, com a projeção da correção do salário mínimo pela inflação. Essa foi uma decisão que tomamos. É claro que todos nós gostaríamos muito de poder conceder um aumento e de acrescentar outros valores ao salário mínimo. Mas, atendendo ao pleito do Governo e ao que diz a Constituição, nós acabamos mantendo essa correção.

Outro ponto é a questão do aumento dos servidores para o ano de 2020. A proposta original tratava apenas do aumento dos militares. É claro que é uma decisão do Governo conceder ou não esse aumento. Mas nós conversamos com alguns colegas e recebemos os pleitos dos servidores, e a LDO vem autorizando também o aumento dos servidores civis, caso esse seja o desejo do Governo Federal e do Presidente da República e caso haja o crescimento da economia como esperado. Estamos concluindo, no plenário da Câmara dos Deputados, a votação da reforma da Previdência e vamos fazer, dentro de muito pouco tempo, a votação da reforma tributária. E como haverá, com certeza, o aquecimento da economia, esperamos que seja possível ao Governo conceder aumento não só aos militares,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas também aos servidores civis, porque há muitas categorias que estão com os salários defasados.

Há outro ponto em que também vou tocar, Sr. Presidente: a questão do tão falado Fundo Eleitoral. Em 2017, nós aprovamos aqui uma legislação que criava o financiamento público de campanha baseado no financiamento eleitoral, que tratava de 30% da receita de recursos destinados às emendas de bancada. No início deste ano, nós votamos e aprovamos a Emenda Constitucional nº 100, que trata da impositividade das emendas de bancada, fazendo com que essa legislação que havia sido aprovada fosse superada para o ano de 2020, já que não há eleição no ano de 2019.

A proposta enviada pelo Governo diz, única e exclusivamente, que o fundo especial para as eleições será retirado das emendas de bancadas, e ponto. Não existe um limitador. Ao fazer uma conversa com alguns Parlamentares, com os partidos políticos e com o Relator do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, que é quem verdadeiramente vai destinar o valor do recurso ao Fundo Eleitoral, nós decidimos colocar uma trava a essa questão colocando já 0,44% da Receita Corrente Líquida.

Isso não quer dizer que será alocada ao Fundo Eleitoral a totalidade do seu valor. Isso é algo a ser discutido e decidido mais à frente, durante a discussão da Lei Orçamentária Anual. A LDO apenas dá essa diretriz ao Orçamento. E o que nós fizemos aqui foi colocar um freio para que não se ultrapasse esse percentual. Nós estamos colocando um teto, não estamos colocando um piso, para que se possa fazer essa discussão.

Então, o momento adequado de se fazer isso é no debate da LOA. Alguns Parlamentares me procuraram, a imprensa conversou bastante comigo sobre esse assunto. E eu tentei fazer essa apresentação e tornar o processo de discussão o mais claro possível.

No mais, Sr. Presidente queria agradecer...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu sei.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu vou concluir já.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, V.Exa. pode continuar.

Quero apenas avisar que está havendo votação nominal. Eu sugeriria que cada Parlamentar pudesse, aos poucos, ir votando. Nós continuaríamos e, na discussão,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suspenderíamos a reunião. Mas eu acho que não é necessário. Vamos tocando. A votação é rápida. Em 5 minutos, cada Deputado vai e volta.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Então, Presidente, eu procurei tirar as dúvidas, ser o mais claro e o mais transparente possível. Em todas as vezes em que fui perguntado, todas as vezes em que fui questionado tanto pelos colegas quanto pela própria imprensa, que faz um trabalho brilhante, nós tentamos dirimir e retirar as dúvidas.

Agradeço, mais uma vez, a atenção e a parceria dos colegas. Espero que tenha conseguido atender a todos na medida do possível. O que eu não pude atender, o que eu não pude acatar no nosso relatório foi porque, realmente, não existia amparo legal, não existia amparo regimental ou nenhuma lei complementar que nos desse essa condição.

Sei que vários Parlamentares apresentaram emendas individuais que acabaram tendo que ser rejeitadas pelo fato de a relatoria não nos dar o poder de acatar emenda de caráter regional e também pela limitação do número, visto que podemos acatar apenas dez emendas individuais apresentadas. E eu adotei o critério de acatar as emendas que mais foram apresentadas.

Então, agradeço a compreensão de todos e estou à disposição ao longo da discussão, para retirar qualquer dúvida dos pares que venha a existir.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, eu queria sugerir que seja suspensa a sessão, para que nós possamos nos deslocar ao plenário. Às vezes, durante uma fala que for dita aqui, é preciso que nós estejamos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu acho prudente, Deputado Hildo Rocha.

Vou suspender a sessão por 15 minutos, para os Deputados irem votar e, depois, retornarem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, talvez seja preciso 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Transcorrido o prazo da suspensão da reunião, está reaberta a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos abrir a discussão do relatório do Deputado Cacá Leão e as Complementações de Voto nºs 1 e 2.

Então, está iniciada a discussão da matéria.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para discutir o relatório do Deputado Cacá Leão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; nobre colega Deputado Cacá Leão, que foi o Relator; todos os colegas Deputados, Senadores e Senadoras, nós não temos uma cultura de muito debate em torno do Orçamento, muito menos em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, é muito importante que possamos fazer o debate sobre isso.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir o silêncio e a colaboração de todos, para ouvirmos a intervenção do Deputado Bohn Gass na discussão da matéria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado a todos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias dialogam diretamente com a economia, com a vida, com os orçamentos, com os programas, com as obras, com os projetos do País. Nós estamos olhando para 2020, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

Nós apresentamos, e eu fui signatário de emendas que vou destacar depois. Inclusive, agradeço ao Relator porque pude conversar com S.Exa., que incorporou parte das emendas que apresentamos. Então, agradeço. Mas quero destacar aqueles elementos que ainda não foram incorporados e que considero importantes. Peço a atenção dos colegas, para vermos se podemos depois, no destaque, consolidá-los, aprová-los e incluí-los.

Um desses elementos de que estou falando considera que hoje temos uma economia estagnada. Se os Senadores e Deputados pensarem nos seus Municípios neste momento, às 3 horas da tarde, às 15h57min, para ser mais preciso, quantas pessoas estão nas lojas lá no Mato Grosso, na Bahia, no Espírito Santo, no Piauí, no Rio Grande do Sul, no Paraná ou em qualquer lugar? As lojas estão praticamente paradas, vazias. Não há consumo. Se não há consumo, a indústria não vai produzir. Se a indústria não produzir, não vai gerar emprego.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E aí entramos num debate totalmente histórico de que, como há déficit da Previdência, nós vamos tirar uma vantagem do trabalhador, como estamos votando agora, para ter a garantia de um salário mínimo. E alguns acham que isso é privilégio. Mas nós não vemos que a economia estagnada impede que se contribua inclusive para haver um soldo, um fundo para a Previdência. Então, o que estamos votando com relação à Previdência tem a ver diretamente com a economia.

Por que é tão importante o comércio vender, a indústria produzir e gerar emprego? Porque isso é consumo. E quando vai haver consumo? Quando o povo tiver salário. Então, o salário vai estimular o consumo e fazer com que o País saia da estagnação econômica.

Houve, de 2003 até 2019, uma metodologia de reajuste do salário mínimo pela inflação e pelo PIB do ano anterior. Então, para o salário de 2020, seria considerada a inflação de 2019 e o PIB de 2018. Isso passou a dar um incremento ao salário mínimo. Naquela época, em 2003, ele era em torno de 70 dólares, portanto, menos de 300 reais, e, com essa metodologia, passou a ser de mais 300 dólares em determinado momento, não hoje. Mas um salário mínimo de 998 reais é bem superior ao valor da época exatamente pela metodologia de reajuste pela inflação e pelo PIB. Isso deu ao País uma economia crescente e permitiu que ele saísse da estagnação, isso gerou emprego.

A nossa sugestão é que possamos incorporar isso nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias e continuemos pensando num país com o sonho de as pessoas consumirem, comprar, fazer ranchos melhores, vestir-se melhor, viajar. Isso significa salário em condições boas.

Então, eu quero justificar, já antecipadamente, no debate que nós estamos fazendo agora, o destaque que vou fazer sobre esse ponto, para podermos apreciá-lo e para que o salário mínimo seja pujante e possa ter, ao menos, também o reajuste do PIB além do reajuste da inflação.

Os outros dois aspectos que eu quero destacar referem-se a uma questão dos nossos Municípios sobre a qual os nossos colegas Deputados devem ter sido procurados e que nós tentamos resolver, de quando nós repassamos um recurso orçamentário de emenda parlamentar para um Município. Se, por exemplo, o Senador Marcelo Castro destina 100 mil reais para atender um Município, desses 100 mil reais designados, chegam 88 mil reais ao Município. Com o Deputado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dagoberto Nogueira, no seu Mato Grosso é a mesma coisa: chegam 88 mil reais. A Caixa Econômica Federal absorve 12 mil reais para fazer o projeto, ou seja, 12%. Não é razoável!

Eu imagino que os Prefeitos tenham conversado com os Senadores e com os colegas Deputados. Não é possível! A Caixa Econômica Federal não pode ficar com esse valor que precisa chegar lá no Município. Há Município aonde, se forem destinados 500 mil reais, vão chegar 460 mil reais. São 40 mil reais de contrapartida que o Município precisa colocar. Com duas emendas, ele já compraria um trator ou outra estrutura para as atividades locais.

Então, Senador, o destaque que eu vou fazer aqui — este é um debate do Orçamento — é para que coloquemos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que a Caixa Econômica Federal não cobre tanto dos Municípios. O Relator acatou parcialmente isso. E aí eu queria dialogar sobre o que o Relator acatou da minha sugestão de que valor da Caixa fosse só uma coisa significativa, pequena, simbólica. Acho que o Relator acatou para ele ser no máximo 4,5%, o que já é melhor, obviamente, do que os 12%. Mas eu queria dialogar com os colegas para que não fôssemos na linha rasa e disséssemos...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Deveria ser uns 2%.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Deveria ser um valor menor. São os nossos Municípios.

Nós estamos aqui, Deputado Hildo Rocha, — sei que V.Exa., como municipalista, trabalha muito nisso — também lutando para que o FPM tenha um ponto percentual a mais. No tempo do Lula, nós aumentamos esse fundo, no tempo da Dilma aumentamos esse fundo. E o Presidente se comprometeu com isso na Marcha dos Prefeitos. Nós estaríamos aqui dialogando com os Prefeitos.

Então, eu pediria esse esforço e encerraria a minha fala dizendo que, se pudermos, devemos trabalhar estas duas questões: um reajuste que coloque o salário mínimo num patamar de pujança maior, para que haja um consumo maior, o que seria bom para a economia; e, ao mesmo tempo, que os Prefeitos possam receber integralmente os recursos que todos nós designamos aos Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo a intervenção do Deputado Bohn Gass, vou passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues, pedindo que nos cinjamos ao tempo regimental de 5 minutos.

A razão disso é que estamos sob a regência do Senado Federal e já com a hora adiantada. Se a sessão do Senado entrar na Ordem do Dia, seremos obrigados a suspender a nossa votação.

Então, é de todo prudente que votemos a nossa LDO o mais rápido que pudermos, antes que a sessão do Senado entre na Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu queria propor um acordo de procedimento.

V.Exa. tem toda a razão. A sessão extraordinária que está transcorrendo na Câmara dos Deputados não impede a votação e a Ordem do Dia da sessão da Comissão de Orçamento, porém a sessão do Senado, sim. Eu queria fazer uma proposta aos membros desta Comissão: que nós pudéssemos votar o parecer do Relator, assim que se concluir a apresentação dos destaques, ressalvados os mesmos, e abrissemos a discussão. *(Pausa.)*

V.Exa. tem outra proposta?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Tenho.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Se isso for possível e houver consenso, entendeu, Presidente Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós queremos fazer tudo consensualmente e da maneira mais eficaz possível.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - A minha proposta, Deputado Cajado, até para diminuirmos a discussão dos destaques — cerca de 10 minutos atrás já havia mais de cem destaques —, é que, antes de aprovarmos o relatório preliminar, o Presidente me dê 30 minutos para eu fazer uma discussão com a assessoria e ver, desses destaques apresentados, o que eu já poderia acatar diretamente numa terceira complementação de voto, para que fiquem apenas os destaques sobre os quais não há consenso de caráter ideológico ou de qualquer outro entendimento,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para fazermos as discussões separadamente aqui dentro, porque eu acho que com isso vamos ganhar bastante tempo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Existindo essa hipótese, Presidente, V.Exa. suspenderia a reunião, se a sessão do Senado entrasse na Ordem do Dia, e retornaríamos amanhã de manhã, consensualmente suspendendo a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A única alternativa que nos resta é essa, mas vamos ver se aceleramos aqui para...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Isso é melhor ainda, Deputado Cajado. Eu obteria um pouco mais de tempo junto com a assessoria para fazer essa discussão dos destaques apresentados.

O prazo para apresentar os destaques já estará encerrado — por favor, não me venham com mais destaques amanhã. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, não. Mas isso só ocorreria amanhã se se iniciasse a Ordem do Dia no Senado. Vamos tentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ver se conseguimos resolver isso hoje.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e à Mesa.

Eu sou Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2019. Eu queria ver se conseguimos apreciá-lo ao longo da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos apreciá-lo, sim.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu primeiro, quero agradecer ao Relator a recepção de várias das nossas emendas — minha e dos demais Deputados do PSOL —, que não listarei agora por economia de tempo. Mas quero também fazer-lhe um apelo e dizer que há três emendas apresentadas agora, Deputado, que eu creio ser importante explicitar e debater aqui, em respeito à cidadania brasileira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Uma eu creio que pode gerar consenso: é a que trata da garantia do Censo de 2020 de forma plena. Além de ser uma proposta simpática, é de pequeno impacto financeiro. Garantiria ao IBGE a possibilidade de viabilizar o Censo com as questões necessárias, para manter toda uma metodologia, uma riqueza de dados, e possibilitar aos pesquisadores das universidades, dos centros de pesquisa, dos órgãos públicos e privados, aos Governos em todas as esferas e a este Poder terem dados censitários que permitam fazer uma reflexão mais profunda sobre a realidade brasileira e, no nosso caso, ter uma ação propositiva em termos normativos mais consistente, sem que se constitua uma base de dados atualizável periodicamente. O sentido do recenseamento é exatamente aproveitar decenalmente o crescimento populacional, as mudanças quantitativas e qualitativas e viabilizar um relatório mais condizente com a necessidade do planejamento para o desenvolvimento do nosso País.

Outra questão é a do salário mínimo. Apesar de toda a crise e das minhas diferenças com o Governo Federal, nós temos que acreditar que o Brasil tem jeito e que nós vamos sair desse marasmo e dessa crise profunda. Não há possibilidade, no entanto, de se falar em crescimento e, muito menos, em desenvolvimento social, se nós não garantimos crescimento real do salário mínimo. Se a fórmula discutida com as centrais sindicais, aprovada pelo Congresso no período da Presidente Dilma, já cumpriu um período, nós não podemos ficar sem base legal. Neste momento, enquanto se avança paralelamente na normatização dessa questão, é de fundamental importância que já neste momento estabeleçamos uma diretriz de ganho real.

Eu penso que garantir a reposição das perdas inflacionárias oficialmente medidas e 1%, por exemplo, de ganho real teria impacto, nós sabemos, porque nós temos milhões e milhões de trabalhadores assalariados, e, naturalmente, há pensões e há necessidade de que as políticas sociais e previdenciárias considerem também esse impacto. No entanto, são impactos pequenos diante da grandeza econômica do Brasil.

Eu creio que nós não temos, enquanto Casa do Povo, o direito de deixar como está. Eu acho que foi um erro do Governo Federal tentar fazer economia — eu falo do Governo Bolsonaro, mas qualquer governo que congelasse o salário mínimo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mereceria a crítica desta Casa de forma suprapartidária, porque realmente nós sabemos o quanto é irrisório o salário mínimo no nosso País.

Em terceiro lugar, cada vez mais há um torniquete sendo apertado. Nós discutimos aqui a necessidade de autorizar... E aprovamos o PLN 4 no valor de 249 bilhões. Esse debate foi tenso, mas depois houve consenso, baseado em acordos que agora estão sendo cumpridos, com recursos para universidades, Minha Casa, Minha Vida e outros pontos.

Agora, é de fundamental importância que, em tendo que romper com a lei, com a Regra de Ouro, nós não retiremos exatamente recursos de áreas sociais. Estava em debate o PLN 4 exatamente porque eram as políticas sociais da Previdência, da Assistência e do Bolsa Família que estavam em risco. Por que não estabelecer que essas despesas sejam condicionadas como despesas financeiras?

Essa é uma ideia de que, penso eu, não deveríamos abdicar e sobre a qual deveríamos tentar construir um consenso.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. me conceda 1 minuto para concluir meu pronunciamento.

Eu acho que algumas coisas devem ser consideradas. Eu destaco apenas duas, entre muitos problemas.

Para um déficit nominal de 445 bilhões, quando no ano passado a projeção era de 357 bilhões, não há justificativa. Não dá para comparar com as famílias uma economia de um País de uma formação socioespacial como a brasileira, tão portentosa. Nós poderemos até reduzir bastante esse número, para aquém dos 357 bilhões. Então, não é admissível que nós comprometamos 445 bilhões com pagamento de juros, muito acima da projeção do ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson Rodrigues...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Então, essa é uma reflexão que tem que ser feita, porque em momento de crise não se pode tirar do salário mínimo, tirar dos pobres e favorecer os especuladores e o grande capital financeiro.

Eu concluiria com a questão das renúncias tributárias, Sr. Presidente.

Política de renúncia fiscal pode ser positiva. No entanto, seria de fundamental importância que nós começássemos a radicalizar na redução disso: manter o Super-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SIMPLES, manter o apoio às micro, pequenas e médias empresas. Isso é de fundamental importância.

A Zona Franca de Manaus depende de benefícios. Não há como, por decreto, acabar com isso, mas não é possível que se faça uma reforma tributária — e eu fecho com esta ideia — que tenta economizar 100 bilhões ao ano e aumentemos de 300 para 326 bilhões as renúncias fiscais para 2020. Não é admissível isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues. Obrigado pela compreensão.

Eu vou pedir aos próximos oradores que, se puderem, sejam sucintos, para que possamos votar a LDO ainda hoje.

Eu já pedi ao Senador Davi Alcolumbre que retarde um pouco a Ordem do Dia, se for possível. Agora, nós precisamos colaborar também, porque ele vai esperar um pouco, mas muito ele não vai poder esperar.

Com a palavra agora o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Cacá Leão, Relator, porque também acatou algumas das nossas emendas e destaques. Por isso, já estamos retirando, Relator, alguns destaques do Partido Novo, os quais o senhor já havia acolhido.

Mas eu quero pedir, por 30 segundos, a atenção os meus colegas de CMO, em especial aos meus colegas mineiros — nós sempre conversamos um pouco mais lá em Minas Gerais —, porque o Novo não vai abrir mão de dois dos seus dois destaques.

O primeiro deles eu sei que é um pouco mais, digamos, divergente para a maioria dos senhores, pois trata de acabar com o Fundo Eleitoral.

Uma vez que nós estamos em tempo de crise, como foi dito; uma vez que não há consumo, como foi dito; uma vez que as pessoas estão sem saneamento básico, como nós sabemos, na opinião nossa, do Partido Novo, esse Fundo Eleitoral, na atual condição de Brasil, não tem sentido. Eu sei que isso é uma posição nossa e vai ser deliberada.

O segundo destaque do Partido Novo foi explicado pelo Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu peço a atenção de todos os senhores e senhoras, porque talvez nós não saibamos o que iremos votar. O Governo enviou uma proposta de 0,56%, sem delimitar uma trava desse 0,56%, ou 1%, seja para o Fundo Eleitoral, seja para as emendas de bancada — que agora são impositivas, em função da PEC que aprovamos no início do ano. Com o voto do Relator, ele estipula uma trava de 0,44% no Fundo Eleitoral e de 0,56% nas emendas de bancada.

Acontece, senhoras e senhores, que ainda assim há um acréscimo no Fundo Eleitoral. Então, o Novo também vai apresentar um destaque para voltar ao texto do Governo. Mesmo sem ter a trava, acreditamos da nobreza do então Relator da LOA — não sei se o Deputado está aí —, para que, quando da LOA, possamos diminuir o Fundo Eleitoral sem ter que passar esse quase vexame nacional.

Enquanto toda a população nos acompanha, esperando deste Congresso nobreza, coragem, disrupção, atenção com a população, é inquestionável esta necessidade de lutarmos pela população brasileira, e não pelos nossos partidos e pelas nossas eleições. Uma eleição municipal em 2020 é muito importante, mas saúde, educação e saneamento básico também são muito importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero agradecer ao Deputado Lucas Gonzalez a colaboração e pela rapidez.

Vamos ao próximo orador inscrito, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos, de fato, uma missão estratégica para o futuro do País, a saber: votar a Lei de Diretrizes Orçamentária. Temos que fazê-lo com espírito público, procurando ter a responsabilidade de priorizar, de fato, aqueles assuntos ou aquelas situações por que a população mais sofre.

Início falando sobre a minha preocupação com a educação.

Nós já tivemos, na ocasião em que votamos o PLN 4, até um fechamento de questão que uniu oposição, base do Governo, partidos independentes, colocando mesmo uma trava, dizendo: *"Olha, ou o Governo assume o compromisso de garantir o funcionamento das universidades no custeio essencial, liberando mais 1 bilhão de reais, ou nós não nos sentimos à vontade para autorizar um novo crédito suplementar"*. E houve um compromisso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E nós temos visto com preocupação algumas universidades dando conta de que está faltando dinheiro para custeio, para o básico, para o essencial.

É preciso, sim, austeridade. É preciso sempre analisar se o dinheiro está sendo gasto adequadamente com a formação adequada dos nossos alunos, com responsabilidade. Mas não podemos deixar faltar o que é essencial.

Então é preciso, agora, ao prepararmos o Orçamento de 2020, que tenhamos condição de oferecer para a educação no Brasil aquilo que é necessário para que ela melhore.

Eu me preocupo muito com a educação fundamental. No final do Governo Temer, houve uma verdadeira tragédia, com algo próximo de 2 mil obras sendo canceladas pura e simplesmente. Obras já pactuadas com os Municípios foram simplesmente canceladas, desde a construção até a ampliação de escolas de educação infantil. Isso tudo é muito sério.

Da mesma forma, tenho preocupação com a saúde. Em Minas Gerais, nós nos sentimos extremamente injustiçados. Muitas vezes as pessoas dizem que, como o Estado é grande, ele é rico. O Estado é grande em população, com mais de 20 milhões de habitantes, então, lá não existe pobreza? É claro que existe pobreza! Minas Gerais tem sofrido muito. Nós tivemos uma queda no nosso PIB com os desastres terríveis que aconteceram no início deste ano. E quando vamos analisar o *per capita* da saúde, Minas Gerais está bem abaixo da média nacional. O volume de recursos que vai para o piso de atenção básica — PAB em Minas Gerais, que é da saúde básica, é menor do que o que vai para o resto do País. Quando se multiplica o índice de média e alta complexidade — MAC e se distribui pelos 20 milhões de mineiros, é bem menor. E nós tratamos dos mineiros lá mesmo, e às vezes até de pessoas de outros Estados que vão para lá.

Não tem cabimento um negócio desse! Tem alguma coisa errada! É preciso equalizar a distribuição do dinheiro da saúde. Se o Estado é grande, ele não precisa de recursos? Ele é grande, mas é grande em sofrimento também, é grande em dificuldades também.

É claro que nos orgulhamos da pujança de Minas Gerais, mas também temos a humildade de saber que temos pobreza em Minas Gerais — temos o Jequitinhonha, temos o norte de Minas — e mesmo em regiões mais prósperas, como o centro-oeste mineiro, onde eu vivo, Campo das Vertentes, existe pobreza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu estou preocupado com a hora em que formos distribuir o dinheiro para a saúde. Espero que possamos rever esse quadro, principalmente em relação ao MAC, que faz parte da projeção orçamentária.

Sr. Presidente, por último eu queria falar de uma emenda apresentada pela bancada mineira.

Eu não quero dizer apenas que se vai distribuir pela população a emenda impositiva de bancada, agora obrigatória. Eu não quero isso. Eu quero que se trate o assunto com justiça, mas com equidade. Eu também não posso admitir que mandemos o mesmo valor para um Estado de 45 milhões de habitantes, como São Paulo, e para um Estado que tem menos de 1 milhão de habitantes. Ora, o dinheiro não é dividido por Unidade da Federação; é dividido por cidadãos brasileiros. O Orçamento é dos 201 milhões de brasileiros. O imposto é pago por todos os brasileiros. Então, eu queria pedir ao Relator atenção, porque destacamos a nossa emenda.

Presidente, peço que neste intervalo construamos um entendimento. Nem tanto ao mar, nem tanto à rocha!

Eu faço uma última ponderação a V.Exa.

Eu fiz uma análise levando em conta IDH e o Fundo de Participação dos Estados, e fica uma coisa muito próxima, mas que também não seja absolutamente igual.

Então, nós vamos pegar o valor da emenda de bancada, que é impositiva, e vai ser o mesmo valor para um Estado com 45 milhões e para um Estado com 800 mil habitantes. Isso dá uma proporção por habitante de quase dez por um. Quer dizer, um habitante vai receber proporcionalmente dez vezes mais que outro habitante do Brasil. Não é justo! Vamos achar um ponto de equilíbrio? Senão, esse orçamento impositivo não vai prosperar. Quem muito quer nada terá. Nós precisamos achar um ponto de equilíbrio que atenda a todos.

Essa é a defesa da bancada mineira; não é só do Deputado Domingos Sávio. É para que haja justiça.

Eu já conversei com vários outros colegas da Bahia, de São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul e de todos os Estados, até daqueles que, em tese, perderiam. Primeiro, fizeram um raciocínio assim: *"Agora vão ser 3 bilhões de reais. Então, meu*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estado vai ter um valor igual ao de São Paulo". Ora, isso não é justo; não é justiça. É preciso que haja equilíbrio.

A minha emenda, de fato, pode ser aprimorada pelo Relator, mas esse assunto não pode ser ignorado.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito.

Eu queria pedir a colaboração de todos para ver se conseguimos votar a LDO hoje. Se forem feitas mais inscrições, com as pessoas falando e...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma consideração sobre o que o Deputado acabou de dizer a respeito dos recursos da emenda de bancada. Mas, tudo bem, isso pode ficar para o final, depois que se abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estão inscritos ainda o Deputado Hildo Rocha, o Deputado Hercílio Coelho Diniz, o Senador Oriovisto Guimarães, o Deputado Nelson Pellegrino, o Deputado Rodrigo de Castro e a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Por mim, pode abrir a votação, e eu falo depois de a votação estar aberta. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se houvesse a concordância, eu queria encerrar a discussão. Suspenderíamos esta sessão por 20 a 30 minutos, para o Relator negociar com os...

Tem a palavra o Relator.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu queria pedir exatamente isso. Encerramos os destaques, e V.Exas. me liberam 10 minutos para eu me sentar com a assessoria sozinho, ver o que eu já consigo acatar de cara, para não haver outro tipo de discussão. Depois nos sentamos para fazer a discussão aberta, destaque por destaque, para eu fazer a complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aqui ou lá?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Lá. Eu vou lá e volto.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não pode ser encerrada a discussão enquanto pelo menos cinco oradores não tiverem falado. Está no quarto; eu serei o quinto.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Se houver acordo, pode.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas acordo sem Hildo não vale. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar a discussão. Vamos encerrar a apresentação de destaques. O Deputado Cacá Leão vai se reunir com a assessoria, e continuamos a discussão. Pode ser assim?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não, porque ele é o Relator. Eu tenho que convencê-lo, Sr. Presidente. Pelo menos da minha parte, eu tenho que convencê-lo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então converse com ele lá dentro, Hildo, porque aqui ele não se convence de nada. *(Risos.)*

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Enquanto ele não balançar a cabeça ali, eu vou falar meia hora.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Deputado Hildo, quem sabe aquela iluminação que V.Exa. teve ele possa ter também?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se nós fizéssemos uma proposta para cada um falar por 3 minutos, todos concordariam, para agilizarmos isso?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Tudo bem, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, grande Presidente desta Comissão, homem sensato, prudente, competente e correto.

Quero cumprimentar o Deputado Cacá Leão, Relator do PLN 5, e o Vice-Presidente Dagoberto.

Eu ouvi os Deputados que me antecederam e gostei da proposta do Deputado Bohn Gass. De fato, nós temos que rever esse percentual que a Caixa leva em relação aos convênios. Isso acaba tirando recursos da meta que deveria ser alcançada. O hospital que deveria ser feito acaba ficando um hospital pela metade, porque uma parte vai para a Caixa Econômica, que cobra um preço muito alto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, acredito que essa proposta do Bohn Gass é correta e viável. Espero que o Relator possa rever essa posição.

Também acho que 4% ainda é uma percentagem muito alta. Hoje nós quase não temos inflação, o juro baixou, está tudo baixando. Por que a Caixa quer receber tanto pelo pouco que ela faz? De cada cem contratos feitos pela Caixa, pelo menos 90 têm problemas. Então, nós temos que remunerá-la adequadamente, mas não pode ser uma agiotagem em cima dos Prefeitos e dos Governadores.

Com relação às propostas que eu fiz, nós agora temos as emendas de bancada impositivas, e a nossa bancada escolheu três, que eu acredito que não se viabilizem até o orçamento. Deputados e Senadores também apresentam as suas, para tentar enquadrá-las lá dentro como uma das emendas da bancada. Essa é a nossa proposta.

Sobre a minha proposta já conversei com V.Exa., sei que V.Exa. vai rever.

Uma delas é a duplicação da BR-222 no pequeno trecho que é o que mais dá problemas, que mais acidentes tem: de Miranda do Norte até Santa Inês. É um trecho pequeno, que pode ser contemplado inclusive com recurso da emenda de bancada mais à frente, quando vier a Lei Orçamentária.

A outra também é uma duplicação, a da BR-010. Inclusive, o próprio Ministro Tarcísio, com o Líder do Podemos, que é de Goiás, anunciou que vai duplicá-la até o Pará. A minha proposta é que ela seja duplicada dentro do Maranhão, um pequeno pedaço. Essa é outra proposta.

Eu também gostaria que fosse revista a questão dos recursos do FNDE. Hoje, o FNDE, que financiou algumas creches, algumas escolas, tem dificuldade de financiar a conclusão dessas obras. Então, nós temos que dar um jeito. E nós temos uma proposta.

Sr. Presidente, era isso.

Fiquei dentro dos 3 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Hildo Rocha.

Vamos ao Deputado Hercílio Coelho Diniz.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (Bloco/MDB - MG) - Boa tarde, Senador Marcelo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Boa tarde, Relator Cacá. Cumprimento os colegas.

Vou ser bem breve e bem curto.

Foi feita uma emenda minha, o Destaque 16, a respeito de uma ponte no Município de Governador Valadares, na BR-116. O trecho é urbano. O trecho que corta a cidade já está duplicado e está faltando apenas essa ponte, que tem um tráfego de cerca de 30 mil veículos por dia, com acidentes diários. Quando isso ocorre, há necessidade de ser feito um desvio de quase 300 quilômetros.

Faço um apelo para que essa emenda seja acatada.

O Relator Cacá vai para uma reunião agora. Peço a S.Exa. e aos colegas mineiros sensibilidade para apoiar esse destaque.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ótimo. Se todos fossem como o Deputado Hercílio Coelho, nós...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, eu quero usar estes 3 minutos para insistir em assunto sobre o qual já conversei com o Deputado Relator do nosso PLDO e falar de novo em assunto que já foi tratado aqui, que é a questão do Fundo Eleitoral.

Eu tenho recebido muitas solicitações de diversos Senadores, e, inclusive, de alguns Deputados que foram conversar comigo, da imprensa e de muitos eleitores, que falam que, na verdade, da forma como está o texto, Deputado Relator, nós não estamos instalando um freio às despesas do Fundo Eleitoral; estamos instalando um elevador, que vai fazer com que esse valor suba por volta de 2 bilhões de reais.

Então, eu apresentei o Destaque nº 84 e peço, por favor, que se examine a situação, porque, como o senhor bem disse — eu ouvi a sua explicação hoje nesta Comissão —, isso vai ser realmente decidido lá na frente, na LOA, e nós vamos sofrer um desgaste desnecessário. A nossa imagem como políticos vai ser violentamente desgastada junto à população e, ao fim e ao cabo, vai sobrar só o desgaste, porque, como V.Exa. mesmo admitiu para mim, a correção que vai acabar sendo feita será apenas e tão somente a da inflação, pelo IPCA — eu estou repetindo as suas palavras, o que V.Exa. me disse.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se nós sabemos que, ao fim e ao cabo, a correção só vai ser feita pelo IPCA, porque não escrever isso desde já? Isso é algo absolutamente defensável.

Quero dizer que eu sou a favor do Fundo Eleitoral. Eu apoio totalmente a ideia de que tem que haver financiamento público das campanhas. Eu não sou contra isso. Todos nós apoiamos essa ideia. Mas acho que nós vamos sofrer um desgaste inútil com o texto do jeito que está, e, ao fim e ao cabo, isso não vai resultar em nada.

Então, eu peço a sua atenção e a dos colegas.

Mandei uma carta a V.Exa. e mandei cópia a todos os membros desta CMO. Nela explico os motivos, explico a interpretação da lei, porque, numa leitura calma e tranquila da lei, não há essa ausência de freio que V.Exa. aponta. Pelo contrário, a lei limita aquilo que foi dado na última eleição, e para corrigir o valor nós vamos ter que nos valer, inclusive, de interpretação constitucional. Mas eu acho justo que se corrija o valor pela inflação e sei que o senhor também acha.

Nós não precisamos passar pelo desgaste por que vamos passar se o texto continuar como está. Esse desgaste da classe política é, eu diria, desnecessário.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Oriovisto Guimarães.

Vamos ao próximo orador, que é o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro; Deputado Dagoberto; Relator Cacá Leão, eu acho que o Relator fez um esforço grande para nós produzirmos um relatório de síntese que nós possamos aprovar aqui na Comissão.

Para não prolongar muito a minha fala, quero endossar as sugestões do Deputado Bohn Gass. Acho que o Deputado Cacá poderia e vai avaliá-las com boa vontade.

A minha fala vai mais no sentido da preocupação que eu manifestei no Colégio de Líderes e que eu queria reforçar aqui. Nós fizemos um acordo para a votação do PLN 4 que envolveu o Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, a Líder





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Governo, todas as Lideranças aqui e os Plenários da Câmara, do Senado e, consequentemente, do Congresso Nacional.

O acordo foi o de que não faltaria dinheiro para as universidades. E eu tenho relatos. Conversei tanto com o ex-Presidente da ANDIFES, o Prof. Reinaldo, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, como também com o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prof. João Carlos, e ambos me relataram que a situação das universidades é muito difícil. Está havendo um repasse de recursos que chega a ter um corte 30%. Então, universidades que precisam de 5 milhões de reais estão recebendo 2 milhões, 3 milhões. As que precisam de 7 milhões, 8 milhões, estão recebendo 3 milhões, 4 milhões. E os Reitores já estão começando a pedalar; estão começando a deixar de pagar compromissos. Não estamos discutindo investimento; estamos discutindo custeio.

E houve esse compromisso de que não existiria solução de continuidade no funcionamento das universidades até agosto e até o final do ano — agosto foi quando havia uma previsão em termos de programação.

Nesse sentido, tivemos uma reunião hoje no gabinete do Presidente com o Deputado Claudio Cajado, que é Vice-Líder do Governo. A Deputada Joice Hasselmann já passou aqui e me fez uma consulta sobre a possibilidade de haver acordo para a votação da LDO aqui na Comissão hoje. Eu disse que sim, desde que o Governo cumprisse as suas obrigações.

Então, a nossa expectativa é de que na próxima terça-feira tenhamos uma reunião com o Ministério da Educação e com uma pessoa da Economia para fazer uma programação até o final do ano, a fim de que não haja solução de continuidade no funcionamento das universidades em relação ao custeio e em relação às obrigações básicas — fora os investimentos, que precisam de outra discussão — e também, Sr. Presidente, em relação à ciência e à tecnologia, porque uma série de pesquisas estão sendo paralisadas.

O Deputado Claudio Cajado fazia um relato sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, que precisa de 400 milhões de reais e está recebendo 250 milhões — há um esforço para regularizar essa situação —, e há o acordo que nós fizemos e que esperamos que seja cumprido para que haja, digamos assim, um conforto para que possamos votar no plenário do Congresso Nacional o relatório da LDO, que é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importante para que, quando a peça orçamentária chegar, no final do mês, já esteja de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O meu registro é nesse sentido. Espero que na semana que vem avancemos em relação a esses itens, para que possamos ter conforto para votar a LDO na semana que vem ou na seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos apresentando quatro destaques. Dois são de autoria do Senador Izalci Lucas, os quais estou assinando por ele não estar aqui. Um prevê mais recursos para a ciência e tecnologia, que é um tema da maior importância.

Tenho certeza de que o Relator, Deputado Cacá Leão, é sensível ao tema. Áreas como educação e saúde já receberam esse tratamento, e nós sabemos que a ciência e tecnologia vivem um ataque hoje em dia. O Orçamento foi cortado, e há um caos instalado no Brasil devido a essa questão. Para fortalecer a ciência e tecnologia, nós estamos pensando no Brasil de maneira estratégica.

Também na questão da educação, o Senador Izalci se preocupou com o custo total dos alunos, e nós estamos apresentando também esse destaque.

Por parte do Senador José Serra, nós temos assinado um destaque que prevê o Plano de Revisão Periódica de Gastos, que servirá de base para as decisões sobre o financiamento de programas e projetos da administração pública federal.

Esse é um destaque para o qual pedimos muita atenção ao Relator, porque ele praticamente não envolve o remanejamento, mas é mais uma questão de conceito. Portanto, é muito importante.

A bancada de Minas Gerais nos pediu — é claro que nós estamos muito sensíveis ao tema —, e o Deputado Domingos Sávio já explicitou muito bem que há hoje um desbalanceamento muito grande no tocante às emendas de bancada, em termos de divisão pelo País. Há um critério por Estado, e nós estamos defendendo um critério por população, por entendermos que é mais justo. Mas é claro que nós sabemos que a solução para essa questão tem que se dar através de um consenso; através, realmente, de um acordo grande entre nós todos.

Com esse nosso destaque, nós convidamos os nossos pares para nos sentarmos e encontrarmos uma saída, seja uma que inclua também, por exemplo, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IDH, mas que seja mais justa e que não prejudique uma parte em detrimento da outra.

Essas são as minhas manifestações.

Eu peço o apoio não só do Relator, mas também dos meus pares.

Eu fui rápido, meu Presidente. V.Exa. tem que elogiar o seu primo pobre também. Falei sobre quatro destaques no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Parabéns ao nobre Deputado, meu primo rico, Rodrigo de Castro, pelo cumprimento rigoroso do tempo!

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Eu estava somando aqui, Presidente. Espera aí!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Não, eu já vou. *(Pausa.)*

V.Exa. pode chamar mais um e depois me chamar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo!

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, quero só ajudar no debate.

O Senado aprovou a PEC 61/15 há uns 2 meses e a mandou para a Câmara dos Deputados. Lá, realmente, o pedágio repassado para a Caixa Econômica Federal isenta todo mundo. Então, os colegas Deputados Federais têm simplesmente que pegar essa PEC — faz uns 45 dias que nós a enviamos — e aprová-la. Aí todo repasse que nós fizemos vai direto para as Prefeituras, e não vai haver o pedágio da Caixa. Inclusive, quem propôs isso foi uma Senadora do PT.

A matéria foi aprovada lá no Senado há uns 45 dias na PEC 61.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem!

Vamos ouvir agora a última inscrita, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Sr. Presidente, obrigada.

Eu gostaria apenas de fazer uma argumentação com os colegas Deputados que apresentaram as suas razões a respeito da divisão da emenda de bancada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apenas para lembrar que, quando pedimos justiça, eu acho que não podemos pensar apenas em um detalhe, em uma questão específica. Vamos fazer justiça no todo.

Na verdade, com relação às emendas individuais — cada um tem direito a 15 milhões de reais —, se nós pegarmos Minas Gerais, por exemplo, que tem 53 Deputados, e multiplicarmos por 15 milhões, já teremos 795 milhões. Com mais 300 milhões, o valor vai chegar a 1 bilhão de reais. Agora, se nós pegarmos a grande maioria dos Estados do Brasil, temos de 8 até 15 Deputados. Se nós multiplicamos por 15, já estamos no prejuízo. Fora do Sudeste e do Sul do País, só Pernambuco tem 25 Deputados. O restante dos 18 Estados do Brasil tem todos uma minoria. Então, nós já estamos no prejuízo faz tempo.

Portanto, com esse orçamento de 300 milhões de reais, sinceramente, desculpem-me pela expressão que usamos no interior, V.Exas. estão *"pegando o boi"*, porque estão levando o mesmo tanto que nós. Na verdade, nós deveríamos ser beneficiados com mais recursos. E, se nós formos à questão do IDH, esqueçam; aí V.Exas. não vão ficar com nada, nem com a emenda individual.

Desculpem-me pela brincadeira. Não estou sendo atrevida nem ofensiva.

Fora as emendas de bancada, agora raciocinem com relação à renda *per capita*.

Nós, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, temos literalmente a metade da renda *per capita* das Regiões Sul e Sudeste do País. Então, se for por uma questão regional e de justiça, eu quero dizer que todo o Brasil paga impostos e a metade da população paga imposto indireto no consumo — que é a grande maioria dos pobres deste País, que estão nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E posso ficar aqui o dia inteiro desfiando o rosário para justificar esses 300 milhões para cada Estado e mostrar que nós estamos gentilmente abrindo mão para que os Estados ricos também recebam 300 milhões.

Na verdade, eles deveriam é lutar por um Brasil mais igual e doar para nós esses 300 milhões, para que pudéssemos alcançar um patamar ainda maior de renda e justiça social no nosso País.

Muito obrigada pela oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Ah! Eu sei! Eu tenho o maior carinho do mundo pelas Minas Gerais, mas justiça é justiça!

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Meus parabéns, Senadora Kátia! V.Exa. está certa.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Presidente, tenho só uma dúvida. Enquanto o Deputado Cacá vai se reunir com a assessoria, a discussão vai continuar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Nós vamos suspender a reunião por uns 30 minutos, enquanto o Deputado Cacá Leão se reúne com a assessoria dele e com os Deputados e Senadores interessados. Mas eu estou achando que não vai dar tempo de votarmos hoje, porque a Ordem do Dia no Senado está na iminência de começar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, tenho só uma informação, que preocupa com certeza todos nós: a assessoria acaba de me informar que o PLN 18, que está vindo agora, que trata dos 3 bilhões para o repasse em apoio às emendas, está retirando mais de 1 bilhão da educação. Espero que isso não se confirme.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Presidente Marcelo, se a Comissão não votar hoje, não vai votar amanhã, porque eu mesmo vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Votaremos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos suspender a reunião, então, por 30 minutos...

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Suspenda por 30 minutos, para resolver e votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esperem só um instante, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estão apresentando destaques ainda?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu queria usar da palavra, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu penso que ainda podem existir alguns oradores inscritos para discutir a matéria, mas a minha preocupação é que nós estamos num esforço concentrado para a votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, e é possível que amanhã nem painel exista. Então, como nós fizemos um acordo sobre esta matéria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Amanhã é quinta, mas eventualmente vai se encerrar a reforma da Previdência hoje. Esse é o acordo com os partidos. Então é possível que amanhã nós tenhamos um esvaziamento natural, acrescido da não abertura de painel.

Então, se todos concordarem que nós podemos, Presidente Marcelo Castro, suspender a reunião e deixar para amanhã, mantendo o painel, e, por acordo, votar, eu acho que não há problema. Todos nós poderemos conversar com o Relator e discutir os destaques com mais calma, se V.Exa. assim entender, porque, como está acordado, nós não teremos surpresa com relação à manutenção do painel e à votação em consenso.

Então, se os Líderes concordarem, nós não ficaríamos aqui...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, por gentileza, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero consultar os demais Parlamentares, sobretudo os da Oposição.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, nós não temos nenhum problema em votar amanhã, mas tenho duas observações a serem feitas.

Primeiro, nós só topamos votar amanhã a LDO, nada mais do que a LDO amanhã.

Segundo, nós temos o problema dos destaques. Como é que vamos resolver o problema dos destaques? O destaque pode envolver rejeição por parte do Relator, ele tem que ser votado, ou não vai ter votação ou vai ter acordo para incorporar o destaque?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Permita-me, Presidente, se o Relator, o Deputado Cacá Leão, vai conversar com os autores dos destaques, os que ele acatar estão acatados. O restante vai ser votado em bloco, vai ser rejeitado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não necessariamente em bloco, porque também pode ter acordo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então, não tem acordo, se o Deputado Cacá Leão está sugerindo fazer uma reunião.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Deputado Cajado, V.Exa. me permite uma sugestão?

O Deputado Cacá Leão vai fazer um esforço para poder acolher o máximo possível, e nós podemos escolher dois ou três que sejam mais simbólicos, botamos para destacar, votamos simbolicamente e incorporamos ao relatório do Deputado Cacá Leão, depois, no plenário, resolvemos.

Há essa questão do critério de partilha, se for o caso, alguma coisa assim.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Se cada Deputado propuser essa ideia, não faz sentido o que o Deputado Cacá Leão queria, que era justamente suspender a sessão para acordar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ser prudentes.

Vamos suspender a sessão por 30 minutos. Vamos deixar o Deputado Cacá Leão se reunir com a assessoria dele, depois, se reunir com os Deputados e Senadores interessados nos destaques. Depois desses 30 minutos, nós tomamos a deliberação se votaremos hoje.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Melhor que seja hoje. Agora, se não puder...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, só uma pergunta.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Quero fazer uma sugestão, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Não é prudente, até porque não tem como votar agora sem sentar para discutir os destaques, porque senão vai ficar sem destaque, aí é até pior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós só vamos votar depois de resolvido o problema do destaque.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois, não.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Pode ser suspensa a sessão aqui na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - ... e o Senado começa a sua sessão lá, assim que terminar no Senado, como vamos ter que votar até tarde aqui na Câmara mesmo, podemos retomar às 18h30min ou às 19 horas, tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos esperar para ver como vai evoluir.

Por isso que eu disse que, daqui a meia hora, deliberamos como vamos fazer.

Então, eu vou encerrar a discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, só como acordo de procedimento...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, questão de ordem.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Presidente, estou inscrito para discutir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Há mais Deputados inscritos para discutir, há destaque sendo apresentado, pelo que eu soube.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Estou inscrito para discutir, existe destaque sendo apresentado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu ainda estou fazendo a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - O Senador Izalci Lucas está concluindo a apresentação de um destaque, Sr. Presidente, e há pessoas inscritas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Senador Izalci Lucas?

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - A Comissão de Finanças e Tributação também está concluindo, Presidente, a apresentação de um destaque, eu estou inscrito para discutir.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, só quero concluir o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois, não, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Acho que V.Exa. pode suspender a sessão, voltá-la hoje ainda ou amanhã, não tem problema.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão que eu coloco é a seguinte: não faz sentido o Relator pedir para suspender a sessão para conversar com cada um dos autores dos destaques, aquiescer ou não, acordar, e nós voltarmos para poder ter mais destaques para votar.

O acordo pressupõe o entendimento de que voltando para cá, nós vamos votar os destaques em bloco para rejeitar, porque ele vai acatar, com outra errata, com uma complementação de voto. Não é isso?

Então, não faz sentido suspender a sessão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Então, não vai suspender a sessão, vão continuar falando outros inscritos, como o Deputado Celso Sabino.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante, por favor. Vamos com calma. Aqui é a Comissão do consenso, do entendimento, da racionalidade, sem muitas emoções. A ideia é encerrarmos a discussão agora e suspendermos a sessão por 30 minutos. Depois desses 30 minutos, veremos se começou a Ordem do Dia no Senado. Se começou, nós não podemos votar. Se a Ordem do Dia do Senado não for até muito tarde, nós podemos nos reunir novamente aqui ainda hoje e votarmos a LDO.

Até lá, nós tentaremos construir um consenso, por meio do entendimento, assim como o Deputado Cacá Leão tem feito até agora. Vi a intervenção de vários Parlamentares aqui elogiando o trabalho dele, o acatamento das emendas que ele fez, foi sensível aos argumentos e tudo o mais.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Celso Sabino, que tem insistido muito para falar, tem a palavra.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Deputado Hiran Gonçalves, vai fazer uma questão de ordem?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Obrigado, Deputado Sabino.

Eu queria solicitar ao ilustre Relator, isso é uma solicitação do Senador Izalci, que está de licença médica, está com pneumonia, que nós pudéssemos acatar essa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emenda de texto nº 7108008, que viabiliza a construção do anel viário de obras nas rodovias estaduais aqui do Distrito Federal.

Eu queria deixar consignada essa solicitação do Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É um destaque?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Perfeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já está destacado.

Com a palavra o Deputado Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Antes que V.Exa. encerre a discussão, primeiramente, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de conceder a palavra de forma republicana, como sempre faz aqui a todos os membros da Comissão Mista de Orçamento desta Casa.

Quero acompanhar as palavras da Senadora Kátia Abreu, que muito bem colocou essa questão federativa brasileira, em relação a vários aspectos. Quero complementar as palavras da Senadora, colocando também a questão da CIDE, da repartição da parte que cabe aos Estados. Por exemplo, Senador, entendeu-se no Brasil de se federalizar muitos assuntos importantes, como a energia, mas outros não são federalizados da mesma forma.

Relator Cacá, a parte da CIDE que é repartida entre os Estados, vejam bem, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, é proporcional ao número de estradas asfaltadas que cada unidade federativa tem. Ou seja, quem tem mais terá a oportunidade de ter mais ainda, quando deveria ser inversamente proporcional.

Vemos Estados que possuem mais da metade da sua malha estadual privatizada. Então, conseguem ter arrecadação nas duas pontas, porque alugam a sua estrada ainda têm uma receita maior proporcionalmente com a CIDE, porque têm mais estradas asfaltadas. Isso é um verdadeiro esdrúxulo da Federação brasileira.

Como disse há pouco, em relação à parte da energia, o outro absurdo é que, com esse discurso de se federalizar a energia no Brasil, Senador, aquele consumidor que mora do lado da Hidrelétrica de Belo Monte ou do lado da Hidrelétrica de Tucuruí paga a mesma taxa, que teoricamente seria para o transporte da energia, que o consumidor que mora a 3 mil quilômetros da hidrelétrica. É a mesma taxa. Veja que absurdo!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de defender um destaque que está sendo apresentado agora — é uma questão de apenas alguns minutos. O assessor do Presidente Sergio Souza, da Comissão de Finanças e Tributação, está apresentando autorização para este Parlamentar apresentar um destaque em relação a uma emenda, Deputado Cacá. Essa emenda foi feita pela Comissão de Finanças e Tributação e inclui a previsão — atenção, Parlamentares que são de Estados produtores de minério, de energia, de petróleo, de todos os Estados que têm recursos a receber da União pela não compensação com as perdas da Lei Kandir — de que seja disponibilizada uma rubrica para, quando da elaboração do orçamento do ano que vem, tenhamos a disponibilidade de colocar recursos para que a União possa fazer a compensação pelas perdas que os Estados têm com a Lei Kandir.

Lembro que ano passado e este ano o disposto para as compensações com as perdas com a Lei Kandir foi de zero. Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e o nosso Pará têm contribuído com a Nação para o equilíbrio da balança comercial, para a estabilidade da inflação, para o controle da economia. Todos esses Estados fazem jus, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, transitado em julgado — já foi dado ao Congresso Nacional um prazo, que foi descumprido —, para regulamentar a forma como seriam essas perdas. Os Estados pacificamente fazem jus a uma compensação pela União, que determinou que essa compensação ano passado e este ano seria zero. Queremos que, no próximo ano, tenhamos um remédio para minimamente suprir a demanda desses Estados que carecem de recursos. A União deve a eles, o que já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu sei que foi solicitado aqui o destaque do Senador Izalci, mas peço a V.Exa., com toda a competência e qualidade do seu serviço, que é inegável — vários Parlamentares já se manifestaram aqui nesse sentido — que receba com muito carinho esse destaque e o inclua como sendo seu. Assim, poderemos votá-lo já dentro do texto. Esse destaque prevê a inclusão de uma rubrica para que, na discussão do orçamento, tenhamos onde colocar os recursos que forem definidos num momento futuro para as compensações pelas perdas que os Estados têm com a aplicação dos dispositivos da Lei Kandir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente, perdoe-me pelo adiantado do tempo. Agradeço a V.Exa. a concessão da palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço ao Deputado Nelson Pellegrino e ao Deputado Rodrigo de Castro que usem a palavra só para não dizerem que não falaram.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É uma questão de encaminhamento para a reunião. Eu acho que é mais prudente suspender por 1 hora do que por 30 minutos. Eu acho que 30 minutos não serão suficientes para o Deputado fazer esse ajuste. Acho mais prudente suspender por 1 hora, que é o tempo para a sessão do Senado se desenrolar. É mais prudente suspender por 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ficar no meio-termo: 40 minutos.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero chamar atenção para um destaque do Deputado Valtenir Pereira, do MDB do Mato Grosso, para a preservação da destinação mínima de recursos para a Defesa Civil, referente ao montante equivalente da Lei Orçamentária de 2019 para a execução obrigatória no exercício de 2020.

A Defesa Civil é da maior importância para todo o Brasil. V.Exa., inclusive no seu Estado, sabe da importância dela no combate à seca e no combate aos episódios. E o que nós temos visto — o Deputado Cacá Leão da mesma maneira no seu Estado da Bahia, e eu, no Vale de Jequitinhonha, no norte de Minas — é cada vez mais um arrocho em cima da Defesa Civil.

Nós sabemos, na ponta, a necessidade que os nossos Municípios têm das ações da Defesa Civil, que são absolutamente insuficientes frente às necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - O Coronel Lucas tem feito um grande trabalho. Eu peço ao Relator Cacá Leão, e ao Presidente também — que eu sei que é uma pessoa sensível para este tema — uma atenção especial para a Defesa Civil tão necessária para os nossos Estados e para a nossa população.

Louvo o trabalho do Deputado Coronel Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao último inscrito, por 1 minuto, ao Deputado Vicentinho Júnior, como sempre muito breve.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Note bem o volume de destaques que temos apresentado para apreciação do Relator Cacá. Por que nós, para primar pela agilidade da votação...

Deputado Hildo Rocha, quando V.Exa. fala, eu faço sempre silêncio para ouvi-lo, então, permita-me um momento de silêncio?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, vamos ouvir o Deputado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Para primar pela agilidade, por que não votamos ressalvados os destaques para poder votar o relatório do Deputado Cacá Leão?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - A complementação de voto é para tentar acatar os destaques.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - E o restante em bloco?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - E o restante nós vamos discutir.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a discussão.

Está suspensa a reunião por 40 minutos. Estaremos de volta às 17h40min. Está encerrado o prazo de destaque também.

(A reunião é suspensa.)

Em 08.08.2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Ordem do Dia.

Retomaremos a apreciação do relatório da LDO 2020.

Durante a reunião realizada ontem, aprovamos a alteração no parecer preliminar da LDO, o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE e encerramos a discussão do relatório final apresentado e das Complementações de Voto nºs 1 e 2, bem como o prazo para apresentação dos destaques.

Foram apresentados 100 destaques.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Cacá Leão, para apresentar a Complementação de Voto nº 3 e fazer os esclarecimentos finais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, agradeço a V.Exa. Agradeço também aos nossos pares a confiança para que pudéssemos preparar mais uma complementação de voto para tentar, no diálogo, resolver alguns impasses. Esta complementação foi feita basicamente sobre os destaques que haviam sido apresentados.

Como V.Exa. disse, foram apresentados 100 destaques, e acatamos na Complementação de Voto nº 3 os Destaques nºs 1, 3, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 30, 31, 32, 36, 37, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 66, 67, 80, 81, 82, 85, 91, 94, 95, 96, 97.

Acatamos parcialmente, tendo ficado prejudicados os Destaques nºs 19, 20, 34, 40, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 75, 77, 83, 89, 90, 92 e 99.

Foram rejeitados os Destaques nºs 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 84, 86, 87, 88, 93, 98 e 100.

Sr. Presidente, essa é a nossa complementação de voto.

Quero aproveitar ainda esta oportunidade para agradecer à Liderança do Governo aqui nesta Comissão, em nome do Deputado Claudio Cajado, meu colega de partido, conterrâneo do Estado da Bahia. Quero agradecer também à Oposição, em nome do Deputado Bohn Gass, amigo também de longa data, que se faz presente, e do Deputado Nelson Pellegrino, que esteve sempre aberto ao diálogo. Queria agradecer aos Deputados também que se fazem presentes.

Quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Lucas Gonzalez, do Partido Novo. Deputado Lucas, é uma felicidade trabalhar com V.Exa. nesta Comissão. V.Exa. mostrou que não é grande apenas no tamanho, mas também no diálogo, na discussão. Todas as vezes em que tivemos embates, antes de se posicionar, V.Exa. sempre nos procurou e demonstrou a sua posição, procurou entender e tentar nos convencer do seu posicionamento. Agradeço a V.Exa.

Quero agradecer também ao Deputado Dagoberto, Vice-Presidente desta Comissão, ao Senador Marcelo Castro, que também tem feito um brilhante trabalho e tem sido um parceiro importante nosso neste trabalho, e ao Deputado Domingos Neto, Relator da LOA. Procuramos aqui fazer o trabalho o mais transparente possível, para que o Deputado Domingos Neto tenha toda a tranquilidade e facilidade para relatar a LOA.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Finalizando as minhas palavras, quero agradecer à Assessoria da CONOF, da Comissão de Orçamento, em nome do Graciano, a parceria de trabalho que fizemos. Foram feitos praticamente três relatórios, graças a Deus e graças à competência de toda a Assessoria da Comissão de Orçamento. Quero agradecer ao meu gabinete também, em nome do Eduardo e do Raphael, que sempre estiveram ao nosso lado nesta discussão. Quero agradecer ao Walbinson, Secretário desta Comissão.

Podemos até ser, Presidente Marcelo Castro, mal interpretados em alguns momentos, mas temos certeza de que fizemos o melhor possível. Temos certeza de que temos construído uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que fará com que o ano de 2020 consiga ter um orçamento e um Brasil pujante, como todos nós esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Cacá Leão.

Vamos então...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Faço apenas uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O Destaque 90 foi rejeitado; está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Passamos agora à votação do relatório. (*Pausa.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, só uma questão de ordem. É uma informação que eu quero solicitar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Senador Marcelo Castro, é um novo relatório, porque houve alteração. É uma complementação de voto. Mas, como é complementação de voto, regimentalmente, eu deveria ter o direito de poder falar, porque é uma nova situação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu só quero falar se estiver amparado regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo, pode falar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Está bem. Serei breve.

Quero trazer uma preocupação para os colegas Deputados e Senadores.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Cajado está no esforço para que possamos ter uma reunião antes da sessão do Congresso — foi esse o diálogo que nós tivemos ontem —, frente aos cortes que são feitos na área da educação. Eu queria ter essa confirmação formal aqui, não é Deputado Dagoberto? Eu acho importante que isso seja explicitado em todos os debates, porque foram feitos de forma transparente perante a sociedade brasileira.

Que possamos nos reunir com as universidades, com os institutos federais tecnológicos, para debater o tema da educação. São as bolsas, que têm a ver com o CNPq, as universidades, os institutos federais tecnológicos, com o Governo, o MEC e alguém da Economia. É importante isso, porque o que as universidades precisam... Eles têm afirmação do Governo: *"Não vai ter corte, o Governo vai mandar os recursos"*. O Governo diz isso, os Deputados reproduzem isso aqui, mas nós queremos construir um calendário efetivo de compromisso acertado com as entidades. E não é o Senador que vai falar, não é o Deputado que vai falar. É o Governo, com essa aproximação.

Acho que cabe — e é muito salutar na democracia — a esta nossa Comissão aproximar as nossas universidades do Governo. Queria ter do Deputado Cajado essa confirmação, para que não possamos ter a representação das instituições de educação do País, que são as nossas universidades...

Queria acrescentar uma preocupação extraordinária, que apareceu a partir de ontem. A imprensa dava conta que o Governo mandaria um PLN para esta Comissão e para o Congresso Nacional para alcançar aos Deputados que votaram na reforma da Previdência os recursos prometidos.

Esse PLN, Senador Marcelo Castro, veio no dia ontem: PLN 18. Quase foi 17, mas ele ficou com o número 18. Ele tem características de 17, mas é o 18. Corte na educação. Senhores, eu tenho aqui o PLN 18: 3 bilhões e 41 milhões e 359 mil e 744 reais de corte, corte. Atenção, não é contingenciamento! Corte! Sabem onde será feito o maior corte? Exatamente, Deputado, na educação.

Desses 3 bilhões, 1 bilhão e 156 milhões e 538 mil e 536 reais sairão das nossas universidades. Eu fiz com a assessoria um estudo rápido de ontem para hoje. Listei as universidades do País. Gostaria de alcançar inclusive para cada Deputado que está aqui, porque as universidades dos seus Estados terão corte. Por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exemplo, estava falando com o Deputado Dagoberto. Na Universidade Federal de Mato Grosso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir silêncio, por favor, ou pelo menos que colaborem, falando um pouco mais baixo.

Obrigado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul são 42 milhões e 986 mil reais. Eu tenho o valor de todas as universidades, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, daqui de Brasília, dos institutos do Rio de Janeiro. Eu peguei os valores referentes ao instituto federal do meu Estado, do Rio Grande do Sul. Haverá um corte de mais de 1 bilhão.

Nós estamos fazendo o contrário, e o Governo está cortando. Nós queremos os recursos, e o Governo está cortando. Isso aqui é corte, isso aqui não é contingenciamento. Isso aqui não retornará, mais de 1 bilhão.

Presidente, V.Exa. há de compreender que estamos fazendo todo o esforço para votar a LDO, que não foi votada no primeiro semestre, quando deveria ter sido votada. Nós estamos numa convocação. Nós a suspendemos ontem em decorrência das votações feitas. Mas eu não posso — e aqui quero dar exatamente a nossa opinião — votar a LDO hoje de manhã se não tiver a garantia de que nós teremos nas próximas horas essa reunião com o Governo. Ou os institutos federais tecnológicos e as universidades têm a garantia, com um cronograma, de que não haverá corte... Eu não quero que nenhum aluno, que nenhum jovem, que nenhuma criança neste País chegue a dezembro sem ter concluído seu ano letivo. Nós aqui estamos tratando da educação do País. E nós corremos o risco, com os cortes que o Governo Bolsonaro está fazendo, de chegar ao final do ano sem bolsa para pesquisa, sem estrutura nas universidades para manutenção das escolas, sem permanência dos estudantes, sem conclusão das aulas com a qualidade de que precisamos.

Essa é a nossa condição *sine qua non*. Senão, não temos condições. Essa é de fato a cobrança política que fazemos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, V.Exa. está com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quero cumprimentar V.Exa., nobre Senador Marcelo Castro, o Vice-Presidente Dagoberto, o Relator Cacá, os demais membros presentes à reunião e os que nos assistem.

Quero dizer que assiste razão a todos os Parlamentares quando levantam questões a respeito de cortes ou contingenciamentos.

Nenhum Governo, por mais necessário que se faça, sente-se confortável em proceder a contingenciamentos ou eventualmente suplementações com modificações de dotações de um órgão para outro. Faz isso porque é necessário, é fundamental. Os contingenciamentos são feitos por obrigação legal, e as suplementações são feitas por necessidade de mobilizar a máquina de Governo de acordo com aquele momento por que passa aquele Ministério.

Portanto, Deputado Bohn Gass, quero dizer a V.Exa. que nós vamos, sim, promover o entendimento que fizemos para votar hoje a LDO, com a conversa no Ministério da Educação, juntamente com os reitores, V.Exa. e outros Deputados que desejarem. O Governo Federal não tem nenhum — nenhum, absolutamente nenhum — problema com o convite de Ministros para dar explicações. Qualquer Presidente de órgão do Governo Federal pode dar as informações necessárias a todo e qualquer Parlamentar.

Então, asseguro não apenas ao Deputado Bohn Gass, mas também a todos os membros da Comissão, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores, que estamos aptos e prontos para dar as respostas necessárias, dar as informações que eventualmente qualquer Parlamentar deseje.

Dito isso, digo ao Deputado Bohn Gass que já está marcada com o Ministro Abraham Weintraub, da Educação, uma audiência, segunda-feira, às 15 horas, para que eu possa levar esse pleito, para efetivamente podermos confirmar a audiência previamente marcada para terça-feira.

Quero tranquilizar V.Exa. Nós já antecipamos uma posição, Senador Marcelo Castro, de que, eventualmente, suplementações orçamentárias, dotações de um Ministério para outro, no decorrer do segundo semestre, vão ser repostas, vão ser feitas novas suplementações.

Quem é membro desta Comissão sabe que o Governo não vai propor nem um, nem dois PLNs de suplementação, de remanejamento. Virão vários ainda até o final do ano. Isso é absolutamente normal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Defendendo também as universidades, digo que não existe preconceito, não existe nenhum tipo de política que tenha a ação de prejudicar qualquer universidade, seja ela do Nordeste, seja ela do Sudeste. Isso não existe no Governo do Presidente Bolsonaro.

Estou deixando isso claro porque muitos que fazem política de oposição ao Governo colocam de forma exagerada que existe um preconceito contra o Nordeste, que a política do Presidente Bolsonaro tem a visão de tirar recursos das universidades. Não existe isso.

Eu espero que nessa reunião, Deputado Bohn Gass, na terça-feira — eu vou confirmar na segunda-feira com o Ministro o horário e local, para que V.Exa. seja avisado —, V.Exa. veja isso. Agora, nós não podemos esconder também que nós estamos em crise. Nós estamos em crise! O Estado brasileiro não está arrecadando o que é preciso para fazer frente às despesas.

Nós votamos, por sinal, por unanimidade, com o apoio da Oposição — e quero aqui agradecer, reconhecer e louvar o gesto da Oposição para o País —, o PLN 4, que fez a quebra de ouro. Quer dizer, o Governo está gastando recursos para cobrir custeio de endividamento.

O que eu disse, para que as pessoas possam entender? As nossas despesas estão aqui, Deputado Dagoberto, e a receita está aqui. Existe uma diferença grande entre o que o Brasil está pagando de despesa e o que está arrecadando. Essa diferença aqui só foi possível porque o Governo tomou dinheiro emprestado para equilibrar, quebrando a regra de ouro, o que só poderia ser feito para investimento.

Hoje, se nós estamos compatíveis a receita com a despesa é porque o Governo se endividou. Agora, não adianta querer esconder isso. Nós temos que entender. O Governo, diante dessa realidade que herdou,... Eu não vou culpar Governos anteriores, porque, na minha opinião, Governo eleito tem que resolver o problema, e a intenção é resolver o problema, fazendo com que as reformas estruturantes sejam promovidas, como nós fizemos no dia de ontem, com muita competência, a reforma da Previdência, e outras que virão.

Dito isto, Presidente, quero agradecer o acordo feito e pedir que nós possamos agora, com a garantia que está tendo o Deputado Bohn Gass, votar o relatório do Deputado Cacá Leão, que, como sempre, foi brilhante. Não é à toa que V.Exa. é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

baiano e é do meu partido. (*Risos.*) Acho que V. Exa. atendeu a todos, fazendo um trabalho louvável.

Presidente, peço a V. Exa., exaurida já a discussão, que possamos votar, ressaltados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu gostaria de saber a posição do nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, bem rápido, sobre esse ponto então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Certo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu preciso, primeiro, dizer que aqui não se está tratando do PLN 18, que trata de trocas e arranjos entre Ministérios, o que é normal fazer, e nós estamos votando muitos PLNs. Aqui se está tratando de alterações para repasse aos Deputados no acordo para aprovar a Previdência. É diferente, Deputado Cajado. É diferente. Vamos deixar bem claro isso. Suplementações e arranjos é algo normal no cotidiano. As Prefeituras fazem isso, os Estados fazem isso, e nós fizemos aqui.

Repito, o PLN 18 veio para tirar dinheiro da educação e passá-lo ao Parlamentar para indicar para as Prefeituras para outras áreas. Esse foi o arranjo. Não vamos nos enganar. Vamos dizer o que é: é o pagamento da conta para aprovar essa reforma no País, infelizmente. Esse é outro debate que aconteceu ontem.

Sobre a questão objetiva para amanhã, eu listei aqui só três Estados. Peço a compreensão das Sras. e Srs. Deputados. Se quiserem olhar os seus Estados, eu tenho aqui toda a lista. Mas peguei como referência o Piauí, por conta do nosso querido Presidente, o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, e, em referência ao Líder do Governo, o Deputado Cajado, eu peguei a Bahia. Da Bahia, corte na universidade federal de 3 milhões e 269 mil; do Rio Grande do Sul, corte na universidade federal de 3 milhões e 806 mil; da Universidade Federal de Santa Maria, corte de 5 milhões e 662 mil. Isso é corte, não é contingenciamento. É corte! Corte! Elas não terão mais esses recursos. Da Universidade Federal do Pampa — UNIPAMPA, corte de 2 milhões e 500 mil; da FURG — Universidade Federal do Rio Grande, corte de 3 milhões; de Pelotas, 5 milhões; do Recôncavo Baiano — atenção, amigos do Recôncavo Baiano! —, 1 milhão e 478 mil; da Fundação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Universidade Federal do Piauí, 5 milhões e 900 mil, quase 6 milhões! É corte. Da federal do Rio Grande do Sul, 2 milhões; do IFFar — Instituto Federal Farroupilha do Rio Grande do Sul, 1 milhão e 900 mil; do Instituto Federal da Bahia, 1 milhão e 900 mil, quase 2 milhões; da Federal do Piauí, 2 milhões; do Instituto Federal do Rio Grande do Sul — IFRS, 2 milhões e 400 mil; da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, 1 milhão; universidade federal do oeste da Bahia, 2,5 milhões; e do sul da Bahia, 9 milhões! Estou com todos os Estados aqui. Cada Deputado pode checar o seu.

Eu quero concluir dizendo que não entendi bem, Deputado Cajado: V.Exa. vai se reunir na segunda-feira para confirmar a agenda de terça?! Eu preciso ter a confirmação da agenda, porque na segunda, no final da tarde, depois da sua reunião com o Weintraub, é preciso avisar o reitor e as entidades que estarão lá. Nós vamos identificar os nomes exatamente para haver a representação. Eu preciso da confirmação agora. V.Exa. confirma que é na terça-feira? Eu não entendi bem. Confirmaria o horário? Mas eu preciso ter a garantia de que será na terça-feira. O horário é tranquilo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Isso. Eu disse a V.Exa. que vou me reunir às 15 horas com o Ministro para dizer na terça o local e o horário.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Local e horário? Então, está bom, porque nós precisamos da confirmação de que será na terça-feira. Obrigado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Certo.

Na verdade, eu só quero fazer uma pequena correção, Deputado Bohn Gass: V.Exa. está dizendo que este PLN era para atender aos Deputados. Mas, veja, ele inclui 700 milhões de reais para o Ministério da Defesa, para compra de helicóptero e avião! Isso vai servir ao Deputado? Não. Então, este PLN é uma ação de Governo para atender às demandas dos Ministérios. Pode atender também a programações de cadastramentos feitos por Municípios e Estados da Federação que desejam recursos e transferências voluntárias da União, ou seja, esses também podem ser contemplados. Mas não é para atender a Deputado. Pode ser e pode não ser.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a palavra do nosso colega Deputado Bohn Gass.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Bohn Gass, que nós do PDT também não poderíamos ter outra postura senão essa que os colegas do PT estão tendo. Então, nós estamos solidários e acreditamos que, nessa reunião que será realizada na terça-feira... E digo isso até porque eu também quero trazer nossos números. Eu ouvi os números que V.Exa. citou, e no caso de Mato Grosso do Sul, são 42 milhões. A somatória de todos os que V.Exa. citou quase não dá o valor do meu Estado! Nós estamos perdendo muito mais, então eu tenho tanto interesse nisso quanto V.Exas.

Portanto, vou acreditar e apostar que o Líder do Governo, o Deputado Cajado, vai confirmar esse horário, para que possamos discutir e honrar o acordo que fizemos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, apenas quero responder objetivamente. Está confirmada a reunião para terça-feira, e o horário nós saberemos no final da tarde de segunda-feira.

Eu gostaria de informar, pois gosto de fazer tudo de forma transparente, que já falei com os dois coordenadores das Frentes Parlamentares: a Deputada Margarida Salomão, que coordena a das universidades — e vários colegas daqui também dela participam; e o Deputado Reginaldo Lopes, que coordena a dos institutos federais tecnológicos. Eu já informei aos dois para falarem com as direções das instituições e combinarem a vinda das representações formais para essa reunião, que, acredito, será decisiva para o País. Nós estamos tratando do orçamento educacional do ano! Então, será uma reunião de muita importância. Será a sequência do PLN 4, das votações de agora e do andamento dos objetivos aqui.

Então, agradeço e obviamente dou esse retorno a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Chegou à Mesa requerimento de autoria do Deputado Lucas Gonzalez, nos seguintes termos:

Sr. Presidente,

nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, requiero a V.Exa. a votação pelo processo nominal do PLDO 2020, o PLN 5/19.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sala das sessões.

Deputado Lucas Gonzalez

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, quero encaminhar este requerimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a palavra, para encaminhar o requerimento, por 1 minuto.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Com a nossa cultura, Presidente, de sermos liberais na fala? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Obrigado. Bom dia a todos! Estamos aqui desde cedo acompanhando os trabalhos do Relator Cacá Leão, a quem agradeço de novo por ter acatado ontem alguns destaques do Partido Novo.

Eu apresentei este requerimento, na verdade, porque esta Comissão Mista de Orçamento, da qual faço parte pela primeira vez, na minha primeira legislatura, é tida historicamente, pelo que estudei, como uma das mais importantes do Congresso Nacional e é composta — salvo engano, são 11 Senadores e 31 Deputados — por pessoas que têm conhecimento do Orçamento da União. Este ano, 1 trilhão e 410 bilhões de reais serão destinados às mais diversas áreas do País, tais como saúde, educação, segurança e infraestrutura. E não é razoável, na minha opinião, que a LDO, ferramenta importantíssima em nosso Orçamento, seja votada simbolicamente. Nós estamos quase que terceirizando uma decisão fundamental, não apenas para nós Congressistas, mas também para todo o Brasil.

Se a população brasileira votou em cada um dos Congressistas que compõem a CMO, há que se dizer que esses Congressistas devem votar as principais ferramentas do Orçamento, entre elas a LDO, que será votada hoje, caso este requerimento não seja aprovado, simbolicamente. Não há que se falar em aprovação simbólica, meus nobres colegas, de algo tão importante! Acho que a LDO deveria ser votada por cada Congressista que faz parte desta Comissão. Essa é a nossa responsabilidade.

Aliás, a grande maioria dos membros da CMO são membros só da CMO, porque nós temos atividades às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, são muitas as reuniões e discussões de outros tantos assuntos importantes que dizem respeito diretamente à população brasileira. Por isso, o nosso requerimento solicita a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação nominal do texto principal da LDO. Lembro ainda que, daqui a pouco, se aprovado o texto principal, espero que a votação seja feita com esse grau de responsabilidade individual — individual!

Nós do Partido Novo, já o disse ontem, Sr. Presidente — e estou aqui como Líder —, temos três destaques para serem votados separadamente. Não vamos aceitar votação em globo dos destaques. Já temos o apoio necessário para que os Deputados que aqui estão votem o fundo eleitoral. Para nós do Partido Novo é inadmissível, nos tempos atuais do Brasil, com o desemprego, falta de saneamento básico, falta de recursos para a educação... O Deputado Bohn Gass está pedindo recursos para a educação, e nós apoiamos, pois é importante, assim como apoiamos recursos para a saúde, para a segurança e a infraestrutura. Mas, ao mesmo tempo, estamos apoiando aqui investimento nas nossas próprias eleições em 2020! Eu disse aqui ontem: será que as eleições são mais importantes que a população brasileira? Qual será a nossa cara ao chegarmos nas nossas bases, hoje à noite, ou amanhã de manhã, e dissermos que apoiamos e aprovamos 3,7 bilhões de reais para o fundo eleitoral, enquanto o povo não tem saneamento básico, não tem acesso à educação de qualidade, os professores não têm capacitação e faltam recursos para a PRF?

A PRF está aqui pedindo o chamamento dos concursados que não foram chamados. E sabem por que vocês não são chamados? Porque não há recursos para pagar os seus salários! E não tem recurso porque nós estamos aprovando que os recursos vão para os partidos políticos!

Nós precisamos dar o exemplo, gente! Nós precisamos ter a coragem, a nobreza, a disrupção, a ousadia de dizer ao povo que não concordamos com o sistema de fazer política do século XX. Nós queremos pensar algo novo, algo nobre, algo altruísta, algo bonito que nos vai dar orgulho de ser políticos nesta Nação!

Na sexta-feira, Presidente, eu fui a uma nutricionista pela primeira vez na minha vida, e ela me perguntou o seguinte: *"O que você faz da vida?"* Eu falei: *"Sou político. Estou no primeiro mandato"*. Ela olhou para mim assim e disse: *"Político?"* Eu respondi: *"Sim, sou político, Deputado Federal"*.

Esta votação de hoje do fundo eleitoral, esta votação da LDO pode resgatar a honra de sermos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional. Por isso,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o meu encaminhamento é o voto "sim" à votação nominal da LDO e, daqui a pouco, "sim" à votação nominal dos destaques do Partido Novo contra o fundo eleitoral.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço a palavra pelo tempo de Liderança do NOVO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele já falou pela Liderança.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, ele encaminhou. Pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, ele falou pela Liderança.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Ele encaminhou com base no art. 40 do Regimento Comum, que lhe dá direito a encaminhar pelo prazo de 5 minutos. Eu, como Líder do NOVO, tenho tempo de 5 minutos para falar.

Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. é uma pessoa muito ponderada, equilibrada, e por isso mesmo respeita tanto o Regimento como as práticas desta Casa, e me dará o tempo de 5 minutos para falar também pela Liderança do NOVO.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Aguardo sua deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Espere um pouquinho. Recebi aqui de V.Exa.: *"Sr. Presidente, nos termos do art. 9º, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indico o Deputado Lucas Gonzalez para ocupar a função de Vice-Líder da Liderança do NOVO, em substituição ao Deputado..."*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para esclarecimento, Sr. Presidente, isso é de ontem, para substituição de Vice-Líder, não tem nada a ver com Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - *"Sr. Presidente, delego o uso do tempo de Comunicação de Liderança do Partido Novo, nos termos do art..."*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso é de ontem, Sr. Presidente. Ele encaminhou o requerimento. Desculpe interrompê-lo, mas, para esclarecer e dar agilidade, porque já estamos discutindo isso há 2 minutos, eu queria só usar 5 minutos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Espere. É a mesma sessão. Então, o Deputado Lucas Gonzalez falou pela Liderança, falou encaminhando a matéria. Dada a minha liberalidade...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu encaminhei o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Dada a minha liberalidade costumeira aqui nesta Casa, eu vou conceder a palavra ao nobre Deputado Marcel, Líder do NOVO, por 2 minutos e meio, levando em consideração que o Deputado Lucas Gonzalez já falou pela Liderança.

Com todo o prazer ouviremos V.Exa., Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Presidente, com toda a sua liberalidade, liberal Senador Marcelo Castro. Obrigado pela oportunidade aqui.

Também quero saudar o Deputado Cacá Leão, Relator da proposta que sairá desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para depois ser votada pelo Congresso Nacional.

Acho importante nós lembrarmos que o papel principal do Parlamento é exatamente este, discutir o Orçamento, discutir e votar. Foi assim que surgiu o Parlamento na história mundial inclusive, para descentralizar os recursos e tirar das mãos do soberano de então, do Executivo, a discricionariedade e a única competência para estabelecer os critérios para se utilizar do dinheiro do Tesouro para obras públicas ou para outras finalidades.

Eu gostaria de dizer que é papel do Partido Novo fazer essa defesa enfática não apenas do não encaminhamento de tanto dinheiro para campanhas eleitorais, como também do fim do Fundo Partidário, que o Partido Novo não usa, desde a sua criação. Nenhum centavo do Fundo Partidário é utilizado pelo Partido Novo. Está parado numa conta bancária, Sr. Presidente, o dinheiro que o Partido Novo recebe, e nós não podemos nem sequer devolvê-lo à União. Nós tentamos, no Plenário da Casa inclusive, fazer com que fosse possível fazer a devolução. Infelizmente a Casa ainda não compreendeu isso, mas vai compreender. Temos a convicção de que esse dinheiro que está parado na conta do Partido Novo deve poder voltar para Tesouro Nacional para ser investido em outras áreas, como segurança e educação. A interpretação ora vigente é de que, se nós devolvermos esse dinheiro, ele será





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

redistribuído entre os demais partidos políticos. E aí a finalidade da defesa do Partido Novo, no sentido de que esses recursos não deveriam ir para partidos políticos, acaba caindo por terra, e inclusive alimentando candidaturas e partidos políticos com visões ideológicas diferentes da nossa.

Sr. Presidente, eu ia pedir, também pela liberalidade de V.Exa., mais tempo. Vi que o meu tempo já está esgotando, mas vejo que já me foi dado um pouco mais. Obrigado.

Portanto, nós defendemos que o dinheiro que hoje está no caixa do Partido Novo possa ser devolvido à União. Mais do que isso, nós entendemos que o dinheiro público para financiar campanha não é saudável. Aliás, há uma frase muito famosa atribuída a Mencken, que diz o seguinte: para todos os problemas complexos... A democracia é complexa, muito complexa. Dizia Churchill que é o pior de todos os sistemas, exceto todos os outros. V.Exa. bem sabe que é um sistema complexo, inclusive para financiar. Para todos os problemas complexos, dizia Mencken — a frase é atribuída a ele —, normalmente há uma solução simples, fácil, clara, mas equivocada.

E o que nós estamos vendo? É simples dizer: *"Vamos tirar dinheiro daqui, dali"*. O papel aceita tudo. *"Vamos colocar quase 4 bilhões de reais nas campanhas eleitorais. Afinal de contas, a democracia tem custo, é preciso que os candidatos tenham recursos para fazer campanha"*. Mas na prática nós vimos que esse dinheiro, Sr. Presidente, foi distribuído para as candidaturas consideradas vencedoras pelas elites partidárias. E, como diria Robert Michels, as elites partidárias normalmente dominam o processo político em qualquer democracia. E essa teoria, que é da primeira metade do século XX, comprova-se na prática dia a dia.

Nós precisamos fortalecer as doações privadas individuais. Eu tenho orgulho de dizer que a minha campanha teve a maior vaquinha do Brasil. A minha campanha teve a maior vaquinha do Brasil. E, somados os recursos financeiros unicamente privados que recebi na minha campanha eleitoral, o total não perfez nem sequer a metade do que receberam os meus adversários, oponentes, melhor dizendo, de partidos políticos tradicionais, que receberam recursos pelo Fundo Partidário.

Felizmente não tive dificuldade, na minha eleição, de ser inclusive o Deputado Federal mais votado do Estado, com o dobro da votação do segundo. Mas é uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

situação muito atípica. Poucos sabem que eu concorri três vezes a Deputado Estadual, sendo suplente na penúltima eleição, até vir a ser Deputado Federal titular nesta, agora, com a votação de 349.855 votos, e com um custo por voto dos mais baratos do Brasil, pouco mais de 2 reais.

Sr. Presidente, antes de concluir, agradeço sobremaneira sua liberalidade e principalmente seu senso de justiça, pois sei que V.Exa. percebe, assim como meus colegas Deputados, que na minha fala há também um senso de contribuição, de defesa de que a democracia precisa sair fortalecida, também, daqui desta CMO.

Por isso peço — e faço esta defesa enfática em nome do Partido Novo — que nós Deputados e Senadores não aprovemos um Fundo Partidário de quase 4 bilhões de reais, que vai tirar dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública, para pagar santinho, para pagar bandeiraço, para pagar campanha política. O povo brasileiro não aguenta mais isso. Vamos trabalhar uma conscientização para que a própria população financie partidos políticos e candidaturas.

Aliás, empresas são marginalizadas no processo político. Se a empresa tiver contrato com o poder público, concordo, não deve financiar partido político. Se estiver envolvida em escândalo de corrupção, concordo, não pode investir em campanha de partido político ou de candidato a Deputado Federal, Prefeito, Vereador. Agora, se a empresa é limpa, honesta, o empresário paga seus impostos, está batalhando dia a dia, por que estamos vedando a ele a possibilidade de participar do processo político?! Nós estamos marginalizando o empresariado brasileiro! Nós marginalizamos o criador de riqueza!

Concluo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós não, o Supremo, o STF.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o próprio Supremo. Concordo, Sr. Presidente. Que bom que V.Exa. está contribuindo tão ativamente! O próprio Supremo. Aliás, esta Câmara já votou a PEC, que agora está no Senado.

Conclamo os Senadores a terem a coragem de defender a iniciativa privada e de defender os candidatos independentes também, aqueles que não querem viver de dinheiro público, mas querem ter acesso a financiamentos honestos, limpos de quem quer participar da política.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós, e aí falo de forma geral, as instituições brasileiras, estamos alijando o cidadão do processo político. E, com essa solução simples, fácil, mas equivocada, infelizmente podemos acabar prejudicando ainda mais nossa democracia.

Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos a participação de V.Exa.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento de autoria do Deputado Lucas Gonzalez que pede votação nominal para o PLDO 2020.

Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que rejeitam...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, tem apoioamento?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que rejeitam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Então, rejeitado o requerimento, passaremos agora à votação...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, só para informar e para ficar esclarecido que todo esse debate que os Deputados do NOVO propuseram foi vencido no debate que nós fizemos sobre se o financiamento deve ser público ou privado. E a decisão foi que o financiamento tem que ser público, porque, se for privado, como eles querem, os ricos vão se eleger e o povo não vai poder. É isso. E muito do dinheiro que vai exatamente para os ralos da corrupção é das empresas que financiam o candidato e depois pegam a conta nos ralos da corrupção. É disso que se fala.

Na verdade, esse debate nós já fizemos, foi superado. Se quiserem fazer de novo, vamos fazer o debate sobre a reforma eleitoral. Aí é outro debate.

Então, eu não quero que só os ricos possam receber recursos e que depois os que patrocinaram os Deputados peçam a conta para tirar direito do povo, que é o que infelizmente está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Meu caro colega de Estado Deputado Bohn Gass, V.Exa. deve ter chegado...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passaremos agora à votação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1, 2 e 3 e, em seguida, à apreciação dos destaques apresentados. O relatório e as complementações...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu quero pinçar os destaques do NOVO, como já falei algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem dúvida, fique tranquilo.

O relatório e as Complementações de Voto nºs 1, 2 e 3 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, ressalvados os destaques.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece:

Art. 139.

.....
§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mais uma vez, deixando claro, que é para pinçar os destaques do NOVO.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não. Está tudo transcorrendo bem. *(Risos.)*

Há um requerimento do Deputado Lucas Gonzalez pedindo a votação em separado dos Destaques nºs 7, 12 e 13.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator, já que ele fez o relatório pelo tipo de voto: aprovou destaques, rejeitou alguns e prejudicou outros. Aí, nós vamos votar aqui, ressalvados os destaques do nobre Deputado Lucas Gonzalez.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Iniciaremos a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante, para concluirmos aqui.

Destaques com voto do Relator pela aprovação integral: Destaques n°s 1, 3, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 30, 31, 32, 36, 37, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 66, 67, 80, 81, 82, 85, 91, 94, 95, 96 e 97.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela aprovação integral na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Destaques com voto do Relator pela aprovação parcial.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela aprovação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há aqui um equívoco da assessoria. Não há destaques com voto pela aprovação parcial, há destaques rejeitados.

Destaques com voto do Relator pela rejeição: Destaques n°s 2, 6, 8, 9, 10, 11, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 98 e 100.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, apenas queria justificar meu voto. Eu posso fazê-lo, em 1 minuto?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instantinho, vamos concluir a votação aqui, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas é sobre esta votação que eu quero justificar meu voto. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação em globo o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara do Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A aprovação na Câmara do Deputados ocorreu com o voto contrário do Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu peço só...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deixe-me só concluir aqui, Deputado, só um instantinho.

Destaques que foram prejudicados.

Declaro prejudicados, por confrontarem a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os Destaques nºs 19, 20, 34, 40, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 75, 77, 83, 89, 92 e 99.

Agora vamos passar aos destaques do Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, antes eu queria, sobre a votação que nós encerramos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos voltar lá.

Destaque nº 7, de autoria do Deputado Lucas Gonzalez.

O autor do destaque está com a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, de novo, eu agradeço.

Pedi para pinçar os nossos destaques. O NOVO inicialmente havia feito nove destaques. O Relator Cacá Leão acolheu alguns deles, outros nós retiramos, e mantivemos os Destaques, salvo engano, nºs 7, 12 e 13, que versam especificamente sobre o fundo eleitoral.

Eu quero, de novo, lembrar a todos os presentes que não há que se falar, no momento atual da nossa Nação, com desemprego, com falta de recursos na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, em financiar partidos políticos, em especial eleições partidárias — eleições partidárias! —, com quase 3,7 bilhões de reais.

A Oposição tem feito um pleito de 1 bilhão de reais para a educação. Esse bilhão poderia vir do fundo eleitoral. Alguns, como eu, que defendem investimentos em infraestrutura — e aqui faço coro com o pleito do Deputado Hercílio, lá de Minas Gerais, pela nossa ponte na BR-116, que tanto precisa de investimento — parte desses investimentos, Deputado Hercílio, poderia vir do fundo eleitoral, de 3,7 bilhões de reais. Salvo engano, aquela obra é de 50 milhões. Outros fazem pleito para melhorar a saúde do nosso País. São tantas obras públicas inacabadas, em especial hospitais, por exemplo, o Hospital Regional de Sete Lagoas, o de Divinópolis, lá em Minas Gerais. Esse dinheiro poderia vir do fundo eleitoral.

De novo, senhoras e senhores: nós precisamos resgatar a nobreza, a honra, a coragem, o altruísmo de sermos políticos no neste País, eleitos diretamente pelo povo, pelo voto direto. Nós não podemos legislar em causa própria. Nós não podemos dizer que é mais importante para nós políticos a eleição de 2020 do que a população brasileira. Isso é um absurdo! Com que cara nós vamos sair daqui hoje, voltar às nossas bases e falar para a nossa família que nós preferimos destinar recursos para os nossos partidos a destinar para a população brasileira?

E eu quero lembrar aos meus prezados colegas do PSL que o Presidente Bolsonaro foi eleito sem nenhum real de fundo eleitoral, dando um exemplo maior de que é possível vencer uma eleição sem dinheiro público, sem esse descaso, sem esse abuso, sem essa irresponsabilidade.

Por isso, meu encaminhamento é "sim" para a votação nominal dos destaques do Partido Novo, para que cada Deputado, Deputada, Senador, Senadora presente à CMO possa, de forma consciente e responsável, votar "sim" ou votar "não", a favor ou contra a população brasileira.

O que pesa aqui, repito: será que é mais importante a eleição de 2020 ou a população brasileira? Para mim, mais importante do que as eleições de 2020 — e elas são, sim, fundamentais — é chegar aqui a este Congresso Nacional e ver os jornais mostrando crescimento econômico, geração de emprego, obras concluídas, hospitais concluídos. Enfim, isso deve pesar mais do que as eleições de 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço um apelo aos meus caros colegas Congressistas aqui da Comissão Mista do Orçamento para encaminharmos o voto "sim". Deputado Hercílio Diniz, Deputado Rodrigo Coelho, Deputados do PSL, meu colega de bancada Deputado Alexis Fonteyne, vamos votar "sim" a esse requerimento de votação nominal do fundo eleitoral, para pesarmos se somos favoráveis à eleição ou se somos favoráveis à população.

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Então, vou passar a palavra ao nobre Relator Cacá Leão, para apresentar seu voto ao destaque.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, na verdade, com todo respeito que tenho e que já enumerei diversas vezes, e fiz isso no dia de hoje, até, ao Deputado Lucas Gonzalez, ao Deputado Alexis, ao Deputado Marcel Van Hattem, que aqui estão, e a todos os Parlamentares do Partido Novo — até porque o NOVO foi o único partido que não estava presente, pedindo que fizéssemos esta regulamentação do fundo eleitoral, todos os outros partidos políticos que compõem este Colegiado participaram dessa condição —, há um equívoco nesse destaque que foi apresentado.

Na verdade, Deputado Lucas, esse destaque apresentado por V.Exa., pelo partido de V.Exa., tira o freio apresentado pelo nosso relatório à questão do fundo eleitoral. Se retornarmos ao projeto original, encaminhado pelo Governo, fica nas mãos desta Casa, desta Comissão e, principalmente, do Deputado Domingos Neto, o Relator da LOA, quem de fato terá a condição e trabalhará com os números, para ver qual valor será possível colocar nesse fundo, um caminho aberto, onde se poderá colocar 5, 10, 15, 20, 30 milhões ou qualquer parte do Orçamento. Do jeito que o Governo o mandou, apenas ele diz... E, se viéssemos a acatar o destaque apresentado por V.Exa., retornaríamos ao texto principal, que diz que os recursos seriam retirados das emendas de bancada. Nós mantivemos o que foi escrito pelo Governo. Os recursos do fundo eleitoral serão retirados das emendas de bancada e não poderão ultrapassar o valor de 0,44% da Receita Corrente Líquida.

Em nenhum momento, nem eu nem nenhum Parlamentar desta Casa que apoia o financiamento eleitoral... Eu tenho muita tranquilidade para fazer essa discussão, porque, no momento da votação, Deputado Marcel, votei a favor do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

financiamento privado, pois penso como V.Exa. Penso que empresário não pode ser tratado como bandido e, principalmente, político não pode ser tratado como bandido. Eu trabalho 24 horas por dia 7 dias por semana. Vou sair daqui hoje e vou para o meu Estado prestar contas ao meu eleitorado do trabalho que fazemos dentro desta Casa. Sou de família política: meu pai foi Deputado Federal por cinco mandatos e hoje é, pela segunda vez, Vice-Governador do meu Estado da Bahia. Tenho muito orgulho do trabalho que ele faz, do trabalho que fazemos e dos colegas que tenho neste Parlamento. Mas nós vivemos numa democracia. Fomos vencidos naquele momento: o financiamento público foi aprovado. E não dá para fazer financiamento público sem o fundo eleitoral.

Então, o trabalho que fizemos foi uma adequação à Emenda Constitucional nº 100, deste ano, que trata do percentual, da impositividade das emendas de bancada. E nós, de comum acordo, volto a dizer, com o Deputado Domingos Neto, o Relator da LOA, do Orçamento Geral da União, com os partidos políticos, excluindo-se neste caso o Partido Novo, porque sempre defendeu o fim do fundo eleitoral, para que limitássemos, diferentemente da proposta que veio do Governo — é aí que eu falo do risco do destaque apresentado por V.Exas. —, um freio para que não se pudesse apresentar esse percentual... Agora, volto a dizer: com 0,44% da Receita Corrente Líquida, pode-se chegar aos 3,7 bilhões de reais. Mas isso não quer dizer que será creditado por esta Casa, que será alocado por esta Casa esse valor dentro do financiamento eleitoral. Esse valor será decidido no momento oportuno, na discussão da LOA, relatada pelo Deputado Domingos Neto, que será aprovada e apresentada nesta Comissão.

Tenho muita tranquilidade para fazer essa discussão, porque fui no ano de 2007 o Relator do primeiro Orçamento da União que tratava exatamente do financiamento especial de campanhas. E, naquele momento, não tínhamos freio, podíamos colocar qualquer valor no financiamento das campanhas. E juntos nós decidimos, em uma discussão, que seria alocado 1,7 bilhão de reais dentro do financiamento das campanhas, mesmo sem haver qualquer limitação para fazer a discussão desse valor.

Então, encaminho pela rejeição do destaque apresentado por V.Exa., o Destaque nº 7, simplesmente pelo fato de ele retirar o freio que foi colocado dentro





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo, aí sim, se colocar 20, 30, 40, 50 bilhões de reais para o financiamento das campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bem, o requerimento do Deputado Lucas Gonzalez pede votação nominal para os Destaques nºs 7, 12 e 13.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós estamos apreciando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento. Então, é se os destaques serão votados em votação nominal ou simbólica. Como os três destaques tratam do mesmo assunto, o mais lógico é que coloquemos em votação os três de uma vez só — se a votação vai ser nominal ou simbólica. Se for nominal, nós vamos votar cada destaque nominalmente. Se for simbólica, nós vamos votar cada destaque simbolicamente. Agora, a decisão se vai ser nominal ou simbólica eu acho que nós podemos fazer de uma vez só, já que os três destaques tratam de um só assunto.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - É só para esclarecer aos meus colegas. São três destaques do Partido Novo. Dois deles, salvo engano, o 12 e o 13, versam sobre voltarmos à redação original...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - São o 7 e o 12, desculpem-me. É sobre voltarmos à redação original da LDO vinda do Governo, que não estipula um freio, como disse o Relator, mas acreditamos na nobreza desta Casa, que, no ato da votação da LOA, vai colocar um freio muito menor que o atual. E o outro destaque, o 13, acaba com o fundo eleitoral.

Então, são matérias distintas, bem distintas, e, portanto, votações também distintas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Cada destaque vai ser votado separadamente. A decisão que eu estou propondo é se será nominal ou simbólica a votação de todos os destaques. Não sei se V.Exa. entendeu.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É, é uma votação só para saber se vai ser simbólica ou nominal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, coloco, para votação na Câmara dos Deputados, se votaremos de maneira nominal ou simbólica os destaques do Deputado Lucas Gonzalez, os Destaques nºs 7, 12 e 13.

Os Parlamentares da Câmara dos Deputados que forem favoráveis à votação simbólica dos destaques permaneçam como se encontram...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só um pouquinho, Sr. Presidente. Eu acho que nós temos direito a mais um encaminhamento de cada lado antes disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Do requerimento não havia dois encaminhamentos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai haver.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, na votação vai haver.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós não vamos fazer obstrução por obstrução! Mas é para termos a oportunidade de fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exas. vão ter essa oportunidade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis à votação simbólica do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós tínhamos um encaminhamento antes, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui fazendo obstrução. Mas nós temos direito de fazer o encaminhamento por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos votar, vamos fazer o encaminhamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas do requerimento, antes de votar, nós temos que encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora nós vamos votar simbolicamente cada um dos destaques.

Em votação...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, Sr. Presidente, não era isso que nós queríamos. Não era esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, nós vamos permitir o encaminhamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas não era esse o objetivo. O objetivo é a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Nós temos o apoio para votação nominal do mérito do destaque. Nós estamos votando, ainda, o requerimento da votação nominal do destaque. Então, um passo antes ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro, sem dúvida. Que já foi vencido, que já foi votado.

Então, nós vamos colocar agora em votação simbólica cada um...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em votação simbólica algo que nós queremos que seja nominal. Por isso mesmo...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas é matéria vencida, é matéria vencida. Ele já votou.

Já foi votado, matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, mas não foi votado, não. Ninguém deliberou aqui não. Antes de anunciar, eu disse que não era isso que nós estávamos pedindo. Se ele anunciou, foi erro do Presidente. Nós indeferimos antes, no final do anúncio.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas quem preside é o Senador, que dá o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há nenhuma dúvida quanto a isso, não. Não há problema aqui.

O Deputado Lucas Gonzalez requer votação nominal para os Destaques nº 7, 12 e 13.

Então, nós vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Lucas Gonzalez, que requer votação nominal para os Destaques nº 7, 12 e 13.

Quero, então, dar oportunidade para V.Exa. encaminhar o requerimento, por 1 minuto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Regimentalmente. Não estou criando prazo aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não. Não. E outra coisa, nós estávamos ainda em discussão sobre esse tema para tentar encontrar a melhor forma, e V.Exa. tem sido feliz nisso. Aliás, o Relator também é sempre muito inteligente, demonstrando por que ele é o Relator da proposta.

Agora, de 0,56% para 1% é uma diferença enorme. No caso de 0,56% sem freio e 1% com freio, no fundo nós, obviamente, do Partido Novo ficamos ontem em dúvida sobre apresentar o destaque, porque nós vimos que, de fato, havia essa pegadinha, digamos assim, na melhor aceção do termo, caro Relator, sobre a decisão do freio.

No entanto, nós entendemos que é melhor 0,56% sem freio neste momento, como bem disse o nosso colega Deputado Lucas, porque entendemos que as bancadas não abrirão mão dos recursos que devem ser encaminhados aos Estados. E nós do Partido Novo, por maioria — e houve divergência interna, a bancada foi liberada —, entendemos que deveria ser impositiva a emenda de bancada. E nós também entendemos que uma parte desse valor, se for encaminhada ao fundo eleitoral, ainda que nós discordemos, vai ser menor do que 0,44%. No máximo, é verdade. Talvez não seja integralmente executado. Talvez nem votado depois na Lei do Orçamento, de fato.

De qualquer maneira, nós preferimos essa primeira opção que foi enviada pelo Governo, e deveria ter sido com freio. A vossa crítica é muito acertada, assim como é muito acertada a vossa opinião e posição de que o financiamento privado deveria prevalecer.

Sim, Deputado Bohn Gass, fomos vencidos nessa tese no passado, mas esta Casa aqui não admite a censura de continuarmos debatendo esse tema quando nós quisermos.

Quero ainda, para concluir, desfazer uma injustiça que foi feita no pronunciamento anterior de V.Exa., Deputado Bohn Gass, em que V.Exa. disse que estamos querendo beneficiar a corrupção. Se houve algum partido que fez isso, foi o PT, que recebeu dinheiro, inclusive sujo, via caixa dois, de empresas corruptas que financiavam políticos. Não é o nosso caso...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Presidente, Presidente, vamos avançar, Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu fui citado. Presidente, eu fui citado. Eu não citei ninguém, mas fui citado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ah! Mas citou indiretamente. Ninguém aqui nasceu ontem.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, esse debate não engrandece em nada a discussão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para concluir e evitar polêmicas, Sr. Presidente, digo que o nosso encaminhamento é favorável à votação nominal. Nós entendemos que cada Deputado aqui vem com uma representação da sociedade. Não há nenhum custo a mais em relação ao tempo, a não ser o de poucos minutos para fazermos a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos concluir, Deputado, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Por isso, encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Lucas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Bom, primeiro, quem está fazendo censura neste País é o Presidente que V.Exa. elegeu, que é da ditadura. E V.Exa., Deputado Van Hattem, que veio do PP, do Partido Progressista, partido de Maluf e dessa turma toda, pode falar muito de corrupção. Então, isso é o que digo a V.Exa.

Sobre o tema eleitoral, fizemos de fato o debate. Por que nós queremos o financiamento público? Porque, se isso não for feito, dará margem exatamente ao que acontece. O grande empresário vai pagar, depois o Deputado vai votar a favor do grande empresário e retirar direitos do povo. É por isso que deve haver financiamento público.

Vou aproveitar esse minuto restante para fazer uma observação sobre o que disse o colega Deputado. Disse que, na eleição de Bolsonaro, não teria havido financiamento público. O financiamento foi a tal ponto privado que foi criminoso. Isso está na Justiça. Empresários se reuniram e pagaram pela divulgação de *fake news*,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de dados falsos, mentirosos, com a participação de empresários de outros países, exatamente para manipular a eleição.

Se quiser dar um exemplo de eleição com financiamento privado falseada, basta citar essa eleição de Bolsonaro. Infelizmente, meus amigos que vêm do PP, de Maluf, do tempo das grandes corrupções no País, apresentam-se como novos. São novos, porém, *muy viejos*.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na Câmara dos Deputados o requerimento sobre votação nominal ou simbólica.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que rejeitam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Apoiamentos para votação nominal...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Apoioamento para verificação, Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Apoioamento para a verificação...

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) - Houve o apoioamento para a verificação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, só há dois. Não teve apoioamento. Só houve dois...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Houve apoioamento.
Verificação, Presidente.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB - PR) - O PSB não apoia.

(Não identificado) - O NOVO só tem uma vaga na Comissão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Só tem uma vaga, e só há dois votos...

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB - PR) - Sr. Presidente, o PSB não vai dar apoioamento. Se o Deputado quiser dar apoio individualmente, tudo bem, mas o PSB não vai dar apoioamento.

Ele não pode dar apoioamento, não é Líder. Ele não é Líder, para dar apoioamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) - O PSB tem duas vagas. Só há um titular aqui. Eu sou suplente e estou como titular nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há problema. É preciso um requerente e mais quatro apoiadores. Como não há, não vai ser feita a votação nominal.

Então, está rejeitado o requerimento.

Vamos então para a votação simbólica.

Destaque nº 7.

O voto do Relator é pela rejeição.

Srs. Parlamentares, na Câmara dos Deputados...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós pedimos que haja orientação de bancada, Sr. Presidente.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, peça silêncio ao pessoal lá de trás, porque não estamos conseguindo aqui ouvir a reunião.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço aos presentes silêncio.

Temos grande prazer em tê-los conosco, que nos prestigiam nesta reunião tão importante, mas peço que façam um pouco de silêncio. Se não for possível que fiquem calados, falem baixo, sussurrem, para não atrapalharem os trabalhos da nossa Comissão.

É regimental o encaminhamento do requerimento.

Terá a palavra quem quiser fazer o encaminhamento. O prazo será de 1 minuto, regimentalmente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, V.Exa. tem demonstrado, como todos estamos presenciando — isto vale não apenas para esta reunião, mas também para todas as que V.Exa. preside —, que é um democrata, e é tolerante e extremamente cordial com todos os colegas. Porém, Presidente, estou preocupado, porque estamos apenas com o funcionamento da Comissão de Orçamento, e já é quase meio-dia. Ontem aqui ficamos até quase meia-noite. Na noite anterior, ficamos até as 2 horas da madrugada. Eu vejo que o esforço que a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão de Orçamento está fazendo para votar a LDO é grande, inclusive para os Parlamentares.

Então, eu pediria a V.Exa. que fosse mais rigoroso quanto à concessão do tempo, para que todos pudessem bem utilizá-lo e finalizássemos hoje a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou dar uma aqui de Jânio Quadros e de Michel Temer: sê-lo-ei. (*Risos.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Agradecê-lo-ei também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço à assessoria que me aponte aqui o art. 41 do Regimento Comum, que diz:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas não se trata de requerimento. Estamos votando um destaque.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Tudo bem, mas isso vale também para os destaques. Para encaminhamento dos destaques, o prazo é de 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não vale.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Presidente, vamos dar celeridade aos trabalhos desta Comissão, senão o dia passa e nada se produz. O que é isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu quero terminar a minha questão de ordem. Eu ainda tinha 1 minuto.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Presidente, isso está superado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, estou aqui tentando falar em uma questão de ordem, apresentada até de último momento, mas eu tinha 1 minuto.

Diz o art. 49:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 49. Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um.

É o que diz o art. 49 do Regimento Comum.

Concordo com o Deputado Claudio Cajado, acho que devemos ser rigorosos quanto ao tempo, mas precisamos ser justos e observar o Regimento.

Portanto, nós teríamos, pelo processamento da votação da matéria, direito a falar, pois há a previsão de que quatro Deputados e quatro Senadores, de preferência de partidos diferentes, possam falar pelo prazo de 5 minutos cada um.

Nós temos direito a votar a matéria, encaminhando-a, com 5 minutos para cada um, sendo quatros Senadores e quatro Deputados, no limite do Regimento, Sr. Presidente.

Por isso, sejamos rigorosos, mas justos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O que V.Exa. está propondo é real, mas isso diz respeito à matéria. Nós já estamos na votação. Essa fase já foi superada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas destaque é uma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, agora já estamos na fase de votação do destaque.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, não se decidiu sobre os destaques ainda, decidiu-se sobre o principal. Isso é matéria de discussão. A cada matéria votada, a cada destaque, aqui ou no plenário da Câmara — não sei se o Senado funciona assim —, há nova discussão, pelo mesmo prazo, Sr. Presidente. Isso é regimental.

Nós temos direito a 5 minutos na discussão do destaque, até quatro Senadores e até quatro Deputados, Sr. Presidente.

Observemos o Regimento, sejamos justos e utilizemos o nosso tempo para fazer a defesa do nosso posicionamento.

Estamos em uma democracia, estamos no Parlamento, e V.Exa. tem sido muito feliz na condução dos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode encaminhar. O prazo é de 5 minutos para encaminhamento da matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) - Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, colegas Deputados, até para não usar todo o tempo e ser repetitivo, quero dizer que a discussão aqui vai muito além da discussão unicamente do voto nominal ou não e do uso de dinheiro público para as eleições do ano que vem.

É sabido que o Brasil passa por um momento difícil, de contingenciamentos constantes do Orçamento, em especial no caso de áreas sensíveis para a população, como é o caso das universidades federais, da educação.

Falo agora sobre um exemplo específico da minha região, Joinville, em Santa Catarina: a BR-280. Desde que eu nasci, há 39 anos, fala-se na sua duplicação. Diariamente falecem pessoas ali em decorrência de acidentes, e o orçamento, no caso dessa rodovia, é de apenas um terço do previsto para cada ano. Essa obra está a passos de tartaruga, avança, no máximo, 500 metros a cada ano. Trata-se de uma obra na região mais rica do Estado, onde se localiza o Porto de São Francisco do Sul, que se liga também a Jaraguá do Sul, onde temos a WEG e outras empresas que fazem o Estado de Santa Catarina ser a sexta economia do País, apesar de ter apenas 1% do território nacional.

Temos o quarto maior parque industrial do País, mas somos o antepenúltimo em retorno da arrecadação federal em nosso Estado. Antepenúltimo! No ano passado, não chegou a 2% o retorno do Governo Federal quanto à arrecadação que faz em Santa Catarina. Somos um Estado rico, também em população, mas ele está com o pires na mão — essa também é a realidade de outros Estados —, sem recursos até para manter serviços básicos como os de saúde, educação, segurança e assistência social, o que vejo que deve ser o foco do Estado. Quanto às demais áreas, devem ser encaminhadas com urgência as PPPs, as concessões, e assim por diante.

Eu não sei qual é o problema de se fazer a votação nominalmente. Não vejo qual é o problema da votação nominal. Basta o Deputado dizer "sim" ou "não" a esses três destaques, os de nºs 7, 12 e 13.

A discussão sobre o financiamento de campanha realmente é algo complexo. Deve ser feita a mãe de todas as reformas, na minha opinião, que é a reforma política. Mas é inadmissível que, no momento por que passa o Brasil, Sr. Presidente, tenhamos essa ousadia, pode-se dizer assim, de destinar praticamente 3,5 bilhões para financiar eleições no ano de 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cito como exemplo claro da não necessidade de uso desse valor a eleição de nosso Presidente Jair Bolsonaro, que não usou 1 centavo de dinheiro público para se eleger. Demonstrou claramente a total desnecessidade de uso de dinheiro público para uma eleição, a mais difícil de todas, que é a eleição presidencial.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto "sim" ao requerimento do Deputado Lucas Gonzalez, para votação nominal dos Destaques nºs 7, 12 e 13, a fim de que a população saiba do princípio mais básico de nossa atuação como Parlamentar, que é a transparência. É necessário que a população saiba como é que cada Parlamentar está votando hoje nesta Comissão, que eu considero a mais importante do Congresso Nacional, sem desprezar as demais, que é a Comissão de Orçamento, que vai ditar os rumos da vinculação de cada centavo do dinheiro público.

Por isso, Sr. Presidente, ratifico o apelo aos demais colegas Deputados pelo voto "sim" aos Destaques nºs 7, 12 e 13 e à votação nominal da questão do fundo eleitoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para encaminhar a votação do destaque, está inscrito o Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Peço que me inscreva também, Sr. Presidente, por favor.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, o Podemos encaminha pela aprovação do relatório, de acordo com o que apresentou o Relator, o Deputado Cacá Leão.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu vou me inscrever também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O segundo inscrito é o Deputado Nivaldo Albuquerque.

O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE (Bloco/PTB - AL) - O PTB encaminha de acordo com o relatório do Deputado Cacá Leão, o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O terceiro inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Sr. Presidente, como Líder do PSB nesta Comissão, faço o encaminhamento de acordo com o relatório deste grande baiano, o Deputado Cacá Leão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrado o encaminhamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Tem que balancear, considerar quem é contra e quem é a favor, Sr. Presidente. Houve três a favor e um contra. Aliás, o contrário, três...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Chamei os que estavam inscritos aqui para falar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem! Espere, Presidente! Não, não, não, não! Nós temos uma prática aqui no Parlamento. V.Exa. garantiu a discussão dos destaques...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, tranquilo, tudo bem, não quero atropelar ninguém. É o que estava aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Outro pode falar contra, não há problema, não.

Tem a palavra o Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Presidente, esta matéria já vem sendo discutida nas últimas eleições desde a aprovação do financiamento público de campanhas. Temos que lembrar de como veio esta matéria, de por que veio o financiamento público. O Deputado Cacá Leão colocou muito bem, foram adotadas más práticas quando havia o financiamento privado de campanhas.

O que nós estamos vendo é que partidos que defenderam o financiamento público fizeram largo uso dos financiamentos privados, corrompendo as empresas ou sendo corrompidos. E aí havia essa questão de que se ficava discutindo quem era quem. Usaram muito desse capital privado, e, depois que foram pegos nesses atos de corrupção, cuspiram no prato do capital privado, acusando-o de ter seduzido os políticos com o capital mundano, o capital capitalista, como disseram. Aprovaram então aquelas verbas para poderem financiar as campanhas.

É claro que a democracia custa caro, é claro que a democracia exige que haja representatividade, e até se entende a necessidade do financiamento de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

campanhas, mas as campanhas têm que ter representatividade também da sociedade. E os empresários, o capital, também são representantes dessa sociedade.

O que nós estamos vendo hoje aqui é a aprovação de 3,7 bilhões de reais. Seja esse o limite ou não, é um capital extremamente importante — vai fazer falta à sociedade —, para financiar campanhas eleitorais. Isso está sendo aprovado agora.

De novo eu falo aos nobres Deputados que, se não conseguem colocar a digital para registrar o voto e têm vergonha desse voto, não votem. Se não temos a coragem de colocar a digital nesse recurso, é porque estamos envergonhados.

Portanto, o Partido Novo encaminha o voto "sim" em relação a esse requerimento, como também encaminha que o voto seja aberto, para que toda a sociedade consiga ver com clareza aqueles Deputados que estão votando para que esses recursos, que tanto fazem falta hoje para o Brasil, sejam destinados a campanhas eleitorais.

Agradeço o tempo, do qual 2 minutos podem ser utilizados pelo Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Vou falar como autor, serei bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, quero primeiro agradecer-lhe — sou representante do NOVO aqui na Comissão — pela forma republicana como liderou a reunião hoje pela manhã.

Reitero, Deputado Cacá Leão, nossa gratidão por ter acatado os nossos destaques, os outros destaques, para não gerar de forma alguma o entendimento de que temos tido briga. Não é briga, é posicionamento partidário.

Alguns colegas aqui usaram da palavra enquanto Líderes partidários. Eu uso da palavra como cidadão que aqui estou como eleito por Minas Gerais. E me dirijo aos cidadãos comuns que estão aqui, estão lá atrás nos assistindo, integrantes da imprensa, servidores, algumas pessoas que estão visitando a Câmara dos Deputados hoje, em especial esta Comissão tão importante, a Comissão Mista de Orçamento. Aliás, quero incentivar os jovens que aqui estão. Nós precisamos de pessoas competentes, que saibam lidar com o grande desafio do Brasil, que é a parte fiscal. Então, vamos estudar mais a parte fiscal, e eu me incluo nisso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço agora o meu apelo. Será que é viável, será que é inteligente, será que é razoável aplicarmos mais dinheiro nas eleições do que na população? Meus Deputados mineiros que aqui estão — o Deputado Hercílio está aqui, o Deputado Misael estava aqui agora há pouco, o Deputado Gilberto Abramo é um grande amigo —, em Minas Gerais nós temos tantos desafios, na infraestrutura, na saúde, vemos filas e mais filas nas creches, professores sem capacitação, e nós estamos aprovando 3,7 bilhões para as nossas eleições no próximo ano! Isso é incabível! Se o Brasil estivesse crescendo economicamente, se houvesse pleno emprego, saúde moderna, educação para todos, se as pessoas estivessem empreendendo, realizando os seus sonhos, poderíamos sim, talvez, votar de forma simbólica. Mas o Brasil tem pressa de um povo político, de uma política que dê exemplo, de uma política que tenha a coragem de dar o exemplo e não aprovar esse fundo eleitoral.

Então, de novo, este é o meu apelo a cada Congressista presente a esta CMO, para aprovarmos o destaque feito pelo Partido Novo e podermos chegar às nossas bases hoje, Deputado Cacá Leão, onde vamos trabalhar e prestar contas do nosso mandato. Eu tenho certeza de que cada Parlamentar poderá prestar contas do seu mandato de forma mais honrosa ao dizer que votou "não" ao fundo eleitoral.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrado então o encaminhamento do destaque.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o Destaque nº 7, com parecer do Relator pela rejeição.

Os Srs. Parlamentares que rejeitam o Destaque nº 7 na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(Não identificado) - Só membros é que podem levantar a mão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O membro titular e o membro suplente não podem... (*Riso.*)

Rejeitado o destaque.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Portanto, não vai...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Só para pedir o apoio, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...não vai ao Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Faço questão de ordem com base no art. 131 do Regimento Comum, Presidente.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu vou pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Verificação...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não! Não procede. Votamos o regime simbólico.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Verificação e apoio. Só para verificar, porque os colegas não fazem parte...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não existe isso! Já foi votada. É matéria vencida, Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É matéria vencida, Presidente!

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Depois que se vota é que se pede verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pede...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode pedir, mas precisa de apoio.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, desculpe-me, Presidente. Foi votado o requerimento sobre a votação simbólica! O Plenário votou!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ah, sim! Já foi simbólico.
(Riso.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É matéria vencida!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pelo amor de Deus! Estou há 6 meses aqui, e estou sabendo mais do que quem já exerceu nesta Casa vários mandatos! Depois da simbólica, pergunta-se se há apoio para a nominal. É assim que funciona!

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas já foi aprovado que essas votações seriam simbólicas!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exas. mesmos aqui sabem que é assim! Existe gente que já exerceu dez mandatos e não está sabendo! O que é isso?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente... Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Não pergunte. Manifeste-se. Não pergunte. Manifeste-se.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Deputado Cajado...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Vamos esclarecer esta situação, para também não cometermos injustiça.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Peço então ao Presidente que esclareça como funciona...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se V.Exa. puder esclarecer, para ficar claro para todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou esclarecer.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É matéria vencida. Nós deliberamos que a votação seria simbólica. Se tivéssemos permitido a votação nominal, não teria havido a necessidade de votação simbólica. É o óbvio ululante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente. Reconheço que errei ao fazer a solicitação. (*Riso.*) Peço desculpas àqueles que acharam... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem com base no art. 131, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, o Governo — não falo aqui pela Liderança do Governo — não tem interesse direto nesta matéria. Esta matéria diz respeito aos partidos políticos. Concorde plenamente com os argumentos do Deputado Cacá Leão, Relator da matéria. Eu falo em nome do meu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Partido Progressista também. Se nós aprovamos o financiamento público, esta é uma questão legal: de onde virá o recurso, se não vier do Orçamento da União?

Então, é um contrassenso não termos a responsabilidade de alocar os recursos. Ponto.

Respeito completamente o Partido Novo, que é o único partido que não concorda com essa tese. Inclusive, foi voto vencido. A democracia é isto: a minoria se submete à maioria. E a maioria dos partidos concordaram, aquiesceram, votaram e aprovaram nesta Casa que o Orçamento da União tem que conter o recurso para despesas nas eleições.

O Deputado Cacá deixou isso claro, sem dúvida nenhuma. O que ele fez no relatório? Ele colocou uma trava, um teto. Por quê? Porque o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, pode elevar de 3 bilhões para 4, 5, 6 bilhões, a depender do momento da votação. Então, pode-se concordar com a trava que o Relator Cacá coloca ou se pode discordar dela, mas ela é um teto. Acima disso, não haverá mais recursos públicos, o que eu considero lógico.

Porém, a minha questão de ordem, Presidente, é a seguinte. Nesta Casa — já estou nesta Comissão seguramente há mais de 17 anos, de forma alternada, um ano sim, um ano não, porque nós não podemos ficar, depois da Resolução nº 1, mais do que 1 ano ininterruptamente —, nunca houve requerimento para discussão de destaque, para manifestação a favor ou contra. Nunca houve isso. V.Exa. está abrindo uma exceção.

Portanto, invoco o art. 50 do Regimento Comum, que diz o seguinte:

Art. 50 Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação.

Isso está claro no art. 50 do Regimento Comum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso é para antes, isso é para antes.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então, nunca se abriu a possibilidade desse encaminhamento por quatro Parlamentares — o autor tem esse direito —, o encaminhamento a ser feito por quem é contra e por quem é a favor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu formulo esta questão de ordem, para que V.Exa. decida que não procedem essas discussões, esses encaminhamentos no caso de destaque. Somente ao autor é permitida essa manifestação.

Se V.Exa. achar que não deve tomar essa decisão agora, que a submeta ao Plenário, para que este, de maneira soberana, possa deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou, nobre Deputado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É sobre o assunto. É contradita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não vou dar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É contradita, Sr. Presidente! Tenho direito a contraditar...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, V.Exa. levanta questão do Regimento. Eu vou acolher o requerimento de V.Exa., a questão de ordem que V.Exa. levantou, e vou decidir posteriormente. Por quê? Porque está havendo uma confusão muito grande aqui — eu acho que já ficou patente para todo mundo — da assessoria. Nós não conseguimos saber como está, em que pé está, o que pode e o que não pode.

Então, terminando aqui, nós vamos nos reunir com a assessoria e ver como poderemos proceder. Vamos estabelecer as normas, segundo o Regimento Comum e o Regimento da Casa, para encaminharmos a matéria. Mas agora vamos encaminhar com base no que estamos fazendo.

Vamos passar agora ao Destaque nº 12. Em relação a ele, dois Parlamentares se inscreverão para falar a favor, e dois, para falar contra. Vamos seguir esse rito hoje até o final dos destaques. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas não vou mudar, Deputado Vicentinho. Eu já tomei a decisão. Nós vamos continuar do jeito que estamos fazendo. Os destaques vão ser defendidos por dois e rejeitados por dois Parlamentares. Foi essa sistemática que adotamos. Estamos no Destaque nº 12.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou então passar a palavra ao autor do destaque, o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu tinha outra situação para esclarecer relativamente à verificação.

É verdade que votamos o requerimento de votação nominal ou simbólica anteriormente. Contudo, é direito sempre de Parlamentares requererem que haja verificação nominal, inclusive porque o Presidente às vezes pode computar erroneamente os votos. Isso acontece. A verificação é um direito que vem depois, se houver apoio.

Então, é só para deixar isso claro. Eu disse que me havia equivocado, mas me equivoquei ao dizer que estava equivocado. Sempre podemos, após a votação de destaque ou de qualquer matéria, pedir que haja uma espécie de verificação. Isso é um direito parlamentar. É só para deixar isso claro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - A título de esclarecimento, Sr. Presidente, eu falo como autor ou posso fazer o encaminhamento favorável?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fala como autor do destaque.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu falo então como autor do destaque.

Eu já havia explicado aos colegas há pouco que o NOVO apresentou três destaques, dois deles retomando o texto original. O Relator, o Deputado Cacá Leão, já nos explicou que ele colocou um freio, mas, na nossa opinião, esse freio está freando muito embaixo da ladeira. Tem que frear antes. *(Riso.)* Quem sabe, 0,02%.

Há dois destaques para voltarmos ao texto original e um destaque para acabarmos com o fundo eleitoral. Peço, de novo, o apoio dos nobres Congressistas. Nós podemos ter a coragem de chegar às nossas bases hoje à noite e, ao prestarmos conta dos nossos mandatos, dizer com muita transparência e muita nobreza que votamos contra o fundo eleitoral. Eu tenho certeza de que V.Exas. que têm a oportunidade de votar contra o fundo eleitoral serão muito mais bem-vistos em suas bases, uma vez que a população não aguenta mais que os políticos legislem em causa própria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos agora à orientação de bancada... *(Pausa.)*

Vamos ao encaminhamento da votação. Dois Parlamentares falarão a favor, dois Parlamentares falarão contra.

Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes, que está inscrito.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, o Podemos encaminha contra o requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Presidente, só quero registrar que tenho uma Comunicação de Liderança a fazer. Quando V.Exa. entender que é possível, estou à disposição para fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço a V.Exa. Estamos em processo de votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu encaminho também a favor, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente, o PRB encaminha a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós vamos encaminhar a favor. Não pode alguém encaminhar a favor se não é a favor.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Por que não? O Deputado não tem direito? O que é isso?

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, uma dúvida...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Vai policiar agora a posição dos Deputados? O Deputado é contra ou a favor.

Vamos, Presidente, prossiga a reunião.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Deputado Lucas, eu tenho liberdade para proferir o meu voto. Eu encaminhei o meu voto a favor.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Segue a reunião, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, por favor, isso é sacanear os colegas. Puxa vida! Isso não se faz. Simples assim! Isso é sacanear os colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não se preocupe, não.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, se o Deputado vota a favor... Eu acho que isso é incoerente.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Deputado Lucas, eu tenho profundo respeito pelo Deputado Marcel. É um Deputado qualificado, é um Deputado preparado, tem tido espírito público, tem cumprido um papel importante. Entretanto, este Parlamento e todos que estão aqui não têm o perfil de sacanear ninguém.

Eu queria só fazer esse registro, porque esse tipo de postura desmoraliza o Parlamento. Nós temos divergências, temos posições contrárias, mas precisamos respeitar a democracia e as posições.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir. Tudo bem, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Eu queria só fazer, com todo o respeito, esse registro, para respeitarmos este Parlamento.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, falo como autor do requerimento. V.Exa. tem conduzido muito bem esta reunião...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. já falou como autor do requerimento.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Agora peço um esclarecimento. Eu já falei como autor. Agora peço um esclarecimento. Alguém que tem posicionamento notoriamente contra a matéria pode encaminhar o voto "sim" em relação à matéria?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pelo amor de Deus, Presidente! Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, eu não vou...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos permitir que fale...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Isso não pode! Isso não pode!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ter calma aqui...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, se é assim, nós vamos pedir que haja orientação com registro no painel e que cada partido oriente por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ter calma. Vamos seguir o rito que nós estabelecemos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, nós não estamos aqui para obstruir. Nós não estamos aqui para fazer sacanagem — vou repetir essa palavra. Aqui estamos para debater uma matéria relevante, que é importantíssima para o Partido Novo desde a sua fundação. V.Exa. tem sido muito justo, e nós não concordamos com as injustiças que estão tentando fazer contra a nossa bancada. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos voltar ao que nós começamos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ninguém está aqui para obstruir. Não somos o PSOL da Direita, pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É preciso que haja a orientação contrária e a orientação a favor. Houve uma orientação a favor, houve outra orientação contrária. Vou permitir então que haja mais duas orientações a favor, para não haver essa dúvida de que alguém que seja contrário esteja votando a favor, tirando o direito daquele que é a favor. É um direito do Deputado se posicionar como quer, mas, levantada essa questão, agora quem quiser encaminhar a favor do requerimento pode falar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, assim vamos demorar mais ainda. Pelo amor de Deus! Vamos...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu só peço 1 minuto. V.Exa. está criando um precedente. Eu só peço 1 minuto, por favor. *(Pausa.)*

Presidente Marcelo Castro, quando nós nos inscrevemos para falar a favor ou contra qualquer matéria no plenário da Câmara dos Deputados, não existe cerceamento nem policiamento quanto à atitude de nenhum Deputado. O Deputado pode ser contra determinada matéria, mas ele se inscreve para falar a favor para utilizar o tempo. Essa é uma forma de utilização de regra regimental. Eu, várias vezes, já me inscrevi para falar a favor de uma proposição, mesmo sendo contrário a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ela, para utilizar o tempo. Isso é regimental! Agora, querer que o Deputado não se inscreva, regimentalmente, como foi feito na Mesa, para ser a favor ou contra qualquer matéria, isso é inadmissível. Não existe esse termo "sacanagem". Isso é regra regimental que está sendo utilizada!

Agora, desculpe-me, Presidente, o cerceamento a qualquer Parlamentar V.Exa. não pode permitir. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Deputado Marcel, o Líder do NOVO. Respeito o NOVO. Eu disse que esta matéria não é do interesse do Governo, e não falo aqui como Líder do Governo na Comissão —, e não podemos permitir cerceamento à atitude de nenhum Deputado nesta Casa. Não é possível! V.Exa. está abrindo um precedente, Presidente Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está coberto de razão, mas nós...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, é golpe se inscrever a favor se é contra...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas nós ganharemos tempo se seguirmos o rito que vínhamos seguindo. É muito melhor fazer assim, senão vai piorar. Vamos nos tornar mais ineficientes.

Falta mais uma orientação a favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. já encaminhou o voto. Já falou como autor e já encaminhou. Está considerado aqui o encaminhamento de V.Exa.

Agora outro que quiser pode encaminhar a favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exa. me permite fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São os membros que podem encaminhar. Quem não for membro... Nem Vice-Líder nem Líder podem orientar ou encaminhar. O Líder pode pedir a palavra uma vez e falar por 5 minutos, e pronto. Quem tem que falar são os membros da Comissão.

Deputado Lucas, V.Exa. já encaminhou.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu só queria tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu só gostaria de registrar que o NOVO está falando em golpe aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos andar, vamos andar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas o NOVO falando em golpe é interessante, não é?

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, eu sou membro desta Comissão e já encaminhei. Outro colega pode encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Membro pode.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Pode, desde que seja membro. Peço que conste isso então, para que, no futuro, pessoas que não são membros não encaminhem outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro. Não podem encaminhar.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mas não membros aqui já...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem não é membro pode falar, pode expressar a sua opinião, mas não pode votar.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mas não membros aqui encaminharam voto em relação ao PLN 4.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não pode, porque estamos em processo de votação.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - A que horas eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Depois do processo de votação.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu já encaminhei o meu voto. Já fiz apelo aos colegas Congressistas. Faço o pedido de novo, porque estamos diante, talvez, da maior imoralidade do Brasil neste momento. Alguém que fala a favor mas na verdade é contra mostra, na prática, quão preocupados os políticos estão em esconder da população brasileira a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Lucas, por favor...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - A verdade é que não podemos aprovar o fundo eleitoral.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. já falou.

Mais alguém quer encaminhar contra? *(Pausa.)*

Então, vamos à votação.

O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

Os Srs. Parlamentares que forem a favor da rejeição na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Não vai para o Senado.

Destaque nº 13.

Tem a palavra o autor do requerimento, o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Neste momento, Presidente, por acaso, já que não se trata de encaminhamento, o colega Deputado Vinicius pode falar? *(Pausa.)*

Não. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos em processo de votação.

Depois da votação, qualquer membro, qualquer Parlamentar, qualquer Deputado, qualquer Líder poderá falar. *(Pausa.)*

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Como autor do requerimento, uma vez mais peço aos colegas que pensem, que pesem, que reflitam qual é a frase, qual é o discurso, qual é a narrativa que todos nós queremos fazer ao chegar às nossas bases hoje à noite ou amanhã de manhã. Será que queremos falar isto para a população brasileira? *"Sabe o que eu fiz ontem lá na Câmara dos Deputados? Eu aprovei 3,7 bilhões para a campanha eleitoral de 2020."* Ou será que queremos chegar às nossas casas e dizer isto aos nossos amigos, aos nossos eleitores, que honraram os seus votos em cada um dos que aqui estão? *"Tive a coragem, a nobreza, o altruísmo de votar contra o fundo eleitoral."*

Devemos entender que, quando colocamos na balança o fundo eleitoral de um lado e a população do outro, a população deve sempre estar em primeiro lugar. E a população, senhoras e senhores, está carente de saneamento básico, a população precisa de educação, a população precisa de remédios nos hospitais. A população está dando volta, perto de Valadares, Minas Gerais, de 300 quilômetros, porque há uma ponte lá em que toda hora ocorrem acidentes. Essa população precisa de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recurso. Os servidores da PRF aqui estão aguardando chamamento. É preciso que haja recurso para pagar os salários deles. Para montar um TRF novo em Pernambuco, Deputado Silvio, precisa-se de recurso, recurso esse que poderia vir no lugar do fundo eleitoral. Em vez de colocarmos 3,7 bilhões de reais em campanhas eleitorais para pagar panfleto, para pagar bandeira, para pagar *jingle*, para pagar material que é jogado fora, podemos chegar às nossas casas e afirmar, de forma maiúscula, nobre, que optamos por destinar esse recurso para a população brasileira!

Eu repito: esta é uma oportunidade ímpar de resgatarmos a nobreza do que significa ser um político num país chamado Brasil. Infelizmente, a política tem sido, muitas vezes, humilhada, desmoralizada. Sabem o que desmoraliza o Parlamento, mais do que um debate nesta Comissão? Votar em causa própria. Somos eleitos para votar em favor dos 201 milhões de brasileiros que nos assistem, que nos ouvem e que esperam de nós uma conduta ética e transparente — por isso, sou contra o voto simbólico. Mais do que isso, esperam uma conduta corajosa, a de mostrarmos à população brasileira que, no século XXI, temos todas as ferramentas nas nossas mãos para transformar o nosso Brasil. Chega de velhas práticas! Chega de financiamento público em eleições! Chega de políticos com privilégios! Chega de legislarmos em causa própria!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, peço que conclua, por favor.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Nós podemos mostrar à população...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Seu tempo expirou.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sou o único a encaminhar. Então, não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Já expirou o tempo.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Nós podemos encaminhar, para mostrar à população...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos encaminhando já.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - ... que somos pró-Brasil, pró-Brasil. É uma oportunidade ímpar que cada um de nós tem de mostrar à população que somos pró-população, e não pró-eleição. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bom, agora eu vou passar a palavra ao Relator, o Deputado Cacá Leão, para dar o seu parecer sobre o destaque.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente — e volto a dizer da relação que tenho com os Parlamentares do Partido Novo —, infelizmente, não tenho como acatar o destaque de S.Exa., pois temos uma legislação aprovada que trata do financiamento eleitoral, e a LDO não é o termo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Não posso, infelizmente, Deputado. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Rodrigo Coelho, para encaminhar a favor do destaque.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, ratifico as palavras do Deputado Lucas e vejo que o Destaque nº 13 é até mais importante do que o Destaque nº 7 e o Destaque nº 12. Se os colegas tiverem oportunidade, leiam o destaque.

A população tem a impressão de que a campanha é gratuita. A população imagina que não têm custo algum aquilo que passa na TV, os santinhos, o cabo eleitoral. A população imagina que isso é algo que cai do céu, que as emissoras de TV, por exemplo, ou as produtoras dão isso, fazem de graça.

Eu fui eleito e tive a chance de ser Vereador em Joinville para dizer "sim" ou "não". Sou totalmente contra quem se abstém ou quem faz obstrução. Nós estamos aqui para dizer "sim" ou "não". A voto secreto tenho ojeriza — a qualquer tipo de voto secreto. Nós temos um padrão apenas, que é a população. Ela tem todo o direito de saber se o nosso voto é "sim" ou "não" para qualquer assunto que envolva o seu interesse, em especial quando se fala de cada centavo do dinheiro público.

No momento em que temos 13 milhões de desempregados no País, no momento em que aprovamos uma reforma da Previdência, totalmente necessária para a retomada do crescimento, que vai ser a primeira de tantas outras reformas, que pavimentou a retomada de crescimento da reforma tributária e a do pacto federativo — e houve reunião ontem, importantíssima, com o Ministro Paulo Guedes, para encaminhamento disso —, no momento em que aprovamos uma reforma que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pegou forte, e cada um de nós vai dar a sua parcela de contribuição na retirada de benefícios, de direitos, no dia seguinte à votação da reforma, nós vamos aprovar um *plus*? Parece, com todo o respeito aos nobres colegas, que as manifestações de 2013 e de 2016 e, em especial, o recado dado nas urnas em 2018, quando foi renovada mais da metade do Parlamento, não chegaram aos ouvidos dos nobres colegas. A população deixou bem claro que é contra financiamento público de campanha, a população deixou bem claro que é contra o atual modo de se fazer política no Brasil.

Nós temos a oportunidade, este Congresso Nacional, em especial esta nova legislatura — que vai ficar reconhecida, em 2022, tenho certeza disso, como a legislatura reformista —, de marcar o nosso ponto na história do País como a legislatura que pôs fim a esse absurdo que se entende no Brasil como Fundo Eleitoral.

Então, o meu encaminhamento é de voto "sim". O meu partido não fez reunião alguma para decidir sobre esse assunto. É um partido que quase não faz reunião, que não gosta de se reunir. O assunto é tratado meio obscuramente. Então, eu tenho total liberdade, até porque estou em divórcio litigioso com o partido porque eu votei "sim" e querem me expulsar agora, como se ele fosse dono da minha consciência. Eu não tenho liberdade nem de votar como penso nos assuntos principais. O partido quer botar o voto de cabresto. Isso é um absurdo. É um absurdo o que acontece com o regramento em nosso País. Esse é um dos motivos pelos quais faço o encaminhamento de voto "sim" ao Destaque nº 13, do Deputado Lucas e do Partido Novo como um todo.

Eu faço um apelo aos nobres colegas, para que hoje possam dormir com a consciência tranquila de que fizeram uma votação em prol do Brasil, para que votem contra, para o início do fim do Fundo Eleitoral.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra, para encaminhar contra a matéria, ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, o Podemos vota contra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em seguida, falará o Deputado Luciano Ducci.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB - PR) - O PSB também encaminha contra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sendo assim, vamos colocar em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados, com o parecer do Relator pela rejeição.

Os Srs. Parlamentares que o rejeitam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

Não irá ao Senado Federal.

Aprovado o relatório.

A matéria irá ao Congresso Nacional.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Parabéns, Presidente!

Parabéns, Relator! (Palmas.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, quero dar só uma informação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. vai seguir com a pauta, Sr. Presidente?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É sobre as votações.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muitos estão querendo falar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. vai seguir a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou seguir a pauta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então, eu pediria a V.Exa. que colocasse em votação, por consenso, o PLN 8.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - O PLN 8, Sr. Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, quero falar sobre o destaque. Eu fiz um destaque sobre o tema do salário mínimo e só quero informar que ele foi derrotado. Eu votei contra aqui, para que eu pudesse fazer esse destaque. Ele não foi destacado, não foi incorporado. Já quero antecipar que vou fazer esse destaque no plenário, porque ele é muito importante.

O Brasil, cuja economia está estagnada, só vai ter crescimento se houver salários, e salários com reajustes acima da inflação, que é exatamente o que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente Lula e a Presidente Dilma fizeram e que deu aquecimento à economia. Isso nós precisamos fazer para o País.

Eu quero só deixar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. pediu a palavra como Líder, mas eu vou pedir a compreensão de V.Exa., para que votemos o PLN 8 antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós poderíamos votar o PLN 8 e, em seguida, ficar aqui o tempo necessário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Perfeito, Sr. Presidente. De acordo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Inclusive, Presidente, por acordo, nós só votaremos hoje o PLN 8. Deixaremos para a próxima semana as demais matérias, por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerraremos a pauta hoje.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Item 3 da pauta. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$89.660.000,00 (oitenta e nove milhões, seiscentos e sessenta mil reais). Relator: Deputado Silvio Costa Filho. Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pelo trabalho.

Tendo em vista o adiantado da hora, serei muito breve na apresentação do relatório.

O nosso parecer é pela aprovação da matéria, para que possamos avançar numa pauta importante.

Desde já, quero saudar o Desembargador Eduardo Pugliesi, que, em nome da Justiça Federal,...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir mais uma vez aos presentes que nos honram muito com a sua presença que façam silêncio, por obséquio, que temos um orador falando. Por favor, eu peço silêncio a todos.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - O Desembargador Eduardo Pugliesi, em nome da Justiça Federal de Pernambuco, do Nordeste, agradece a esta Comissão. É um pleito antigo do Tribunal Regional Federal, do Tribunal Regional do Trabalho, da Justiça Federal, é uma demanda do Governo do Estado, da Prefeitura do Recife. Isso vai ser muito importante para atender à população e vai estimular também a economia local. É um novo empreendimento que vai ajudar bastante o desenvolvimento da cidade do Recife e de Pernambuco.

Então, quero fazer um apelo aos nobres Parlamentares para que votem favoravelmente a esta matéria apreciada por nós.

O voto é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Depois darei a palavra a V.Exa.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É um direito regimental de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu queria pedir a palavra para o meu colega Vinicius.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele vai ter a palavra. Teremos um imenso prazer em ouvi-lo, mas, pelo Regimento Interno, ele não pode ter a palavra para discutir, porque ele não é membro da Comissão. Terminando esta parte da votação, nós vamos ficar aqui dialogando. Todos vão ter a palavra e vão poder se expressar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Ontem o nobre Relator, o Deputado Silvio Costa Filho, pediu o meu apoio a este PLN. Não vejo problema algum.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho justo, correto. Mas quero lembrar a todos os presentes que dinheiro não dá em árvore. Estamos aqui aprovando quase 90 milhões para uma obra lá na Justiça Federal. É uma obra importante, fundamental, mas pouco tempo atrás aprovamos o PLN 4 e demos recursos para Bolsa Família, Plano Safra e alguns outros projetos também importantes.

Eu quero lembrar a V.Exas. uma frase de que eu gosto muito e que resume a nossa angústia humana: *"Os nossos desejos são infinitos, e os nossos recursos são sempre limitados"*. Sempre limitados.

Estamos aprovando recursos para a Justiça, recursos para a educação, recursos para o Bolsa Família, recursos para não sei quem, recursos para não sei onde. Uma hora o dinheiro acaba. Repito: nós poderíamos dar o exemplo de cortar o nosso recurso, o Fundo Eleitoral, para que outros pudessem ter mais recursos.

Eu voto "sim" ao PLN 8.

O NOVO entende que é um projeto importante do Tribunal Regional Federal, mas lembro a todos e repito que os nossos desejos sempre serão infinitos, e os nossos recursos, limitados. É por isso que precisamos de mais responsabilidade nesta Comissão Mista de Orçamento e de mais transparência. Temos que votar sempre com seriedade a destinação dos recursos, que não são públicos, são da população brasileira. O dinheiro não é nosso, dos políticos, o dinheiro é da população. E ela nos escolheu para destinar esses recursos com responsabilidade, seriedade e transparência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir o relatório...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu acho que a observação que o Deputado Lucas faz é muito importante. Nós temos realmente que ter muito critério. Inclusive, eu já quero fazer um convite. Tenho certeza de que, com esse conceito, o NOVO vai votar conosco contra o corte que o Bolsonaro faz na educação. Então, esse mesmo apelo eu quero fazer e tenho certeza de que o NOVO vai nos apoiar, porque o Bolsonaro está tirando das criancinhas que estão na escola,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do povo que não vai estudar. Eu quero o NOVO junto conosco para votar essa questão. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Talvez o corte do Presidente Bolsonaro seja em função do aumento...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos para a votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o PLN 8 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Coloque que foi aprovado por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Findas essas votações, vamos passar a palavra a todos os que estão querendo falar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Está encerrada, então, a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a Ordem do Dia.

Inicialmente, vou passar a palavra para o Deputado Cacá Leão — que fez um trabalho extraordinário, que construiu um relatório a muitas mãos, que foi sempre muito aberto, muito solícito, que ouviu e procurou atender a todos, a todas as regiões, a todos os Estados, a todas as cidades —, depois vou passar a palavra aos outros que estão querendo falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. vai falar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero só agradecer aos colegas pelo trabalho.

Mais uma vez, quero reiterar o brilhante trabalho feito pela Assessoria da Comissão de Orçamento. Já agradei e volto a agradecer agora, na pessoa do Graciano, a toda a equipe que nos acompanhou, assim como ao Wagner e a todos os membros da CONOF.

Vamos agora para o plenário discutir e votar esta importante matéria para o nosso Brasil, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, como Líder do seu partido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente Marcelo Castro, Sr. Relator Cacá Leão, da nossa Comissão Mista de Orçamento, quero, em nome do PDT, deixar meu protesto veemente contra o PLN 18, que, lamentavelmente, faz um corte profundo nas verbas da educação do nosso País. Aliás, deixa aleijadas as verbas da educação do nosso País.

E tudo tem uma razão de ser. Veio a reforma da Previdência Social, e agora chegou a conta, para pagar. Não existe almoço grátis. Não existe voto de graça também. Aqui está o preço: são 3 bilhões e 50 milhões de reais remanejados de umas rubricas para outras rubricas. De onde saem? Sabemos que as verbas públicas são como cobertor curto. Quer vestir os pés? Pode vestir os pés, mas falta para a cabeça. Quer vestir a cabeça? Falta para os pés. Quer dar dinheiro para comprar Deputados para votarem a favor da reforma da Previdência? É claro que existe dinheiro, mas vai ter que sair de algum lugar.

Vejam de onde o Governo escolheu retirar as verbas, para honrar o compromisso que fez de liberar emendas extraordinárias para os Deputados votarem a favor da Previdência? De 30 universidades federais do Brasil. São mais de 30 fundações universitárias, de universidades federais, são cinco hospitais universitários, são mais de 40 institutos federais de educação do nosso País. É daí que sai o dinheiro para compensar aqueles Deputados que votaram a favor da reforma da Previdência, para tirar direitos dos trabalhadores brasileiros, do Regime Geral da Previdência, enfim, dos servidores públicos.

Eu nomino aqui algumas instituições, porque me parece necessário: Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, 13 milhões e 800 mil reais;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Universidade Federal de Santa Maria — UFSM, 5 milhões e 662 mil reais; Fundação Universidade Federal do Pampa — UNIPAMPA, 2 milhões e 542 mil reais; Fundação Universidade Federal do Rio Grande — FURG, 3 milhões e 200 mil reais; Fundação Universidade Federal de Pelotas — UFPEL, 5 milhões de reais; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde, de Porto Alegre, quase 1 milhão e 300 mil reais; Instituto Federal do Rio Grande do Sul — IFRS, 2 milhões e 96 mil reais; Instituto Federal Farroupilha — IFFAR, de Santo Augusto, da minha cidade, da minha região, da região missioneira, 1 milhão e 981 reais; Instituto Federal Sul-Rio-Grandense — IFSUL, 2 milhões e 475 mil reais.

Ou seja, os três Institutos Federais do Rio Grande do Sul estão pagando a conta, para esses Deputados terem emendas para distribuir para Prefeitos, para Municípios, para garantirem votos para a sua reeleição, para darem os votos e garantirem a aprovação da reforma da Previdência. Isso é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e virou sem-vergonha. Não há outro nome para lhes dar.

Cito ainda a Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, que tem um *campus* em Passo Fundo, em Erechim e na região missioneira, em Cerro Largo: 1 milhão e 70 mil reais.

Presidente, essa é minha denúncia. Aqui estão os valores alocados, os valores destinados: 3 bilhões, 41 milhões, 594 mil e 744 reais. Esse valor é idêntico ao que foi destinado para o Ministério da Agricultura, para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Defesa, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para o Ministério da Cidadania. Os Deputados indicaram os Ministérios, para que esses Ministérios liberem as verbas.

Isso não é correto, isso não é decente, isso não é adequado, isso é inaceitável, e nós precisamos denunciar. O PDT, que é o partido da educação, que respeita a educação, não concorda, não aprova e denuncia tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou passar a palavra agora ao nobre Deputado Vinicius Poit, que pacientemente esperou por esta oportunidade.

Em seguida, passarei a palavra para a Deputada Dra. Soraya Manato.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito pacientemente tive que esperar por isto, porque o que aconteceu hoje aqui foi uma vergonha.

A quem estiver na sala eu vou pedir atenção e que escute.

Inclusive esperar o final para esvaziar a sessão foi feito. Inclusive votar a favor de requerimento quem não era a favor foi feito.

Sr. Senador, com todo o respeito, se não tivermos fé em algo na vida, fé em que, lá na frente, nós vamos prestar contas, vai ser muito difícil estar neste Congresso Nacional. É muito difícil trabalhar aqui com o propósito de fazer tudo correto.

No momento em que eu peço a atenção das poucas pessoas que estão aqui na sala, no momento em que mais de 100 milhões de pessoas do Brasil não têm saneamento básico, não têm educação básica, não têm saúde, não têm segurança, nós vamos concordar em gastar 3 bilhões de reais em campanha política!? Isso, para mim, parece algo que não faz sentido, Senador. Não faz o mínimo sentido isso.

Por isso eu faço este protesto. Pedi para falar durante toda a reunião. Não me foi dada permissão para falar. Há precedente. Eu sei que é regimental, que não precisava ter me dado a palavra. Respeito. Mas há o precedente de permitir a fala a outros Deputados.

Eu falo mesmo sozinho aqui nesta Comissão. Pergunto para todo o mundo que está aqui presente, já que nós gostamos de votação simbólica — eu não gosto: quem é a favor de usar dinheiro de saneamento básico, da educação das criancinhas, como o Deputado falou aqui, de saúde e segurança, para fazer campanha política, levante a mão. *(Pausa.)* É votação simbólica, levantem a mão. Quem é a favor do aumento do Fundo Eleitoral levante a mão.

Sem mais, Presidente. A população é contra isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

Vamos ouvir agora a Deputada Dra. Soraya Manato.

Por favor, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, é uma honra fazer parte desta Comissão.

Quero deixar aqui registrado que eu, particularmente, sou contra o Fundo Eleitoral. Sou contra também o financiamento de campanha por grandes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

empresários. Nós vimos nesta Casa pessoas que foram eleitas à custa de empresários, grandes empresários, de partidos de esquerda, que, na hora da votação, tiveram que votar a favor da reforma da Previdência porque foram obrigadas, porque tinham de dar o retorno do dinheiro nelas investido.

Já que V.Exas. querem acabar com o Fundo Eleitoral, do que eu sou a favor, que cada um banque a sua campanha, que banque com dinheiro próprio. Manato, meu marido, em quatro mandatos, sempre bancou 95% da campanha, porque os partidos dão muito pouco. Aliás, os presidentes de partido não distribuem igualitariamente o dinheiro, dão para quem eles querem o que eles querem, e para os outros às vezes dão uma ninharia.

Então, eu sou a favor de que banque com o seu próprio dinheiro quem quiser bancar. Vamos botar isso na regra, para que depois Deputados não venham ao plenário e tenham que votar contra suas ideologias porque foram bancados por grandes empresários. Eu sou a favor da liberdade do político, de que ele vote em quem quiser e do jeito que quiser.

Este é o meu protesto. Os discursos são muito bonitos, mas um monte de gente aqui é bancada por grandes empresários brasileiros. Então, também não têm direito de falar quem é a favor do Fundo Eleitoral. Eu sou contra, mas é a mesma coisa para mim. Você é contra o Fundo Eleitoral, mas é bancado por grandes empresários. E de onde vem esse dinheiro? Empresário não vai gastar 100 milhões do próprio bolso numa campanha eleitoral. Não. De algum lugar vem esse dinheiro. Eles são muito sabidos. Então, não adianta virem aqui com esses discursinhos, não. Vamos colocar isso no plenário, e lá vai botar a digital quem é a favor e quem é contra.

Esse era o recado que eu tinha a dar.

Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu agradeço à Deputada Dra. Soraya Manato pela manifestação e passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem, ao que tudo indica, o último orador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Não quero tomar ainda mais tempo neste final de sessão da Comissão Mista de Orçamento. Eu gostaria apenas de dizer que, às vezes, a pressa acaba fazendo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com que se tome mais tempo do que o necessário. Foi o que nós vimos aqui. O NOVO só queria fazer aquilo que fez, marcar a sua posição, falar sobre suas ideias. Obviamente, o maior objetivo era o de vencer a votação. Não foi possível. Não obtivemos os votos necessários, nem sequer os apoios partidários necessários para que pudéssemos realmente garantir uma votação nominal.

A indignação do Deputado Vinicius Poit, meu colega de partido, é a mesma de milhões de brasileiros que veem que falta dinheiro em todas as áreas. Portanto, faltando dinheiro em todas as áreas, essa já deveria ser razão suficiente para não gastarmos dinheiro público imprimindo santinhos, pagando por "bandeiraço", contratando cabo eleitoral.

Como disse na minha primeira intervenção do dia aqui, a democracia, sim, tem custos. Aliás, o custo das instituições é altíssimo no Brasil, mais do que seria desejável e necessário. Por isso mesmo, nós também sempre defendemos cortes de privilégios, mas entendemos, sim, que há custos básicos dos quais não podemos escapar. A energia elétrica usada neste Parlamento precisa ser paga, os servidores que nos auxiliam precisam ter os seus rendimentos no fim do mês. Precisamos ter uma certa estrutura que garanta o funcionamento das instituições. Isso não é prerrogativa dos brasileiros. É assim que acontece no mundo todo. No entanto, quando se extrapola, passa-se a ver aquilo que disse o nosso colega Rodrigo Coelho: uma indignação da sociedade contra tudo o que aí está, contra o dito *establishment*. Não é só no Brasil, não. No mundo todo as instituições estão sendo contestadas.

Uma das piores coisas que podem acontecer com as instituições é que aqueles que estão no poder acabam tendo a arrogância de achar que sempre estão certos, e não aceitam as críticas. O que acontece é que a credibilidade institucional reduz-se ainda mais. Aconteceu nas últimas eleições, aliás. Os grandes partidos brasileiros, que hoje tanto se queixam de certas posturas daquele que chegou à Presidência da República, no momento das eleições não apresentaram candidatos que pudessem dar à população a confiança e a garantia de que o Brasil estaria em rumos melhores do que nos que estive nas últimas décadas. Aqueles que hoje gostam de apontar os dedos para quem está no poder ou para quem, aqui no Parlamento, talvez muitas vezes critique o que aconteceu até hoje não se dão conta de que foram parte desse processo de profunda degradação institucional em que hoje nós nos encontramos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, humildade nunca é demais. A vaidade e a arrogância de quem está no poder só pode ser debelada com fatos claros. E apoio da sociedade não se compra com dinheiro público. Pelo contrário. Compra-se, ou melhor, conquista-se, não se compra, com atitudes que claramente deem à população a segurança de que aqueles que estão no poder representam seus anseios.

Por isso mesmo, o Partido Novo, desde o início, desde a sua fundação, defende que partidos políticos sejam mantidos pelas doações de seus filiados e de seus apoiadores, não necessariamente filiados. Entendemos que partidos políticos são organizações sociais, são organizações que devem crescer de baixo para cima.

Mas no nosso Brasil partidos políticos, inclusive por força constitucional, precisam necessariamente ter circunscrição nacional, um verdadeiro absurdo numa federação. Uma federação deveria garantir que partidos políticos pudessem ser criados nas bases e, à medida que conquistassem mais apoiadores, almejassem, sim, ter candidatos a Governador e quiçá à Presidência da República. No Brasil tudo funciona ao contrário. Os partidos políticos organizam-se, lamentavelmente, como se num cartel estivessem e aprovam leis para em seu próprio benefício, restringem o acesso ao Fundo Eleitoral e ao Fundo Partidário apenas àqueles que estão hoje no Parlamento, onde, aí sim, deveria haver uma cláusula de barreira para a entrada de novos partidos, porque há partidos políticos demais em Brasília, mas partidos políticos de menos no resto do Brasil. Os partidos políticos hoje existentes — e peço a liberalidade de falar por mais 1 minuto, para concluir — acabam se transformando em organizações que cartelizam o sistema partidário em seu próprio benefício e reduzem a capacidade do cidadão, do eleitor e do filiado de se sentirem parte do processo político e parte, portanto, da nossa democracia.

Sr. Presidente, vou concluir.

O Partido Novo defende o fim do Fundo Partidário, defende o fim também do Fundo Eleitoral e entende que partidos políticos deveriam ser livremente criados, sem acesso ao dinheiro público, para que o cidadão realmente participasse da nossa democracia. Estamos conquistando espaços, estamos crescendo. Esse partido tem oito Deputados Federais e tem conquistado, felizmente, uma boa repercussão tanto no meio público quanto aqui no Parlamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, V.Exa. tem conduzido muito bem os trabalhos e tem dado a esse partido político e a seus membros, nesta Comissão, as condições ideais para nos pronunciarmos. Muito obrigado, mais uma vez, por esta oportunidade.

Esperamos que, com o tempo, não haja só o NOVO — porque não nos arrogamos e jamais faremos isso o direito de sermos considerados os únicos arautos ou salvadores da democracia; jamais! —, que outras alternativas surjam e que as existentes se renovem e se reciclem.

Nós queremos, como partido político e principalmente como cidadãos, garantir que todo brasileiro tenha acesso à participação política e que não veja dinheiro público sendo investido em campanhas eleitorais, mas sim naquilo que mais lhe interessa, que é saúde pública, educação pública para aqueles que não podem pagar e segurança para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós agradecemos a palavra de V.Exa.

Eu quero me permitir fazer um comentário sobre este assunto, que reputo da mais alta importância e de grande complexidade, que é um problema mundial, que é a forma como as campanhas eleitorais são financiadas, a forma como os partidos políticos são financiados no mundo afora. Há conflitos, há dúvidas e há questionamentos praticamente em todos os países do mundo. Na maioria dos países, pelo que tenho estudado e pelas informações que tenho colhido, é feito um financiamento misto: uma parte do financiamento das campanhas é privada, e outra parte do financiamento das campanhas é pública, como é o caso do Brasil. Hoje as campanhas no Brasil podem ter dinheiro público, do Fundo Eleitoral; dinheiro público do Fundo Partidário; dinheiro público oriundo da isenção fiscal das televisões; e dinheiro privado, do próprio candidato que pode financiar as suas campanhas eleitorais e de contribuições de pessoas físicas. É proibido pela Justiça brasileira, pelo Supremo Tribunal Federal, o financiamento empresarial.

Isso é uma questão que traz muitos posicionamentos, muitas disputas e muitas discussões. As empresas devem ou não financiar campanhas eleitorais? Quem é a favor argumenta que sim, que as empresas têm o direito de financiar o partido que quiserem. Quem é contra o que diz? Que as empresas não têm ideologia, não têm filiação, não têm simpatia. Na verdade, quando você analisa para quem as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

empresas doaram, você vê normalmente que doaram para quem está no poder ou doaram mais para quem está no poder. Quando você faz uma análise mais acurada, você observa que as empresas doaram para aqueles candidatos que estavam em primeiro lugar nas pesquisas. Quando o candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas cai nas pesquisas, os seus financiamentos caem também. *(Riso.)* Aquele outro candidato que estava embaixo nas pesquisas, que tinha pouco financiamento, que passou à frente nas pesquisas, passa a ter financiamento maior. Quando você analisa determinadas empresas, e há cinco candidatos a Presidente ou cinco candidatos a Governador ou cinco candidatos a Prefeito, você vê que elas doaram para todos os cinco. Então, de que lado está a empresa?

Na verdade, nós vemos que, na prática, existe um conluio muito grande entre o empresário e o poder público, ou para pagar alguma coisa que já tenha recebido no passado, ou para auferir algum benefício no futuro.

Então, em princípio, conceitualmente, eu não sou contra empresas poderem financiar, dentro de regras bastante estritas, bastante limitadas, mas, dado o nível de degradação moral, dado o nível de promiscuidade a que nós chegamos ao Brasil — e basta citar os mensalões, os petrolões para ver que é um escândalo o que ocorre no Brasil... Eu fui Relator dessa matéria aqui na Câmara, quando era Deputado Federal, e me posicionei contrário ao financiamento público de campanhas por empresas. Ora, se acabei de dizer que conceitualmente não sou contrário, por que me posicionei contrário? Dado o nível de degradação a que nós chegamos, o nível de promiscuidade a que nós chegamos. Eu comparo o sistema eleitoral do Brasil — sou psiquiatra — com um toxicômano, que já está viciado com aquela droga. Então, no meu entendimento, seria saudável passarmos uns tempos de abstinência, sem essa droga, até reaprendermos a fazer política. Aí, em um novo momento, com novas relações, poderíamos então pensar novamente na possibilidade de empresas doarem.

Quando vamos de um extremo para o outro — e é o caso do NOVO; não estou criticando, estou observando —, dizemos: *"Somos contra o financiamento público. Tem que ser privado"*. E aqueles candidatos que não têm dinheiro? Isso é um problema. Como é que eles vão fazer a campanha? Quando o candidato pode, tem dinheiro ou meios de fazer dinheiro, ele termina encontrando meios de fazer a campanha. Então, se você mexe para um lado, vem um problema do outro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que o Brasil, no momento, está num bom caminho, esse de permitir financiamento privado — há de permitir o financiamento público. Se o valor foi excessivo, é uma questão que precisamos discutir. O que é mais razoável? Nós tivemos 1 bilhão e 700 milhões para a campanha geral. Agora nós vamos ter, segundo os cálculos do Deputado Cacá Leão, 2 bilhões e 800 milhões. Então, o valor aumentou. Eu fui um dos que estranharam que tivesse aumentado. Estava esperando que o valor previsto para a campanha de 2018 fosse repetido para a campanha de 2020. Não estou criticando ele de maneira nenhuma, mas isso impactou. O argumento que ele deu é de que são campanhas diferentes.

Então, quando você faz uma campanha nos Estados, você está fazendo em 27 Estados. Quando você faz nos Municípios, você está fazendo 5.570 campanhas, em Municípios diferentes. Fica difícil avaliar o que sai mais caro: uma campanha municipal ou uma campanha geral. Eu sou a favor da coincidência de todas as eleições. Acho que, na hora em que coincidem, você trata de maneira mais harmoniosa, mais homogênea as ideias, as propostas. Se nós vamos para uma campanha num determinado Município e vamos tratar de um problema educacional, esse problema é municipal, é estadual ou é nacional? Os três.

Então, é muito importante que a campanha seja feita num tempo só. Se você está no palanque do Prefeito, junto com o Governador, e apoia um candidato a Presidente da República do seu partido, pode dizer: *"Olha, votando no nosso partido, nós vamos ter uma boa educação, porque é do nosso programa, é do nosso compromisso, é da nossa tradição. Com o Prefeito eleito, com o Governador eleito, com o nosso Presidente eleito, será nossa prioridade número 1"* — como era a do PDT, com Brizola, que fez isso no mundo inteiro. Quer dizer, a bandeira principal do PDT sempre foi a educação. Eu acho que isso seria benéfico.

Dado que o financiamento de campanha no Brasil seja público, se eu já era favorável à coincidência das eleições, agora sou muito mais, porque, em vez de termos duas despesas públicas, nós teremos uma só. Em função disso, apresentei uma PEC no Senado Federal em que proponho que o próximo mandato dos Prefeitos, de 2020, seja de 6 anos, só desta vez, para coincidirem as eleições em 2026. A partir de 2026, as eleições continuariam como são hoje, de 4 em 4 anos, com direito à reeleição, tudo do jeito que está, mas todas num dia só: para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador, Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da República. Seria uma despesa só, um trabalho só da Justiça Eleitoral. Eu acho que isso seria benéfico e muito mais econômico para o País.

Chamo a atenção de V.Exa. para a complexidade disso. Nós dizemos: *"Não, deve ser só público. Não, deve ser só privado. As empresas devem participar"*. Quer dizer, é um emaranhado de complexidades. Eu acho que o melhor é seguir Aristóteles e levar para o meio. A virtude está no meio, nem num extremo, nem no outro. Agora, a nossa dificuldade é fazer essa sintonia fina, para que não vá tanto para um lado, para que não vá tanto para o outro.

Evidentemente, se os recursos são públicos, que sejam parcimoniosos, que sejam parcimoniosos. Não podemos brincar com recurso público, porque o Orçamento é inelástico. Como disse V.Exa. muito bem, se nós colocarmos de um lado, obrigatoriamente teremos que tirar do outro. É evidente que, se as campanhas eleitorais e a democracia são importantes para o Brasil, para o País, para qualquer país, é importante que nós gastemos dinheiro nelas, mas não podemos gastar muito dinheiro, porque estaremos tirando de outras áreas que também são essenciais.

Deveríamos ter encerrado os nossos trabalhos isso no primeiro semestre, mas não foi possível. O motivo principal foi a votação da reforma da Previdência. Nós deixamos para votar a LDO na última semana, e todos os Líderes se reuniram e acharam que poderia atrapalhar a reforma da Previdência, sobre a qual, àquela altura, havia uma dúvida muito grande. Era preciso um esforço de todos. Deixamos para votar agora e, graças a Deus, votamos na primeira semana de trabalho. Então, não vai haver nenhum problema, não vai haver nenhum atraso.

Vou comunicar o fato ao Presidente Davi Alcolumbre. Espero que, na próxima semana, já votemos numa sessão do Congresso, para que o Orçamento, a LOA que chegar aqui, em 31 de agosto, já traga as diretrizes estabelecidas por nós aqui.

Antes de encerrar esta reunião, quero parabenizar a Comissão pelo esforço para que nós chegássemos a bom termo no que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias, em especial o Deputado Cacá Leão, um Deputado muito atuante, muito participativo, muito aberto, muito transparente, que atendeu a todos. Não ouvi ninguém reclamar da atuação do Deputado Cacá Leão. Acredito que fez um bom trabalho. A crítica que se faz a este relatório é sobre o financiamento público de campanha. Nós temos o ano todo para discutir isso. Está no nosso poder dizer quanto vamos colocar, para fazer face às despesas das eleições do ano que vem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Após dizer tudo isso, agradeço a todos e declaro encerrada esta reunião.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

